



S U M Á R I O

3	Palavras prévias	Santiago Macias
5	From the Reconquista to Portugal islâmico: islamic heritage in the shifting discourses of portuguese historiography and national identity	AbdoolKarim Vakil
17	O conjunto musivo de Mértola e o Baptistério. Balanço das escavações recentes	Virgílio Lopes
29	A fronteira no Sudoeste Peninsular (1234-1242). Novas visões da «Reconquista» a partir do al-Mughrib... de Ibn Sa'ïd de Granada	António Rei
43	Le Maghreb Extrême entre la fin du VIIIe Siècle et le Xe Siècle d'après une étude des rapports de pouvoir	Fabienne Landou
57	Análisis arqueológico del Castillo de Cumbres Mayores (Huelva)	Eduardo Romero Bomba
69	A ocupação islâmica de Noudar	Miguel Rego
83	Sondagens preventivas «Castelo do Outeiro ou de Carrilhas»	Susana Carvalho
99	Les valeurs symbolique et médicale de la céramique d'après les textes arabes médiévaux	Abdallah Fili
109	Cerâmica de tradição muçulmana da <i>uilla</i> romana de Frielas (Loures)	Ana Raquel Silva / Pedro Gomes Barbosa
119	Apunte sobre el ajuar cerámico del siglo XII en Niebla	Yolanda Benabat Hierro / Juan Aurelio Pérez Macías
129	Vestígios de produção oleira islâmica no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa	Jacinta Bugalhão / Ana Sofia Gomes / Maria João Sousa
193	Perspectives méthodologiques concernant l'étude de la céramique de «cuerda seca» dans la Péninsule ibérique (IX ^e -XIV ^e S): d'un objet archéologique à un objet historique.	Claire Déléry
237	A Change of pottery style under Dom Sancho II? A coin-dated pottery sequence from a medieval silo excavated in the cloister of the City Museum of Évora (Alentejo, Portugal)	Ana Gonçalves / Th. Schierl / F. Teichner
253	De novo sobre a Batalha de Aljubarrota: os resultados da intervenção arqueológica de 1999	Helena Catarino
267	Vestígios hebraicos na cidade da Guarda – sobre um Arón Ha-Kodesh	António Marques / Lídia Fernandes
279	Vidro arqueológico da região de Sintra (Sécs. XVI e XVII)	Manuela Almeida Ferreira
293	Torres al-Qal'a: Une forteresse portugaise à Béni Boufrah (Rif Central – Maroc)	Abdelatif Elboudjay
301	A função antropológica da aldraba: da origem simbólica à morte funcional	Luís Filipe de Almeida Vitória Maçarico

Director: Cláudio Torres • **Coordenador:** Santiago Macias • **Conselho Científico:** António Borges Coelho, Cláudio Torres, José Luís de Matos, José Mattoso, Manuel Luís Real
• **Conselho de Redacção:** Abdallah Khawli, Artur Goulart, Carlos Manuel Pedro, Fernando Branco Correia, João Carlos Garcia, Joaquim Manuel Boiça, José Carlos Oliveira, Manuel Passinhas da Palma, Maria de Fátima Barros, Miguel Rego, Rui Mateus, Susana Gómez Martinez, Virgílio Lopes • **Apoio:** Câmara Municipal de Mértola, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Capa e Design Gráfico: Gil Maia

Fotografia da capa: Mosaico do complexo palatino de Mértola (Foto de Virgílio Lopes)

Fotografia da contracapa: Desenho do Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 847

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. — Rua Costa Cabral, 859 — 4200-225 Porto — Portugal

Telefone: 351 22 5074220 — Fax: 351 22 5074229

e-mail: afrontamento@mail.telepac.pt

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

Data da publicação: Maio 2003

PALAVRAS PRÉVIAS

SANTIAGO MACIAS

Passam agora dez anos sobre a edição do primeiro número da *Arqueologia Medieval*, uma aposta do Campo Arqueológico de Mértola que muitos julgavam condenada ao mais completo fracasso e que só foi possível concretizar graças ao empenhamento e entusiasmo de Marcela Torres, que se encarregou, nas Edições Afrontamento, de tomar como sua a defesa de um projecto à partida pouco atractivo em termos comerciais.

Em dez anos a revista foi-se construindo, ao ritmo dos artigos que vão chegando a conta-gotas, dos prazos que nunca conseguimos cumprir (é provável que este número, o de 2002, não saia antes de 2003) e das críticas de muitos colegas por não fazermos uma revista de arqueologia pura e dura. O que mais nos interessou foi justamente isso, editar uma revista cheia de desigualdades, de altos e baixos, onde a Arqueologia surge a par da Arquitectura e da Linguística e da Antropologia, por vezes desordenadamente, por vezes com um aprumo quase germânico.

Em duas ocasiões, no nº 4 (editado em 1996) e no nº 7 (dado à estampa em 2001), a *Arqueologia Medieval* publicou actas de encontros, *Formas de habitar e alimentação na Idade Média* (organizado pelo Campo Arqueológico de Mértola) e *Lisboa – encruzilhada de muçulmanos judeus e cristãos* (organizado pelo IPPAR com a colaboração do CAM).

Este número 8 não foge à regra de uma sempre procurada diversidade. Abre com uma reflexão de ordem histórico-cultural de grande interesse, inclui estudos sobre sítios e/ou regiões, e volta a dar particular atenção à cerâmica. Cruza o Estreito de Gibraltar para espreitar uma fortificação portuguesa em Marrocos e termina com um interessante texto sobre aldrabas. O sítio arqueológico de Mértola está de novo representado, desta feita com um trabalho sobre os mosaicos e o baptistério da Antiguidade Tardia.

Dez anos depois não é ainda o momento de tentar um balanço, até porque na *Arqueologia Medieval*, e por paradoxal que pareça, interessa-nos mais olhar o futuro que avaliar o passado. A revista acolheu durante esta década 156 artigos, fruto do trabalho de 147 investigadores de várias nacionalidades. Deixamos, em jeito de homenagem, o nome de todos os autores que ao longo dos anos ajudaram a construir a nossa revista (pudicamente foram retirados da lista os nomes do Director e do Editor...):

A. Freitas Leal • Abdallah Fili • Abdallah Khawli • Abdelatif ElBoudjaj • AbdoolKarim Vakil • Adel Sidarus • Alexandra Gaspar • Alicia Candón Morales • Amílcar Guerra • Ana Gomes • Ana Gonçalves • Ana Luísa Santos • Ana M. Ávila de Melo • Ana Raquel Silva • Ana

Sofia Gomes • André Bazzana • Ángel Rodríguez Aguilera • António Borges Coelho • António Cavaleiro Paixão • António Gómez Becerra • António M. Monge Soares • António Malpica Cuello • António Marques • António Rafael Carvalho • António Rei • Artur Goulart de Melo Borges • Arturo Morales Muñiz • Carla Lopes • Carlos Fabião • Carlos Jorge Ferreira • Carmen Navarro • Carmen Trillo San José • Christophe Picard • Claire Déléry • Cláudia Umbelino • Clementino Amaro • Cristina Teté Garcia • Daniele Vannetiello • Deolinda Folgado • Eduardo Romero • Elizabeth Dinsmore • Emanuel Carvalho • Eufrasia Roselló Izquierdo • Eugénia Cunha • Eva Alcazar Hernández • Expiración García Sánchez • Fabienne Landou • Felix Teichner • Fernando Branco Correia • Francisco Hernández Carrasquilla • G. Lensch • Garnett McMillan • Glória Soler Chic • Guilherme Cardoso • Guillermo Rosselló Bordoy • Helder Chilra Abraços • Hélder Coutinho • Helena Catarino • Henrique Jorge Regalo • I. Alte da Veiga • Ilaria Agostini • Iria Gonçalves • Isabel Cristina Ferreira Fernandes • J. Manuel Beltrán Pizón • J.A. López Padilla • Jacinta Bugalhão • Jacques Thiriot • James L. Boone • Jaime Oliver Bruy • João Carlos Faria • João Luís Cardoso • João Manuel Diogo • João Pais • Joaquim Boiça • Jorge Custódio • José António Riquelme Cantal • José Luís de Matos • José M. Guerreiro • José Mattoso • Juan António Souto • Juan Aurelio Perez Macias • Juana Bedia Garcia • Julio Navarro Palazon • K. Marshall • Leal da Silva • Lídia Fernandes • Lúgia Rafael • Lucie Bolens • Luís Filipe Maçarico • Luís Filipe Oliveira • Luís Oliveira Fontes • M. de Fátima Abraços • M. Justino Maciel • Magda Nogueira • Magdalena Valor Piechotta • Manuel Acién Almansa • Manuel Luís Real • Manuel Passinhas da Palma • Manuela Almeida Ferreira • Manuela Barros Ferreira • Manuela Delgado • Manuela Marín • Maria de Magalhães Ramalho • Maria Filomena Lopes de Barros • Maria João Branco • Maria João Sousa • Maria João Valente • Maria José Sequeira • Maria Manuela Alves Dias • Mário Alinei • Mário Jorge Barroca • Mário Viana • Mercè Argemi Relat • Miguel López Domínguez • Miguel Rego • Miguel Telles Antunes • Miquel Barceló • Olinda Sardinha • Paulo Dordio Gomes • Paulo Pereira • Pedro Barbosa • Pedro Jiménez Castillo • Pierre Guichard • Pilar Lafuente Ibáñez • Pilar Somé Muñoz • Rafael Azuar • Rosa Varela Gomes • Rosario Huarte Cambra • Ruth Moreno Nuño • Salette da Ponte • Severino Rodrigues • Sílvio Conde • Sonia Gutiérrez Lloret • Susana Carvalho • Susana Gómez Martínez • Teresa de Castro Martínez • Teresa Júdice Gamito • Teresa Julião • Teresa Rebelo da Silva • Th. Schierl • Valentina Silva • Vicente Salvatierra Cuenca • Virgílio Lopes • Yolanda Benabat • Youssef Khiara

FROM THE *RECONQUISTA* TO *PORTUGAL ISLÂMICO*:

ISLAMIC HERITAGE IN THE SHIFTING DISCOURSES OF PORTUGUESE HISTORIOGRAPHY AND NATIONAL IDENTITY*

ABDOOLKARIM VAKIL **

It was perhaps not without a little sense of irony that José Saramago's publisher opted for *the Castelo de S. Jorge* as the venue for the launch of his *História do Cerco de Lisboa* in April of 1989. «Quem diz castelo», comments the narrator of Saramago's earlier *Viagem a Portugal*, «pensa altura, domínio de quem está de cima»¹. How much more so in the case of Lisbon's castle which a 1938 Government edict, decreeing its restoration in preparation for the Eighth Centenary commemorations of the Foundation of the Nation in 1940, labelled the «verdadeira acrópole da Nação» and «talvez a peça de maior e melhor nobreza do nosso património de glória»². Medieval castles were doubly privileged foci of the Salazarist New State's historical imaginary. Geographical and chronological markers of the historical process of Reconquest, they represented concrete and symbolic markers in the nationalist narrative of a nation forged in war: «testemunhas vivas», as the language of school books described them³, of the struggle waged by the «primeiros portugueses» against the Moors «que não eram apenas estrangeiros inimigos da nossa Pátria, mas também inimigos da nossa Fé Cristã»⁴. Mirrors of the Nation, castles literally illustrated and symbolically rendered the regime's historical discourse: static, hierarchical, authoritarian, testamentary; History as moral discourse, a

pedagogy of apolitical civic patriotism. This conception of Monuments as auratically embodied past, instrumental to the «educação das gerações futuras, no duplo e alevantado culto da religião da Pátria e da Arte», naturally foregrounded «verdadeira devoção patriótica» as the guiding principle in the restoration and conservation of «nossos monumentos nacionais»⁵. Its practical translation was an interventionist programme of restoration focused, as Jorge Rodrigues has argued, on the «sentido simbólico» rather than the «valor de documento dos monumentos»; «previligando o seu valor histórico em detrimento da sua historicidade»⁶.

The castle of Guimarães, also newly restored for 1940, is paradigmatic of these ideological articulations. Perhaps no image better renders this than that conjured by Salazar himself when, in the speech which officially launched the 1940 commemorations, he evoked the «milhões de portugueses» communing in a triple act of patriotic «devoção, exaltação e fé», humbly cast «de

* Paper presented to the conference «Heritage: Cultures and Politics», organized by R. Shannan Peckham on behalf of the Eleni Nakou Foundation, European Cultural Centre, Delphi, 3-7 May 2000, of which an edited version is published as «The Crusader Heritage: Portugal and Islam from Colonial to Postcolonial Identities», in Robert Shannan Peckham ed., *Heritage: Cultures and Politics in Europe*, London and New York: I.B. Tauris, in press.

** King's College, London.

alma ajoelhada diante deste castelo»⁷. When, in the imaginary dialogue didactically narrated in a volume of the National Campaign for Adult Education, the high school student Zé Manel explains to the young apprentice António the reason for his tears of emotion as they sang the national anthem and heard the castle's history within its walls, it is still the echo of Salazar's speech that can be heard. For it is only now, upon that «sítio sagrado, onde há mais de oito séculos os primeiros portugueses decidiram fazer Portugal», that for the first time António realizes «profundamente o que significa Portugal» and «a honra extraordinária que para cada um de nós representa sermos portugueses»⁸. When, in turn, Saramago has the irreverent «viajante» of his *Viagem a Portugal* stand on that same ground, «examina[ndo]-se para descobrir traços de emoção», bemusedly unable to tell apart the stones newly added in the restorations of forty years earlier from those of six centuries before, or, finally, repudiating the monument altogether to commune instead in the invisible traces, last breaths and lost words of the anonymous common people, their memories carried by the «pedras brutas do chão, o céu que todos cobre, o vento que passa», it is the fictive Zé Manéis and Antónios, the Salazars and their identitarian nationalist ideologies of patrimony that he is rejecting⁹. Saramago himself was to enunciate a more explicitly political critique of identitarian and exclusivist nationalist ideologies in a discussion of Lisbon lived and remembered. Refusing the «patriotismo de exaltação balofa» and the «napoleónica vaidade» that «do alto deste Castelo oitocentos anos nos contemplam», it is in the hybrid heritage of its people, the part of the defeated minorities alive in each of us no less than their part in the memories of Lisbon that he finds the object of celebration¹⁰. But it is in the *História do Cerco de Lisboa*, in the voice of Saramago the novelist, that his critique is at its most subtle and engaging. Fifteen years after the Rev-

olution that overthrew the New State regime, and fifty years upon the apotheotic celebration of Salazarist values, there is perhaps no better measure of the distance covered in the attitude to the past, to history and to heritage than Saramago's imaginative re-writing of the History of the Siege, and no better point of entry into the subject of this paper.

The story concerns a colourless middle-age proof-reader, Raimundo Silva who, for reasons he himself does not quite fully understand, finds himself introducing a deliberate error into a history book he is checking. In the course of a final routine reading of the text he inserts a word into a sentence which literally reverses a historical fact. A historian's «History of the Siege of Lisbon», it piously retells the endlessly repeated story of how the Northern European Crusaders on their way to the Holy Land in the year 1147 were requested by D. Afonso Henriques, the first king of Portugal, to join forces with him to undertake the conquest of the prized city of Lisbon, then in the hands of the Muslims. After deliberating the Portuguese King's proposal among themselves, the Crusaders returned to say that they would join the King. What Raimundo Silva does is that he adds the word «Não» into the key sentence of this episode such that «agora o que o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliaram os portugueses a conquistar Lisboa». What follows, is that a new supervising Director at the publishing firm, a woman called Maria Sara, takes an interest in this mischievous and wilful act of negation and challenges the proof-reader to follow it through into writing the consequent counterfactual narrative. It is this imagined Other «History of the Siege of Lisbon», interspersed with the contemporary Lisbon stories of its writer and writing, that are narrated in Saramago's novel of the same title.

The alternative History of the Siege starts with the muezzin in Muslim Lisbon preparing for the call to prayer. And it ends with his death. In fact, for all the imaginative juxtaposition of Moorish and contemporary Lisbon, with its imbrication and conflation of present and past in much of the narrative, it is only the voice of the Muezzin that lends any concrete expression to the Muslim-ness of Lisbon in the text. Indeed, the first words pronounced in the alternative history are in fact the Arabic *Allahu Akbar* of the morning call to prayer, transcribed in full to the final *La ilaha illa Allah*. Correspondingly, the triumph of the Portuguese – and in this alternative History it is the now specifically Portuguese act of national self-volition that Saramago playfully dramatizes – is achieved by the silencing of this Other tongue. Literally so, as an allusion to *Genesis* 11 in the context of the building of the attack tower makes clear, for, as the narrator comments, unlike that of Babel «esta de agora não aspira a subir mais alto que o adarve da muralha, e, quanto às línguas, a intenção de D. Afonso Henriques não é repetir a multiplicidade delas, mas cortar esta pela raíz, tanto no sentido figurado, alegórico, como no próprio e sangrento»¹¹. The last words pronounced at the close of the narrative are again the *Allahu Akbar* of the call to prayer, but now left incomplete, for at the sound of the muezzin's voice «um soldado cristão, de mais zelosa fé» rushed forth and «de um só golpe de espada, degolou o velho»¹².

The blurring and subverting of the relations between history and fiction, the written and the oral, narrative control, memory and power are the familiar concerns of Sara-

mago's writing, but here as the title suggests, they form the very subject of the novel. The significance of the victorious siege of Lisbon in Portuguese historical culture and discourses of national identity is immense. Its symbolic import is perhaps best suggested by reference to the nineteenth century historian Oliveira Martins who described the Conquest of Lisbon as the «acta do nascimento da Nação Portuguesa»¹³. Indeed, such an epic, Griffithian sense of the birth of the nation pervades Saramago's text as its counter-text, continuously recalled and ironically distanced. Narratorial interjections poke fun at the artifices of nationalist genealogies and totemic symbols, at invented traditions and the very notion of a birth of the nation. Estranging the retrospective ancestral Fathers yet reclaiming the descendants of the besieged, metaphorically identified with the marginalized population of contemporary Lisbon, Saramago's narrator doubly problematizes the teleo-logic of national/ist histories and patrimonial discourses. Like Saramago's original conception of the *Viagem a Portugal* as an iterative project that would render as many narratives and as many Portugals as there are conceivable non-overlapping routes to travel the country, the mise-en-abyme slipperiness between the various histories of the Siege of Lisbon in the novel and the «carácter polifónico do narrador»¹⁴ mirror its intertextual and deconstructive effects, subverting fixed identities and genres, and exacerbating the opacity of historical discourse.

In and through the historian's «History of the Siege of Lisbon», the book onto whose text the proof-reader symbolically inscribed his «No» of defiance and denial, of negation and creative liberation, Saramago's own *História do Cerco de Lisboa* evokes and exposes the ideological complicities of two dominant historical discourses and their attitudes to the past. On the one hand, the "historian"'s reliance on the extant eye-witness account, the anonymous English Crusader's Letter to Osbern, is made to reveal the limitations of positivist historiography. The fetishism of the document, translated into a naive letting the past speak for itself, or making of the dead, in the quaint expression of one such historian of the Conquest of Lisbon, «os olhos dos nossos olhos», ultimately means merely re-telling the victor's tale.¹⁵ The dramatic and anachronistic reconstruction of «period detail», on the other hand, more closely suggests the choreography, spectacle and masquerade of the New State's historical recreations in the 1947 commemorations of the Eighth Centenary of the Conquest than it does the past itself. On that occasion, following an imposed blackout, the Castle suddenly burst into light as a simulated battle recalled the capture of the city, and at midnight, symbolizing the new era shining forth out of the darkness, a Cross of light rose above the castle walls to the sound of the bells ringing out of every Church¹⁶. As the Portuguese Medievalist José Mattoso put it fifty years later, in 1947 the regime celebrated the event strictly in terms of the inclusion of the city into Christian domain. The moment of conquest was made to represent «como que um ponto zero. Um começo absoluto» of a new history whose reverse was the erasure of the Islamic past as barbarie¹⁷. Indeed, like the Grande Cortejo Histórico which proved the high point of the 1947 commemorations, whose thematic focus on Manueline Lisbon provided the excuse for the inevitable ritual enactment of imperial fantasy, complete with elephants and a few Guineans in fancy dress to lend an orientalist and realist tone¹⁸, the regime's discourse of the (Re)Conquest was inextricable from the pro-

paganda of the Civilizing Mission. True to the New State's self-image and ideology, Christianization and Civilization were no more separable than Portuguese and Catholic, or culture and colonialism. And as with Saramago's Muezzin, it is this ideological totalization that the voice of the Muslim threatens. In the course of a discussion of the influence of Islam in Guinea, in the most comprehensive and influential Portuguese colonial work on that territory, Avelino Teixeira da Mota recounted how his attempt to convince a Fula Guinean Muslim of «as excelências da cultura cristã dos brancos» had met with the distressing reply that «afinal os brancos estavam sempre a vangloriar de ter uma cidade como Lisboa, mas quem fizera essa cidade haviam sido os Mouros»¹⁹. This reply, which to Teixeira da Mota revealed the dangerous implication that «o islamismo é civilização, uma cultura, uma bandeira», exposes both the aporia at the heart of the New state's identitarian reading of the past, and the political stakes of the Heritage game.

THE HERITAGE GAME

As elsewhere in Europe and France in particular, though only later, the concern with preservation and conservation of monuments gained momentum in Portugal in the second quarter of the nineteenth century. Arising out of the strife of invasion, revolution and civil war, it followed the vicissitudes of the New Regime of Liberalism. The expropriation of the monasteries and religious orders in the process of juridical and social dismemberment of the Ancien Regime lent it a new urgency, while the forging of a new political culture of citizenship predicated on and mobilizing of patriotic discourse invested it with the emerging consciousness of an embodied and historicist expression of national identity. Necessarily coined as retrospective legitimation of the foundations of the Liberal state in the making,

this national identity reflected both its political model, and its cultural discourse and sources of inspiration. The concern with rediscovering Ancient Liberties and medieval «parliaments», the Rankean historical focus on the political emergence of the nation and the State, the happy combination of didactic populism with the literary fashion of historical novels inspired in Walter Scott, the search for a genuinely national and «popular» poetry in the collecting of *Romanceiros*, the influence of the perspectives of foreign travellers and the topoi of their travel writing on the Peninsula, and of Romanticism and its cult of the exotic, all converged to privilege the medieval period and Moorish history in the making of this new cultural imaginary. The result was an unprecedented appreciation of the splendours of Islamic Civilization, leading one sympathetic and authoritative critic to speak of a decisive «mudança de direcção, de uma arabofobia para uma arabofilia, na literatura portuguesa» of the period²⁰. In truth, however, as its key text, Almeida Garrett's Wielandish fantasy on the history of the Conquest of the Algarve, explicitly suggests, the Romantic generation appropriated the matter of Peninsular Islam primarily in search of a differentiated literature in relation to their European models²¹. It was this aspect, not the Moors themselves and even less Islam as a religion, that interested the Portuguese Romantics. Later in the century, when the so called Generation of 1870 racialized the debate over the origins of the nation, it was on the Mozarabs, the Islamically acculturated but Christian peoples of the Peninsula, not the Moors, that the dispute over the origins of the nation, the historical specificity of Peninsular medievalism and the contending philosophies of history focused. The ambiguities of this distinction are perhaps best expressed by reference to the work of José Garcia Domingues. After a life time as an Arabist dedicated to the study of all aspects of Luso-Arab history, in what was to prove his last published interview, Garcia

Domingues unequivocally asserted the complete absence of Islamic impact on later Portuguese culture, jokingly styling himself an anti-Arab Arabist²².

TRIBAL CLAIMS

In the last quarter of the nineteenth century the earlier Liberal-Romantic discourse of Portuguese national and civic identity suffered a significant regionalist inflection. Whilst on the one hand, the newly emerging disciplines of Archaeology and Anthropology were recontextualizing the discussions of national particularities within the broader canvas of comparative and universal history, local archaeological discoveries and museological collections, spurred by local pressures for political decentralization and the cultural affirmation of provincial elites were forcing a begrudged recognition of ethnographic difference within the body of the nation. A case in point is precisely the Southern region, the Algarve, whose short-lived Museum, sacrificed in the tug of war between local and national interests, housed a specifically Islamic collection which reflected the region's differential history and identity within the nation²³. Scholarly and aesthetic orientalism, and the fashion for the Moorish style, hand in hand with the advance in ethnographic collections and oral literature decisively led to a minor boom in Islamic-themed writings mostly centred in the Algarve and the Alentejo from the 1890s into the early 20th century. If Ataíde Oliveira's collections of oral literature traditions on the theme of the *Mouras Encantadas* are a good example of this, the paradigmatic case is unquestionably that of António Maria de Oliveira Parreira's historical novel *Os Luso-Árabes*, subtitled «scenas da vida mussulmana no nosso país».

Both authors speak of an acute consciousness of the heritage of the period of Islamic rule in Portugal as a living presence which since childhood had imposed itself upon their senses, manifest in the region's toponymy, popular traditions, and local histories and legends²⁴. It is this same sense of a haunting local presence, carried from curiosity into object of study, that one finds half a century later in the work of the aforementioned Garcia Domingues. It is to this same affective relation with the presence of the past that Portugal owes the initial interest and attention to this Islamic legacy by some of those who were to become specialists of the subject. Moreover, as with these authors, it is through the familiarity with place names daily encountered and the Portuguese vocabulary of Arabic origin, that many Portuguese first become acquainted with and interested in that past. A past which, moreover, because perceived as surviving in the language and geography which is their own, also comes to seem theirs.

A second theme shared by the two authors concerns the reclamative strand which informs their writings. Echoing Ataíde Oliveira, Oliveira Parreira's preface not only laments what he calls the black ink-stain that covers five centuries of the history of the peninsula, but denounces it as a deliberate erasure of that past. In contrast, the whole novel is suffused with a passionate evaluation and celebration of Luso-Arab civilization. A particular aspect of this civilization is the wealth of poetic production owed to the eleventh-century poet-king Al-Mutamid Ibn Abbad, born in the city of Beja in the Alen-

tejo. Although Parreira's identification is with the Christian Mozarabs and not the Muslim Arabs, the end of the novel, which returns to and concludes the thesis of its prologue, symbolizes his entire message by disclosing the key to its reading in the attitude to Al-Mutamid. Bringing the story of the life of the poet-king to a close, the author recounts an anecdote related in Reinhart Dozy's *History of the Muslims of Spain*. It tells of a Bedouin sheikh whose hospitality shown to a traveller from Seville was rewarded with a recitation of some poems of Al-Mutamid. Having enquired after the name and the tribe of the author of such incomparable poetry, and upon learning that it was that of the Beni-Lakhm, which was none other than his own, the sheikh immediately raised his kinsmen exhorting them into festive celebration and proud claim to this glory, theirs by entitlement of kinship. Oliveira Parreira, in his turn, addressing the «filhos do Algarve e do Alentejo», similarly urges them, «como o sheik da tribu de Lakhm disse aos seus: "aceitai os poemas do vosso primo"». And like the Beni Lakhm, who upon learning of the greatness of their kinsman, were quick to reclaim him to their glory, so the Portuguese should «desenterra[r] de debaixo d'esse negro pingo de tinta que encobre a história do nosso solo, os factos de cinco séculos» and proudly reclaim it as Portuguese cultural heritage²⁵.

A century later, Adalberto Alves who had already been responsible for the commemorations of Al-Mutamid organized by the Municipality of Beja in 1985, produced a Portuguese translation of his poetry also sponsored by this Alentejan municipality²⁶. Like Oliveira Parreira, Alves also closes his introductory biographical sketch of the poet-king with the same transcription of the Beni Lakhm episode narrated by Dozy, thus staking a similar tribal claim²⁷. Elsewhere, in a more explicit discussion of the Latin root of património as «aquilo que é da família» Alves defines «o património Árabo-islâmico em Portugal» as «aquilo que sendo árabo-islâmico, integrou a nossa portugalidade»²⁸. Like Oliveira Parreira, Alves too has urged his compatriots to embrace this «family legacy». He himself has contributed extensively to the recovery and celebration of the five centuries of neglected and repressed history, by documenting the traces and legacies of the Arab-Islamic past in Portuguese Literature, Music and Architecture, and complemented this critical activity with a corresponding and vigilant concern to denounce, analyse and correct distorted contemporary images of Islam in the Portuguese media, educational texts and general culture²⁹. In one respect Alves' translations of the Arabic corpus of what he calls the Luso-Arab poets is a contribution to the fundamental redefinition of the European literary Canon urged by the critic Maria Rosa Menocal. Menocal sees the recovery of this «forgotten heritage» as instrumental to the resolution of what she calls the «insurmountable challenge to the narration of European culture and its history» posed by Al-Andalus, and the contemporary acceptance of Arabic-Islamic culture as intrinsic rather than alien to the very fabric of European culture³⁰. But in another respect, Alves' reclamation of Al-Andalus as by rights a legacy pertaining to the Portuguese and of which they have been «desapossados, durante séculos» in consequence of an «intransigência político-religiosa» also slips into an overcompensating stress on the «myth» side of what he himself labels the Gharb Al-Andalus as «realidade-mito fundadora»³¹. Concerned to raise the exemplarity of Al-Andalus as a historical precedent and lesson in

tolerance for a world facing anew the challenges of multiculturalism, and privileging its mythopoeic value, Alves re-depicts the very process of the Islamic invasion of the Peninsula as «um movimento que teve o seu quê de migratório», transforming the Moors into welcome liberators and the military expansion into «sobretudo uma «ocupação pelo espírito»³². Combining a Boabdilian-like nostalgic discourse of the lost Al-Andalus, with the anti-modernist traditionalist critique of Western materialism, Alves' Al-Andalus becomes utopia, «um símbolo: de sabedoria, de beleza e de tolerância»³³. Where the early twentieth-century poet-prophet Teixeira de Pascoaes discovered in the untranslatability of the word *Saudade* and its uniquely Portuguese sentiment the very essence of the distinctiveness of the Portuguese soul, and the basis of a regenerative and patriotic *Arte de Ser Português*, Alves finds *Saudade* specifically Portuguese... and Arab.

PRODIGAL SONS

In stark contrast to both the Liberal and Republican civic discourse of national identity, and its locally driven political regionalization, the Salazarist New State articulated the centralizing and decentralizing models to the depoliticization of both. The cult of regionalist folkloric difference and patriotic nationalist pride combined in a ritualization of apolitical citizenship with power vested exclusively in the State. The core of the nationalist narrative – seamlessly weaving the historical processes of nation formation, consolidation, expansion and empire, with the ideological legitimation of Salazarist regeneration and the apologia of the colonialist civilizing mission –, was the moral discourse of Catholicism. And never was the inexorable logic of this narrative more monumentally and symbolically affirmed than in the jubilant year of the 1940 commemorations of the Eighth Centenary of the Foundation of

Portugal. The celebrations that year of the Miraculous interventions of Christ and the Holy Spirit in the triumphant defeat of the Moors at the battles of Ourique and Salado, bespeaking the providentialist belief in the nationalist cause, forcefully testify to the Salazarist identitarian construct of Portuguese Catholicism and the absolute Otherness of Islam. Yet, like the famous Salazarist maxim «Português logo católico», each such articulation of nationalist and Catholic rhetoric must also be critically contextualized for its contingent and pragmatic political interests. In practice, flying in the face of established opinion, 1940 was perhaps more the exception than the norm. Despite the prescient voices that warned of the barriers to Portuguese colonial culture in Mozambique and Guinea, the pragmatic logic of the on the ground military situation had Portuguese colonial administrators courting Muslim allies at the service of colonial expansion in Guinea till the mid 1930s³⁴. And if the Catholic hardline seems indeed to have become entrenched with the militaristic triumphalism symbolized by the *Exposição Histórica da Ocupação* in 1937, and even survives the immediate aftermath of the end of the Second World War sustained into the mid-50s by the spectre of the Afro-Asian Bandung front, the convergence of the pragmatic imperatives of a colonial war on three fronts, the unstoppable Winds of Change of African decolonization and the no less sweeping changes brought by the II Vatican Council's theological response to the Muslim faith, soon rendered it an embarrassing and repressed memory.

António da Silva Rêgo's influential *O Oriente e o Ocidente*, published in 1939, is a paradigmatic example of the theological-political hardline. For the author his time is characterized by the redefinition of the world order, with the old antinomy between the West and the East giving way to a clash of civilizations between Christianity and Islam. Reproducing the classic gamut of clichés Silva Rêgo defines Islam as an easy, sen-

sual and this worldly religion, bloody and militaristic, whose entire doctrinal construction would not survive two hours of serious analysis. Having defined Islam as a «religião dentro da qual não existe distinção entre a verdade e a mentira», the author can then conclude that «o Islamismo torna-se, moral e filosoficamente, um adversário temeroso da civilização europeia»³⁵. In less coherently sustained form, and in more impressionist terms, colonial administrators, commentators and analysts followed in his track throughout the 40s and early 50s, vying in the urgency of their warnings against a, more often than not, indistinctly Muslim and Bolshevik threat to Portuguese authority in the colonies. Yet, as the strategic potential of sizeable Muslim populations mobilized against Marxist independence movements dawned along with the progressive stretching of the campaign years in the course of the 60s, so the seduction of the Muslim populations translated into a thorough redefinition of the identitarian Salazarist discourse of Portugueseness. Sponsorship of the pilgrimage to Mecca, which Silva Rêgo had identified as «um acto de idolatria», soon became one of the most publicized expressions of Portugal's claim to a role as protector of Islam. And while António Spínola, the Governor and Military Commander-in-Chief in Guinea supported and celebrated the construction of ever more Mosques in the colony, conservationist initiatives marking the official commemoration of the birth of Vasco da Gama were in Mozambique extended to the well publicized restoration of the Island's early twentieth century Gulamo Mosque and the creation of a small Museum of Islamic Art in the mainland in an initiative which, as a war journalist doing the regime's propaganda tellingly put it: was owed not merely to conservationist issues but also to «razões religiosas, como é natural deduzir-se, visto que no Espaço Português não é apenas o cristianismo a religião nacional»³⁶.

Bearing in mind the ideological importance of representations of the Discoveries in the Salazarist nationalist and historical narrative, Francisco José Velozo's address to the *I Congresso das Comunidades Portuguesas* on the question of the Islamic population of Mozambique makes particularly interesting reading. «A Cruzada contra o Islão», the author declared, «terminara em Marrocos». Beyond that, in the expansion on the East Coast of Africa and the Indian Ocean, «o reencontro com os arabizados e os Árabes foi para os Portugueses, cuja pátria de origem conheceu cinco séculos de fortíssima aculturação árabe, como que o reencontro com uma parte de si mesmo». «Se alguém duvidar disto», Velozo goes on to explain «é porque ainda está por fazer em grande parte, a História da nossa cultura, tão poderosamente influenciada pela cultura árabe e alcorânica». To this cultural legacy, therefore, he attributes what he describes as «o bom entendimento que sempre existiu entre Muçulmanos e Cristãos portugueses»³⁷. But perhaps the most striking expression of the ideological volte face of the Salazarist identitarian discourse comes in an article on «Islamitas Portugueses» in the glossily illustrated magazine *Panorama*, significantly the official publication of the *Secretaria de Estado de Informação e Turismo*, where the author argues that: «por muito que se tenha em conta o catolicismo, a Nação não é nem pode ser identificada com uma religião que nem sequer é a de todos os portugueses». More than the author's desingenuously rhetorical «como poderia ter passado despercebido, nesta hora de ecumenismo, o facto de existirem em Portugal cerca de 2 milhões de muçulmanos?», it is his concluding assertion that «no

momento presente, Portugal também será das Nações que, com mais propriedade, poderá dizer que é errado ligar o conceito de cristianismo ao de civilização ocidental», that most thoroughly pulls the very ground from under the edifice of Salarist ideology³⁸.

At this same time, capitalizing on the opportunities created by this identitarian redefinition of multicultural, multireligious Portugal rebounding from the colonial situation, the few colonial Muslims in the Metropolis devised to obtain the regime's official and institutional recognition of an Islamic Community in Portugal. Giving further expression to this colonial-metropolitan forging of a Portuguese Islam, a series of articles by Suleiman Vally Mamede, the then President of the newly created Islamic community, were regularly published in the official *Boletim* of the *Agência Geral do Ultramar*, the Colonial Office of the Ministry for Overseas affairs. Both the general tenor of these articles – that Portuguese Muslims should be considered neither as an ethnic nor cultural minority within Portugal, but merely as Portuguese who professed a different faith, and the author's celebration of the colonial authority's publication of a Portuguese translation of the *Qur'an* as proof of the reality of Portuguese ecumenism – all played directly into the hands of official propaganda. Out of such ambivalent and far from innocent strategic collusion of interests and complicitous negotiation of identity rhetoric by both sides, was thus created the new subject identity of Portuguese Muslims.³⁹

RETHINKING IDENTITIES, NEGOTIATING BELONGING

José Mattoso's claim on the occasion of the 850th centenary of the Conquest of Lisbon that the re-evaluation of the Islamic contribution to the formation of the nation was perhaps one of the single most urgent tasks facing Portuguese Medievalists, and that in the case of Lisbon that meant specifically an understanding of the city's continued integration within the Mediterranean world till the close of the medieval period, closely echoed the opening speech by the President of the Portuguese Republic, a few months earlier, at the start of the working sessions on Arab-Islamic Memories in Portugal⁴⁰. In the very bastion of the nation's collective memory, the *Torre do Tombo* National Archives, on the exact day that fifty years earlier the then Head of State, symbolically receiving the Sword of the first King of Portugal, raised the Portuguese flag in the Castle of St George in commemoration of its Christian Conquest, the current President, Jorge Sampaio, gave official expression to the two themes that together define the recent Portuguese discourse on the shifting politics of heritage and identity: the recognition of Arab-Islamic legacy as integral to Portuguese identity, and the notion that the re-discovery of this particular heritage is owed to an exercise in historical revisionism which is both a fundamental precondition and symbolic testimony to Portugal's coming of age as a democracy⁴¹. In November 1998, shortly before Jorge Sampaio gave tangible expression to those words by becoming an honorary member of the *Comunidade Islâmica de Lisboa* at the official commemorations of the XXXth anniversary of its foundation, the President of the Islamic Community, recalling the silencing of the Muezzin in Saramago's novel, celebrated the renewed sounding of the Muslim call to prayer in Lisbon's Mosque as an

affirmation of the new and now Portuguese Muslim presence⁴².

HERITAGE AND COMMUNITY

The complexity of factors shaping the relationship between this Portuguese re-conceptualization of Portugal's own Heritage in a context of socio-economic change and political re-orientation, and the negotiations of belonging by Muslims in Portugal, re-defining their own identities as Portuguese Muslims, can be suggested by the contrasting examples of two Museological initiatives in Loures and Mértola.

The case of Loures is illustrative of a local community irrecognisably transformed by the social and economic modernization of the Lisbon periphery which, under a left wing municipal government, has embraced the new ethnic pluralism of its population and actively promoted multiculturalism as a positive and democratizing factor. Under the impact of internal migrations since the 1960s and then of postcolonial immigrant settlement post '74, the population has increased some seven fold and correspondingly diversified. One strong presence is that of Muslim communities, which benefiting from the Municipality's policy of community subventions, have flourished finding recognized public expression in a Mosque and some 5 prayer halls. In face of these transformations, the Municipal Museum, historically focused on the ethnographic collection and preservation of local *tradições saloias*, has actively sought to reflect in its role of institutional custodian of the collective memory the new ethnic diversity of the population. Combining disciplinary trends in new museology with the progressive policies of local political power orientations the Museum organized the innovative *Pelas Ruas e Lugares de Loures* exhibition⁴³. Complementing a documental and artefact based historical approach with a community based tes-

timonial and dialogic approach to charting the community's changing identity, the exhibition is explicitly conceived as a contribution towards «alicerça[r] assim uma maior consciência de cidadania» and a means of empowerment of the local ethnic communities through representation. Yet, for all that this Exhibition represents an unprecedented step in the integrative redefinition of an albeit local Portuguese Heritage inclusive of contemporary Islam, perversely, it also illustrates the exoticizing effect of fetishizing difference. Seeking to give voice to the communities themselves, the exhibition catalogue includes a number of texts requested from the various «associações culturais» in their respective «dialectos». Thus the Hindu community is represented by texts in Gujarati, and the Guinean and Santomense Africans by their respective Crioulos, but the Islamic community is represented by texts in Arabic. Local Muslims are mostly Indians from Mozambique, for the greater part Gujarati speaking, and Africans from Guinea; their «community» languages are Portuguese, Fula, Mandinga, Crioulo and Gujarati; none have Arabic as a spoken language, nor indeed will the Quar'anic Arabic reading-knowledge serve them in the least in understanding texts written in modern Arabic. If a danger of multiculturalist policies of recognition predicated on difference is its unintended promotion of a traditionalist de-contextualized «authenticity» misrepresentative of the everyday realities of acculturated ethnic communities, here the Arabicizing of Islam even more perversely estranges the community from itself.

The case of Mértola could not be more different. The 1960s brought not expansion but calamitous collapse. A soil unsuitable for cultivation, unsustainable pastoral agriculture, the lure of booming industrial urban economies, migration and emigration reduced the population of the area by close to two thirds following the closure of the local Copper Mines. With such prospects it is little surprising that no ethnic minorities are to

be found in the town or its minute outlying villages, much less a Muslim presence. Yet, if differently from Loures, Mértola's Municipal museological initiative is of no less interest, or consequence, to the multicultural re-definition of Portuguese Heritage, and the integration of Muslims in particular. On the contrary.

Succinctly stated, the origins of the project lie in the post-revolutionary context of Cláudio Torres' return from political exile and his acceptance of the local Mayor's invitation to take responsibility for the town's archeological digs⁴⁴. Building on that local partnership the successful bid for European Community funding enabled its expansion into a more radically transformative community project. In the best tradition of eco-museology, the archaeological excavation and related museological project became productively and functionally integrated into the life of the community as the core of an articulated project of sustainable economic development⁴⁵. Whilst the work of excavation itself offers the opportunity for training and the prospect for future employment in archaeology and conservation, the recovery of traditional techniques of artisanship in jewelry, pottery, weaving, and gastronomy, provide supporting activities for the tourist industry. The principle of integrating artefacts into their sites, with the corollary extension of conservation and restoration to the structures housing them, and the use of the entire urban layout as an exhibition space, simultaneously renders the town itself, its historical centre and its lived structures as themselves worthy of interest⁴⁶. The impact of the archaeological project, however, extends well beyond Mértola in significant ways.

Firstly, the degree of preservation of the medieval quarter of Islamic Mértola, the richness and uniqueness of the collection excavated, the focus on previously neglected aspects of daily life of the community privileged by New Archaeology, on the one hand, and the relatively young disciplinary status of Islamic archaeology in Portugal, combined with the particular status of the Mértola team in the intellectual field, on the other, have all contributed not only to place the Mértola findings and its archaeological team at the centre of the most thorough and best publicized reconceptualization of the Islamic past of Portugal, but to make it the basis of the new historical synthesis of the period⁴⁷. Thus, for example, it was almost entirely on the basis of the Mértola collections and its interpretation that Cláudio Torres and Santiago Macias curated the ground-breaking *Islamic Portugal* exhibition at the National Archaeological Museum in Lisbon, the most important such exhibition ever held⁴⁸. The same two authors' contributions, individually and jointly, to a number of diversely conceived exhibitions, events and texts reaching and engaging different audiences and readerships from diplomats to school children, further consolidates the institutionalization of their reading.

If one aspect of this reading, as with the authors' contributions to José Mattoso's monumental and best-selling *História de Portugal* is literally the incorporation of the history of the Gharb Al-Andalus as a chapter of medieval Portuguese history, and thus, as more explicitly brought out in the subsequent illustrated volume on *O Legado Islâmico em Portugal*, to decisively re-establish the Islamic past as a foundational element of Portuguese culture and heritage, a second aspect implies a more radical reinterpretation of the meaning of this Heritage⁴⁹. Shifting the focus of history away from the vicissitudes of power politics and administrative structures privileged by the narrative of triumphant

Reconquest onto the level of material culture, reveals the very different story of the persistence and continuity of Arabized and Mediterranean customs and practices manifest in the gastronomy, textiles, crafts, fishing, food growing, and everyday life of Southern Portugal surviving to this day⁵⁰. But the correlative spatialization of this temporal continuity, which underpins the entire reconceptualization of the history of the Gharb Al-Andalus and extends to the contemporary population, is precisely its re-contextualization in the world of the Mediterranean as an extension of North Africa. At the same time that it ratchets the Islamic past firmly into the national heritage of Portugal, it splits Southern Portugal off from the unity of that national history. As Torres himself is quoted as having explained to a Brazilian audience in his presentation of the touring exhibition *Memórias Árabe-Islâmicas em Portugal*, «a filiação genética do povo português é predominantemente berbére (do Norte de África) e tem pouco a ver com a genética europeia [...] do outro lado do mar Mediterrâneo está o nosso passado, a nossa História»⁵¹.

None of this, of course, is directly concerned with Muslims or with contemporary Islam for that matter. The one significant exception occurs in Eva-Maria von Kemnitz's contribution to the catalogue of the Museu Nacional de Arqueologia's *Portugal Islâmico* exhibition where, appropriately enough, the author concludes her review of Islamic museological collections in Portugal by referring to the fact that, in the face of the new Muslim communities in the country the recovery of the Arab-Islamic heritage in Portugal can no longer be regarded as of mere historical interest⁵². The claims of Portuguese Muslims upon this Heritage as both Portuguese and Islamic, are at the core of this negotiation of symbolic capital, civic recognition and cultural belonging. For all that this genealogical claim to an ancestral Arab-Berber legacy by Mozambican-born Indians and Guinean Africans bespeaks of invented tradition, it is an invented tradition with a long established tradition of its own. And one which, inscribed into the very relations between local Muslim communities and the global *Ummah*, is at the core of the dynamic of Islamic identity itself⁵³. If young Muslims in Portugal have themselves expressed the belief that the incorporation of the Islamic past and the positive valuation of the Arab-Islamic contribution to Portuguese and European history and culture in school textbooks is an important strategy in Portuguese society's more positive recognition of their status as a religious minority and as Portuguese citizens, Community leaders and Associations have precisely privileged this aspect in managing the Community's public relations with the wider society⁵⁴. Whether in terms of its receptivity to excursions organized by the cultural committee of the Muslim Youth Association, or in its very active participation in the cultural activities organized by the Community, Mértola and its team have, in this way too, extended the local effects of its heritage project to a different narrative appropriation of communal empowerment.

THE MOOR WITHIN

Among the facilities offered to Portuguese Muslims making use of the «Islamic Forum in Portugal» website, is an «Islamic Web Post Office» service. Here, individual-

ized messages can be sent on multimedia postcards accompanied by a sound clip from a choice of short Qur'anic recitations or the call to prayers. Among the card images on offer are a choice of 16 in the series «Islamic Heritage of the Iberian Peninsula»⁵⁵. Beside the more famous Andalusian monuments one would expect, the sender may equally choose from a range of photos depicting the *Castelos* of Alcácer do Sal, Silves or Lisbon; the former mosques, now *Igreja Matriz* of Mértola and *Sé Catedral* of Idanha a Velha; Arabic epigraphic inscriptions from Beja, or from the Castle of Moura; or the famous *Arco de Almedina* in Coimbra. What makes it of particular interest is the fact that, as a note of acknowledgement makes explicit, these photos are for the most part taken from the iconography of Claudio Torres and Santiago Macias' «Gharb Al-Andalus» chapters in José Mattoso's *História de Portugal*. The Portuguese Muslim choosing, in a further twist on Saramago's tale, to append the sound clip of the Muezzin's call to prayer onto his *Castelo de S. Jorge* multimedia greeting card, is simultaneously laying claim to his «Islamic Heritage» and negotiating his Portuguese Muslim identity.

NOTAS

- 1 José Saramago, *Viagem a Portugal* [1981], Lisbon: Círculo de Leitores, 1999, p. 144
- 2 Portaria de 29 de Agosto de 1938, *Diário do Governo* s.2 203-II (1.9.1938), cited in *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* 25-26 (Setembro-Dezembro de 1941): *O Castelo de S. Jorge*, p. 5.
- 3 See the examples cited in Maria Carlos Radich, *Temas de História em livros escolares*, Oporto: Afrontamento, 1979, pp. 56-58.
- 4 António Maria Zorro, *Honra de Ser Português*, n.p.: Campanha Nacional de Educação de Adultos, (Coleção Educativa série H 1), 1955, p.15.
- 5 Henrique Gomes da Silva, «Monumentos Nacionais; orientação técnica a seguir no seu restauro» [1934], cit. in Jorge Custódio, «Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos: De Alexandre Herculano à

- Carta de Veneza (1837-1964)», in *Dar Futuro ao Passado*, Lisbon: IPPAR, 1993, p. 57.
- 6 Jorge Rodrigues, «A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o Restauro dos Monumentos Nacionais durante o Estado Novo», *Caminhos do Património*, Lisbon: IPPAR, 1999, p. 73; see also Custódio: «Salvaguarda», p. 59
 - 7 «Oitocentos Anos de Independência» [1940] in Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas* III, 2nd edition, Coimbra: Coimbra Editora, 1959, p. 255.
 - 8 Zorro: *Honra*, p. 14.
 - 9 Saramago, *Viagem*, pp. 56-58.
 - 10 José Saramago, «Palavras para uma cidade», *Folhas Políticas*, Lisbon: Caminho, 1999, pp. 178-82.
 - 11 José Saramago, *História do Cerco de Lisboa*, Lisbon: Caminho, 1989, p. 312.
 - 12 As I've argued more fully elsewhere (in the papers «Everyone after his tongue? Nationalism and Identity at loose ends», 3^o Congresso Nacional da Associação Internacional de Literatura Comparada: Literatura e Pluralidade Cultural, 9-11 March 1988, Calouste Gulbenkian Foundation, Lisbon and «Lifting the Siege: Muslim voices in Portuguese culture», The Arab Dimension in Portuguese Culture, University of Westminster, London, 27 March 1998), the symbolic significance of the call to prayer lies not only in the fact that it contains the proclamation of the faith, and can therefore function as a synecdoche of Islam itself, but in the specificity of its silencing in the history of Christian-Muslim power relations (see Norman Daniel, *Islam and the West*, Oxford: Oneworld, 1993, pp. 233-34).
 - 13 J.P. Oliveira Martins, *História de Portugal*, ed. by Isabel Faria e Albuquerque, Lisbon: IN-CM, 1988, p. 339.
 - 14 As described by Manuel Gusmão, in «Entrevista com José Saramago», *Vértice*, s.2, 14 (May 1989), p. 88.
 - 15 José Augusto de Oliveira, *A Cruzada*, Lisbon, 1949, p. 125; precisely the author identified by Saramago in the above mentioned interview as the «vítima inocente» of his characterisation of the novel's «historiador», see «Entrevista», p. 97.
 - 16 See Urbano Rodrigues' description of the planned festivities in the *Programa Oficial das Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa*, ed. by Marques da Costa, Lisbon, 1947.
 - 17 José Mattoso, «No 850^o Aniversário da Conquista de Lisboa», opening address to the conference «Lisboa: Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos (850^o Aniversário da Reconquista de Lisboa)», Lisbon, 23-25 October 1997, *Arqueologia Medieval* 7 (2001).
 - 18 See the language and tone of the descriptions in *Novidades* (7.7.1947), p. 4 and *Diário de Notícias*, (7.7.1947), p. 1; Cf. José Mendes Moreira, *Fulas do Gabú*, Bissau: CEGP, 1948, pp. 317-18.
 - 19 A. Teixeira da Mota, *Guiné Portuguesa* 2 vols., vol. I Lisbon: AGU, 1954, p. 257.
 - 20 José Garcia Domingues, «Presença Árabe no Algarve», in *Islão e Arabismo na Península Ibérica: Actas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islamólogos*, ed. by Adel Sidarus, Évora: 1986, p. 113.
 - 21 See Ana Maria Ramalheite, «Ficcionalização de Contactos Culturais e Especificidade Nacional: Olhares Românticos sobre Modelos, Cristãos e Mouros», in Margarida Losa et al orgs., *Literatura Comparada: Os Novos Paradigmas* Porto: Associação Portuguesa de Literatura Comparada, 1996.
 - 22 Leonardo. *Revista de Filosofia Portuguesa* I:4 (December 1998), pp. 25-35 and II:5-6 (March-September 1989), pp. 69-71.
 - 23 On the Archaeology and archaeological collections in the Algarve see the relevant chapters in *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, Lisbon, IPPAR, 1997.
 - 24 Francisco Xavier d'Athaide Oliveira, *As Mouras Encantadas e os Encantamentos no Algarve*, Tavira, 1898; António Maria de Oliveira Parreira, *Os Luso-Árabes (scenas da vida mussulmana no nosso país)* 2 vols, Lisbon, 1898[-99], I: *Ibn-Ammar*, pp. v-xiv.
 - 25 Parreira, *Os Luso-Árabes*, II: *Al-Motamid*, pp. 228-9
 - 26 On the commemorations see *Arquivos de Beja*, s.2, vol. II (1982-85).
 - 27 Adalberto Alves, *Al-Mu'tamid Poeta do Destino*, Lisbon: Assírio & Alvim, 1996, pp. 26-29.
 - 28 *Arab-Islamic Memories in Portugal*, Lisbon, 1997, p. 57.
 - 29 Adalberto Alves, *O Meu Coração é Árabe: A Poesia Luso-Árabe*, Lisbon: Assírio & Alvim, 1987, *Arabesco: Da Música Árabe e da Música Portuguesa*, Lisbon: Assírio & Alvim, 1989; *Portugal e o Islão escritos do crescente*, Lisbon: Teorema, 1991; *Nítido Crescente: Ensaio*, Lisbon: Hugin, 1997.
 - 30 Maria Rosa Menocal, «Al-Andalus and 1492: The Ways of Remembering», in Salma K. Jayyusi ed., *The Legacy of Muslim Spain*, 2vols, Leiden: Brill, 1994, I, pp. 483-87, and *The Arabic Role in Medieval Literary History: A Forgotten Heritage*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1987.
 - 31 Adalberto Alves, *Portugal – Ecos de Um Passado Árabe*, Lisbon: Instituto Camões (Coleção Lazúli), 1999, p. 65.
 - 32 Adalberto Alves, «Introdução», *Memórias Árabo-Islâmicas*, pp. 13-16. Reference to *A Herança Árabe em Portugal*, Lisbon: CTT-Correios de Portugal, 2001, published after this paper was written, should also be added here as both of particular relevance to the topic of this paper and in confirmation of the analysis proposed.
 - 33 Adalberto Alves, *Portugal, Ândalus e Magrebe: Um contexto de Tolerância*, Lisbon: Edições Universitárias Lusófonas-Centro de Estudos do Magrebe, 1995; see also «Direito e Tolerância em Contexto Islâmico», *Xarajib. Revista do Centro de Estudos Luso-Árabes* 1 (2000), pp. 27-32.
 - 34 On colonial relations with Islam in this period see my «Guinean Princes and Portuguese Pilgrims: Race, Religion and Politics in the Forging of a Portuguese Colonial Culture», paper presented to the conference *New Perspectives on Cultural studies in Portuguese*, Institute of Romance Studies, London, 19 May 2000, to be published.
 - 35 António da Silva Rêgo, «O Islamismo», chapter III of *O Oriente e o Ocidente. Ensaio*, Lisbon, 1939, p. 51.
 - 36 Rodrigues Junior, *Quando se Pensa nos que Lutam*, Lisbon: AGU, 1970, pp. 52-3.
 - 37 Francisco José Velozo, «Portugal, os Árabes e os Muçulmanos da Costa Oriental de África», *Gil Vicente* s.2, XVI:7-8, (July-August 1965), p. 110, also published in the *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*.
 - 38 Rogério Seabra Cardoso, «Islamitas Portugueses», *Panorama* s.IV: 33/34 (March-June 1970), pp. 49-53.
 - 39 For a more detailed discussion of the shifting context of Portugal's relation with its colonial Muslims summarized in the last few paragraphs see my more recent «Questões Inacabadas: Colonialismo, Islão e Portugalidade», in Margarida Calafate Ribeiro and Ana Paula Ferreira eds., *Fantasmas e Fantásias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*, Oporto: Campo das Letras, in press.

- 40 Mattoso, «No 850º Aniversário da Conquista de Lisboa». On the relation between the revisionist historiography of the Gharb Al-Andalus and the shifting cultural and political context of post' 74 Portugal see my «Novos (Ante-)Passados: Portugal pós-colonial, multiculturalismo e a re-des-coberta do Gharb Al-Andalus», forthcoming.
- 41 Jorge Sampaio, «Jornadas Memórias Árabe-Islâmicas», *Portugueses* II, Lisbon: IN-CM, 1998, pp. 337-40.
- 42 Cited in «Tirar o Legado Islâmico do nevoeiro: Jorge Sampaio “apadrinha” releitura do islamismo na cultura portuguesa», *Jornal de Notícias* (22.11.98), p. 8.
- 43 «Pelos Ruas e Lugares de Loures», Museu Municipal de Loures, 19 July 1996-16 March 1997; See the catalogue of the same title published by the Divisão do Património Cultural do Museu de Loures.
- 44 See Cláudio Torres' own account of the origins and nature of the Campo Arqueológico de Mértola project in the article «Mértola: O Castelo, Arqueologia e... Sonhos», *História e Sociedade* 4-5 (June 1979), pp. 35-40, and in the interviews published by Rui Rocha (*Expresso-Revista*, 14.12.1991, pp. 82-87), Jaime Pinho and Lúcia P. Marques (O Estudo da História nº 12-13-14-15, II série, 1990-93, Vol. II pp. 801-810) and Rosa Amaral, *Pedra & Cal. Revista do Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico*, II:6 (April/May/June 2000), pp. 16-19.
- 45 On the principles of Ecomuseology see Nancy J. Fuller, «The Museum as a Vehicle for Community Empowerment: The Ak-Chin Indian Community Ecomuseum Project», in Ivan Karp, C. Kreamer e S. Lavine eds., *Museums and Communities* (Washington: Smithsonian Institute, 1992), pp.328-333, and António Nabais, «Nova Museologia – novas práticas museológicas», *Vértice* s.2 54 (May-June 1993), pp. 46-50.
- 46 Rui Mateus, «Mértola – Reflexões sobre um projecto de desenvolvimento local», in Maria Isabel Silva et al eds., *Encontros Cem Anos de Arqueologia «O Archeólogo Português» – Actas*, Vila do Conde: APPA-VC, 1998, pp. 109-127.
- 47 Cláudio Torres, «O Gharb no contexto da Civilização Islâmica Peninsular», in *Judeus e Árabes na Península Ibérica*, Lisbon: Comissão Nacional da UNESCO, 1994, pp. 193-98; Cláudio Torres e Santiago Macias, «A Arte Islâmica no Ocidente Andaluz», in Paulo Pereira ed., *História da Arte Portuguesa*, Vol. I: *Da Pré-História ao «Modo» Gótico*, Lisbon: Círculo de Leitores, 1995, pp. 153-177; Santiago Macias, *Mértola Islâmica: Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*, Mértola: CAM, 1996; Cláudio Torres, «O Al Garbe», in *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*, pp. 341-447, and *Terras da Moura Encantada: Arte Islâmica em Portugal*, Oporto: Civilização, 1999, to cite only the most significant.
- 48 «Portugal Islâmico: Os últimos sinais do Mediterrâneo», Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1998; see the catalogue of the same title published by the MNA.
- 49 Cláudio Torres and Santiago Macias, «O Gharb al-andaluz», in José Mattoso ed., *História de Portugal*, vol. I: *Antes de Portugal*, Lisbon: Círculo de Leitores, 1993, pp. 363-415, and *O Legado Islâmico em Portugal*, Lisbon: Círculo de Leitores, 1998.
- 50 *Legado Islâmico em Portugal*, pp. 10-11; Santiago Macias, «Aspectos do Quotidiano no Ocidente Islâmico», *Marrocos-Portugal: Portas do Mediterrâneo*, Lisbon: CNCDP, 1999, p. 61.
- 51 Quoted by Jacinto Rego de Almeida, «Portugal e o Islão no Brasil», *Jornal de Letras* (7.4.99).
- 52 Eva-Maria von Kemnitz, «O Pânorama das colecções museológicas islâmicas em Portugal», *Portugal Islâmico*, p. 314.
- 53 For an illuminating discussion of some of the issues involved see Seán McLoughlin, «In the Name of the Umma: Globalization, Race Relations and Muslim Identity Politics in Bradford», in W.A.R. Shadid and P.S. van Koningsveld eds., *Political Participation and Identities of Muslims in Non-Muslim States*, Kampen: Pharos, [1997].
- 54 In the period 1997-99, for example, no less than 13 of the Islamic Community's quota airtime slots on public television were given over to historical aspects of the Islamic past in Portugal. Both the Cultural Association Al-Furqan and the administrative organization Comunidade Islâmica de Lisboa have commemorated their anniversaries with cultural events emphasising the Islamic contributions to Portuguese history and Portugal's Islamic heritage. The Ismaili Muslim community, for its part, has been more directly involved in the sponsorship of Archaeological excavations of Islamic sites in Portugal through the Aga Khan Foundation. On Portuguese Muslim's negotiation of identity and belonging see my «Muçulmanos em Portugal/ Muçulmanos Portugueses: Imaginários e identidades trans-/nacionais», forthcoming.
- 55 See www.aliasoft.com/postcards/cardrack.html.

O CONJUNTO MUSIVO DE MÉRTOLA E O BAPTISTÉRIO

BALANÇO DAS ESCAVAÇÕES RECENTES

VIRGÍLIO LOPES¹

0. RESUMO

Pretende-se com este trabalho abordar os resultados das escavações arqueológicas efectuadas recentemente na zona do *forum* da antiga cidade romana de *Myrtilis*.

As primeiras descobertas devem-se a Estácio da Veiga, que nos finais do século XIX exumou, na zona do *forum-alcáçova*, um importante mosaico policromo com uma tararuga como temática central. Posteriormente, e desde 1979, as escavações feitas pelo Campo Arqueológico de Mértola puseram a descoberto um significativo conjunto de vestígios deste tipo de material decorativo tão difundido no período romano e que fez a glória de Bizâncio.

Do conjunto musivo fazem parte representações mitológicas (das quais se destaca um painel com Blerofonte cavalgando Pégaso e matando a Quimera) e cenas de caça, (com destaque para um cavaleiro a caçar com um falcão, elemento bastante singular na iconografia dos mosaicos paleocristãos).

Estes mosaicos estão inseridos nas imediações de uma estrutura baptismal que possivelmente se integra numa basílica ou num paço episcopal.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICA DE *MYRUTILIS*

Nesta localidade desenvolvem-se trabalhos arqueológicos desde 1978. No entanto, só no final da década passada é que foram atingidos os níveis ocupacionais da antiguidade clássica na acrópole.

O burgo de Mértola reunia um conjunto de factores que determinaram para a sua ocupação e importância. Por um lado, a sua localização estratégica, no topo de uma elevação entre dois rios, o Guadiana a nascente e a ribeira de Oeiras a poente, dava-lhe excelentes condições naturais de defesa. Por outro, o facto de ser o ponto terminal da navegabilidade do rio Guadiana, tornara-a um porto importantíssimo para a economia de toda a região. A montante de Mértola uma queda de água com o desnível de 14 metros – o Pulo do Lobo, inviabilizava a navegação. Este facto tornou Mértola um importante entreposto mercantil, com um vasto território interno, em permanente contacto com o Mar Mediterrâneo. Pelo porto da cidade escoavam-se, por exemplo, o ouro, a prata e o cobre extraídos das entranhas da faixa piritosa ibérica e todos os excedentes agrícolas da baixa Lusitânia. Estava ligada por um importante eixo viário terrestre à capital regional *Pax Iulia* e à importante área mineira das Minas de S. Domingos.

Na antiguidade tardia *Myrtilis* manteve a sua

importância económica. Os dados arqueológicos revelam que a actividade económica do porto de Mértola não decaiu e a atestá-lo estão as diversas importações de cerâmicas de todo o Mediterrâneo², que se encontraram nas escavações arqueológicas levadas a cabo nas últimas décadas.

A cidade, em si mesma, era a placa giratória das riquezas comerciais e minerais que atravessavam o território em carroças ou no dorso de animais, saindo então nos barcos, que, com rapidez, desciam com a corrente até ao mar e daí aos inúmeros locais mediterrânicos a que, por essa via, estes territórios estavam ligados.

No sentido inverso, chegavam mercadorias exóticas, múltiplos artigos provenientes de outras paragens, bem como outras gentes, com as suas linguagens e cultos.

Este constante vai-vem trouxe os primeiros evangelizadores, e a nova mensagem cristã começou a florescer entre os patrícios e plebeus da *Myrtilis* romana, numa época em que o culto se oficializava e as duas comunidades religiosas podiam conviver simultaneamente.

É certamente num ambiente de instabilidade militar que as autoridades promovem, durante os finais do século III e na centúrias seguintes, um conjunto de obras com vista à defesa da cidade. Destas obras destacam-se, na parte portuária, a torre do rio e estruturas anexas (poços e torre semicircular)³.

As escavações arqueológicas desenvolvidas na última década vieram pôr a descoberto uma importante necrópole romana situada na Achada de S. Sebastião. Se a maioria das três centenas de sepulturas são de tradição romana, pelo menos em dois casos foram detectados objectos cristãos, nomeadamente uma medalha em ouro e uma lucerna com um *crismon* datáveis dos finais do século IV inícios do V.

Em meados da mesma centúria é edificada, junto à saída da cidade, a basílica de dupla ábside do Rossio do Carmo. Este edifício foi implantado

sobre anteriores necrópoles da Idade do Ferro e romana que ladeavam a principal estrada que ligava *Myrtilis* a *Pax Iulia*. A existência de várias lápides funerárias demonstra, inequivocamente, a presença de comunidades de origem grega e judaica que aqui viveram e foram sepultadas, representando certamente os interesses comerciais de famílias de mercadores presentes nos principais portos do Mediterrâneo⁴ (Figura 1).



Figura 1 – Planta da Vila de Mértola

A – Fórum/Baptistério

B – Basílica Paleocristã do Rossio do Carmo

C – Cine-Teatro Marques Duque

Do *forum* de *Myrtilis* são poucos os dados seguros de que dispomos, pois apenas pontualmente é que foram atingidos os níveis e estruturas arqueológicas referentes ao período republicano e imperial, embora sejam abundantes os materiais arqueológicos. No *forum* foram identificados uma basílica, localizada na parte noroeste, um possível templo nas proximidades onde se levantariam – mais tarde – a antiga mesquita e a igreja cristã, e ainda o criptopórtico. Nesta construção, erguida na extremidade Norte para suportar maiores pressões numa amplitude mais vasta, o desnível foi compensado por um criptopórtico de 32 metros de comprimento, com largura e alturas médias de, respectivamente, 2,70 e 5,80⁵ (Figura 2).

A Oeste, foram levantados dois muros paralelos com 15 m de comprimento, 7 de altura e uma espessura de 1,80 e 1,20 m, respectivamente, para a parede exterior e para a construção interior.

Na parte virada a nascente os trabalhos arqueológicos trouxeram à luz do dia uma possível porta de acesso ao *forum* e ainda um conjunto de seis arcosólios que possivelmente delimitavam esta praça do lado virado a nascente, ou seriam o elemento estruturante de uma plataforma.

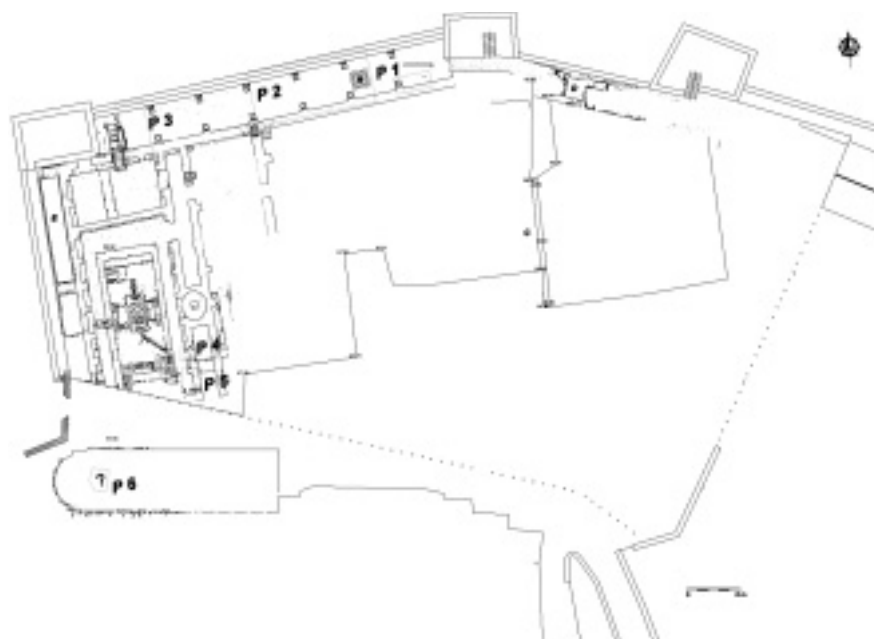


Figura 2 – Estruturas do baptistério e do pórtico

2. O BAPTISTÉRIO

As escavações arqueológicas levadas a cabo na acrópole puseram a descoberto um conjunto baptismal na parte oeste da plataforma artificial onde se teria localizado o *forum* da cidade de *Myrtilis*. O edifício apresenta uma planta rectangular, possuindo ao centro um tanque ladeado por um deambulatório. No centro do edifício foi construído um baptistério de planta octogonal (Figura 3).



Figura 3 – Corte da zona do baptistério e do criptopórtico

Do programa arquitectónico faz parte também, uma ábside voltada a poente e em simetria com o baptistério, e dois compartimentos laterais localizados a norte. No seguimento destes, um pórtico foi implantado sobre o criptopórtico, vindo a revelar um importante conjunto musivo. Deste pórtico foram postas a descoberto uma base de

coluna *in situ* e uma coluna inteira com 2 m de altura, bem como outros fragmentos de colunas de mármore. A base da coluna foi trabalhada num antigo togado, pois na parte voltada ao muro a coluna apresenta mostras do panejamento da estatuária original.

A pia baptismal é constituída por um tanque central, com a forma de um octógono irregular, com o interior estruturado por um degrau/assento. A parte exterior do tanque desenha uma estrutura lanceolada que alterna com semi-círculos, formando um conjunto simétrico (Figura 4).

Não será de excluir que este baptistério, à semelhança de alguns exemplares conhecidos, tivesse tido um baldaquino a cobri-lo. Dois frisos foram encontrados nas imediações do baptistério, um deles decorado com molduras lineares e um outro com grinaldas.

Pela métrica que apresentam e pela decoração são plenamente integráveis na arquitectura baptismal, ou seja o espaço intercolúnio é semelhante ao comprimento das peças.

Este baptistério possui algumas semelhanças a nível da forma e da sua técnica construtiva com exemplares de Fréjus⁶, de Lyon⁷, de Colónia⁸, datados do século V. Ou ainda com exemplares dos baptistérios tunisinos de Cartago, nomeadamente os das basílicas de Dermèch⁹ e de Bir Ftouha¹⁰ que perduraram durante os séculos V e VI, contudo o paralelo morfológico mais próximo a nível do baptistério e do pórtico encontra-se em Emona de inícios do século V¹¹.

3. OS MOSAICOS DO PÓRTICO (Figura 5)

3.1. Painel dos círculos secantes

Tesselas de calcário. Cores branca, cinzenta, cinzenta claro, castanho, vermelhas e amarelas. Painel rectangular, incompleto, localizado sobre o criptopórtico.

Desta orla do painel apenas nos ficaram vestígios das orlas paralelas aos muros. A parte mais bem conservada desta moldura musiva situa-se na parte sul do pórtico (Figura 6).

A composição do painel é constituída por uma figuração geométrica constituída por círculos secantes delimitados por duas fiadas de tesselas cinzentas, sendo uma das partes da intersecção dos círculos preenchida por tesselas vermelhas. Quatro losangos de cubos cinzentos, em forma de ponta de seta, inscrevem uma fiada no interior dos círculos. No local da intercepção dos círculos inscreve-se uma pequena pelta de tesselas cinzentas claras. A moldura conta, junto ao muro sul, com uma linha de tesselas cinzenta. Virados ao interior do mosaico existem duas outras linhas de tesselas. Uma primeira constituída por três linhas de cubos cinzentos, vermelhos e amarelos, e uma segunda constituída por uma linha dupla de tesselas cinzentas reforçam a moldura. No canto inferior esquerdo a composição foi alterada sendo duas intercepções dos círculos preenchidas por tesselas a vermelho,



Figura 5 – Vista do pórtico



Figura 4 – Vista do baptistério

enquanto uma das linhas do círculo recebeu dois triângulos curvos. A restante parte da composição é preenchida por cubos brancos.

Do lado oposto, virado ao exterior do pórtico, apenas se conservaram escassos vestígios musivos que nos deixam antever uma composição semelhante de círculos secantes.

O motivo dos círculos secantes apresenta uma ampla difusão no tempo e no espaço, possuindo uma ampla utilização durante o século II e III¹². Em Portugal podemos apontar sítios como Conímbriga e Pisões como soluções musivas idênticas às encontradas em Mértola. No entanto, é em Aquileia na sala norte do grupo episcopal, datado dos primeiros anos do século V¹³, onde a semelhança da composição de círculos encontra um paralelo de composição mais próximo.



Figura 6 – Painel 1

3.2. Fragmento de mosaico com o Nó de Salomão

Tesselas de calcário. Cores branca, cinzenta, vermelhas e amarelas.

Painel rectangular, incompleto, localizado sobre o criptopórtico.

Este pequeno fragmento de mosaico encontra-se na parte a norte, junto ao muro limite do pórtico a norte. Pela decoração observada e pela localização parece-nos fazer parte da divisória da composição anterior, fazendo possivelmente parte de uma outra moldura. O motivo decorativo deste orla divisória de painéis musivos é um Nó de Salomão. Os colchetes fechados são constituídos por linhas de tesselas cinzentas, vermelhas, amarelas, seguidos por duas linhas de tesselas brancas e uma cinzenta. O Nó de Salomão está implantado sobre uma quadrícula de tesselas cinzentas. Da moldura fazem parte duas linhas, uma de cor branca e outra de cor vermelha, delimitadas por tesselas cinzentas.

A presença do Nó de Salomão pouco ajuda a precisar a cronologia deste conjunto musivo, pois segundo Bairrão Oleiro «foi um dos motivos preferidos durante todo o Império, (...) e um dos de mais longa vida, pois passa à arte medieval em que adquire valor simbólico»¹⁴. Este motivo parece ter surgido em Itália no século II, sendo muito utilizado nas centúrias seguintes, havendo exemplares mais tardios¹⁵. Em termos geográficos é particularmente abundante na Itália, Alemanha, Inglaterra e na Península Ibérica, sendo bastante raro em França. No que concerne a Portugal são conhecidos três exemplares em Conimbriga¹⁶, um em Santa Vitória do Ameixial¹⁷ outro em Pisões¹⁸ e ainda um fragmento proveniente de Quintos (Beja)¹⁹.

3.3. Painel dos animais afrontados

Tesselas de calcário. Cores branca, cinzenta, cinzenta claro, castanho, vermelhas e amarelas.

Painel rectangular, incompleto, localizado sobre o criptopórtico. numa zona intercolúnios

Seguindo uma leitura das figuras de nascente para poente são visíveis, num primeiro registo, restos das patas de dois animais. Da linha da moldura, numa posição central parece arrancar um tronco. Pela disposição destes elementos é notório que se trataria de animais afrontados .integrados possivelmente numa composição heráldica. Pela escassez de elementos conservados não nos é possível saber a espécie dos animais representados, no entanto, pelo disposição das tesselas e pelos contornos dos animais parece tratar-se de dois leonídios. O contorno das patas a nível inferior é dado por uma linha de tesselas rosa e as garras são feitas com a alternância de cubos rosa e brancos. A parte superior das patas é dada por uma linha de tesselas amarelas o interior da figura é preenchida por tesselas brancas à excepção da juba que é representada por alternância de linhas rosa e amarelas. Na figura da esquerda o volume do animal é dado pela inclusão de zona de tesselas cinzentas.

3.4. Painel da cena de caça (Figura 7)

O painel da cena de caça é constituído por uma orla de motivos geométricos, florais e um pato, seguindo-se de uma moldura linear.

A composição é encimada pela representação de uma lebre, da qual se conserva a parte dianteira e do lombo. Um segundo registo é composto pela representação de uma leoa e de uma serpente. No quarto registo é apresentado um veado. No último registo é representado um leopardo e um leão que atacam capridos.

Todas as figuras sugerem movimento e estão voltadas para o lado esquerdo, com excepção da leoa e da serpente que estão voltadas para a direita. Todos os animais se apresentam incompletos. A composição musiva emprega ramos nos espaços entre os animais representados.



Figura 7 – Painel da cena de caça e dos leões afrontados

O contorno dos animais é dado por uma linha de cubos cinzentos na parte superior, sendo a restante parte do corpo delimitada por cubos cinzentos claros. Os animais representados são a lebre a leoa o leão, a serpente, o veado os caprídeos, o leopardo e o paro.

As figuras centrais da composição conservada é a leoa que amamenta uma serpente. Os contornos do corpo da leoa são feitos com blocos cinzentos no dorso superior.

No último registo do painel temos um leão e um leopardo a atacar caprídeos, em posição de caça. Estes animais apresentam-se muito mal conservados sendo visível do primeiro apenas o dorso e uma pata e do segundo apenas um pedaço das patas e cascos. Os seguintes caprídeos muito incompletos são desenhados recorrendo a várias gradações de tesselas rosa sendo empregue nas zonas escuras cubos cinzentos.

Do leopardo apenas se conserva parte do corpo e três patas. Nas patas estão bem definidas três garras marcadas com tesselas brancas de forma triangular.

A moldura é constituída por círculos entrelaçados por uma trança de dois cordões. O espaço entre os círculos é preenchido por duas flores de lotus estilizadas e invertidas. No interior dos círculos alternam motivos geométricos e flores de lotus ou rosas. A exceção a este alternância de motivos decorativos é dada por um pato, situado na moldura poente do painel.

A orla do mosaico foi aplicada sobre um fundo de tesselas cinzentas.

As representações de animais são um tema muito utilizado nos conjuntos musivos do Próximo Oriente, como nos demonstrou Olszewski, nos mosaicos bizantinos da igreja de Zahrani (Libano) onde nos aparecem animais como leões, leopardos, gazelas, aves entrelaçadas em ramagens que brotam de *cantarus*. As representações livres também são frequentes em mosaicos descobertos em Huarté ou de Houad na Síria datados do século V - VI²⁰.

3.5. Painel dos leões afrontados

Tesselas de calcário. Cores branca, cinzenta, cinzenta claro, castanho, rosa e amarela.

Painel rectangular, incompleto, localizado sobre o criptopórtico.

O painel está localizado numa zona intercolúnios e representa uma cena heráldica com dois leões afrontados e ao centro uma árvore da vida. O painel de fundo branco é ainda decorado por ramagens colocadas sobre os leões. Num caso em que se conserva a traseira do animal existe também uma ramagem a preencher o espaço vazio. Estas são delineadas e constituídas, como nas restantes composições, por tesselas rosa (Figura 8).

O motivo central do painel é uma árvore. Dois troncos sumariamente desenhados, dão origem a uma ramagem semicircular constituída por dois níveis sobrepostos de oito folhas. As folhas são desenhadas e preenchidas com tesselas cinzentas. Entre os dois níveis de folhas o recorte é dado por tesselas brancas e amarelas. O tronco é delineado por uma linha de tesselas cinzentas e vermelha.

As cenas de caça são um tema relativamente frequentes nas representações musivas do mundo clássico. Na antiguidade tardia teve nas igrejas do Próximo Oriente significativos exemplares²¹. Os animais aqui representados inscrevem-se numa temática que encontrou paralelos em mosaicos tunisinos. Bem como a cena heráldica dos leões afrontados com paralelos a nível da composição com o mosaico do caçador neófito, de um pavimento de uma igreja próxima de Hergla²². Ou ainda, de um mosaico proveniente de Cartago e hoje exposto no museu do Bardo²³. Nas Ilhas Baleares, apenas se conhecem dois os mosaicos de Isla del Rey e o da basílica de Es Formás de Torelló²⁴ com uma temática semelhante.

No caso de Torelló a disposição dos leões é simétrica, tal como no caso estudado de



Figura 8 – Pormenor dos leões afrontados

Mértola, estando os animais afrontados a uma palmeira. No caso de Mértola a árvore possui dois níveis de folhas, no entanto, apresenta grande similitude com aquela na forma do tronco.

Este tema dos leões afrontados é pouco frequentes nas representações musivas sendo datadas dos séculos V e VI. Existem na parte ocidental do império os exemplares das Ilhas Baleares e os tunisinos de Cartago e da igreja das proximidades de Hergla.

Uma outra variante, que apresenta leões afrontados no centro da composição é, um medalhão da sinagoga de Hammat Gader²⁵. Por seu lado, como nos diz P. Palol, a palmeira, como árvore da vida, tem uma infinidade de representações²⁶. Esta temática tem uma nítida influência do Próximo Oriente e do Norte de África.

3.6. A cena de caça (Figura 9)

Tesselas de calcário. Cores branca, cinzenta, castanho, vermelhas (três tons) e amarelas. Painel rectangular, incompleto, localizado sobre o criptopórtico.

A avaliar pela parte conservada, o mosaico possuía como moldura uma banda onde são visíveis uma flor de lotus, parte de uma ramagem e uma cornucópia. Seguem-se aves viradas para o centro do painel.



Figura 9 – Painel da cena de caça com falcão

Representa uma cena de caça, com um cavaleiro e diversas aves. A primeira e mais volumosa, parece uma avestruz (que também poderá ser interpretada como uma abetarda. Figura 10). Um pato encontra-se bastante danificado e com zonas vazias de tesselas. No entanto é possível observar que os contornos do corpo são delimitados por tesselas cinzentas, sendo o bico e as patas preenchidas a tesselas vermelho.

Segue-se uma representação vegetalista constituída por uma folhagem delineada por tesselas cinzentas e com o interior a branco. Ao lado e virada para nascente (disposição oposta em relação às restantes figuras) encontra-se uma terceira ave, sumariamente representada, que se nos afigura ser um grou. Da quarta ave representada, também incompleta, apenas resta parte do corpo, a longa cauda e as patas. Possivelmente trata-se de um faisão.

Por último a representação do cavaleiro. Na mão esquerda possui uma luva, que foi executada com tesselas castanhas sendo os dedos marcados com linhas a rosa. Para além de transportar um falcão, é perceptível que segura a rédea do cavalo (Figura 11).

O falcão, incompleto na parte da cabeça, tem os contornos do corpo e a asa desenhados a cinzento, estando as restantes partes preenchidas a amarelo.

A figura do cavalo está incompleta, existindo parte do dorso, a barriga, o quarto e a cauda. É ainda de assinalar a naturalidade da representação da cauda do cavalo, pormenorizada, e em que são bem visíveis as volumetrias.

No canto superior esquerdo, virado a poente, existe um fragmento de mosaico, presumivelmente pertencente ao painel anterior, dada a proximidade espacial a que se encontra. Este fragmento de mosaico possui uma decoração fitomórfica. Tem restos de duas molduras. Contígua a este motivo está representada uma cabeça de corça. Os contornos deste animal e o olho estão desenhados a tesselas cinzentas.



Figura 10 – Pormenor do caçador



Figura 11 – Pormenor do avestruz

As cenas de caça com falcão são bastante raras. Dos exemplares conhecidos o primeiro representa uma caçada à lebre, e mostra-nos o falcão em pleno voo sobre as presas. Provém de Cartago e está datado do século V ou inícios do VI²⁷.

Uma outra representação do falcão encontra-se na sala de Hipólito na igreja de Madaba (Jordania). Este local de culto é posterior e foi construído anos depois do mosaico, no entanto reutilizou-o como pavimento. Esta igreja é datada de meados do século VI. Nesta representação Hipólito segura na mão esquerda um falcão.

Esta cena de caça apresenta também paralelos com um mosaico funerário de Crescentinus, proveniente de Tabarka, actualmente no Museu do Bardo, datado do século V²⁸.

Também da Tunísia existe um mosaico descoberto numa igreja rural situada nas proximidades de Hergla²⁹, em que no «painel G» existe a representação de uma árvore da vida e dois leões afrontados, bem como uma cena de caça em que um cavaleiro segura na mão esquerda um falcão. Este painel musivo é datado do século VI³⁰.

4. OS MOSAICOS DAS IMEDIAÇÕES DO BAPTISTÉRIO

4.1. Mosaico dos botões de rosa

Este fragmento apresenta-se muito danificado o que se ficaria a dever ao facto de sobre ele ter existido uma estrutura de combustão, possivelmente da ocupação islâmica. Esta estrutura danificou irremediavelmente a superfície do mosaico provocando-lhe uma alteração das cores. No entanto ainda é possível observar uma decoração vegetalista definida por tesselas cinzentas. A composição é ortogonal com cubos denteados a delimitar as escamas. Os espaços vazios, ao centro e composto por flores de rosa³¹. Esta composição musiva apresenta paralelos muito próximos nos painéis funerários E e da já referida igreja de Hergla. As flores de rosa inscritas em linhas denteadas dispostas em escama são motivos decorativos utilizados nos pavimentos das basílicas tunisinas. Assim, um pavimento de Cartago é datado dos finais do século V³² e em Sbeitla II datado dos finais do século V inícios do VI³³, fora do espaço africano em Ancona, um pavimento com esta temática, encontra-se datado dos inícios do século VI³⁴.

4.2. Belerofonte matando a Quimera

Fragmento de mosaico de pavimento. Localiza-se a sudoeste do baptistério. Polícromo (branco, vermelho e cinzento).

Painel rectangular, incompleto, encontrado na área das escavações junto ao muro que delimita o edifício do baptistério. É constituído por uma cena mitológica onde se vê Belerofonte montando o cavalo Pégaso e matando a Quimera (Figura 12).

Apesar da figura ter sofrido a destruição de mais de metade da sua hipotética superfície, ainda se consegue identificar a cena mítica. Da figura do herói resta um braço e

uma mão e parte da cabeça e da cara. Na mão segura uma lança com aletas laterais, com que ataca o monstro. De Pégaso só resta a cabeça, delimitada a vermelha e amarelo, estando os arreios e o olho marcados com tesselas cinzentas. A Quimera encontra-se ao mesmo nível que a restante figura, defrontando-a. A parte inferior do corpo da Quimera foi destruída, restando apenas a cabeça do leão, com a lança penetrando pela boca, e parte do pescoço. A meio das costas está representada a cabeça de uma cabra, e da sua boca saem chamas. Na parte final da cauda, virada também para o herói, sai uma cabeça de serpente com a língua de fora

Este mito possui representações musivas antigas que remontam ao século V a.C. em Olinto (Grécia)³⁵. No entanto, é a partir do século II d.C. que se difundem entre as classes abastadas, associado ao vencedor do mal, com um alto valor moral³⁶.

Em território português, até agora, esta cena só era conhecida na cidade romana de Conimbriga³⁷, sendo relativamente frequente em vários locais da Espanha, nomeadamente em Mérida³⁸, Uceró (Sória)³⁹, Málaga⁴⁰, e Bell-Lloch⁴¹. Na restante parte do império são conhecidos doze exemplares repartidos pela Europa⁴² e Próximo Oriente⁴³. As datações apontadas para estes mosaicos vão desde o século II até ao século IV⁴⁴. Na Tunísia existe uma representação com a Quimera (educação de Aquiles por Ciron e uma quimera), proveniente da região de Béja, datado dos finais do século V, inícios do século VI⁴⁵.

Na maior parte das representações musivas a cena mitológica desenvolve-se num medalhão circular, no caso do mosaico em estudo as figuras dispõem-se de afrontadas num painel rectangular.

Vários são os autores que constatarem que a luta entre Belerofonte e a Quimera aparece em monumentos cristãos, ou como diz Bairrão Oleiro «o tratamento que lhe é dado esteja tão próximo das figurações de S. Jorge e S. Miguel»⁴⁶. Esta tese é também defendida por Durán onde afirma: «O uso desta iconografia prolonga-se no tempo e possivelmente o S. Jorge cristão dando morte ao dragão pode ser uma transformação do tema de Belerofonte»⁴⁷.

Pelos vários exemplos peninsulares podemos inferir que este motivo decorativo é bastante frequente no período alto-imperial, no entanto parece perdurar pelas centúrias seguintes, apresentando uma grande dispersão na Península Ibérica.

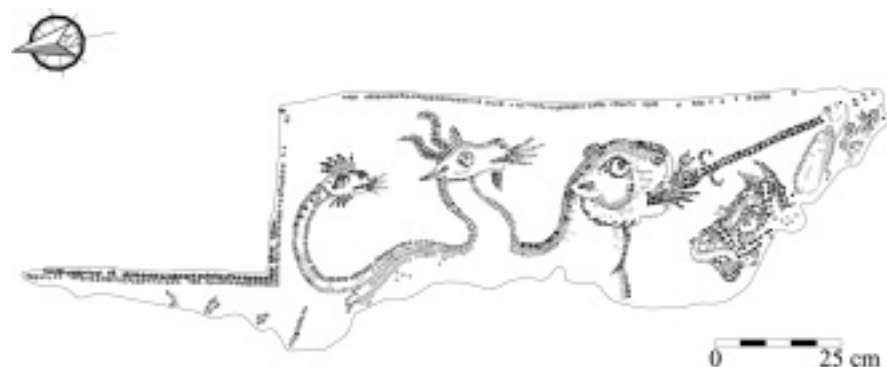


Figura 12 – Painel da quimera

5. O MOSAICO DA BASÍLICA: O MOSAICO DA TARTARUGA

Este mosaico foi encontrado por Estácio da Veiga, em Março de 1877, quando deu início ao reconhecimento das margens do rio Guadiana, que após as cheias do inverno de 1876 puseram a descoberto um grande conjunto de vestígios e de estações arqueológicas, dos quais faz a abordagem no seu livro *Memórias das Antiguidades de Mértola*. Nesta obra, o autor contextualiza a descoberta do significativo achado, e nada melhor do que transcrever as suas próprias palavras: «(...) um pavimento de mosaico, do género *opus vermiculatus*, descoberto n'uma escavação feita na rampa do castelo em profundidade de 2m,63, distante 4 metros da servidão que vai da igreja matriz para o cemitério público e a dez metros da porta do mesmo cemitério»⁴⁸.

Os dados referentes a este mosaico são escassos, resumindo-se a um desenho⁴⁹. Através da estampa que acompanha a publicação concluímos tratar-se de painel rectangular com um medalhão, com a representação de uma tartaruga ou cágado visto de cima (Figura 12).

O motivo da tartaruga afigura-se-nos bastante raro, no panorama dos mosaicos romanos e tardo romanos. Pela análise da bibliografia consultada, estando esta condicionada pelo factor tempo e pela grande quantidade e dispersão das obras publicadas, apenas encontramos este animal referenciado em Aquileia, em dois painéis localizados à entrada da basílica patriarcal do período paleocristão com datação que vai desde o fim do século IV a meados do século V. Estes dois mosaicos apresentam duas tartarugas uma em luta com um galo e uma outra afrontada a uma ave de médio porte. A interpretação apontada pela autora, refere a alegoria da luta entre a luz, simbolizada pelo galo, e as trevas simbolizada pela tartaruga. Em última análise a luta entre Cristo e Satanás⁵⁰.

6. CONCLUSÕES

Depois da análise feita, pode concluir-se que os mosaicos do baptistério e do pórtico de *Myrtillis* teriam obedecido a um mesmo programa de obra, pois o modo da disposição dos motivos e da colocação do tesselato assemelha-se em todos eles. O mesmo se poderá dizer do tamanho das tesselas, das cores empregues e do número utilizado na composição das figuras. Os motivos vegetalistas repetem-se também nos painéis nomeadamente no mosaico de Belerofonte, no mosaico da basílica e no da cena de caça. Estes factores levam-nos a pensar que um mesmo grupo de mosaístas terá executado estes vários mosaicos. O tratamento das figuras também se assemelha, bem como os motivos geométricos utilizados. No entanto, a inexistência de paralelos exactos bem datados, inviabiliza uma datação segura; apesar de tudo são perceptíveis várias influências estilísticas dos conjuntos musivos do Norte de África da região de Aquileia e mesmo do Mediterrâneo oriental bizantino, facto que não será alheio à importância desempenhada pelo porto mirtilense e pelos comerciantes da cidade.

As temáticas dos mosaicos são enquadráveis na gramática decorativa dos mosaicos cristãos, como é o caso da tartaruga, das cenas de caça e do mito de Belerofonte. Certamente estes mosaicos estavam integrados num edifício de culto, do qual o elemento mais significativo é o baptistério. Assim, poderemos enquadrar cronologicamente os mosaicos de Mértola nos finais do século V ou nos inícios da centúria seguinte.

Trabalhos recentes levados a cabo na área norte do baptistério vieram a reafirmar o grande programa de obras que houve nesta zona em que os enchimentos ultrapassam os cinco metros de profundidade. Esta remodelação levada a cabo no século IV, implicou alterações à estrutura inicial do baptistério.

Por sua vez o baptistério não estaria isolado, mas integrado num edifício religioso de tipo basi-

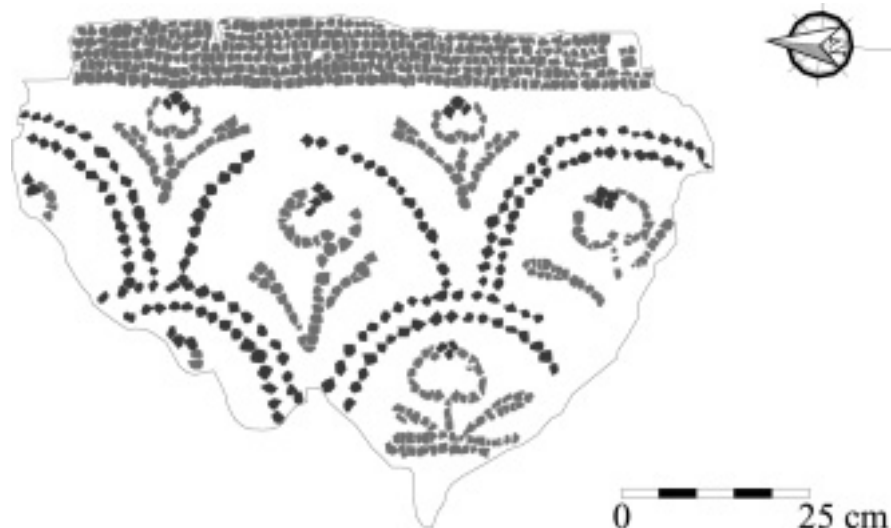


Figura 13 – Painel das flores de rosas

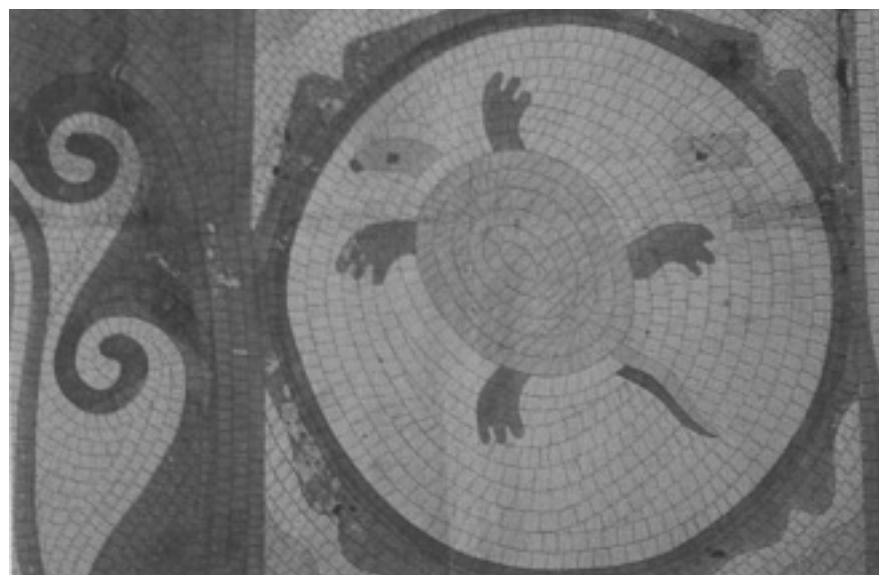


Figura 14 – Painel da tartaruga

lical ou num possível palácio episcopal. Deste conjunto apenas foi escavado o baptistério e uma parte significativa do pórtico.

Do conjunto de estruturas postas a descoberto podemos inferir a existência de um edifício de planta rectangular, delimitado nos seus lados nascente e poente.

Pensamos, portanto, que tanto esta estrutura como a edificação na qual se integrava terão uma cronologia de contexto suevo-visigótico ou não será de colocar a hipótese de uma influência bizantina (séculos V-VII).

Os primeiros vestígios do cristianismo em Mértola foram detectados na necrópole da achada de S. Sebastião nos finais do século IV⁵¹. Nas centúrias seguintes desen-

volve-se em Mértola um importante conjunto de edificações religiosas. Destaca-se neste quadro a basílica funerárias do Rossio do Carmo e do sítio do Cine-teatro Marques Duque. No primeiro caso, embora tenha recebido enterramentos a partir da segunda metade do século V, é na centúria seguinte que se verificou o maior número de enterramentos. Alguns indivíduos aqui sepultados tiveram os seus epitáfios escritos em grego e trouxeram certamente, os modelos existentes nos seus locais de origem (Líbia por exemplo), tornando a *sacrossanta aeclesia mertiliana*, uma comunidade prospera que nos finais do século V e no século VI, foi capaz de executar programas de obras tão luxuosos.

NOTAS

- 1 Campo Arqueológico de Mértola, Desenhos de Carlos Alves/ERA.
O trabalho apresentado contou com o apoio da Fundação para Ciência e Tecnologia (Fundo de Apoio à Comunidade Científica FACC e do projecto RESIDE *o circuito da romanidade*).
- 2 DELGADO, Manuela, 1992, «Cerâmicas romanas tardias de Mértola originárias do Médio Oriente» in *Arqueologia Medieval*, CAM-Afrontamento, nº 1, Porto, p. 125.
- 3 As construções defensivas relacionadas com a zona portuária foram abordadas em LOPES V., M. SIMPLÍCIO e BARROS P., «O porto de *Myrtilis*», in *4 Jornadas de Arqueologia Subaquática – Valência 26-30 de Março* (no prelo).
- 4 TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago, 1994, «Mértola romana» in *Atlas de Arqueologia*, pp. 366-367.
- 5 TORRES, Cláudio e OLIVEIRA, J. Carlos, 1987, «O Criptoórtico-cisterna da Alcáçova de Mértola», in *II Congresso de Arqueologia Medieval Española*, tomo II, Madrid, pp. 618-626.
- 6 GUYON, Jean, 1991, «Le baptême et ses monuments», in *Naissance des Arts Chrétiens*, Ministère de la Culture/Imprimerie nationale éditions, Paris, p. 71.
- 7 GUYON *ob. cit.*, p. 78.
- 8 GAUTHIER, Nancy, 1995, «Les Premières Cathédrales de Cologne» in *Orbis Romanus Christianusque*, De Bouccard, Paris, pp. 99-128.
- 9 FERJAOUI_WEBER, Fabienne, *Carthage Le parc des Thermes d'Antonin*, Agence National du Patrimoine, Tunis, 1994, pp. 16, 21.
- 10 ENNABLI, Liliane, *Carthage Une Métropole Chrétienne du IVe à la Fin du VIIe Siècle*, CNRS Éditions, Paris, 1997, pp. 138, 139.
- 11 PLESMICAR, «Ljudmila, Emona nel IV Secolo Problemi di Collegamento con Milano e L'area Padana», in *Felix Temporalis Reparatio*, Atti del Convegno «Milano Capitale Dell'Impero Romano», Milano, 1990, p. 222.
- 12 OLEIRO, *ob. cit.*, p. 100.
- 13 CAILLET, Jean-Piere, *L'Évergétisme Momumental Chrétien en Italie et à ses Marges*, Collection de L'École de Rome – 175, Roma, 1993, p. 123.
- 14 OLEIRO, 1992, *Corpus dos mosaicos romanos de Portugal, I, Conimbriga, Casa dos Repuxos*, Conimbriga, p. 56.
- 15 OLEIRO, *ob. cit.*, p. 90, citando HANFMANN, 1962, Fig. 15, Séc. V.
- 16 OLEIRO, *ob. cit.*, p. 90.
- 17 CHAVES, Luís, «Estudos lusitano-romanos. I. A villa de Santa Vitória do Ameixial» in *Arqueólogo Português*, XXX, 1938 (1956), p. 51.
- 18 RIBEIRO, F. Nunes, *A villa romana de Pisões*, 1972, p. 20-21, sala 9, nós de Salomão em três cores.
- 19 COSTA. M. Luísa, Vargas, «Contribuição para o estudo de Alguns Mosaicos da Villa Romana de Pisões», in *Arquivo de Beja*, Vol. II, 2ª Série, C. M. Beja, 1988, p. 110.
- 20 OLSZEWSKI, Marek-Titien, *L'image et sa foncion dans la mosaïque byzantine des premières basiliques en Orient*, Cahiers Archeologiques, 43 ed. Picard, 1995.
- 21 *Idem, ibidem*.
- 22 GHALIA, Taher, «La mosaïque byzantine en Tunisie», in *Dossiers d'Archeologie* p. 67 e GHALIA, Taher, *Hergla et les mosaïques des basiliques chrétiennes de Tunisi. Plan, décor et liturgia*, Tunis, 1998, p. 58.
- 23 YACoub, Mohamed, *Splendor des Mosaïques de Tunisie*, 1995, p. 384.
- 24 PALOL, Perdro, *Iconografia de los mosaicos cristianos de las Islas Baleares*, p. 140.
- 25 The Ancient Synagogue of el-Hammeh, in *The Journal of the Palestine Oriental Society*, XV, 1935, pl.VIII, Citado por CAILLET, Jean-Pierre, «Le prix de la mosaïque de Pavement (Ivè-Viè s.)», in VI Colóquio Internacional sobre mosaico antigo, Palencia-Mérida 1990, p. 411.
- 26 PALOL, Perdro, *Iconografia de los mosaicos cristianos de las Islas Baleares*, p. 145.
- 27 YACoub, Mohamed Yacoub, 1970, *Musée du Bardo. Musée Antique*, Ministère des Affaires Culturelles, Tunis, p. 258, fig. 188.
- 28 YACoub, Mohamed Yacoub, 1995, *Splendeurs des Mosaïques de Tunisie*. Edition de l'Agence Nationale du Patrimoine, Tunis, p. 373, fig. 190.
- 29 GHALIA, Taher, 2001, «La mosaïque byzantine en Tunisie», in *Dossiers d'Archeologie*, nº 268, nov., p. 67
- 30 GHALIA, Taher, 1998, *Hergla et les mosaïques des basiliques chrétiennes de Tunisi. Plan, décor et liturgia*, Tunis, p. 58.
- 31 BALMELLE, C., *Le décor géométrique de la mosaïque romaine*, Paris, 1985, p. 336.
- 32 DUVAL, N. e LEZINE, A, 1959, *Nécropole Chrétienne et baptistère souterrain*, pp. 112 e 113.
- 33 GHALIA, *ob. cit.*, p. 55.
- 34 BOVINI, G., 1966, *La chiesa paliocristiana de Ancona*, P. 34, fig. 7.
- 35 OLEIRO, *ob. cit.*, p. 68.
- 36 MERCEDES DURÁN, 1993, *Iconografía de los Mosaicos Romanos en la Hispania alto-imperial*, Universitat Rovira i Virgili, Barcelona, p. 173.
- 37 OLEIRO, *ob. cit.*, p. 43
- 38 ALVAREZ MARTINEZ, 1990 (2), *Mosaicos Romanos de Mérida Nuevos Hallazgos*, Monografias Emeritenses – 4, Mérida nº 17, pp. 98-101.
- 39 TARACENA, B., 1941, *Carta Arqueológica de España, Soria*, Madrid, p. 164, fig. 23.

- 40 BLÁZQUEZ, José María 1981, *Mosaicos romanos de Córdoba, Jaén y Málaga*, Madrid, p. 77, lám. 61.
- 41 BALIL, A., 1958, «Mosaico de Bellerofonte y la Quimera, de Torre de Bell-Lloch (Gerona)», in *Archivo Español de Arqueología*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, vol. XXXI, nº 97 y 98, pp. 98-112, p. 105.
- 42 MERCEDES DURÁN, 1993, *Iconografía de los Mosaicos Romanos en la Hispania alto-imperial*, Universitat Rovira i Virgili, Barcelona, p. 173.
- 43 TOYNBEE, J., 1955, «Mosaiques au Bellerophon», in *Gallia*, p. 91.
- 44 OLEIRO, *ob. cit.* p. 43.
- 45 YACOUB, Mohamed Yacoub, 1995, *Splendeurs des Mosaiques de Tunisie*. Edition de l'Agence Nationale du Patrimoine, Tunis, p. 365, fig. 180.
- 46 OLEIRO, *ob. cit.*, pp. 41-44.
- 47 DURAN, *ob. cit.*, pp. 173-174.
- 48 VEIGA, 1880: Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga, *Memorias das antiguidades de Mértola*, Lisboa, 1880 pp. 29-30.
- 49 VEIGA, *ob. cit.*, p. 74.
- 50 DELLASORTE, Gabriella B., 1989, *Aquilee Antique*, Edizioni Storti, Venezia, p. 76.
- 51 LOPES, Virgílio, 1999, «A necrópole da Achada de S. Sebastião» in *Museu de Mértola A Necrópole e Ermida de S. Sebastião*, CAM-EPBJC, Mértola, pp. 89-90.

A FRONTEIRA NO SUDOESTE PENINSULAR (1234-1242)

NOVAS VISÕES DA «RECONQUISTA» A PARTIR DO AL-MUGHRIB... DE IBN SA'ID DE GRANADA*

ANTÓNIO REI**

1. INTRODUÇÃO

1.1. Nota prévia

O objectivo deste estudo é a análise do espaço fronteiriço na área envolvente do Guadiana, entre 1234 e 1242, à luz de algumas informações que vêm na obra *al-Mughrib fî hulâ l-Maghrîb*¹ (O Extraordinário à cerca dos Adornos do Ocidente) de Ibn Sa'îd, de Granada.

Os limites cronológicos são: a data atribuída à conquista de Aljustrel (1234)², e aquela em que terá ocorrido a tomada de Tavira (1242)³. A cronologia das conquistas deste período é incerta, pois como afirmou José Mattoso, «Falta infelizmente um relato da época sobre as conquistas da Ordem de Santiago no Alentejo»⁴.

Essa época é, contextualizando, no lado português, a do avolumar da crise que irá levar à guerra civil e à deposição de Sancho, o Capelo⁵. Do lado islâmico, vivia-se o período das 3^{as}. Taifas: os pequenos, e mais ou menos efémeros, estados que se criaram após a queda do poder dos Almôadas na Península Ibérica, em 1224⁶.

O espaço do sudoeste peninsular, ainda sob domínio islâmico, era parte, desde 1234, da Taifa de Niebla, dominada por Ibn Mahfûz⁷.

Tentar-se-á, a partir dos dados provenientes do *al-Mughrib*..., a releitura e a recontextualização dos dados relacionados com a conquista desta região, já anteriormente conhecidos na historiografia portuguesa, incidindo essencialmente na conquista de Mértola. Concomitantemente ir-se-ão apercebendo as conseqüentes e simultâneas alterações da fronteira à luz destas novas informações vindas de uma fonte árabe contemporânea do período em causa.

O estudo pretende, por último, fazer uma proposta de nova cronologia das conquistas desse período nessas paragens do sul.

1.2. A obra – *al-Mughrib fî hulâ l-Maghrîb*

A fonte principal deste estudo é o *al-Mughrib*..., de Ibn Sa'îd de Granada.

* Este texto trata-se de um trabalho realizado sob a orientação da Prof^a. Doutora Amélia Andrade, no Seminário «A fronteira no Portugal Medieval», do Mestrado de História Medieval, da FCSH – Universidade Nova de Lisboa, e posteriormente retocado. À Prof^a. Doutora Amélia Andrade, e ao Prof. Doutor Luís Krus, que amavelmente releu o texto, quero expressar os meus mais sinceros agradecimentos.

** Instituto de Estudos Medievais (FCSH-UNL) / Bolseiro da FCT.

Trata-se de uma antologia literária, maioritariamente poética, organizada segundo critérios espaciais. A Península Ibérica, lugar de origem dos literatos antologados, aparece dividida em três grandes partes, a Oriental, a Central e a Ocidental⁸.

Por sua vez, cada uma dessas partes é subdividida em unidades territoriais menores, que aparecem designadas como «reinos», e finalmente, para cada «reino» são referidas as cidades e as fortalezas de onde são naturais ou onde residiram os letrados que vão ser apresentados juntamente com excertos das suas obras literárias. A introduzir cada cidade e/ou fortaleza, aparece sempre um texto, de natureza geográfica, mas de extensão desigual⁹.

O *al-Mughrib...* foi o produto final do labor intelectual e compilatório de seis homens, que durante cerca de 115 / 112 anos, entre 530 / 1135 e 645 / 1247, o levaram a cabo¹⁰.

Estes indivíduos, eram todos da família dos Banû Sa'îd¹¹, à excepção do iniciador de todo este labor: Abû 'Abd Allah Muhammad ibn Ibrâhîm al-Hijârî¹².

Al-Hijârî, literato protegido de 'Abd al-Malik ibn Sa'îd¹³, compôs uma primeira antologia, denominada *al-Mushib fî fadâ'il[aw garâ'ib] ahl al-Andalus*¹⁴ (O Loquaz sobre as excelências [ou as maravilhas] das gentes de al-Andalus), e que terá servido de fonte principal ao *al-Mughrib*.

Relativamente ao espaço actual do sul de Portugal que aparece referido no *al-Mughrib...*, encontramos informações de interesse relativamente à questão da «Reconquista» no Sudoeste Peninsular. Estas informações, contemporâneas de Ibn Sa'îd, serão de sua lavra.

É a partir desses dados, que não se limitam apenas a aspectos geográficos da região, uma vez que especificam a sua soberania por parte de cristãos ou de muçulmanos, que vamos procurar elaborar este estudo.

1.3. O autor : Ibn Sa'îd¹⁵ – algumas linhas biográficas

Estas linhas de cariz biográfico destinam-se para além de proporcionar um melhor conhecimento sobre a vida do autor / compilador do *al-Mughrib...*, também a precisar a data da ida de Ibn Sa'îd e de Mûsâ, seu pai, para o Oriente, pois essa data terá grande importância para a interpretação dos elementos que estão na base deste estudo.

Os Banû Sa'îd, família do autor, faziam parte da aristocracia árabe, descendendo mesmo de um dos Companheiros do Profeta Muhammad¹⁶. Desde a época da conquista islâmica da Península Ibérica radicados em Qal'at Yahsûb, também conhecida por Qal'at Banû Sa'îd (actual Alcalá la Real, na província de Granada), eram uma família de homens de Estado e letrados, guerreiros e intelectuais¹⁷. Nessa fortaleza ligada há cinco séculos à sua família, nasceu Abû I-Hassan 'Alî ibn Mûsâ Ibn Sa'îd, em 610 / 1213¹⁸. Criado num meio familiar onde era tradição o cultivo das letras, terá iniciado os seus primeiros estudos ainda entre os seus. Na sua juventude, foi enviado para Sevilha a fim de estudar, tendo-se dedicado, entre outras matérias, à Poesia e à História¹⁹.

Terminada a sua formação juntou-se a seu pai, o qual tendo sido funcionário estatal dos Almóadas, passara, após o fim do poder almóada na Península, em 621 / 1224, para o serviço de al-Mutawakkil ibn Hûd, um chefe local que surge após esse vazio de poder²⁰.

O pai de Ibn Sa'îd, ao serviço de Ibn Hûd, foi governador de Algeciras, em cargo que acumulou durante algum tempo, com idêntica função em Sevilha²¹. O próprio Ibn Sa'îd chegou a ser, episodicamente, governador de Algeciras, em substituição de seu pai²².

Em 635 / 1237, Ibn Hûd morreu²³. Facto que terá gerado alterações tão significativas para Mûsâ e 'Alî ibn Sa'îd, que os terá levado a decidirem-se pela partida para o Oriente, supostamente em cumprimento da Peregrinação a Meca (al-Hajj), mas muito possivelmente para abandonarem al-Andalus, por um largo tempo, ou definitivamente, que foi o que acabou por acontecer. Saíram de al-Andalus em 638 (Julho de 1240 > Julho de 1241)²⁴, sem se saber o dia exacto. Visitaram o Maghrib e Tunes, e estavam em Alexandria na data de Rabia' I de 639 (Setembro/Outubro de 1241)²⁵.

No ano seguinte, 640 / 1242, o seu pai, que já chegara adoentado ao Egipto, acaba por falecer²⁶. Foi nesse mesmo ano que Ibn Sa'îd iniciou a redacção final do *al-Mughrib...*, obra que rapidamente lhe abriu as portas dos meios literários do Egipto islâmico de então²⁷.

Manteve-se no Egipto até 1249, data em que partiu para Meca para finalmente concluir a Peregrinação. Esteve na Síria e no Iraque, e em 652 /1254-5 voltou a Meca. Regressou depois a Tunes, onde esteve ao serviço do Emir al-Mustansir, até que em 666 / 1267 voltou a viajar ao Oriente, tendo ido até ao Irão. A parte final da sua vida é obscura. Regressado uma vez mais a Tunes em 675 / 1276, aí terá falecido em 685 / 1286²⁸.

Ibn Sa'îd, nos seus conhecimentos, privilegiou a literatura, a poesia, a geografia e a história²⁹. Autores posteriores vieram a usar e referir a obra de Ibn Sa'îd³⁰.

Exerceu funções de responsabilidade administrativa, junto do seu pai, e episodicamente, foi governador de uma cidade – Algeciras – e do seu termo, como já referimos atrás; tudo isto ainda na Península Ibérica. Mais tarde, em Tunes, chegou também a ser funcionário do emir de Ifriqiya, facto citado no parágrafo anterior.

As estadias de Ibn Sa'îd em Sevilha, a principal cidade de al-Andalus de então, primeiro como estudante, na década de 20, e mais tarde como funcionário, assessorando o seu pai, na década de 30, ter-lhe-ão proporcionado um bom conhecimento do ocidente peninsular, não apenas nas suas particularidades geográficas, mas também nos âmbitos militar e político – se estavam controladas pelos muçulmanos ou pelos cristãos. Sevilha, tornada uma cidade de primeira linha, frente os ataques dos castelhanos, ter-lhe-á ainda permitido conhecer de perto as vicissitudes da «Reconquista».

As deambulações que Ibn Sa'îd e seu pai faziam pelos campos, na recolha de poemas, que enriquecêsem a antologia que então estaria em início de compilação, terão contribuído também para um conhecimento directo da situação no terreno³¹.

Ibn Sa'îd foi, pois, um contemporâneo ilustrado da fase decisiva da «Reconquista», a qual fez avançar, inexorável, o espaço dominado pelos cristãos, a ocidente, da linha do Tejo para as do Guadiana e do Guadalquivir, após a queda dos Almóadas em 1224³².

2. O ESPAÇO DO SUDOESTE PENINSULAR, SEGUNDO IBN SA'ID

2.1. Os vários discursos para os vários «reinos»

A fonte árabe apresenta o Sudoeste Peninsular dividido entre os «reinos» de Badajoz, Beja, Silves e Lisboa, embora seja uma distribuição politico-espacial que não corresponde, pelo menos inteiramente, à que existiu durante o período dos Reinos de Taifas³³.

É a partir das notícias que Ibn Sa'îd fornece sobre os espaços do ocidente peninsular e que à época, ou ainda estavam em poder dos muçulmanos, ou já estavam em poder dos portugueses, que vamos tentar precisar qual a situação da fronteira entre ambos os lados.

Vamos começar por analisar as várias informações da mesma natureza que surgem no *al-Mughrib*..., e ver como é que Ibn Sa'îd descreve cada uma das situações das diferentes unidades espaciais (Quadro I).

Quadro I – Os discursos de Ibn Sa'îd sobre o Sudoeste Peninsular³⁴

«Reinos»	Povoações hoje portuguesas que os integram, além da capital	Descrição geral dos «reinos», e a sua posse em 1240, segundo Ibn Sa'îd
Badajoz	Évora, Terena e Juromenha	«Reino poderoso no norte de al-Andalus. Tornou-se dos cristãos»
Silves	<i>Qaryat Shanabûs</i> , <i>Qaryat Ramâda</i> , St ^a Maria (Faro), Loulé, Cacela	«Reino colindante com o reino de Sevilha, situando-se a noroeste deste; e nas suas costas deposita-se âmbar que vem do Oceano Atlântico»
Beja	Mértola	«Reino a noroeste; Tornou-se dos cristãos»
Lisboa	Alcabideche, Sintra, Santarém	«Reino poderoso sobre o Oceano Atlântico a noroeste de Sevilha. Permaneceu em poder dos cristãos»

Temos pois aqui informações que nos apontam, pelo tipo de discurso usado, para três situações diferentes: **1)** Lisboa e a sua região, pertencem claramente, e poder-se-ia mesmo dizer, definitivamente, aos portugueses³⁵. **2)** Badajoz e Beja e respectivas áreas envolventes, estariam ainda numa situação de indecisão. Eram pois, claramente zonas de conflito, zonas de fronteira³⁶. **3)** Silves, estava ainda numa situação de evidente permanência nas áreas de domínio islâmico, e sem se situar ainda numa situação de linha de fronteira; a ausência a qualquer referência aos cristãos induz nesse sentido.

3. O AVANÇO DA FRONTEIRA CRISTÃ NO CURSO FINAL DO GUADIANA

3.1. Mértola, fortaleza de fronteira

Nem todas as povoações e ou fortalezas do sudoeste do al-Andalus, citadas nas várias unidades espaciais do *al-Mughrib*..., apresentam alguma informação relativa à sua situação de posse, mas mesmo aquelas que estão em tal situação não têm qualquer nota que destoe em nada com o que é apresentado para o conjunto espacial em que se integra, com a excepção de Mértola.

O autor, relativamente a Mértola, diz: «[...] *Fortaleza de Mértola, de entre as fortalezas de Beja. É uma fortaleza poderosa. Estava nas mãos dos muçulmanos enquanto eu estive em al-Andalus* [...]»³⁷.

Recordando que o autor conhecia bem o espaço do Sudoeste Peninsular, como já foi referido atrás, ele teria consciência de que o mais rápido avanço da «Reconquista» se estava precisamente dando pelo Ocidente peninsular, e de que a fortaleza de Mértola era, nesse momento, uma das que estavam na linha da frente.

Fortaleza estrategicamente importante, para ambos os lados dos contedores (se assim não fosse não se justificaria um assédio tão longo, como poderemos aperceber seguidamente), foi louvada pelos autores árabes pela sua inexpugnabilidade³⁸, e tornou-se, logo após a conquista portuguesa, na sede da Ordem de Santiago, a quem caberia a defesa dos limites do reino português, «como lugar mais próximo das novas fronteiras»³⁹.

Infere-se ainda da notícia atrás referida, um outro dado de grande importância: Mértola só foi conquistada pelos Espatários, depois do final do Verão de 1240, nunca antes dessa data, altura que Ibn Sa'íd e seu pai saíram de al-Andalus.

Esta informação vem alterar significativamente o que até ao presente tem sido a cronologia das conquistas da região do Guadiana final e do Algarve oriental.

3.2. A conquista de Mértola, e as etapas anteriores e posteriores da «Reconquista», na Historiografia Portuguesa

A partir de algumas das Histórias de Portugal que se publicaram: a de Alexandre Herculano e as que saíram mais recentemente; e da Antologia de A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, vamos ver onde é que a nossa historiografia coloca a conquista de Mértola, e as das praças que a antecederam ou que se lhe seguiram no tempo (Quadro II).

Que podemos aperceber a partir deste quadro:

Uma grande uniformidade, quase unanimidade da cronologia, no respeitante a estas conquistas. Dado que este período é extremamente pobre em documentação sobre estas conquistas militares⁴⁰, após a *História de Portugal* de Alexandre Herculano as datas terão vindo a reproduzir-se, mais ou menos de forma idêntica, uma vez atrás da outra⁴¹.

Uma maior matização cronológica surge em historiadores mais recentes, talvez a partir do relevo que José Mattoso deu à *Crónica da Conquista do Algarve*, nas suas Notas Críticas à *História de Portugal* de Herculano⁴²; desde então ter-se-á dado uma reavaliação e reabilitação do texto dessa *Crónica*, nos meios da investigação histórica.

Qual terá sido, no entanto, e já que a carência documental terá influído nestas atribuições, o critério das datas atribuídas às conquistas?

O critério terá sido o das datas das doações dessas mesmas povoações fortificadas, e sempre partindo de um pressuposto: primeiro, a conquista e depois a doação. Como podemos aperceber no Quadro III.

Parece que se procuraram organizar as conquistas colocando-as entre as várias doações, e tendo em atenção em colocar estas últimas sempre depois das eventuais conquistas⁵¹.

Assim, acabou por se aceitar, mais ou menos por sedimentação, com o passar dos tempos, a data de 1238, como a da conquista de Mértola.

O pressuposto da posteridade das doações em relação às conquistas, terá prevalecido, praticamente até à actualidade, na historiografia portuguesa medieval, pelo menos, desde o século XIX⁵².

Quadro II – Cronologia da Reconquista da Linha do Guadiana e do Algarve Oriental, desde Alexandre Herculano

Autores	Beja	Aljustrel	Mértola	Alfajar de Pena	Aiamonte	Cacela	Tavira	Alvor
AH/1980*	1234	1234	1238	1238	1238	1239	1239	
OM/1972*	1234	1232	1238		1238		1239	
BC1972*	1235	1234	1238			1239	1239	1239
JMtt/1993*	1234	1234	1238	1238	1239 - 40?	1239 - 40?	1242?	1240 - 41?
JMd/1993*	1234	1234	1238	1238	1239 - 40?	1239 - 40?	1242	1240 - 41?

Abreviaturas : AH = Alexandre Herculano, *ob.cit.* vol. 2, pp. 421, 433, 465; OM = A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal.*, vol. I, p. 136; BC = A. Borges Coelho, *ob.cit.*, vol. 2, p. 42; JMtt = José Mattoso (dir.), *ob.cit.*, vol. II, p. 124; JMd = João Medina (dir.), *História de Portugal*, vol. III, pp. 129-130.

Quadro III – Datas de Doações e Datas atribuídas às Conquistas

Doações	Povoações	Conquista
Março 1235 ⁴³	Aljustrel	1234 ⁴⁴
Janeiro 1239 ⁴⁵	Mértola/Alfajar	1238 ⁴⁶
Maior 1240 ⁴⁷	Cacela/Aiamonte	1239 ⁴⁸
Janeiro 1244 ⁴⁹	Tavira	1242 ⁵⁰

No entanto, para o período em causa, é de colocar também a possibilidade de que algumas doações se tenham feito *a priori* à conquista ou à ocupação efectiva. No caso de Mértola, pelo menos, parece ter sido o que aconteceu⁵³.

3.3. A apropriação simbólica do espaço

Existiram durante o período da «Reconquista» no espaço português, entre meados do século XII e a primeira metade do século XIII, algumas acções, com origem no Rei e nas altas hierarquias da Igreja, que terão funcionado como mecanismos, a que poderíamos chamar, de *apropriação simbólica do espaço*⁵⁴.

Esta *apropriação simbólica do espaço* tomava existência através de diplomas que davam origem a entidades que ainda não existiam na realidade, pois o espaço onde deveriam tomar corpo, ainda se encontrava, de facto, em poder dos muçulmanos.

Detectámos alguns documentos que, embora com tipologias diferentes, apresentavam, no entanto, uma característica comum: o de, ainda que simbolicamente, integrar espaços no Reino de Portugal.

Pode ser que, nos casos, em que estes documentos se destinavam às Ordens Militares, eles constituíssem também um estímulo para que as mesmas Ordens se envolvessem mais intensamente na luta⁵⁵.

A documentação com estas características, no entanto, não estava apenas rela-

cionada com as Ordens Militares – em Setembro de 1169, Afonso Henriques doou à Ordem do Templo um terço das terras que os Templários viessem a conquistar além-Tejo, com a condição de que os seus rendimentos fossem usados em serviço de Deus e do Rei⁵⁶; e em Janeiro de 1187, Sancho I doou Juromenha à Ordem de Avis, antes de Juromenha ser conquistada⁵⁷.

Encontramos também a mesma característica em Forais – Sancho II dá Foral a Elvas em 1229, antes da ocupação da mesma povoação, só efectivada no ano seguinte⁵⁸.

Também em documentos Diocesanos – o bispo D. Soeiro, o primeiro bispo a tomar posse efectiva da sede episcopal de Évora, após 1165, já teria sido nomeado e mesmo consagrado antes da conquista da cidade de Évora⁵⁹; ou seja, Évora já tinha bispo e diocese ainda antes de ser conquistada.

A mesma diocese de Évora, diferentemente do que acontecera com as outras dioceses que tinham vindo a crescer ao ritmo da «Reconquista» (avançando os limites dessas dioceses com os limites dos territórios já conquistados), logo desde 1166 estende os seus limites a *todo* o espaço a sul, ainda sob o domínio islâmico⁶⁰.

Assim, e atendendo à informação que Ibn Sa'îd nos deixou, relativa à posse de Mértola no Verão de 1240, teremos pois que as doações de Mértola e de Alfajar de Pena aos Espa-

tários em Janeiro de 1239, são documentos, que, como os que acabámos de referir, se apropriavam simbolicamente dessas fortalezas e respectivos termos, pois inclusivamente definiam ou redefiniam esses mesmos termos, à luz da lógica dos novos (e futuros) conquistadores⁶¹.

O mesmo terá acontecido com Aiamonte, doada em Maio de 1240, e conquistada em 1241⁶².

3.4. Novos dados para a «Reconquista» do Guadiana final e do Algarve oriental

A partir dos dados de Ibn Sa'îd, teremos assim que a conquista de Mértola não teve lugar antes de 1240, tendo ocorrido apenas no ano seguinte, de 1241⁶³.

A doação de Mértola à Ordem de Santiago, de Janeiro de 1239, feita por Sancho II, não foi isolada, mas sim acompanhada da de Alfajar de Pena (povoação que também ainda estaria nas mãos dos muçulmanos), e poderia vir a funcionar, na óptica régia, como um possível estímulo a um maior empenho bélico da Ordem, e ao intensificar dos seus ataques contra Mértola.

Tomando em conta que a conquista de Aljustrel e a ocupação de Beja se terão dado em 1234, o assédio dos portugueses a Mértola, quando da sua doação, já se prolongaria havia cerca de cinco anos, e sem conseguir os seus intentos.

Atentemos nas bulas papais de 1234, 1239 e 1241, dentro desta nova perspectiva que faz pospor a data da tomada de Mértola de 1238 para 1241, e observemos no que é que nos podem auxiliar no esclarecimento de toda esta empresa guerreira de fronteira.

A bula de Outubro de 1234, outorgada a todos os súbditos de Sancho II, concedia indulgências de cruzada a quem ajudasse na

guerra santa contra os muçulmanos e na ocupação das cidades abandonadas entretanto adquiridas⁶⁴.

Para além dos esforços na ocupação destas novas povoações, por parte dos portugueses, constata-se ainda a intenção de continuar a luta contra os domínios do Islão.

Entre as várias bulas que em Novembro e Dezembro de 1239 o infante Fernando de Serpa⁶⁵ obteve do Papa, existe uma delas enviada aos bispos de Portugal, incitando também à necessidade da guerra santa, e para que absolvêssem todos os excomungados e pecadores que auxiliassem o infante no resgate de cativos e na defesa de Serpa, «*Castro quod, in medio Sarracenorum existens*»⁶⁶.

Serpa, continuava sendo «um castelo que existia no meio dos Sarracenos», a ter que se defender, que resgatar os seus cativos, mais ou menos rodeada pelo inimigo. Ou seja, já que a leste se situavam Beja e Aljustrel e a norte Moura, parece que em mais nenhuma direcção, para sul ou para leste, a «Reconquista» avançara nesses anos que medeavam entre 1234 e 1239.

A bula de Fevereiro de 1241, enviada a todos os habitantes de Portugal, incita com promessas de salvação e indulgências a todos os que contribuíssem, pessoalmente ou com dinheiro, para os gastos do exército ou das forças navais que iriam entrar em acção⁶⁷.

A bula de 1241 coloca um problema: partindo do princípio de que todos os castelos do Guadiana final e do Algarve oriental estavam conquistados antes daquela data⁶⁸, em direcção a que castelo/povoação se dirigiria esta grande expedição de 1241? Alexandre Herculano propõe que se trataria de conquistar Silves, Faro, Loulé e o restante espaço ainda em poder do Islão. Mas afinal a expedição não teria chegado a acontecer, ou no mínimo «nenhum vestígio se encontra de que ao território português acrescessem durante o reinado de Sancho novos domínios, além daqueles que temos visto serem confiados à guarda dos espatários»⁶⁹.

No entanto, se tomarmos em conta, a informação que surge na fonte árabe de Ibn Sa'îd, e que nos remete a tomada de Mértola para nunca antes de 1240, esta bula de 1241 começa a fazer mais sentido.

Vamos tentar fazer um breve ponto de situação, a partir desta nova perspectiva: desde 1234 que não haveria progresso na «Reconquista». A bula enviada nos finais de 1239 aos bispos portugueses (e que só terá chegado às mãos dos visados possivelmente no início de 1240), continua a apresentar Serpa como povoação ameaçada pelas forças islâmicas, vindas de sul e de leste, pois o norte e o oeste já eram cristãos. Ou seja, investidas desde Mértola, a sul, e Alfajar de Pena, a leste, espaços com os quais confrontava, como se pode aperceber pelo texto da doação de Mértola aos Espatários⁷⁰. Poderemos assim entender como significativo, que ambas, Mértola e Alfajar, tenham sido doadas na mesma data. Seriam o próximo objectivo, no tempo e no espaço, para as forças portuguesas.

Haveria a intenção de procurar progredir decisivamente nas conquistas ao Islão, embora a moratória de mais de cinco anos não sugira facilidades nessa acção⁷¹. A bula de 1241 inserir-se-á em todo esse cenário pré-bélico, exortando todos os cris-

tãos portugueses, e em que também se incluiria o próprio monarca, para a guerra santa, por terra e por mar, com armas ou com dinheiro, com vista a uma grande empresa militar, que teria vindo a ser preparada desde 1240⁷².

Pomos, por fim, a hipótese de que esta grande empresa militar de 1241 tenha acontecido mesmo, e que terá sido a decisiva acção militar que levou, por fim, à conquista de Mértola.

Vamos ainda observar o que nos dizem as Crónicas medievais que tratam aquela época, entre elas a *Crónica da Conquista do Algarve*, apesar da pouca segurança cronológica que é atribuída a este texto⁷³.

Começemos por uma informação que encontramos na *Crónica da Conquista do Algarve (CCA)*, e também corroborada nas *Crónicas dos Cinco Reis (CCR)* e dos *Sete Reis (CSR)*, e que consideramos de muito interesse para estas questões cronológicas. Trata-se da passagem que nos indicia que a conquista de Mértola se tivesse dado não na data geralmente aceite mas sim em 1242⁷⁴. Temos assim pelo menos uma localização cronológica, que nos coloca a conquista de Mértola como posterior a 1240, e que nos confirma que a doação daquela praça foi anterior à conquista da mesma.

Vejamos ainda as informações de estratégia militar que a *CCA* nos legou, no relativo ao à conquista de Mértola. Segundo aquela fonte, os Espatários, a partir de Aljustrel e cruzando a serra algarvia, teriam tomado Estômbar e Alvor, dois pontos estratégicos na foz do Arade. De seguida, por proposta dos muçulmanos de Silves, teriam «escambado» estas duas povoações por Cacela⁷⁵.

Com este «escambo» sugerido pelos muçulmanos de Silves, e não imposto pelos freires de Santiago, é possível que a posse de Cacela se tivesse efectivado antes da sua doação, ou seja antes de Maio de 1240.

O mesmo já não se terá passado com Aiamonte. Sendo ambas as doações da mesma data, a posse de Aiamonte terá sido, no entanto, posterior. Aiamonte terá sido conquistada no início do período guerreiro de 1241, um pouco antes da queda de Mértola através de uma possível acção concertada entre o exército real sob o comando de Sancho II⁷⁶, e os freires espatários de Cacela e de Alfajar de Pena⁷⁷. Alfajar de Pena teria sido conquistada entretanto, pelos Espatários, em 1239 ou 1240.

Todo este processo parece ter sido uma estratégia de forma a isolar e rodear Mértola⁷⁸, e que visaria, por último e como golpe final nesse cerco, o controle da foz do Guadiana. Impediriam assim o auxílio a Mértola, por vias terrestres e fluvial, auxílio esse que poderia vir de outras partes de al-Andalus ou, embora menos provável, do norte de África. Ao mesmo tempo que, os freires de Santiago, com as razias, iam empobrecendo os recursos básicos dos muçulmanos de Mértola⁷⁹, e penetrando no território inimigo através do controle dos vales, iam destruindo a intercomunicação entre os espaços que os mouros ainda controlavam⁸⁰.

Estabelecendo os portugueses um amplo cerco a Mértola, dominando Aljustrel a noroeste; a serra algarvia a oeste; Serpa a norte; Alfajar de Pena, a leste; e Aiamonte e Cacela a sul, fechando a foz do Guadiana, estava finalmente tudo prepa-

rado para o ataque final à «fortaleza inexpugnável».

Depois de cerca de sete anos de luta, e em ataque final em que terão estado concertadas forças terrestres e navais, a conquista de Mértola ter-se-á dado, finalmente, no Verão de 1241.

Tavira terá sido conquistada no ano seguinte, 1242, e doada em 1244, também aos Espatários⁸¹.

A fronteira sul chegava final e seguramente ao mar.

Os responsáveis por este cerco que se foi construindo em volta de Mértola, e que levou à sua conquista por parte das armas portuguesas, foram o comendador de Alcácer, Paio Peres Correia e o cavaleiro Martim Anes do Vinhal.

Enquanto o primeiro dos dois terá sido o estratega-chefe e coordenador das acções concertadas entre todas as fortalezas que rodeavam Mértola para que esta não fosse socorrida de fora, o segundo foi o comandante das forças de assalto que tomaram directamente Mértola⁸².

Só em finais de 1241, depois da tomada de Mértola, é que Paio Peres Correia foi para Castela⁸³. O prestígio conquistado na tomada de Mértola pode ter sido decisivo no momento em que a Ordem elegeu em 1242 o seu novo Grão-Mestre, tendo sido ele o escolhido⁸⁴.

Quanto a Sancho II, sabe-se que terá estado em Aiamonte, aquando da sua toma⁸⁵. É plausível colocar a hipótese de que o monarca tivesse estado e continuado no teatro de guerra durante a época guerreira desse ano, atendendo ao importante objectivo que então se propunham, e que estavam em vias de conseguir finalmente – a conquista de Mértola. Não terá, no entanto, estado directamente envolvido na acção que assaltou e conquistou Mértola, como aliás também terá acontecido com o próprio Paio Peres Correia.

4. CONCLUSÃO

Como conclusão deixamos aqui uma nova hipótese de leitura cronológica dos factos relativos ao avanço da fronteira cristã no sudoeste peninsular, à luz das informações veiculadas por Ibn Sa'īd, literato muçulmano de origem peninsular, e da releitura da historiografia medieval portuguesa sobre o período e os factos em causa.

FONTES & BIBLIOGRAFIA

Fontes árabes

Ibn Sa'īd al-Maghribī, *al-Mughrib fī hulā l-Maghrib*, 2ª ed., ed. Shawqī Dayf, 2 vols., Cairo, Dār al-Maaref, 1964 (tex.ár.);

al-Idrīsī, *Nuzhat al-Mushtāq*, ed.E.Cerulli et al., IX fasc., Napoles-Roma, IUON-IIMEO, E. J. Brill, 1975 (tex. ár.); tradução parc. portuguesa, José Pedro Machado, «A Península Hispânica segundo um Geógrafo Árabe do Século XII», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, nºs 1-3* (1964), pp. 17-52;

Yâqût, *Mu'jam al-Buldân*, ed. Beirut, 2ª ed., 7 vols., Dār Sâder, 1995 (tex.ár.); trad. parc. espanhola, Gamal 'Abd al-Karīm, «La España musulmana en la obra de Yâqût (s.XII-XIII)», *Cuadernos de Historia del Islam, nº 6* (1974), Universidade de Granada;

Abû I-Fidâ, *Taqwīm al-buldân*, ed. M.Reinaud e M. G. de Slane (*Géographie d'Aboulféda*), Paris 1840; trad. francesa M. Reinaud, *Géographie d'Aboulféda*, 2 vols., Paris, 1848;

Ibn Khaldûn, *Kitâb al-'Ibar*, ed. Beirut, 7 vols., Mu'assasat al-'Alamî li-l-Matbû'ât, 1391/1971; trad.francesa M. G. de Slane, *Histoire des Berbères (extraits du Kitâb al-'Ibar)*, 4 vols., Paris, 1852-56 (nova ed., Paris, 1925-26);

GARCIA GOMEZ, Emilio, *Kitâb al-Rayyât al-Mubarrizîn – El libro de las banderas de los campeones de Ibn Sa'īd al-Maghribī*, 2ª ed., Barcelona, Seix Barral, 1978 (1ªed., 1937) (texto bilingue árabe-espanhol);

COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, 2ª ed., 2 vols., Lisboa, Caminho, 1989;

O Avanço da Fronteira no Sudoeste Peninsular (1234-1242)

1234	Conquista de Aljustrel e ocupação de Beja, pela Ordem de Santiago. Bula papal, de Outubro, que estimula à luta e à ocupação das novas povoações de fronteira. <i>A fronteira ante a dificuldade em progredir no sentido norte-sul ao longo do Guadiana, avança agora na diagonal de noroeste para sudeste, da zona final do Sado – Alcácer do Sal –, em direcção ao curso final do Guadiana, fortemente defendido por Mértola.</i>
1235	Doação de Beja e Aljustrel à mesma Ordem, por Sancho II. Até 1239, embora sem força para chegarem a reconquistar qualquer outra praça, e a mais ameaçada terá sido Serpa, os mouros de Mértola e Alfa-jar, terão dominado e devastado o espaço envolvente de Serpa, de forma que não foi possível aos cristãos avançar. <i>A fronteira estabiliza durante o período 1235-1239</i>
1236	
1237	
1238	
1239	Doação de Mértola e Alfajar de Pena à Ordem de Santiago. Alfajar terá sido conquistada neste ano ou no seguinte. Novembro/Dezembro – Concessão de bulas papais ao Infante Fernando de Serpa: a necessidade de defesa de Serpa, de apoio à luta contra os muçulmanos e de remissão de cativos. Avanço dos Espatários em direcção à foz do Arade – toma de Estômbar e Alvor. <i>Início da movimentação guerreira que visará expandir a fronteira para sul de forma a rodear e isolar Mértola.</i>
1240	«Escambo» dessas duas povoações por Cacela. Doação de Cacela e Aiamonte à Ordem de S. Tiago. Preparação da expedição que concertando Sancho II, o exército e a armada reais e os Espatários, tome Mértola. <i>A fronteira continua o seu movimento envolvente em torno de Mértola; ao mesmo tempo que se interna para o sul da serra algarvia.</i>
1241	Bula papal de Fevereiro: incitando todos os cristãos à guerra santa. Conquista de Aiamonte. Domínio do curso final do Guadiana pelos portugueses. Mobilização de forças terrestres e navais para o ataque a Mértola. Conquista de Mértola. <i>A fronteira constitui-se ao longo do Guadiana. E chega ao mar, a sul. Além da fronteira com Castela, o Reino de Portugal passa a ter, embora por pouco tempo, duas fronteiras com o Islão: uma a leste e outra a oeste da foz do Guadiana.</i>
1242	Conquista de Tavira. <i>A fronteira avança agora definitivamente em direcção ao mar ocidental.</i>

Fontes cristãs

a) fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Ordem de Santiago, Documentos Régios, Mç. 1, nº 8

Gav. 28, Mç.4, Col. Esp.

Gav. 5, Mç.1, nº 44

b) fontes editadas

ACENHEIRO, Cristóvão Rodrigues, *Coronyqua dos Reis de Portugal*, ed. Acad. Ciências de Lisboa, vol.V dos «Inéditos da História Portuguesa», 1824;

«Coroniqua de como dom Payo Correa Mestre de Santiago de Castella tomou este reino do Algarve aos Moros (ou «Crónica da Conquista do Algarve»), ed. Acad. Ciências de Lisboa, vol. I, *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, 1856, pp. 416-420

AZEVEDO, Rui de, *Documentos medievais portugueses. Documentos Régios*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958-1961

BASTO, A. de Magalhães, *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, ed. diplom., Porto, Civilização, 1945; IDEM, COSTA, Avelino de Jesus da, e PEREIRA, Marcelino, *Documentos de D.Sancho I (1174-1211)*, I, Coimbra, 1979

COSTA, Avelino de Jesus e MARQUES, M^a. Alegria F. (ed.), *Bulário Português: Inocência III (1198-1216)*, Coimbra, INIC, 1989

PINA, Rui de, *Crónicas de D. Sancho I, D.Afonso II, D.Sancho II e D. AfonsoIII* (ed.Miguel Lopes Ferreira), Lisboa, 1727-28;

TAROUCA, Carlos da Silva, *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Acad. Port. da História, 1952-53;

Bibliografia

‘AYADÎ, Muhsin Hâmîd al-, *Ibn Sa’îd al-Andalusî*, Cairo, Livraria Renascença Egípcia, 1972, (tex. ár.);

ARIÉ, Rachel, «Un lettré andalou en Ifriqya et en Orient au XIII^e siècle: Ibn Said», *Historia y Cultura del Islam Español*, Granada, EEA-CSIC, 1988, p. 1-26;

AZEVEDO, Rui de, «Período da Formação Territorial», *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, III vols., Ática, 1937-38, vol. I, p.7-64;

IDEM, *Os Primórdios da Ordem Militar de Évora*, Sept^ª *Boletim Junta Distrital de Évora* nº 8, 1967;

BAPTISTA, Júlio César, «Limites da Diocese de Évora», *A Cidade de Évora*, nº 55(1972), p. 239-75;

BARROCA, Mário Jorge, A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII», *Portugalia*, Nova Série, Vols. XVII-XVIII (1996-97), p. 171-202;

COELHO, António Borges, «O tempo e os homens: séculos XII-XIV», *História de Portugal* (dir. João Medina), XIII vols., Lisboa, Ediclube, 1993, vol. III, p. 95-193;

COSTA, António D.de Sousa, *Mestre Silvestre e mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*, Braga, Ed. Montariol, 1963;

DOMINGUES, J. D. Garcia, «A Batalha do Alentejo – O Alentejo árabe e a sua integração no Reino de Portugal», *Independência – Revista de Cultura Lusíada*, nº 19 (1958), p. 37-61;

FERREIRA, M^a. Emília Cordeiro, «D.Sancho II», *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), 2^a. ed., VI vols., Porto, Figueirinhas, 1989, vol. V, pp. 443-5;

FREEMAN-GRENVILLE, G.S.P., *The Muslim an Christian Calendars – being tables for the conversion of Muslim and Christian dates from the Hijra t the year A.D. 2000*, Londres, Oxford University Press, 1963;

GARCIA, João Carlos, *O baixo Guadiana medieval. Formação de uma fronteira*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1983;

IDEM, *O Espaço Medieval da Reconquista*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986;

IDEM, «Alfajar de Pena. Reconquista e Repovoamento no Andévalo do Século XIII», *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, IV vols., Porto, INIC, 1989, vol. III, p. 907-25;

GUICHARD, Pierre, «Los nuevos musulmanes», *Historia de España* (dir.Antonio Domínguez Ortiz), 12 vols., Barcelona, Planeta, 1989, vol.3 – ‘Al-Andalus: musulmanes y cristianos (siglos VIII-XIII), p. 439-583;

HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal*, ed. crítica J.Mattoso, 4 vols., Lisboa, Bertrand, 1980;

HUICI MIRANDA, A., «Gharb al-Andalus», *Encyclopédie de l’Islam*, 2^a ed., Leiden-Paris, 1960-..., t. II, p. 1032-3;

IDRIS, Hady R., «Les Aftasides de Badajoz», *Al-Andalus XXX* (1965), p. 277-90;

KRUS, Luís, «O Tempo dos Godos e o Tempo dos Mouros», *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia, 1994, p. 103-28;

LOPES, David, «Os Árabes nas obras de Alexandreerculano», *Boletim de 2^a Classe da Academia da Ciências de Lisboa*, vol. III, 1909-1910;

MAGALHÃES, Joaquim Romero, «Uma Interpretação da Crónica da Conquista do Algarve», *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, IV vols., Porto, INIC, 1987, vol. I, p. 123-33;

MARQUES, M^a Alegria Fernandes, «As Etapas de Crescimento do Reino», *Nova História de Portugal*, (dir. A.H. Oliveira Marques e Joel Serrão), vol. III, p. 37-64;

MARQUES, A.H.Oliveira, *História de Portugal*, 12^a ed., II vols., Lisboa, Palas Ed., 1985;

IDEM, «O «Portugal» Islâmico», *Nova História de Portugal* (dir.A.H.Oliveira Marques e Joel Serrão), Lisboa, Presença, 1993, vol. II, p. 117-249;

MATTOSO, José, *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros*, Lisboa, Guimarães Editores, 1982;

IDEM, «D. Sancho II», *História de Portugal* (dir. J. H. Saraiva), III vols., Lisboa, Alfa, 1983, vol. I, p. 553-571;

IDEM, «A crise de 1245», *Portugal Medieval. Novas interpretações*, Lisboa, INCM, 1984, pp. 57-75.

IDEM, «Dois Séculos de Vicissitudes Políticas», *História de Portugal* (dir. J. Mattoso), 8 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol.3, p. 23-163;

MOREIRA, António, e PEDROSA, Alcino, *As Grandes*

Datas da História de Portugal, Lisboa, Ed. Notícias, 1993;

MU'NIS, Hussayn, *La Geografía y los Geógrafos en la España Musulmana*, Madrid, IEL, 1967 (tex. ár.);

PELLAT, Ch., «Ibn Sa'īd al-Maghribī», *Encyclopédie de l'Islam*, 2ª ed., Leiden-Paris, 1960-..., t.III, p. 950-1;

PEREIRA, Armando de Sousa, *O Infante D.Fernando de Portugal, Senhor de Serpa (1218-1246): História da Vida e da Morte de um Cavaleiro Andante*, Septª. Lusitania Sacra, 2ª série nº 10 (1998), p. 95-121;

PERES, Damião (dir.), *História de Portugal*, 9 vols, Barcelos, Portucalense Editora, 1928-58;

PEREZ-EMBED, Florentino, *La frontera entre los reinos de Sevilla y Portugal*, Sevilha, 1975;

PONS BOIGUES, Francisco, *Ensayo bio-bibliográfico sobre los historiadores y geógrafos arabigo-españoles*, 2ª ed. Amesterdão, Philo Press, 1972 (1ª ed., Madrid, 1898), «El Hicharí (Abdallah b. Ibrahim)», nº 178, p. 221-3 / «Los Benu Said», nº 259, p. 303-6 / «Aben Said el Magrebí», nº 260, p. 306-10;

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 3ªed., XIII vols., Lisboa, Verbo, 1979;

SERRÃO, Joel, «Cronologia Geral da História de Portugal», *Dic. História de Portugal*, 2ª ed., VI vols., Porto, Figueirinhas, 1989, vol. VI, p. 655-723;

IDEM, *Cronologia Geral da História de Portugal*, 4ª. ed., Lisboa, Horizonte, 1980;

TERRÓN ALBARRÁN, Manuel, «Aproximación à la Prosopografía del Reino Taifa de Badajoz – Las Fronteras y el Território», *Bataliús I*, Madrid, Letrúmero, 1996, p. 233-56;

VIGUERA MOLINS, Mª Jesús, «El “reino” de Badajoz en el *Mugrib* de Ibn Sa'īd», *Bataliús II*, Letrúmero, Madrid, 1999, p. 225-48;

VILAR, Hermínia, *As Dimensões do Poder: A Diocese de Évora na Idade Média (1165-1423)*, Tese de Doutoramento, policop., Univ. de Évora, 1998; ed. Lisboa, Estampa, 1999.

da Crónica da Conquista do Algarve», *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, III vols., Porto, INIC, 1987, vol. I, p. 128.

4 AH-HP, vol. 2, Nota Crítica [57], p. 550.

5 Sobre a crise final do reinado de Sancho II, e que levou à sua deposição, cf. José Mattoso, «A crise de 1245», *Portugal Medieval. Novas interpretações*, Lisboa, INCM, 1984, pp. 57-75.

6 Rachel Arié, «Un lettré andalou en Ifriqya et en Orient au XIIIe siècle: Ibn Said», *Historia y Cultura del Islam Español*, Granada, EEA-CSIC, 1988, p. 3.

7 J. D. Garcia Domingues, «A Batalha do Alentejo – O Alentejo árabe e a sua integração no Reino de Portugal», *Independência – Revista de Cultura Lusitana*, nº 19, 1958, pp. 37-61, p. 53

8 Na edição que usamos, o volume I contém tudo o relativo à parte Ocidental, que é a que agora nos interessa, enquanto o II trata as partes Central e Oriental.

9 Cf. esta estruturação in *ob. cit.*, *passim*.

10 Os autores que foram compilando o *al-Mughrib*, foram inventariados nas obras seguintes: Francisco Pons Boigues, *Ensayo bio-bibliográfico sobre los historiadores y geógrafos arabigo-españoles*, 2ª ed. Amesterdão, Philo Press, 1972 (1ª ed., Madrid, 1898), «El Hicharí (Abdallah b. Ibrahim)», nº 178, pp. 221-223 / «Los Benu Said», nº 259, pp. 303-306 / «Aben Said el Magrebí», nº 260, pp. 306-310; Shawqī Dayf (ed.), *ob. cit.*, p.1 (tex. ár.); Hussayn Mu'nis, *La Geografía y los Geógrafos en la España Musulmana*, Madrid, IEL, 1967, pp. 467-477 (tex. ár.); Emilio Garcia Gomez, *El libro de las banderas de los campeones de Ibn Sa'īd al-Maghribī*, 2ª ed., Barcelona, Seix Barral, 1978 (1ª ed., 1937), pp. LII-LV; Muhsin Hâmid al-'Ayadī, *Ibn Sa'īd al-Andalusī*, Cairo, Livraria Renascença Egípcia, 1972, pp. 45-73 (tex. ár.); Ch.Pellat, «Ibn Sa'īd al-Maghribī», *E. I. 2*, Leiden-Paris, 1960-..., vol.III, p. 950; Rachel Arié, *ob. cit.*, p.10.

11 Os vários membros dos Banū Sa'īd que, além de al-Hijārī, intervieram nesta obra, foram, cronologicamente: 'Abd al-Malik ibn Sa'īd (?-1164), Ahmad ibn 'Abd al-Malik (?-1163), filho do anterior, embora falecido antes do pai), Muhammad ibn 'Abd al-Malik (1125-1193), Mūsā ibn Muhammad (?-1243), e 'Alī ibn Mūsā (1213/14-1286). Cf. E.Garcia Gomez, *ibidem*; F. Pons Boigues, *ob. cit.*, p. 303-6; H. Mu'nis, *ibidem*. Ainda sobre os Banū Sa'īd ver infra o ponto 3. «O autor – Ibn Sa'īd - algumas linhas biográficas» e respectivas notas.

12 F. Pons Boigues, *ob. cit.*, «El Hicharí (...)», nº 178, pp. 221-223; R. Arié, *ob. cit.*, p.10.

13 F. Pons Boigues, *ob. cit.*, «El Hicharí (...)», p. 222; Rachel Arié, *ob. cit.*, p. 10; E. Garcia Gomez, *ob. cit.*, p. LI; Ch. Pellat, *ob. cit.*, p. 950.

14 Preferimos o título que Pons Boigues propõe no seu *Ensayo...*, p. 223, por nos parecer o mais consentâneo com o que seria o conteúdo da obra de al-Hijārī, que antologia apenas autores da Península ibérica, e não de todo o Ocidente, como se poderia entender através das duas propostas de título que aparecem em R. Arié, *ob. cit.*, p. 10, e em Ch.Pellat, na *E. I. 2*, vol. III, p. 950: *Mushib fī gharâ'ib al-Maghrib*.

15 Sobre Ibn Sa'īd, sua vida e obra, cf. E. Garcia Gomez, *ob. cit.*, pp. XLI-LXVI; Rachel Arié, *ob. cit.*, pp. 1-26; Ch. Péllat, *ob.cit.*, pp. 950-951; Muhsin H. al-'Ayadī, *ob. cit.* pp. 1-326; H. Mu'nis, *ob. cit.*, pp. 461-517.

16 Ch. Pellat, *ob. cit.*, p. 950; H. Mu'nis, *ob. cit.*, p. 466 ; R. Arié, *ob. cit.*, p. 1.

17 R. Arié, *ob. cit.*, pp. 1-2.

18 Cf. supra n.10.

19 F. Pons Boigues, *ob. cit.*, p. 307

20 R. Arié, *ob. cit.*, p. 3

21 *Ibidem*

22 F. Pons Boigues, *ob. cit.*, p. 307

23 R. Arié, *ob. cit.*, p. 3

24 Sobre a data de saída (638 / 23 julho 1240- 12 julho 1241), cf. G. S. P. Freeman-Greenville, *The Muslim an Christian Calendars...*, p. 34. Nesta data coincidem os seguintes autores: E. Garcia Gomez, *ob. cit.*, pp. XLI-LXVI; Rachel Arié, *ob. cit.*, p.1-26; Ch. Péllat, *ob. cit.*; Muhsin H. al-'Ayadī, *ob. cit.*; H. Mu'nis, *ob. cit.*, pp. 461-517.

25 As escalas que Ibn Sa'īd e seu pai fizeram na viagem: inicialmente Marrakech, Fez, Salé e

NOTAS

1 A edição que usamos é: Ibn Sa'īd al-Maghribī, *al-Mughrib fī hulâ I-Maghrib*, 2ª ed., ed. Shawqī Dayf, 2 vols., Cairo, Dâr al-Maaref, 1964 (tex.ár.).

2 Alexandre Herculano, *História de Portugal* (AH-HP), ed. crítica J. Mattoso, 4 vols., Lisboa, Bertrand, 1980, vol. 2, p. 433.

3 Joaquim Romero Magalhães, «Uma Interpretação

Ceuta, e depois Tunes. Em Tunes Ibn Sa'îd fez relações de amizade com um letrado dos meios cortesãos, que lhe veio a facilitar a entrada na mesma corte do sultão hafsida (R. Arié, *ob. cit.*, pp. 3-4). A nossa interpretação e contextualização dos dados é a seguinte: a estadia no Magrebe terá sido mais diversificada e rápida (5-6 meses para 4 cidades), pois não são referidos conhecimentos pessoais marcantes durante esse período. Terão estado no Magrebe até antes do mês do Ramadão, que caiu entre Março e Abril de 1241. Dizemos isto porque o mês islâmico de jejum e recolhimento convida mais a uma maior permanência num mesmo lugar, do que a uma certa errância; característica que parece caracterizar o périplo no Magrebe. A estadia em Tunes, para além do Ramadão, sendo proporcionalmente mais longa (5-6 meses em apenas uma cidade) terá durado até aos finais do verão de 1241, quando teriam ido para o Egipto. Assim, atendendo às escalas feitas, e ao tempo que terão dispendido nelas, e estando já em Outubro de 1241 no Egipto, pomos a hipótese de que terão abandonado a Península Ibérica no Verão de 1240. Tê-lo-ão feito, muito possivelmente, entre os finais de Julho e os meados de Setembro, antes de que as marés vivas no Estreito de Gibraltar tornem difícil ou mesmo impossível cruzá-lo. Depois deste período, que se prolonga mais ou menos por um mês, só a partir da segunda metade de Outubro se volta a facilitar o atravessar do Estreito, até meados de Novembro. A partir dessa época e até Março, torna-se novamente difícil cruzar para África (Através de conhecimento pessoal directo podemos atestar as particularidades sazonais e climáticas que ciclicamente influem nas passagens do estreito de Gibraltar). Tendo em conta precisamente as várias escalas dos viajantes, parece-nos que uma passagem em Novembro dar-lhes-ia muito pouco tempo para chegarem a todos aqueles sítios; e em Março, seria completamente impossível. Mais adiante se perceberá o porquê da importância de se tentar precisar a data da saída de ambos de al-Andalus.

26 R. Arié, *ob. cit.*, p. 4 ; Shawqî Dayf, *ob. cit.*, p. 4 ; E.Garcia Gomez, *ob. cit.*, p. XLVII; F. Pons Boigues, *ob. cit.*, pp. 306-307; Ch. Pellat, *ob. cit.*, p. 950.

27 F. Pons Boigues, *ob. cit.*, p.307; Shawqî Dayf, *ob. cit.*, pp. 4-17

28 Sobre este parágrafo que resume o restante da vida de Ibn Sa'îd, cf.supra n. 15.

29 F. Pons Boigues, *ob. cit.*, pp. 307-309

30 Entre os utilizadores da obra de Ibn Sa'îd, contam-se Abû I-Fidâ, [no *Taqwîm al-buldân*], e Ibn Khaldûn, [no *Kitâb al-'Ibar*]. Acrescentamos o nome das obras porque as conhecemos e atestamos as suas vinculações, maiores ou menores a Ibn Sa'îd. Além destes dois autores, F. Pons Boigues refere ainda al-Maqrîzî e Ibn Khaliqân, embora não cite quaisquer obras desses mesmos autores, nem nós lhe conheçamos nenhuma obra directamente devedora a Ibn Sa'îd. Cf. *Idem*, p. 310

31 Ibn Sa'îd, só ou com o seu pai, percorreu o espaço sob domínio islâmico na Península, privilegiando o espaço do Oeste ou Sudoeste da mesma, pois há notícia de que esteve, pelo menos, e para além de Granada e Sevilha, em Málaga, Algeciras, Carmona, Jerez de la Frontera, Velez, Andarax, Orihuela, Triana, Narenja, Elche e Ronda (M.H. al-'Ayâdî, *ob. cit.*, pp. 84-90).

32 Cf. supra n. 6.

33 Os reinos de Mértola-Beja e também o de Silves, terminaram ambos por ser integrados no Reino Taifa de Sevilha, por al-Mu'tadid ibn 'Abbâd: Mértola foi conquistada em 1044 (cf. João Carlos Garcia, *O Espaço Medieval da Reconquista*, p. 52), e Beja ainda antes dessa data. Silves caiu também em mãos de al-Mu'tadid em 1063 (A. H. Oliveira Marques, «O «Portugal» Islâmico», *Nova História de Portugal*, vol. II, p. 135). Quanto ao reino taifa de Santa Maria do Al-Gharb ou Santa Maria Ibn Harûn, actual Faro, também acabou integrando a Taifa de Sevilha, em 1052 (J.C.Garcia, *ob. cit.*, p. 78). Em Ibn Sa'îd Santa Maria do Al-Gharb aparece apenas como uma das cidades do «reino» de Silves (*al-Mughrib*, p. 395). A ordem hierárquica das cidades Mértola e Beja aparece invertida na obra de Ibn Sa'îd, sendo o «reino» de Beja, e Mértola apenas referida como uma fortaleza desse reino (*al-Mughrib*, p. 406). No «reino» de Badajoz, integravam-se Évora, Juromenha e Terena (Sobre Terena, cf. David Lopes, «Os Árabes nas obras de Alexandre Herculano», *Boletim de 2ª Classe da Academia da Ciências de Lisboa*, vol.III, 1909-1910, p. 228-9), o que está de acordo aos limites do reino da taifa de

Badajoz (Sobre o espaço e a topografia do reino da taifa de Badajoz, v. Manuel Terrón Albarrán, «Aproximación à la Prosopografía del Reino Taifa de Badajoz – Las Fronteras y el Territorio», *Bataliús I*, Madrid, Letrúmero, 1996, pp. 233-256). Lisboa e seu «reino», onde se incluem Alcabideche, Sintra e Santarém, levanta a seguinte questão: porque foi designada como «reino»? Talvez por ter sido a sede de um efémero domínio de dois filhos de Sâbûr al-'Âmirî, primeiro senhor da Taifa de Badajoz, e que se refugiaram em Lisboa da perseguição que lhe moveu o primeiro dos Banû al-Aftas, novo senhor da taifa de Badajoz, na década de 20 do século XI (cf. A. H. Oliveira Marques, «O “Portugal” Islâmico», p.132-3; e Hady R. Idris, «Les Aftasides de Badajoz», *Al-Andalus XXX* (1965), p.277-290, p. 278-9) ? Não consta que posteriormente, ainda durante o período das Taifas, Lisboa tivesse sido entendida como capital de «reino».

- 34 No *al-Mughrib*..., discursos sobre os «reinos»: Badajoz, p.360 ; Silves, p. 380; Beja, p. 402; Lisboa, p. 410. Os «reinos» aparecem na mesma ordem em que o autor os colocou. O nome das povoações cujo nome vem em *italico* são aquelas em relação às quais não existe ainda uma certeza na sua identificação.
- 35 A utilização por parte de Ibn Sa'îd (*ob.cit.*, p.410) do termo árabe «*hasalat*» que se traduz por «permaneceu», ou «continuou a ser» fala-nos da continuidade e a persistência de um domínio que era ininterrupto desde 1147.
- 36 Para as regiões de Badajoz e Beja o autor usa para ambas (cf. respectivamente *ob. cit.*, p. 360 e p. 402), a mesma expressão árabe «*istawlâ 'alâ*» que em português significa «tornou-se», «passou a ser». Nestes dois casos temos a indicação de uma alteração, de uma mudança relativamente recente de domínio, pois Beja fora ocupada cerca de 1234, e Badajoz em 1230. Do ponto de vista islâmico colocar-se-ia eventualmente ainda no horizonte a possibilidade de uma eventual reconquista daquelas duas cidades e respectivas regiões.
- 37 *Al-Mughrib*..., vol. I, p. 406.
- 38 Autores que referiram a inexpugnabilidade de Mértola, para além de Ibn Sa'îd, foram: al-Idrîsî (séc.XII), *Nuzhat al-Mushtâq*, ed.E.Cerulli et al., fasc.V, p. 542; trad. parc. portuguesa, José Pedro Machado, «A Península Hispânica segundo um Geógrafo Árabe do Século XII», *Bol. Soc. Geografia de Lisboa*, nºs 1-3 (1964), p. 26; Yâqût (séc. XII-XIII), *Mu'jam al-Buldân*, ed.Beirute, vol. 5, p.

- 232; trad. parc. espanhola, Gamal 'Abd al-Karīm, «La España musulmana en la obra de Yâqût (s. XII-XIII)», *CHI* 6 (1974), p. 295.
- 39 AH-HP, vol. 2, p. 466 e n. 154.
- 40 José Mattoso, diz na Nota Crítica [57](AH-HP, vol.2, p. 550): «[...]Falta infelizmente um relato da época sobre as conquistas da Ordem de Santiago no Alentejo[...]». Este texto árabe não será o relato que faria falta para esclarecer essa problemática, mas pode ajudar a lançar alguma luz sobre aquele período.
- 41 Além das *Histórias de Portugal* usadas na composição do Quadro II, analisámos ainda: *História de Portugal* (dir. Damião Peres), vol. II, p. 211; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I, p. 129; José Mattoso, «D.Sancho II», *História de Portugal* (dir. J. H. Saraiva), vol. I, p. 561; M^a. Emília Cordeiro Ferreira, «D. Sancho II», *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), 2^a. ed., vol. V, p. 443; Joel Serrão, «Cronologia Geral da História de Portugal», *Dic. História de Portugal*, ..., vol. VI, pp. 655-723, p. 668; IDEM, *Cronologia Geral da História de Portugal*, 4^a. ed., p.46; A. Moreira e A. Pedrosa, *As Grandes Datas da História de Portugal*, p. 31. Há uma grande constância cronológica entre todos.
- 42 Cf. sobre esta *Crónica (Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, pp. 416-420.), o que diz J. Mattoso na AH-HP, vol. 2, p. 550, n. 57 e p. 553, n. 77 ; vol. 3, pp. 197 ss.
- 43 ANTT, Gav. 5, Mç. 1, n.17; e AH-HP, vol.2, p. 434, n. 104.
- 44 AH-HP, vol. 2, p. 433.
- 45 ANTT, Ordem de Santiago, Documentos Régios, Mç. 1, n^o 8; Hermínia Vilar, *As Dimensões do Poder: A Diocese de Évora na Idade Média (1165-1423)*, Tese de Doutoramento, Univ. de Évora, policop. 1998, p. 27, n. 29.
- 46 AH-HP, vol. 2, p. 465. Alexandre Herculano situa em 1238 as conquistas de Mértola, Alfajar de Pena e de Aiamonte (*Ibidem*).
- 47 ANTT, Gav. 28, Mç. 4, Col. Esp.; AH-HP, vol. 2, p. 466, n. 153.
- 48 José Mattoso, «D.Sancho II», *História de Portugal* (dir. J. H. Saraiva), vol. I, p. 561. Será esta a primeira alteração na cronologia destas conquistas ; esta *História de Portugal*, integrando o artigo supracitado de J.Mattoso, foi a que saiu mais próxima do grande estudo crítico que o mesmo historiador fez à *História* de Herculano: a edição crítica saiu em 1980, e esta *História de Portugal*, da Alfa, em 1983.
- 49 ANTT, Gav.5, Mç. 1, n^o 44; AH-HP, vol. 2, p. 467, n. 156.
- 50 J. Mattoso, «D .Sancho II», *ibidem*.
- 51 Cf. supra n. 44. Sobre Cacula e Tavira, cf. AH-HP, vol. 2, p. 466 e n. 155.
- 52 Observemos a permanência deste pressuposto em vários historiadores portugueses, desde 1937 a 1998 – Rui de Azevedo, na *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, p. 62, afirma «[...] Sancho II colocou sob a sua [da Ordem de Santiago] égide o castelo de Mértola em 1239, pouco antes conquistado[...]»; José Mattoso, em 1980, na edição crítica da *História de Portugal* de Alexandre Herculano, ao comentar a doação de Mértola por Sancho II à Ordem de Santiago, ainda termina com esta interrogação: «[...] Poderia Sancho limitar assim os termos aos três castelos [Serpa, Alfajar de Pena e Mértola], se eles não fossem já seus? [...]» (*Ob.cit.*, vol.2, p. 465, n.151). Joaquim Romero Magalhães, em 1987, na sua «Uma Interpretação da Crónica da Conquista do Algarve», p. 128, afirma «[...]conquista de Ayamonte, efectuada antes de 2 de Maio de 1240 [...]», isto porque essa é a data da respectiva doação da mesma povoação aos Espatários. Mais recentemente, Hermínia Vilar, *ob. cit.*, afirma, na página 27,«[...] a outorga quase imediata à ordem de Santiago da maior parte das terras recentemente conquistadas em torno do Guadiana [...]. As doações de Aljustrel em 1235, de Mértola em 1239 e de Aiamonte em 1240 evidenciam, não apenas uma retribuição de serviços prestados mas uma entrega da responsabilidade de organizar a defesa [...]» (os sublinhados são nossos). Mantém-se o pressuposto de posteridade da doação em relação à conquista: só se retribui o que já foi feito, e «prestados» é um participio passado.
- 53 Como sugestão para estudo futuro, poderá vir a ser interessante uma abordagem quantitativa e comparativa dos dados relativos às conquistas vs. doações, para se aquilatar a presença e a importância deste mecanismo de *apropriação simbólica do espaço* durante o período da «Reconquista».
- 54 Àcerca dos pressupostos ideológicos que legitimavam aquelas acções, levadas a cabo pelos monarcas cristãos ibéricos da «Reconquista», v. Luís Krus, «Tempo dos Godos e Tempo dos Mouros – as memórias da Reconquista», *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, p. 103-128.
- 55 Cf. José Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 229
- 56 Cf. Rui de Azevedo, *Documentos medievais portugueses. Documentos Régios*, vol. I, doc. 295. Facto também referido por J. Mattoso, *Ricos-Homens...*, *ibidem*; e por Mário Jorge Barroca, «A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII», *Portugalia*, p. 171-202, p. 179.
- 57 «[...] a promessa da entrega do castelo de Juromenha, quando tomado aos mouros, [...]»[em] documento datado de Janeiro de 1187», Rui de Azevedo, *Os Primórdios da Ordem Militar de Évora*, Sept^a Boletim Junta Distrital de Évora, n^o 8, 1967, p. 16 . Cf. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa, e Marcelino Pereira, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, p. 29, n^o 17. Aquela doação foi confirmada à Ordem de Calatrava, pela Bula *Quotiens a nobis petitur*, de Inocêncio III, em 1214, ou seja 27 anos depois da doação inicial, e 16 anos antes da conquista efectiva. Cf. *Bulário Português: Inocêncio III (1198-1216)*, ed. Avelino de Jesus da Costa e M^a. Alegria F. Marques, p. 357-8, n^o 201.
- 58 A outorga do foral de Elvas, antes da ocupação da mesma; diz o Foral de Sancho II: «Volo populare Elvas quam habeo a sarracenis» (*apud* AH-HP, vol. 2, p. 611)
- 59 Cf. Hermínia Vilar, *ob. cit.*, p. 50 e n. 103.
- 60 Cf. Hermínia Vilar, *ob. cit.*, p. 49 e n. 100, e Júlio César Baptista, «Limites da Diocese de Évora», *A Cidade de Évora*, n^o 55 (1972), p. 239-275, p. 240.
- 61 Cf. supra n. 49.
- 62 Cf. infra n. 71.
- 63 No ano de 1240 Sancho II não terá promovido nem participado em nenhuma acção militar, pois em 12 de Julho, a meio do período guerreiro, que ia de Maio a Outubro, encontrava-se na Guarda (cf. AH-HP, vol. 2, p. 468, n. 157). A grande expedição militar estaria sendo preparada para o ano seguinte, de 1241 (*Idem*, p.469-70). Cf. infra n. 71.

- 64 Bula *Cupientes Christicolos* (21 Outubro 1234). Cf. António D. de Sousa Costa, *Mestre Silvestre e mestre Vicente, juristas da contenda entre D. Afonso II e suas irmãs*, p. 204-205, n. 325. O seu conteúdo poderá ser correlacionado com a conquista de Aljustrel e a ocupação de Beja, duas cidades abandonadas» que conviria ocupar.
- 65 Sobre D. Fernando, Infante de Portugal e Senhor de Serpa, ver o estudo de Amando de Sousa Pereira, *O Infante D. Fernando de Portugal, Senhor de Serpa (1218-1246): História da Vida e da Morte de um Cavaleiro Andante*, Sept^a. *Lusitania Sacra*, 2^a série, nº 10 (1998), p. 95-121.
- 66 Bula *Cum sicut Nobilis vir* (28 Novembro 1239). Cf. *Mestre Silvestre...*, p. 268, n. 393; Armando S. Pereira, *ob. cit.*, p. 110.
- 67 Bula *Cum carissimus in Christo* (18 Fevereiro 1241). Cf. *Mestre Silvestre...*, p. 425, n. 533.
- 68 AH-HP, vol. 2, p. 465-6. Na Nota Crítica XXVII, p. 639-40, J. Mattoso expressa a mesma opinião.
- 69 AH-HP, vol. 2, p. 471. J. Mattoso, na Nota Crítica XXVII, vol. 2, p. 640, afirma que Tavira, conquistada desde 1240, foi o limite do espaço português não havendo vestígio de que o domínio cristão se estendesse para ocidente dessa cidade, ou que a haver tentativas militares terão sido infrutíferas ou de resultados efémeros, o que poderia apontar para a inexistência ou para a ineficácia da grande empresa militar a ser preparada desde 1240. Na nota [80] do mesmo volume, p. 553, põe, no entanto, a possibilidade de que os espatários, após a bula de 1241, e perante a aparente inacção militar régia, tivessem ido conquistar Tavira nessa altura, o que contradiz, cronologicamente, o que foi dito na Nota Crítica atrás referida. M^a Alegria Fernandes Marques aventa apenas a não realização da empresa. Cf. M^a Alegria Fernandes Marques, «As Etapas de Crescimento do Reino», *Nova História de Portugal*, (dir. A. H. Oliveira Marques e Joel Serrão), vol. III, p. 37-64, p. 44.
- 70 O termo de Mértola é demarcado «[...] contra Serpiam et Alfajar de Pena[...]» (cf. AH-HP, vol. 2, p. 465, n. 151). Pode-se assim aperceber a contiguidade dos três termos.
- 71 Um pouco diferente da leitura de Alexandre Herculano, que põe nas mãos dos portugueses em 1238, Mértola, Alfajar de Pena e Aiamonte, e em 1239, Cacela e Tavira. Cf. AH-HP, vol. 2, p. 465-6.
- 72 Cf. AH-HP, vol. 2, p. 469-70.
- 73 Cf. supra n. 40. J. Romero Magalhães afirma que apesar do «[...] emaranhado cronológico e factual[...]» a *Crónica da Conquista do Algarve* deverá ser lida segundo a «[...] coordenada espaço[...]», onde «[...] oferece a possibilidade de entender a conquista[...]», ou pelo menos propõe «[...] uma interpretação razoável[...]». Cf. J. Romero Magalhães, «Uma Interpretação da Crónica da Conquista do Algarve», p. 123-4.
- 74 Trata-se da passagem que coloca a conquista de Mértola três anos antes da data em que o conde de Bolonha foi reconhecido como regedor do Reino de Portugal (*CCA*, in *PMH Scrip.*, p. 416; *CCR*, ed. Magalhães Basto, p. 161; *CSR*, ed. Silva Tarouca, p. 254). Aquele facto sucedeu em 1245 (cf. J. Mattoso, «Dois Séculos...», *História de Portugal*, (dir. J. Mattoso), vol. 2, p. 130-1).
- 75 *Idem*, p. 126.
- 76 A presença de Sancho II na conquista de Aiamonte está atestada documentalmente (cf. AH-HP, vol. 2, p. 444, n. 120 e p. 553, Nota Crítica [77]). Como também se sabe que em 1240 o rei não intentara nenhuma expedição militar nas fronteiras do sul (cf. supra n. 60), a conquista de Aiamonte será de 1241, a última antes da de Mértola.
- 77 *Idem*, p. 127.
- 78 Também nos preâmbulos bélicos da conquista de Sevilha, que veio a acontecer em 1248, se constata uma tentativa de rodear e isolar Sevilha, tendo sido conquistadas no ano anterior as praças de Constantina, Carmona e Guillena, situadas nas proximidades de Sevilha. Cf. Pierre Guichard, «Los Nuevos Musulmanes», *História de Espanha* (dir. Antonio Dominguez Ortiz), p. 574. Paio Peres Correia, um dos principais participantes na conquista de Mértola, também esteve na conquista de Sevilha com Fernando III (Cf. AH-HP, vol. 2, p. 640). José Mattoso diz ainda que os feitos de Paio Peres Correia no cerco de Sevilha, foram postos em relevo na *Primeira crónica geral de Espanha*, de Afonso X (J. Mattoso, «Dois Séculos de Vicissitudes Políticas», p. 124). Talvez a presença activa do Grão-Mestre dos Espatários na conquista de Sevilha, possa ter levado à reprodução da tática que já antes fora usada para Mértola.
- 79 J. Romero Magalhães, *ob. cit.*, p. 128.
- 80 *Idem*, p. 127.
- 81 *Idem*, p. 128-9.
- 82 J. Carlos Garcia, «Alfajar de Pena. Reconquista e Repovoamento no Andévalo do Século XIII», p. 910.
- 83 J. Mattoso, «Dois Séculos...», p. 124. Paio Peres Correia estava em Uclés, da qual era já Comendador, e onde residiria, pelo menos desde Março de 1242 (AH-HP, vol. 2, p. 640).
- 84 *Ibidem*.
- 85 Cf. supra n. 71.

LE MAGHREB EXTRÊME ENTRE LA FIN DU VIII^{ème} SIÈCLE ET LE X^{ème} SIÈCLE D'APRÈS UNE ÉTUDE DES RAPPORTS DE POUVOIR

FABIENNE LANDOU

INTRODUCTION

Le Haut Moyen Âge marocain est une période mal connue des Historiens, ce qui est en grande partie dû à l'absence de sources littéraires contemporaines. Le Maghreb extrême, qui correspond approximativement à la partie septentrionale du Maroc actuel, a connu une histoire politique et sociale complexe qui reste encore assez floue. Extrémité du *dār al-islām* (le *Maghrib al-Aqṣā* des auteurs musulmans), cet espace géographique fut, dès le début de la conquête musulmane, un territoire périphérique. En effet, très rapidement cet espace a échappé à l'orbite du pouvoir oriental. Il s'y est constitué plusieurs petites entités politico-territoriales musulmanes autonomes aux prises avec les divers pouvoirs périphériques. La question des relations de pouvoir entre les Berbères, substrat autochtone du Maghreb, et les Orientaux fondateurs de dynasties musulmanes à la tête de ces entités berbères, paraît primordiale pour comprendre la construction territoriale et politique du Maghreb extrême au Haut Moyen Age. Nous tenterons ainsi, à la lumière des sources géographiques, de montrer le rôle des populations berbères dans l'organisation de leur territoire.

La conquête du Maghreb extrême par les armées musulmanes, entreprise dans la seconde moitié du VII^e siècle, amorçait pour les populations locales berbères jusque là organisées selon des structures tribales, indépendantes de tout pouvoir centralisateur, une nouvelle expérience religieuse et politique¹. Avec l'intégration du Maghreb dans le *Dar al-Islām*, dès 85 H/704-705, le Maghreb extrême devenait une des nombreuses provinces musulmanes administrée par les gouverneurs d'Ifrī-qiya

sous les ordres des califes Umayyades d'Orient. Dès le départ, s'instaurèrent entre les nouveaux occupants et les populations locales des rapports de force émanant du statut juridique des nouveaux convertis et des *dimmi*. Les révoltes berbères qui secouèrent l'ensemble du Maghreb à partir des années 720, et notamment la révolte des Berbères de Tanger en 123 H/740, révélèrent les failles du système fiscal umayyade, mais témoignèrent aussi de la profonde dichotomie entre les structures tribales berbères et les nouvelles formes d'organisation territoriale musulmane, importées d'Orient, qui passaient par des prélèvements fiscaux inadaptés. Cette rébellion a eu pour conséquence l'émergence de pouvoirs politiques ou religieux indépendants. La petite principauté de Nakūr, fondée par un ancien soldat oriental, illustre parfaitement la mise en place d'un pouvoir politique en marge du pouvoir oriental.

L'avènement de la dynastie idrisside, en 172-73 H/789, soutenue par les Berbères Awrāba,

marque une nouvelle étape dans l'élaboration d'une entité politico-territoriale musulmane particulière au Maghreb extrême. En marge de l'empire Abbasside (750-1258), «l'État idriside»² s'est construit comme un compromis entre les formes de pouvoir berbère et les conceptions de l'État musulman, lui-même en gestation. Malgré la destitution de la dynastie idriside (789-986) par les armées fatimides d'Ifrīqiya (909-972) et par les Umayyades d'Espagne (756-1031), il paraît intéressant de voir quelle avait été leur organisation dans le domaine politique, et surtout, quels avaient été leurs rapports avec les Berbères. Les Berbères, populations considérées par les auteurs³ de la période coloniale comme incapables de fonder des «États»⁴, ont apparemment joué un rôle très important dans l'organisation du Maghreb extrême et dans l'avènement des entités politico-territoriales berbères et orientales, dès le VIII^e siècle.

Comprendre ces «Siècles obscurs» de l'histoire du Maghreb extrême d'après les sources géographiques, pour la plupart postérieures à la période considérée, pose de nombreuses difficultés. En effet, les sources géographiques, mais aussi les chroniques, sont la plupart du temps muettes quand il s'agit de trouver des renseignements concernant les Berbères et leurs relations avec les armées orientales, dans les premiers siècles de l'Islam. Cette carence des sources se prolonge jusqu'aux X^e-XI^e siècles lorsque les géographes musulmans qui, composant des descriptions de pays, décrivent les voies de communications, les lieux habités rencontrés, les centres de pouvoir politique et économique. Ils mentionnent surtout le nom des tribus vivant dans ces espaces. Ainsi, al-Bakrī géographe andalou mort en 487 H/ 1094, cite la succession des tribus berbères, vivant au Maghreb extrême entre le X^e et le XI^e siècles. A partir de l'analyse de son ouvrage, dans lequel il fait une

projection géographique de la société berbère, il est possible de dégager quelques éléments qui permettent de rendre compte du rapport privilégié des tribus berbères avec leur territoire. Il ressort de cette étude que les principales tribus berbères se localisent en des points économiques stratégiques. Les sources archéologiques et numismatiques tendent à confirmer ce phénomène. Cette dynamique est essentielle pour comprendre les évolutions politiques au Maghreb extrême et pour connaître le rôle des tribus berbères dans l'avènement et la constitution d'entité politico-territoriales musulmanes.

LA PRATIQUE DE LA POLITIQUE DES UMAYYADES D'ORIENT (660-750) AU DÉBUT DU VIII^e SIÈCLE

C'est avec la nomination de Mūsā ibn Nusayr en 85 H/704-705, commandant des armées musulmanes d'occident, comme émir d'Ifrīqiya que le Maghreb extrême entra dans le giron du *Dār al-Islām*. Il fut chargé de mater les luttes entre les tribus berbères de l'Ifrīqiya et du Maghreb ainsi que de pacifier la province. Il s'occupait donc d'organiser la province du Maghreb. Les sources sont quasiment inexistantes à propos de l'organisation administrative du Maghreb extrême. Elles rapportent seulement que Musā créa deux districts qui sont les circonscriptions administratives de base pour la répartition et le prélèvement de l'impôt. Il confia à son client, le berbère Tārīk ibn Ziyād, le gouvernement de Tanger et il nomma un personnage anonyme dans le Sūs. Mais ces districts étaient aussi des bases d'expansion militaire, comme ce fut le cas de Tanger d'où partirent les troupes de Tārīk pour la conquête de la péninsule ibérique. Ces quelques informations laissent dans l'ombre de nombreux points importants notamment la question du statut juridique des terres et des hommes alors que le Maghreb extrême devenait un territoire musulman appartenant au *dār al-islām*.

Avant la conquête musulmane, le Maghreb extrême était sous la domination des tribus et clans berbères. Seules les villes de Tanger et Ceuta étaient gouvernées par un certain comte Julien, personnage mystérieux, dont on ne sait s'il était autonome ou d'obédience byzantine ou wisigothe. Qu'en était-il des tribus berbères du reste de Maghreb extrême et comment les terres étaient-elles réparties entre les différentes tribus? Même si la question reste en suspens, il est probable que chaque clan berbère sédentaire du Nord du Maroc ait possédé son propre territoire organisé autour de quelques bourgs⁵. Avec la conquête du Maghreb extrême, ces tribus berbères et leurs territoires passaient sous l'autorité musulmane représentée par les deux *'āmil/s*. Terres et hommes acquéraient *de facto* un nouveau statut juridique. L'acquisition par le califat umayyade de nouvelles terres engendrait une procédure particulière pour leur statut. En théorie, la possession des terres étaient laissées aux populations autochtones – à ce moment là non-converties – en état d'en assurer la mise en valeur sous couvert du paiement d'un tribut reconnaissant l'émir-nente souveraineté de l'Islam. Dans le cas où il s'agissait de populations pastorales,

elles pouvaient verser leur tribut en nature. Les populations converties devaient également s'acquitter de l'impôt foncier ou *haraj*. D'autre part, si les terres conquises faisaient partie du butin, c'est-à-dire si elles avaient été abandonnées ou prises sans condition, elles devenaient terres de *fay*⁶. Dans ce cas, elles pouvaient être partagées par le quint ou le quart entre les chefs musulmans et devenaient dès lors terres de *'uṣr*, dîme considérée comme une part de la *zakāt* appliquée aux biens fonciers. Les propriétaires de ces terres concédées, ou *qatī'a*, étaient presque propriétaires de ces parcelles qu'ils devaient mettre en valeur. Les habitants de ces terroirs étaient soumis au *haraj* et leur droit à la propriété restait très précaire. Ce mode de concession évolua vers l'*iqfā-tamlīk*, concession d'appropriation. Il semblerait que ce soit ce mode de concession qui ait prédominé au Maghreb⁷. Mais, les sources ne parlent ni du statut des terres conquises au Maghreb extrême, ni d'une installation de tribus arabes. Apparemment les terres avaient été laissées à leur anciens propriétaires, en l'occurrence les tribus berbères, excepté pour le cas de Nakūr. Cependant, il est tout à fait impossible de savoir quelles tribus étaient réellement sous l'autorité musulmane. Comment la propriété était répartie entre ces tribus? Dans quelle mesure payaient-elles les impôts? Il serait donc dangereux de vouloir aller plus loin dans les suppositions. En revanche, nous disposons de plus d'informations sur le statut juridique et social des Berbères.

La conversion des Berbères à l'islam ne se fit certainement pas de manière homogène dans l'ensemble du Maghreb extrême. Al-Bakrī mentionne encore au XI^e siècle des communautés juives et chrétiennes dans l'ensemble du Maghreb. En tant que «Gens du Livre», ils bénéficiaient du statut de *dimmī*⁸, qui les plaçait sous la protection des Musulmans. En contrepartie ils devaient payer, en plus du *haraj*, l'impôt de capitation ou *jizya*. Les Berbères convertis furent désignés sous le nom de «client» du peuple du Prophète ou *mawālī*, et durent s'acquitter du *haraj*, qui depuis le Calife 'Umar II (717-720) portait sur les terres et non plus sur les individus. Si nous n'avons que très peu d'informations textuelles concernant le prélèvement de ces impôts, nous disposons de récits rapportant les exactions fiscales commises par les gouverneurs musulmans. La pression fiscale exercée par les émirs sur les soldats et les populations berbères rend compte du décalage entre le statut juridique et social des Berbères et la pratique de la politique musulmane. Dans ces premières décennies, les chefs arabo-musulmans, devaient mener de front l'organisation du Maghreb et celle du sud de la péninsule ibérique, nouvellement conquise. Les mécontentements, puis les soulèvements des soldats ifrīqiens dans les années 720, puis des populations rifaines et ibériques, soit à cause du partage du butin, soit à cause des exactions fiscales, soulèvent la question du financement de l'organisation militaire puis administrative au Maghreb extrême.

Les sources⁹ laissent penser que les clans berbères convertis subissaient des pressions fiscales. Quel type de prélèvements les *'āmil/s* effectuaient-ils sur les populations berbères? Le calife Hišām b. 'Abd al-Malik (724-743), connaissant la situation conflictuelle au Maghreb, dépêcha en 113-14 H/732 un nouvel émir en Ifrīqiya, nommé 'Ubayd Allah b. al-Habhāb. Ce dernier, qui avait reçu l'ordre de traiter

les Berbères rudement, nomma deux nouveaux gouverneurs au Maghreb extrême: 'Umar b. 'Abd Allāh al-Murādī à Tanger, et Habib b. Abi Ubayda dans le Sūs. Ces deux *'āmil/s* ne tardèrent pas à commettre de nombreuses exactions sur les populations berbères, qui devaient leur fournir, en plus du paiement des impôts fonciers dus par tout propriétaire musulman, des troupeaux. Un extrait de l'historien al-Tabarī (mort en 310-11 H/923) rapporte les doléances de la délégation berbère, menée par Maysara, qui s'était rendu à la cour du calife Hišām b. 'Abd al-Malik (724-743): «*Puis ce fut le tour de nos troupeaux. On se mit à éventrer les brebis pleines à la recherche des fourrures blanches des fœtus destinés au Prince des Croyants. On éventrait mille brebis pour une seule fourrure. Nous nous sommes dit: Comme cela est simple pour le Prince des Croyants! Nous avons tout supporté; nous avons tout laissé faire*»¹⁰. Ils prélevaient donc une taxe supplémentaire sur les biens des *mawālī*, en effet les troupeaux faisant partie de leur capital foncier, les propriétaires ne les considéraient pas comme imposables. Les Berbères du Sūs, les premiers touchés par les exactions fiscales, selon Ibn Haldūn¹¹, pratiquaient l'élevage et étaient pour une grande partie des nomades. Nous pouvons ainsi supposer que les émirs, ne pouvant prélever l'impôt foncier sur des populations nomades qui ne possédaient pas un terroir fixe, cherchèrent un autre moyen de remplir les caisses, en l'occurrence un prélèvement en nature sur le cheptel vivant. Cependant, il est tout à fait plausible que ces populations n'aient jamais payé, à cette date, d'impôts émanant des autorités musulmanes.

Par ailleurs, les sources¹² laissent entendre que ces émirs continuaient à opérer des rafles sur les populations. Ils lançaient des opérations punitives dans le Sūs qui se soldaient par la prise d'un butin composé d'esclaves et

d'animaux. Il semblerait que ces prisonniers, destinés à l'esclavage, représentaient une source de revenus en nature destinés à la cour orientale. Un passage d'Ibn Ḥaldūn concernant le traitement infligé aux Berbères par l'émir de Tanger, vers 122 H/739-40, va nous permettre d'éclairer cette question: «*Cet émir avait envahi le Sous afin d'y châtier les Berbères, et ayant fait sur eux un grand butin et une foule de prisonniers, il s'était porté en avant jusqu'au pays des Massūfa où il tua beaucoup de monde et fit encore des prisonniers. Les Berbères en furent consternés; mais ils se soulevèrent bientôt, quand ils eurent appris que le vainqueur les regardait eux-même comme un butin acquis aux musulmans et qu'il se proposait en conséquence de prendre le cinquième de leur nombre pour en faire des esclaves*»¹³. Le gouverneur considérait les Berbères du Sūs sous sa juridiction comme un butin potentiel, ce qui peut sous-entendre qu'ils ne se seraient pas convertis ou que, jusqu'en 740, le Sūs n'ait pas été totalement soumis à l'administration musulmane.

Les exactions fiscales commises par les *'āmil/s* peuvent être interprétées de deux manières. Soit ils cherchaient, par la force, à récupérer les prélèvements fiscaux dus par les populations vivant sur les terres qui étaient sous leur juridiction. Soit, ils commettaient effectivement des exactions sur des populations berbères afin de renflouer leurs finances personnelles, sans respecter leur statut juridique. Il semblerait cependant qu'il y ait un décalage religieux et juridique entre les régions septentrionales et les régions du sud du Maghreb extrême. Quoiqu'il en soit, ces événements associés à la diffusion du *hāriġisme* annoncèrent la révolte des «Berbères de Tanger», menés par Masayra ancien marchand d'eau de Kairouan. En 122-23 H/740, Maysara fut élu *imām* par la confédération des clans berbères du Maghreb extrême. Sans nous étendre sur

les aspects religieux de la révolte, les Berbères firent avec le *hāriġisme* leur première expérience religieuse de l'Islam. Cette révolte, dirigée contre les représentants du pouvoir central et non contre le califat oriental marque une rupture : elle annonçait, en effet, une nouvelle organisation politique. La victoire de la confédération sur l'armée musulmane ifrīqiyenne, ne serait-elle pas un témoignage du profond enracinement des structures sociales et politiques berbères?

L'ÉMERGENCE D'ENTITÉS TERRITORIALES AUTONOMES

A partir des années 750, le Maghreb extrême revint sous la domination des tribus berbères, excepté le royaume de Nakūr, petite principauté où régna la dynastie d'origine orientale des Salīhides. Le Maghreb extrême devint l'enjeu de plusieurs chefs locaux, berbères ou étrangers, qui cherchèrent à fonder des dynasties et des royaumes hors de l'orbite du califat oriental. Un nouvel ordre géopolitique se mettait en place où les puissantes tribus locales, converties à l'islam, reprenaient leurs droits. Cette nouvelle organisation politico-territoriale se traduit par l'émergence de plusieurs petites entités territoriales autonomes et interdépendantes sur le plan économique : la principauté de Nakūr, le territoire des Bargawāta, l'enclave de Siġilmāsa et au début du IX^e siècle, l'émirat Idrīside. Ces territoires ne dépendaient ni du califat 'abbāsside, ni du califat umayyade d'Espagne. Ils fonctionnaient de manière autonome, c'est-à-dire qu'ils étaient organisés politiquement et socialement selon la vision politique et religieuse des hommes qui en avaient pris le commandement. Mais ces principautés ou royaumes sont avant tout des espaces de pouvoir, dominés par la présence de plusieurs tribus dirigées par une dynastie musulmane.

La tribu se définit par les liens du sang¹⁴ mais aussi par son lien avec le territoire qu'elle exploite. Ainsi, les limites des territoires se définissent en fonction de la tribu qui y vit. Il en résulte que les différentes entités qui se sont constituées, à partir de la deuxième moitié du VIII^e siècle, sont difficilement délimitables d'un point de vue géographique et politique. Al-Bakrī a d'ailleurs été très sensible à cet état de fait puisqu'il décrit encore au XI^e siècle, les différents territoires en fonction des tribus. La question des limites territoriales au Maghreb extrême reflète son contexte politique complexe, où pouvoirs locaux berbères et pouvoir central dynastique se superposent. Les marges de ces espaces de pouvoir marquent la zone d'influence limite entre pouvoir dynastique et pouvoirs locaux. L'équilibre des pouvoirs dépend de la stabilité de ces zones périphériques. Ainsi, le territoire des Bargawāta¹⁵, dans la plaine atlantique du Tāmasnā, se situait approximativement entre le Bū-Rāgrag et le *wādī* Tānsift. Pour Ibn Ḥawqal¹⁶, qui écrivait au X^e siècle, le *wādī* Salé formait la limite du territoire habité par les musulmans, «frontière» naturelle et religieuse entre le territoire idrīside et celui des Bargawāta. Cette limite paraît avoir été assez instable entre le IX^e et le X^e siècle. En effet, les Bargawāta eurent une politique expansionniste vers l'Est jusqu'au milieu du X^e siècle. Il semblerait que, dans la première moitié du IX^e siècle, la zone allant de Salé à Wāzakkūr, dans le Tāmasnā septentrional,

ait appartenu aux Idrisides puisque lors du partage de Muḥammad (fils d'Idris II) elle fut attribuée à son frère 'Isā¹⁷. La marge Nord de l'empire des Bargawāta a donc évolué entre le IX^e et le X^e siècle. Au sud-est du Sūs, l'enclave de Siġilmāsa, située aux portes du désert, semble se résumer à la ville elle-même, et à ses dépendances. L'émirat idriside, le plus remarquable par son étendue et par sa complexité, est limité au nord-ouest par le littoral méditerranéen et atlantique, qui va de Tāgassā à Salé. Sa marge ouest est définie par territoire des Bargawāta. Au nord-est, il est limité par les tribus berbères dépendantes de l'enclave de Nakūr. À l'est, il s'étend jusqu'à Tlemcen. Dans sa partie sud, il part de la côte atlantique (port de Māsa) jusqu'au Drā'a. Les marges internes restent assez instables, du fait des avancées Bargawāta et du maintien des structures tribales dans l'Atlas. La question des «limites» met en exergue le rapport des tribus à leur territoire, et donc le problème du maintien des structures tribales à l'intérieur de chaque entité. Puis, il y avait sur la côte méditerranéenne, entre le port de Mastasa et l'oued Za, la principauté de Nakūr. D'après al-Bakrī¹⁸, elle était limitée à l'est par le pays des Zwaġa, tribu qui habitait les bords de la Moulouya et qui avoisinait le pays des Dārāwa. À l'ouest, il s'arrêtait au pays des Banū Mārwan, tribu des Ġumāra, pays qui touche celui des Banū Hūmayd, à l'est de la ville de Tāgaṣṣā. En revanche, il est impossible de déterminer ses limites au Sud d'autant qu'aucun itinéraire important n'a été dressé dans cette zone. Il est à supposer qu'elles correspondent aux limites territoriales des tribus des Sanhāġa, des Awrāba, des banū Irnyyān et des banū Marāsan¹⁹. Il apparaît que la tribu et le territoire sur lequel elle vivait formaient le principal type de «limites» de ces petits émirats. Ces entités étaient viables que si les tribus berbères reconnaissaient le représentant du pouvoir.

Le cas de Nakūr nous permet d'aborder le cas d'une entité territoriale au sein de laquelle coexistaient les formes d'organisation politique musulmane et tribale. Le récit très précis d'al-Bakrī²⁰ permet de percevoir les relations politiques, administratives et fiscales qui liaient le gouverneur de la ville de Nakūr d'origine orientale et les populations locales, entre le VIII^e et le début du X^e siècle, date de la destruction de la ville par les Fatimides. La fondation de la principauté de Nakūr dépend du statut particulier de l'espace sur lequel elle se situe. En effet, si l'on se réfère à Ibn Ḥaldūn, cette terre avait été confiée comme *iqṭā'* par le calife 'Abd al-Malik (685-705) à un de ses généraux, Salīh, ancêtre éponyme de la dynastie des Salihides. Dans ce cas, la légitimité du pouvoir serait fondée sur l'acte de donation, puis sur l'appropriation de cet espace par les Salihides en tant que domaine privé. La zone de Nakūr dépendait donc sur le plan administratif et juridique directement de Salīh, propriétaire du domaine. Quel type d'autorité exerçait-il sur cette zone et sur les tribus y vivant? Le récit d'al-Bakrī à propos de la fondation de la ville de Nakūr est à cet égard intéressant. Il nous dit que Salīh commandita l'installation d'un *sūq*. Puis, son petit-fils Saīd incita le peuplement du *sūq*, ce qui suggère qu'il prenne les décisions en matière d'urbanisation et d'économie. Rappelons les propos d'al-Bakrī: «Une bande de Berbères que Salīh ibn Mansūr avait installé sur le bord de la rivière, vis-à-vis de Nakūr, y établit un marché, puis sur l'ordre de Saīd, ces gens se

transportèrent dans la nouvelle ville»²¹. Al-Bakrī laisse bien entendre que Salīh, puis Saīd avaient un fort ascendant sur les populations locales, pouvoir qui leur aurait permis de s'assurer leur soutien. Ahmed Siraj²² pense que la fondation de Nakūr est similaire à celle de Fès²³. Les populations berbères de la zone concernée auraient ainsi donné le terrain aux Salihides. Patrice Cressier²⁴, qui a travaillé sur les sites archéologiques de la zone littorale méditerranéenne, montre que que l'établissement d'une ville ne pouvait se faire sans l'accord préalable des tribus autochtones. Salīh, puis Saīd, auraient-ils passé des accords avec ces Berbères pour l'installation du *sūq* et la construction de la ville? Le *sūq* existait-il avant l'arrivée de Salīh? Le *sūq* devint-il un centre économique important? Il est possible de penser qu'il se créait des consensus qui dépendaient de la volonté politique des chefs et de la reconnaissance de leur autorité par les populations locales. Dans cet esprit, Ahmed Siraj suppose que les Salihides adoptèrent «une attitude socio-économique faisant de la principauté une sorte d'entreprise familiale, qui se contentait des alliances des tribus locales et qui ne cherchait qu'à conserver ses intérêts économiques et son prestige social»²⁵.

La légitimité des Salihides reposait, apparemment, sur l'acquisition de cet espace comme butin de guerre. Ils avaient à charge d'organiser et d'administrer leur domaine, donc d'effectuer les prélèvements coraniques et fiscaux. Cependant, il ne purent se maintenir au pouvoir qu'en adoptant une politique économique intéressante pour les tribus berbères. Il s'avère qu'ils ne pouvaient prélever l'impôt sans se soucier de l'avis des populations locales. Deux exemples relatifs au paiement des impôts vont nous permettre de mesurer cette évolution. Le gouvernement salihide, établi dans son espace urbain, devait respecter l'autorité locale dans les campagnes représen-

tée par le conseil de la fraction de tribu. Ces deux types de pouvoir semblaient liées par un accord tacite en usage chez les tribus berbères et arabes : le serment réciproque de fidélité qui reposait sur les valeurs de solidarité et de respect. Cet accord portait sur deux coutumes fondamentales de la société berbère : la valeur guerrière du chef élu à la tête de la tribu et le respect des droits des populations qui l'ont élu. Les chefs de familles participant au conseil de la tribu n'oubliaient pas de rappeler qu'ils avaient tout pouvoir sur leur élu si celui-ci prenait des décisions à l'encontre de la communauté. La question fiscale est souvent un révélateur de ces rapports de pouvoir. Par exemple, peu de temps après son installation, Salīh fut rejeté du pouvoir en raison de prélèvements fiscaux inadaptés, les Berbères n'hésitant pas et à élire une autre personne : «*Les Sanhāġa et les Gumara, Berbères de cette localité, se laissèrent convertir à l'islamisme par Salīh; mais, trouvant ensuite que les obligations de cette religion leur étaient à charge, ils retombèrent presque tous dans l'infidélité et prirent pour chef un nommé Dawūd er-Rondi «natif de Ronda en Espagne». Cet homme appartenait à la tribu des Berbères Nafza*»²⁶. Par la suite, les tribus berbères acceptèrent de reprendre Salīh comme chef, mais cette décision n'impliquait pas qu'elles reconnaissent son pouvoir en matière fiscale. Les tribus berbères appuyaient la personne au pouvoir, qu'elle soit d'origine berbère ou orientale, seulement si cette dernière respectait les intérêts des tribus. L'affirmation d'une autorité fédératrice passait donc par une politique fiscale adaptée aux tribus. Un autre événement datant du milieu du IX^e siècle, alors que la dynastie salihide était établie depuis un siècle, confirme cette situation. Le pouvoir salihide était fragile et il pouvait être remis en cause à tout moment par les tribus berbères : «*Les Miknāsa s'étant refusés de payer à Salīh les impôts qu'ils lui*

devaient, ce prince leur écrivit une lettre de menaces et, l'ayant cachetée, il la mit dans un sac de fouflage qu'il lia sur le dos de son âne. Il dit alors à un de ses hommes de confiance: «Emmène cet animal jusqu'au milieu du pays des Miknāsa; tu le laisseras là avec son paquet, et tu reviendras ici». L'ordre fut exécuté. Les Miknāsa rencontrèrent l'âne, qu'ils reconnurent aussitôt comme celui de Salīh; ils examinèrent le paquet, et, après avoir lu la lettre qui s'y trouvait, ils tinrent conseil ensemble. On voulut d'abord couper les jarrets de l'âne et persister dans la rébellion, mais ensuite ils prirent le parti de réunir la totalité de la somme exigée, de la mettre sur le dos de l'animal avec une belle housse d'étoffe mervienne et de tout ramener à Salīh. Ils demandèrent en même temps l'oubli du passé, et se firent pardonner leur insubordination»²⁷. Cette remise en cause perpétuelle de l'autorité salihide s'explique par la superposition du pouvoir du gouverneur de Nakūr et du pouvoir de la communauté tribale berbère. Il semblerait que les Berbères des alentours de la ville de Nakūr acceptaient de payer les impôts, tout en remettant en cause le pouvoir du gouverneur si celui-ci outrepassait ses droits. Le conseil tenu par la fraction de tribu des Miknāsa, située près de l'oued Ghis, à l'est de Nakūr, constituait une autorité suprême et cela même en matière fiscale puisque le conseil de la tribu décida si la somme demandée pour le paiement des impôts était acceptable ou non. Les propos d'al-Bakrī laissent aussi supposer que ce conseil, réunissant les chefs de familles, avait droit ou non de persister dans la rébellion et de déclarer la guerre. Les Miknāsa étaient fort réputés pour leur valeur guerrière, ce qui expliquerait les précautions prises par Salīh pour récupérer ces impôts. La notion de territoire chez ces tribus est une constante toujours présente qui explique en partie le fait qu'ils se regroupent en coalition dès que l'autorité centrale les atteint dans leurs structures profondes. Les Miknāsa, et les autres tribus berbères, considéraient le territoire où ils vivaient comme leur possession. Elles légitimaient ainsi leur droit à prendre des décisions en matière de politique locale si elles estimaient que les intérêts de l'autorité centrale allaient à l'encontre des intérêts de la tribu. Ce rapport au territoire, qui va de pair avec l'affirmation de l'autorité locale, se ressent dans le vocabulaire utilisé par al-Bakrī. Ainsi, lorsqu'il décrit l'histoire de Salīh et des Miknāsa, il précise bien qu'il s'agit du *bilād Miknāsa*²⁸. L'utilisation de *bilād*/pays peut-être aussi révélatrice de la superposition des pouvoirs et du maintien des structures sociales berbères.

Les études archéologiques récentes²⁹ confirment cet état de fait. Les travaux sur la céramique montrent que chaque clan berbère développait des techniques de fabrication spécifique, notamment pour les céramiques façonnées à la main (céramique commune). Les sondages effectués à Nakūr ont montré que sur l'ensemble des échantillons trouvés, la céramique «a mano» était la plus représentée. L'analyse des pâtes révèle que ces céramiques étaient produites dans des lieux différents. D'autre part, l'étude des formes et des décors prouve qu'il y avait une certaine homogénéité dans les techniques de production³⁰. Il semblerait que chaque tribu berbère ait eu sa propre production tout en adoptant des techniques similaires. La ville de Nakūr a certainement dû être un centre d'échange économique mais aussi d'échange des

idées. Cette production locale berbère, que l'on retrouve sur plusieurs sites archéologiques du Nord du Maroc, montre que les tribus berbères n'étaient pas soumises à un programme idéologique fort ce qui se serait répercuté sur les techniques de fabrication et de décoration de la céramique. Ces tribus avaient donc la possibilité matérielle et idéologique de développer leur propre technique et leurs propres décors. En ce sens, nous pouvons parler du maintien des structures sociales berbères. On peut aussi penser que les échanges économiques entre les tribus berbères du Nord du Maghreb extrême étaient très actifs.

L'exemple de la principauté de Nakūr, où nous constatons une superposition des pouvoirs, rend compte du maintien des structures sociales et politiques berbères. Les autorités salihides durent adopter une politique fiscale conciliante face aux tribus Berbères sous leur juridiction. Mais parallèlement, l'obtempération des Miknāsa devant Salīh démontre que ce dernier avait quand même réussi à établir durablement son autorité sur les populations berbères sous sa tutelle administrative.

L'ORGANISATION DU MAGHREB EXTRÊME SOUS LA DYNASTIE IDRISIDE

Jusqu'à l'avènement de la dynastie idriside, en 172-73 H/789, le Maghreb extrême se caractérisait par l'absence d'une politique musulmane cohérente capable d'organiser les multiples clans berbères. D'après les sources numismatiques, il y avait des ateliers monétaires umayyades à Walīlī et Tanger, puis des ateliers d'époque abbasside à Walīlī et Tāgaṣṣa. Le pouvoir exercé par les autorités musulmanes orientales paraît se résumer au seul contrôle de ces ateliers par des garnisons³¹. La facilité avec laquelle Idrīs I^{er} s'est fait reconnaître *imām* par la tribu des Awrāba de Walīlī, en 172-73 H/789, laisse penser que les Awrāba n'étaient pas inquiétés par la présence de ces garnisons. A l'arrivée d'Idrīs à Walīlī, les Awrāba vivaient dans un des quartiers de l'antique ville de Volubilis, comme le confirme les sources archéologiques³². La découverte d'un dirham mu'tazilite frappé dans la localité d'Īzrhan³³, au nord-est de Walīlī, montre que les Awrāba³⁴ frappaient monnaie. Ces éléments sont en faveur de l'hypothèse selon laquelle les tribus berbères étaient relativement autonomes en matière politique. Ainsi, l'avènement de la dynastie idriside, qui a fondé sa légitimité sur l'ascendance prophétique et sur le serment de la *bay'a* (serment d'allégeance) n'a pu se faire qu'avec l'appui de la tribu des Awrāba. Idrīs II, fils d'Idrīs I^{er} et de la berbère Kanza, devait sa reconnaissance par les tribus berbères à un équilibre des pouvoirs entre les élites berbères et les conseillers de son père. Cette situation a certainement été primordiale à la mise en place de l'«État» idriside³⁵.

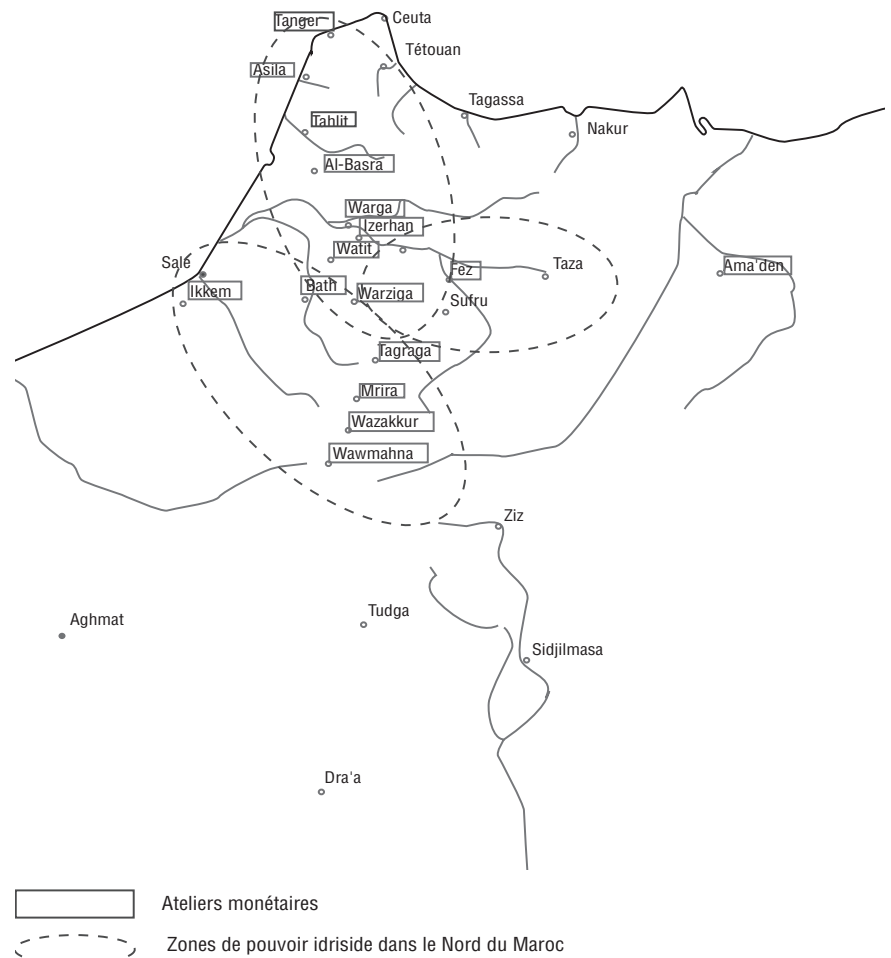
La dynastie idriside, qui a régné de 172-73 H/789 à 375 H/985-986, a dominé la politique du Maghreb extrême au IX^e et X^e siècle. Par leur politique de conquête territoriale, Idrīs I et son fils Idrīs II, appuyés par les Awrāba, annexèrent les espaces et tribus berbères qui n'étaient ni sous l'obédience de Nakūr, ni sous celle des Barġawāta ou celle des Abbassides. L'ensemble des clans berbères passait sous leur

protection. La stratégie des Idrisides reposait sur le contrôle des zones minières et des zones économiques riches. Les Idrisides organisèrent les zones minières en créant quinze ateliers monétaires (carte 1). Les partages successifs entre les petits-fils d'Idrīs II, puis entre ces arrière petits-fils, se sont concrétisés par le découpage du royaume en plusieurs entités territoriales (carte 2) ou «émirats». Ceci a entraîné le déplacement du pouvoir dynastique au niveau local. Chaque entité est un espace économique riche et possède au moins un atelier monétaire. Peut-être même le lieu de résidence de ces princes servait-il de centre de la fiscalité. Les sources ne mentionnent aucun problème de type fiscal avec les tribus berbères. Apparemment, les princes idrisides, vivant au sein des tribus, laissaient faire le développement économique et les échanges commerciaux. La mise en valeur économique des émirats idrisides reposait sur les tribus. Mais quels pouvaient être les moyens politiques et économiques des tribus berbères pour participer à l'élaboration de cet «embryon d'État»³⁶?

En ce qui concerne le domaine politique, les querelles dynastiques entre les descendants idrisides lors des partages de succession mettent en exergue l'affaiblissement du pouvoir dynastique instauré par Idrīs II. En contrepartie, on assiste à l'affermissement de l'autorité locale des princes idrisides qui étaient soutenus par les fractions de tribus³⁷. Par exemple, les banū 'Umar possédaient à la fin du IX^e siècle la région littorale des Gumāra et de Malhas. Il est intéressant de souligner qu'au début du XI^e siècle la région de Malhas, que A. Siraj³⁸ situe au sud de l'actuelle Tétouan, correspondait approximativement au territoire dominé par les banū Racen, «*tribu capable de mettre en campagne deux cents cavaliers*». La tribu des banū Racen était certainement l'alliée des banū 'Umar notamment lors des affrontements

contre la branche des banū Muḥammad ou des banū Dāwūd. De même, on constate que la zone appartenant aux banū Dāwūd recouvrait principalement les zones où vivaient les Kutāmā. Le soutien des Kutāmā envers les banū Dāwūd peut expliquer que cette zone ait constitué le lieu de refuge privilégié des derniers Idrisides. Les tribus berbères représentaient donc un potentiel militaire non négligeable. L'étude des itinéraires décrits par al-Ya'qūbī³⁹ et par al-Bakrī, nous a permis de localiser les territoires des princes idrisides (carte 2), de la deuxième moitié du IX^e siècle, et ceux des tribus du Maghreb extrême entre le X^e et le XI^e siècle (carte 3). Cet essai de cartographie rend compte de la superposition des pouvoirs idrisides et des tribus berbères les plus puissantes. Les cartes 2 et 3 montrent que les circuits fiscaux recourent les circuits économiques. On peut constater que les ateliers monétaires de la dynastie sont localisés à proximité des zones agricoles⁴⁰ riches, territoires mis en valeur principalement par les Kutāmā. Ces ateliers ne sont pas forcément situés près de mines⁴¹. Les Idrisides drainaient donc les surplus générés par les flux économiques locaux. En tout cas, bien que les sources ne le mentionnent pas explicitement, excepté pour la ville de Fez, on ne peut pas minimiser le rôle des Berbères dans les conflits dynastiques et dans l'organisation des émirats. Plus tard, Ibn Ḥayyān⁴², chroniqueur à la cour du calife umayyade 'Abd ar-Rahman III (912-961), fait un compte-rendu des relations politiques et diplomatiques entre le calife et les Idrisides. Cette correspondance nous est précieuse dans la mesure où elle confirme les relations de clientélisme entre les tribus berbères et les différentes branches de la dynastie idriside. En effet, les banū 'Umar, soutenus par les tribus berbères des Gūmara, se sont ralliés à la cause umayyade. Ils s'opposèrent à leurs cousins les banū Muḥammad, alliés aux tribus

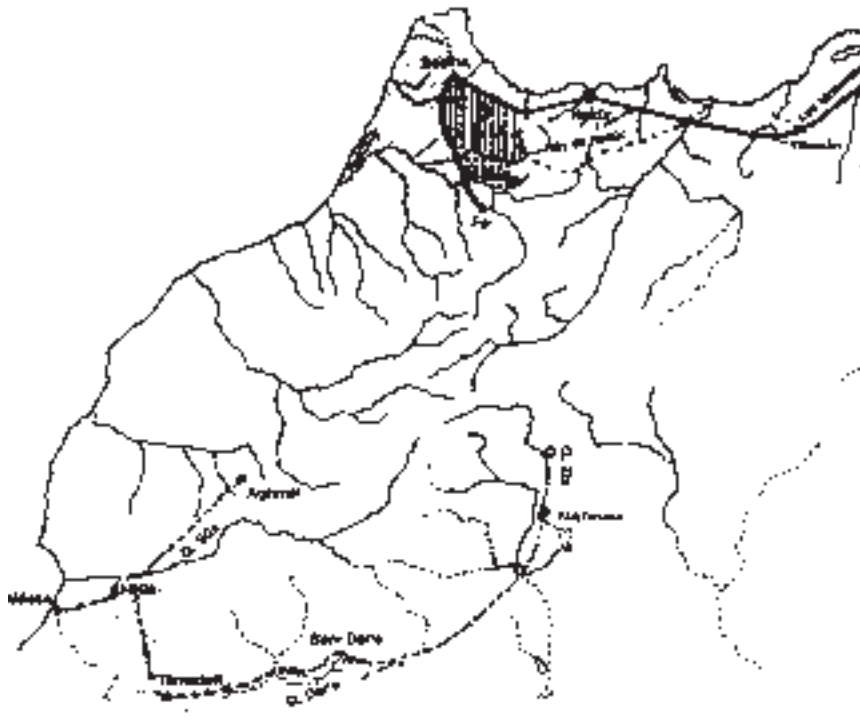
Carte 1: Les ateliers monétaires de la dynastie idriside au IX^e-X^e siècles










localisées entre Tanger et le Sébou, qui tentaient de reprendre Ceuta aux Umayyades.

Le rôle déterminant des tribus berbères dans les luttes dynastiques et politiques, est aussi perceptible sur le plan économique. Les principaux foyers de population berbère se situaient dans le Rif et la plaine du Sébou, zones de riche activité agricole. En décrivant les itinéraires du Nord du Maroc, al-Bakrī ne cesse de rappeler que les nombreux villages sont florissants et que leurs terroirs sont des zones productives et prospères. Elles étaient animées par des marchés hebdomadaires témoignages d'un certain dynamisme économique. Cette croissance économique des IX^e-X^e siècles est accompagnée d'un mouvement d'urbanisation, rendu en partie possible par les moyens financiers des princes idrisides. En effet, les tribus berbères sont aussi initiatrices en la matière. Les Idrisides furent à l'origine de la fondation de quelques centres urbains et forteresses comme Fès, al-Başra ou Kūrt. Mais le cas de la fondation d'Asīla montre bien que ce sont les populations locales qui sont

Carte 2: Le territoire idriside vers la fin du siècle d'après al-Ya'kubi



-  Territoire d'un descendant de Dawud
-  Territoire d'Ali ibn Umar ibn Idris
-  Territoire d'Ubayd-Allah ibn Umar ibn Idris
-  Territoire d'Hamza ibn Dawud
-  Territoire des Banu Abd-Allah
-  Territoire de Yahya ibn Yahya
-  Territoire de Dawud ibn Idris

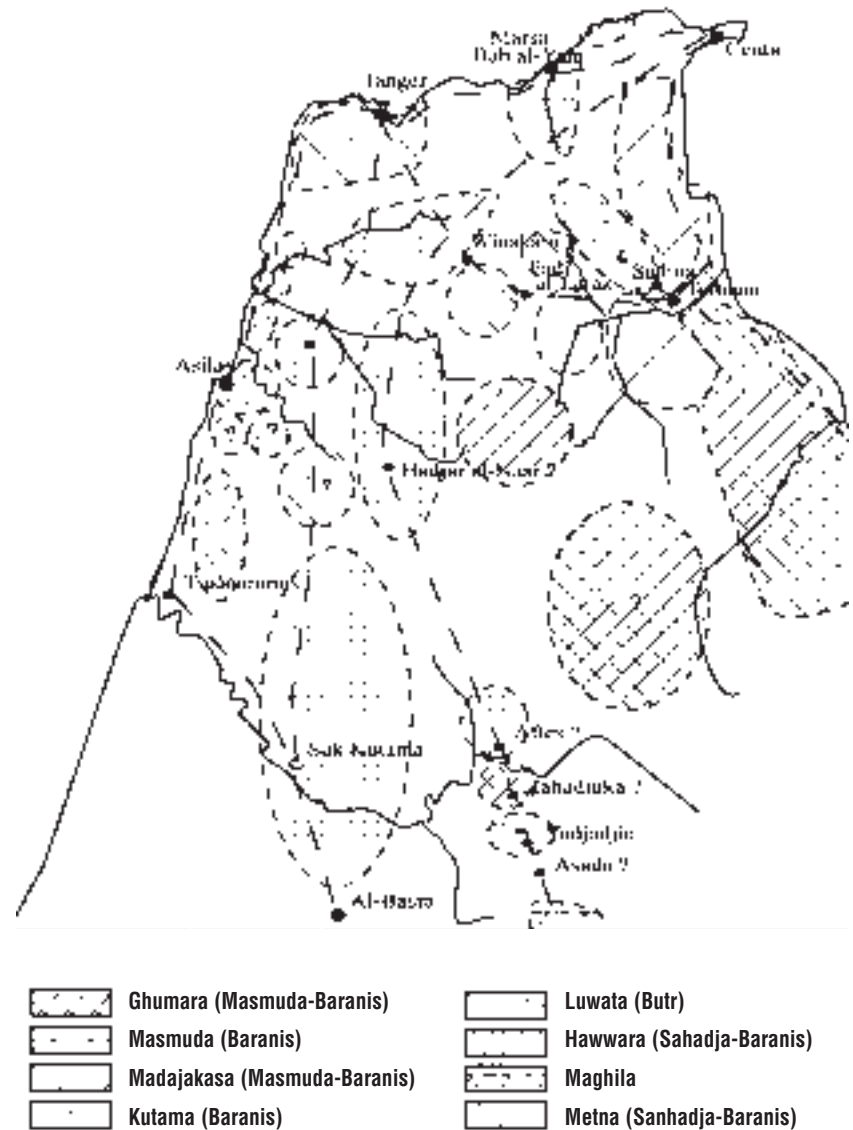
créatrices de centre économique. Les étapes de la fondation d'Asīla témoignent de l'implication des tribus berbères dans l'aménagement de leur territoire. Les sources⁴³ rapportent qu'après les premières incursions normandes en 229 H/843-44 et en 244-45 H/859, les Luwāta de la zone fondèrent un *ribāt* sur l'emplacement d'Asīla, site de l'antique Zilis. Les populations berbères de la région qui construisirent ce *ribāt* afin de se protéger, initièrent un mouvement de peuplement⁴⁴: «*Sur ce terrain, qui appartenait à une tribu Luwāta, quelques Kutāmā bâtirent un édifice pour leur servir de djamī. Des habitants d'Andalousie et d'autres contrées, ayant entendu parler de cet établissement, y apportèrent, aux époques déjà indiquées, diverses espèces de marchandises et y dressèrent leurs tentes. Alors on commença à construire des maisons, et on finit par y former une ville. Al-Kasīm ibn Idrīs ibn Idrīs,*

qui vint alors prendre possession de cette place, bâtit la muraille et la citadelle qui la protège encore». La fondation du *ribāt* et le développement de la ville se sont donc produits sous l'impulsion des Kutāmā, qui avaient d'abord passé un accord préalable avec les Luwāta possesseurs du terrain et de marchands andalous. La ville avait rapidement acquis un certain dynamisme économique dû à une grande foire organisée trois fois par an. Les populations alentours devaient entretenir un commerce actif avec la ville littorale. Christophe Picard⁴⁵, qui met en rapport la croissance d'Asīla avec le développement du commerce maritime au Maghreb extrême, montre effectivement que les populations de l'intérieur se tournaient de plus en plus vers la zone littorale ouverte sur le commerce atlantique. C'est d'ailleurs à ce stade d'évolution de la ville qu'al-Kasīm, prince idriside, choisit d'y installer un centre de pouvoir. Ses successeurs la conservèrent dans leur giron jusqu'à la première moitié du X^e siècle. Asīla possédait d'ailleurs un atelier monétaire idriside qui a pu fonctionner dès le règne d'al-Kasīm, vers 214-15 H/830. La venue de marchands et de marins andalous fût un élément décisif. A l'intérieur des terres, la ville d'Agīgha, sur la route d'Agmat-Fez⁴⁶, aurait été fondée par les gens du faubourg, les *Rabadīs*, revoltés andalous arrivés au IX^e siècle. La ville de Wazākkūr fut habitée par des réfugiés andalous de la famille des banū Mūsā. Cela supposerait-il une influence ibérique dans la dynamisation des centres urbains du Maroc?

Les dynasties idrisides possédaient les moyens politiques et financiers nécessaires à cet aménagement urbain. D'après les sources, les Idrisides laissaient quand même une grande autonomie aux tribus pour l'organisation de leur territoire. Le cas particulier de la ville de Ceuta révèle cet aspect de la politique des Idrisides. Al-Bakrī, au XI^e, siècle décrit les étapes

d'utilisation de la ville. Après la conquête, «les Arabes firent avec les habitants un arrangement à l'amiable et obtinrent la permission de s'y installer. Ils en furent expulsés quelque temps après par les Berbères de Tanger, et Ceuta resta abandonnée et en ruine, sans autres habitants que les animaux sauvages. Un membre de la tribu des Ġūmara, nommé Māğak, qui professait le polythéisme, s'étant installé dans Ceuta, adopta pour religion l'islamisme et devint seigneur de la ville»⁴⁷. Il s'agirait ici du site de l'ancienne ville antique. Halima Ferhat⁴⁸, a montré dans ces travaux sur Sabta, que des marins et agriculteurs andalous s'installèrent sur ce site et achetèrent le terrain aux Mağakasa. Les Andalous construisirent, en 135-36 H/753, un rempart qui marque les premières fondations de la nouvelle cité musulmane. La ville restait sous la tutelle des banū Mağakasa, et ce jusqu'à l'arrivée des Idrisides. Al-Bakrī, dans la description de l'itinéraire de Ceuta-Fez⁴⁹, explique que la ville de Zahağuka servit de base de départ à Ibrāhīm ibn Muḥammad et à ses fils pour la conquête de Tanger et du territoire qui s'étend jusqu'à Ceuta. Bien que nous ne sachions de quel Ibrāhīm il s'agit, il est possible de penser que le littoral s'étendant de Tanger à Ceuta ne passa sous la domination des Idrisides qu'après le partage de Muḥammad en 828. Ibn Ḥawqal⁵⁰, dans le courant du X^e siècle, indique que les Berbères de la banlieue de Ceuta, payaient «les impositions et l'impôt foncier» au gouverneur de la ville de Ceuta. Al-Bakrī affirme que Ceuta était gouvernée par les «Banū 'Iṣam, descendants d'un certain Māğak» de la tribu des Ġūmara, et qu'ils reconnaissaient l'autorité des Idrisides⁵¹: «Sous le règne de cette famille, une foule de monde, chassée de Calchana par la disette, vint à Ceuta et se bâtit des maisons sur des terrains achetés aux Berbères. Malgré l'introduction de cet élément étranger, la ville ne cessa de reconnaître l'autorité des

Carte 3: Localisation des tribus berbères dans le Nord du Maroc d'après les itinéraires d'al-Bakri



Quraisides de la famille d'al-ḡasan [les Idrisides], qui gouvernaient alors toute cette partie du littoral africain.». Cet exemple met en évidence plusieurs points des relations entre les Berbères et les Idrisides. Si l'on tient compte des propos d'Ibn Ḥawqal et d'al-Bakrī, la ville de Ceuta fut un centre administratif, dont le gouvernement appartenait aux Mağakasa et non à un Idriside. Cependant les Idrisides percevaient les impôts du territoire de Ceuta. Les Mağakasa reconnaissaient donc la souveraineté des Idrisides en leur versant les impôts, mais ils s'occupaient de la gestion de la ville. Ce sont eux qui furent les instigateurs de la rénovation de Ceuta, notamment concernant les tractations de vente de leurs terrains aux nouveaux

venus. Patrice Cressier⁵² affirme que les constructions urbaines ne pouvaient se faire sans l'accord préalable des populations autochtones, surtout à haute époque. Le cas de Ceuta montre que les Mağakasa disposaient d'une certaine autonomie pour la gestion des affaires de la ville et du territoire dépendant. Ils devaient payer des impôts aux Idrisides, en gage de fidélité et de reconnaissance, mais ils avaient le pouvoir en matière d'urbanisation.

Les Idrisides instaurèrent des rapports de pouvoir qui reposaient sur une répartition des fonctions entre les émirs idrisides et les tribus. Les tribus s'occupaient de gérer la mise en valeur collective de leur territoire sans l'intervention des pouvoirs politiques. Les émirs, détenteurs du pouvoir politique étaient garants de la paix et des finances. Ils se chargeaient de drainer les impôts vers les centres de fisc. Les moyens financiers dont ils disposaient, devaient leur permettre de créer et d'aménager les centres urbains et de dynamiser les échanges. L'équilibre des pouvoirs reposait sur une politique fiscale adaptée aux populations locales, les prélèvements ne devant en aucun cas provoquer un dysfonctionnement au sein des collectivités.

L'avènement et le maintien de la dynastie idriside au Maghreb extrême ne put se faire qu'avec la reconnaissance des tribus berbères. Les Idrisides, en essaimant sur le territoire marocain, s'adaptèrent aux structures sociales, économiques et politiques berbères. Ils ne tentèrent apparemment pas de s'imposer par la force puisque les tribus représentaient un potentiel humain, militaire et économique nécessaire au maintien de leur autorité. Ainsi, le rôle politique et économique des tribus berbères, dont on constate les effets dans les réalisations urbaines, est primordial pour la bonne organisation et administration de chacun des «émirats» idrisides. Les Idrisides se superposèrent aux populations locales pour former une communauté à part entière où chacun respectait les intérêts de l'autre, instaurant ainsi un équilibre des pouvoirs. Les Idrisides réussirent à mettre en place un système fiscal au centre des circuits économiques locaux, sans empiéter sur les prérogatives des tribus.

CONCLUSION

Au terme de cette étude, il nous semble que les tribus berbères furent un potentiel humain, économique, financier et militaire qui fit les faiblesses des premiers gouverneurs musulmans orientaux et la force des dynasties salihides et idrisides. L'analyse des rapports de pouvoir, entendus comme les moyens au sens large dont disposaient les parties en présence, a révélé le rôle important des tribus berbères dans l'organisation de leur territoire et dans la construction d'un gouvernement musulman.

Les quelques informations textuelles sur la fiscalité permettent, dans une certaine mesure, de constater la superposition des structures socio-politiques berbères et des structures administratives et financières musulmanes. L'exemple de la principauté de Nakūr est significatif à cet égard. Mais, il paraît encore difficile de com-

prendre les relations entre les diverses tribus berbères sous la protection des Salihides. L'étude des échanges économiques et de l'organisation de l'espace entre les tribus apporterait certainement des réponses.

L'organisation d'une partie du Maghreb extrême par la dynastie idriside, met en évidence le rôle des populations locales en matière de potentiel humain et économique nécessaire au maintien de l'hégémonie idriside. Il est tout à fait remarquable de voir que les puissantes tribus berbères Kutāmā et Ġumāra aient vécu dans les zones agricoles et centres urbains privilégiés par les princes idrisides. Il semblerait qu'elles soient au cœur des zones économiques et politiques stratégiques. Les tribus Kutāmā, originaires du Maghreb central, ont certainement eu un rôle particulier à jouer dans le maintien de la dynastie. Mais, les données textuelles ne suffisent pas pour définir l'impact réel de ces populations dans l'organisation et l'aménagement de leur territoire. L'apport de l'archéologie, au-delà des travaux déjà effectués, ouvrirait certainement de nouvelles perspectives pour comprendre la dispersion et les modes de vie de ces populations.

NOTES

- 1 Talbi M., «L'indépendance du Maghreb», *Histoire générale de l'Afrique*, . III: *L'Afrique du VIIe au XIe siècle*, UNESCO, Paris, 1990, p. 275.
- 2 Guichard P., «Les États musulmans du Maghreb» dans *Maghreb médiéval*, Aix-en-Provence, 1991, p. 75-175.
- 3 Gautier E. F., *Passé de l'Afrique du Nord: Les siècles obscurs*, Payot, Nouvelle édition, Paris, 1952.
- 4 Guichard P., (1991), op. cit., p. 109.
- 5 Camps G., *Berbères: mémoire et identité*, Paris, 1987.
- Desanges T., *Catalogue des tribus africaines de l'Antiquité classique à l'ouest du Nil*, Dakar, 1962.
- 6 Lockkegaard F., «Fay'», *E. I.*, t. II, 1^o éd., Paris, 1965, p. 889-890.
- 7 Cahen C., «Iqtā'», *E. I.*, t. III, 1^o éd., Paris, 1971, p. 1115-1118.

- 8 Eddé A.M., Micheau F., Picard C., *Communautés chrétiennes en pays d'Islam*, Paris, 1997.
- 9 Al-Tabarī, 1962-1967, vol. 6, p. 254-55, Talbi M., «L'indépendance du Maghreb», *Histoire générale de l'Afrique, . III: L'Afrique du VIIIe au XIe siècle*, UNESCO, Paris, 1990, p. 275.
- 10 *Ibid.*, p. 275.
- 11 Ibn Ḥaldūn, *Les berbères...*, p. 216-217.
- 12 *Ibid.*, p. 216-217. Al-Tabarī, 1962-1967, vol. 6, p. 254-55, Talbi M., «L'indépendance du Maghreb», *Histoire générale de l'Afrique, . III : L'Afrique du VIIIe au XIe siècle*, UNESCO, Paris, 1990, p. 275.
- 13 Ibn Ḥaldūn, *Les berbères...*, p. 216-217.
- 14 Guichard P., *Structures sociales «orientales» et «occidentales» dans l'Espagne musulmane*, Mouton, Paris, 1977.
- 15 Le Tourneau R., «Barghawāta», *E. I.*, t. I, Paris, 1960., p. 1075-76.
- 16 Ibn Ḥawqal, *Kitāb...*, p. 78.
- 17 Al-Bakrī, *Description...*, p. 242.
- 18 *Ibid.*, p. 180.
- 19 *Ibid.*, p. 180.
- 20 Lévi-Provençal É., «Abū 'Ubayd al-Bakrī», *E. I.*, t. I, Paris, 1960, p. 159-161. D'après Lévy-Provençal, al-Bakrī se serait servi des archives cordouanes pour le récit concernant Nakūr.
- 21 Al-Bakrī, *Description...*, p. 184.
- 22 Siraj A., *L'image de la Tingitane...*, p. 582.
- 23 Pour le récit de la fondation de Fez se référer à Lévi-Provençal E., *Islam d'Occident, études d'histoire médiévale*, Islam d'hier et d'aujourd'hui, t. VII, Paris, 1948, p. 1-41.
- 24 Cressier P, «Le développement urbain des côtes septentrionales du Maroc au Moyen Age: frontière intérieure et frontière extérieure», *Castrum 4*, École française de Rome et Casa de Velazquez, Paris, 1992, p. 173-188.
- 25 Siraj A., *L'image de la Tingitane...*, p. 581.
- 26 Al-Bakrī, *Description...*, p. 184.
- 27 *Ibid.*, p. 187.
- 28 *Ibid.*, texte p. 93, trad. p. 187.
- 29 Ación Almansa M. *et alii*, «La cerámica a mano de Nakūr (ss. IX-X) producción beréber medieval», *Arqueología y territorio medieval 6, Actos del coloquio. La cerámica andalusí, 20 años de investigación, Jaén, 15 al 17 de Octubre 1997*, Universidad de Jaén, 1999, p. 45-69.
- 30 *Ibid.*, p. 45-69.
- 31 Eustache D., «Les ateliers monétaires du Maroc», *Hespéris-Tamuda*, XI, Paris, 1970, p. 96-100.
- 32 Siraj A., *L'image de la Tingitane...*, p. 875.
- 33 Eustache D.(1970), *op. cit.*, p. 100.
- 34 Le chef des Awrāba était mu'tazilite.
- 35 Guichard P.(1991), *op. cit.*, p.75-175
- 36 Guichard P., (1991), *op. cit.*, p. 75-175.
- 37 Ibn Ḥayyān Al-Muqtabis V, Zaragoza, 1981, p. 217-225.
- 38 Siraj A., *L'image de la Tingitane...*, p. 875.
- 39 Al-Ya'qūbī, *Les pays...*, 1937.
- 40 Al-Bakrī, *Description...*, p. 215-218 et p. 222-225. Al-Bakrī donne de nombreuses indications concernant les territoires à proximité des routes de Tanger à Fez et de Ceuta à Fez, territoires qui sont riches et florissants.
- 41 Eustache D. (1970), *op. cit.*, p. 95-100. Dans cet article, il a dressé une carte où il localise les mines et les ateliers monétaires marocains, notamment les ateliers idrīsidés.
- 42 Ibn Ḥayyān, *Al-Muqtabis V*, Zaragoza, 1981, p. 217-225.
- 43 Nous nous référons ici principalement à al-Bakrī.
- 44 Picard C., *L'océan atlantique...*, p. 132-34.
- 45 *Ibid.*, p. 137-138.
- 46 Al-Bakrī, *Description...*, p. 293-295.
- 47 *Ibid.*, p. 204.
- 48 Ferhat H, *Sabta des origines au XIe siècle*, éd. al-Manahil-Ministère des Affaires Culturelles, Rabat, 1993, p. 61-63.
- 49 *Ibid.*, p. 204.
- 50 Ibn ḥawqal, *Kitāb...*, p. 75.
- 51 Al-Bakrī, *Description...*, p. 204-205.
- 52 Cressier P. (1992), *op. cit.*, p. 173-188.

BIBLIOGRAPHIE

Sources

- AL-BAKRĪ, *Kitāb al-masālik wa'l-mamālik, Description de l'Afrique septentrionale par Abou Obéid el-Bekri*, trad. par M.G. de Slane, Maisonneuve, éd. revue et corrigée, Paris, 1965. (*Description...*)
- AL-BALADHURĪ, *Kitāb futūḥ al-Buldān*, trad. par P. Khūri Hitti, *The origins of the islamic state*, v. 1, AMS PRESS, New-York, 1968.
- AL-TABARĪ, *Les Omayyades. L'âge d'or des Abbassides*, extrait de la chronique de Tabari trad. par H. Zotenbergh, V. 5 et 6, Sindbab, réed., Paris, 1980.
- IBN-ḤAWQAL (X^e s.), *Kitāb Ūrat al-arḡ*, éd. E. G.H. Kramers, *Viae et regna. Descriptio ditionis moslemicae*, Leyde, 1938-39; trad. G.H. Kramers et G. Wiet, *Configuration de la terre*, De Goeje, Paris, 1960. (*Kitāb...*)
- IBN ḤAYYĀN de Córdoba, *Cronica del califa 'Abdarra mān III an-Nāsir entre los años 912 y 942, Al-Muqtabis V*, trad. par J. Viguera et F. Corriente, Zaragoza, 1981.
- IBN ḤALDŪN, *Histoire des Berbères et des dynasties musulmanes de l'Afrique Septentrionale*, trad. par M. G. de Slane, Geuthner, Nouvelle éd., Paris, 1925-1956. (*Les berbères...*)
- AI YA'QŪBĪ, *Kitāb al-Buldān*, «Les pays», trad. par G. Wiet, De Goeje, t.1, I.F.A.O, Le Caire, 1937 (*Les pays*).

Ouvrages de référence

- ABUN-NASR J., *A History of the Maghrib in the Islamic period*, Cambridge University Press, Cambridge, 1987.
- ACIÓN ALMANSA M., CRESSIER P., ERBATI L., PICON M. , «La cerámica a mano de Nakūr (ss. IX-X) producción beréber medieval», *Arqueología y territorio medieval 6, Actos del coloquio. La cerámica andalusí, 20 años de investigación, Jaén, 15 al 17 de Octubre 1997*, Universidad de Jaén, 1999.

- BAZZANA A., CRESSIER P., ERBATI L., MONTMESSIN Y., TOURI A., «Première prospection d'archéologie médiévale et islamique dans le nord du Maroc (Chefchaouen-Oued Laou-Bou Ahmed)», *B.A.M.*, XV, 1983-84, p. 367-450.
- CAHEN C., «Nomades et sédentaires dans le monde musulman médiéval», *Colloque Islamic Civilisation*, éd. Richards, 1973, p. 93-104.
- CAMPS G., *Berbères: mémoire et identité*, Collection Hespéride, Errance, Paris, 2^eéd., 1987.
- CAMPS G., «Comment la Berberie est devenue le Maghreb arabe», *Revue de l'Occident musulman et de la Méditerranée*, Aix-en-Provence, n° 35, 1983, pp 7-24.
- CARCOPINO J., *Le Maroc antique*, Gallimard, 2^e éd., Paris, 1943.
- CRESSIER P., «Les frontières parlent de Badis», *Castrum 4*, École française de Rome et Casa de Velazquez, Paris, 1992.
- CRESSIER P., «Le développement urbain des côtes septentrionales du Maroc au Moyen Age : frontière intérieure et frontière extérieure», *Castrum 4*, École française de Rome et Casa de Velazquez, Paris, 1992, p. 173-188. (1992)
- CRESSIER P. et alii, *Genèse de la ville islamique en al-Andalus et au Maghreb occidental. Actes recueillis et préparés par Patrice Cressier et Mercedes García-Arenal*, Casa de Velázquez, CSIC, Madrid, 1998.
- COLIN G.S., «Monnaies de la période idrisite trouvées à Volubilis», *Hespéris*, t. XXII, Rochefort-sur-Mer, 1936, p. 113-125.
- DESANGES T., *Catalogue des tribus africaines de l'Antiquité classique à l'ouest du Nil*, Université de Dakar, 1962.
- DEVISSÉ J., «Routes de commerce et échanges en Afrique occidentale en relation avec la Méditerranée. Un essai sur le commerce africain médiéval du XI^e au XV^e siècle», *Revue d'Histoire Economique et Sociale*, 1972, 50/1, p. 42-73 et 50/3, p. 357-397.
- DJAÏT H., «Géographie économique de l'Afrique du Nord d'après les auteurs arabes du IX^e au milieu du XII^e siècle», *Annales Economies. Sociétés. Civilisations*, 28^e année, n° 3, 1973, p. 659-680.
- EDDÉ A. M., MICHEAU F., PICARD C., *Communautés chrétiennes en pays d'Islam, du début du VII^e siècle au milieu du XI^e siècle*, Sedès, Paris, 1997.
- EUSTACHE D., «El-Basra, capitale idrissite, et son port», *Hespéris*, t. XLII, Larose, Paris, 1955, p. 217-238.
- EUSTACHE D., «Monnaies musulmanes trouvées à Volubilis», *Hespéris*, t. XLIII, Larose, Paris, 1956, p.133-195.
- EUSTACHE D., «Les ateliers monétaires du Maroc», *Hespéris-Tamuda*, t. XI, Larose, Paris, 1970, p. 95-102.
- FERHAT H., *Sabta. Des origines au XIV^e siècle*, éd. Al-Manahil-Ministère des Affaires Culturelles, Rabat, 1993.
- GABRIELI F., CHIAUZZI G., GUICHARD P., GOLVIN L., SARNELLI-CERQUA C., *Maghreb médiéval: l'apogée de la civilisation islamique dans l'Occident arabe*, Edisud, Aix-en-Provence, 1991.
- GAUTIER E-F., *Passé de l'Afrique du Nord : Les siècles obscurs*, Payot, Nouvelle édition, Paris, 1952.
- GUICHARD P., *Structures sociales «orientales» et «occidentales» dans l'Espagne musulmane*, Mouton, Paris, 1977.
- HISTOIRE GENERALE DE L'AFRIQUE, *L'Afrique du VII^e au XI^e siècle sous la direction de M. El Fasi*, t. III: L'Afrique du VIII^e au X^e siècle, Collection Jeune Afrique, Unesco, Paris, 1990. (*Histoire Générale de l'Afrique*)
- HOPKINS J.F.P., *Medieval muslim government in Barbary until the 6th century of the hijra*, London, 1968.
- JULIEN C-A., *Histoire de l'Afrique du Nord. Des origines à 1830*, Payot et Rivages, 2^e éd., Paris, 1994.
- KABLY M., «Ummah, identité régionale et conflits politico-culturels: cas du Maghreb médiéval», *Studia Islamica*, n° 58, 1983, p. 83-107.
- LAGARDÈRE V., «Structures étatiques et communautés rurales, les impositions légales et illégales en al-Andalus et au Maghreb (XI^e-XV^e)», *Studia Islamica*, n° 80, 1994, p. 55-95.
- LAROUI A., *L'histoire du Maghreb. Un essai de synthèse*, Paris, 1970.
- LEVI-PROVENÇAL E., *Islam d'Occident, études d'histoire médiévale*, Islam d'hier et d'aujourd'hui, t.VII, Paris, 1948.
- LEVI-PROVENÇAL E., *Histoire de l'Espagne musulmane*, t. I et II, Maisonneuve-Larose, Paris, 1950.
- MARÇAIS G., «Note sur les ribâts en Berbérie», *Mélanges à la Mémoire de René Basset*, Paris.
- MARÇAIS G., «La Berbérie au IX^e siècle d'après Al-Yakubi», *Revue Africaine*, 1941, p. 42, 1950, p. 431.
- MIQUEL A., *La géographie humaine du monde musulman jusqu'au milieu du XI^e siècle*, t. VII, Mouton et Cie, Paris, 1967.
- PICARD C., *L'océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur ds côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*, Maisonneuve et Larose, éd. Unesco, Paris, 1997.
- SHATZMILLER M., «Le mythe d'origine berbère. Aspects historiographiques et sociaux», *Revue de l'Occident Musulman et Méditerranéen*, n° 35, Aix-en-Provence, 1983, p. 145-156.
- SIRAJ A., *L'image de la Tingitane. L'historiographie arabe médiévale et l'antiquité nord-africaine*, Ecole française de Rome, n° 209, Rome, 1995. (*L'image de la Tingitane...*)
- TERRASSE H., *L'art hispano-mauresque des origines au XIII^e siècle*, Paris, 1932.
- TERRASSE H., *Histoire du Maroc, des origines à l'établissement du protectorat français*, t. I, Casablanca, 1949.
- VANACKER C., «Géographie économique de l'Afrique du Nord, du IX^e au milieu du XII^e siècle selon les auteurs arabes», *Annales E.S.C.*, t. 28, n° 3, mai-juin 1973.

ANÁLISIS ARQUEOLÓGICO DEL CASTILLO DE CUMBRES MAYORES (HUELVA)

EDUARDO ROMERO BOMBA

«e porque nos embiaron dezir que avien acordado de fazer castiellos e fortalezas, uno en las Cumbres y otro en Santa Olalla (...) porque con los otros (...) Que son en essa syerra, podría ser guardada toda esa tierra muy bien (...).»

Priv. Sancho IV, Toro 4 Nov. 1293
A.M.S.: Secc. 1ª, Carp. 4ª., nº 1

El Castillo de Cumbres Mayores se integra en el conjunto de fortificaciones medievales del Reino de Sevilla en la zona fronteriza con Portugal. El buen estado de conservación de algunos de estos castillos ha contribuido a que sean centro de la investigación histórica, observándose en algunos trabajos, un compendio de la documentación pero donde se evidencia carencias en el análisis arqueológico. Para solventar esta cuestión e integrándose dentro del proyecto de restauración que se ha estado efectuando, hemos realizado una intervención que supone una primera aproximación desde la metodología arqueológica al Castillo de Cumbres Mayores. Esta intervención ha contado con un estudio previo de tipo histórico así como un análisis arqueoarquitectónico que han permitido un conocimiento integral del castillo.

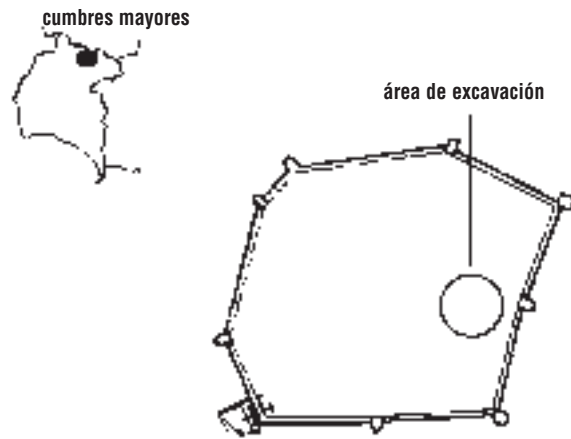
El recinto militar se ubica en una zona amesetada, con una altitud media de 695 m.s.n.m., dentro del actual casco urbano del municipio de Cumbres Mayores (Huelva). A esta posición prominente, entre las cuencas de la rivera del Múrtigas y su afluente, el arroyo del Sillo, le permite gozar de un amplio dominio visual. Su construcción se debe al monarca castellano Sancho IV quién autorizó su construcción mediante un privilegio otorgado en Toro en noviembre de 1293. Fue construido para

dar cobijo y seguridad a la población rural, dispersa por la zona. Según la historiografía su función primordial era de defensa pasiva ante posibles ataques portugueses pero no descartamos que su construcción, por parte de la ciudad de Sevilla, tenga una doble intencionalidad como sería la de vigilar el límite noroccidental del reino hispalense, fronterizo con las tierras de las ordenes militares del Temple y de Santiago que se hallaban radicadas en Fregenal de la Sierra y Segura de León.

El castillo presenta forma una planta poligonal irregular, con 8 lados. Está construido en mampostería de piedra dispuesta en hiladas horizontales, con refuerzos de sillares romanos reutilizados y sillarejos en las esquinas. Su perímetro es de 400 metros y sus muros alcanzan una altura de 10 metros y tienen un espesor de casi 3 metros. Los lienzos de murallas están coronados de merlatura y cuenta con un camino de ronda. Están flanqueados por 8 torres situadas en los ángulos y en el centro del lado mayor. Estas torres son alternativa-

mente cuadradas y semicirculares salvo en el lado Oeste donde se ubican dos torres semicirculares seguidas. La puerta principal, denominada de San Miguel, se ubica en el ángulo suroeste, y está flanqueada por dos torres unidas por un matacán corrido. Esta puerta está constituida por un arco apuntado con las aristas achaflanadas. Conserva parte de una pequeña barbacana que indica una entrada acodada, con un ángulo de 90°. El recinto tiene otra puerta secundaria y un postigo. La primera se ubica en el flanco septentrional del castillo y actualmente está cegada al exterior por una vivienda. Está constituida por un arco ojiwal con 3 hiladas de sillares. El postigo se le conoce con el nombre *del Sol*, debido a un relieve insertado en él donde se representa al Sol y la Luna.

En el análisis edilicio se han constado las fases constructivas así las técnicas empleadas. Entre los elementos analizados, señalar la constatación de existencia de marcas de canteros¹ o la existencia de cámaras en las torres de San Miguel. En la puerta de San Miguel y más concretamente en la bóveda rebajada que sirve como acceso al castillo, ejecutada totalmente en cantería con pequeños sillares graníticos se han documentado dos marcas de canteros. Las cámaras de las torres fueron realizadas en la fase fundacional aunque posteriormente fueron cubiertas en una fase de adecuación, momento en que también se construyó el matacán y se hicieron obras de reforma en los lienzos de muralla y en la barbacana de acceso. La técnica constructiva de esta barbacana se basa en un aparejo de mampostería en base de hiladas regulares. Se podía acceder a ella mediante una escalera realizada mediante sillares de granito que aún se conserva en parte. La posición de la escalera que asciende en dirección sur, nos indica un acceso hacia lo alto de este antemuro sirviendo como defensa avanzada de la puerta principal.



Ubicación y planta del castillo de Cumbres Mayores

La puerta de San Miguel, la estructura más compleja de todo el edificio, se halla flanqueada por dos torres de gran altura, resaltadas del muro y unidas entre sí por la parte superior mediante un matacán corrido. La subida desde el patio de armas hasta el paseo de ronda se realiza mediante una escalera adosada al lienzo de muralla que comienza teniendo dirección oeste para posteriormente girar hacia el lado sur, es decir, un acceso en recodo. Este sistema también se ha documentado en las otras dos escaleras restantes. En la que se encuentra junto a la puerta secundaria, este acceso en recodo que se orienta en sentido contrario a la anterior, se conserva como en su origen, circunstancia que no se observa en la escalera cercana al postigo del Sol. En la actualidad esta escalera asciende directamente, sin presentar giro en los primeros tramos, como sucede en las otras dos. Originalmente si lo presentaría según los restos constructivos que se conservan en su arranque.

Desde el paseo de ronda se accede a las torres de la Puerta de San Miguel mediante dos escaleras. La de la izquierda, que consta de dos tramos, se ha conservado íntegra, teniendo su entrada por un arco apuntado desde donde se accede a la azotea de la torre. Esta torre, la más meridional de la puerta de San Miguel (a partir de este momento la denominaremos A) constaba de una cámara a la que se accedía desde esa escalera. Esta cámara, actualmente cegada, se documenta por la existencia de una saetera y de un vierteaguas, realizado en cantería de granito, que se encuentran al nivel del pavimento de esta cámara y el cual es inferior al de la cámara de la torre más septentrional (denominada como B). De esta manera se documenta dos líneas de saeteras dispuestas a diferente altura. Es precisamente, en la torre B, donde se cuentan con mayores evidencias sobre la existencia de cámaras en esta parte del edificio. Se accede a la torre, además de por el matacán, por una escalera realizada con sillares de granito que apenas se conserva. El primer peldaño de esta escalera no se encuentra al mismo nivel que el paseo de ronda, por lo que esto nos evidencia que este debió estar a una cota más alta. Circunstancia que se confirma observando la disposición de las saeteras en el lienzo oeste de la muralla. Este tramo del paseo de ronda debía ser en rampa, iniciándo-



Arriba: Detalle general de la puerta de San Miguel donde se puede observar:

- saetera de la torre A (circulo)
- 1ª línea de saeteras de la torre B (rojo)
- 2ª líneas de saeteras de la torre B (morado)

Derecha: Interior de la cámara de la torre B donde se observan:

- A - saetera de la 1ª línea
- B - enfoscado del paramento interior de la cámara
- C - arranque de la bóveda (de aristas) que cubría la cámara
- D - nivel del pavimento de la azotea de la torre
- E - saetera de la 2ª línea

se su inclinación desde la escalera de acceso del patio de armas y que culminaría en la escalera que conduce a la torre semicircular del lienzo oeste. A través de la escalera de acceso a la torre, se podría acceder a una cámara que se ubicaría a la derecha de esta, o bien a la azotea de la torre ya que se conservan restos de los peldaños, realizados mediante sillares de granito. Este tramo de la escalera, ubicado en el interior de la torre B, apoyaba directamente sobre la bóveda que cubría la cámara. En el interior de la torre se observa un enfoscado de los paramentos que conservan los enlucidos de cal así como el arranque de una bóveda. Según testimonios orales, esta torre B se hallaba totalmente colmatada, como sucede con la torre A. Colmatación que se puede fechar en el siglo XV, cuando se construyó el matacán corrido. En la restauración de los años 70 efectuada por el arquitecto Alfonso Jiménez, esta torre fue vaciada. En estas labores se localizó, según testimonio de los trabajadores que intervinieron, un pavimento, realizado mediante lanchas de piedra, y se derribó una bóveda de aristas que cubría a la cámara. Aún se conservan en el interior de la torre B, restos de esta bóveda que arranca desde la parte superior de la primera línea de saeteras, donde precisamente finaliza el enlucido de los paramentos. La existencia de cámaras en las torres de la puerta de San



Miguel también se evidencia por la existencia de líneas de saeteras dispuestas a diferentes cotas. Las primeras se sitúan en el interior de las cámaras y las segundas, en las azoteas de las torres. La cota de las azoteas son perfectamente reconocibles en el paramento interior de la torre B, así como por la altura de la segunda línea de saeteras.

Un tercer paso en la intervención ha sido la realización de una excavación donde se planteó realizar una serie de catas en el sector oriental del castillo, en el interior del vano de la puerta del Sol y en el lienzo este de la muralla. Fueron denominadas, respectivamente, unidades de intervención 1, 2 y 3. En la unidad de intervención 1, tras detectarse en superficie la presencia de alineaciones de bloques pétreos, se decidió abrir dos sondeos en profundidad, a través de los cuales corroborar si realmente se trataban de estructuras murarias. Los objetivos eran constatar la presencia de estructuras constructivas en el interior del recinto fortifica-



Arriba: Unidad de Intervención 2

Derecha: estado previo antes de la excavación

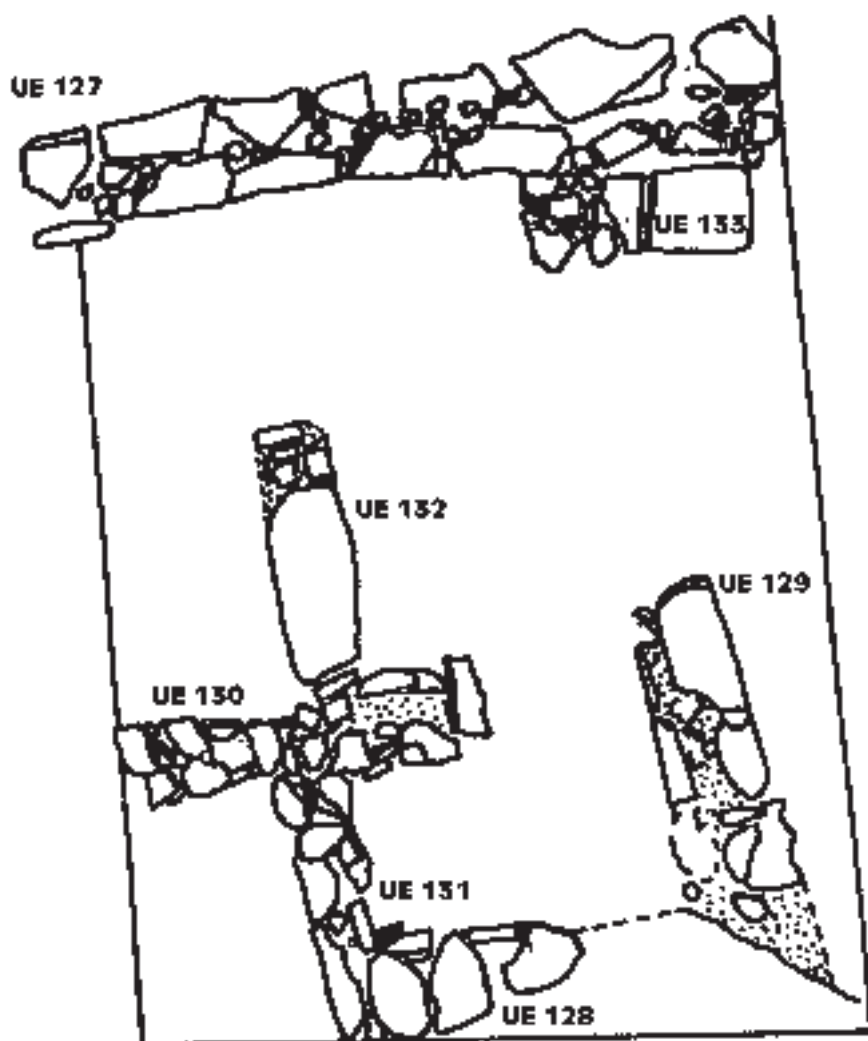
do, identificar las distintas fases constructivas, caso de documentarse la presencia de elementos edilicios y establecer una aproximación cronológica y caracterizar funcionalmente las edificaciones. Estos restos nos podían indicar la existencia de estructuras habitacionales destinadas bien a la guarnición militar bien a la población que pudo haberse asentado en el interior del recinto, como hacen referencia la documentación histórica: *«i hicieron la fortaleza que es mui hermosa toda de piedra, mui espaciosa y bien tratada con ocho torres, dende habitaron por algún espacio de tiempo»*. La existencia de estructuras habitacionales también se ha documentado arqueológicamente en el castillo de Santa Olalla, estando contiguas y adosadas a la muralla. Estas estructuras del Castillo de Santa Olalla (Vargas, 1999) están levantadas a partir de mampostería trabada con tierra y colocada regularmente. Los



pavimentos consisten en suelos con una potente plancha de cal, piedras pequeñas y gravilla.

En el sondeo 1 se detectó una primera fase constructiva, identificada por un suelo-nivel de uso de cal. Éste asentaba sobre una capa arcillosa con escasos elementos antrópicos que actuaba nivelando la roca natural. El depósito de anulación del suelo arrojaba una cronología de al menos segunda mitad del siglo XV. Una segunda fase constructiva detectada supuso la anulación del nivel anterior y una subida de las cotas de suelo. Viene representada por los muros denominados 3, 6 y 7 que dan lugar, entre ellos, a una única estancia de orientación norte-sur, de 2'5 metros por al menos 3'5 metros ya que el límite sur no fue localizado. Es de destacar que en conjunto las estructuras están muy arrasadas, detectándose en el mejor de los casos los cimientos. En cuanto a materiales, se utiliza piedra autóctona en grandes bloques de tendencia poligonal y pequeños mampuestos del mismo tipo de piedra, para calzar y enripiar los bloques. La cimentación se realizó abriendo fosas hasta la roca natural y rellenando éstas con bloques de piedra que quedaban calzados con los mampuestos antedichos. Hay que señalar que, dada la irregularidad del afloramiento rocoso, éste fue en ocasiones aprovechado para lograr una nivelación apropiada. Tras la realización de las cimentaciones, se procedió a la nivelación del interior de la estancia con un relleno con abundante piedra, sobre el cual hallamos un depósito compacto, interpretado como preparación de solería o nivel de uso. La cronología se establece entre la segunda mitad del XV al XVI. En superficie, se constató que existían otras alineaciones que daban lugar a otra serie de estancias pero que han quedado fuera del ámbito de actuación.

En el sondeo 2 aparecieron distintos muros y depósitos que tras su análisis nos ha permitido establecer dos expedientes constructivos correspondientes a dos momentos distintos. Perteneciente al expediente 1 se localizaron un total de 4



Castillo de Cumbres Mayores (Huelva)
Sector Oriental
Unidad de Intervención 1, sondeo 2

muros que se encontraban en muy mal estado de conservación. Estos muros aparecían trabados entre sí dando lugar a 4 ámbitos distintos. Para la realización de los muros se utilizaron bloques pétreos de gran tamaño (media: 50x40x25), escasamente desbastados, y mampuestos poligonales de tamaño inferior y utilizando una roca distinta a los afloramientos del interior del castillo. Estos materiales se colocan formando las caras del muro mientras el interior se presenta relleno de mampuestos de pequeño tamaño, colocados en tongadas pero sin otro orden. En algún caso se documenta el uso de ladrillo perteneciente al formato 30x14'5x5 y como conglomerante se utiliza una arcilla rojiza compacta con nodulillos de piedra, y en ocasiones algo de cerámica. Los muros asientan directamente sobre la roca madre o bien sobre un depósito similar al conglomerante empleado. Adosado a las construcciones, se detectó dos depósitos arcillosos compactos y nivelados que podrían inter-

pretarse como niveles de uso de las estancias delimitadas por los muros descritos. Sobre este nivel documentamos varios depósitos de escombros adosados asimismo a los muros. Las características de estos depósitos variaban según el ámbito en que nos encontrásemos, así en el extremo sudeste del corte, el contenido se reducía a tejas sin disposición aparente y, sin embargo, en otras zonas abundaban mampuestos poligonales y ladrillos. Estos depósitos podían ser interpretados como derrumbe y anulación de las estructuras y nivel de uso descrito. Sin embargo, hay que señalar que ello equivale a interpretar que los muros carecían de cimentación, jugando el papel de ésta el afloramiento de la roca madre. En cuanto a la funcionalidad de los ámbitos o estancias, es difícil de precisar aunque los materiales recogidos en los depósitos de anulación (estucos pintados, enlucidos, azulejos, etc.), parecen indicar que estamos en un área residencial-habitacional, donde no se desarrollan actividades artesanales. La cronología establecida en función de la cerámica, es entre fines del siglo XV y XVI, siendo la anulación en el siglo XVI.

El expediente 2 se encuentra representado por los muros 127 y 129 cuyas fábricas y materiales se diferencian ligeramente de las utilizadas en el expediente anterior. En este caso, no se usan mampuestos poligonales excepto en alguna localización puntual. Se recurre a grandes bloques pétreos, usándose un conglomerante de color más claro y con pequeño ripio pétreo mezclado. En cuanto a la edificación, la realización y asiento de los muros no se diferencian de los utilizados en el expediente anterior, aunque en este caso la anchura está sobre los 70 cm., mientras antes los paramentos mostraban un ancho de 50 cm. Los materiales de los depósitos asociados a estos muros nos llevan a fechar la construcción de estos en torno al siglo XVI. La irregularidad de

las caras exteriores de los muros y el gran tamaño de los materiales podrían indicar que nos encontramos en niveles de cimentación. Por último, hay que señalar que debido al arrasamiento de las estructuras y a la escasa potencia estratigráfica, motivada tanto por la acción antrópica como por el corrimiento de tierras hacia zonas menos elevadas, sería necesario corroborar las cronologías aportadas, pues los materiales recuperados han sido muy escasos y las relaciones estratigráficas ofrecen dudas.

En el interior del vano de la puerta del sol (unidad de intervención 2) se tenía como objetivos, detectar la cota de uso originaria de la puerta y documentar la posible existencia de solerías asociadas a esta. Para la consecución de éstos objetivos se planteó un sondeo en profundidad que ocupó el interior del vano en su totalidad, extendiéndose hacia el interior del castillo y los laterales del vano, para documentar las jambas del arco interior y el cimiento de los lienzos en este punto. Los resultados obtenidos en el sondeo fueron corroborados por la información oral ya que se constató que los niveles de uso y suelo precedentes habían sido eliminados en los años 70, en el proceso de restauración que se efectuó. Aún así, pudimos comprobar como el asiento de los sillares sobre la roca madre se realizaba mediante una capa de argamasa, extremadamente compacta que actúa para nivelar la roca natural y fijar los sillares y mampuestos de inicio. La obra pues, carece de cimentación en ese punto.

En el lienzo este de muralla se planteó la unidad de intervención 3 con los objetivos de detectar estructuras previas a la construcción del castillo y documentar la cimentación de la muralla. No se detectaron estructuras previas, pero sí elementos murarios fechables a partir del siglo XIV que se desarrollan de norte a sur, paralelos prácticamente al lienzo de muralla. Aunque en un primer momento consideramos



Arriba: estado final del Sondeo 1 de la U.I. 1

Abajo: estado final del Sondeo 2 de la U.I. 1

la posibilidad de estar ante 2 momentos constructivos, los datos obtenidos no nos permiten afirmar esta hipótesis. El muro 305 presentaba una longitud máxima de 2'55 m, una anchura de 0'53-0'54 m, y un alzado de 49 cm. máximo. Está realizado en mampostería utilizando piedra autóctona. Las caras del muro se realizan con los bloques de mayor tamaño, estando trabajados medianamente para obtener una superficie regular. El interior del muro se rellena de pequeñas lanchas y mampuestos, éstos últimos dispuestos en tongadas horizontales, detectándose un máximo



Arriba: estructuras murarias de la U.I. 3

Abajo: detalle de la U.I. 3, con cimentación de la muralla y enfoscado de las juntas

de 3 hiladas. La cronología que arrojan los depósitos que aparecen asociados a la construcción de este muro se sitúa en la etapa mudéjar, concretamente los siglos XIV-XV. Se detectó el relleno de la fosa de construcción de este muro consistente en una aglomeración de cantos con algún ladrillo. Ésta aparecía alterada por una fosa cuyo relleno se fechó en el siglo XVIII. En esta unidad de intervención también documentamos como, al menos en este punto del paramento de la muralla, se hizo necesario cimentar el lienzo, ya que la roca natural, sobre la que en otros tramos

asentaba directamente la muralla, estaba a mayor profundidad, y, además, los primeros niveles naturales, carecían de la consistencia apropiada para sustentar la obra. La cimentación se realizó abriendo una fosa en el terreno natural con sección en U, y tras su vaciado fue rellena por grandes bloques pétreos que formaban una tongada horizontal. Sobre éstos y enripiando su límite superior, se apreciaba una capa de argamasa con mampuestos de pequeño tamaño. Apoyando en este fundamento comenzaba el primer cuerpo de la muralla, aún no visto, caracterizado por el empleo de grandes bloques de tendencia rectangular, trabajados por una cara que quedaba al exterior. Sobre esta tongada se apreciaba otra, asimismo de grandes bloques pero más irregulares. Por encima del cimiento descrito se levantaba el lienzo con mampuestos poligonales de mediano tamaño. Es de destacar que las llagas y juntas aparecían perfectamente tomadas resaltando sobre la argamasa de los bloques. Los depósitos asociados a la construcción del cimiento y al relleno de la fosa de construcción arrojan una cronología del siglo XIV.

Entre los materiales documentados durante la intervención destacar la cerámica, objetos metálicos y material numismático. Las formas cerámicas abarcan platos, fuentes, jarros, jarritas, cuencos, escudillas y cazuelas, así como elementos arquitectónicos como un azulejo de aristas con motivos geométricos y alizar verde. Están presentes cerámica común (cocina, almacenaje y presentación), plúmbea (con manganeso bajo cubierta melada) y estannífera (serie verde y blanca sevillana, azul y morada, azul sobre blanca con líneas paralelas, blanca llana y azul, imitación Talavera, vidriado en blanco, etc.). Entre los objetos metálicos señalar la presencia de monedas, clavos, utensilios, herraduras, platillos de bronce, regatón, hebilla y dedal.

UNIDAD DE INTERVENCIÓN 1, SONDEO 1

U.E. 1 (Limpieza superficial)

Cerámica Estannífera: blanca llana y vidriada blanca. *Cronología*: al menos siglo XIX.

U.E. 4

Cerámica común: cocina, almacenaje y presentación (galbos, bordes, bases y asas).

Cerámica Plúmbea: mesa (platos y cuenco), presentación y cuencos melados y otros elementos sin pigmentos.

Cerámica Estannífera: blanca llana, imitación de Talavera, azul sobre blanca con líneas paralelas, base de fuente muy evolucionada (s. XVIII avanzado), y un pequeño fragmento (posiblemente s.XX) en verde y blanco que debe provenir de la contaminación del nivel superior.

Hierro: 1 clavo.

Cronología: Mezcla de materiales desde mudéjar hasta el siglo XX.

U.E. 5 (relleno de colmatación)

Cerámica común: cocina y almacenaje (tinaja, jarro, asas, galbos y bordes, alguno con decoración incisa)

Cerámica Plúmbea: cuencos melados, cazuela y posible jarra (presentación y mesa). Plúmbeas en verde: cuenco y probable fuente.

Hierro: dos fragmentos de utensilios.

Cronología: s. XIV-XV.

U.E. 8 (relleno fosa M6)

Cerámica común: cerámica de cocina.

Cerámica Plúmbea: cuenco y jarra.

Hierro: clavos.

Cronología: S.XIV-XV (mudéjar).

U.E. 9 (nivel de anulación UE 10)

Cerámica común: cocina y servicio (galbos y algún borde)

Plúmbeas: servicio y mesa (cuenco melado y platos melados con manganeso bajo cubierta, jarros y jarritas).

Moneda: Caracteres físicos: peso: 0'9 gr, diámetro 19'3 mm., Grosor: 0'7 mm., Metal: vellón, axis: 12 Caracteres históricos: denominación (valor, denominación y emisor): Dinero de Pedro I (1350-1368), ceca: Sevilla, cronología, acuñación: 1350-1368, circulación: 1350-1368.

	TIPO	LEYENDA	MARCAS
ANVERSO	P coronada dentro de gráfila en losange	+PETRUS:RE(...)EGIONIS.	.
REVERSO	Castillo y marca de ceca dentro de gráfila en losange	+PETRUS:REX:CASTELLE	S bajo castillo

Otras: fragmento decorado con vidriado verde (probable cuenco).

Cronología: Mudéjar (S. XIV al menos).

U.E. 10 (suelo de cal)

Cerámica común: ¿cocina? *Cronología*: ¿

U.E. 11 (relleno de colmatación)

Cerámica azul y morada: mesa

Cronología: Fines XV-Mediados XVI.

UNIDAD DE INTERVENCIÓN 1, SONDEO 2

U.E. 125 (Limpieza)

Cerámica común: cocina.

Cerámica Estannífera: Blanca llana, policroma, azul sobre blanco con motivos vegetales.

Porcelana: Cartuja.

Cristal

Cronología: mezcla de materiales desde el s. XVI al XX.

U.E. 126

Cerámica común: cocina, almacenaje, preparación (mortero).

Plúmbeas: cuenco y posible plato melado.

Elementos arquitectónicos: azulejo de aristas con motivos geométricos y alizar verde.

Elemento decorativo: Cuenta de collar de ámbar.

Hierro: 1 clavo y fragmento de herradura.

Cronología: fines s. XV – inicios s. XVI.

U.E. 127

Cerámica común: cocina.

Hierro: clavos y punta.

Bronce: platillo.

Moneda:

Caracteres físicos: peso: 18'5 gr, diámetro 28'04 mm., Grosor: 0'4 mm., Metal: bronce, axis: 1.

Caracteres históricos: denominación (valor, denominación y emisor): Faustina hija (Murió en 175 d. C). Sestercio, ceca: Roma, cronología: mediados-tercer cuarto s. II d. C.

	TIPO	LEYENDA	MARCAS
ANVERSO	Busto a la derecha, peinado ondulado y recogido	ilegible	.
REVERSO	Representación de eternidad en pie, portando globo rematado por ave fénix y apoyada en columna	ilegible	SC a cada lado de figura

Cronología: ¿?

U.E. 129

Cerámica común: cocina y almacenaje.

Plúmbea: melada.

Estannífera: blanca llana (cuenco), azul y morada.

Cronología: Mudéjar – Principios siglo XVI.

U.E. 130 (muro de mampuesto)

Cerámica común: cocina.

Plúmbeas: cazuelas, plato melado con manganeso bajo cubierta y cuenco.

Otras: serie sevillana verde sobre blanco, tratamiento sólo por el interior; otra con tratamiento al exterior en verde.

Cronología: Mudéjar. Siglo XIV – inicios del XV.

U.E.132

Cerámica común: cocina.

Plúmbeas: cuenco y fuente melados.

Cronología: Mudéjar.

U.E. 134 (Derrumbe constructivo)

Cerámica común

Plúmbeas: plato decorado con manganeso bajo cubierta melado, y verde con pasta amarilla.

Cronología: Siglo XIV – principios del XV.

U.E. 136 (Depósito previo)

Cerámica común: cocina, presentación, almacenaje.

Plúmbea: fragmento decorado con incisiones, cazuela con moldura, verde decorada al interior y vasito vidriado en verde por las dos caras.

Estannífera: blanca llana (posible plato).

Otras: serie verde sobre blanco tipo sevillano.

Hierro: herradura y clavo.

Cronología: excepto la blanca llana (fines s. XV – inicios s. XVI), el resto podría ir a s. XIV-XV.

U.E. 137 (Depósito relleno)

Cerámica común

Estannífera: vidriado en blanco.

Cronología: Siglo XVI (?).

UNIDAD DE INTERVENCIÓN 2

U.E. 101 (Depósito nivel de uso)

Cerámica común: tinaja.

Estannífera: blanca llana, con acanaladura.

Clavos de hierro

Cronología: alterado, Siglo XX.

UNIDAD DE INTERVENCIÓN 3

U.E. 300 (Limpieza)

Cerámica común: almacenaje y cocina (asas, bordes y galbos).

Plúmbeas: presentación y mesa (cuencos melados, platos con manganeso bajo cubierta y jarrita).

Estanníferas: azul y morada, imitación Talavera, azul sobre blanco, blanca lisa, blanca llana, blanca y azul, y otras muy evolucionadas probablemente del siglo XX.

Hierro: clavos, posible regatón, posible hebilla.

Cobre: chapa.

Elemento de construcción: restos mortero.

Moneda:

Caracteres físicos: peso: 1'1 gr, diámetro 18 mm., Grosor: 0'7 mm., Metal: vellón, axis: 6.

Caracteres históricos: denominación (valor, denominación y emisor): Blanca de Enrique IV (1454-1474), ceca: Toledo, cronología acuñación: 1471-1474, circulación: 1471-1497.

TIPO	LEYENDA	MARCAS	
ANVERSO	castillo dentro de gráfila en losange	(...)ICU(...)DEI.	T bajo castillo
REVERSO	León rampante a izquierda dentro de gráfila en losange	ilegible	

Cronología: mezcla de materiales mudéjares, modernos y contemporáneos.

U.E. 301

Cerámica común: almacenaje y cocina.

Plúmbeas: melada decorada con manganeso bajo cubierta (platos, cuenco, cazuela, olla, jarra).

Estanníferas: fragmentos serie sevillana verde sobre blanco, dos fragmentos del siglo XIX a XX, blanca llana, plato de ramilletes, jarrito azul sobre blanco y fragmento de verde con reflejos metálicos.

Hierro: restos amorfos, clavos y restos de herradura.

Cobre: ?

Cronología: exceptuando los fragmentos del XIX a XX, y de fines del siglo XVIII podría ir a mudéjar.

U.E. 303 (Depósito junto a muralla)

Cerámica común: cocina, presentación y almacenaje.

Plúmbeas: cocina, almacenaje y mesa (plato melado con manganeso bajo cubierta).

Estanníferas: plato de blanca llana y azul sobre blanca lineal paralela, verde y blanca sevillana, pasta rosada.

Cronología: Fines siglo XIV – principios del XV a mediados del siglo XVI.

Moneda:

Caracteres físicos: peso: 3'2 gr, diámetro 23 mm. , Grosor: 0'1 mm. , Metal: vellón, axis: 12

Caracteres históricos: denominación (valor, denominación y emisor): Blanca de Juan II (1406-1454), ceca: Toledo, cronología acuñación: 1430-1442, circulación: 1430-1454

	TIPO	LEYENDA	MARCAS
ANVERSO	castillo dentro de orla de seis lóbulos inserta en gráfila interior punteada	+IOHANES:DEI:GRATIA(...)	Letra T bajo castillo
REVERSO	León rampante dentro de orla de seis lóbulos inserta en gráfila interior punteada	+IOHANES:DEI:GRATIA:REX	

U.E. 304 (Depósito relleno)

Cerámica común: cocina y almacenaje.

Plúmbeas: meladas (platos con manganeso bajo cubierta).

Estannífera: verde y blanca sevillana.

Cronología: siglo XIV – principios del XV.

U.E. 305 (Fosa)

Cerámica común: jarrita y cocina.

Plúmbea: un fragmento.

Estannífera: verde sobre blanco sevillana (posible cuenco).

Cronología: siglo XIV – principios del XV.

U.E. 306

Cerámica común: presentación y cocina.

Plúmbeas: presentación y almacenaje.

Estannífera: serie verde y blanca sevillana (fuente).

Cronología: Siglo XIV – principios del XV.

U.E. 308 (Relleno con restos de cantería)

Cerámica común: cocina y presentación (jarras con pico vertedero).

Plúmbea: un fragmento.

Estannífera: cuenco de tono nacarado, pasta rosa, de gran calidad.

Pesa de telar.

Cronología: Siglo XIV.

U.E. 309 (Relleno fosa muralla)

Cerámica común: almacenaje (cántaro y jarras con pico vertedero) y cocina (bordes triangulares y jarritos decorados con acanaladura en el cuello).

Plúmbea: al interior con acanaladura al exterior.

Cronología: siglo XIV.

U.E. 311.

Cerámica común. *Cronología:* ?

U.E. 314

Cerámica común: cocina.

Plúmbeas: escudillas meladas (verde al exterior y melada al interior), plato con manganeso bajo cubierta, jarrita.

Estannífera: verde al exterior y blanco al interior, un fragmento de azul y morada.

Hierro: 3 clavos.

Cobre: dedal.

Cristal: asita.

Cronología: Medios del siglo XV a mediados del XVI.

U.E. 315

Cerámica común: cocina y almacenaje.

Plúmbeas: plato con manganeso bajo cubierta, cuenco melado y posible cazuela.

Estanníferas: vidriado blanco al interior y verde al exterior, un fragmento de azul sobre blanca tipo ramillete.

Hierro: clavos.

Cronología: fines siglo XVII al XVIII.

BIBLIOGRAFÍA

CASQUETE DE PRADO, N. (1993) *Los castillos de la Sierra Norte de Sevilla en la Baja Edad Media*. Diputación de Sevilla. 251 p.

COLLANTES DE TERÁN, F. (1953) «Los castillos del reino de Sevilla». *Archivo Hispalense* 58-59.

MARTÍN CHACÓN, M^a. A. (1993) *El castillo-fortaleza de Cumbres Mayores. VII centenario (1293-1993)*.

MORALES MARTÍNEZ, A. (1976) *Arquitectura medieval en la Sierra de Aracena*. Sevilla.

VALOR PIECHOTTA, M.-CASQUETE DE PRADO, N. (1994) «El Castillo de Cumbres Mayores (Huelva). Una aproximación a la arquitectura militar de la segunda mitad del siglo XIII». *Historia, Instituciones, Documentos* 21. Sevilla, pp. 473-499.

VARGAS DURÁN, M.A. (1999). «El Castillo de Santa Olalla del Cala: estratigrafía de un hábitat estratégico». XII Jornadas del Patrimonio de la Comarca de la Sierra, Aracena (Huelva). Pp. 111-127.

NOTAS

- 1 Una de estas marcas de cantero, coincide con la existente en uno de los pilares de la iglesia prioral de Nuestra Señora del Mayor Dolor de Aracena, edificio que se comenzó a construir a finales del siglo XIII o principios del s. XIV, la misma época que el castillo de Cumbres Mayores. Por ello, no descartamos que fuera la misma persona quién hubiera trabajado los sillares de ambos edificios.

A OCUPAÇÃO ISLÂMICA DE NOUDAR

MIGUEL REGO

1. NOUDAR, TOPÓNIMO DE ORIGEM ÁRABE

Ao longo de muitas décadas, e levantando-se ainda por vezes como um fantasma, a etimologia do topónimo de Noudar tem sido objecto de análises que, pela falta de fundamentação, caem no âmbito do ridículo. A mais utilizada é a de Batista de Lima (1932:384), que conclui que o topónimo «é corrupção de Nuádar, que lhe foi imposto pelos mouros, de «nua», buscar, e de «dar», casa (achar a casa)», corroborando a entrada «Noudar e também Nodar» do Dicionário Chorographico, de Américo Costa, fórmula que encontramos, igualmente, no *corpus* oral lendário do concelho de Barrancos, expressando a recusa de D. Dinis em deixar entrar os castelhanos que à força queriam aceder disfarçadamente à fortaleza.

Os trabalhos de COELHO (1986), TORRES (1992) e, em particular, o de SILVEIRA (1937), defendem uma tese bem diferente desta, ignorando a interpretação, se bem que Silveira não deixe de comentar severamente «*que a etimologia nua dar, «buscar a casa», é uma simplicidade que só os simples aceitarão*» (vide COELHO, 1986:55).

Sobre a questão da origem etimológica de Noudar, Silveira (1937) sustenta que «*as atalaias deve ser o étimo de Noudar*», suportando esta proposta com a transliteração francesa de *Bab en-Nouadheur*, porta das atalaias, uma das entradas da cidade argelina de Laghouat, importante entreposto viário localizado na cadeia montanhosa do Atlas, sobre a principal via que liga Argel ao Sul do país, atravessando todo o deserto sariano. Esta perspectiva de associar Noudar a um local de vigia ou controle, que nem sequer tem que estar localizado no sítio mais alto da área, é-nos

dada por Torres (1992:197), tomando como exemplo a vila de Almodôvar, no distrito de Beja, onde «*o Cerro da Nodre (que em árabe quer dizer «atalaia»)* indica ainda a zona de vigilância que antecedeu a urbanização do século XIV». Coelho (1986:57), indica-nos que «*na carta de doação do lugar de Avis aos Freires de Évora, em 1211, menciona-se ao delimitar o respectivo termo, outro simile de Noudar no topónimo Petrogonum de Fagiar Noydar*», ou rochedo das atalaias, acompanhando a leitura que os dois autores anteriores fazem deste étimo.

A etimologia de origem árabe, pode, no entanto, ser contestada à luz de um estudo mais aprofundado da contextualização geográfica e funcional de outros locais com o mesmo topónimo. A maioria encontra-se situado nas províncias galegas de Lugo e Pontevedra, cujo espaço de implantação não tivemos oportunidade de estudar, mas que aparecem numa região em que a ocupação islâmica não teve uma duração tão lata quanto a de Avis, Noudar

(Barrancos) ou Almodôvar. Se para estes locais a conquista cristã se dá já no século XIII, compreendendo-se alguma resistência e conservação da etimologia de origem árabe, o mesmo já não se entende para a região galega que esteve apenas sob domínio muçulmano entre 711 e 766, aproximadamente, e sofrendo um intenso repovoamento «cristão» a partir de 868, pelo Conde Vímara Peres (MACIAS e TORRES, 1998:244).

Pelo que vimos atrás, e pela origem deste topónimo no verbo *nadara* (avistar), ou no substantivo *nadare* (olhar), segundo nos comentou pessoalmente Abadallah Khawli, não temos dúvidas em defender a origem árabe do topónimo Noudar, numa relação que nos parece directamente associada à função de vigilância, e como tal de atalaia, que lhe é atribuída, cuja génese se pode situar, provavelmente, no século X, quando junto do espaço religioso *muwallad* se constrói uma alcaria e uma estrutura militar para controle da passagem que ligava Beja e Moura ao Sul dos territórios de Badajoz/Mérida e Norte de Sevilha.

2. NOUDAR NO TERRITÓRIO DE BEJA

É difícil, no estado actual dos conhecimentos, avançar com uma proposta de território e confrontações do termo de Noudar, dado que, e acima de tudo, há uma ausência total de referências ao povoado na documentação anterior ao *Repartimiento de Sevilla y de su terra*, mandado efectuar por Afonso X, datado de 6 de Dezembro de 1253, em que se determinam os términos «*que pertenecen al alfoz de Sevilla*» (VALOR PIECHOTTA, 1998:93). E se o documento é claro quanto à confirmação da existência dum término de «*Nódar*», desconhecemos a amplitude desse território e os termos que com ele confrontavam.

Al-Razi, no século X, diz-nos que pertenciam

ao termo de Beja, para além da *villa* de Évora, os castelos de *Mertola, Ereyquez, Arouche e Toucanique* (CINTRA, 1954:65). Se para os primeiros não há qualquer dificuldade em identificá-los com Évora, Mértola, Castro da Cola e Aroche, para o caso de Toucanique, ou Totalica «*à l'est de Beja*» não entendemos que seja tão claro, quanto isso, a sua identificação com Santo Aleixo da Restauração, concelho de Moura (PICARD, 2000:44), tendo apenas como fundamentação a organização urbana da aldeia e as suas proximidades com a ribeira de Toutalga.

E essa interrogação põe-se, por um lado, pela inexistência de achados arqueológicos que permitam sustentar essa hipótese, para mais tratando-se de um *iqlim* com alguma importância, para ser referido como um dos quatro castelos do termo de Beja, e por outro, porque a associação do nome Toucanique ou Totalica, à ribeira de Toutalga, que corre naquela zona, ao da importante informação da existência de «*hua mynera de muy boa prata e muy branca*» (CINTRA, 1954:65), que se pode associar à proximidade da Serra da Adiça e Preguiça, «*uma zona mineira constituída por várias ocorrências mineiras, compreendendo galenas argentíferas*» (SOARES *et alli*, 1985:93), tanto pode ser identificado com Santo Aleixo da Restauração, San Guileiximo, (denominação em época medieval), como com outras localidades próximas da Ribeira de Toutalga e da Adiça, nomeadamente o Castelo das Guerras, Sobral da Adiça ou o povoado abandonado de S. Pedro da Adiça.

Rejeitando, de antemão, a hipótese levantada por Garcia Domingues de identificar o castelo de Toucanique com Barrancos (*vide* FRANCO, 2000, 134), mas não rejeitando a possibilidade desse sítio estar integrado no termo de Toucanique, não descuramos a possibilidade de ser S. Pedro da Adiça, em detrimento de Santo Aleixo da Restauração, considerando a sua maior proximidade com as covas mineiras



Território de Noudar e Toucanique

da Serra da Preguiça e com a ribeira de Toutalga, se bem que essa linha de água nasce na freguesia de Santo Aleixo da Restauração, razão à qual associamos a existência de um templo religioso setecentista de onde foram retiradas duas impostas, na nossa opinião dos séculos VI/VII, hoje depositadas no Museu de Moura (MACIAS, 1990:33), para além de vestígios evidentes de uma ocupação moçárabe importante (LIMA, 1963:9).

No entanto, para uma e outra localização propostas, há um dado fundamental que importa realçar, que é o da inexistência de vestígios da estrutura fortificada de que fala al-Razi. Contudo, importa referir as origens *muwallad* de dois chefes militares oriundos desta região e, naturalmente, essa analogia com a presença do edifício religioso paleocristão em S. Pedro da Adiça.

Faraj ibn Khayr al-Tutaliqi, era um chefe militar, natural de Totalica, que em 234H/848-849, desafiou a autoridade do emir de Córdoba, Abd ar-Rhman II, tendo-se depois refugiado naquele castelo. A aventura repete-se com o seu neto ou bisneto, 'Abd al-Malik b. Abi l-Jawwad (PICARD, 2000, 44), sendo este compensado com a doação do Castelo de Aroche, identificado por Pérez Macías com Llano de la Torre, e associada o seu abandono ou destruição às revoltas *muwallad* (PÉREZ MACÍAS, 2001:51). Parece aqui ganhar alguma consistência a hipótese levantada, se associarmos o templo religioso paleocristão de S. Pedro da Adiça à origem *muwallad* dos al-Tutaliqi. Os *muwalladun* são descendentes de antigas famílias peninsulares que, por conveniência ou convicção, tinham abraçado o islamismo, procurando não perder propriedades e privilégios que detinham há algumas gerações: «*grandes propriétés avaient été conservées par les seigneurs wisighots au moment de la fitna du IXe siècle, dans la zone même de Mértola, Évora, Beja, Noudar, prouve qu'après la conquête, ces terres étaient restées majoritairement celles des Hispaniques*» (PICARD, 2000, 26).

No entanto, e apesar desta nossa proposta poder ser a base para uma discussão posterior mais aprofundada, a partir do momento em que exista uma maior acumulação de dados arqueológicos susceptíveis de interpretar, importa igualmente questionar a possibilidade do nome do castelo derivar da identificação do território e se poder assumir como hipótese plausível, a implantação do *hisn* de Toucanique, em Santo Aleixo da Restauração, baseada na actual organização do povoado (MACIAS e TORRES, 1998:144). Nesta perspectiva, não deixaria de ser também interessante equacionar a possibilidade do castelo de Toucanique corresponder a Noudar, apesar do actual registo arqueológico apenas constatar com segurança a presença islâmica no local a partir do século XI.

A parca descrição da região de Beja por al-Razi, no século X, antes dele «*según Lévi-Provençal, no hubo historia digna de este nombre en Al-Andalus*» (PACHECO PANIAGUA, 1991:31), não nos traz mais pista nenhuma que nos possa fazer conhecer a existência de outros castelos e, eventualmente, de qualquer referência a Noudar. Depois da análise de alguns textos sobre a região que referem os trabalhos «geográficos» de Ibn JurdāDbih (825-cerca de 912), al-Yaqubi (cerca de 891), al-Istajri (falecido em 951), al-Muqaddasi (cerca de 985) e de Ibn Hawqal (943-977),

(PACHECO PANIAGUA, 1991), cujas informações mais nada acrescentam ao que o geógrafo cordovês havia dito, obrigou-nos a procurar nas regiões limítrofes ao território pacense uma eventual referência a Noudar, procurando entender a possibilidade do seu território não pertencer à *kura* de Beja.

No entanto, de al-Razi, socorremo-nos aqui da tradução portuguesa do século XIII (CINTRA, 1954), apenas ficamos a saber os limites de Beja que «*jaz antre o poente e o ouriente de Merida, huu pouco contra o meredie e o poente de Cordova*» (pp.65), e pouco mais. A possibilidade de encontrarmos algumas respostas através daquele texto ficam-se por aqui. O desconhecimento sobre a região naquele período, não deixa de encontrar resistências na ausência de transcrições dos clássicos árabes e, quando as há, na inexistência de uma cartografia toponímica clara e consolidada no trabalho de investigação arqueológica. A maioria das descrições geográficas resumem-se às cidades maiores e, fundamentalmente, pelo seu inventário e pela sua mítica fundação, repetido vezes sem conta.

Uma excepção a esta constatação é o caso do trabalho de *Yaqut al-Hamawi*, geógrafo oriental que viveu entre 1179 e 1229, *Muyam al-Buldan*, o Dicionário dos Países, «*obra imprescindible para el conocimiento del orbe islâmico en los siglos XII y XIII y constituye una obra básica para el estudio de la división administrativa de la España islámica*» (PACHECO PANIAGUA, 1991:61).

Yaqut, na sua descrição sobre «Beja das Oliveiras», forma como identifica a cidade do al-Andaluz, Baja (Beja), actual sede do distrito a que dá o nome, em contraposição com a tunisina «Beja do Trigo», diz estarem na sua dependência as povoações de Mértola, Montagudo, Totálca e Arum, para além de Tartuanis, Assaud, Assahl, Xeirq e Rugino (DOMINGUES, 1988:23), sítios que, exceptuando Mértola e

Aroche, não sabemos que localidades ou castelos identificam.

A falta de dados históricos seguros que nos comprovem a dependência administrativa de Noudar é uma constatação, mas não um impedimento para perspectivar essa realidade no quadro de alguns cenários propostos por outros autores e que nos poderão servir de referência.

Noudar localizava-se numa zona de passagem da via que ligava o interior da *kura* de Beja ao território do Sul de Badajoz e Norte de Sevilha, por Jerez de los Caballeros (*Sarish*). Uma zona de passo que tem no encaixado leito do Ardila uma barreira natural, mas relativamente fácil de ultrapassar no vale que de Oliva de la Frontera, a Este, desce para Noudar e que, depois de ultrapassar, num raio de cerca de três quilómetros, a imbricada orografia da foz do Múrtega naquele afluente do Guadiana, sobe ao planalto do Campo de Gamos, a poente, a partir do qual se acede a Safara. É com esta localização, e aproveitando as excelentes condições de defesa que lhe proporciona o contexto geológico, que integramos o sítio de Noudar como pertença da *kura* de Beja, apesar das dúvidas do espaço a que corresponde exactamente esse território.

Se considerarmos que o termo das *kuras* em época islâmica corresponde, aproximadamente, aos limites dos antigos *conventi* romanos, e que quanto a esses ainda há algumas dúvidas quanto ao limite exercido pelo rio Guadiana entre a Lusitânia e a Bética, que de certa forma se confirmam pela inclusão de Moura no território de Sevilha, no século VIII (BOISSE-LIER, 1999, 48), a possibilidade de Noudar pertencer à *kura* de Mérida, não é, como tal, de ignorar, dada a proximidade de *Sarish* um *iqlim* de Mérida, e segundo alguns autores a sua fronteira com a *kura* de Sevilha, seguir «*la línea del río Múrtigas y continuando al este com la Sierra de Tentúdia*» (CASQUETE DE PRADO,

1993:57). Colocando a fronteira entre as *kuras* de Sevilha e Mérida na Ribeira de Múrtega, esta hipótese ganharia peso sobre a eventual pertença de Noudar ao território de Beja.

Contudo, ao invés, Pérez Macías (2001:59) estabelece a fronteira na Ribeira de Ardila com base na análise exaustiva do território da Serra Norte de Huelva e a resolução do problema da identificação de *Qatrasana*, que ao envés de Cortegana, o autor propõe seja Aracena. Esta hipótese, que nos parece bastante plausível, não resolve a dúvida em torno dos limites do território de Toucanique, mas pormenoriza mais o âmbito territorial da *kura* de Beja e, em particular, do *iqlim* de *Arun* (Aroche) integrando nos seus limites Aroche, Cortegana, Rosal de la Frontera, Encinasola e Fregenal de la Sierra (PÉREZ MACIAS, 2001:53). A Ribeira de Múrtega poderia então marcar a divisão entre os territórios de Toucanique e Aroche e, aparentemente, Noudar poderia pertencer a este território, pois está localizado na margem direita do Múrtega. Esta eventualidade, no entanto, não nos parece tão plausível, fundamentalmente pela sua contextualização geográfica e geológica.

A orografia do território na zona de Noudar, cria uma passagem natural no acesso ao território de Moura e Toutanique, tanto a partir do sul da província de Mérida/Badajoz como do norte de Sevilha, o que não acontece na zona da Contenda, funcionando esta como espécie de tampão natural na passagem ao interior da região de Beja, Serpa e Moura. A via mais desguarnecida seria então protegida por Noudar, servindo esta como porta avançada de Moura e Toucanique.

3. O TERRITÓRIO DE NOUDAR

Noudar, entre os territórios de Aroche, Toucanique e Moura, na *kura* de Beja, e as dos termos de Badajoz/Mérida e Sevilha, parece preencher um espaço importante na jurisdição de uma zona fronteiriça, maioritariamente de montado, com aproximadamente 200 quilómetros de área, que aparentemente corresponderia a pouco mais que os 168 km² actuais do concelho de Barrancos. Este território seria limitado a Norte pelo rio Ardila, a Sul e Oeste pela ribeira de Murtigão e a Este pelo Charco Redondo, tomando então os festos fronteiros ao actual território do concelho de Barrancos, até à entrada da ribeira de Gamos, seguindo por Cansalobos, barranco de Pedro Miguel, ribeira de Cadaval até à Volta da Albarda. Dos conhecimentos existentes sobre o território, no termo de Noudar existiriam pelo menos três pequenos povoados na Alta Idade Média, que são eles o Barranco das Parras, Botefa e Almo-fadinha (C.A.B., 1994), sendo igualmente de equacionar a possibilidade de nos olivais a Este de Barrancos, junto a Cansalobos, a Sudeste da Ermida de S. Bento, ter existido uma povoação nesse período.

A localização de todos estes povoados, apesar da ausência de um registo arqueológico que o fundamente, permite equacionar a possibilidade de estarmos perante uma estrutura de povoamento concentrada e baseada na exploração dos recursos oferecidos pelo contexto natural, tendo a pecuária como base sócio-eco-



Povoados Islâmicos

nómica fundamental da actividade dessas comunidades, não estando provada, para este período, de qualquer evidência de actividade mineira para este período nesta zona.

A tipologia do assentamento destes povoados obedece a um mesmo princípio de organização, que se observa na ocupação de um cerro aplanado com elementos naturais de defesa, normalmente afloramentos rochosos, ao qual se acedia com dificuldades e a partir do qual se controlaria facilmente as zonas de passagem. A estas realidades comuns, não falta a proximidade a poços, fontes ou linhas de água, embora nestes o seu regime, sazonal ou ocasional, seja distinto de caso para caso, pelo que não podemos evidenciar essa constatação como factor de ocupação do local. O sítio da Botefa é o caso mais paradigmático dos sítios citados e aquele onde é possível entender melhor a organização do espaço interno destes povoados, dado que são bem visíveis alguns muros das suas estruturas habitacionais, e a sua relação com o espaço envolvente.

Situado a uma altitude de 265 metros a.n.m., domina o amplo vale que desce para o Rio Ardila a cerca de mil e quinhentos metros para Noroeste e a cerca de quinhentos metros do Monte da Botefa. Ao longo de todo o cerro encontram-se restos de telhas de meia cana e cerâmicas comuns de tipologia indiferenciada feitas ao torno, mas onde predominam os fragmentos de grandes talhas, numa área aproximada de 150 por 80 metros. Os muros das estruturas habitacionais que reconhecemos têm uma largura variável entre os 50 e os 60 centímetros, e ocupam uma zona de cerca de 110 por 50 metros, organizando-se no sentido do comprimento do povoado. Aparentemente, este estruturava-se em duas áreas separadas por uma única rua, com a qual se comunicava a partir das habitações, formando uma espécie de muralha para o exterior do povoado. Esta nossa hipótese decorre da não observação de qualquer abertura que pudesse corresponder a um acesso a partir

das traseiras dessas casas e que encontra alguma similitude no povoado islâmico de Alcaria Longa, concelho de Mértola, em que «as casas desta alcaria são constituídas por vários módulos pluricelulares, que, de uma forma geral, tendem a ordenar-se em volta de um espaço grosseiramente rectangular, envolvendo-o por dois ou três dos seus lados», uma situação também identificável em áreas rurais serranas do Magrebe (MACIAS e TORRES, 1998:176).

A tipologia dos muros, em pedra irregular de xisto, da Botefa, correspondem ao tipo de construção do observado em Alcaria Longa, abandonado em torno do século XI (BOONE, 1993), onde os terrenos são igualmente xistosos. Se bem que a organização das estruturas habitacionais neste local se adaptem ao irregular do relevo onde está implantado o povoado, ao revés do terreno aplanado da Botefa, apresentando uma modulação e organização distinta, por maioria de razões parece-nos estar perante dois povoados contemporâneos e com fórmulas de organização comunitária comuns, valorizando a implantação do povoado em função do acesso fácil à água e à sua localização em locais a uma certa altitude, correspondendo a um modelo de povoamento comum para toda a região.

4. TIPO DE ESTRUTURA URBANA E FUNÇÃO DO POVOADO DE NOUDAR

Em Noudar, os trabalhos arqueológicos em níveis de ocupação islâmica não são muito favoráveis para entender perante que tipo de povoado ou de estrutura urbana é que estamos. Através do espólio recolhido na Zona dos Balneários, onde aparecem as únicas estruturas associadas à presença islâmica em Noudar, o registo arqueológico identifica-nos dois níveis de ocupação, um dos séculos XII/XIII,

antecedido por outro, aparentemente do século X/XI.

Sem estar consolidado o tipo de ocupação no período islâmico anterior ao século XI em Noudar, comprovado apenas pela presença de um importante conjunto de elementos arquitectónicos decorativos dos séculos VI/VII, pode, no entanto, equacionar-se essa possibilidade pelas características senhoriais que parecem estruturar a sociedade na região, em torno dos grandes senhorios dos *muwallad*, e da existência de um espaço religioso cujos materiais arquitectónicos são associados ao período paleocristão.

No século XI, o controle da via *Baja* a *Sarish* pode, perfeitamente, ser a maior justificação para a implantação do sítio de Noudar, organizado em torno de uma torre, *burdj*, termo que aparece muito na paisagem rural da região (PICARD, 2000, 134), ou de um pequeno castelo à qual estaria associada uma *qarya*, com o seu território, *iqlim* (BOISSELIER, 1999, 46), mas não suficientemente grande para adoptar o papel de *hisa*, ou pequena cidade, num período em que a existência dos emiratos de Badajoz e Sevilha favoreceu a valorização de novos eixos viários transversais Este-Oeste (PICARD, 1998:31). A uma jornada de Moura, aproximadamente 45 quilómetros, de Jerez de los Caballeros, 35 quilómetros, a mesma distância que o separa de Fregenal de la Sierra, e a cerca de 30 quilómetros de Aroche, os povoados de maior importância da região, Noudar assumiria igualmente, neste contexto regional um papel de estalagem segura e casa de muda para mercadores e viajantes.

A implantação da torre estaria, muito provavelmente, na zona da Alcáçova dionisina, apesar dos trabalhos arqueológicos aí realizados não terem constatado qualquer tipo de estrutura anterior à construção do castelo, que teve lugar nos inícios do século XIV (COELHO, 1986: 47). O único elemento que permite equa-



Pormenor do pano da eventual muralha islâmica, em taipa, coberta com alvenaria de xisto no século XIV

cionar a possibilidade de ser de época islâmica o pano de muralha em taipa, revestido por alvenaria de xisto, com cerca de 52 metros de comprimento, do lado Sul da alcáçova, necessita ser objecto de uma intervenção arqueológica para que se possa constatar essa hipótese. A sua área, impossível de determinar, poderia aproximar-se dos dois mil metros quadrados e ser de planta rectangular, embora estas dimensões levantem a possibilidade de não se tratar apenas de uma simples torre, mas de uma *sajra* (JIMÉNEZ ESTEBAN, 1994:21), uma estrutura mais ampla, embora com as mesmas funções defensivas, não podendo albergar um grande número de tropas, e formando uma linha defensiva com outros castelos e atalaias, a que associamos pelo menos o castelo do Murtigão (ALARCÃO, 1990:36), a exemplo do que acontece com o castelo de Paracuellos de Jarama, «que está situado en la línea defensiva del río Jarama» (JIMÉNEZ ESTEBAN, 1994:21).

A área da alcária islâmica de Noudar, rondaria então os oito a nove mil metros quadrados, sendo de ponderar igualmente, a possibilidade desta se estender na encosta nascente do planalto de Noudar, em mais 1000 a 1500 metros quadrados. A realização da escavação para a instalação da fossa séptica do sistema de esgotos de Noudar, no início dos anos noventa do século passado no exterior do castelo, a cerca de 20 metros a Este da Porta de Barrancos, permitiu verificar a existência de estruturas habitacionais cuja cronologia não é possível determinar, mas às quais estava associada uma ponteira de bainha de adaga, dos séculos XII/XIII (fig. 7.3). O espaço religioso e o cemitério islâmico (*maqbara*) marcariam uma espécie de fronteira entre a zona militar e a habitacional, pelo menos a julgar pela ausência de estruturas habitacionais de época islâmica nesta zona e o aparecimento de duas lápides do século XI (fig. 7.1 e 2) nas traseiras da Capela de Nossa Senhora do Desterro.

Mas ao espaço urbano do sítio de Noudar, que se aproxima dos dez mil metros

quadrados, a alcaria islâmica juntava o seu espaço de produção económica que incluía o bosque, os campos de cultivo extensivo e, acima de tudo, a sua horta de cultivo intensivo, fundamental para o equilíbrio alimentar das suas populações.

As hortas de Noudar, localizar-se-iam no terraço de aluviossilos do Quaternário, adaptado ao leito sinuoso na margem esquerda do rio e denominado por Volta dos Burros, situado a poente da alcaria. Um espaço com cerca de 4,5 hectares ainda cultivados no século XVIII, conforme se pode verificar no levantamento efectuado por Miguel Luís Jacob (COELHO, 1986: mapa 1), e que pontua como um dos poucos terrenos, na área em torno de Noudar, adaptáveis ao cultivo intensivo sustentado por técnicas de regadio, aproveitando e explorando a espessura e qualidade dessas terras, situadas na zona de enchente do leito do Ardila.

Noudar, parece então emergir enquanto estrutura militarizada no processo de florescimento dos reinos de taifas, *muluk al-tawaif*, do ocidente ibérico, onde um importante número de pequenas alcarias e pequenas *villae* fortalecem o seu papel na micro economia regional. O assassinato de *Hisham II* arrasta uma «série de sangrentas lutas e revoltas que se prolongarão até 422H/1031, data da desagregação final do poder central de Córdoba» (MACIAS, 1992:424), fazendo despontar um conjunto largo de pequenos reinos. Em 403H/1013, o reino de Badajoz, com o eslavo *Sabur al-Saklabi*; o de Mértola, com *Ibn Tayfur*, em 410 H/1020; o de Sevilha, em 414 H/1023, com *Abu I-Qasim Muhammad b. Ismail* (PICARD, 2000:68). No entanto, Badajoz e Sevilha assumem-se como os grandes centros expansionistas.

Enquanto rapidamente os aftásidas governam a região entre Badajoz e Beja, «o sul foi de imediato dividido em pequenos Estados (*Silves, Faro, Mértola, Huelva-Sal-*

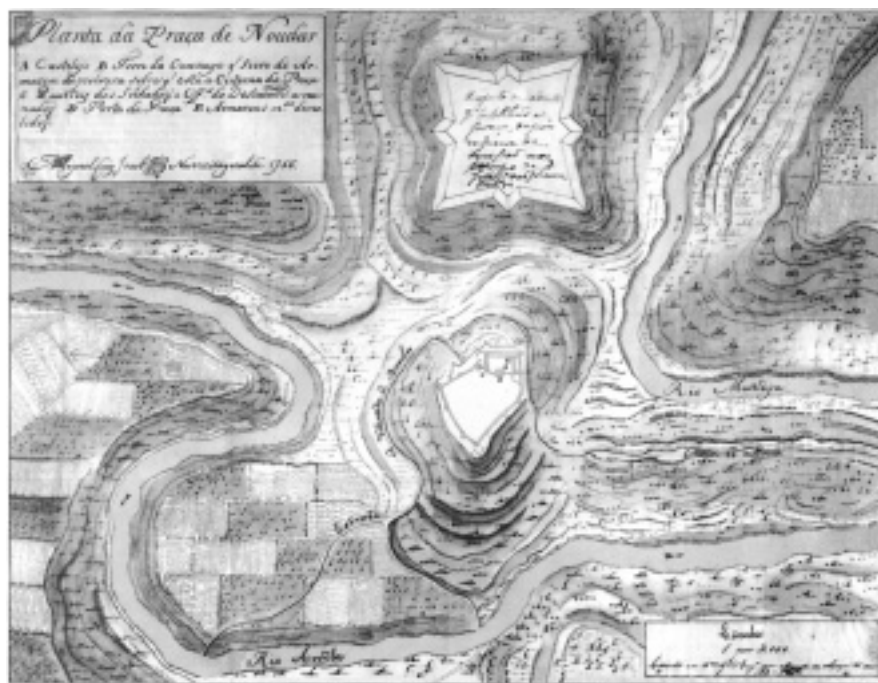
tes, Niebla, Sevilha) antes de serem absorvidos nos anos 1050, pelos Abádidas de Sevilha» (PICARD, 1998:30). Noudar assumirá então, provavelmente, um papel importante neste território de características pendulares, já que sobre um vértice onde se tocam os territórios do triângulo Beja, Sevilha e Badajoz/Mérida, num contexto em que se assiste à «consolidação das autonomias regionais e um evidente reforço político das antigas comunidades agro-pastoris /.../ que se traduz pela enorme proliferação de povoados fortificados nas zonas de predominância pecuária» (TORRES, 1992:194).

5. OS CENTROS POLARIZADORES DA KURA DE BEJA ENTRE CHANÇA E ARDILA

A realidade espacial do povoado de Noudar, com cerca de 1,3 a 1,4 ha, é incomparavelmente menor que os mais importantes *husun* da região como Aroche, Moura ou Serpa, entre os 2 e os 3 ha de área, mas cujas funções assumem um carácter idêntico. No entanto, a menor importância do eixo viário que atravessa esta zona, comparativamente com as grandes vias de Beja-Sevilha e Beja-Badajoz sobre a qual assentam os castelos referidos anteriormente, e as diferenças do tipo de exploração do território em que Noudar aparece quase que exclusivamente ligado à pecuária, enquanto Moura, Serpa e Aroche estarão muito mais ligados à exploração intensiva dos terrenos férteis que envolvem esses povoados, e em particular os dois primeiros, justifica as menores dimensões do povoado.

5.1. Moura

A ocupação de Moura em época islâmica evidencia-se mais pelo espólio recolhido do que pela aparente importância do sítio, um



Planta da Praça de Noudar (século XVIII)

pequeno *hisn*, que Ibn Alfaradi, no século XIII, diz pertencer a Beja (GARCIA, 1986:25). A cerca do povoado defendia uma área de cerca de dois hectares sendo ainda visíveis alguns vestígios da muralha e algumas torres em taipa, muito provavelmente de época almóada. «*Das muralhas em taipa que outrora a rodearam, resta hoje, como vestígio mais importante, um torreão quadrangular situado sobre o edifício da Biblioteca Municipal. Depois de um recente restauro é com alguma dificuldade que se distinguem na sua face principal a pintura a cal que imitava grandes silhares e que é semelhante à que se identifica nos castelos de Alcácer do Sal ou de Salir*» (MACIAS, 1993:105).

No século XI, cerca de 1052, há a notícia da construção de um minarete, mandado erigir por *al-Mu'tadid*, conforme a lápide comemorativa existente junto ao Castelo, à qual acrescentamos a salúquia, torre ou parte fortificada de um povoado, que a tradição popular transformou em moura encantada. Tal como Serpa, Moura assumia um papel importante na via fundamental deste interior que ligava o porto mediterrâneo de Mértola a Évora e Badajoz/Mérida (PICARD, 2000, 175) e que as obras aí efectuadas no período de maior esplendor do reino de Sevilha, sob *al-Mu'tadid*, o evidenciam.

5.2. Serpa

Por seu lado, Serpa, dependente de Mértola, polariza o seu próprio território de planícies e de serra, rica em cereais, em vinho e em azeite. A fortificação parece ter-se estruturado do mesmo modo que sítios como Salir ou o Castro da Cola: a aparente inexistência de alcáçova anterior à reconquista aponta para formas de organização comunitária, dentro de uma estratégia de defesa assente no *incastellamento* no período inicial da presença islâmica na região, tal como pode ter ocorrido em Noudar.

Com uma área de pouco mais de dois hectares e, a cerca de 30 quilómetros de Beja, a mesma que dista de Moura, aproximadamente um dia de marcha, demonstra a sua importância enquanto entreposto viário regional, na via que ligava Beja a Aroche e Sevilha.

A antiga fortaleza é perfeitamente reconhecida na actual malha urbana: denominada por Castelo Velho, é delimitada pelo Palácio do Conde de Ficalho, a muralha Norte, a alcáçova, a Igreja de Santa Maria, antiga Mesquita, e a Torre do Relógio. A presença de uma Rua da Barbacã não deixa dúvidas do local onde terminava o povoado. Os vestígios de época islâmica são aqui pouco conhecidos. Há uma inscrição encontrada na Porta Nova, «*metida na ombreira direita da porta da muralha, ao lado do palácio dos herdeiros do Conde de Ficalho*», nos anos 40 do século XX, cuja localização pode apontar o local onde se situaria o *almocavar* (LOPES, 1998:63). Esta hipótese não nos parece contudo muito plausível porque, por um lado, a inscrição árabe, que está ilegível, pode tratar-se de um monumento comemorativo, já que pelas dimensões e tipologia não corresponde em nada a uma lápide funerária; por outro lado, porque na escavação arqueológica realizada por Heloísa Santos no largo fronteiro ao palácio, em Agosto de 2001, e em que nós colaborámos, foram encontradas estruturas habitacionais aos quais estavam associadas cerâmicas dos séculos XI/XIII, corda seca, verde e manganês e cerâmica esgrafitada, que evidenciam uma ocupação larga e intensa do sítio, até às portas da vila, não sendo previsível que a *maqbara* se localizasse no interior da malha urbana.

A aparente menor importância de Serpa, pelo menos tendo em conta os raros achados islâmicos, e apesar da sua localização junto à via terrestre que ligava Beja a Sevilha, deve-se, muito provavelmente, ao valor económico de um conjunto grande de sítios em torno da vila. Antigas *villae rusticae* romanas têm em época islâmica ainda uma importante ocupação, como são os casos da Cidade das Rosas, a Herdade de Belmeque e Fonte da Baina, que denunciam uma continuidade na estrutura de povoamento concentrado, de tradição romana, assente no aproveitamento agrícola dos terrenos fundos e férteis desta região.

5.3. Aroche

O sítio de Aroche, referenciado por al-Razi como um dos castelos de Beja, assumia um papel geoestratégico importante pela sua localização junto à via que ligava Beja a Sevilha, nos limites das duas *kuras*. O seu controle, permitia a fiscalização da rede viária que entre os Picos de Aroche e a Serra de Aracena, utilizava o vale do Chança para aceder ao interior deste território e aos reinos de Badajoz e Sevilha. Posto avançado do *limes* de Beja, evidencia-se pela necessidade do seu reforço militar dada a proximidade do *iqlim* de *al-Munastir*. A fortaleza, com grandes recintos amuralhados na retaguarda, teria apenas uma pequena área de cerca de 5000 metros quadrados, com muros em taipa e de planta rectangular alargada, ao qual estavam adossadas pelo exterior torres quadrangulares (PÉREZ MACIAS *et alli*, s/d:293).

6. O FIM DA PRESENÇA ISLÂMICA EM NOUDAR

O carácter rural da região de Noudar, efectivamente longe de grandes centros polarizadores como Beja, Sevilha, Silves ou Niebla, coloca a pequena alcaria numa área marginal aos centros urbanos e, aparentemente, fora do palco dos acontecimentos que marcam o século XII e a primeira metade do século XIII, que levam ao fim da presença islâmica no Gharb.

Se a segunda metade do século XI no Gharb foi marcado pela poderosa dinastia abáidida, que sucumbe ao poderio expansionista dos Almorávidas nos anos noventa, o século XII marca o avanço irreversível dos cristãos do Norte, que em meados do século estabelecem a fronteira do Gharb na linha do Tejo, com as conquistas de Lisboa e Santarém no ano de 1147. Enfraquecido o poder almorávida, renascem as segundas taifas lideradas por Abu-I-Qasim al-Husayn b. Qasi, um *muwallad* originário de Silves que em 1144 conquista Mértola. Entretanto, Ibn Wazir, domina Beja e alarga os seus poderes a Badajoz, enquanto al-Mundir depois de conquistar Silves submete Niebla e Huelva (MACIAS, 1992:427).

Mais uma vez, toda a região assiste a uma intensa actividade militar que em Noudar se pode perspectivar no aparecimento de alguns artefactos de cariz guerreiro datáveis da segunda metade do século XII, primeira metade do século XIII, que traduzem a situação instável e militarizada desse período na região e, ao mesmo tempo, do profundo envolvimento das comunidades autóctones (*muwallad* e moçárabes) «*para garantir tanto a sua liberdade política como a independência económica*» (MACIAS, 1992:429).

A entrada almóada na Península, em 1151, vem unificar a região e a sua presença é marcada por uma constante actividade militar que se traduz em «*reparações num número importante de fortalezas, bem como a realização de um número signifi-*

cativo de campanhas efectuadas pelos soberanos marroquinos e pelos seus generais» (MACIAS, 1992:428), até ao avanço irreversível das ordens religiosas, que se desenrola após a Batalha de Navas de Tolosa, e a derrota dos muçulmanos, que tem lugar em 1212.

Deste último período de ocupação islâmica na região, marcado por um importante esforço da tribo berbere no restauro e construção das muralhas dos sítios fortificados, como acontece por exemplo em Mértola (MACIAS, 1996:28) e em Juromenha (MACIAS e TORRES, 1998:120), poucas ou nenhuma notícias dão o registo arqueológico em Noudar. A construção dionisina adaptou ou destruiu parte do que seria a *burdj* ou a *sajra* islâmica na alcáçova, não sendo detectável nos trabalhos arqueológicos até agora realizados notícias de alterações à estrutura urbana e militar de Noudar, tal como a entendemos desde finais do século X, princípios do XI. Contudo, ao nível do espólio arqueológico, importa referir o aparecimento de dois conjuntos artefactuais com cronologias similares que demonstram alguma actividade militar no sítio.

Para além duma ponte da bainha de adaga, dos séculos XII/XIII, é de salientar o aparecimento de um importante conjunto de pontas de flecha desse período, do qual descrevemos um exemplar em 7.4 e 5, e tipologicamente semelhante ao tipo IV de Mértola, datado da 2ª metade do século XII/1ª metade do século XIII (RAFAEL, 1999:126).

Se no que se refere à estrutura militar islâmica dificilmente se poderão constatar mais vestígios, o mesmo já não se poderá dizer da alcaria de Noudar. Resta muito, quase tudo, para saber da tipologia urbana e dos momentos cronológicos de ocupação islâmica devido à quase nula extensão percentual da área escavada. E mesmo esta, aparece rodeada de algumas vicissitudes que não permitem inferir dados estratigráficos seguros.



Mapa da zona dos balneários

Na Zona dos Balneários, onde aparecem claramente vestígios de ocupação islâmica, a sequência estratigráfica parece definir duas ocupações distintas em período islâmico, sobre um nível da Idade do Ferro, se bem que a ausência de escavações não o permita comprovar. A exumação de materiais dos séculos X/XI, tanto dessa área como de achados descontextualizados noutras áreas de Noudar, permitem afirmar a importância da ocupação do sítio nesse contexto temporal. Cerâmicas «verde e manganês» são o artefacto fóssil mais importante, mas são as lápides funerárias o elemento evidente de um período de islamização, ao qual não deve ser indiferente o poderio almorávida na região.

São contudo os materiais dos séculos XII/XIII os que predominam e que se encontram bem representados na habitação islâmica destruída na Zona dos Balneários. O seu abandono rápido, deixou para trás um conjunto de materiais interessantíssimo, em que predominam as painéis de cozinha e as grandes talhas. Os monges militares do novo poder cristão emergente vão alterar definitivamente o rumo da milenar comunidade de Noudar.

7. DESCRIÇÃO DO ESPÓLIO

7.1. Inscrição funerária

Placa rectangular em xisto, fendida ao meio no sentido vertical, com os bordos partidos e as dimensões de 69 cm de altura, 37 cm de largura e 5 cm de espessura, encontrada em 1991, no exterior da Capela de Nossa Senhora do Desterro, durante os trabalhos de remoção de entulhos das estruturas habitacionais da última fase de ocupação da vila de Noudar. «O campo epigráfico ocupa os dois terços superiores, preenchido com seis linhas irregulares em cúfico simples inciso. O epitáfio segue o

esquema mais simples das inscrições funerárias na Península Ibérica e igualmente o mais vulgar, sobretudo em todo o meio rural: basmala, o nome do defunto introduzido por tuwuffiya, uma expressão depreciativa e a data do falecimento. A data da Hégira corresponde no calendário cristão à noite de 24 para 25 de setembro de 1080». Tradução: Basmala. Morreu Khalaf b. Qâsim – que Deus tenha compaixão dele e faça brilhar o seu rosto – na vigília de sexta-feira sete dias passados de Rabi II do ano de quatro[centos] e setenta e três. (BORGES, 1993:215/216).

7.2. Fragmento de inscrição funerária

Descoberto em 1984, durante a limpeza da zona habitacional, próximo à Capela de Nossa Senhora do Desterro, «é apenas um fragmento da parte superior de uma lápide [em xisto]. O campo epigráfico apresenta apenas parte das quatro primeiras linhas em cúfico simples inciso. As falhas do xisto na 3ª e 4ª linhas não permitem a continuação da leitura». Tradução: Basmala, tasliya/ [...] Ibn Mûsâ Ibn [...]» (BORGES, 1993:216). Dimensões: 25 cm de altura, 21,5 cm de largura, 2 cm de espessura. Cronologia: Século XI, dadas as similitudes com a tipologia da escrita da lápide de Khalaf b. Qâsim (BORGES, 1993:216), e confirmada nas lápides com epitáfio a Muhammad Khalifa de 484 H./1081 e de um desconhecido de 486 H./1093, encontradas, respectivamente, em Messejana (BORGES e SIDARUS, 1998:239) e no Castelo de Nossa Senhora da Cola (BORGES, 1998:240).

7.3. Ponteira de bainha de adaga

Encontrada em 1991, durante a abertura de uma vala no exterior do Castelo de Noudar, esta ponteira em bronze protegeria a bainha de couro da ponta metálica



aguçada da adaga. Decorada com dois arcos em ferradura geminados, em cada uma das paredes da ponteira, e por uma sucessão de triângulos no seu limite superior, apresenta ainda uma série de finas incisões e denticulados que serviriam de encaixe às linhas de cosedura do couro. Dimensões: 6,6 cm de altura; 4,5 cm de largura; 1,2 cm de espessura. Cronologia: Séculos XII/XIII d.C..



7.4. Ponta de flecha

Ponta de flecha de cabeça piramidal e secção quadrangular. De estrutura tubular cónica com abertura longitudinal para encaixe de haste de madeira, é tipologicamente integrável nas pontas tipo IV de Mértola (RAFAEL, 1999:126).

Dimensões: 3,9 cm de comprimento e 0,6 cm de espessura máxima.

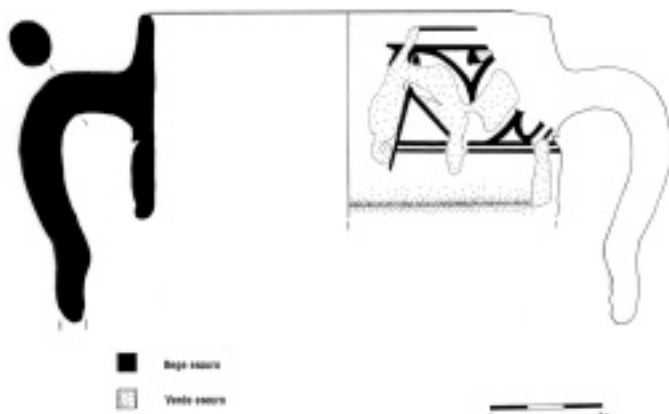
Cronologia: 2ª metade do século XII à 1ª metade do século XIII.

7.5. Ponta de flecha

Ponta de flecha de cabeça piramidal e secção triangular. De estrutura tubular cónica com abertura longitudinal para encaixe de haste de madeira, é tipologicamente integrável nas pontas tipo IV, de Mértola (RAFAEL, 1999:126).

Dimensões: 7,7 cm de comprimento e 0,7 cm de espessura máxima.

Cronologia: 2ª metade do século XII à 1ª metade do século XIII.



7.6. Jarra

Fragmento de jarra. Bordo boleado; colo troncocónico; asas verticais de secção redonda. Decoração de corda seca parcial; cartela moldurada com traços duplos e semi círculos tangentes com pingos de vidro verde, no colo. Pasta calcária, muito compacta, com e.n.p. muito finos.

Dimensões: 8,2 cm de altura; 11,1 cm de diâmetro; 0,5 cm de espessura das paredes.

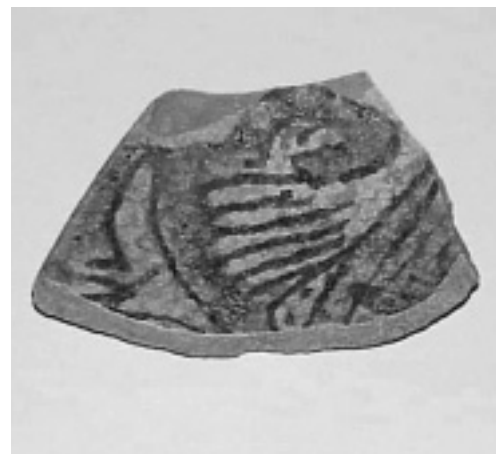
Cronologia: Século XII.

7.7. Tigela

Fragmento de tigela. Bordo boleado com lábio ligeiramente inclinado para o exterior e perfil curvo. Pasta rosada de textura compacta, coberta no interior com um engobe branco sobre o qual foram pintados motivos decorativos com óxido de manganês e de cobre; toda a peça foi recoberta de vidro plúmbeo transparente. Decoração tipo «verde e manganês»; sobre fundo de engobe branco destacam-se linhas escuras que compartimentam áreas cobertas de verde com elementos vegetalistas sugestionando pássaros.

Proveniência: N/91 – C.G. – Comp. 8

Cronologia: Século X (Torres, 1987:77).



7.8. Panela

Panela de bordo triangular com moldura exterior; duas asas verticais de secção em fita; caneluras no bojo; fundo ligeiramente convexo. Pasta alaranjada com vestígios de fogo.

Dimensões: 11,1 cm de diâmetro da boca; 21,6 cm de altura; 24 cm de largura; 12,7 cm de diâmetro da base.

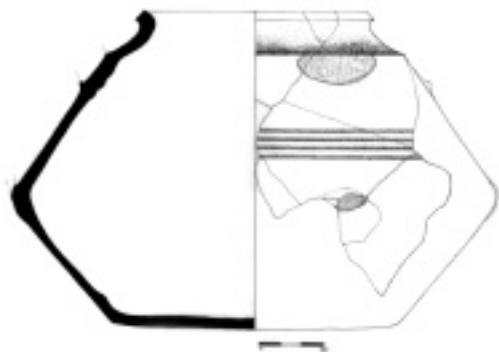
Proveniência: N/91 – Zona dos Balneários (Contx.104)

Cronologia: Século XII/XIII.



7.9. Panela

Panela de bordo recto envasado com moldura exterior no colo; asa vertical de secção



em fita; base alastrada ligeiramente convexa. Pasta vermelha acastanhada, de textura compacta, com muitos e.n.p..

Dimensões: 10,5 cm de diâmetro da boca; 14,2 cm de altura; 22,2 cm de largura; 13 cm de diâmetro da base.

Proveniência: N/91 – Zona dos Balneários (Contx. 104)

Cronologia: Século XII.

7.10. Talha

Talha de forma globular sem asas; colo troncocónico, de altura média; bordo recto, envasado para o exterior. Base plana, ligeiramente côncava. Pasta vermelha acastanhada, compacta.

Dimensões: 66 cm de altura, 34 cm de diâmetro da boca, 53cm de largura máxima; 2 cm de espessura das paredes.

Proveniência: Zona dos Balneários.

Cronologia: Século XIII



7.11. Talha

Fragmento de bojo de talha. Decoração com arcos polilobulados cortados na cerâmica; estampilhados de círculos com elemento fitomórfico de seis pontas. Pasta vermelha escura, compacta, com muitos e.n.p. de grão fino e médio.

Dimensões: 15,2 cm de largura; 11,5 cm de altura; 2,6 cm de espessura máxima.

Proveniência: Castelo de Noudar. Recolha de superfície.

Cronologia: Século XII/XIII.



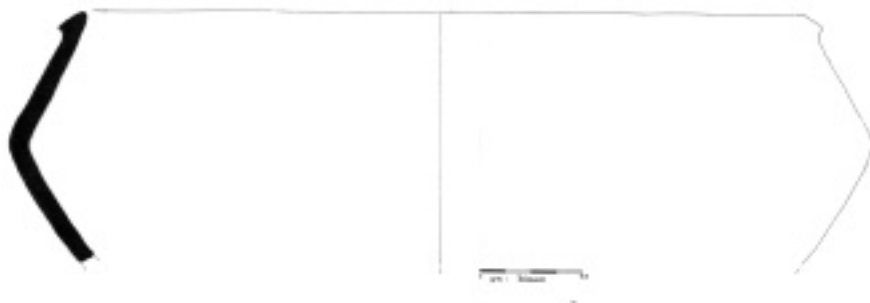
7.12. Caçoila

Fragmento de caçoila; bordo triangular envasado para o exterior, bojo em carena. Pasta negra no interior, compacta com muitos e.n.p. de grão fino/médio e engobe vermelho, brunido.

Dimensões: 7,6 cm de altura; 21 cm de diâmetro da boca; 25,8 cm de largura máxima.

Proveniência: N/91 – Zona dos Balneários.

Cronologia: Século XII/XIII



7.13. Cantil

Cantil de corpo convexo e colo circular; asas verticais de secção ovalóide; pasta alaranjada, compacta com muitos e.n.p. de grão fino; decoração com espiral incisa no bojo e brunido.

Dimensões: 20 cm de altura; 18,2cm de largura; 2,5cm de diâmetro do colo do bordo; 8 cm de largura do bojo.

Proveniência: Zona dos Balneários.

Cronologia: Século XIII.

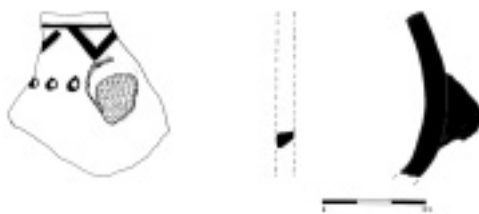


7.14. Pote

Fragmento de pote; bordo recto boleado; asa vertical de secção redonda. Pasta vermelha acastanhada, compacta, com muitos e.n.p. de grão fino. Decoração incisa horizontal de onde arrancam denticulados triangulares junto ao bordo e pequenos círculos puncionados junto à asa.

Proveniência: Zona dos Balneários.

Cronologia: Século XI.

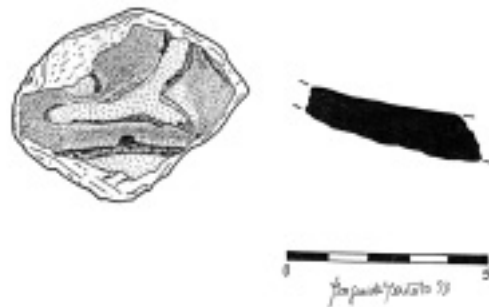


7.15. Tigela (?)

Fragmento de tigela (?) com decoração tipo «corda seca». Pasta rosadas com e.n.p. de grão fino. Decoração com elementos vegetalis-tas definidos com linhas de manganês e vidro branco e verde intercalados.

Proveniência: N/91 – C.G., n.1a.

Cronologia: Século XI.



BIBLIOGRAFIA:

- ALARCÃO, Jorge (1990), «O domínio romano», Nova História de Portugal, (Dir. de MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel), I, Lisboa, Editorial Presença, pp. 343-489.
- BOISSELIER, Stéphane (1999), Naissance d'une Identité Portugaise – La vie rurale entre Tage et Guadiana de L'Islam à la Reconquête (Xe – XIVe Siècles), Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BOONE, James L. (1993), «The Third season of escava-cions at Alcaria Longa», Arqueologia Medieval, 2, Porto, Afrontamento/Campo Arqueológico de Mértola, pp. 111-125.
- BORGES, Artur Goulart de Melo (1993), «Inscrições Árabes de Noudar», Arqueologia Medieval, 2, Porto, Afrontamento/Campo Arqueológico de Mértola, pp. 215-217.
- BORGES, Artur Goulart de Melo (1998), «Lápide funerária», Portugal Islâmico – Os últimos sinais do Medi-terrâneo, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 240.
- BORGES, Artur Goulart de Melo e SIDARUS, Adel (1998), «Lápide funerária de Muhammad Khalifa», Portugal Islâmico – Os últimos sinais do Mediterrâneo, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 239.

- C. A. B. (1991), Carta Arqueológica do Concelho de Barrancos, trabalho policopiado, da Câmara Municipal de Barrancos.
- CASQUETE DE PRADO, Nuria (1993), Los Castillos de la sierra norte de Sevilla en la baja edad media, Sevilla, Ex.ma Diputación de Sevilla.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.) (1954), Crónica Geral de Espanha de 1344, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- COELHO, Adelino de Matos (1986), O Castelo de Noudar - Fortaleza Medieval, Lisboa, Câmara Municipal de Barrancos.
- COSTA, Padre António Carvalho da (1708/1710), «Da villa de Noudar», Corographia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal», Tomo II, Tratado VIII, Cap. XVII, pp. 628-629.
- DOMINGUES, Garcia (1988), «Beja na época árabe», Arquivo de Beja, volume II, 2ª série, Beja, Câmara Municipal de Beja, pp. 21-31.
- FRANCO, Norberto (2000), O Porquê de Barrancos, Amareleja, edição de autor.
- GARCIA, João Carlos (1986), O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- JIMÉNEZ ESTEBAN, Jorge (1994), El castillo medieval español y su evolución, Madrid, Aguilar Editores.
- LIMA, Baptista de (1932), «Memória sobre os Forais – Noudar», Terras Portuguesas, Vol. I, Póvoa do Varzim, Tip. Camões Editora, pp. 382-384.
- LIMA, J. Fragoso de (1963), «Nuevas piedras visigóticas en Portugal», Analecta sacra Tarraconensis, Vol. XXXV, Barcelona, Balmesiana, pp. 1-21.
- LOPES, M. Conceição, CARVALHO, Pedro C., GOMES, Sofia M. (1997), Arqueologia do Concelho de Serpa, Serpa, Câmara Municipal de Serpa.
- MACIAS, Santiago (1990), «Fragmentos arquitectónicos tardo-romanos do Museu Municipal de Moura», Moura na Época Romana, Moura, Câmara Municipal de Moura, pp. 85-91.
- MACIAS, Santiago (1992), «O Garb-al-Andaluz: Resenha dos factos políticos», História de Portugal, dir. José Mattoso, Vol. I, Lisboa, Círculo dos Leitores, pp. 417-437.
- MACIAS, Santiago e TORRES Cláudio (1998), O legado islâmico em Portugal, Lisboa, Fundação Círculo dos Leitores.
- PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio (2001), «Los distritos islámicos en la Sierra de Huelva», Actas de las I Jornadas de Cultura Islámica, Almonaster la Real, Ayuntamiento de Almonaster la Real, pp. 49-63.
- PÉREZ MACÍAS, Juan Aurélio, CAMPOS CARRASCO, Juan Manuel e GÓMEZ TOSCANO, Francisco (s/d), «Aproximación arqueológica al Castillo de Aracena y a las fortalezas de la Banda Gallega», Huelva en la Edad Media, Huelva, Universidad de Huelva, pp. 281-303.
- PICARD, Christophe (2000), Le Portugal musulman (VIII-XIII siècle), Paris, Maisonneuve et Larose.
- PICARD, Christophe (1998), «A islamização do Gharb al-Ándalus», Portugal Islâmico – Os últimos sinais do Mediterrâneo, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 25-34.
- RAFAEL, Lúcia (1999), «Estudo do armamento islâmico procedente da escavação na encosta do Castelo e na Alcáçova de Mértola», Arqueologia Medieval, 6, (Outubro), Porto, Afrontamento/Campo Arqueológico de Mértola, pp. 123-132.
- SILVEIRA, Joaquim da (1937), «Toponímia Portuguesa – Noudar», Revista Lusitana, 35 (1-4), Lisboa, Clássica Editora.
- SOARES, António Monge, ARAÚJO, M. Fátima, CABRAL, J. M. Peixoto (1985), «O Castelo Velho de Safara: Vestígios da Prática da Metalurgia», Arqueologia, 11, Porto, GEAP, pp. 87-94.
- TORRES, Cláudio (1992), «Povoamento antigo no Baixo Alentejo», Arqueologia Medieval, 1, (Fevereiro), Porto, Afrontamento/Campo Arqueológico de Mértola, pp. 189-202.
- VALOR PIECHOTTA, Magdalena (1998), «Las fortificaciones de la Banda Gallega: Algunos ejemplos de las provincias de Huelva y Badajoz y del Alentejo portugués», La Fortaleza Medieval: Realidad y Símbolo, Alicante, Sociedad Española de Estudios Medievales, pp. 91-108.

SONDAGENS PREVENTIVAS

«CASTELO DO OUTEIRO OU DE CARRILHAS»

SUSANA CARVALHO

«Acção preventiva realizada no âmbito da minimização de impactos, devido a futuro empreendimento privado, em meio rural».

1. ESBOÇO HISTÓRICO

Localizada a vinte e dois quilómetros da sede do concelho, esta freguesia encontra-se situada na margem direita da ribeira com o mesmo nome, afluente da ribeira de Canha. Lavre chegou a ser no passado a maior povoação destas redondezas.

O primeiro documento escrito que refere Lavre data de 1220 e está assinado pelo Rei D. Afonso II. Nessa carta, o monarca concede uma doação de uma herdade sua em Lavre, ao seu falcoeiro Mendo Gomes, funcionário da Corte, e seus descendentes. «Lavár» era então o nome desta Vila. Seria, no entanto D. Dinis quem procederia ao povoamento da freguesia por volta de 1300. Em 1304 iria conceder foral à povoação, a que se seguiu um outro, logo no ano seguinte. Desaparecidos os textos originais, ou mesmo qualquer cópia, dos dois primeiros, resta o texto do terceiro foral, concedido por D. Manuel I em 13 de Janeiro de 1520. O concelho de Lavre foi assim formado nesta data, tinha Misericórdia e Câmara, com juiz ordinário e vereadores. Acabaria, mais tarde por ser extinto no século XIX, porque a sua importância no contexto nacional nunca foi muito grande. A freguesia é integrada a partir daqui, no Concelho de Montemor-o-Novo.

Pensa-se que a região de Lavre deverá ter conhecido ocupação humana desde os tempos mais remotos. Vários vestígios arqueológicos na zona abrangendo diver-

sos períodos possibilitam-nos esta afirmação. Artefactos líticos encontrados no leito e margens da Ribeira de Lavre devem remontar ao Paleolítico Inferior, embora ainda sejam escassos os estudos científicos sobre estes vestígios.

Há notícia da presença de vestígios romanos na margem esquerda da Ribeira de Lavre, que a confirmarem-se poderão indiciar que ali existiu uma *villa* romana. Por outro lado a informação da população conta-nos *estórias* sobre uma antiga povoação muçulmana de topónimo «Lavar» ou «Lavay».

Nós próprios, durante várias prospecções de superfície levadas a cabo na área da Ribeira de Lavre, recolhemos uma grande quantidade de fósseis de moluscos cuja datação, segundo Miguel Telles Antunes, poderá remontar ao período Miocénico¹ (13 a 10 milhões de anos), o que vem corroborar a ideia de que neste local existe um potencial arqueológico de grande qualidade e variedade formal e cronológica.

O topónimo «Lavar» é conhecido, desde

pelo menos 1186, quando é referida a expressão «foz de Lavar»² para designar os limites territoriais da doação do Castelo de Palmela à Ordem de Santiago.

São vários os documentos do século XIII onde surge o termo «Lavar». Em 1217 a Herdade do Bispo D. Soeiro encontrava-se delimitada pelas «cimalias de Lavar». Em 1220 o falcoeiro real Mendo Gomes recebe de D. Monso II uma herdade em «Lavar». Para além destas referências acrescenta-se que a Ordem de Avis comprou uma herdade em «Lavar» ao prior da Igreja de S. Pedro de Coruche.

A primeira referência a uma fortificação em «Lavar» deverá ser aquela que surge numa carta doando a herdade da Ordem de Avis ao Rei D. Dinis. Nesta carta diz-se que a herdade está localizada a par da «Torre de Lavar». Esta Torre existiria ainda no princípio do século XVIII e o terramoto de 1755 deverá ter tido efeitos devastadores nesta construção.

O foral de D. Dinis de 1304 cria o Concelho de Lavre a partir de terras pertencentes ao termo de Montemor. Em 1430 D. João I doa o Castelo de «Lavar» (que se encontrava na posse da Coroa) ao alemão Lamberto de Horques, que passa a ser o alcaide-mor desta fortificação, possuindo terras tão vastas que ultrapassavam o próprio Concelho de Lavre. No entanto, em 1437 o seu filho, João Lamberto, renuncia ao Senhorio de Lavre. Algumas décadas mais tarde (1483), o Senhorio de Lavre passa para a posse de Fernão Martins de Mascarenhas por ordem de D. João II. Esta família nobre manter-se-á ligada a Lavre até 1759, data em que esta vila regressa à Coroa, quando D. José de Mascarenhas é acusado de atentado ao Rei, no famoso processo dos Távoras.

Os séculos XVI e XVII deverão ter sido de expansão para Lavre iniciando-se a sua decadência no século XVIII. A preocupação demonstrada em alguns documentos históri-

cos que inventariavam o património móvel das duas paróquias do Concelho (Matriz e S. Lourenço) poderão comprovar o crescimento de Lavre.

A ponte construída sobre a Ribeira de Lavre (que a população atribui a obra romana) deverá remontar ao século XVI, mostrando que as trocas comerciais nesta zona se intensificavam, justificando novas estruturas viárias.

Foram várias as edificações novas em Lavre durante os dois séculos que se seguiram: algumas ermidas, a Igreja e Hospital da Misericórdia e os Paços do Concelho, sendo que, em princípios do século XVIII a Torre do Relógio seria a estrutura mais imponente da Vila.

O terramoto de 1755 foi devastador em Lavre. Grande parte dos edifícios foram danificados como comprova a Memória Paroquial de 1758. A catástrofe terá afecta-

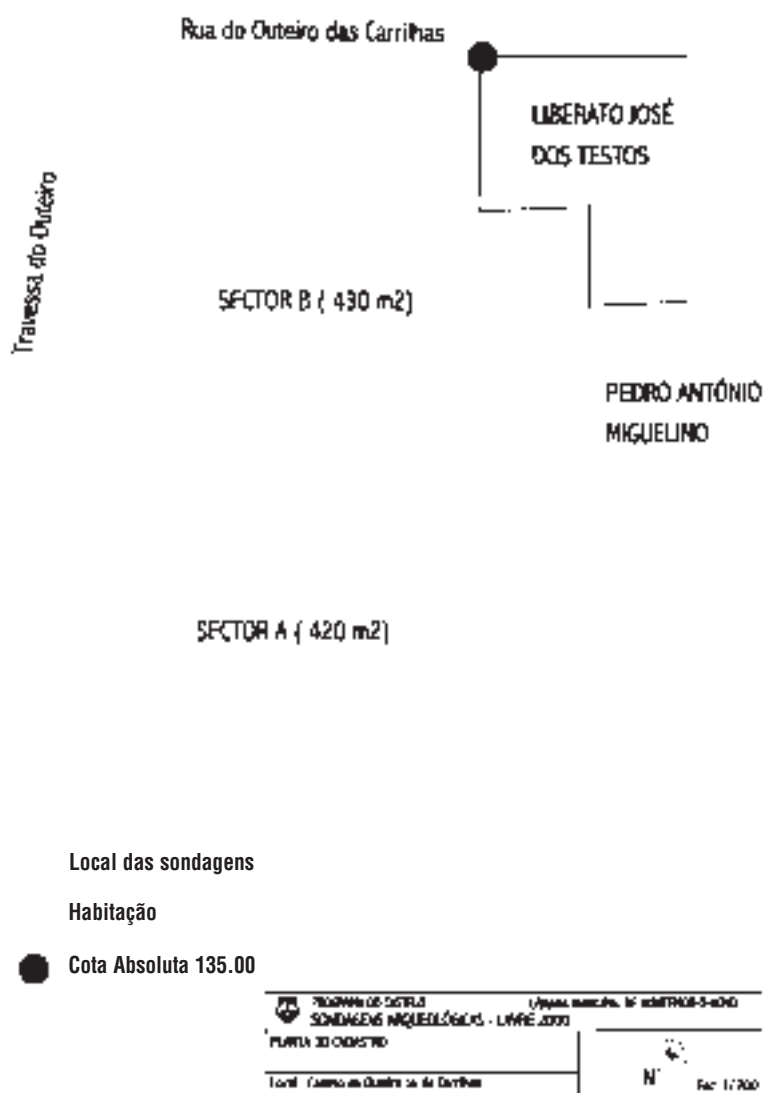


Figura 1

do as vias de comunicação, isolando a população, sendo determinante para a recessão demográfica que se sentiria em Lavre a partir dessa data.

O Concelho subsistia essencialmente de pequenas rendas, impostos e licenças que eram manifestamente insuficientes em termos económicos.

A produção agrícola em Lavre nunca foi abundante, as terras não eram propícias para a agricultura, estando reduzidas a olivais e vinhas na sua maior parte. Assim, apesar da área concelhia de Lavre ser considerada extensa para a época (mais ou menos 280 km²) não era suficiente para suprir as necessidades da população. Se juntarmos a estes factores o problema constituído pelo abastecimento de cereais (atestado por algumas medidas concelhias que tentaram conter a saída de cereais para fora do Concelho), então é relativamente fácil concluirmos que estavam reunidas as condições que iriam levar à extinção do Concelho de Lavre. Assim, em 1836, Lavre é integrada no Concelho de Montemor-o-Novo, sendo inserida na nova divisão administrativa levada a cabo por Passos Manuel.

OBJECTIVOS

O objectivo desta acção arqueológica preventiva, era o de avaliarmos o potencial arqueológico do local, conhecido como «Castelo do Outeiro ou de Carrilhas» em Lavre (freguesia do Concelho de Montemor-o-Novo). A insistência do proprietário em vender o terreno para construção e os antecedentes do local que apontavam para a existência de vestígios arqueológicos levaram-nos a fazer o pedido de autorização, para que pudéssemos evitar futuros problemas e destruições de património com uma eventual construção (*Foto 1 e Fig. 1 – «Planta do Cadastro»*). Sublinhe-



Foto 1

-se que esta pequena intervenção, por administração e suporte financeiro directo municipal, pretendeu ser um exemplo para o futuro, no que diz respeito à sensibilização da população para a salvaguarda do património, quaisquer que fossem os resultados obtidos com este trabalho.

METODOLOGIA

Foi no âmbito de uma acção arqueológica preventiva, que foi desenvolvido o método a utilizar nesta investigação. A intenção era a de avaliar, no menor espaço de tempo possível o potencial arqueológico do local, dada a insistência do proprietário em vender o terreno para construção e a consequente pressão temporal exercida sobre o trabalho.

Colocadas estas condicionantes, anote-se que a realização de uma escavação não sistemática, preventiva ou de emergência, apenas poderia fornecer dados pontuais sobre a ocupação humana no local e a sucessão de estratos arqueológicos (quando existem), mas sem permitir um entendimento geral da zona a estudar.

Assim, inicialmente foram realizadas 3 a 4 sondagens. No entanto, à medida que o trabalho foi avançando verificou-se que este número seria manifestamente insuficiente para chegar a uma conclusão sobre o local. No final foram abertas 11 sondagens (*Fig. 2 – planta de marcação das sondagens*), numeradas por ordem de escavação.

O método consistiu na quadriculagem da área (sector B do terreno) – rede de linhas paralelas e perpendiculares marcadas a 4m de distância entre elas (*Fig. 3 – planta geral de implantação das quadrículas*), através do sistema de coordenadas cartesianas relativas (X / Y / Z), em que a cota Z é equivalente à altitude absoluta do local. O sistema de coordenadas

relativas deveria ser depois ligado à rede nacional de coordenadas absolutas. Os pontos de medição do local foram materializados, em alternativa ao uso de tubos P.V.C., por estacas metálicas. As sondagens realizaram-se com uma dimensão de 2m x 1m, e foram dispersas por várias quadrículas, de modo não aleatório.

O processo de desmontagem de terras foi efectuado, segundo a estratificação natural, onde os planos foram sendo fotografados, e registados em desenho, cotando depois todos os planos obtidos.

Ao longo de todo o trabalho de campo, foi sendo recolhido algum material cerâmico, lítico e osteológico, a título de amostra, não podendo na sua maioria servir como base cronológica, já que provém em muitos casos de terras revolvidas. Este material foi lavado manualmente e marcado com a sigla LAV 2000, seguida pelo número da unidade de recolha respectiva. Estes materiais ficam, por enquanto, depositados na sala de Arqueologia existente no Convento da Saudação, onde estão conservados outros materiais provenientes de escavações anteriores no Castelo de Montemor-o-Novo.

ANÁLISE SUCINTA DOS RESULTADOS DA ESCAVAÇÃO PREVENTIVA

Se estas escavações vieram por um lado, colocar à vista algumas estruturas que, em nossa opinião, faziam com certeza parte de uma antiga estrutura fortificada medieval, por outro lado revelaram-nos que o local perdeu quase toda a sua consistência histórica, bem como o potencial arqueológico da zona se revelou extremamente escasso, devido a vários factores. Pensa-se, dada a localização de alguns muros (colocados à vista durante estes trabalhos), que a «fortificação» se estenderia por uma área actualmente ocupada por

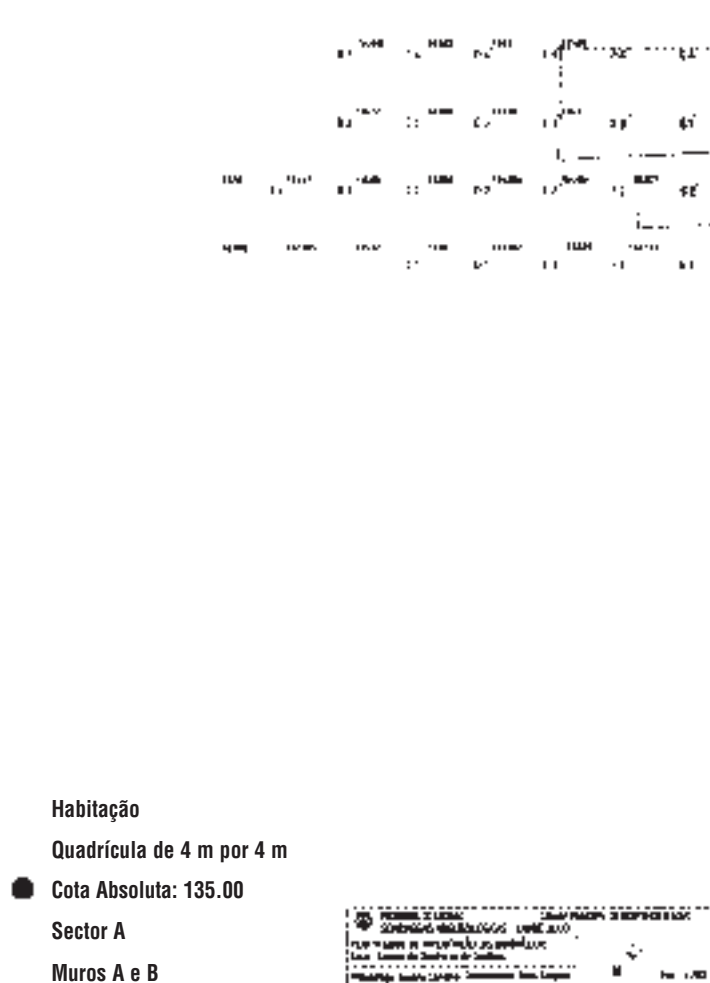


Figura 2

uma habitação e que para a construção desta (como para muitas outras em Lavre) foram sendo retiradas pedras, até não restar praticamente nada da antiga construção. Por outro lado, o terreno em questão onde foram efectuadas as sondagens, foi durante bastante tempo de uso público, para os mais diversos fins: desde o cultivo, até à criação de animais com a construção de barracas para os mesmos, passando por lixeira, o que em termos estratigráficos nos dificultou bastante a identificação, quer de materiais quer de níveis estratigráficos (consequentemente a grande dificuldade em estabelecer cronologias fiáveis) em muitas das sondagens efectuadas.

Não se deixou por isto de pensar, que no local denominado por *Castelo do Outeiro ou de Carrilhas* terá existido algum tipo de fortificação militar, fosse ele um pequeno castelo, uma cerca muralhada ou uma torre de atalaia que poderia fazer parte de um complexo de torres de vigilância interligadas ao castelo de Montemor-o-Novo, já que do local se avista este castelo a olho nu e até o castelo de Arraiolos, quando o tempo o permite. No entanto o trabalho não era o de supor teorias e

ANÁLISE EXTENSIVA DOS RESULTADOS DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS PREVENTIVOS

1. Localização

O local designado por «Castelo do Outeiro ou de Carrilhas», situa-se no distrito de Évora, concelho de Montemor-o-Novo e freguesia de Lavre. Vem assinalado na C. M. P. 1/ 25000, folha 421, com as seguintes coordenadas:

Long. W (Greenwich) – 8° 21' 12''

Lat. N – 38° 45' 22'' (Fig. 4 – planta de localização da estação arqueológica na folha 421 da carta militar de Portugal)

Dista cerca de 22 km a norte da sede de concelho e localiza-se na sede de freguesia.

Nas proximidades situa-se património de relevância: A Ermida de S. Miguel a oeste do local onde se realizaram os trabalhos arqueológicos, de época incerta, possivelmente do século XVII, está integrada no interior do tecido urbano e muito próxima do local das escavações.

Também a Ermida de S. Sebastião localizada somente a 200 m a Este do «Castelo do Outeiro ou de Carrilhas» é outro ponto patrimonial de importante referência.

Ainda a «Ponte de Pedrogão», da qual restam as suas ruínas, situa-se na Ribeira de Lavre a cerca de 2,5 km da Vila de Lavre, na Herdade do Moinho da Ponte; esta ponte que durante muito tempo foi referenciada como um vestígio da arquitectura romana, é na verdade, um exemplar do século XVI, da época de D. João III. Ponte de serventia da primitiva estrada real, das quadrilhas, que ligava Évora aos portos do Sorraia e do Tejo por Benavente. Abandonada pelo serviço rodoviário, foi sofrendo roubos na sua estrutura de blocos de pedra que a constituíam. Trata-se do único exemplar deste tipo no concelho, o que uma vez mais vem comprovar a importância histórica e patrimonial da Vila de Lavre.

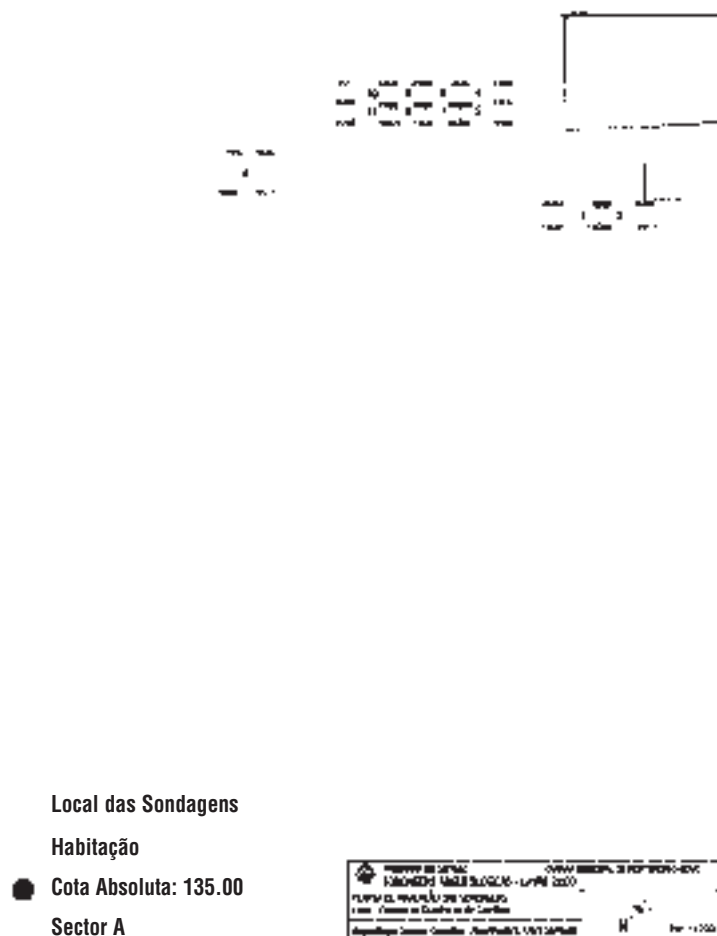


Figura 3

os factos concretos que poderiam sustentar esta hipótese não apareceram, dificultando a sustentação de quaisquer teorias. A única coisa que de facto se localizou e colocou a descoberto depois de uma limpeza das estruturas, foram uma série de muros em grande parte arruinados, mas que permitem afirmar que ali existiu uma determinada estrutura hoje totalmente destruída. Talvez uma escavação sistemática pudesse fornecer informação complementar quanto ao potencial arqueológico deste sítio, no entanto pensa-se que perante os poucos resultados obtidos com tão significativo número de sondagens, a escavação sistemática não deveria vir alterar o parecer dado.

As sondagens efectuadas, por um lado, não foram escavadas até níveis muito profundos porque a natureza muito argilosa do terreno dificultou enormemente os trabalhos; por outro lado não foram todas escavadas até ao mesmo nível, dado que em algumas, e perante a esterilidade arqueológica do terreno, não se justificava, enquanto para outras escasseou o tempo, pois não era possível continuar os trabalhos por tempo indefinido.

1.2. Descrição geomorfológica

Situado quase no extremo norte do Alentejo Central, o «Castelo do Outeiro» implanta-se no cimo de uma elevação de rocha calcária, que faz parte do complexo argilo-gresoso de Bombel. Trata-se de um complexo Miocénico superior sobreposto ao Miocénico marinho de Lavre. Na maioria dos casos constituído por um conjunto de grés argilosos, às vezes com seixos, de argilas e de margas às vezes com concreções calcárias. Na sua parte superior apresenta alguns níveis de arenitos que podem pertencer já ao Pliocénico.

Esta elevação atinge os 135 m de altura, sendo uma das cotas mais altas dentro do perímetro urbano da Vila.

A cobertura vegetal de Lavre caracteriza-se pela predominância de sobreiros, azinheiras e pinheiros, a que nos últimos anos foram acrescentadas importantes manchas de eucaliptos. O relevo é marcado por pequenas elevações, na sua maioria não ultrapassando os 190 m, sendo o ponto mais alto a Serra do Godeal com 222 m).

A população local dedica-se essencialmente à agricultura, comércio e serviços trabalhando muitas pessoas fora da freguesia, na indústria corticeira (Vendas Novas) e na construção civil.

2. LEITURA ESTRATIGRÁFICA

Sondagens 1 e 3 – Sector B – Quadrícula F2

Estas sondagens de 2mx1m, realizaram-se a noroeste da estrutura denominada como Muro A (Foto 2), e estão separadas deste por uma banquette de cerca de 25 cm. Uma vez que ambas as sondagens revelaram estratigrafia totalmente idêntica, optou-se pela sua des-

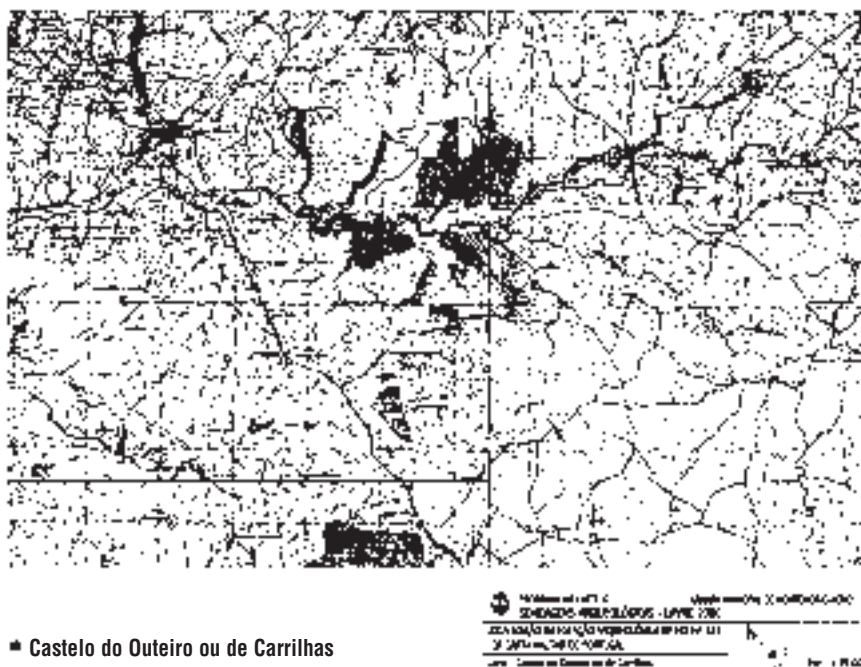


Figura 4

crição simultânea. No geral, o solo aqui revelou-se arqueologicamente estéril. As sondagens chegaram a uma profundidade de 1,56 m relativamente à camada de superfície (ver Fig. 5 – perfil estratigráfico A – C, com vista do muro A).

Nível 0 (camada de superfície): Cotas – X: 132.975; Y: 133.048; Z: 135.00



Foto 2

Apresenta camada de terra pouco compacta, de coloração castanha escura com entulhos e uma espessura média de 52 cm. Na sondagem 1 a este nível, foram recolhidos alguns materiais a título de amostra. Material cerâmico (*ver Fig. 6 desenho de vaso cerâmico de uso doméstico*), alguns carvões, fragmentos de tijolo, material lítico, fragmentos de madeira. Deste material, é apresentado em desenho um fragmento do fundo de um vaso (quase inteiro) de uso doméstico que se registou como C01 a uma cota de 132.855 (acerca de 40 cm da superfície, para o qual não se irão atribuir cronologias sem o recurso a uma datação calibrada; no entanto é cerâmica comum de pasta fina, com coloração avermelhada e vidrada internamente, que poderá remontar a uma cronologia pós-Idade Média. Na sondagem 3, encontrámos materiais idênticos aos encontrados na sondagem 1, de salientar um fragmento de cerâmica com decoração incisa (*ver Fig. 7 – desenho do fragmento cerâmico*), o qual está registado e marcado como C06, encontrado a uma cota de 133.91, ou seja a cerca de 18 cm da superfície

Nível 1 – Cotas – X: 132.975, Y: 133.048, Z: 135.00

Apresenta terra castanha com maior grau de compactação, menos revolvida e com uma espessura média de 32 cm. Neste nível, começa a escassear qualquer tipo de material arqueológico, nada existe a referenciar à excepção de uma concha marinha, registada em desenho como W 01 e recolhida a uma cota de 133.055, ou seja a cerca de 22 cm relativamente à superfície do nível 1. A este nível a terra começa a revelar uma estratigrafia sem qualquer tipo de vestígio

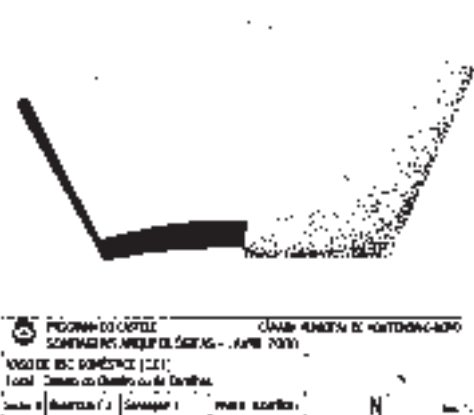


Figura 6



Figura 7

Nível 2 – Cotas: X: 132.735, Y: 132.808, Z: 135.00

Apresenta terra argilosa com hematite (feruginosa, cor laranja avermelhada). Nível de terra muito compacta, de muito difícil manuseio. Este nível tem espessura média de 26 cm. Arqueologicamente estéril. É notório que a este nível o solo se mantém virgem, não há qualquer elemento à excepção da leitura estratigráfica.

Nível 3 – Cotas: X: 132.455, Y: 132.728, Z: 135.00

Apresenta argila pura de cor acinzentada. A partir daqui os trabalhos tornam-se quase impossíveis dado o grau de compactação desta argila (a chuva tornou-a lama colante e quando secou tornou-se autêntica rocha).

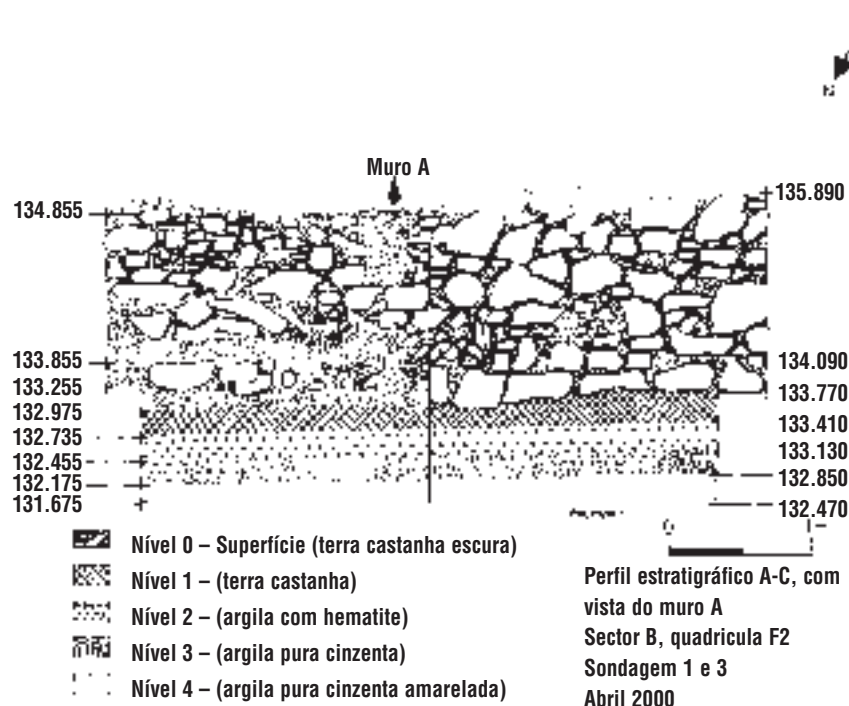


Figura 5

Nível com uma espessura média de 28 cm. Arqueologicamente estéril. Exceptuando a mudança do tipo de solo que permitiu o reconhecimento dos níveis estratigráficos, nada mais há a registar

Nível 4 – Cotas: X: 132.175, Y: 131.808, Z: 135.00

Apresenta argila pura de cor cinzenta-amarelada (foto 3). Dada a dificuldade em trabalhar a este nível (refira-se que nestes trabalhos não foi usada nenhuma máquina, pois o terreno impossibilitava totalmente o acesso), estas sondagens foram dadas por terminadas a este nível. Continuação de solo arqueologicamente estéril.

Sondagem 2 – Sector B – Quadricula A1

Esta sondagem, com uma dimensão de 2x1m, localiza-se a Este da estrutura denomi-



Foto 3

nada como muro B e a Oeste do Muro C. Após a descoberta e limpeza do Muro C, pareceu necessária uma sondagem que simultaneamente permitisse detectar a presença de espólio associado a esta estrutura e/ou a existência de outra estrutura em direcção ao Muro A/ B, o que poderia esclarecer relativamente à complexidade e natureza de todas as estruturas de muros que foram aparecendo no decorrer dos nossos trabalhos preventivos e que aparentemente pareciam ter uma relação comum. Neste local, desceu-se até 72 cm da camada de superfície e diferenciados três níveis estratigráficos.

Nível 0 (camada de superfície) – Cotas – X:132.93, Y:133.47, Z: 135.00

O solo apresenta uma coloração castanha escura, muito baixo grau de compactação, no qual foram recolhidos e numerados vários fragmentos de cerâmica, alguns fragmentos de tijolo e pequenas pedras soltas. Este estrato tem uma espessura média de 15 cm.

Nível 1 – Cotas – X: 132.870, Y: 133.300, Z: 135.00

A terra a este nível apresenta coloração castanha, e torna-se progressivamente mais compacta, à medida que se foi avançando na abertura desta sondagem. Estrato com uma espessura média de 12 cm. Quando se iniciou a escavação a este nível, começaram a surgir vários materiais, de tipo osteológico e uma estrutura circular de pedras, que não aparentava ser fruto do acaso. No entanto, com a continuação dos trabalhos, chegou-se à conclusão que se tratavam de ossos vários (relativamente recentes), pertencentes a animais que ali eram guardados até há muito pouco tempo atrás. Por outro lado, a estrutura circular de pedra, não era mais do que um buraco de poste artesanal, que ali existiu com a função de estendal da roupa. De qualquer modo, foi feita a recolha dos materiais e estes foram devidamente marcados e guardados.

Nível 2 – Cotas – X: 132.760, Y: 133.100, Z:135.00

A terra aqui apresenta coloração castanha avermelhada, dada a sua natureza argilosa misturada com hematite (ferruginosa). Solo bastante compacto. Espessura média do estrato: 16 cm.

A registar um dente molar de animal (*ver Fig. 8 – desenho do dente molar de animal*), que pode ajudar a chegar a uma cronologia absoluta, mediante posterior análise. Foi encontrado a uma cota de 132.650 (11 cm do topo do nível 2) desenhado e marcado com o número de série: D 01. A título de amostra geológica deste estrato, foram recolhidas duas pedras. Trata-se de uma mistura de quartzito/arenito (*ver Fig. 9 – desenho da amostra do tipo de pedra em quartzito e arenito*), cota de 132.69 com o número de registo: P 01; e de um quartzito enegrecido pelo fogo (*ver Fig. 10 – desenho da amostra do tipo de pedra em quartzito*), cota de 132.68, número de registo P02.

Nível 3 – Cotas – X: 132.650, Y: 132.930, Z: 135.00

A este ponto, voltou-se a encontrar solo argiloso, com coloração acinzentada e

muito compactada. Os trabalhos são novamente bastante dificultados, sendo quase impossível escavar com pico, e muito menos pensarmos em usar o colherim. A espessura média é cerca de 14 cm. Mais uma vez, solo revela-se arqueologicamente estéril daqui em diante.

Torna-se evidente que não existe neste ponto nenhuma estrutura directamente relacionada com o Muro C (cota de 133.47). No entanto algum do espólio recolhido, se convenientemente datado, poderá revelar, algumas cronologias medievais, neste local.

Sondagens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 – Sector B – Quadrículas C3 e D3

Estas sondagens não estavam programadas, quando se iniciaram os trabalhos preventivos. À medida que foram avançando as sondagens, constatou-se a forte necessidade de comprovar a inconsistência arqueológica do local, com a abertura de novas sondagens no ponto mais alto do sector B. Isto, porque se levantou a seguinte hipótese: se próximo das estruturas dos Muros A, B e C (os primeiros a serem detectados) não apareceram estruturas associadas, então podiam estes muros ser a cerca muralhada de uma fortificação, que desenvolvesse uma torre ou vestígios habitacionais na sua cota mais alta, em direcção ao chamado «Vale dos Mouros» (Foto 4), de onde como já foi referido, se avista o Castelo de Montemor-o-Novo. A esta altura, os trabalhos estavam já pressionados pelo factor tempo, pois já se tinha ultrapassado há muito a data apontada para o final dos trabalhos arqueológicos. Posto isto, havia que optar entre abrir uma última sondagem, até á máxima profundidade possível, ou em alternativa aumentar o número de sondagens, descendo até onde se justificasse, dentro do tempo que restava. Tendo decidido avançar com a última hipótese, confirmou-se ser a escolha certa, já que é aqui que surge a estrutura de muro (Muro D) mais interessante, provavelmente mais antiga, dada a cronologia estratigráfica relativamente a todos os outros muros. A área era bastante extensa, como tal só foi possível descer até dois estratos do solo. Deste modo, foram abertas 8 sondagens, progressivamente de Oeste para Este (Muro B em direcção ao Muro C), que atingiram uma profundidade máxima de 52 cm.

Nível 0 – Cotas - X: 134.485, Y: 134.800, Z: 135.00

Neste local a terra apresenta uma coloração castanha escura, solta. O estrato tinha uma espessura média de 16 cm.

Não foi encontrado espólio de interesse à superfície, somente entulho derivado das barracas de criação que ali existiam.

Nível 1 – Cotas – X: 134.325, Y: 143.640, Z: 135.00

Solo com coloração castanha. A terra vai gradualmente aumentando o seu grau de compactação e pontualmente começam a surgir zonas argilosas. Nível com uma espessura média de 16 cm.

É precisamente neste nível, à cota de 134. 640, nas sondagens 4 e 5 (oeste) que

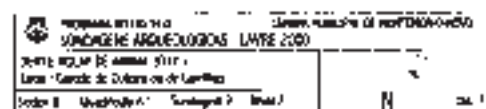


Figura 8

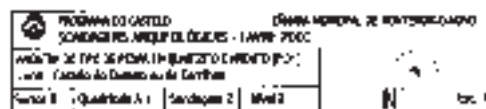


Figura 9

nos surge a primeira estrutura de muro enterpada. Trata-se do Muro D constituído por pedra e areia (constituição idêntica aos muros A e B), com uma largura máxima de 53 cm e um comprimento que chega aos 4,69 m atravessando

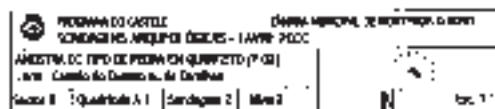


Figura 10

as sondagens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11. A este muro não estava associado nenhum tipo de material. A estrutura é certamente uma ruína, o que restou de anterior estrutura amuralhada. O tipo de construção aponta claramente para a época Medieval, ou mesmo para uma cronologia ainda anterior.

Nível 2 – Cotas – X: 134.165, Y: 134.48, Z: 135.00

O solo apresenta-se argiloso com vestígios ferruginosos. As terras são muito compactas. A espessura média do nível é de 20 cm. O solo em termos de espólio é estéril. O Muro D, identificado no nível 1, atinge a sua base no nível 2.

A esta altura, parece confirmar-se a hipótese: a estrutura encontrada será o que resta da antiga «fortificação». A pedra foi retirada aos poucos, restando o que ali foi encontrada. O facto de termos encontrado a base do muro a uma profundidade relativamente pequena, só faz pensar que dada a natureza puramente argilosa do terreno, não seria necessário consoli-



Foto 4

dar a estrutura a maior profundidade, pois o solo é extremamente «colante» e estável a esta cota.

3. Estruturas

Durante os trabalhos preventivos identificámos uma série de estruturas (*ver Fig. 11 – planta de localização de estruturas*), que a nosso ver são a parte mais relevante deste trabalho, já que nos permitem localizar, ainda que parcialmente, os muros que deveriam fazer parte de uma fortificação, da qual quase só restou o topónimo do local, «Castelo do Outeiro». De facto, só três estruturas estavam enterradas e as restantes apareceram após um longo e minucioso trabalho de limpeza de todo o sector B e ainda de uma prospeccção (quase forçada) dentro das casas e dos terrenos vizinhos.

Muros A e B

Foi devido a uma prospeccção que detectou estas construções, consideradas «incharacterísticas», que se deu início a todo o processo de análise arqueológica. Após a limpeza, verificou-se serem dois muros de pedra e terra, mais precisamente uma argila local, que é uma perfeita argamassa. Estes dois muros estão em conexão, formando aquilo que aparentava ser uma antiga torre medieval. A escavação não consegue comprovar a teoria teoria. No entanto, pensa-se que a construção da habitação anexa e o terramoto de 1755 (que foi devastador em Lavre), terão arrasado quase por completo os vestígios arqueológicos do «Castelo do Outeiro».

Muro A - comp. 4,62 m x alt. 1,55 m x larg. 0,45m

Muro B – comp.3,85m x alt. 0,70 m x larg. 0,45m

Muro C

Este foi aparecendo à medida que se limpava o terreno. O tipo de construção é semelhante aos anteriores. Ao lado deste muro passa a Travessa do Outeiro, e talvez por delimitar um caminho usado como passagem, tenha havido mais preocupação em conservá-lo, já que são nítidos os sucessivos «remendos», que surgem no meio da pedra original feitos com tijolo e outras pedras mais recentes (Fotos 5 e 6).

O muro só está de pé em dois pequenos troços, sendo o restante uma sucessão de derrubes, com pedras desalinhas e caídas.

Junto, foram encontrados vários materiais, no entanto deve-se dizer que este

muro foi utilizado como lixeira, para as habitações vizinhas, o que não dá nenhum tipo de garantia cronológica para o espólio recolhido, já que este parece completamente descontextualizado, relativamente à estrutura. Foram encontradas e desenhadas duas peças interessantes: um pequeno frasco de vidro grosso (cota: 131.77) e parte de uma vasilha cerâmica com decoração incisa (cota: 132.40). Ambas as peças necessitam posteriormente, de estudos de datação (*ver Fig. 12 – desenho do frasco de vidro e Fig. 13 – desenho da vasilha cerâmica com decoração incisa*).

Muro C: comp. ? x alt. 1,10 m x larg 0,50m

Muro D

Este foi o muro encontrado a partir das sondagens 4 e 5 e que é descrito na leitura estratigráfica anterior (Foto 7).

Muro D: comp. 4,69 m x alt. 0,36 m x 0,53 m

Muro E

Estrutura localizada no decorrer das limpezas do terreno. Numa plataforma inferior aos restantes muros, surge este que tipologicamente é semelhante aos restantes, no entanto tem a forma de um cotovelo e embora impossível de medir, a sua largura é bastante maior do que a de todos os outros muros.

A haver uma continuidade dos trabalhos de campo, Ter-se-ia insistido neste ponto, pois parecia consistente com possível continuidade e em direcção ao muro C. No entanto, não era possível estender a investigação, quer para a travessa do Outeiro, quer para o terreno privado onde esta estrutura se situa, pois está fora do sector B e entra na via pública (Foto 8).

Muro E . Comp.? x alt. 0,60m (?) x larg. ?

Legenda

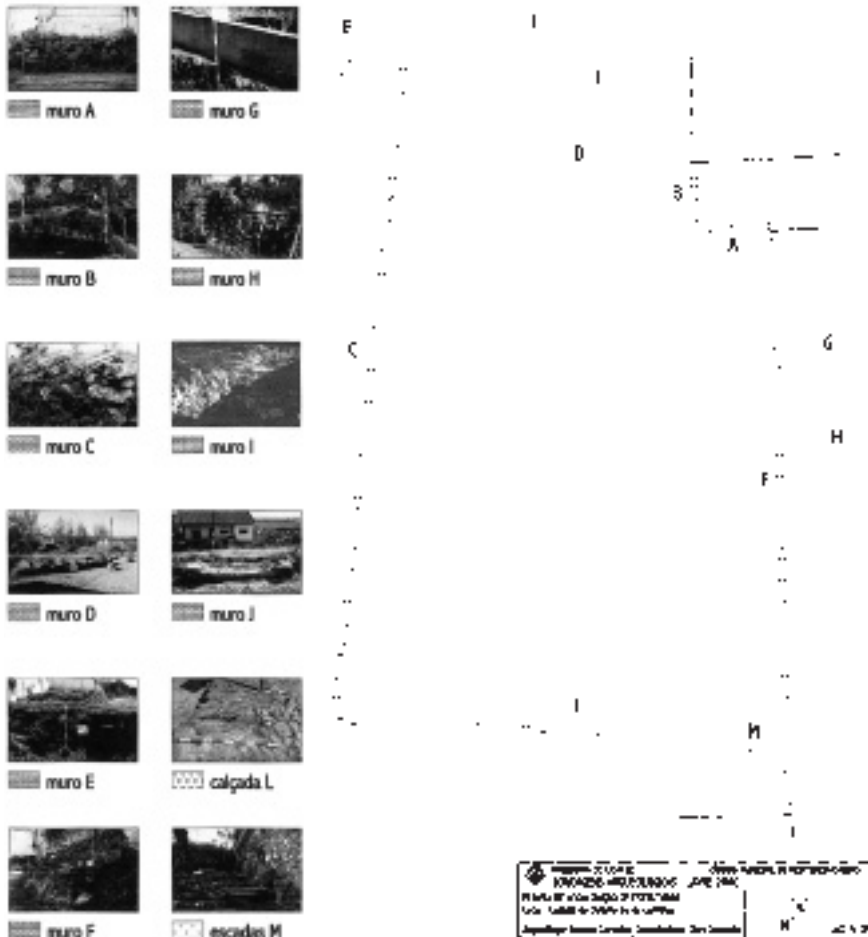


Figura 11



Foto 5

Muro F

Estrutura localizada durante os trabalhos de limpeza e muito arruinada, com grandes derrubes. Mais um muro de pedra e terra, que serve neste momento como muro do quintal da habitação anexa, o que reforça a teoria de que a casa foi construída quase na totalidade, em cima da fortificação procurada. Este muro circunscreve uma grande área, que vai praticamente desde o muro A, até às escadas situadas a norte do muro F (Sector A) (Foto 9).

Muro F : Comp. 16.30m x alt. 0.92m x larg. 0.30m

Muro G

Muro localizado dentro da habitação anexa e com muro de alvenaria actual sobreposto. Tratava-se de uma estrutura em tudo semelhante às restantes, perpendicular ao muro F e do qual não foi possível registar quaisquer dimensões (Foto 10).



Foto 6

Muro H

Este localizou-se durante uma prospecção a uma habitação vizinha e não surgiu a possibilidade de registar mais do que as fotografias apresentadas. É claramente um muro adossado e perpendicular ao muro F, que segue na direcção sudoeste e que mostra o mesmo tipo de construção que os restantes, embora já sejam notórias reconstruções posteriores (Foto 11).

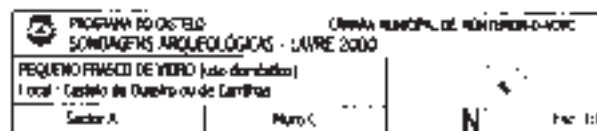


Figura 12

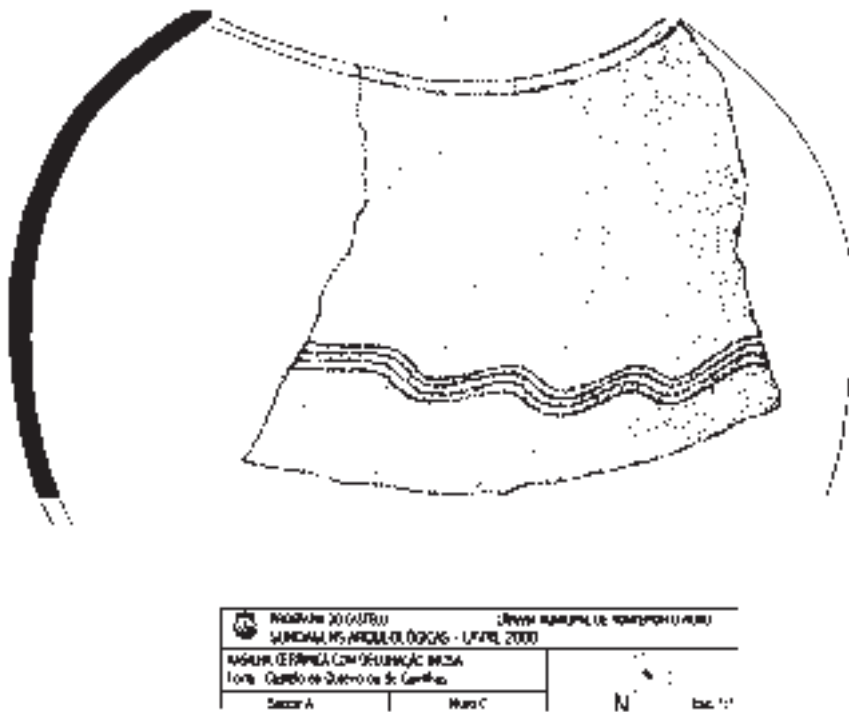


Figura 13

Muro H: Comp. ? x alt. 0,90m x larg. 0,30m

Muro I

Descoberto durante os trabalhos de prospecção efectuados no sector A. Situa-se a norte dos muros A e B, no final do sector A e perpendicular às estruturas C e M.

Não se conseguiu medir ou registar, pois aqui não foi possível efectuar trabalhos de limpeza. No entanto, também aqui se encontram troços de muro que aparentam o mesmo tipo de construção.

Foi localizada, como se verifica pela descrição, uma estrutura que parece ter cercado todo o terreno, ou seja, parcelas A e B.

Muro J

Esta foi uma das estruturas que surgiram quando se limpava o sector B, o que aparentemente ter a forma de um L, o que levou a desenterrar um pouco, ainda que ali não se tivessem planeado sondagens.

Localizada entre a quadrícula D 4 e a calçada L, surge esta estrutura de pedra e argamassa, com tijoleira a servir de pavimento a uma cota de 134.400. Levantaram-se muitas interrogações, desde o pavimento de habitação até ao de um tanque. A



Foto 7

verdade, é que a estrutura tal como as restantes desenterradas terminava logo ali, não possuía espólio associado. Segundo informação oral recebida localmente, teria servido de base de construção para uma das muitas barracas de criação animal, que foram dali retiradas há pouco tempo. Pensa-se que o restante deverá ter sido também destruído com estas construções (Foto 12).

Muro J: comp. 2,10m x alt. 0,30m x larg. 0,60

Calçada L

Parcelarmente sobreposta ao muro J, foi localizado um troço de calçada. Fez-se um trabalho de limpeza desta calçada, no entanto mais não era possível, já que esta se encontra no caminho público que dá acesso ao local das sondagens.

As pedras da calçada estão dispostas em



Foto 8

linhas que formam um desenho quadriculado, tipo «caixotões», de acordo com o seu método de construção. Sabe-se, que esta se encontra sobreposta à estrutura J, sendo portanto de



Foto 10

construção posterior. É possível que a calçada tenha sido construída em cima de uma antiga habitação, da qual restaram estes vestígios (Foto 13).

Calçada : comp.6.45 m x larg.1,10 m

Escadas M

Localizadas no sector A, estas escadas sobem na direcção norte-sul. Desde o primeiro parecer dado, que esta estrutura parece directamente relacionada com os muros A e B, bem como com todas as restantes estruturas mencionadas anteriormente. É comum vermos este tipo de construção pétreo, em monumentos medievais, como castelos ou torres fortificadas.

O sector A, não foi objecto de escavações já que o proprietário não pretendia desanexar esta parcela. No entanto, é impossível dissociar o sector A do B, pois esta divisão é artificial. A ter existido uma qualquer fortificação ali, as escadas faziam certamente parte do conjunto e poderão mesmo ter sido o que restou mais bem conservado, talvez por ter sido de utilidade até à relativamente pouco tempo (Foto 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os trabalhos arqueológicos preventivos no local do «Castelo do Outeiro ou de Carrilhas», conclui-se existirem várias estruturas arqueológicas; julga-se que



Foto 9



Foto 11

pertenceram a uma estrutura medieval fortificada, que deverá ter sido destruída em grande parte no século XVIII (1755 – Terramoto) e o restante no século XIX / XX, com a construção da habitação anexa ao local das sondagens.

Apesar das dificuldades que o terreno colocou, não só por ser acidentado mas principalmente dada a sua natureza argilosa, foi possível localizar uma série de estruturas, que permitiram apresentar em teoria, uma planta hipotética dos locais por onde passaria uma cerca fortificada / muralhada (*ver Fig. 11 – planta de localização de estruturas*).



Foto 12

Foram levantados vários problemas de datação de materiais. Como se sabe, o solo muito revolvido dificulta uma cronologia estratigráfica correcta. Mas não pomos em questão a antiguidade de alguns materiais encontrados e o seu valor arqueológico. No entanto, estes precisam de um estudo específico e próprio com meios que não dispomos de momento.

Pensa-se ter avançado e contribuído algo com a esta investigação e principalmente ter levantado hipóteses, que parecem francamente viáveis. Julgamos, ter existido aqui uma fortificação mais complexa do que uma simples torre de atalaia, ou pelo menos um conjunto senhorial habitacional no qual se inseria uma torre. Os documentos medievais anteriormente referidos falam da existência de uma torre em Lavre, em local indeterminado. Perante as estruturas localizadas e todas as condicionantes favoráveis para que a construção se fizesse neste local (repare-se no topónimo do sítio, no facto de estar orientado a sul para o «Vale dos Mouros», o ponto elevado do local e o controle militar que dali se poderia manter), acredita-se ter sido ali a sua localização.

No entanto, uma visão objectiva das sondagens mostra que a ter existido ali uma fortificação, esta foi arrasada e saqueada. O terreno foi posteriormente usado quer para construções, quer para a agricultura. O espólio perdeu o seu conteúdo estratigráfico e o seu contexto cronológico nas camadas de superfície. Os restantes níveis atingidos revelaram-se pobres em materiais ou mesmo arqueologicamente estéreis. As estruturas encontradas ou limpas, não possuem a consistência suficiente para que se façam afirmações e se apresentem certezas, como gostaríamos.

Para terminar, pensa-se que a manutenção da ruína arqueológica só se justificaria se comprovadamente se concluísse existir essa ruína, o que não é o caso. Ou em alternativa, se fosse recolhido espólio arqueológico associado, que



Foto 13

nos permitisse reconhecer, datar e reconstruir a história da ruína ou do local, o que também não foi o caso.

Para concluir, pensa-se que, dada a escassez quase total de informação histórica relativamente a este local, este trabalho não pretendia mais, do que ser a base de uma futura investigação, que esperamos ver no futuro aprofundada e continuada.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, sem a qual não teria sido possível realizar este trabalho; a todos os trabalhadores que estiveram no campo e em particular à Desenhadora de arqueologia Dora Sampaio, por todo o trabalho realizado durante e após a escavação.

Um agradecimento especial ao Dr. Jorge Fonseca, que tanto tem contribuído para o desenvolvimento e conhecimento da história de Montemor-o-Novo.



Foto 14

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Dr. António Banha de; O donatário da Vila de Lavre, *Jornal O Montemorense*, 21.12.1974.
 Andrade, Dr. António Banha de; Os forais de Lavay ou Lavar, *Jornal O Montemorense*, 04.01.1975.
 Andrade, Dr. António Banha de; Os primeiros senhores de Lavre, *Jornal O Montemorense*, 01.02.1975.
 Andrade, Dr. António Banha de; Como do Concelho de Montemor nasceu o de Lavre, *Jornal a Defesa*, 24.04.1975.
 Carvalhosa, António; Zbyszewski, G.; Notícia explicativa da folha 35-D, Montemor-o-Novo, Instituto Geológico e Mineiro.
 Espanca, Túlio; Boletim Municipal de Montemor-o-Novo, 25.05.1982.
 Espanca, Túlio; Inventário Artístico de Portugal, vol. I, distrito de Évora, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1975.
 Memórias Paroquiais, de 1758, in revista *Almanson* nº 5, C.M.M.N. 1987.
 Parecer do Sr. Arqtº. António Pimenta de Aguiar – Processo 666/98 – D.A.U.
 Síntese histórica, gentilmente cedida pela Junta de Freguesia de Lavre em 25.01.2000.
 Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, (Livro 5, fl. 31v – 32 no Livro de Reis, fl. 30 v.
 Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, (Lº 5º, fls – 31 e 32 vº, Livro 7º de Odiana, fl. 6).

NOTAS

- 1 Antunes, Miguel Teiles, «Mastodontes em Portugal – ocorrência em Lavre», *Revista Almanson*, N.º 9, 1991.
- 2 Esboço histórico de Lavre, gentilmente cedido pela Junta de Freguesia.

LES VALEURS SYMBOLIQUE ET MÉDICALE DE LA CÉRAMIQUE D'APRÈS LES TEXTES ARABES MÉDIÉVAUX¹

ABDALLAH FILI²

Une approche globale de la céramique présenterait des opportunités évidentes aussi bien pour l'historien que pour l'archéologue jusque là souvent cantonné dans le matériel, le tangible et reléguant au second plan le symbolique. Je ne veux pas faire ici le procès d'une approche qui s'inscrivait dans une évolution scientifique propre à l'esprit d'une époque. Celle où l'on raisonnait en terme de «*culture matérielle*» par opposition à «*culture spirituelle*». Le concept de «*culture matérielle*» est très contesté parce qu'idéologique et confus³. Tout ce que Jean-Marie Pesez a indiqué comme étant les composantes de la culture matérielle⁴, sont aussi les composantes de la culture tout court et sont fondées sur de véritables structures mentales. Le problème étant ainsi relevé, je crois qu'il serait ultérieurement important de se pencher réellement sur cette question terminologique⁵. Mon effort ici n'est orienté ni vers la recherche d'un concept approprié ni vers la vision que l'Islam nourrissait vis-à-vis des objets et des choses. Je les retiendrai donc pour une réflexion ultérieure. Si j'arrive à cerner, en partie, la conception que les textes sacrés de l'Islam, notamment le Coran, véhiculent à propos de la céramique et de l'argile en général, j'aurai déjà atteint mon objectif.

1. UN PRODUIT ONTOLOGIQUE ET SYMBOLIQUE

Ce n'est pas trop faire que d'insister sur la valeur ontologique que la céramique et l'argile en général dégagent, en nourrissant l'imaginaire de chaque civilisation par de multiples symboles véhiculés par des légendes, des proverbes ou des livres

sacrés. Ces représentations, sur l'un des matériaux les plus anciennement utilisés, mais aussi l'un des plus résistant à l'analyse et à la compréhension des hommes, sont universelles. Le fondement de notions de ce genre est, comme l'affirme Jack Goody, beaucoup plus largement répandu dans les sociétés humaines que pourraient nous le laisser croire nos dichotomies habituelles⁶. Mircea Eliade, y trouve le signe d'une origine ancienne et peut-être commune.

Pour mettre en branle cette démarche je me suis référé au texte coranique qui, à l'instar des autres livres révélés⁷, construit une image ontologique de l'argile et de la céramique. J'ai suivi, en me basant sur les exégèses d'Ibn-Kathîr, d'Al-Kurtubî et du Tafsîr al-Jalâlayn d'Al-Suyûtî et d'Al-Mhallî, les significations fluctuantes que ces représentations prennent dans le livre saint des musulmans. Je ne veux surtout pas que cette démarche soit considérée comme une approche gnostique stérile. D'une part car, je

considère que la démarche originare n'est pas un primitivisme, et vouloir revenir à un temps premier serait aussi une approche historique parce qu'elle accorde du prix au temps. D'autre part, je pense que les objets ont une valeur lorsqu'on les place dans leur contexte culturel. En dehors de cette culture et de la dimension symbolique que ces objets y détiennent, ils n'ont aucun mérite et même aucune signification et aucune essence.

1.1. La céramique et la création de l'homme

La création est la prérogative fondamentale et distinctive de Dieu. Elle se taille la part du lion dans le texte coranique car elle concerne toute l'œuvre divine. Elle est également sensée jouer le rôle de la preuve témoignant de la Grandeur et de l'Omnipotence du Créateur⁸. Le texte coranique, à l'image des autres livres révélés, précise que la création de l'Homme a lieu à partir d'une matière argileuse. Cette origine est exprimée explicitement dix sept fois, à l'aide de trois vocables différents: *turâb* (la terre) six fois⁹, *tîn* (argile) sept fois¹⁰ et *salsâl* (argile crissante ou sonnante) quatre fois¹¹.

On remarque que les termes *turâb*, *tîn* et *salsâl* s'inscrivent dans une suite sémantique précise ; ils évoquent individuellement un état particulier de l'argile. Le *turâb* renvoie à la terre dans son état de poudre, le *tîn* suggère une argile mouillée et trempée alors que le *salsâl* exprime un mélange d'argile et de sable ayant subi un pourrissage, séché et de ce fait sonnant. Ce mélange n'a pas subi de cuisson pour devenir une céramique «*fakhkhâr*». Ainsi les divers versets coraniques rapportant la création de l'Homme, suggèrent en même temps un principe de transformation continue du matériau de base. L'argile en question doit avoir une origine et doit renfermer des qualités

techniques qui deviennent, dans le message coranique, l'objet d'un enseignement symbolique.

En effet, l'Homme¹² a été créé d'une argile collante et malléable. La tradition rapporte que « la Terre répugna à fournir la matière première pour la création de cet être »¹³. Ni Gabriel, ni Mikaël ne sont parvenus à lui extraire l'argile nécessaire pour le former. Selon une tradition rapportée par Ibn Mas'ûd, c'est *Iblîs* (qui une fois déchu deviendra Satan), qui sur l'ordre d'*Allah*, a réussi à rassembler le mélange nécessaire, composé d'une argile recueillie dans tous les coins de la Terre, de toutes ses profondeurs et de toutes les couleurs de ses couches. Ainsi, la postérité d'Adam renferme le bon et le mauvais, le beau et le laid, des couleurs et des tempéraments différents. C'est donc d'un mélange universel que fut créé un être tout aussi universel.

Un tel mélange d'argile fut soumis à un choix et une sélection particulière, digne de l'utilisation à laquelle il a été destiné, et surtout capable de répondre à des exigences particulières. En effet, ce choix a été de rigueur. Le texte coranique précise que «*Nous avons certes créé l'homme d'un extrait (sulâla) d'argile*»¹⁴. Cette notion de sélection ne cache pas le caractère humble de l'argile, par contre elle renforce l'intérêt voire l'obligation d'opérer des choix d'argile. Ce caractère du matériau est relaté par le livre saint des musulmans, quand il rapporte le refus d'*Iblîs* de se prosterner devant Adam sous prétexte qu'il a été créé d'argile¹⁵, d'autant plus que c'est lui-même qui l'a collectée. Il s'estime dévalorisé par Dieu par cet assujettissement à un être d'une origine modeste par rapport à la sienne (le feu).

Il est normal que les exégètes musulmans désapprouvent la position orgueilleuse d'*Iblîs*. Ils présument que l'argile détient des qualités intrinsèques nettement plus valorisantes que le feu. Quand celui-ci est caractérisé par la légèreté, la violence et l'égoïsme, l'argile se distingue par sa sérénité, sa stabilité, son indulgence et son humilité. Ils partent, en fait, d'une vision pratique et concrète des deux matériaux : l'argile renvoie sans doute à la fertilité et à la vie, tandis que le feu induit l'idée de la ruine et de la destruction.

Après cette opération de choix du matériau, l'argile est pétrie dans des eaux de différentes natures (amère, douce et saumâtre). Elle doit répondre ensuite à des qualités de malléabilité et de docilité «*hama' masnûn*»¹⁶. Elle est décrite aussi comme une argile coulante et facile à modeler. Bref, une bonne argile. Le terme *hama'* renvoie également au fait que la pâte argileuse a subi un pourrissage. En effet, la tradition rapporte qu'on l'a laissée reposer pendant quarante ans¹⁷.

Une fois la pâte préparée, l'opération la plus importante est celle qui va donner corps à cette nouvelle et ultime création de Dieu. C'est une charge divine exprimée généralement par le terme *khalaka* (créer). Le sens primitif de ce verbe est «façonner», «polir». Le Coran rapporte aussi dans ce sens les verbes *sawwâ* (proportionner)¹⁸ ou *sawwara* (former)¹⁹. L'opération de la mise en forme est faite à la main: «ô *Iblîs*, qui t'as empêché de te prosterner devant ce que j'ai créé de mes mains?»²⁰. L'ébauche ainsi conçue, elle reçoit un séchage qui perdure, selon la tradition, quarante ans, jusqu'à ce que l'argile soit sonnante et crissante. L'œuvre a fait

l'objet de polissage et a été exposée au passage des anges pendant quarante ans aussi²¹ ; après quoi Dieu y souffle vie. La création finie est Adam. Mais celui-ci n'est pas éternel tout comme un produit en céramique. Ce caractère éphémère de la céramique, et par conséquent de l'être humain, est implicitement contenu dans le Coran²². Il l'annonce, en quelque sorte, comme leçon édicatrice dans la vie de l'homme²³.

On voit le rapprochement que l'on peut faire entre la création de l'homme et le travail du potier. Les constituants de la matière de base elle-même (l'argile), présentent sinon les mêmes, du moins la plupart des composantes physiques et chimiques essentielles du corps humain. Tout comme la production de la céramique, la création de l'homme, selon la tradition islamique, est un processus long, mené à bien en plusieurs étapes, particulièrement distinctes et distinguées. Presque toutes les phases de la création de l'homme se retrouvent dans le travail de production céramique. Le choix des argiles selon la nature des produits, leur pourrissage, le façonnage, le séchage complet, sont des opérations indispensables que le potier mène toutes les fois qu'il souhaite fabriquer la céramique.

On ne s'étonne donc pas de voir comment l'argile et surtout la céramique ou encore le travail de potier ont détenu une place symbolique dans les sociétés. Plusieurs fois, la céramique a servi d'objet prophylactique, comme objet nanti de valeurs sacrée et médicinale confirmées par l'expérience. Les usages que l'on fait de la céramique dans la vie de tous les jours, pendant les fêtes et les rites, dans les cimetières, sur les toits, contre le mauvais œil, prouvent que ces objets sont loin d'être uniquement de simples objets utilitaires²⁴. Les pouvoirs magico-religieux édifiés autour d'eux, les couvrent d'une dimension symbolique certainement liée au fait qu'ils sont de la même origine que l'homme²⁵.

Ayant défini cette valeur symbolique, je crois qu'elle doit trouver sa place dans le débat archéologique. D'une part, parce que les objets céramiques doivent cesser d'être uniquement des indices chronologiques pour l'archéologue ; bien au-delà, l'archéologue doit saisir les dimensions symboliques, magico-religieuses que chaque société associe à ces objets. La valeur que l'on assigne à l'argile et à la poterie touche également la personne qui la produit et le travail qui a permis de lui donner forme. Le problème cependant est de fixer des limites à cette opération par un examen critique des informations recueillies sur le terrain. Ces informations constituent le fondement de l'interprétation des données du terrain et permettent d'ouvrir des perspectives devant le fait archéologique en l'insérant dans son contexte culturel.

1.2. Une vaisselle de substitution

L'essor que la civilisation islamique a donné à l'art de la céramique est un phénomène connu. Il est même devenu une des gloires de cette civilisation. De tous temps on n'avait jamais vu une créativité aussi prodigieuse qu'innovante. Les rai-

sons de ce phénomène sont, a priori, claires et se résument dans la nécessité de satisfaire une demande considérable alimentée par une civilisation prospère et fastueuse, ainsi qu'un commerce intense. Ceci étant, il est nécessaire de rechercher en même temps une raison idéologique qui appuie cet essor et qui en fait un choix délibéré, profondément et généralement adopté par la société musulmane médiévale. Je pense à une raison décrétée par les textes orthodoxes et qui a trouvé une certaine application dans cette société et peut-être, devenue une règle inconditionnelle par le temps et l'espace.

Ma pensée va à la condamnation de l'usage de la vaisselle en or et en argent. Cette prohibition n'est pas coranique, mais fait référence cependant à deux *hadiths* authentifiés respectivement par al-Bukhârî²⁶ et par Muslim²⁷, dans lesquels le Prophète interdit explicitement de manger ou de boire dans des ustensiles en or et en argent. La raison profonde (*al-'illa*) de cette décision serait d'installer une justice sociale basée à la fois sur le respect des sentiments des plus démunis et sur la condamnation de l'ostentation et du luxe exagéré, déprimant autrui. Al-Ghazâlî, l'auteur du *kitâb al-'ihyâ'* considère que ceux qui utilisent ces vaisselles précieuses portent un grand préjudice à l'économie de la communauté et utilisent ses richesses dans un domaine qui ne profite en rien à la société. Il précise que la céramique, le cuivre et les autres métaux peuvent largement répondre aux besoins de la société en récipients et en ustensiles. Par contre la céramique et le fer ne peuvent pas assurer le rôle économique assigné à l'or et à l'argent²⁸.

En lisant le Coran lui-même, il apparaît que la vaisselle en or et en argent soit l'apanage de la vie au Paradis²⁹. Aussi, il est important, en bon croyant, de se passer de cette vaisselle dans le bas monde puisque les croyants les posséderont dans l'au-delà³⁰. Suite à cette

interdiction qui fait l'unanimité, les juristes considèrent que le fait de casser ou d'endommager accidentellement ou volontairement la vaisselle en or ou en argent d'autrui, n'exige aucun remboursement ni aucune garantie sous quelque prétexte que ce soit, car, à leurs yeux, cette vaisselle est condamnée d'office à être cassée, fondue et utilisée à des fins proprement économiques.

On espère donc trouver dans ces prescriptions décrétées par les sources islamiques, non pas la seule explication de la gloire que la céramique musulmane s'est forgée au Moyen Age, mais au moins une réorientation de la créativité artisanale vers les produits licites et en particulier les produits en terre cuite. Leurs vertus, souvent mises en valeur par les traités de médecine, en font une vraie vaisselle de substitution. Certes, l'utilisation des ustensiles en or ou en argent n'a jamais été un phénomène social général ; donc l'effet de ces restrictions est, dès le départ, limité. Mais, il est important de reconnaître que c'est par cet interdit qu'a commencé la recherche de nouvelles pistes pour satisfaire les caprices des fortunés, et répondre à leurs besoins en céramique de luxe. Le rôle initiateur et stimulateur de ces prescriptions est indéniable à cet égard.

2. LA CÉRAMIQUE ET L'HYGIENE

Quelle relation peut-on établir entre la céramique et les traités de médecine et de pharmacologie arabes? L'image que nous avons de la médecine actuelle engagée dans des préoccupations technologiques plus complexes, ne facilite en rien l'examen de la question. Néanmoins, le recours aux traités de médecine arabe nous donne une autre idée, celle de documents riches en indications importantes sur l'usage de la céramique et de l'argile, leurs qualités intrinsèques et leurs vertus médico-

hygiéniques. Encore faut-il se pencher sur de nombreux traités de ce genre pour parvenir à des conclusions précises.

Dans le cadre de ce travail, notre intention est de faire appel à des documents variés, s'étalant sur une longue durée de l'histoire de l'Occident musulman et se rattachant à différentes branches de l'exercice médical musulman. Il est notamment question du traité *Mukhtasar fi al-ttib*, l'un des premiers traités de médecine andalouse, écrit par Ibn Habib (796-853). Originaire de la région d'Elvira, il a poursuivi ses études à Cordoue avant de se rendre en Orient pour le pèlerinage et pour la science. Il y passe plus de trois ans avant de retrouver sa ville natale et de s'y installer comme *fakîh mushâwar* (conseiller) de Abd al-Rahmân II. Il s'est révélé être un érudit important de son époque et a notamment été l'un des propagandistes ardents du malékisme andalous. D'ailleurs, on le compare souvent à Sahnûn, le grand juriste malékite d'Ifrikiyya³¹. Le *Mukhtasar* d'Ibn Habib appartient à la catégorie de la médecine prophétique (*al-ttib al-nabawî*) dont les remèdes se fondent sur la tradition et les actes du Prophète et sur les recommandations coraniques. Cette médecine a subvenu aux besoins des peuples musulmans en matière de santé et d'hygiène à une époque où le savoir médical expérimental en était encore à ses premiers tâtonnements. Ainsi, Ibn Habib rapporte essentiellement l'expérience qu'il a vécue à Médine, et surtout les traditions qui circulent alors chez les musulmans d'Orient³². Si bien que mis à part la richesse du vocabulaire de la céramique, son traité ne nous apprend rien de plus que les traités postérieurs et est même le moins sensible au thème qui nous préoccupe. Les *Kitâb al-Mudjarabât* d'Abû al-Alâ' Zuhr (m.1130) et surtout *Kitâb al-Aghdiyya* de son fils Ibn Zuhr (Avenzoar de la latinité) sont les références clés de notre travail.

Versée depuis des générations dans le savoir médical, la famille d'Ibn Zuhr s'affiche comme un informateur privilégié dans ce domaine. Le grand-père, originaire de Séville, a longuement étudié l'art médical au Caire avant de s'installer à Dénia et se mettre à enseigner à son fils Abû al-'Alâ'. Sa formation à peine finie, ce dernier est appelé à exercer à Séville sous al-Mu'tamid Ibn 'Abbâd. Après le triomphe almoravide, il se rallie et devient le médecin de la cour sous Yûsuf Ibn Tachfin et Ali b. Yûsuf. Son fils Avenzoar lui succède en cette qualité avant d'être disgracié et emprisonné. Abd al-Mu'min, le premier calife almohade, l'a libéré. En signe de reconnaissance, il lui dédie le livre des aliments (*Kitâb al-Aghdiyya*). Il y présente une variété d'informations liées aux régimes alimentaires, aux préparations culinaires et aux règles d'hygiène auxquelles les ustensiles céramiques doivent être soumis.

Pour mieux juger ce dernier élément, nous avons fait appel à une référence de la pharmacopée andalou-maghrébine, à savoir *al-Djâmi' li mufradât al-'adwiyya wa al-aghdiyya* d'Ibn al-Baytâr de Malaga (m. à Damas 1248). Il s'agit d'une grande nomenclature des «remèdes simples» (*al-adwiyya al-mufrada*) tirés des règnes végétal, animal et minéral³³. L'auteur y rapporte les fruits de ses longues explorations personnelles dans les pays musulmans qu'il a visités, ainsi que ses connaissances de l'héritage grec et latin. Ces informations sur les vertus médicales des argiles sont précises et couvrent géographiquement une grande partie du monde

méditerranéen. Cependant, la difficulté principale dans ce genre de traité réside dans le vocabulaire employé ; il renvoie généralement à des termes grecs ou arabes classiques souvent difficiles à déchiffrer.

En dehors de ce problème, qui concerne plus le traité d'Ibn al-Baytâr, je crois qu'il est légitime de s'interroger sur la fiabilité des renseignements rapportés par les textes de la médecine arabe. Ne serions-nous pas en présence de textes relatant un idéal médical royal que la société dans son état hiérarchique secondaire ne connaît pas ? Ibn Zuhr par exemple, recommande que les ustensiles en céramique non glaçurée soient utilisés pour les préparations culinaires une seule fois, contre cinq fois pour les céramiques glaçurées³⁴. Ne serait-il pas absurde de prendre ceci à la lettre ? Aussi faut-il adopter vis-à-vis de ces sources une approche critique, et ne voir dans ce genre de citations que la considération dont jouit la céramique glaçurée par rapport à celle qui n'est pas glaçurée. Nous y retrouvons peut-être l'écho de la généralisation progressive de ce type de production depuis le XIIe siècle.

Ce caractère princier attesté dans les traités de médecine est évident dans la plupart des traités de cuisine, destinés à l'élite royale ou à quelques familles aristocratiques. C'est peut-être à cette demande que la plupart des traités de cuisine arabomusulmans répondaient à l'époque médiévale³⁵. Car il est clair qu'il s'agit d'une grande cuisine, d'une cuisine de cour qui s'est mise à la recherche des mets compliqués et dignes d'un roi. De plus, ce sont des préparations qui font appel à une variété surprenante de vaisselles et qui supposent une grande consommation de céramique. Ceci au moment même où l'on sait, grâce aux testaments et partages, que l'équipement et l'ameublement des maisons au Maghreb comme en al-Andalus étaient très légers et ne laissaient aucune place au superflu³⁶.

Dans le cadre de cette étude, notre objectif est d'appréhender les utilisations médicales et hygiéniques rapportées par les textes que nous avons consultés. Certes, il convenait de les évaluer sur une large documentation, notamment les traités de médecine, mais nous considérons que dans le cadre de cette recherche l'objectif est plus d'initier une approche de ces textes que d'aboutir à des résultats définitifs.

2.1. L'argile et ses utilisations médicales

Le recours aux éléments de la nature pour se soigner est une tradition qui remonte à la nuit des temps. Mais il faut reconnaître que dans notre esprit moderne, on pense que les remèdes végétaux ont été les seuls à avoir attiré l'attention de l'homme au détriment de tous les autres constituants de la nature. Pour avoir vécu dans une société où l'ouverture sur le progrès passe indubitablement par le respect de la tradition, je peux facilement confirmer le contraire. C'est à dire que l'appel aux éléments minéraux et surtout à l'argile dans la médecine traditionnelle est aussi une pratique courante. Encore faut-il étayer ces constatations par des indices textuels probants. Ibn al-Baytâr, l'auteur d'al-Djâmi' a rapporté plusieurs témoignages, pra-

tiques et concrets, concernant l'utilisation de certains types d'argile pour un but thérapeutique. Il a fait référence à cet égard aux plus grands médecins de l'antiquité notamment Dioscoride (~ 40 - ~90), Galien (~131 - ~201) et surtout au médecin, alchimiste et philosophe perse Muhammad Ibn Zakariyyâ' al-Râzî, à cheval entre le IXe et Xe siècle, l'auteur d'une *Risâla fi al-Ttîn* (Epître sur l'argile). Il a nommé également au cours de son exposé plusieurs médecins maghrébins (Ishâk Ibn 'Imrân) et Andalous (Mohammad Ibn 'Abdû)³⁷. A la lumière de ces références, enrichies par son expérience et ses expérimentations, Ibn al-Baytâr a regroupé une longue liste d'argiles (*tin*) médicamenteuses avec les manières de les utiliser et les maladies qu'elles guérissent³⁸. La majorité de ces argiles proviennent d'un lieu géographique précis et portent généralement la «*nisba*» de cette origine. Nous voudrions les présenter sous forme d'un tableau (tableau A).

Avant leur utilisation, ces argiles sont lavées et épurées. Elles peuvent être utilisées à l'état pur ou mélangées à d'autres ingrédients variant d'une préparation à une autre. On remarque que leurs propriétés thérapeutiques concernent essentiellement des affections dermatologiques. Prises par voie orale ou utilisées par application locale, ces argiles répondent finalement à une seule propriété majeure consistant à purifier le corps, les muqueuses des affections internes ou externes. Cette action purificatrice est d'autant plus large, presque indéfinie, qu'elle est efficace pour toutes sortes de symptômes³⁹.

Il apparaît également d'après la liste des argiles médicamenteuses proposée par Ibn al-Baytâr, que presque toutes les argiles sont dotées de propriétés médicales. Sa liste fait généralement référence aux argiles orientales, cependant il mentionne parfois leurs équivalents en Egypte, au Maghreb, ou al-Andalus. Mais le médicament efficace n'est pas dispo-

nible partout, ainsi les argiles ne sont pas toutes efficaces. On a l'impression qu'il s'agit de filons d'argiles dispersés de manière disproportionnée dans la nature et localisés dans des points géographiquement précis. Il faut donc faire l'effort de les chercher, de les classer, de les préparer, de les expérimenter et de les comparer. C'est le devoir du pharmacologue.

Ce côté pharmacologique n'est pas la seule chose qui ait préoccupé Ibn al-Baytâr, puisque l'on trouve dans son traité des indications concernant les utilisations artisanales de quelques-unes de ces argiles. Il est question notamment des artisanats de l'orfèvrerie et de la céramique⁴⁰. Nous comptons dans l'avenir disséquer, à travers ces ouvrages de la pharmacopée arabo-musulmane, l'usage que l'on faisait aussi des métaux et surtout des oxydes métalliques utilisés dans l'industrie de la céramique. On pense tout particulièrement au cobalt, aux oxydes de fer, de manganèse, d'étain, de cuivre, des diverses ocres... L'exploitation artisanale de ces matériaux devrait intéresser également les auteurs. L'idéal serait de pouvoir en dégager des conclusions sur la diffusion de quelques techniques céramiques notamment du glaçurage ou des matériaux de décoration⁴¹.

2.2. Les objets céramiques: une vision médicale et hygiénique

Maintenant que l'on connaît les utilisations médicales que les anciens faisant de l'argile dans son état naturel, il serait important d'examiner l'idée que les médecins musulmans diffusaient des productions céramiques et leur utilisation dans la vie quotidienne. Répondraient-elles aux règles d'hygiène? Seraient-elles nuisibles à la santé? Quel est le degré de leur nuisance par rapport aux autres matériaux?

TABLEAU

Type d'argile	Les propriétés curatives	Pagination
• L'argile d'Arménie (tîn arminî) # Absorbée par voie orale ou par application externe.	– Traitement des blessures – Traitement des colites inflammatoires. – Tarissement des hémorragies – Traitement des Céphalées – Soins dentaires – Traitement de la tuberculose – Traitement de l'insuffisance respiratoire – Lutte contre la peste – Plâtrage des fractures	p. 151-152
* L'argile de Nishapour (tîn nisâbûrî)		p. 152-153
* L'argile de la Chia (tîn Djazîrat al mustakâ)	– Produit cosmétique, donne la vitalité à la peau. – Calme les brûlures.	p. 148-149
* L'argile Kirmî (tîn Kirmî)	– Fortifie les cheveux. – Insecticide utilisé en viticulture.	p. 150-151
• L'argile Cimolée (tîn Kîmûliâ) # Trois sortes: arménien, sijilmâsien (sijilmâsî) et andalous (andalûsî)	* C'est une argile pure – Calme les brûlures – Traitement des tumeurs – Traitement des morsures – Purifie la peau. – Fortifie les cheveux. – Traitement de la gale.	p.149-150
* L'argile de la terre (tîn al-'ard) # Utilisé depuis au moins le IIe S. par les Egyptiens.	– Utilisée comme bain de boue. – Traitement des tumeurs et des blessures – Agit contre le vieillissement de la peau.	p. 146-147
* L'argile de Samos (tîn Sômûsh) # Utiliser dans l'argenterie	– Calme les troubles intestinaux – Traitement des tumeurs par application locale. – Traitement des morsures.	p. 148
* L'argile sigillée (tîn makhtûm)	– Traitement des blessures – Traitement des morsures. – Arrête les hémorragies – Un antidote des poisons	p. 143-146

Nous sollicitons la réponse à ces questions en nous basant sur les traités de médecine et les traités de *hisba*. Les premiers relatent la question d'un point de vue médical mais dans un cadre généralement domestique et privé. Sans perdre cette

vision médicale, les *muhtasib/s* l'approchent dans un cadre plus général et plus concret relevant le l'ordre et de la santé publics.

Les médecins arabo-musulmans, dont nous avons consulté les traités, ne se sont pas uniquement intéressés aux ingrédients des préparations médicales et les diverses façons de les mettre en œuvre et d'en tirer le plus grand profit. Pour une bonne méthode, il est nécessaire qu'ils accordent une très grande importance à l'outillage qu'ils utilisent. En effet, non seulement ils ont décrit les vaiselles dont ils se sont servies dans les préparations culinaires et médicales, mais ils ont, en plus, chercher à comprendre la nature des matériaux de ces vaiselles et les règles d'hygiènes auxquelles elles répondent. Ibn Zuhr (m. 1161) par exemple, précise clairement que les meilleurs récipients pour l'usage domestique sont les vaiselles en or ou en argent⁴². Elles fortifient le cœur et revitalisent le corps dit-il. Cependant, comme que ces vaiselles sont interdites par la religion, l'auteur considère que la poterie en est le meilleur remplaçant⁴³. Ibn 'Abd al-Ra'ûf (Xe siècle)⁴⁴ et Ibn 'Abdûn (XIIe siècle)⁴⁵ s'alignent aussi sur cette position sans faire aucun commentaire à l'égard de l'interdiction des vaiselles précieuses. Ils recommandent aux vendeurs de lait et d'huile d'utiliser des mesures de capacité en céramique glaçurée (*hantam, fakhkhâr, hantam, muzadjjadj*). Pour les médecins comme pour les *muhtasib/s*, les ustensiles à base d'autres matériaux (cuivre, fer...) sont nuisibles à la santé ; car sous l'effet de la chaleur ou du contact avec l'air, ils libèrent des oxydes particulièrement toxiques. Ibn Zuhr précise en outre, que la vaiselle en cuivre est très mauvaise aussi bien pour cuire les aliments que pour stocker les liquides. Cette utilisation engendre des dermatoses, à la longue, difficiles à traiter. Même si le cuivre est couvert intérieurement d'une couche de zinc, il n'en reste pas moins un matériau déconseillé. En revanche, la vaiselle en zinc, en plomb ou en fer nécessite un entretien et un traitement continu contre la rouille et contre l'oxydation⁴⁶, notamment en la couvrant d'un alliage comme le zinc⁴⁷. Les vaiselles en verre sont de bonne qualité mais ne peuvent pas supporter le contact avec le feu et se brisent facilement. Pour sa part, Ibn 'Abdûn évoque aussi la possibilité d'utiliser des récipients en bois comme mesures de capacité⁴⁸.

Ainsi, la céramique se présente comme un matériau de prédilection et sensiblement avantageux par rapport aux autres matériaux. Mais cet avantage ne va pas de soi aux yeux d'un grand médecin comme Ibn Zuhr. Il estime que les règles d'hygiène nécessitent que l'usage de la poterie non glaçurée (*fakhkhâr*) ou glaçurée (*hantam*) soit limité dans le temps. C'est à dire que le premier type de céramique ne doit pas survivre à la première utilisation. Le second, étanché par la glaçure, peut-être utile dans les préparations culinaires environ cinq fois. Au terme de cette durée, il est préférable de les renouveler par de nouveaux objets. Pourquoi cela? Le médecin andalou-maghrébin pense que les interstices des ustensiles en céramique conservent les restes des aliments cuits. Ceux-ci pourrissent (*yata'affan*) avec le temps et deviennent l'origine d'une nuisance sûre et inéluctable⁴⁹. Pour faire la part des choses, l'auteur nuance son propos en précisant que tout dépend des personnes; du luxe qu'elles s'offrent et des activités sportives qu'elles pratiquent.

Malgré cette nuance intéressante qu'il apporte à sa position, traduisant clairement l'idéal médical auquel il s'attache, Ibn Zuhr, mais aussi tous les autres médecins que nous avons consultés, met en pratique cet idéal en insistant d'une façon répétitive sur la nécessité de faire appel à des récipients neufs pour chaque préparation culinaire⁵⁰ (*kidra djadîda, kidr djadîd, shakf djadîd, inâ' djadîd, inâ' hantam djadîd, kidr lam yutbakh fihâ kabla dhâlik..*). Ceci n'est pas la seule règle. Les céramiques doivent être de préférence glaçurées⁵¹ (*hantam muzadjjadj*). Elles sont certes lentes dans la cuisson des aliments⁵², mais elles sont plus étanches et leurs parois ne conservent pas, par conséquent, les impuretés que la poterie non glaçurée peut contenir avec l'usage. Il est question également dans ces textes d'un souci d'aérer les récipients et de permettre aux vapeurs de s'échapper dans un rythme étudié⁵³. Ce n'est pas uniquement par préoccupation hygiénique que les médecins formulent cette recommandation mais aussi par la volonté de véhiculer la meilleure façon de cuisiner les divers aliments. En effet, c'est la nature de ces derniers qui décide si l'évaporation doit se faire ou non, et si elle doit se faire, le sera-t-elle par les perforations d'évaporation des couvercles, ou par la mise en place d'un morceau de bois entre le récipient et son couvercle, ou simplement par son ouverture à l'air libre. Ibn Zuhr évoque les perforations d'évaporation et considère qu'elles doivent être limitées en nombre (*yasîra*) et finement trouées sur le couvercle. Leur seule finalité est de permettre l'évaporation de l'eau contenue dans les marmites et les casseroles⁵⁴. En revanche, il y a des procédés culinaires qui nécessitent que les récipients soient complètement obstrués par l'intermédiaire d'une pâte probablement argileuse (*mutayyana*)⁵⁵.

Ainsi, pour les médecins musulmans, l'utilisation des ustensiles en céramique équivalait

au respect des règles de la santé et de l'hygiène à la fois individuelles et publiques. Si la majorité des recommandations contenues dans les traités en question sont acceptables et presque actuelles par les préoccupations qu'elles animent autour d'un problème particulièrement important, il ne demeure pas moins que les chercheurs doivent être attentifs aux excès qui peuvent intervenir, parfois, dans le discours médical cherchant souvent à donner l'exemple parfait. On estime en effet que ces ouvrages ne peuvent permettre de tenter des essais statistiques sur l'utilisation de la vaisselle de céramique, mais ils permettent d'apprécier quelques traits de la production de l'époque de l'auteur. En effet, avec les traités d'Abû al-'Alâ' (m. 1130) et d'Ibn Zuhr (m. 1161), on remarque les dimensions que prend la céramique glaçurée devenue une production presque généralisée. Au contraire, le traité d'Ibn Habib (m. 853) ne fait aucune mention de cette céramique. Même d'un point de vue typologique et terminologique, la différence est criante quantitativement et qualitativement. Nous n'avons trouvé aucune trace d'une éventuelle utilisation de l'argile dans les traitements des maladies psychologiques, de plus en plus développés dans la psychanalyse et la psychologie actuelles.

BIBLIOGRAPHIE

ADOUTTE VIRGINIE

1996 L'artisanat potier dans la région de Marrakech (Maroc), production, échanges et transformations socio-économiques, mémoire de maîtrise d'ethnologie (sous la direction de Danielle Geirnaert), Université Paris X-Nanterre, 113 p.

AL KARADÂWÎ YÛSUF

1990 Al-halâl wa al harâm fî al-islâm, Casablanca, 320 p.

BELLAKHDAR JAMAL

1997 La pharmacopée marocaine traditionnelle, médecine arabe ancienne et savoirs populaires, 764 p.

FAHD TOUFIC

1997 «La naissance du monde selon l'Islam», Etudes d'histoire et de civilisation islamiques, I, p.1-36.

FILI ABDALLAH

1994 La céramique de la madrasa al Bu`inâniyya de Fès, mémoire de fin d'études, Rabat, INSAP, 2 vols, 180 p. (sous la direction de R. El Hraïki).

1996 La céramique médiévale du Maroc, état de la question, mémoire de DEA, Université Lumière, 2 vols, 136 p. (sous la direction de A.Bazzana).

2000 «La céramique de la madrasa al-Bu'inâniyya de Fès», Cerámica nazari y mariní, Transfretana (Revista del Instituto de Estudios Ceuties), 4, p. 259-290.

Sous presse «Quelques aspects de la céramique médiévale d'après les textes arabes médiévaux», III jornadas de la cerâmica medieval e pós-medieval, Tondela.

À paraître «La céramique, un artefact de la culture berbère», Colloque sur Les Berbères au Maroc, Fondation MNEMA, Beni Mellal, avril 1999.

À paraître «Les formes de propriété des ateliers de potiers à Fès d'après les archives de habous de l'époque alaouite (XVII-XIXe siècles)», VIIe congrès sur la céramique médiévale en Méditerranée, Thessalonique, octobre 1999.

À paraître «Le contexte céramologique de Fès d'après les textes et les données archéologiques», Céramique et histoire, Université de Perpignan, novembre 2000.

FILI ABDALLAH, MESSIER RONALD.

À paraître «La céramique médiévale de Sijilmasa», VIIe congrès sur la céramique médiévale en Méditerranée, Thessalonique, octobre 1999.

FILI, A., RHONDALI, A.

À paraître «L'organisation des activités polluantes dans la ville islamique : l'exemple des ateliers de potiers», La ville islamique en al-Andalus et au Maghreb, Algeciras, novembre 1999.

FILI, A, THEVENET, L.

À paraître «La mobilité des potiers au Maroc d'après les textes arabes du XIIIe au XIXe siècles», IVE jornadas de la cerâmica medieval e pós-medieval, Tondela, octobre 2000.

GOODY JACK

1979 La raison graphique, la domestication de la pensée sauvage (The domestication of the savage Mind, Cambridge Univ. Press, 1977), Trad. Jean Bazin, Alban Bensa, éd. de Minuit, Paris, 274 p.

HERBER JEAN

1922 «Technique des poteries rifaines du Zerhoun», Hespéris, p. 241-253.

IBN ZUHR ABÛ MARWÂN (m. 1162/558)

1992 Kitâb al-aghdiyya (tratado de los alimentos), ed. traducción e introducción por Garcia Sanchez, Madrid, Fuentes arabico-hispanas, 4, 185 p. (197 p. texte en espagnol).

IBN HABÎB ABD AL-MALIK (m. 238/853)

1992 Mukhtasar fî al-ttib, Compendio de medicina, ed. Camilio Alvarez de morales Fernando Giron Irueste, Madrid, Fuentes arabico-hispanas, 2, 153 p. (texte arabe, 145 p.).

1992 Kitâb al-târîkh (La historia), ed. y estudio por Jorge Aguadé, Madrid, Fuentes arabico-hispanas 1, 224 p. (texte arabe 163 p.).

LÉVI-PROVENÇAL EVARISTE

1955 Documents arabes inédits sur la vie sociale et économique en Occident musulman au Moyen Age, Le Caire, 130 p.

MARTÍNEZ LILLO SERGIO

1990 «Hornos califales de Toledo», Fours de potiers et «testares» médiévaux en Méditerranée occidentale, Madrid, Publication de la Casa de Velázquez, XIII, p. 45-62.

PESEZ JEAN-MARIE

1997 L'archéologie, mutations, missions méthodes, Paris, Editions Nathan, 128 p.

SEGURA FRANCISCA

1994 «Fuentes para el estudio de los minerales en el Kitâb al-Yâmi` de Ibn Al Baytâr», Ciencias de la naturaleza en al-Andalus, textos y estudios, III, Grenade, p. 295-315.

TAOUCHIKHT LAHCEN

1989 Etude ethno-archéologique de la céramique du Tafilaît (Sijilmassa), état de question, thèse de doctorat, Université de Provence, Aix Marseille I, 2 vols, 459 p. (sous la direction de G. Démians d'Archimbaud).

1997 «La poterie de Sijilmassa, approche ethnographique», VIe Congrès sur la céramique médiévale en Méditerranée, Aix-en-Provence, p. 579-584.

ZUHR ABÛ AL ALÂ' (525/1130)

1994 Kitâb al Mudjarrabât (Libro de las experiencias medicas), edición, Cristina Alvarez Milhar, Madrid, Fuentes arabico-hispanas, 7, 312 p.

NOTES

- 1 Ce travail fait partie de la recherche de thèse sur la céramique médiévale du Maroc que j'ai soutenu à l'Université de Lyon sous la direction d'André Bazzana.
- 2 Doctorant à l'Université de Lyon II, 10 rue Tixier, 69008, Lyon.
- 3 Nous renvoyons à la discussion que ce terme a soulevé à l'occasion du colloque de Grenade sur la céramique altomedieval au sud d'al-Andalus ; voir notamment p.195-199, 202-203.
- 4 Voir, J-M. Pesez, 1997, p. 65.
- 5 Même si le feu Jean-Marie Pesez lui-même n'opère aucune césure entre culture matérielle et culture tout cours, il est important à mon sens de poser le problème.
- 6 J. Goody, 1979, p. 90.
- 7 La Bible, Genèse, 11-24.
- 8 Nous ne pouvons pas développer ici les diverses étapes et évolution des créations, nous renvoyons, en revanche, à l'article de Toufic Fahd, 1997.
- 9 Coran, III, 59 ; XXII, 5 ; XXX, 20 ; XXXV, 11 ; XL, 67.
- 10 Coran, VI, 2 ; VII, 12 ; XXIII, 12 ; XXXII, 7 ; XXXVII, 11 ; XXXVIII, 71 ; LI, 33.
- 11 Coran, XV, 26, 28, 33 ; LV, 14.
- 12 La plupart des exégètes précisent que l'homme renvoie ici essentiellement à Adam.
- 13 T. Fahd, 1997, p. 25.
- 14 Coran, XXIII, 12.
- 15 Coran, VII, 12 ; XV, 33 ; XXXVIII, 75.
- 16 Coran, XV, 26.
- 17 T. Fahd, op. cit., p. 26.
- 18 Coran, LXXVII, 2.
- 19 Coran, XL, 64 ; LXIV, 3 ; VII, 11.
- 20 Coran, XXIII, 75.
- 21 T. Fahd, op. cit., p. 26.
- 22 Coran, VI, 2.
- 23 Voir dans ce sens le poème d'Ibn Abî al-Khisâl, 1987, p. 486, où il compare la vie humaine à une poterie (fakhkhâra).
- 24 Voir G. Camps, 1995, Dépôts rituels, Encyclopédie Berbère, XV, p 2269-2276. Voir également L. Taouchikht, 1997, p. 582-584.
- 25 Sur ces dimensions symboliques de la céramique du Maroc, voir Martinez, 1965 ; Id., 1966, Essai sur les aspects symboliques et religieux de la poterie d'Azamour, thèse de 3ème cycle, Montpellier ; V. Adoutte, 1996.
- 26 al-Bukhârî, les traditions islamiques, 111, p. 669.
- 27 Muslim, cité par Y. al-Karadâwî, 1990, p. 90.
- 28 A-H. al-Ghazâlî, Ihyâ', cité par Y. al-Karadâwî, p. 91-92.
- 29 Coran, XLIII, 71 ; LXXVI, 15.
- 30 al-Bukhârî, op. cit.
- 31 Ibn Habib a composé également un livre sur l'histoire d'al-Andalus, Kitâb al-ta'rîkh, Fuentes Arábico-Hispanas, 1, Madrid, 1992.
- 32 Alvarez de Morales, 1995, p. 32.
- 33 Ana Maria Cabo Gonzalez (1997) considère que le Kitâb al-Djâmi' est le couronnement de la littérature botanico-médico-pharmacologique arabe médiévale. Le sultan ayyubide al-Malik al-Kâmil le prit à son service en le nommant chef des herboristes. A la mort de son protecteur, Ibn al-Baytâr jouit de la faveur de son fils (al-Sâlih) à qui il dédia ses deux œuvres capitales Kitâb al-Djâmi' et le Kitâb al-Mughnî. Ana Maria Cabo Gonzalez, 1997, 25.
- 34 Ibn Zuh, Kitâb al-Aghdiyya, p. 136.
- 35 M. Rodinson, 1949; Ferhat, 1993.
- 36 Voir entre autres, V. Lagardère, Campagnes et paysans d'Al-Andalus: VIII-XVe s. p. 226 et suiv.
- 37 sur les références d'Ibn al-Baytâr, voir Segura Pérez, 1994, p. 299 et suiv.
- 38 Actuellement au Maroc cette argile est appelée ghasûl. C'est une argile saponifère qui porte en Algérie le nom de t'fal.
- 39 La majorité de ces utilisations sont encore en usage au Maroc. Voir F. Bellakhdar, 1997, p. 537.
- 40 Ibn al-Baytâr, pp. 148-150
- 41 Je pense tout particulièrement à la diffusion de l'Orient vers l'Occident du bleu de Cobalt, ou du lustre métallique ou encore les préparations des matières végétales utilisées dans la décoration de la céramique comme c'est le cas encore actuellement au Maroc aux ateliers de Moulay Dris Zarhûn. Sur cet atelier voir: Herber 1922.
- 42 Ibn Zuh, Kitâb al-Aghdiyya, p. 106, 136-138.
- 43 Cet position des médecins précise encore une fois que l'interdiction de la vaisselle en or ou en argent se justifie par des raisons purement sociales.
- 44 Ibn 'Abd al-Ra'ûf, E. Lévi-Provençal, 1955, p. 108.
- 45 Ibn 'Abdûn, E. Lévi-Provençal, 1955, p. 42-45.
- 46 Ibn Zuh, op. cit., p. 137.
- 47 On remarquerait l'intérêt de cette citation pour l'utilisation des minerais et des alliages à l'époque médiévale. Nous restons cependant très vigilants à propos d'une utilisation historique de ces citations.
- 48 Ibn 'Abdûn, op. cit., p. 42.
- 49 Ibn Zuh, op. cit., p. 136.
- 50 Ibn Habib, Mukhtasar fi al-Ttib, p. 43; Abû al-'Alâ' Zuh, Kitâb al-Mudjarrabât, pp. 25, 27, 32, 44, 50, 52, 99; Ibn Zuh, op. cit., p. 30, 41, 125.
- 51 Abû al-'Alâ' Zuh, op. cit, pp. 11, 44, 50, 52, 61; Ibn 'Abd al-Ra'ûf, op. cit, p. 108; Ibn 'Abdûn, op. cit, p. 42.
- 52 Ibn Zuh, op. cit., p. 137.
- 53 Abû al-'Alâ' Zuh, op. cit., pp. 12, 53, 61 ; Ibn Zuh, op. cit., p. 41, 125.
- 54 Ibn Zuh, op. cit., p. 38, 41.
- 55 Abû al-'Alâ' Zuh, op. cit., p. 25.

CERÂMICA DE TRADIÇÃO MUÇULMANA DA *UILLA* ROMANA DE FRIELAS (LOURES)

ANA RAQUEL SILVA*
PEDRO GOMES BARBOSA**

O presente estudo aborda a cerâmica com decoração pintada a crú, de tradição Muçulmana, recolhida na *uilla* Romana de Frielas (concelho de Loures), nas campanhas de trabalhos arqueológicos de 1997 a 2000.

Em 1997, uma equipa constituída por investigadores do Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo «Alexandre Herculano», da Faculdade de Letras de Lisboa, e da Câmara Municipal de Loures, sob a direcção dos autores deste artigo, iniciaram na aldeia de Frielas a primeira campanha de trabalhos arqueológicos. Os trabalhos tinham como finalidade detectar a existência de vestígios arqueológicos num terreno baldio, entre a igreja de São Julião e a capela de Santa Catarina, que iria ser alvo de obras por parte da Junta de Freguesia. Desde sempre se sabia ter existido no lugar de Frielas um paço, conhecido como «de D. Dinis», mas que os documentos mostravam ser anterior a esse reinado. Embora o lugar onde foi feita a intervenção fosse o mais provável para a localização do conjunto medieval, dada a proximidade com a capela, com o mesmo orago da que existira no paço dionisino, nenhum indício permitia assegurar a sua existência real. O achamento de parte de uma inscrição islâmica nos finais do século passado, a cerca de duzentos metros do local, podia levar a pensar que o conjunto pudesse ter estado no centro da aldeia, e não numa zona periférica como a que iria ser intervencionada. Os vestígios que

começaram então a ser postos a descoberto, embora não permitam ainda tirar conclusões definitivas, permite já algumas hipóteses de trabalho, que posteriores campanhas irão, ou não, confirmar.

A estação está situada num pequeno planalto, pouco elevado, quase um promontório, a uma cota de 10 metros acima da Ribeira da Póvoa, dominando a várzea de Loures (Fig. 1). Aos seus pés corria a água de um rio que vinha das elevações que se situavam mais ou menos a sul do vasto vale. Muito perto confluía com outro braço de água vindo de noroeste e ambos, juntando-se, procuravam, por um vale ainda mais apertado, o grande rio que se deslocava vagarosamente em direcção ao mar: o Tejo.

É provável que as colinas que bordejavam o promontório tivessem sido procuradas pelos homens desde a mais alta antiguidade. Não faltaria a caça, e o curso de água fornecia abundantemente peixe, moluscos e outros alimen-

* Arqueóloga do Museu Municipal de Loures – Câmara Municipal de Loures

** Director do Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo «Alexandre Herculano» – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

tos. As populações que foram chegando mais tarde a esta região instalaram-se nas alturas das colinas, e alguns restos da sua presença têm sido encontrados. Mas foi com a vinda dos romanos que o local terá sido eventualmente ocupado de forma mais continuada, e as suas potencialidades aproveitadas de forma mais sistemática. Entre os finais do século III e os inícios do IV, cresce uma *villa*, um grande complexo de exploração rural.

A proximidade do local à grande urbe que era Olisipo, a futura Lisboa, terá sido, a par da fertilidade das terras, a razão principal para este desenvolvimento. Perto, a meia encosta, passava uma estrada romana que, saindo de Lisboa, se dirigia a norte. Algures muito perto, essa via dividia-se em duas: uma, um ramal que iria ligar essa «via do Oeste» à principal estrada romana que seguia por Sacavém rumo a Santarém e, depois, Coimbra; a outra, continuava talvez pela outra margem, em direcção a Loures, Montachique e região de Torres Vedras, por Runa e Dois Portos, para depois alcançar os arredores de Leiria, unindo-se, mais acima, com a primeira estrada.

Faltam-nos vestígios da presença pré-islâmica nesse local, mas é de supor que a fertilidade do vale e a proximidade a Lisboa continuassem a atrair um número considerável de agricultores.

Em 711 dá-se início à conquista da Península Ibérica pelas forças do Islão. Dois ou três anos depois o território de Lisboa estava nas mãos dos muçulmanos, mas não é garantido que a ocupação desta zona fosse feita pela força. É provável, mesmo, que boa parte dos antigos habitantes mantivessem as suas terras. Lisboa revitalizou-se como centro activo de comércio e de artesanato. À sua volta desenvolveu-se uma cintura de hortas, alminhas, olivais e outras propriedades rústicas, que forneciam a grande urbe daquilo que ela necessitava para se alimentar. Deste período,



Figura 1 – Localização de Frielas (C.M.P., 1:25 000, folha 417, 1996)

para além da inscrição, já referida, pouco foi encontrado, já que o conjunto cerâmico aqui estudado é **de tradição** islâmica, num processo de continuidade comum (pelo menos) à parte sul do País.

Quando se forma a aldeia de Frielas? Esta questão é de extrema importância se quisermos perceber de que forma, e quando, se passou de uma grande propriedade rústica, pertencente possivelmente a uma família que, provavelmente, teria a sua morada da cidade de Lisboa, a um aglomerado rural.

As estruturas que chegaram até nós deixam perceber uma grande *uilla* romana, parte dela impossível de se recuperar, já que se estendia por uma zona actualmente ocupada por casas. Boa parte dos compartimentos escavados ainda conservam o chão recoberto a mosaicos polícromos, com motivos geométricos, peltas e cordas. Ao longo dos anos de utilização, o mosaico foi-se degradando, tendo sido tardiamente, possivelmente já no período medieval, remendado com argamassa.

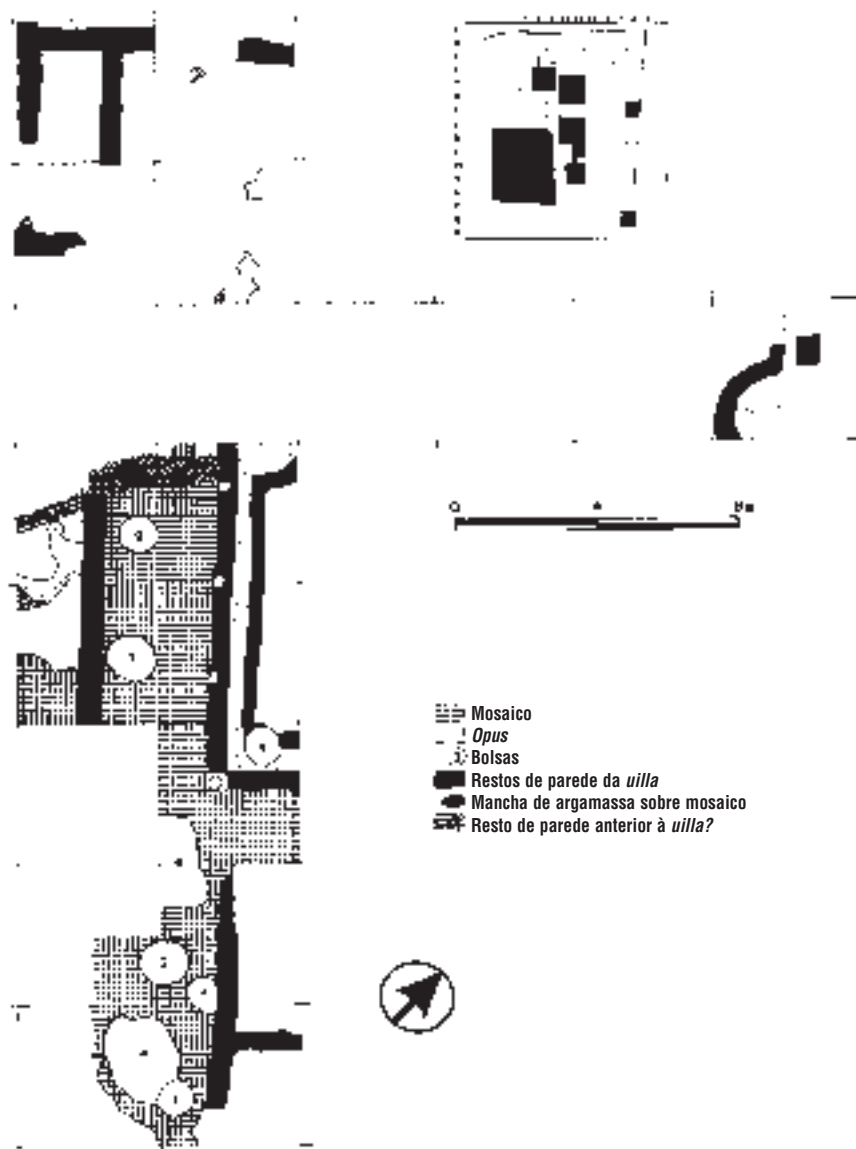


Figura 2 – Planta da *uilla* Romana de Frielas

Neste período, muros internos modificaram o espaço das salas, tornando-as mais pequenas e funcionais, tendo-se aberto em alguns locais silos de armazenamento¹, posteriormente entulhados, na última fase de ocupação, ou talvez mesmo aquando da destruição do paço, em 1383, pelas tropas castelhanas que, pela terceira vez, cercavam Lisboa. Dos silos até agora escavados, o maior é o identificado com o número 4 (Fig. 2), com uma profundidade média de 3.20 metros², e onde se recolheram vários milhares de fragmentos cerâmicos dos finais do período medieval.

Não sabemos se, como aconteceu noutros lugares, as gentes se começaram a juntar à volta das instalações da *villa* romana durante os períodos conturbados do final do Império Romano. O que poderemos dizer é que é perfeitamente verosímil pensarmos na existência de uma pequena povoação já durante o período islâmico. Mesmo que a conhecida inscrição muçulmana encontrada na aldeia seja datada dos séculos XII-XIII, ou seja, dentro do período de dominação cristã, e não de um momento mais recuado, o que é certo é que um trabalho desse tipo dificilmente poderia ter sido encomendado por qualquer mouro forro que fosse para aí trabalhar as terras reguengas. Mesmo que a pedra não tivesse sido encontrada no seu local de origem, é pouco provável que tivesse sido trazida de muito longe e, por isso, continua a valer o que foi dito. É pena que a inscrição esteja fragmentada, e que apenas tenhamos uma invocação religiosa. Na realidade, o resto da epígrafe poderia contribuir para novas hipóteses. Um texto totalmente laudatório à divindade poderia fazer pensar numa inscrição mandada fazer para decorar um templo. Talvez uma pequena mesquita que servisse a comunidade. Ou talvez um morábito onde estivesse depositado o corpo de um homem santo. Seríamos tentados a ver na capela de Santa Catarina, a mesma que, segundo a tradi-

ção, se encontra no preciso lugar onde teria sido construída a de D. Dinis, com a mesma evocação, os restos de um morábito, sugerido não só pela sua forma cúbica, mas ainda mais pela sua orientação para sudeste. Mas certezas só as poderemos ter, eventualmente, quando a consolidação do edifício permitir uma intervenção arqueológica no seu interior.

É, pelo menos, uma pequena aldeia que vai ver chegar, a partir de 1147, o domínio dos homens do Norte. Lisboa foi conquistada após violentos combates, mas nada nos garante que as terras que a envolviam fossem igualmente devastadas por correrias de bandos guerreiros.

Se boa parte das terras passa para as mãos dos colonos vindos das terras do Norte, ou dos cruzados que resolveram cá ficar (que matar a moirama da Terra Santa não merecia maior apreço de Deus do que ajudar a arrancar o Mal neste extremo da Europa), uma boa extensão reverte para o rei, como direito de conquista. Entre essas terras estão quatro reguengos, terras da Coroa, considerados dos mais importantes e ricos da região: Frielas, Unhos, Sacavém e Camarate. Aliás, a permanente referência ao conjunto dos quatro lugares leva-nos a pensar que os reguengos apenas seriam contados como quatro porque abrangeriam os termos de outras tantas aldeias, e não porque os seus terrenos não tivessem continuidade.

Nestas terras do rei, a par de cultivadores cristãos, os reguengueiros, trabalhariam igualmente alguns mouros. Talvez que cultivando ainda parte das terras que tinham sido suas, mas que agora eram propriedade, tal como eles, do novo senhor.

A pequena aldeia dominava um conjunto de terras férteis, tanto de encosta quanto junto ao rio, que lhe permitiam proporcionar anualmente, ao rei, rendas consideráveis. Essas mesmas rendas, justamente com as de Sacavém, Unhos e Camarate, são colocadas por D. Dinis como garantia de pagamento de três mil libras

anuais ao almirante Manuel Passanha, em 1317³. Para o interior, ficavam as terras da Apelação, limite da freguesia de Frielas. A freguesia podia contar, portanto, com terras de aluvião junto aos cursos de água, certamente que já não somente alguns esteiros, mas igualmente pequenas várzeas criadas com a deposição das terras que escorriam da encosta junto à aldeia, já que a outra margem estaria ainda densamente florestada: a chamada Mata de Loures continuava a existir ainda no reinado de D. João I, tendo-a o monarca coutado para o mosteiro de Odivelas, em 1394⁴. As colinas permitiam o plantio de vinhas e a existência de grandes olivais, como ainda hoje podemos ver. Uma espécie que se dava muito bem nessas terras era a figueira. D. Dinis compra a Rui Peres, em 1309, um figueiral junto a Frielas, o qual confronta com um outro, a oriente. Na Apelação existem também figueirais de mistura com outras espécies⁵. O mesmo documento refere o aforamento de uma vinha na Apelação, que não estava trabalhada havia já vários anos, o que era grande perda para o monarca. Infelizmente não sabemos a razão do abandono, nem quanto tempo esteve em maninho. Poderemos pensar no esgotamento da terra, com uma consequente baixa de produtividade, ou então o afastamento de vias de escoamento do produto, tornando pouco atractiva a exploração de uma propriedade de que haveria que pagar foro.

Nos esteiros que se formaram nos cursos de água da baixa de Loures, fizeram-se salinas. A água salobra ou mesmo salgada e a existência de argila impermeável, que se encontra com muita facilidade, tornavam rentável e atractiva a exploração do sal. Mas o rio não tinha apenas salinas e barcos de pesca fluvial: algumas azenhas foram aí construídas. As primeiras de que temos notícia datam de 1298. Por esse documento, D. Dinis autoriza Domingos de Gaia a edificar azenhas no reguengo de Frielas, «onde se junta a água que vem de Loures e de Odivelas».

Este documento citado mostra-nos também que a região tinha potencialidades cerealíferas. De outro modo, não se justificaria que um casal apostasse na construção desses meios de transformação, quase que «arrematando» o direito de serem os únicos a moer. E o foro de dez moios⁶ de pão meiado, que têm que pagar ao rei⁷, revela os produtos cerealíferos mais cultivados. Metade é paga em trigo, como seria de se esperar no local onde nos encontramos, e a outra metade seria constituída por milho⁸ ou por centeio.

A crescente actividade económica terá atraído cada vez mais povoadores que buscavam terras para cultivar. A aldeia, centro de um dos reguengos, terá conhecido alguma ampliação com a fixação de novas gentes, mas terá sido com o estabelecimento do paço real que Frielas vai ter um grande incremento. Não se tratava apenas de uma povoação, centro de propriedade régia, mas o local para onde os reis se deslocavam, de vez em quando, para repousar e caçar nas matas circundantes, trazendo com eles todo o seu séquito de servidores e acompanhantes.

Quem viesse de Lisboa e quisesse atingir Frielas, seguiria o que restava da velha via romana, buscando a importante aldeia do Lumiar, a partir da qual o traçado se torna confuso. Pode ser que a via continuasse a meia encosta, seguindo a actual estrada militar, até perto de Frielas, mas poderia também acontecer que, antes de

começar a descer, passasse pela aldeia da Ameixoeira. Era a estrada estratégica de quem, vindo do norte pelo litoral, se dirigia à aldeia do Lumiar, onde vários exércitos fizeram acampamento, ou por onde passaram, saqueando, para atingir a cidade de Lisboa. Lembremo-nos, apenas, da destruição de Frielas por parte dos castelhanos, em 1383, como nos relata Fernão Lopes, momento no qual terão derrubado o paço. Ora, o objectivo dos castelhanos não era a simples destruição do paço, e a sua pilhagem. Aliás, a aldeia não deve ter escapado incólume, e deve ter sofrido o saque das tropas invasoras. Mas parece-nos que o verdadeiro objectivo seria o controlo do acesso a Lisboa, de modo a impedir a chegada de socorros. Fernão Lopes não nos indica a forma como os castelhanos chegaram a Frielas, mas o facto de terem incendiado antes o paço de Xabregas leva-nos a pensar que terão subido a

margem do rio, rumo a Sacavém, outro nó de vital importância, onde uma torre⁹ defendia o passo tanto para norte, atravessando o Trancão¹⁰, quanto para o ocidente, através do vale desse rio, rumo à «via do oeste». De Sacavém, possivelmente já nas mãos das tropas invasoras, a coluna terá seguido por estrada – até Frielas. O principal alvo seria não o paço, mas a torre que aí existiu.

Dois documentos importantes dão-nos a localização dessa torre. O primeiro, de 1310, trata da venda ao rei de três casas, por João Martins Vilão. Aí se escreve que as ditas casas confrontavam a norte e a poente com a torre. Assim sendo, não estamos a falar de uma pequena torre de vigia, mas de uma estrutura mais complexa, provavelmente com um torreão e construções anexas que formariam o ângulo onde se encaixavam as referidas casas. Mas outro documento, do mesmo ano, refere a venda ao rei de uma casa, por Miguel Martins, casa essa que confronta a leste com a torre, e a norte com os paços do rei. A sul e a poente correm vias públicas.

Estando as casas a sul do paço e da torre, incluindo as casas da igreja, essas duas estruturas marcariam o limite norte da malha urbana (Fig. 3).

Outra conclusão é a de que em 1310 o paço já se encontrava construído. Mas não tendo qualquer registo que nos fale da construção, não podemos partir do princípio de que o complexo tivesse sido feito por mandado de D. Dinis.

Três anos depois, D. Dinis instituiu capela no seu paço. Este facto merece algumas reflexões e explicações. Só por isto, não podemos afirmar que o rei tivesse resolvido passar mais tempo em Frielas, ou que fosse apenas nessa altura que as suas visitas começaram a ter alguma regularidade. Antes da instituição da capela, e certamente depois, o rei iria à igreja da povoação. Mas outro aspecto importante é

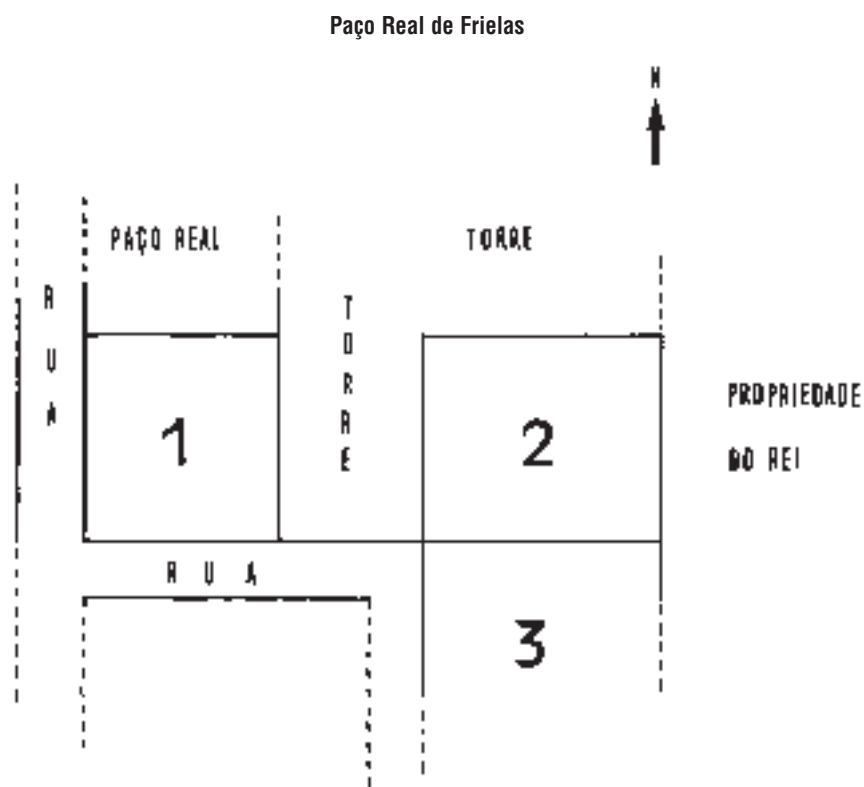


Figura 3 – Paço Real de Frielas: tentativa de percepção do envolvimento através de documentação dionisina

Legenda:

1. Casa que Miguel Martins vende a D. Dinis.
2. Casas (três) que João Martins Vilão e Estevão Domingues cederam a D. Dinis.
3. Casas da igreja de Frielas (e igreja).

Nota: As propriedades não teriam forma regular. Trata-se apenas da elaboração da malha através das indicações das confrontações que estão referidas segundo os pontos cardeais. As propriedades contíguas teriam saídas privadas ou serventias que dariam para as ruas públicas, as únicas indicadas no documentos, como tais. O tracejado do desenho indica limites das propriedades para lá das confrontações.

que no documento não se refere a construção de raiz de uma capela mas uma possível transformação ou remodelação de compartimentos ou construções já existentes. O que está mais claramente explícito no documento é a obrigatoriedade de existir um capelão e um sacristão¹¹, e que o capelão deverá ter uma renda anual, que se estipula, paga com as rendas das vinha que o rei tinha em Frielas.

A pouca documentação que possuímos vai-nos permitindo, aos poucos, reconstruir a aldeia de Frielas. É a informação da existência de adegas junto ao açougue¹², da localização das casas, e a quem pertenciam... Vamos, lentamente, juntando a informação arqueológica para melhor conhecer a realidade de Frielas. Uma povoação centro de um fértil reguengo, com tabelião que morava na localidade, pelo menos em determinado momento¹³, e onde judeus importantes do reino, como o Rabi-mor D. Guedelha e os seus descendentes, detinham propriedades que o rei Lavrador isenta de pagamento dos direitos devidos à coroa, pelos serviços prestados¹⁴. Local onde os reis, pelo menos a partir de D. Dinis, vinham passar algum tempo de repouso. Até que D. Fernando I dá o reguengo de Frielas, entre outras terras, como arras de casamento a D. Leonor Telles. A crise nacional de 1383-85, e o novo período que se lhe seguiu, vieram modificar profundamente o modelo de desenvolvimento então seguido. D. Nuno Álvares Pereira, conde de Ourém, recebe, entre outras propriedades, o reguengo de Frielas (e os de Camarate, Sacavém e Unhos). Anos mais tarde, ao dividir os seus bens, o reguengo de Frielas passa para a posse do novo conde de Ourém, o quarto conde, D. Afonso. Ou seja, passou-se para uma exploração de tipo senhorial, muito mais condicionante do que a ligação ao rei, certamente que mais sobrecarregada com pagamentos de direitos. O paço nunca mais foi reconstruído. Aliás, a não permanência dos



Estampa I

senhores nesse local não tornava necessário um «poiso permanente». Aos poucos, apenas a recordação ficou, e a lembrança de ter existido uma capela dedicada a Santa Catarina, mandada fazer por D. Dinis, e que, no século XVII, o conde da Ribeira Grande quis reconstruir, no mesmo local, não sem antes ter andado à procura dos restos do paço medieval. Os trabalhos que actualmente se estão a desenvolver trarão, esperamos, novos e decisivos dados para a interpretação da História de Frielas.

O conjunto cerâmico objecto deste estudo é constituído por 444 fragmentos, todos de fabrico a torno, dos quais se individualizaram 80 recipientes.

Morfológicamente, o conjunto aponta para uma utilização doméstica, identifi-



Estampa II

cando-se loiça de cozinha – panelas –, de armazenamento – cântaros e potes – e de mesa – tigelas, copos, bilhas e jarrinhas.

No total, predominam as bilhas (EST. I, 1-4), seguidas dos cântaros (EST. I, 5-8), e panelas. Distinguiram-se as bilhas dos cântaros a partir dos diâmetros internos dos bordos, sendo os das primeiras (6 – 8.6 cm) inferiores aos dos últimos (9 – 13.4 cm). Nas panelas identificadas (EST. I, 9; EST. II, 10), a maioria apresenta asas em fita que arrancam do bordo; embora só se tenham recolhido fragmentos com uma só asa (EST. II, 10), é bastante provável que, originalmente, tivessem duas asas. Considerando as panelas formas mais abertas do que os potes, identificaram-se quatro exemplares destes últimos (EST. II, 11-12). Dada a escassa representatividade desta forma e o seu estado fragmentado, torna-se complicado esclarecer para que tipo de armazenagem seriam utilizados.

Alguns fragmentos foram identificados como copos (EST. II, 13-14; EST. III, 15),

e jarritas (EST. III, 16-18), os quais, juntamente com as bilhas, serviriam para servir líquidos à mesa. Ainda dentro deste conjunto de loiça de mesa, foi identificado um fragmento correspondente a uma tigela (EST. III, 19); é uma forma aberta, com carena, apresentando decoração interior; além de alimentos mais líquidos, poderia conter, igualmente, alimentos de carácter mais sólido.

Dos quatro fragmentos de fundo recolhidos (EST. III, 20-21), apenas um apresenta sinais de exposição de lume, o que poderá incluí-lo na loiça de cozinha, talvez uma panela.

Distinguem-se, genericamente, três grupos dentro deste conjunto de acordo com a relação cor da pasta/cor decorativa. Um primeiro grupo, com pasta de cor castanha/alaranjada no qual se distinguem fragmentos com decoração de cor branca/rosa directamente sobre a pasta, fragmentos com decoração de cor branca/rosa sobre engobe castanho/cinzeno e decoração de cor branca sobre engobe cinzeno. Num segundo grupo, com pasta de cor alaranjada com cerne cinzeno, verifica-se uma relação com a cor decorativa semelhante à do primeiro grupo descrito. Num último e pequeno grupo de pasta castanha, verifica-se que a decoração é castanha escura sobre um engobe igualmente castanho.

Relativamente aos motivos decorativos, este conjunto é marcado pela utilização separada ou em combinação de traços finos/grossos horizontais ou verticais paralelos com linhas ondulantes nas zonas do bordo/colo/pança. As asas são marcadas, na sua maioria, igualmente, por traços paralelos, horizontais, verticais ou oblíquos.

Identifica-se, num pequeno número de fragmentos, o recurso a círculos (ou semicírculos) concêntricos. Alguns fragmentos são marcados por traços finos verticais paralelos que arrancam do fundo das peças. Deste conjunto, ressalta um fragmento de bordo com

reticulado inscrito, superiormente, por dois traços finos horizontais paralelos (EST. III, 22); é um fragmento único neste conjunto, com pasta de cor branca, sobre a qual se pintou, a castanho escuro, um motivo decorativo. Não se identificou a sua forma.

Este conjunto cerâmico foi recolhido um pouco por toda a área de escavação, com particular incidência nas quadrículas I15, E13-A/B, N11 e G11, bem como nas bolsas 5, 2 e 4 (Fig. 2).

Em I15, pôs-se a descoberto parte do peristilo da *uilla*, do lado Nordeste, apresentando fortes sinais de destruição. É precisamente das camadas que testemunham este possível abandono/destruição da *uilla* – derrube de telha e camada de cinzas – que provêm alguns destes fragmentos cerâmicos decorados. Em G11, a realidade só difere no tipo de sinais de destruição; aqui, as grandes manchas de argamassa e inúmeras *tesselae* soltas misturadas com um conjunto variado de espólio arqueológico deram lugar ao que terá sido o extremo Noroeste do peristilo da *uilla*.

A área compreendida nas quadrículas N11-A/B e N10-C/D foi drasticamente alterada pela abertura das bolsas 3 e 4. Em N11-B, foi recolhido o recipiente mais bem conservado deste conjunto, uma panela asada (EST. II, 10), nas camadas superficiais.

A quadrícula E13-A/B, localizada no extremo Noroeste da área escavada, junto a um declive, poderá corresponder a um local de escorrências ou, até mesmo, de despejo; nela foram recolhidos materiais arqueológicos de diversas épocas, sem uma aparente relação diacrónica.

Embora inicialmente identificadas como silos de armazenamento, posteriormente entulhados, a escavação de algumas das bolsas postas a descoberto trouxe alguns dados que poderão colocar em causa aquela primeira interpretação: não foram encontrados quais-



Estampa III

quer vestígios de revestimento nas paredes, de forma a isolar os cereais; no fundo das três bolsas escavadas na totalidade não foram encontrados restos de sementes; o fundo da bolsa 4, a maior de todas conhecidas, até agora, em Frielas, apresentava-se muito húmido, sendo constituído por argilas esverdeadas. A escavação do enchimento das restantes bolsas decerto fornecerão mais dados que possam esclarecer a questão da sua funcionalidade original.

O material arqueológico recolhido no interior destas bolsas é bastante heterogéneo: desde materiais dos períodos Romano e Medieval, recolheram-se cerâmica, metais, vidros, material osteológico animal e material de construção.

Embora o contexto em que este conjunto cerâmico foi recolhido – em níveis de



Figura 4 – Bolsa 4: aspecto da concentração cerâmica

destruição ou no interior das bolsas – não nos permita esclarecer a sua proveniência original, é possível identificá-lo como sendo loiça doméstica, logo associado a um local de habitação.

Apesar de existirem estruturas sobrepostas e da grande maioria da cerâmica recolhida durante os trabalhos de escavação apontar para uma cronologia Medieval/Moderna, não podemos afirmar desde já, e sem dúvida, que existiu uma sobrevivência das estruturas habitacionais da *uilla* até ao período de ocupação Muçulmano ou, mesmo, até períodos mais tardios da história.

Pela observação estratigráfica, verifica-se que as várias bolsas foram abertas num momento em que a área da *uilla* estaria já desactivada, possivelmente em fase de ruína, «esventrando» os derrubes de telha e os pavimentos em mosaico. Mas, quando? Da bolsa 4 foi possível obter uma datação por Radiocarbono, através de um conjunto de carvões recolhidos à cota real de 8.00 m, associado a uma concentração cerâmica. A data obtida é de 960 ± 100 BP¹⁵, que calibrada a 2 sigma corresponde ao intervalo 888-1281 cal AD. Temos, pois, um vasto intervalo de tempo que vai desde os finais do século IX aos finais do século XIII. O enchimento desta bolsa apresentou duas grandes camadas, aparentemente contemporâneas: uma primeira camada de argamassas e calcários que sobrepunha, na diagonal, uma segunda camada de terras castanhas, com grande quantidade de material arqueológico, malacológico e faunístico. É na segunda camada que surge esta concentração cerâmica, constituída, entre outros, por panelas e bilhas com os fragmentos em conexão (Fig. 4), indicando uma deposição primária. Se a bolsa 4 (e as restantes) tiver sido aberta com a única função de servir como lixeira, poderemos situá-la, cronologicamente, no intervalo de tempo acima referido; caso contrário, a datação obtida serve, apenas, o enchimento da bolsa.

O recurso à técnica decorativa da pintura a crú percorre todo o período de hege-

monia Muçulmana mantendo-se a sua utilização além do momento da conquista cristã. Deste modo, a atribuição cronológica de um conjunto cerâmico com este tipo de decoração não é fácil, principalmente quando não foi recolhido num contexto arqueológico bem definido cronologicamente.

A utilização dos traços grossos, mais habitual a partir do século XII, está presente em muitos dos fragmentos recolhidos em Frielas, embora coexistam com os traços finos. Destaca-se um fragmento com decoração reticulada, a qual se insere numa cronologia dos séculos IX-XI. Ao ser recolhido juntamente com outros fragmentos com decorações mais recentes, mostra ser um claro sinal de predominância destas cerâmicas até períodos mais tardios.

É clara a presença de Muçulmanos, ou mais precisamente, de gentes arabizadas em Frielas. Embora alguns aspectos do seu quotidiano sejam conhecidos, quer através da documentação da época, quer através da investigação arqueológica, muito está ainda por descobrir, facto que a continuação dos trabalhos em Frielas irá decerto esclarecer.

BIBLIOGRAFIA

- BORGES, Artur G. M., 1998, «Epigrafia árabe no Gharb» in MACIAS, S., TORRES, C. (coord.), Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo, Museu Nacional de Arqueologia, p. 251.
- CARVALHO, António R., FARIA, João C., «Cerâmicas Muçulmanas do Museu Municipal de Alcácer do Sal» in Arqueologia Medieval, 3, Ed. Afrontamento, Porto, s.d., pp. 101-111.
- O Medieval e o Moderno em Loures. Viagens pelo Património, Catálogo da Exposição de Arqueologia, Museu Municipal de Loures, Câmara Municipal de Loures, 1999, pp. 79-81.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, 1998, «A cerâmica no Gharb al-Ándalus» in MACIAS, S., TORRES, C. (coord.), Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 121-131.
- RETUERCE, M., ZOZAYA, J., 1986, «Variantes geográficas

de la cerámica omeya andalusí: los temas decorativos» in *La Ceramica Medievale nel Mediterraneo Occidentale*, 8-13 Outubro 1984, Siena – Faenza, pp. 69-128.

SILVA, Ana Raquel, 2000, «A Estação Arqueológica de Frielas» in *Actas 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. VI, ADECAP, Porto, pp. 479-489.

TORRES, C., PALMA, M.P., REGO, M., MACIAS, S., 1996, «Técnicas e utensílios de conservação dos alimentos na Mértola Islâmica» in *Arqueologia Medieval*, 4, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 203-217.

NOTAS

- 1 Denominados, no decorrer dos trabalhos arqueológicos, como bolsas.
- 2 A profundidade total conhecida desta bolsa é de 3.80 m.
- 3 *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, Lisboa, 1980, nº 65. «Outrossy tenho por bem de uos dar em cada huu anno tres mjl libras em dinheiros da moeda de

portugal e que as aiades pelas rendas dos meus reguengos de freellas e d unhos e de sacavem e de camarate aas terças do anno. s . a primeira terça por primeiro dia de Janeiro que ora foy da era de mjl iiii Lb. annos que ora anda...».

- 4 *Chancelaria de D. João I*, Livro 2, fol. 88 (C. M. L. Baeta Naves, coord., *História Florestal, Aquícola e Cinegética*, vol. I, Lisboa, 1980, pág. 181).
- 5 Documento de 1338 (*Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. II, Lisboa, 1992, nº 93).
- 6 A doação dos direitos ao Mosteiro de Odivelas refere 15 moios, e não dez. Esses moios seriam medidos pela medida de Lisboa, que era então de dezasseis alqueires o moio.
- 7 Dois anos depois D. Dinis dá ao Mosteiro de Odivelas os direitos que deveria receber de Domingos de Gaia.
- 8 Obviamente que se está a falar de milho painço ou milho miúdo.
- 9 Da qual ainda restam vestígios.
- 10 Navegável nessa altura.
- 11 «Moozinho». Ver Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das Palavras Termos e Frases...*, ed. crítica, vol. 2, Porto, 1984.
- 12 *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. II, Lisboa, 1992, nº 143 e 144.
- 13 «fecta foy esta carta en ffreelas nas casas de Gomez periz Tabaliom...», no ano de 1338 (*Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. II, Lisboa, 1992, nº 144).
- 14 Será marca desses judeus a lage de argila, fragmentada, com a gravação de uma estrela de Salomão (infelizmente faltando uma das pontas), que foi descoberta nos trabalhos arqueológicos levados a cabo desde 1997?
- 15 Amostra de carvões analisada no Instituto Tecnológico e Nuclear, com a referência Sac-1582.

APUNTE SOBRE EL AJUAR CERÁMICO DEL SIGLO XII EN NIEBLA

YOLANDA BENABAT HIERRO
JUAN AURELIO PÉREZ MACIAS

1. INTRODUCCIÓN

A lo largo de la Edad Media, Niebla (*Labla*) tuvo un papel destacado en la historia socio-económica y política de *al-Andalus*. Conquistada en el año 712, la presencia islámica se mantuvo hasta 1262, fecha de su incorporación a la corona de Castilla tras un asedio de nueve meses por las tropas de Alfonso X El Sabio (ROLDÁN CASTRO, 1993).

Fue centro administrativo de una *Kūra* que se extendía por la mayor parte de la actual provincia de Huelva, y en ella se estableció el *Yund* de Emesa. Participó activamente en las revueltas muladíes en el período del Califato, y a la caída de éste, después de la *Fitna*, se convirtió en uno de los reinos taifas bajo el mando de los Yahsubíes, hasta que en el 1053 fue absorbida por la taifa de los Abbadíes sevillanos. Tras el paréntesis almorávide, época a la que se asigna la construcción de su recinto amurallado de tapial (TORRES BALBAS, 1960), uno de los mejores conservados de *al-Andalus*, Niebla vuelve a vivir un corto período de libertad bajo *al-Bitrūyī*, quien finalmente prestará fidelidad a los unitarios Almohades.

Quizás sea el último momento de la Niebla islámica el mejor conocido, cuando debilitado el poder de los Almohades tras la rebelión de *Ibn Hūd*, se establece en Niebla *Muhammad b. Mahfūz*, que se autotitula *Emir del Algarbe* y mantiene a Niebla como último reducto islámico de *Garb al-Andalus* ante las embestidas de portugueses y castellanos. Estos últimos tomarán finalmente la ciudad y su territorio cerrando el paso al imparable afán conquistador de Sancho II Capelo de Portugal.

A partir de este momento será Niebla el centro de un largo conflicto territorial entre portugueses y castellanos, denominado *Cuestión del Algarbe*.

A pesar de la relevancia de la ciudad de Niebla y del gran número de intervenciones arqueológicas que se han realizado en ella desde los inicios de este siglo (CAMPOS, RODRIGO y GÓMEZ, 1997), carecemos aún de dataciones fiables sobre sus monumentos más destacados (mezquita, muralla, etc.) y de estudios sobre sus producciones cerámicas. Contamos únicamente con los estudios de Pavón Maldonado (1980) sobre un conjunto cerámico descontextualizado procedente de una antigua excavación en Niebla; de Olmo Enciso (1981), sobre vasos de las excavaciones efectuadas en la Puerta de Sevilla, siendo de interés su apunte sobre la posible existencia de producciones locales; y de Pérez y Bedia (1993), sobre un conjunto de piezas depositadas en la Casa de la Cultura de Niebla, provenientes de la rapiña a

que fue sometido el Museo de Niebla tras la muerte de su fundadora Doña Elena Whishaw.

2. LAS INVESTIGACIONES DEL PROYECTO DE ARQUEOLOGÍA URBANA EN NIEBLA

Desde el año 1993, el Área de Arqueología de la Universidad de Huelva viene desarrollando un proyecto de investigación encaminado al estudio del fenómeno urbano en Niebla, dentro del cual se han llevado a cabo diversas actuaciones arqueológicas en solares intramuros de su Conjunto Histórico. Una de estas actuaciones consistió en la realización de un corte estratigráfico situado en el patio de la vivienda C/ Plaza de Santa María-7, cercano a la ubicación de la antigua Mezquita, actualmente Iglesia de Nuestra Señora de la Granada (GÓMEZ, CAMPOS, PÉREZ, VIDAL, y BENABAT, 1999). Este solar, localizado en el centro neurálgico de la Niebla musulmana, era de gran interés de cara al conocimiento del urbanismo islámico. En esta excavación se localizó una fosa aséptica colmatada, de la cual se extrajo un conjunto cerámico homogéneo formado por un gran número de piezas completas (Figura 1).

En este trabajo pretendemos un primer acercamiento a la tipología de la cerámica islámica de Niebla a partir de este lote cerámico.

Hemos dividido las cerámicas según criterios funcionales, de acuerdo con la propuesta de Navarro Palazón (1991). Se han establecido seis categorías:

2.1. Vajilla de Cocina

1.1.1. Marmita (Figura 2)

Generalmente presentan pastas castañas al corte y exteriores ahumados. También es usual la existencia de decoración pintada con trazos blancos en la panza, borde y asas. Hemos distinguido los siguientes tipos:

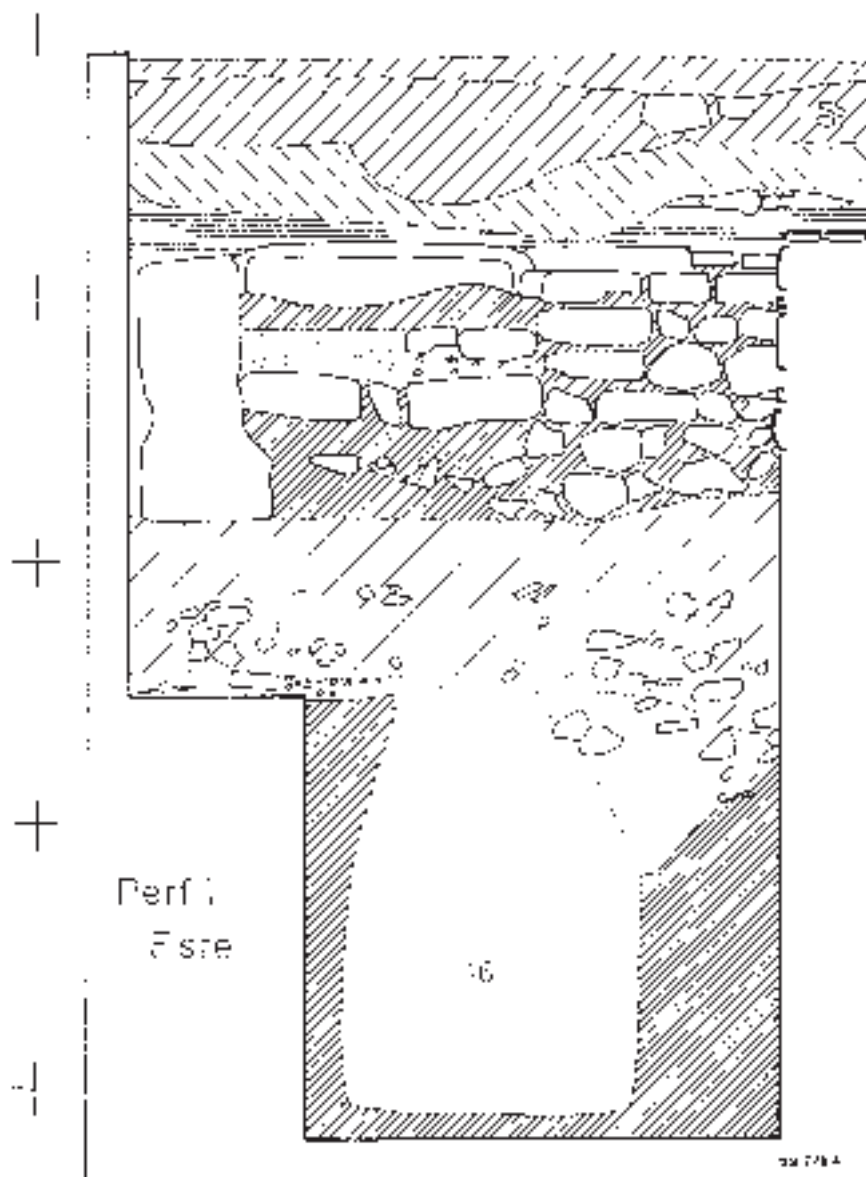


Figura 1 – Perfil estratigráfico de Santa María

1.1.1.1. Marmita con cuerpo de tendencia piriforme, base convexa, paredes convexas convergentes, con carena en el tercio superior y borde corto y recto de labio biselado al exterior. Generalmente presentan dos asas verticales de sección redondeada, que comienzan en la carena y terminan en la parte inferior del cuerpo (Figuras 2, 1 a 3).

Otras variantes de este tipo presentan el cuerpo más achatado o más globular, aunque pertenezcan a este tipo de marmita.

Las pastas suelen ser castañas al corte y grises al exterior. En su mayoría presentan acanaladuras en la zona de la panza.

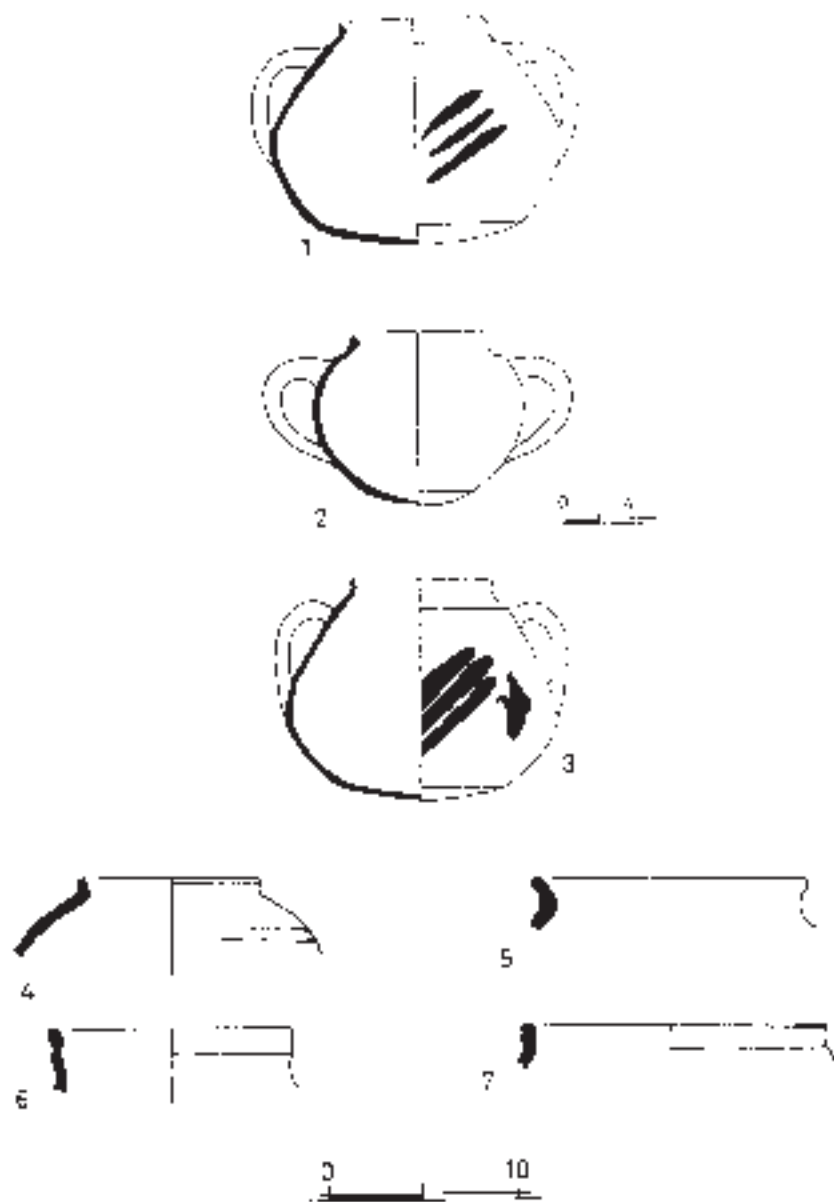


Figura 2 – Marmitas

Suelen llevar decoración pintada, consistente en trazos gruesos realizados con los dedos o a pincel. Esta decoración se realiza con pintura blanca y el lugar destinado es la panza y en algunas ocasiones el borde y las asas.

Este tipo de decoración puede estar relacionada con las producciones cerámicas de Córdoba, desembocadura del Guadalquivir, Sur de Portugal, Málaga y Extremadura, con cronología de los siglos X-XI.

1.1.1.2. Marmita de cuerpo globular, decoración acanalada en la panza y borde exvasado con labio biselado al exterior. Presenta entrante interior para recibir tapadera (Figura 2, 4).

1.1.1.3. Marmita de cuerpo piriforme y borde recto con moldura exterior. Presenta un pequeño cuello cilíndrico con el interior cóncavo a partir del cual se abre el vaso (Figura 2, 7).

Este tipo está documentado en Sevilla, donde aparece la forma completa con base convexa, cuerpo globular con acanaladuras, cuello corto cilíndrico, borde engrosado y dos asas. Puede tener vedrío interior de impermeabilización y en ocasiones presenta decoración con trazos de pintura blanca verticales o concéntricos o simples manchones (LAFUENTE IBÁÑEZ, 1995). También se ha documentado en Jerez de la Frontera, donde se sitúa en la segunda mitad del siglo XII (MONTES y GONZÁLEZ, 1987). En Saltés está fechada en el siglo XIII (BAZZANA y CRESSIER, 1989).

1.1.1.4. Marmita de borde saliente redondeado (Figura 2, 5). Sus paralelos más próximos se encuentran en Casinas (Arcos de la Frontera, Cádiz), pero con decoración de pintura blanca, (CAVILLA y ARANDA, 1990).

1.1.1.5. Marmita de borde recto moldurado. Presentan cuerpo globular o piriforme, con base convexa y dos asas con desarrollo desde el borde hasta la panza (Figura 2, 6).

1.1.2. Cazuela (Figura 4)

Las pastas son generalmente castañas o rojizas. Suelen ir decoradas con acanaladuras en la parte superior del cuerpo, en ocasiones con pintura blanca sobre el borde y en otras con bruñido interior.

Tienen una amplia base que puede ser plana o convexa y paredes rectas o curvas de escasa altura. Cuando tienen asas son de poco vuelo. Atendiendo a la forma de su cuerpo y su borde se han establecido cinco variantes:

1.1.2.1. Base plana, paredes rectilíneas, carena en el tercio superior y borde entrante con dos asas de escaso vuelo (Figura 4, 1). Está decorada con pintura blanca en el borde. Sus paralelos más cercanos se encuentran en

Beja, (BRANCO CORREIA, 1991), pero con ocho asas. También aparece en Saltés con cuatro asas, (BAZZANA y CRESSIER, 1989).

1.1.2.2. Base plana, cuerpo troncocónico invertido, dos asas de poco vuelo y borde recto redondeado. No presenta ningún tipo de decoración (Figura 4, 3).

1.1.2.3. Base convexa, carena en el tercio inferior, cuerpo cilíndrico acanalado sin asas y borde engrosado (Figura 4, 4).

1.1.2.4. Base plana, paredes curvas, cuerpo de suave perfil en S, acanalado, sin asas y borde exvasado indicado Figura 4, 2). Se encuentran paralelos en Beja (BRANCO CORREIA, 1991)

1.1.2.5. Cazuela de paredes curvas, cuerpo estriado, y borde vuelto (Figura 4, 5).

2.2. Vajilla de Almacenamiento

2.2.1. Jarras (Figura 3)

En general presentan pastas claras y suelen llevar decoración pintada con trazos de manganeso en la panza, cuello, borde y asas.

Aunque la forma es siempre similar, puede variar el borde y la base. Se han documentado casos de base plana, redondeada, convexa, y con repie. Todas presentan dos asas de sección redondeada con desarrollo desde el borde al hombro. Atendiendo a la diferente configuración de los bordes y bases, hemos distinguido cuatro variantes:

2.2.1.1. Jarra de cuerpo piriforme con la panza acanalada, base plana, cuello troncocónico y borde recto engrosado al exterior (Figura 3, 2). Tiene decoración pintada con óxido de manganeso. Sus paralelos más cercanos se encuentran en Mértola donde se fecha en el siglo XII (TORRES, 1987 y MACÍAS, 1996).

2.2.1.2. Jarra de base convexa, cuerpo ovoide, cuello cilíndrico, y borde engrosado al exterior (Figura 3, 1 y 4).

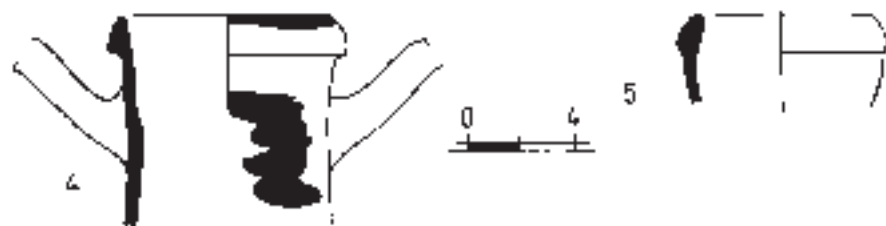


Figura 3 – Jarras

2.2.1.3. Jarra de cuerpo globular, cuello troncocónico, y borde engrosado al exterior (Figura 3, 3).

2.2.1.4. Jarra de cuello convexo y borde engrosado al exterior (Figura 3, 5).

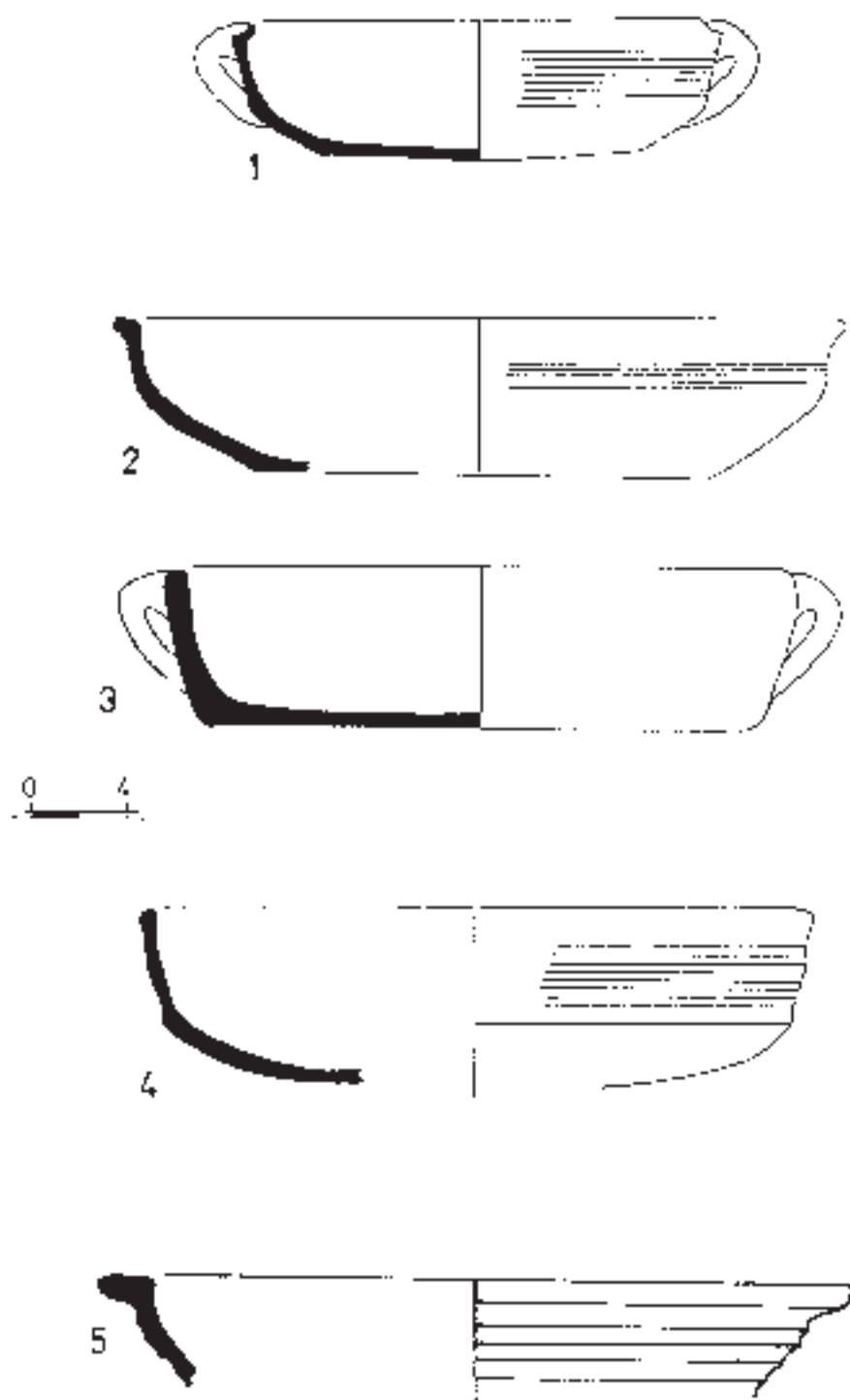


Figura 4. Cazuelas

2.3. Vajilla de Mesa

2.3.1. *Ataifor* (Figura 6)

Sus pastas suelen ser de color crema o anaranjado, pueden llevar cubierta vítrea o no, y, en todos los casos donde se ha documentado la forma completa, presentan pie anular de solero cóncavo (Fig. 4). Según la tipología de los bordes y paredes, hemos establecido tres variantes:

2.3.1.1. *Ataifor* con cuerpo de casquete esférico de perfil en S, repié anular, solero cóncavo, paredes divergentes y borde recto saliente (Figura 6, 1). En todos los casos recogidos este tipo de *ataifor* aparece vidriado.

2.3.1.2. *Ataifor* de cuerpo hemisférico con suave carena, repié anular, solero cóncavo, paredes divergentes, y borde recto de sección triangular (Figura 6, 2). En cuanto a la decoración, este *ataifor* aparece en algunos casos sin tratamiento, en otros vidriado y en otros con decoración verde-manganeso.

Sus paralelos aparecen en la Marca Media en el yacimiento de Vascos, Toledo (Izquierdo Benito, 1986) y en el yacimiento de Calatayud (RETUERCE VELASCO, 1984); Serpa, (RETUERCE VELASCO, 1986) en Mallorca (ROSELLÓ BORDOY, 1975), Shard-al-Andalus (BAZZANA, 1979 y 1980). El momento de apogeo de esta forma podría estar en época taifa (ZOZAYA, 1980; ROSELLÓ BORDOY, 1978).

2.3.1.3. *Ataifor* carenado con el borde recto de sección triangular y paredes rectilíneas. Lo más característico de este tipo es la presencia de una marcada carena. En todos los casos la decoración es con engalba blanca (Figura 6, 3).

Sus paralelos más cercanos se encuentran en Jerez de la Frontera, donde se describen estos *ataifores* con vedrío blanco, aunque no se presentan dibujos para corroborar la forma; se fechan en la segunda mitad del siglo XII, (MONTES y GONZÁLEZ, 1987).

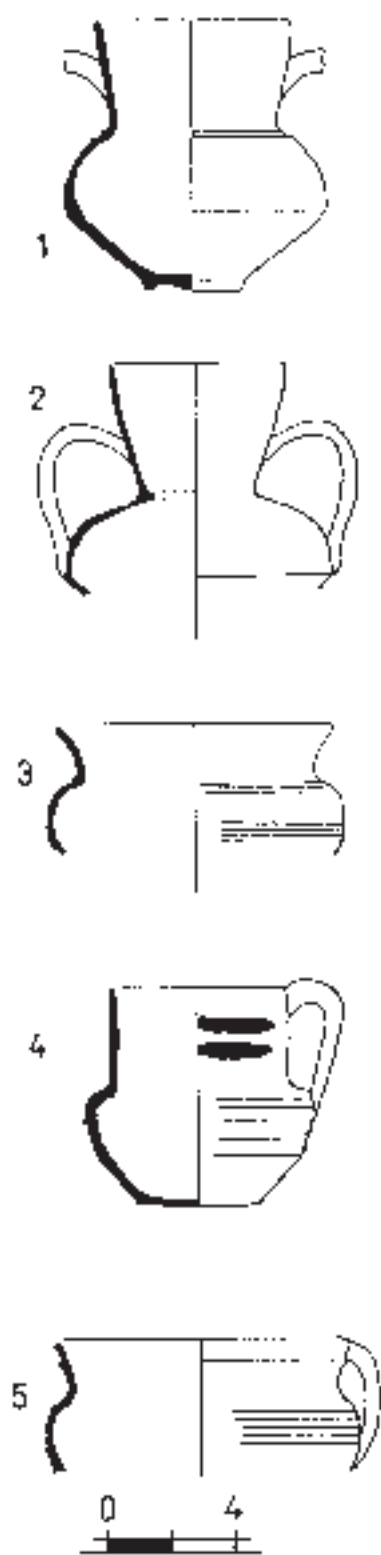


Figura 5 – Jarritas y Jarritos

2.3.2. Jarrita (Figura 5)

Pastas claras y paredes finas. Las bases con repie o planas y dos asas con desarrollo desde el borde a la parte superior de la panza. Hemos establecido cuatro variantes:

2.3.2.1. Jarrita de cuerpo esférico achatado, largo cuello ligeramente acampanado, pasta beige y base con repie anular de solero convexo. Presentan dos asas de sección acanalada, que salen del cuello hasta la parte de mayor diámetro de la panza (Figura 5, 1).

Paralelos de esta misma jarrita pero con filtro existen en Mallorca (ROSELLÓ BORDOY, 1980), donde se fechan en el siglo XI. Se han documentado en los Caños de Meca – Cádiz –, (ABELLÁN PÉREZ, 1981 y 1982) y en Sevilla (LAFUENTE IBÁÑEZ, 1995), con cronología almohade. Zozaya considera que este tipo de jarrita con filtro comienza a aparecer en el periodo de taifas continuando en el almorávide, pero no excluye la posibilidad de que continúe en época almohade (ZOZAYA, 1980). Para Roselló (1975) y Torres (1986), las jarritas con filtro son del siglo XII, aunque también existen paralelos de estas jarritas fechados a inicios del siglo XIII, pero con cuatro asas. Ejemplo de esto último se documenta en Silves (VARELA GOMES, 1988). Otros paralelos aparecen en Cádiz (ARANDA LINARES, 1993 y 1994), y Jerez de la Frontera (MONTES y GONZÁLEZ, 1987 y 1990), de fecha almohade.

2.3.2.2. Jarrita colador de cuerpo esférico achatado, largo cuello ligeramente acampanado, borde recto de labio redondeado y dos asas. Presentan paredes finas y pasta beige. Lo más característico es la existencia de un filtro interior (Figura 5, 2).

2.3.2.3. Jarrita de pared fina, borde abocinado de labio redondeado y cuerpo redondeado con el exterior acanalado (Figura 5, 3). Pasta beige. Esta jarrita aparece en Jerez de la Frontera (MONTES y GONZÁLEZ 1987), con cronología segunda mitad del siglo XII.

2.3.3. Jarrito (Figura 5)

Las pastas son claras, de tonalidades crema o naranja. Esta variedad presenta una sola asa. Hemos constatado la existencia de dos variantes.

2.3.3.1. Jarrito de pared fina, base plana, cuerpo redondeado con el exterior acanalado, cuello cilíndrico, borde recto de labio redondeado, y una sola asa de sección redondeada. Pasta beige (Figura 5, 4). Presenta decoración con pintura negra, realizada a trazos con óxido de manganeso en el cuello.

2.3.3.2. Jarrito de pasta naranja con borde moldurado, cuerpo redondeado con el exterior acanalado y una asa (Figura 5, 5). Se trata de un posible jarrito escanciador.

Sus paralelos se encuentran en Silves (VARELA GOMES, 1988) con cronología almohade; Cádiz (ARANDA LINARES, 1993-94), con cronología entre el siglo XI y la primera mitad del XIII. En Sevilla, también aparece este jarrito, con una sola asa y con pitorro vertedor (LAFUENTE IBÁÑEZ, 1995). En Jerez de la Frontera aparece la forma completa con base ligeramente convexa, cuerpo piriforme acanalado, cuello corto, labio redondeado con moldura exterior, asa y pitorro vertedor cilíndrico,

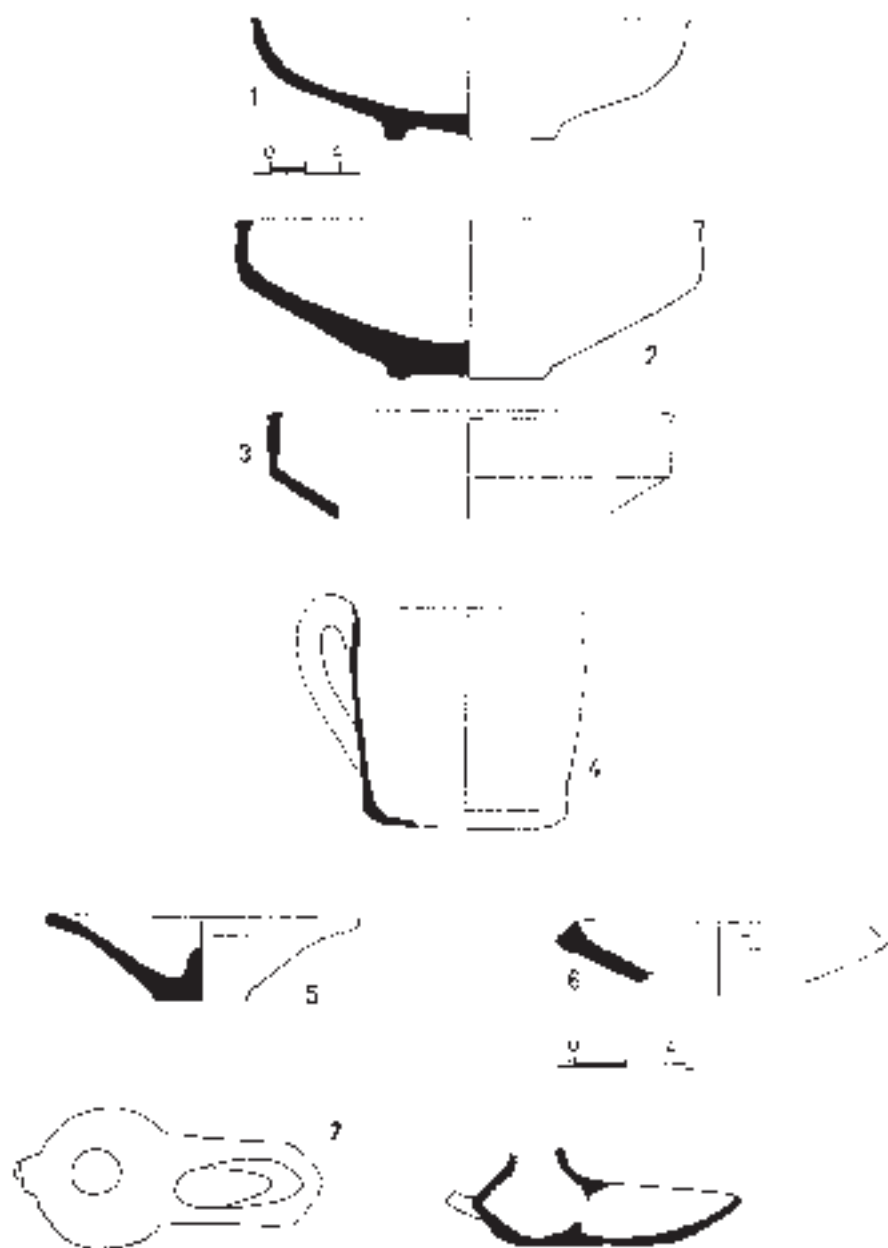


Figura 6 – Atafoides, taza, tapaderas y candil

fecha en época almohade (MONTES y GONZÁLEZ 1987). En Saltés, este tipo de jarrito está documentado con un asa y pitorro vertedor, y con dos asas sin pitorro vertedor; son consideradas lecheras, y con cronología en los siglos XII-XIII (BAZ-ZANA Y CRESSIER, 1989).

2.3.4. Taza (Figura 6)

Es un vaso pequeño con una sola asa, de pasta naranja. La base es ligeramente convexa, paredes rectas, cuerpo cilíndrico, borde recto ligeramente engrosado al exterior, y una sola asa de sección redonda (figura 6, 4). Lleva tratamiento en su interior y exterior con aguada roja y una inscripción grabada.

2.4. Objetos de uso múltiple

2.4.1. Alcadafe (Figura 7)

Las pastas son pardas y suele estar bruñidas al interior para impermeabilizarlo. Su forma no varía esencialmente, son de base plana y su cuerpo es tronco-cónico invertido. Teniendo en consideración la diferencia de forma que presentan sus bordes, hemos establecido dos variantes, de borde engrosado al exterior (Figura 7, 1) y de borde saliente (Figura 7, 2).

2.5. Objetos adicionales o anexos

2.5.1. Tapaderas (Figuras 6 y 7)

Las pastas pueden ser de color crema, anaranjadas o rojizas. Generalmente no llevan decoración, salvo en un caso en la que presenta un motivo realizado con los dedos (Fig. 5). Hemos documentado tres variantes:

2.5.1.1. Tapadera plana de gran dimensión, para cubrir probablemente una tinaja o recipiente grande (Figura 7, 3). Tiene un asidero central circular y lleva decoración digital.

2.5.1.2. Tapadera de base plana, paredes divergentes, borde exvasado redondeado. Asidero central en forma de botón (Figura 6, 5).

2.5.1.3. Tapadera de base plana, paredes rectas divergentes y borde biselado (Figura 6, 6).

Los tres tipos de tapaderas se han localizado en numerosos yacimientos musulmanes, aunque, debido a su aparición a lo largo de

todo el período musulmán, no pueden ser utilizadas como elemento cronológico.

2.5.2. *Bacín* (Figura 7)

Su pasta es naranja oscura, con engobe de almagra. Base ligeramente convexa, paredes rectas, cuerpo cilíndrico con una moldura en la parte superior y borde exvasado con engrosamiento exterior (Figura 7, 4).

2.6. Contenedores de fuego.

2.6.1. *Candil* (Figura 6)

El candil que aparece en Santa María 7 es de piquera, que según Navarro Palazón (1991) desaparece en el segundo cuarto del siglo XIII. Sólo hemos encontrado un ejemplar de candil casi completo, aunque si hemos recogido varios fragmentos de piquera. Es de base plana, cazoleta bitronco-cónica, un asa, pequeño cuello cilíndrico y piquera ligeramente levantada en el extremo (Figura 6, 7). Corresponde al tipo 4 de Roselló (ROSELLÓ BORDOY, 1975). Pasta crema.

3. CONCLUSIONES

Este conjunto de vasos tiene abundantes paralelos en todo el Suroeste Peninsular. En Jerez de la Frontera (MONTES Y GONZÁLEZ 1987 y 1990; FERNANDEZ GABALDÓN, 1987), Los Caños de Meca-Cádiz (ABELLÁN PÉREZ, 1982), Cádiz (ARANDA LINARES, 1987, 1994), Sevilla (LAFUENTE IBAÑEZ, 1995), Beja (BRANCO CORREIA, 1987), Silves (VARELA GÓMES, 1988), Mértola (TORRES, 1987), y Saltés (BAZZANA Y CRESSIER, 1989). En función de todos estos paralelos encuadramos las cerámicas de este pozo negro a fines del siglo XI y la primera mitad del siglo XII.

Los tipos cerámicos que hemos documentado en esta Unidad Estratigráfica 16 de Plaza

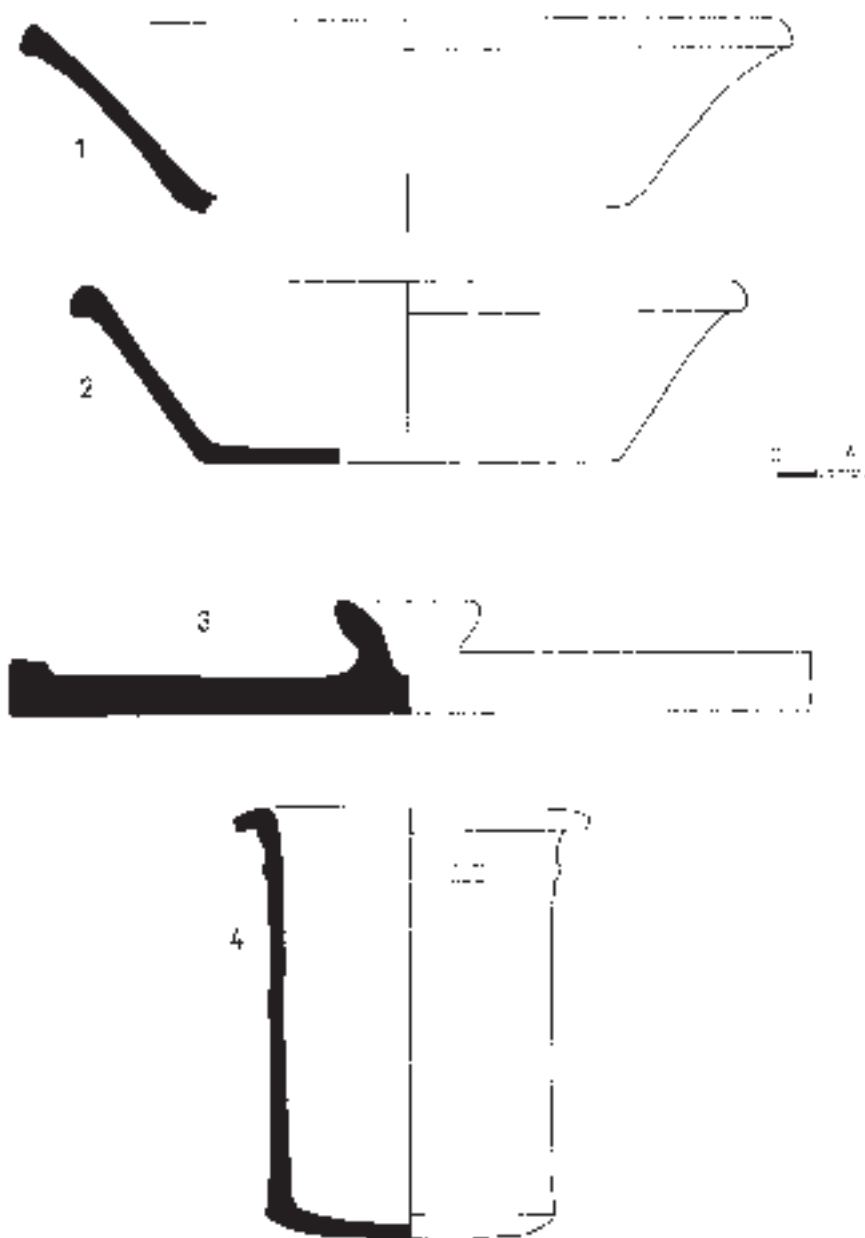


Figura 7 – Icadafes, tapadera y bacín

de Santa María 7, son comunes a los que aparecen en toda la zona Occidental de al-Andalus.

Superpuesta a esta unidad de la cual hemos analizado las cerámicas, se encuentra la UE 13, que presenta tipos más tardíos entre los que destacan los cuencos de costillas verticales y algunas formas de ollas, que encajan en un ambiente que se ha definido como almohade (FERNANDEZ GABALDON, 1987; BAZZANA y CRESSIER, 1989).

BIBLIOGRAFIA

- ABELLÁN PÉREZ, J. (1982): «El yacimiento hispano-musulmán de los Caños de Meca (Cádiz)». Boletín del Museo de Cádiz, III. Cádiz.
- ARANDA LINARES, C. (1994): «La cerámica musulmana del teatro romano de Cádiz». Boletín del Museo de Cádiz, VI. Cádiz.
- BAZZANA, A., y CRESSIER, P. (1989): *shaltish/Saltés (Huelva): une ville medievale d'Al-Andalus*. Madrid.
- BRANCO CORREIA, F. (1987): «Un conjunto cerámico árabe-medieval en Beja». *Cerámica Medieval del Mediterráneo Occidental*. Lisboa.
- CAMPOS, J. M., RODRIGO, J. M. y GÓMEZ, F. (1996): *La Carta del Riesgo de Niebla*. Sevilla.
- FERNÁNDEZ GABALDÓN, S. (1987): «El yacimiento de la Encarnación (Jerez de la Frontera): Bases para la sistematización tipológica de cerámica almohade en el S.O. Peninsular». *al-Qantara*, VIII. Madrid.
- GÓMEZ, F., CAMPOS, J. M., PÉREZ, J. A., VIDAL, N., y BENABAT, Y. (1999): «Intervención arqueológica de emergencia en la ciudad de Niebla (Huelva). El solar de la Plaza de Santa María, 7». *Anuario Arqueológico de Andalucía/1994*, III. Sevilla.
- LAFUENTE IBÁÑEZ, P. (1995): «La cerámica almohade en Sevilla». *El último siglo de la Sevilla islámica 1147-1248*. Sevilla.
- MACÍAS, S. (1996). *Mértola Islámica. Estudo histórico-arqueológico do Barrio da Alcáçoba (séculos XII-XIII)*. Mértola.
- MONTES, C. y GONZÁLEZ, R. (1987): «Excavaciones arqueológicas de urgencia en el casco urbano de Jerez de la Frontera(c/ Barranco 10)». *Anuario Arqueológico de Andalucía/1985*, III. Sevilla.
- (1990): «Excavaciones arqueológicas en el casco urbano de Jerez de la Frontera. Año 1987. C/ Larga 21-25 y c/ Lancería 3-7». *Anuario Arqueológico de Andalucía/1987*, III. Cádiz.
- NAVARRO PALAZÓN, J. (1991): *Una casa islámica en Murcia: Estudio de su ajuar (siglo XIII)*. Murcia.
- OLMO ENCISO, L., (1981): «Cerámica común de época hispanomusulmana en Niebla» *II Coloquio Cerámica medieval del Mediterráneo Occidental*. Toledo.
- PAVÓN MALDONADO, B. (1980): «Arte y Arqueología hispanomusulmana». *al-Qantara*, I. Madrid.
- PÉREZ, J. A. y BEDIA, J. (1993): «Un lote de cerámica islámica de Niebla». *Arqueología Medieval*, 2. Porto.
- ROLDÁN CASTRO, F. (1993). *Niebla musulmana (siglos VIII-XIII)*. Huelva.
- TORRES BALBAS, L. (1960): «Las puertas en recodo en la arquitectura militar hispanomusulmana». *Al-Andalus*, XXV. Madrid.
- TORRES, C. (1987). *Cerâmica islâmica portuguesa. Mértola*.
- VARELA GÓMES, R. (1988): «Cerâmicas musulmanas do castelo de Silves». *Xelb*, 1. Lisboa.

VESTÍGIOS DE PRODUÇÃO OLEIRA ISLÂMICA NO NÚCLEO ARQUEOLÓGICO DA RUA DOS CORREEIROS, LISBOA

JACINTA BUGALHÃO
ANA SOFIA GOMES
MARIA JOÃO SOUSA

1. POILIX – O PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

O projecto de investigação sobre a produção oleira no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica – POILIX – teve a sua génese em duas intervenções preventivas de arqueologia urbana – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (BCP) e Mandarim Chinês (MC) –, na Baixa de Lisboa, que decorreram entre 1991 e 1996. Nestas intervenções identificou-se um conjunto de fornos de produção cerâmica, de cronologia islâmica (final do século X – século XII), particularmente importante devido à sua natureza inédita em Portugal.

Numa primeira fase, procedeu-se à caracterização destes vestígios numa perspectiva técnica-funcional, integrada numa análise histórica-urbanística (Bugalhão e Folgado, 2001). Contudo, precocemente ganhou consistência a ideia de que esta abordagem deveria ser completada com outro tipo de dados, nomeadamente, no campo da arqueometria (caracterização química de pastas, óxidos e pigmentos e datação absoluta).

Assim, a estratégia de investigação preconizada pelo POILIX consiste em maximizar as potencialidades de informação proporcionadas por este tipo de estruturas arqueológicas, para o conhecimento da sua produção oleira e dos conjuntos cerâmicos exumados nos sítios em questão. Pretende-se caracterizar as produções cerâmicas, de modo a avaliar a sua relevância no universo das peças islâmicas recolhidas. A análise do espólio cerâmico tem sido concretizada, essencialmente, em três abordagens distintas, mas complementares: a técnica – processos e técnicas de fabrico; a formal – classificação tipológica-funcional; a laboratorial – análise quí-

mica de pastas e pigmentos. A metodologia preconizada foi aplicada aos materiais provenientes dos contextos oleiros e aos restantes conjuntos cerâmicos recolhidos em estruturas habitacionais e em espaços públicos ou semi-privados, identificados nos dois sítios, de modo a interpretar os ambientes de produção e de utilização, em presença.

Esta abordagem permitirá valorar a produção destas olarias no âmbito do consumo de peças cerâmicas na cidade, que seguramente teria outros núcleos de produção oleira. No trabalho já desenvolvido aceitou-se como provável que alguma cerâmica comum, vidrada e estampilhada vidrada, recolhida nos níveis islâmicos dos dois sítios, fosse produzida nestes fornos, embora se tenha verificado igualmente a presença em abundância de materiais fabricados em locais distintos. A caracterização química das cerâmicas poderá eventualmente permitir a quantificação das duas situações.

A concretização dos objectivos deste projecto acima mencionados, perspectivará vias

de investigação futuras, em que esta metodologia poderá ser alargada a sítios coevos da região de influência de Lisboa. A identificação de mercados ou de horizontes máximos de distribuição de um centro de produção oleira, permite o esclarecimento da sua importância e da dimensão do contexto económico em que se insere e da configuração dos circuitos comerciais existentes.

O projecto pretende também caracterizar em termos de maior ou menor sofisticação tecnológica a olaria de Lisboa, a fim de colocar a região numa posição mais ou menos central na civilização e cultura islâmica do Mediterrâneo ocidental, onde a produção e distribuição de peças de fabrico e uso comuns se atribuem usualmente a horizontes regionais e/ou locais; por outro lado a origem de cerâmicas requintadas é frequentemente atribuída ao Sul da Península e a alguns centros norte africanos, onde se situavam as principais capitais políticas.

O presente trabalho pretende apresentar de forma sistemática todos os vestígios da activi-



Figura 1 – Localização do Sítio

dade oleira num dos sítios abrangidos pelo projecto, o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Numa primeira fase (intervenção arqueológica e primeira abordagem dos conjuntos cerâmicos) a produção cerâmica aparecia como uma das actividades económicas presentes no registo arqueológico do sítio, materializada essencialmente no forno cerâmico aí identificado (Bugalhão e Folgado, 2001: 120). Contudo, após uma apreciação mais cuidada, os vestígios desta actividade revelaram-se mais abundantes e alargados à quase totalidade da área intervencionada. Para além do forno e área funcional circundante, foi identificada uma fossa de despejo de materiais cerâmicos rejeitados, bem como vestígios materiais diversos da produção oleira, nos numerosos estratos islâmicos do sítio: barras de fornos de produção de vidrados, trepes de separação das peças durante o enforamento, etc. São estes os materiais objecto de estudo neste trabalho, devendo salientar-se que, não estando ainda o projecto concluído, não é de excluir a possibilidade de poderem ainda surgir outros vestígios directamente ligados a esta actividade.

2. O NÚCLEO ARQUEOLÓGICO DA RUA DOS CORREEIROS

O Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros localiza-se na baixa pombalina de Lisboa, no primeiro quarteirão a Sul, entre as Ruas Augusta e dos Correeiros (Figura 1). O sítio arqueológico encontra-se musealizado, com destaque para os contextos estruturais romanos e púnicos, com acesso pelo n.º 19 da Rua dos Correeiros.

Os trabalhos arqueológicos decorreram entre 1991 e 1995, revelando uma longa e quase interrupta diacronia de ocupação daquele espaço urbano, entre o século V a.C. e a reconstrução pombalina. Em termos estratigráficos, o sítio revela características típicas de ambiente urbano: densidade, complexidade e imbricamento de estratos e estruturas (Bugalhão, 2001: 19). A intervenção permitiu definir algumas continuidades em termos da tipologia de ocupação do espaço urbano da baixa ribeirinha da cidade. Para além da função habitacional, são frequentes as estruturas ligadas a actividades industriais e artesanais que em períodos antigos não se dissociam da actividade comercial. A proximidade da área portuária ribeirinha assume-se assim, como principal elemento definidor do espaço urbano, pois a presença desta via de comunicação seria essencial para o funcionamento das actividades transformadoras e para a distribuição e comercialização dos produtos acabados.

3. OS VESTÍGIOS DA PRODUÇÃO OLEIRA

3.1. O forno cerâmico – Contexto C

O forno de produção cerâmica foi identificado na área NE do sítio (Figuras 2 e 3). Trata-se de uma construção infraestruturada directamente no subsolo argilo-arenoso, construída em adobe com eventual estrutura exterior em pedra.

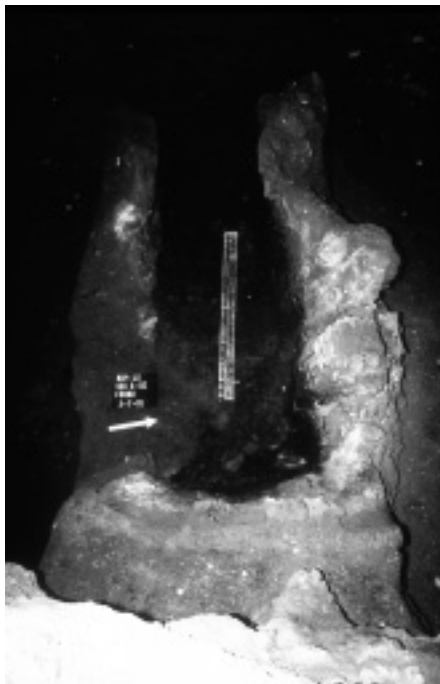


Figura 2 – Forno cerâmico

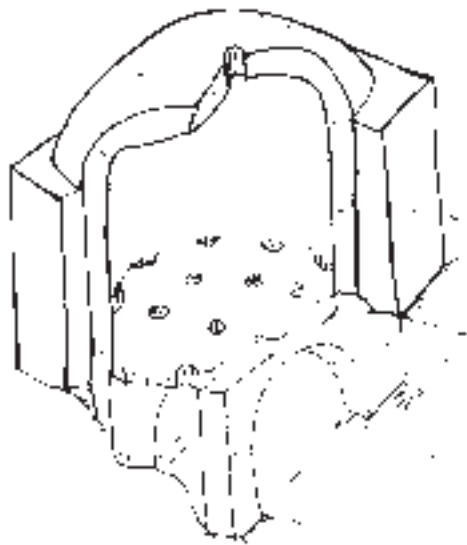


Figura 3 – Possível reconstituição do forno

Tem uma forma rectangular composta por uma estrutura circular que corresponderia à área das duas câmaras (combustão e cozedura) sustentada por pilares (110x73 cm) e um corredor com cerca de 190 cm de comprimento e 45 cm de largura. As suas dimensões máximas de comprimento são de 300 cm e de largura 156 cm. As suas paredes apresentam uma altura máxima conservada de 64 cm e uma largura entre os 40 cm e os 50 cm. A grelha que separava as duas câmaras possuía agulheiros (orifícios no adobe) que permitiam a subida do calor. Esta estrutura corresponde aos modelos do forno cerâmico mediterrânico típico (Bugalhão e Folgado: 2001: 120 e ss.).

A estrutura encontrava-se entulhada com três camadas estratigráficas:

Camada 10: Arenosa de cor alaranjada, onde surgem materiais queimados.

Camada 10 A: Arenosa de cor alaranjada, com alguns carvões e muito material de construção.

Camada 10 B: Composta essencialmente por carvões e cinzas (corresponde à base de câmara de combustão).

Foram contabilizados os fragmentos cerâmicos recolhidos dos estratos de enchimento do forno (Quadro 1).

Tratam-se de peças cerâmicas frequentemente pintadas a barbotina branca que apresentam colorações relativamente vivas se considerarmos as limitações técnicas destes fornos. Parece-nos que as atmosferas de cozedura deste forno seriam de tendência oxidante, possibilitando o aparecimento das componentes ferrosas nas

pastas dos seus produtos. As cerâmicas denotam exposição a um calor intenso, encontrando-se frequentemente estaladas, vitrificadas ou lascadas. As deformações, provocadas por defeitos, acidentes de fabrico ou pela exposição demasiada ao calor do forno também estão presentes. Foi também recolhido um fragmento de alguidar com indícios de utilização no processo de laboração da olaria: apresentava vestígios de argila fresca no seu interior, eventualmente relacionado com a preparação de engobos ou aguadas (Figura 4).

Os contextos estratigráficos de período islâmico identificados na área envolvente do forno foram igualmente analisados com o objectivo de se isolarem estratos associados às diferentes áreas funcionais da olaria. Apesar de os vestígios relacionáveis com esta actividade abundarem, nomeadamente no que respeita aos materiais cerâmicos (presença de fragmentos lascados, queimados e deformados), as condições estratigráficas do local, de



Figura 4 – Alguidar nº 4033, onde são visíveis vestígios de argila que indicam a sua reutilização no processo de laboração da olaria

profunda perturbação pós-deposicional, não permitiram o isolamento de qualquer contexto, para integração neste estudo.

3.2. A entulheira de olaria – Contexto M

Trata-se de um contexto estratigráfico, sem enquadramento estrutural. Foi a presença e abundância de materiais cerâmicos, em bom estado de conservação, que, inicialmente chamou à atenção para o contexto – Sector 3 NO, Compartimento 6. Aquando da escavação e da lavagem de espólio verificou-se que existia

PB



Figura 5 – Peças reutilizadas para conter engobos

Quadro 1

Camada 10	Fragmentos	Bordos	Asas	Panças	Fundos	Total
	Comum	16	8	145	31	200
	Pintada	12	8	48		68
	Vidrada	1	5			6
	Outros	3		1		4
	Sub-Total	32	16	199	31	278
Camada 10 A	Comum	3	2	42	14	61
	Pintada	12	7	57	1	77
	Vidrada					
	Outros					
	Sub-Total	15	9	99	15	138
Camada 10 B	Comum	22	12	199	24	257
	Pintada	17	2	74	1	94
	Vidrada		1	3		4
	Outros			3		3
	Sub-Total	39	15	279	25	358
	TOTAL	86	40	577	71	774

naquela zona da intervenção alguns estratos cujos fragmentos cerâmicos, de cronologia islâmica, colavam com elevada frequência entre si. Inicialmente, interpretou-se o contexto como uma fossa doméstica idêntica a outras presentes no sítio. No entanto, após uma primeira apreciação do conjunto cerâmico, verificaram-se algumas características que sugeriam a sua ligação à actividade oleira: a homogeneidade técnica dos materiais em presença (a quase ausência de materiais vidrados, regularidade de pastas, formas, motivos decorativos, etc), a presença de materiais com defeitos de fabrico, a presença de peças reutilizadas como contentores de engobos e/ou barbotinas (Figura 5), a inexistência de marcas de utilização (alguns materiais tem marcas de fogo, mas relacionadas com o fabrico ou com factores pós-deposicionais), etc. A comparação entre os materiais desta fossa e as peças provenientes do forno também revelou analogias claras a nível tipológico, técnico e decorativo. Assim, concluiu-se que se tratava de um fossa de materiais rejeitados, provavelmente integrada na mesma olaria que incluía o forno, de produção de cerâmica doméstica, comum, pintada a barbotina branca e decorada.

A reconstituição do que seria a forma e dimensão original da fossa foi muito problemática. A área arqueológica em questão revela uma imbricada e complexa estratigrafia, bem como uma concentração invulgar de estruturas de diversas épocas (Figura 6). Assim, foram diversas as perturbações que o contexto sofreu. Por outro lado, a área em causa foi, devido à complexidade própria da campanha arqueológica, intervencionada em três fases, justificando-se assim a multiplicidade de referências de escavação. Contudo, foram analisados os estratos islâmicos identificados junto ao Compartimento 6, do Sector 3 NO, com alguns resultados positivos:

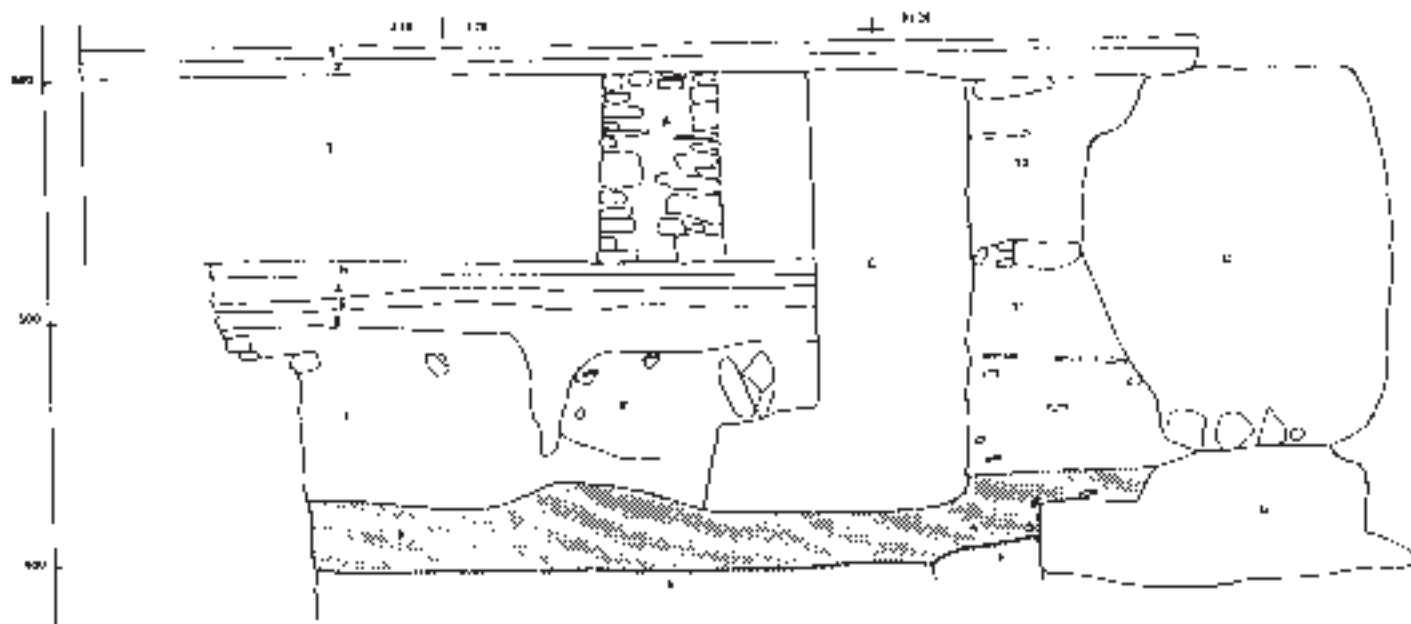


Figura 6 – Perfil estratigráfico

Camadas

- Camada 1: Pavimento actual em cimento.
- Camada 2: Assentamento do pavimento em betão e pequenas pedras
- Camada 3: Entulho de cor avermelhada com areia, pedras de dimensão variada, argamassa e cerâmica de construção.
- Camada 4: Assentamento do pavimento em argamassa e pequenas pedras.
- Camada 5: Sedimento argiloso castanho escuro.
- Camada 6: Argamassa clara, misturada com sedimento argiloso castanho.
- Camada 7: Camada siltosa castanha, com nódulos de barro e argamassa (corresponde ao Contexto M).
- Camada 8: Camada argilosa castanha clara com nódulos de cal.
- Camada 9: Camada argilo-arenosa castanha, com conchas, ossos e material de construção (corresponde ao Contexto M).
- Camada 10: Camada arenosa castanha clara, com muita argamassa e material de construção.
- Camada 11: Camada areno-argilosa castanha clara com muita cerâmica de construção e pequenas pedras.

Estruturas

- A: Parede pombalina.
- B: Pavimento pombalino em lajes calcárias.
- C: Alicerce pombalino.
- D: Alicerce pré-pombalino.
- E: Opus signinum.
- F: Muro romano.
- G: Muro romano.

- O Compartimento 7 do Sector NO, situa-se imediatamente a Norte do Compartimento 6;
- O Sector 3 Oeste, Escadas, corresponde a uma área que só foi escavada após a demolição dos interiores do edifício pombalina, na fase final da escavação; situa-se a Sul do Compartimento 6;
- As camadas 57 e 58 correspondem aos estratos conservados sob os alicerces pombalinos e pré-pombalinos (localizados a Oeste e a Norte do Compartimento 6), escavados após a sua desmontagem.

Alguns estratos observados foram excluídos por não terem categorias análogas às do contexto nuclear (Camadas 14 e 17 do Compartimento 6) ou por se tratarem de contextos demasiadamente remexidos. Esta selecção reveste-se sempre de alguma complexidade, pois em arqueologia urbana a perturbação estratigráfica é um fenómeno omnipresente. Assim, e após a análise cruzada dos registos de campo

e da observação dos materiais, consideraram-se integrantes no contexto da fossa de olaria as seguintes camadas:

- 3 NO; Comp. 6; Camada 14: Camada argilosa castanha, com muito material cerâmico.
- 3 NO; Comp. 6; Camada 17: Camada argilo-arenosa, com alguma fauna e material de construção.
- 3 NO; Comp. 6; Camada 18: Camada arenosa clara.
- 3 NO; Comp. 6; Desmonte do Muro W: Camada argilosa castanha.

- 3 NO; Comp. 7; Camada 23: Camada argilosa castanha clara.
- 3 NO; Camada 57: Camada argilo-arenosa castanha escura, com algumas pedras e carvões.
- 3 NO; Camada 58: Camada argilosa esverdeada.
- 3 Oeste; Escadas; Camada 13: Camada argilosa, castanha.
- 3 Oeste; Escadas; Camada 18: Camada argilosa castanha.
- 3 Oeste; Escadas; Camada 19: Camada argilosa clara, por vezes esverdeada.

Como se pode verificar, existe uma certa heterogeneidade na composição destes estratos, característica compatível com a tipologia de entulheira. Este contexto, na base, assenta directamente sobre camadas romanas, o que explica alguma mistura de materiais. Verificaram-se algumas colagens entre as cerâmicas provenientes destas diferentes referências de escavação.

Apresenta-se a contabilização dos materiais cerâmicos aqui recolhidos (Quadro 2).

Como já foi referido, estes conjuntos apresentavam-se bastante homogéneos a nível técnico-formal. Contudo, e até pelas características típicas da estratigrafia arqueológica em ambiente urbano, foram recolhidos alguns fragmentos de fabricos cerâmicos claramente exógenos a esta produção oleira:

vidrados: 10 fragmentos de tigelas de vidro melado (duas decoradas a manganês); 1 fragmento de gargalo de garrafa melada; 3 fragmentos de tigelas de vidro castanho; 2 fragmentos indeterminados de vidro verde;

biscoito: 2 fragmentos de peças inacabadas com cozedura tipo biscoito, por vidrar;

6 fragmentos de jarrinha (provavelmente, uma só peça) de cerâmica de pasta clara, pintada a vermelho;

cerâmica romana: cerca de 20 fragmentos

Quadro 2

3 NO; Comp. 6; Camada 14	Fragmentos	Bordos	Asas	Panças	Fundos	Total
	Comum	47	13	50	49	146
	Pintada	17	17	89		123
	Vidrada			1		
	Sub-Total	64	17	139	49	269
3 NO; Comp. 6; Camada 17	Fragmentos	Bordos	Asas	Panças	Fundos	Total
	Comum	56	32	645	98	831
	Pintada	39	34	225	5	303
	Vidrada			2		2
	Outros	3	2	23		28
	Sub-Total	98	68	895	103	1643
NO; Comp. 6; Camada 18	Fragmentos	Bordos	Asas	Panças	Fundos	Total
	Comum	6		33	2	41
	Pintada		5	13		18
	Total	6	5	46	2	59
3 NO; Comp. 6; Muro W	Fragmentos	Bordos	Asas	Panças	Fundos	Total
	Comum			17	2	19
	Pintada	1	3	3		7
	Sub-Total	1	3	20	2	26
3 NO; Comp. 7; Camada 23	Fragmentos	Bordos	Asas	Panças	Fundos	Total
	Comum	1	3	18	4	26
	Pintada			3		3
	Vidrada			2	1	3
	Sub-Total	1	3	23	5	32
3 NO; Camada 57	Fragmentos	Bordos	Asas	Panças	Fundos	Total
	Comum	7		91	11	109
	Pintada			6		6
	Outras				1	1
	Sub-Total	7		97	12	116
3 NO; Camada 58	Fragmentos	Bordos	Asas	Panças	Fundos	Total
	Comum	15		11	45	71
	Pintada	13		2	2	17
	Outras	3			1	4
	Sub-Total	31		13	48	92
3 Oeste; Escadas; Camada 13	Fragmentos	Bordos	Asas	Panças	Fundos	Total
	Comum	5	3	57	7	72
	Pintada		1	9		10
	Sub-Total	5	4	66	7	82
3 Oeste; Escadas; Camada 18	Fragmentos	Bordos	Asas	Panças	Fundos	Total
	Comum	9	1	94	16	120
	Pintada	3	13	23	1	40
	Vidrada	1		2		3
	Sub-Total	13	14	117	17	163
3 Oeste; Escadas; Camada 19	Fragmentos	Bordos	Asas	Panças	Fundos	Total
	Comum	13	5	227	24	269
	Pintada	4	1	11	1	16
	Vidrada	1				1
	Outros		1			1
	Sub-Total	17	7	238	24	287
	TOTAL	243	121	1654	415	2433

de cerâmica comum e anfórica de cronologia romana; 2 fragmentos de *terra sigillata* clara; 2 fragmentos de cerâmica de cozinha africana tardia; 2 fragmentos de paredes finas; 1 fragmento de cerâmica estampilhada de imitação de *terra sigillata*.

3.3. Cerâmica de olaria

Para além dos dois contextos bem característicos descritos anteriormente, os vestígios da produção oleira encontram-se abundantemente disseminados por toda a área da intervenção arqueológica, demonstrando bem a relevância desta actividade artesanal no arrabalde ribeirinho da cidade. Um dos tipos de vestígios materiais mais evidentes da existência de estruturas oleiras é a presença de peças cerâmicas utilizadas nos fornos de olaria: referimo-nos às barras dos «fornos de barras» e às «trempes», utilizadas para separar as formas abertas durante o enformamento (Figura 7).

No que diz respeito às barras, foram recolhidos 17 fragmentos, espalhados por todos os sectores da escavação, mais alguma incidência no área SO da intervenção (Figura 8). A maioria dos barras apresentam vestígios de vidrado, sugerindo a sua utilização em fornos para vidrar, semelhantes aos identificados no Mandarim Chinês (Bugalhão e Folgado, 2001: 118-119). Verifica-se a presença de borões e pingos de vidrado de várias tonalidades (melado, castanho e verde) denotando a utilização de óxidos diversos. São também visíveis os típicos negativos do assentamento das peças dentro do forno.

Quanto às trempes, foram recolhidos 5 fragmentos: em dois deles conservando-se o núcleo central da peça e o arranque dos apoios (3 e 5) e nos restantes conser-



Figura 8 – Fragmentos de «barras» do fornos de barras (cerâmica de olaria)

vando-se apenas a extremidade dos apoios (Figura 9). Estas peças podiam ser utilizadas em fornos de duas câmaras e de barras; para cozer ou vidrar. No que respeita a estes exemplares, 2 deles apresentam vestígios de vidrado.

Este conjunto de peças indicia claramente a presença de estruturas de produção de loiça vidrada nas proximidades ou mesmo na área intervencionada (mas que não se tenham conservado até aos nossos dias), apesar dos dois contextos – forno e fossa – aqui apresentados produzirem apenas loiça comum. A presença de dois fragmentos de peças inacabadas com cozedura tipo biscoito acima referida, também se relaciona com a existência de olarias de loiça vidrada na área. Aliás, a produção de vidrados já se encontra bem documentada no arrabalde ocidental de Lisboa, não só através da identificação dos três fornos de barras no Mandarim Chinês, como pela frequência com que este tipo de peças é reconhecido nos contextos islâmicos da cidade.

4. AS PRODUÇÕES CERÂMICAS

Dos 3207 fragmentos cerâmicos analisados, e após as fases normais de tratamento

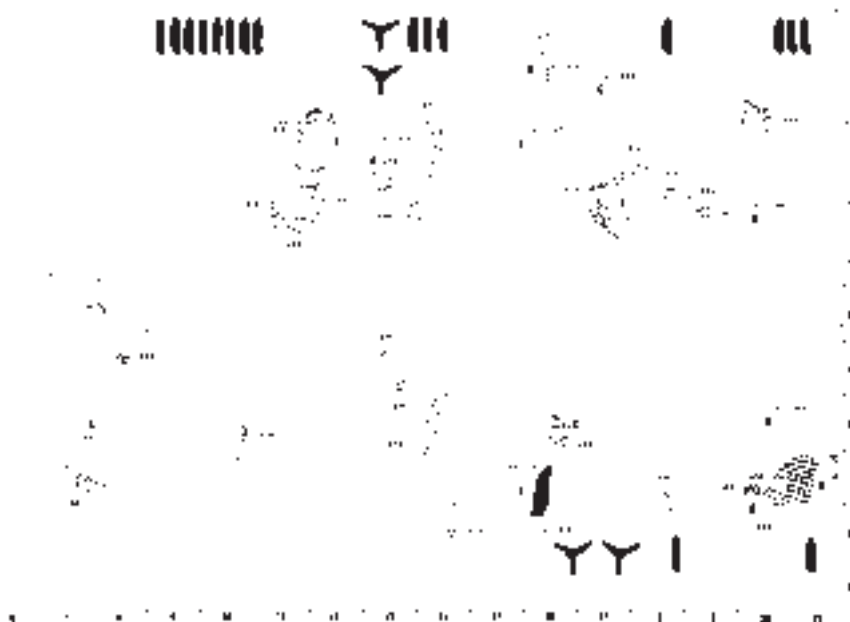


Figura 7 – Planta islâmica



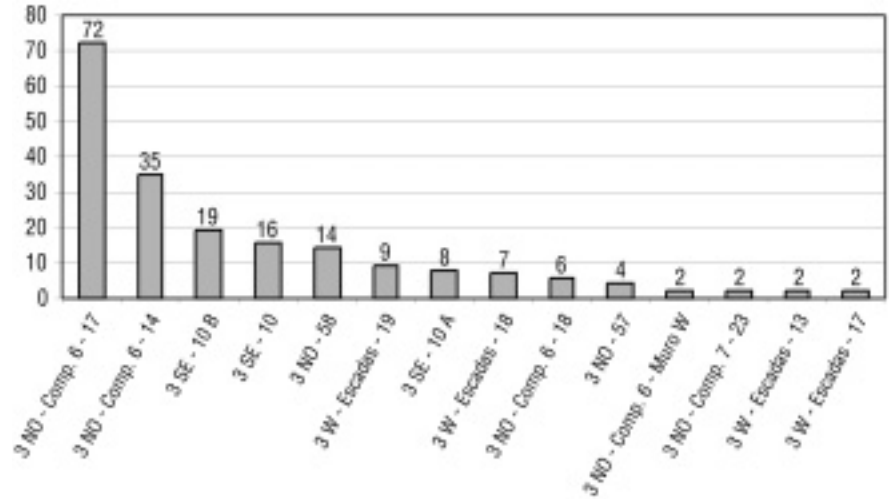
Figura 9 – Fragmentos de trempes (cerâmica de olaria)

e estudo dos conjunto cerâmicos¹, seleccionaram-se 198 peças representativas do conjunto, dos seus aspectos tipológicos, funcionais, decorativos, técnicos, etc. Da fossa foram seleccionadas 155 peças; do forno 43 peças.

Como é óbvio, foram os contextos mais ricos em material cerâmico, aqueles que forneceram um maior número de peças. Assim, no que respeita à fossa, são as camadas 14 e 17 do Compartimento 6 do Sector 3 NO as melhor representadas, seguidas das camadas periféricas do estrato. Quanto ao forno, verifica-se um certo equilíbrio entre as três camadas, sendo que a Camada 10 A é a menos representada.

Esta selecção de peças é constituída maioritariamente por fragmentos – 174 –, tendo sido possível a reconstituição parcial ou total das formas apenas em 22 casos. Este baixo índice de reconstituição justifica-se, em nossa opinião, no caso do forno, pela própria natureza da estrutura (à excepção de 2 peças, provavelmente sobreviventes da última fornada, é natural a preservação dentro da estrutura do forno de fragmentos de peças danificadas durante a laboração); no caso da fossa, terão sido factores pós-deposicionais relacionados com a dinâmica estratigráfica urbana a impedir uma melhor integridade do contexto, no momento da escavação.

Estatigrafia Total

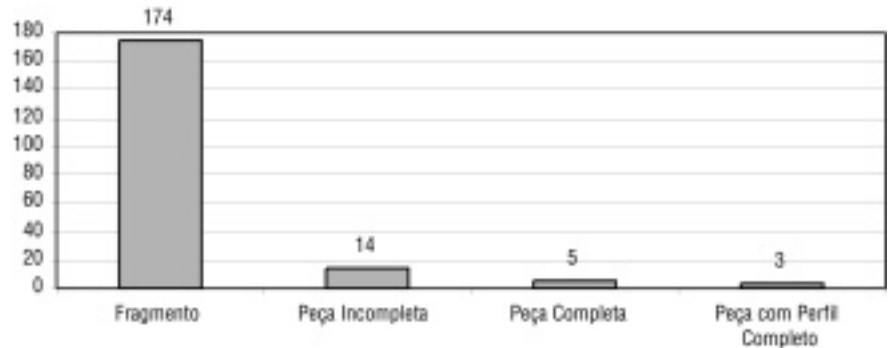


Quanto aos fragmentos seleccionados para uma análise mais cuidada, já não é o critério de proporcionalidade que impera, uma vez que existem tipos mais «informativos», nomeadamente os bordos, largamente maioritários neste conjunto.

4.1. Aspectos técnicos

O conjunto cerâmico analisado constitui um conjunto homogéneo, em termos técnicos, pois integra-se numa mesma produção, ou seja, consideramos que este conjunto de peças cerâmicas terão em comum a mesma fonte de matéria prima (barreiro de origem das argilas), a mesma tecnologia produtiva (a nível dos proces-

Tipo de Fragmento

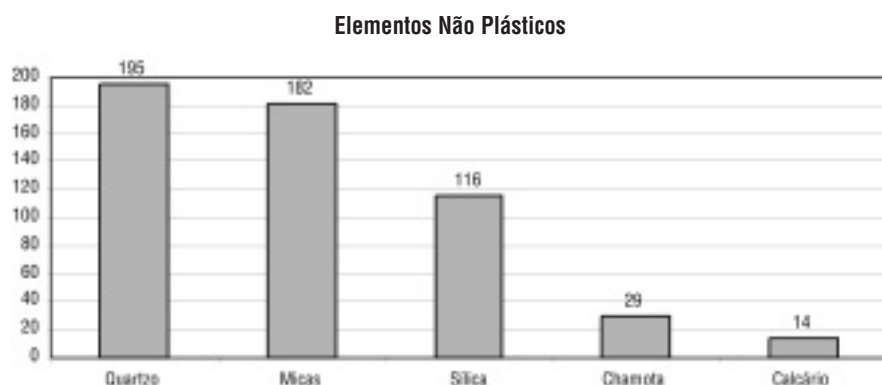


produtivos e a nível da própria estrutura industrial, o forno) e, em última análise, os mesmos oleiros.

A caracterização macroscópica das pastas permitiu isolar os elementos não plásticos presentes:

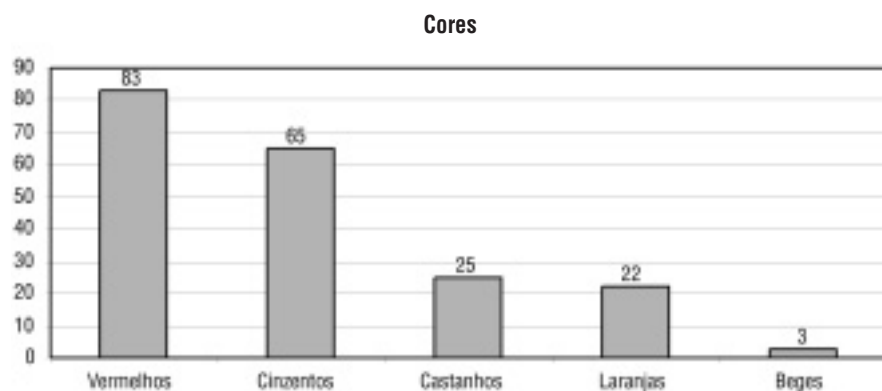
Estes elementos geológicos são compatíveis com o geo-enquadramento da cidade de Lisboa que possui depósitos argilosos miocénicos no seu substrato rochoso natural. A presença ou ausência de grãos de sílica poderá relacionar-se com diferentes procedimentos de limpeza do barro. Em relação à cerâmica moída e ao calcário, presentes num menor número de peças, poderiam tratar-se de adições deliberadas à pasta. Ambas as situações poder-se-ão explicar com objectivos técnicos (garantir mais plasticidade à pasta ou conferir-lhe maior capacidade refractária, por exemplo).

A dimensão destes elementos é na grande maioria dos casos pequena (inferior a 3 mm), denotando cuidado na depuração das pastas. Apenas em cerca de



10% das peças se observaram elementos não plásticos de média dimensão (entre 3 e 7 mm).

O forno cerâmico já descrito, enquadra-se nos modelos tecnológicos mediterrânicos tradicionais. É composto por duas câmaras, separadas por uma grelha com orifícios – agulheiros; a sua cúpula possuiria orifícios para permitir controle da entrada de ar. Apesar das características tecnológicas relativamente arcaicas do forno (Bazzana, 1979: 171), a observação das pastas revela que a cozedura e principalmente a pós-cozedura praticadas são de tendência oxidante, observando-se um elevado número de peças com cozedura e pós cozedura irregular (cerca de 20% dos exemplares). Este aspecto é revelado pela observação das cores externas das peças.



Cerca de 90% das pastas observadas têm textura compacta, apresentando as restantes características pouco compactas ou porosas.

As técnicas de tratamento de superfície observadas são diversas: sem qualquer tratamento, engobada, alisada e brunida.

4.2. Tipologias e funcionalidade

A produção cerâmica aqui caracterizada destinava-se maioritariamente ao uso doméstico (foram apenas individualizados 2 fundos de alcatruzes, comumente relacionados com tarefas agrícolas). Dentro dos usos domésticos, a funcionalidade que se destaca é a cozinha com cerca de 50 % dos exemplares estudados, seguindo-se os recipientes de servir à mesa, de armazenagem e os contentores de fogo. As peças consideradas de tipo e função indeterminados são principalmente fundos (com 3 excepções que referiremos adiante), que por si só não permitem a classificação indubitável, mas somente hipotética (Figuras 45 a 48). Estes valores estatísticos referentes ao tipos e função dos recipientes cerâmicos, são idênticos aos apresentados para os contextos islâmicos domésticos, pelo que aparentemente se pode concluir que esta produção cerâmica estaria adaptada às necessidades das populações que a adquiria.

Não se verificam diferenças significativas, no que respeita ao tipo e função, entre os valores presentes no forno e na entulheira, sendo este mais um aspecto de aproximação entre os dois contextos.

Quanto aos tipos cerâmicos em presença, a panela é o tipo mais abundante, encontrando-se em razoável variedade de dimensão e forma. Seguem-se as tampas e as tigelas – o recipiente de ir à mesa mais característico da cultura islâmica mediterrânica. No que respeita ao acto de cozinhar registam-se igualmente as caçoilas e os alguidares. Com frequências

médias surgem os cântaros – contentores de armazenamento de líquidos; na loiça de mesa, os jarros e as jarrinhas e ainda para cozinhar, os púcaros. Os tipos menos representados são as talhas e os potes (armazenamento), os fogareiros (contentor de fogo/cozinha) e as taças e garrafas (mesa).

Contudo, esta correspondência muito segura entre função e tipo está longe, na nossa perspectiva, de corresponder à realidade. Muitos recipientes tinham funcionalidades mistas, nomeadamente em relação às funções de cozinhar e servir à mesa. Por outro lado, alguns tipos (na sua aceção, meramente formal) tradicionalmente associados a uma função, parecem frequentemente ser utilizados para outra.

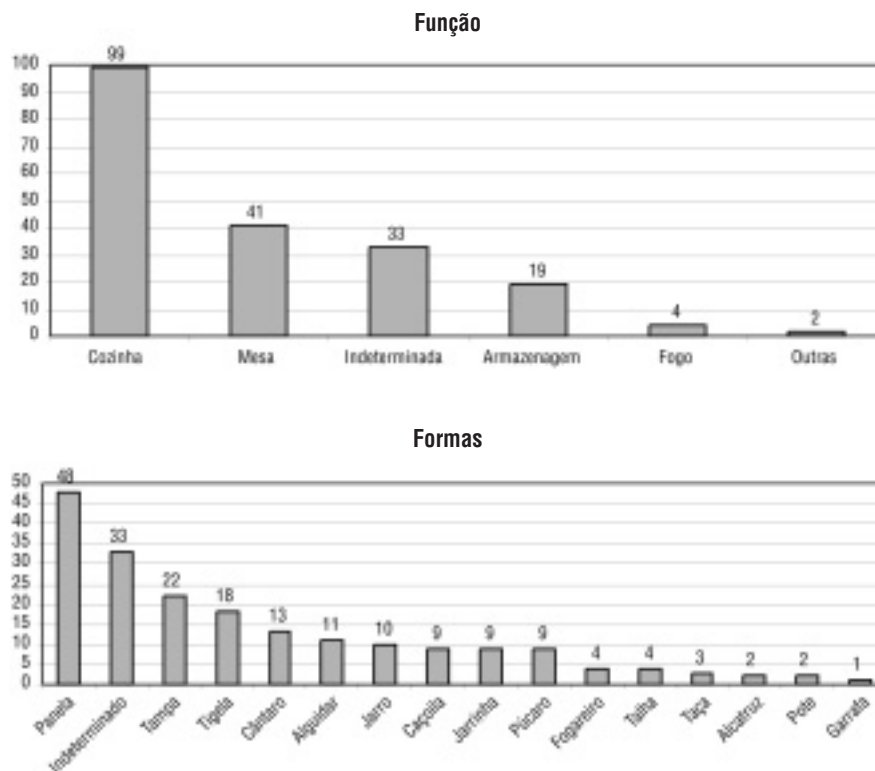
Outra problemática sempre presente nos estudos de conjuntos cerâmicos islâmicos é a questão da terminologia, verificando-se uma certa proliferação de termos diferentes para os mesmo tipo de recipientes, atendendo muitas vezes, à dificuldade de classificação formal e funcional. Neste trabalho, optou-se tanto quanto possível pela simplificação, sendo apresentadas as dúvidas levantadas relativamente a cada tipo formal.

4.2.1. Loiça de cozinha

4.2.1.1. Panelas

As panelas são a forma cerâmica mais abundante nos contextos domésticos antigos. Em período islâmico, eram utilizadas para cozinhar os guisados, ensopados e sopas, típicos da alimentação mediterrânica (Figuras 10, 11 e 12). Como já foi referido, aparecem numa razoável abundância de formas e tamanhos (neste conjunto, o diâmetro de bordo varia entre 71 e 200 mm e o diâmetro de fundo entre 75 e 110 mm).

No que respeita às formas, identificamos como produções desta olaria 3 subtipos:



– As clássicas panelas de perfil em «S»; bordo extrovertido, colo estrangulado e bojo bitroncocónico (curvo ou carenado); os bordos apresentam lábios de secção circular, oval ou triangular (Figuras 13, 14 e 15);

– As panelas de perfil em saco, de bordo mais estreito que o bojo e quase ausência de estrangulamento no colo (Figura 16), que por vezes se apresenta curvo (Figura 17);

– As panelas de corpo quase quadrangular, de bordo e colo pouco diferenciados do bojo, que assume formas bastante verticais (Figura 18).

Os três tipos apresentam asas, normalmente duas, em fita, partindo do bordo para o bojo.

É possível que a estes 3 subtipos corresponda alguma evolução cronológica, uma vez que o último se aproxima muito das formas conhecidas na cidade de Lisboa para o século XIII (Gaspar e Amaro, 1997).

Esta forma apresenta-se maioritariamente decorada, sendo a pintura a barbotina branca a técnica decorativa predominante. São igualmente usadas as caneluras e sulcos. A decoração localiza-se por toda a peça, desde o bordo, ao colo, asa e bojo.

Chama-se a atenção para o facto de ser muito difícil distinguir entre panelas e potes, apenas em presença da parte superior da peça, uma vez que estas formas apresentam muitas semelhanças. A nível do fundo distinguem-se, uma vez que as panelas apresentam fundos normalmente côncavos (Figura 19) e os potes apresentam fundos planos. Por outro lado os potes podem atingir dimensões superiores,



Figura 10 – Panela nº 20



Figura 11 – Panela nº 2967



Figura 12 – Panela nº 3244

apresentando assim, uma espessura de paredes superior, destinadas a suportar a pressão de grandes quantidades de alimentos armazenados. É contudo difícil de distinguir os dois tipos, pelo que alguns dos exemplares aqui classificados como panelas poderão de facto tratar-se de potes.

4.2.1.2. Caçoilas

São recipientes abertos (com diâmetro de bordo oscilando entre 208 e 434 mm) de ir ao lume, para fritar e estrugir. Apresenta uma única forma: bordo introvertido e paredes ligeiramente curvas (Figura 20). Por vezes apresenta brunido nas paredes internas, provavelmente para diminuir a porosidade da pasta e aumentar a impermeabilidade. Raramente apresenta decoração, que quando existe é simples, situando-se apenas a nível do bordo.

Estas peças podiam também ser utilizadas para servir à mesa, confundindo-se a sua utilização nesse caso, com as tigelas. Optámos neste caso por uma diferença meramente formal: as caçoilas apresentam as características morfológicas referidas e as tigelas apresentam a forma carenada típica. A quase ausência de decoração aproxima mais esta forma da função da cozinha.

4.2.1.3. Púcaros

Tratam-se de pequenos recipientes para preparar ou aquecer líquidos (com diâmetro de bordo entre 67 e 100 mm), podendo ser igualmente utilizados para beber (Figura 21). Apresentam uma forma bitroncocónica, por vezes carenada; os bordos por vezes são extrovertidos e os fundos de diâmetro inferior ao corpo. Apresentam uma asa de rolo ou de secção oval. Apenas um exemplar apresenta pintura a barbotina branca (Figura 22, nº 3245).

A nível do fundo podem confundir-se com as jarrinhas (Figura 47).

4.2.1.4. Fogareiros

São contentores de fogo utilizados para cozinhar (Figura 23). Peça de perfil troncocónico, bordo de secção sub-quadrangular e paredes rectas. Um dos exemplares conservou uma aba de suporte da grelha (nº 3292). Não apresentam decoração. Em forma de fragmento, distinguem-se dos alguidares, pelo seu menor diâmetro (entre 190 e 240 mm) e pela menor inclinação das paredes.

4.2.1.5. Alguidares

São grandes recipientes abertos (com diâmetro de bordo entre 280 e 440 mm) utilizados para a preparação dos cozinhados e outras tarefas de apoio à cozinha (Figura 24). Os bordos são extrovertidos, por vezes em aba, apresentando contornos normalmente rectos. As paredes são rectas ou ligeiramente curvas. Os fundos apresentados são planos, verificando-se o arranque de paredes bastante abertas (Figura 25). Sem este elemento distintivo, os fundos podem confundir-se com grandes potes, cântaros ou talhas (Figuras 49 e 50). Apresentam por vezes decoração incisa, a nível do bordo.

Um dos exemplares apresentados apresenta dimensões muito pequenas (diâmetro de bordo com 220 mm) e forma muito distinta dos restantes (Figura 26). Pelo cuidado revelado no seu fabrico e decoração poderá tratar-se de uma peça para ir à mesa.

4.2.1.6. Tampas

Por fim, incluíram-se nos recipientes de cozinha, as tampas, que contudo, também podem ser destinados à cobertura de recipientes de armazenamento (Figuras 27 e 28). O seu diâmetro total varia entre 90 e 248 mm.

Trata-se de um tipo bastante abundante, com relativa variedade formal. Os bordos podem ser quase rectos, ligeiramente introvertidos ou extrovertidos. A forma pode ser mais

ou menos aberta, de paredes rectas ou ligeiramente curvas. Os fundos são planos. Por vezes apresentam pega central em forma de botão.

4.2.2. *Loiça de armazenamento*

4.2.2.1. *Cântaros*

Os cântaros são os recipientes de armazenamento mais abundantes, destinando-se a alimentos líquidos, com diâmetro de boca entre 106 e 142 mm. Reconheceram-se essencialmente dois tipos de bordo/colo:

– Bordo recto ou ligeiramente introvertido, com lábio de secção triangular e colo ligeiramente estrangulado (Figura 29);

– Bordo introvertido com lábio de secção oval ou triangular e colo recto ou ligeiramente curvo (Figura 30).

Esta forma é dotada de duas asas, em fita ou de duplo cordão, partindo do colo. Quanto aos fundos, são planos semelhantes aos reconhecidos para potes e alguidares (Figuras 49 e 50).

No que respeita à decoração, quase todos os exemplares apresentam pintura a barbotina branca. Os bojós apresentam frequentemente bandas de decoração incisa ondulada ou cordões plásticos com decoração digitada (Figura 31). Por vezes, estas técnicas decorativas apresentam-se conjugados, por exemplo, pintada e incisa (nº1095). Atribuíram-se estes bojós decorados à forma de cântaros e não talhas (forma que costuma apresentar técnicas decorativas idênticas), devido à espessura de paredes que apresentam – entre 4 e 9 mm – inferior à habitual nas talhas.

4.2.2.2. *Potes*

Esta forma era utilizada para o armazenamento de alimentos sólidos, cozinhados ou em conserva (Figura 32). Do ponto de vista morfológico, os potes apresentam diversos problemas de interpretação. Como já foi referido, são bastante semelhantes às panelas, exceptuando-se a forma dos fundos. A este nível contudo, podem confundir-se com os cântaros (Figura 49).

Os dois exemplares apresentados apresentam fundo plano (ou ligeiramente convexo) e bojo bitroncocónico. Um dos exemplares apresenta um bordo ligeiramente introvertido com encaixe para a tampa e arranque de duas asas.

Ambos os exemplares se encontram pintados a barbotina branca.

4.2.2.3. *Talhas*

São grandes contentores de armazenamento de alimentos, típicos da cultura mediterrânica (Figura 33). Caracterizam-se pela grande dimensão, paredes espessas (entre 10 e 16 mm), pela boca estreita relativamente ao bojo (entre 90 e 276 mm), com colos por vezes estrangulados. Os bordos são extrovertidos, frequentemente em aba, por vezes com decoração incisa. Num dos exemplares verifica-se a presença de um orifício (nº 4034).

4.2.3. *Loiça de mesa*

4.2.3.1. *Tigelas*

É uma forma aberta de levar os alimentos à mesa, utilizada nas refeições coletivas (Figuras 34 e 35). Apresentam-se em dimensões variáveis (diâmetro de bordo entre 96 e 360 mm). Apresentam forma carenada, mais ou menos demarcada, bordos ligeiramente introvertidos, com grande diversidade de lábios. As paredes apresentam inclinações diversas e os fundos são planos e indiferenciados.

São frequentemente brunidos e decorados no interior (pintura branca). As pinturas são frequentes no bordo e no fundo (Figura 36).

Como já foi referido estas peças também poderiam ser utilizadas para ir ao lume, nomeadamente nesta variante de fundo plano.

4.2.3.2. *Jarrinhas*

Trata-se de uma forma típica da cultura material islâmica: recipiente de pequena dimensão, colo alto de tendência recta, duas asas de rolo, partindo do colo para o bojo de tendência globular ou ligeiramente carenada e fundo plano (Figura 37). Tradicionalmente, associa-se esta forma a função de loiça de mesa, ou seja, tratavam-se de recipientes para beber.

Contudo, nos conjuntos cerâmicos conhecidos do al-Andaluz, é frequente a identificação deste tipo formal a peças de dimensão razoável, com presença de vestígios evidentes de exposição ao fogo, sugerindo a sua utilização como loiça de cozinha. Aliás, por essa razão, algumas destas peças foram anteriormente classificadas como panelas (Bugalhão e Folgado, 2001).

Neste trabalho, optou-se por manter a designação e atribuição funcional tradicional, de critério formal, apesar de considerarmos que estas peças poderiam ter uma funcionalidade mista. O conjunto apresentado tem dimensões bastante variáveis (diâmetro de bordo entre 100 e 182 mm) e apresenta com alguma frequência pintura a barbotina branca.

Mais uma vez quando se conserva apenas a parte inferior da peça, torna-se difícil a distinção entre jarrinhas, púcaros e pequenas panelas (Figura 47).

4.2.3.3. *Jarros*

Tratam-se de recipientes para servir líquidos à mesa (Figuras 38 e 39). Os bordos são ligeiramente extrovertidos, com vertedor, os colos são ligeiramente estrangulados e costumam apresentar apenas uma asa. A quase totalidade das peças apresentadas apresenta decoração: pintura a barbotina branca e pequenos sulcos ou caneluras.

A nível do bordo e colo, os jarros apresentam algumas semelhanças formais com os cântaros. Contudo, distinguem-se pela sua menor dimensão (diâmetros de bordo entre 90 e 130 mm) e pela espessura mais ligeira das paredes (entre 3 e 5 mm).

4.2.3.4. *Taças*

Tratam-se de pequenos recipientes de servir alimentos à mesa (Figura 40). O pequeno conjunto apresentado apresenta bordos ligeiramente introvertidos, carena e fundo em anel. Não foram observadas decorações.

4.2.3.5. *Garrafa*

Foi apenas identificado um fragmento de gargalo de garrafa, com arranque de uma asa (Figura 41).

4.2.4. *Outras funções*

4.2.4.1. *Alcatruzes*

Conjunto constituído por dois fundos de alcatruz – elemento cerâmico alongado de nora, que eleva a água à superfície do poço (Figura 42). Apresentam o seu típico aspecto côncavo, sem acabamento interno.

4.2.4.2. *Vieiras*

Peças em cerâmica de fabrico manual, em forma de vieira, com um orifício sobre o umbo da concha (Figuras 43 e 44). Estas peças de função indeterminada aparecem abundantemente nos contextos islâmicos e medievais da baixa de Lisboa. Devido à presença do orifício levanta-se a hipótese de se tratarem de pesos de rede (embora não tenha sido identificado nenhum exemplar com marcas de suspensão).

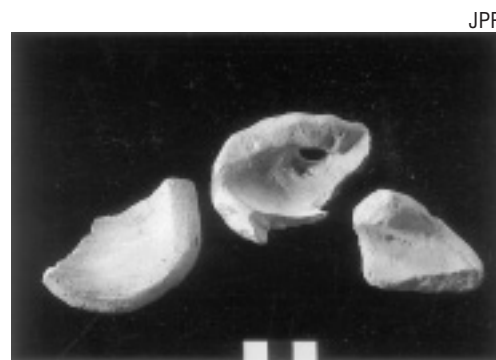


Figura 44 – Vieiras

4.3. Decoração

Na produção cerâmica em análise são frequentes as peças decoradas, sendo que, no conjunto das peças em estudo cerca de 32% apresentam-se decoradas. No que respeita às técnicas decorativas, a pintura a barbotina branca é predominante, verificando-se igualmente a presença de técnicas obtidas durante o torneamento das peças (caneluras e pequenos sulcos), incisão e aplicações plásticas. Por vezes, surgem duas técnicas aplicadas numa só peça.

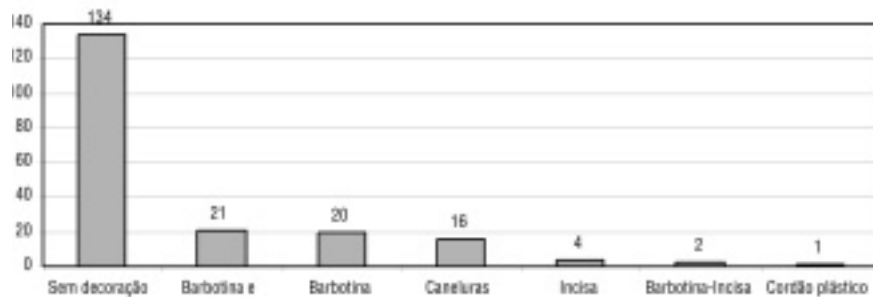
A proporção de peças decoradas varia conforme a sua funcionalidade, sendo claro que a loiça de mesa e os contentores de armazenamento são mais frequentemente decorados, que a loiça de cozinha. No entanto, esta relação nem sempre se verifica, com igual intensidade: enquanto que no caso das caçoilas, púcaros e tampas, apenas um reduzido número de exemplares apresenta decoração, no caso de panelas e alguidares a percentagem de peças decoradas é superior a 50% do total.

Alguns tipos pouco representados no conjunto como os fogareiros, as taças, a garrafa e os alcatruzes não apresentam qualquer decoração.

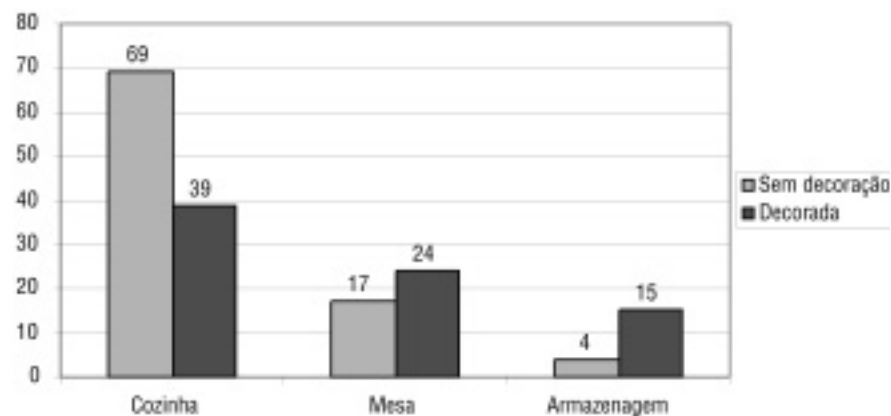
No que respeita à localização da decoração da peça, no caso da pintura a branco, parece existir alguma tendência para a profusão decorativa, ou seja, quando um recipiente cerâmico é pintado, normalmente todas as partes da peça (bordo, colo, asas, bojo, etc) são decoradas. No caso das caneluras e sulcos, situam-se preferencialmente junto aos acidentes da forma (ligações bordo-colo, colo-bojo, carena), no bojo e menos frequentemente, no topo do bordo. A decoração incisa e as aplicações plásticas situam-se preferencialmente no bojo e bordo (no caso dos alguidares).

Os temas decorativos em presença caracterizam-se pela simplicidade e pela utilização

Decoração

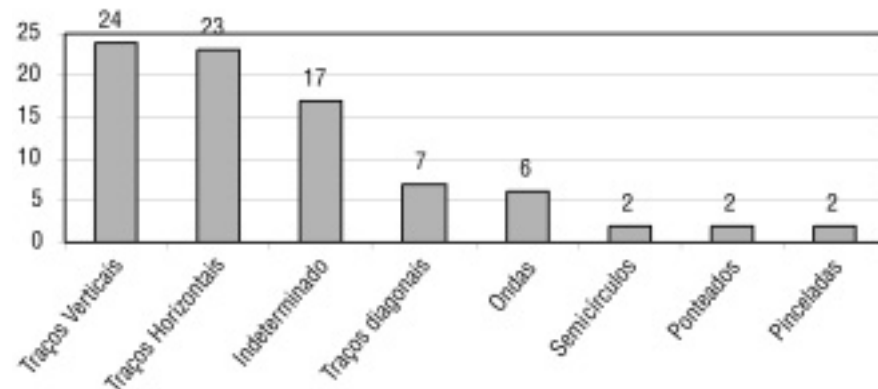


estilística da repetição. Os conjuntos de traços paralelos (verticais, horizontais e diagonais) são o motivo predominante, sendo que parece verificar-se uma tendência



para os conjuntos de quatro elementos. Os motivos ondulados, os semicírculos, os ponteados e as simples pinceladas apresentam representações mais modestas.

Tipo de Decoração



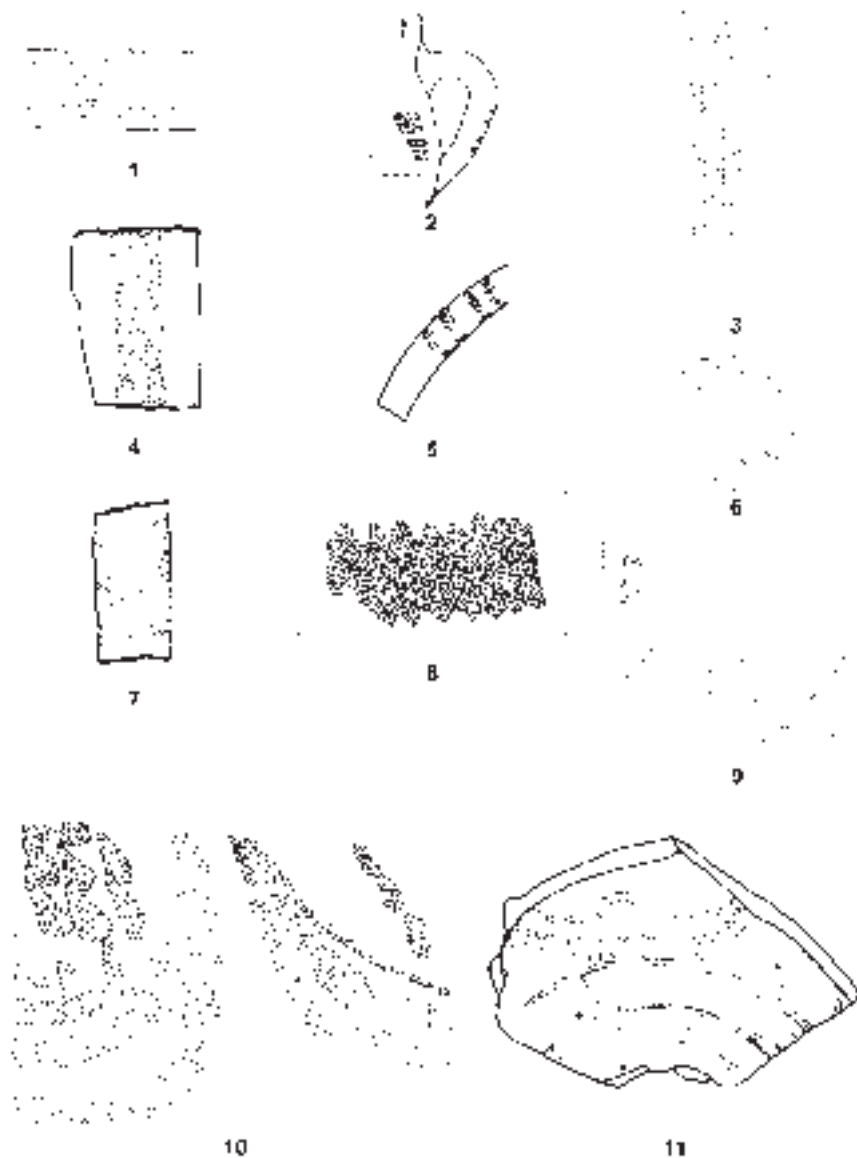


Figura 45 – Motivos decorativos; 1 e 2: traços horizontais, 3 e 4: traços verticais, 5: traços no topo do bordo, 6 e 7: traços diagonais, 8: traços ondulados, 9: semi-círculos, 10 e 11: motivos compostos

4.4. Cronologia

Numa primeira apreciação dos contextos oleiros islâmicos da baixa de Lisboa, foi-lhes atribuída uma cronologia entre o final do século X e o século XII (Bugalhão e Folgado, 2001: 125). Consideramos que estes limites cronológicos permanecem válidos no que respeita ao período de laboração desta olaria.

Contudo, o conjunto cerâmico estudado refere-se, por um lado às últimas pro-

duções do forno antes da sua desactivação e, por outro, à utilização de uma fossa de despejo de materiais rejeitados, com tempo de utilização decerto inferior ao período total de laboração da olaria.

Por outro lado, a análise morfológica das panelas (forma mais abundante) parece indicar alguma evolução que, como já foi afirmado, poderá revestir-se de natureza cronológica. A evolução do perfil em forma de «S» para o perfil piriforme e subquadrangular, parece indicar uma cronologia tardia, ou seja final do século XI e primeira metade do século XII, que marcará o fim na laboração desta olaria. Também outras formas, como os púcaros assumem linhas muito próximas das conhecidas para o século XIII.

O cruzamento destes elementos com o conhecimento do sítio, permite atribuir este conjunto cerâmico à primeira metade do século XII.

5. CONCLUSÃO

Os contextos apresentados exibem como principal potencialidade o facto de se referirem a produções oleiras locais, cujo conhecimento poderá revelar-se muito informativo para o estudo de conjuntos cerâmicos islâmicos na cidade e região de influência de Lisboa. Este potencial só será maximizado com a vertente arqueométrica do projecto em curso. A caracterização química destas produções permitirá completar a análise aqui realizada e viabilizar estudos comparativos com materiais provenientes de outros sítios arqueológicos.

Este trabalho permitiu consolidar a ideia da existência, no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica, de um bairro oleiro, tendo ficado demonstradas a proliferação e dispersão dos vestígios desta actividade produtiva. A sua

localização ribeirinha facilitaria o transporte de matérias primas (argila e madeira – combustível) e de produtos acabados, para comercialização. A própria olaria também assegurava a comercialização, uma vez que em período medieval a casa, oficina e loja, coincidiam numa mesma estrutura.

Relativamente à cronologia apontada para este conjunto cerâmico – primeira metade do século XII –, que coincide com a interrupção da laboração da olaria, é irremediável a sua relação com a Reconquista cristã da cidade, em 1145, após a qual o arrabalde ribeirinho terá vivido um fenómeno transitório de retracção urbana.

Finalmente resta agradecer aos desenhadores: Vasco Leitão, Maria João Sousa, Sofia Gomes, Armando Sabrosa e José Luís Monteiro; e aos fotógrafos (peças) José Paulo Ruas (JPR) e Pedro Barros (PB).

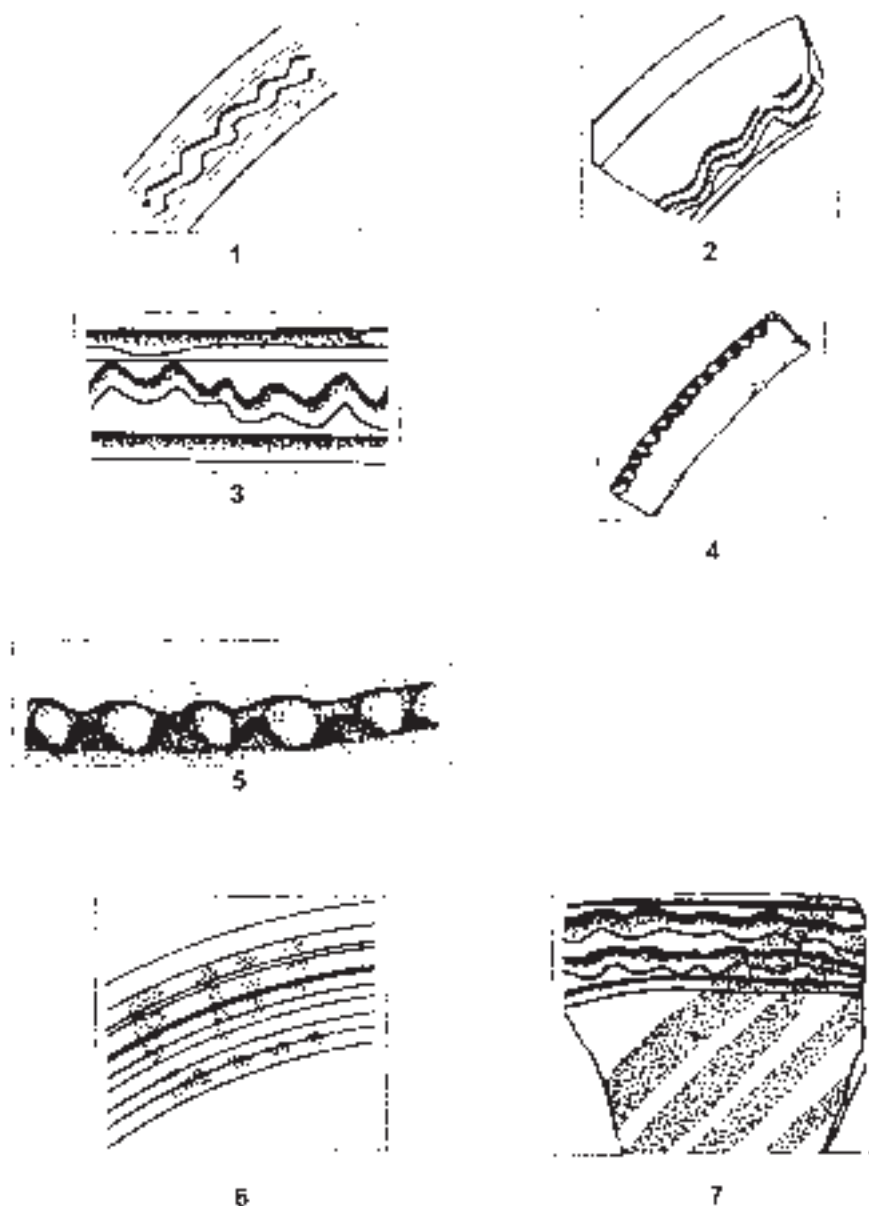


Figura 46 – Motivos decorativos; 1, 2 e 3: incisão em onda, 4: incisa, 5: cordão plástico digitado, 6 e 7: técnica decorativa composta, incisa e pintura a barbotina branca

1 Selecção de contextos estratigráfico-estruturais para estudo; selecção dos materiais cerâmicos de todas as unidades estratigráficas que compõem um contexto; puzzle; inventariação e respectiva informatização em tabela Excel; desenho; fotografia; descrição individual das peças e catalogação na Bases de Dados; conservação e restauro e informatização das fichas de conservação e restauro; análise dos conjuntos e tratamento estatístico (Bugalhão, Gomes, Sousa, Folgado e Gonzalez Tinturé, no prelo).

NOTAS

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Clementino (dir.), 1995 – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, Lisboa, Fundação Banco Comercial.
 2001 – «Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa – três contextos com cerâmica islâmica», Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular, Lisboa, IPPAR/Junta de Extremadura, pp. 165-197.
 BANHA, Carlos Manuel dos Santos, 1998 – «As cerâmicas do Alto do Senhor da Boa Morte (Povos): estudo

preliminar», Cira, 7, Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 75-109.
 BAZZANA, A., 1979 – «Cerâmiques Médiévales: les methodes de la discription analythique appliqués aux productions de l’Espagne Orientale», Melanges de la Casa de Velasquez, vol. XV, Paris, 1979, pp.135-185.
 1986 – «Typologie et fonction du mobilier céramique d’une alqueria musulmane à Valence aux XIe et XIIe siècles: Santa Fe de Oliva», La ceramica medieval nel Mediterraneo Occidentale, Fireze, Edizioni All’insegna del Giglio.
 ROSSELLÓ Bordoy, G., 1991 – El nombre de las cosas en al-Andaluz: una propuesta de terminología cerámica, Palma de Maiorca, Museo de Maiorca.

- BUGALHÃO, Jacinta, 2001 – A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros. *Trabalhos de Arqueologia*, 15, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- BUGALHÃO, Jacinta, FOLGADO, Deolinda, 2001 – «Arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira», *Arqueologia Medieval*, 7, Porto, Edições Afrontamento, pp.111-145.
- BUGALHÃO, J., GOMES, S., SOUSA, M. J., FOLGADO, D., TINTURÉ Gonzalez, A. – «POILIX – O projecto de investigação sobre a produção oleira em Lisboa, no período islâmico. Primeiros resultados e perspectivas futuras», IV Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Tondela, em Outubro de 2000 (no prelo).
- CARVALHO, A.R., FARIA, J.C., 1994 – «Cerâmicas muçulmanas do Museu Municipal de Alcácer do Sal», *Arqueologia Medieval*, 3, Porto, Edições Afrontamento, pp. 101-111.
- CATARINO, Helena, 1992 – Cerâmicas islâmicas do Castelo de Salir, Catálogo do Museu Municipal de Arqueologia, Loulé, Câmara Municipal de Loulé.
- CARUSO, Nino, s.d. – Cerâmica Viva. Manual práctico de la técnica de elaboración cerámica antigua y moderna de Oriente y Occidente, Barcelona, Ediciones Omega, S. A.
- Ceramica Preindustrial en la Provincia de Valladolid, 1989 – Tomo I, Valladolid.
- CORREIA, Fernando, 1991 – «Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja», IV Congresso Internacional, A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 373-385.
- COUTINHO, Hélder M. R., 1993 – «Cerâmica Muçulmana no Montinho das Laranjeiras», *Arqueologia Medieval*, 2, Porto, Edições Afrontamento, pp. 39-54.
- DIAS, M. Isabel, PRUDÊNCIO, M. Isabel, GOUVEIA, M. Ângela, 2001 – «Arqueometria de cerâmicas islâmicas das regiões de Lisboa, Santarém e Alcácer do Sal (Portugal): caracterização química e mineralógica», *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR/ Junta de Extremadura, pp. 257-281.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, 2001 – «A península de Setúbal em época islâmica», *Arqueologia Medieval*, 7, Porto, Edições Afrontamento, pp. 185-196.
- FERNANDES, I.C.F., CARVALHO, A.R., 1997 – «Cerâmicas do Castelo de Palmela», *La céramique médiévale en Méditerranée. Actes du VIe Congrès l'AIECM2, Aix-en-Provence, Narration Éditions*, pp. 327-335.
- GASPAR, Alexandra, AMARO, Clementino, 1997 – «Cerâmicas dos séculos XII-XV da cidade de Lisboa», *La céramique médiévale en Méditerranée. Actes du VIe Congrès l'AIECM2, Aix-en-Provence, Narration Édition*, pp. 337-345.
- GARCIA, Mercedes Mesquita, 1995 – «Un pueblo alfarero medieval: Paterna (Valencia) estudio etnoarqueológico y documental», *Actas das primeiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós – Medieval*, Porto, Câmara Municipal de Tondela, pp. 229-243.
- GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana, 2001 – «Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de São Jorge, *Arqueologia Medieval*, 7, Porto, Edições Afrontamento, pp. 95-102.
- GISBERT SANTONJA, Josep. A., 1990 – «Los hornos del alfar islámico de la Avda. Montgó/Calle Teulada, Casco urbano de Denia (Alicante)», *Fours de Potiers et «Testares» médiévaux en Méditerranée Occidentale, Série Archéologie XIII, Madrid, Publications de la Casa de Velázquez*, pp. 7-91.
- GOMES, Rosa Varela, 1988 – «Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves», *Xelb*, 1, Silves: Câmara Municipal de Silves.
- 1991 – «Cerâmicas almoadas do Castelo de Silves», IV Congresso Internacional, A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 387-403.
- GOMES, Ana, SEQUEIRA, Maria José, 2001 – Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, *Arqueologia Medieval*, 7, Porto, Edições Afrontamento, pp. 103-110.
- GOMES, Ana, GASPAR, A., PIMENTA, J., VALONGO, A., PINTO, P., MENDES, H., RIBEIRO, S., GUERRA, S., «A cerâmica pintada de época medieval da Alcáçova do Castelo de São Jorge», *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR/Junta de Extremadura, pp. 119-163.
- GOMES, Mário, GOMES, Rosa Varela, 1995 – «Cerâmicas muçulmanas: quais as metodologias arqueológicas?», *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 41-50.
- GÓMEZ MARTTÍNEZ, Susana, 1998 – «A Cerâmica no Gharb al-Ándaluz», *Portugal Islâmico – Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, MNA, pp. 121-131.
- LOPES, Carla do Carmo, RAMALHO, Maria M. B. De M., 2001 – «Presença Islâmica no Convento de S. Francisco de Santarém», *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR/Junta de Extremadura, pp. 31-87.
- KHAWALI, Abdallah, 1993 – «Introdução ao estudo das vasilhas de armazenamento da Mértola Islâmica», *Arqueologia Medieval*, 2, Porto, Edições Afrontamento, pp. 63-78.
- MACÍAS, Santiago, 1992 – «Os silos 4 e 5 de Mértola – uma proposta de datação de espólio cerâmico», *Arqueologia Medieval*, 1, Porto, Edições Afrontamento, pp. 27-34.
- MARCHESI, H., THIRIOT, J., VALLAURI, L., 1993 – «Le bourg des potiers au XIII^e siècle “import”», *Le Temps des Découvertes. Marseille, de Protis à la Reine Jeanne, Musée d'Histoire de Marseille*, pp.37-50.
- MARCHESI, H., THIRIOT, J., VALLAURI, L. (Dir.), 1997 – *Marseille, les ateliers de potiers du XIII^eS. et le quartier Sainte-Barbe (V^e-XIII^e S.)*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- MATOS, José Luís de, 1982/3 – «Forno de cerâmica», *Informação Arqueológica*, 5, Lisboa, IPPC, p. 77.
- 1991 – «Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila», IV Congresso Internacional, A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 429-372.
- MESQUIDA GARCIA, Mercedes, 1995 – «Un pueblo alfarero medieval: Paterna (Valencia) estudio etnoarqueológico y documental», *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, pp. 229-241.
- PAIXÃO, António Cavaleiro, CARVALHO, António Rafael, 2001 – «Cerâmicas Almoadas de Al-Qasr Al-Fath (Alcácer do Sal)», *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR/Junta de Extremadura, pp. 199-229.
- PASTOR, Moreno, Alfonso, 1992 – «La Cocción de los materiales cerámicos», *Tecnología de la cocción cerámica desde la Antigüedad a nuestros días*, Alicante, Asociación de Ceramología, pp.19-38.
- RAMALHO, Maria, LOPES, Carla, CUSTÓDIO, Jorge,

VALENTE, Maria João, 2001 – Vestígios da Santarém islâmica no Convento de São Francisco, *Arqueologia Medieval*, 7, Porto, Edições Afrontamento, pp. 147-183.

RETUERCE, Velasco, M., 1998 – La cerámica andalusí de la Meseta, CRAN, Madrid, 2 vol..

RHODES, Daniel, s.d., Les Fours, Paris, Dessain et Tolra.

SEMPERE, Emile, 1982 – Rutas a los alfares. España y Portugal, Barcelona.

THIRIOT, Jacques, 1986 – «La production de la céramique commune grise du moyen age en Vézère et Bas-Rhône: état de la question», *La Ceramica Médiévale nel Mediterraneo Occidentale; All'Insegna del Giglio*, pp. 235-250.

1990 – «Les Fours de Potiers, problèmes de méthode. Table Ronde», *Fours de Potiers et «Testares» médié-*

vau en Méditerranée Occidentale, Série Archéologie XIII, Madrid, Publications de la Casa de Velázquez, pp. 169-200.

1992 – «Du four à l'atelier de potier: quelques réflexions pour une meilleure connaissance de cet artisanat médiéval», *Tecnología de la cocción cerámica desde la antigüedad a nuestros días, Alicante, asociación de ceramología*, pp. 141-152.

TORRES, Cláudio, 1987 – Cerâmica islâmica portuguesa. Catálogo, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.

TORRES, C., PALMA, M.P., Rego, M., MACÍAS, S., 1991 – «Cerâmica islâmica de Mértola – propostas de cronologia e funcionalidade», *IV Congresso Internacional, a cerâmica medieval no Mediterraneo Occidental, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola*, pp. 497-536.

1996 – «Técnicas e utensílios de conservação de alimentos na Mértola islâmica», *Arqueologia Medieval*, 4, Porto, Edições Afrontamento, pp. 203-218.

VIEGAS, Catarina, ARRUDA, Ana Margarida, 1999 – «Cerâmicas Islâmicas da Alcáçova de Santarém», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 2, n.º 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 105-186.

VILLALBALBA, Jose Aguado, 1983 – La Ceramica Hispanomusulmana de Toledo, Madrid, Artes y Artistas.

CATÁLOGO

Nº de Inventário BCP/Lx 3407

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 140 mm **Espessura de Bordo** 9 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de panela com bordo de lábio pendente, de secção triangular, colo curto ligeiramente troncocónico.

Decoração Apresenta possíveis vestígios de pintura a barbotina branca, mas imperceptíveis devido ao facto desta peça ter sido excessivamente exposta ao fogo aquando da sua cozedura.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 YR 5/3 – Vermelho

Cor Interna 5 YR 6/6 – Amarelo Avermelhado

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redução Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 3419

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 150 mm **Espessura de Bordo** 9 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Pequeno fragmento de bordo ligeiramente extrovertido de secção triangular, colo curto. Apresenta uma reentrância na parte interna do bordo para suporte da respectiva tampa.

Pasta

Textura Pouco Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Médio (entre 3 e 7mm)

Cor Externa 2.5 YR 4/2 – Castanho

Cor Interna 2.5 YR 5/2 – Vermelho

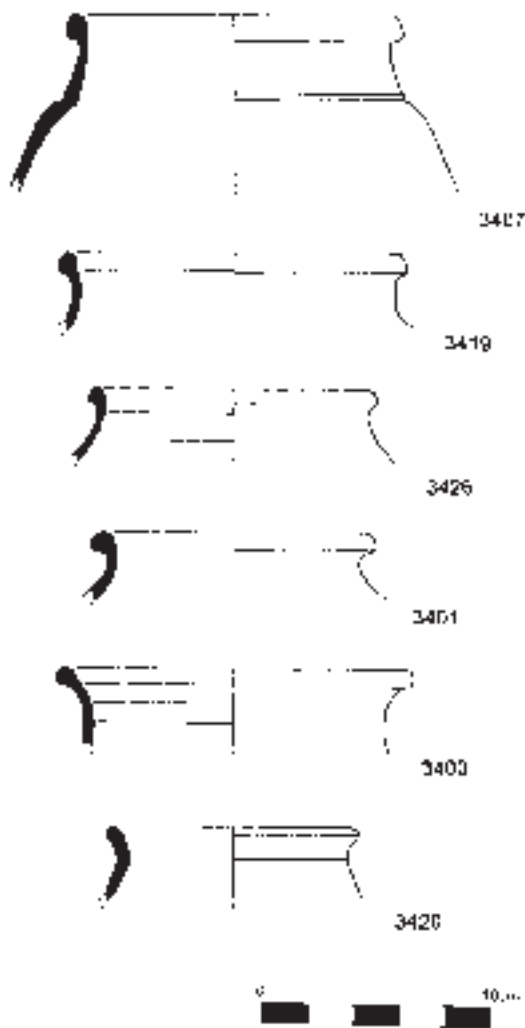


Figura 13 – Painelas, tipo a)

Fabrico**Cozedura** Redutora **Pós-Cozedura** Redutora**Nº de Inventário** BCP/Lx 3426**Contexto M Tipo** Panela **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 120 mm **Espessura de Bordo** 8 mm**Espessura de Parede** 4 mm**Descrição** Pequeno fragmento de bordo extrovertido curvo de secção circular; colo curto.**Pasta****Textura** Pouco Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica**Dimensões ENP** Médio (entre 3 e 7mm)**Cor Externa** 2.5 Y 5/1 – Cinzento**Cor Interna** 2.5 YR 5/2 – Vermelho**Fabrico****Cozedura** Redutora **Pós-Cozedura** Redutora**Nº de Inventário** BCP/Lx 3401**Contexto M Tipo** Panela **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 110 mm **Espessura de Bordo** 10 mm**Espessura de Parede** 4 mm**Descrição** Pequeno fragmento de bordo extrovertido curvo de secção circular com colo muito curto.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Sílica – Cerâmica**Dimensões ENP** Médio (entre 3 e 7mm)**Cor Externa** 2.5 YR 5/6 – Vermelho**Cor Interna** 2.5 YR 4/1 – Cinzento Escuro**Fabrico****Cozedura** Redutora **Pós-Cozedura** Oxidante**Nº de Inventário** BCP/Lx 3400**Contexto M Tipo** Panela **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 162 mm **Espessura de Bordo** 10 mm**Espessura de Parede** 5,5 mm**Descrição** Fragmento de bordo ligeiramente extrovertido de secção circular; colo troncocónico ligeiramente curvo. Apresenta uma pequena reentrância na parte interna do bordo para suporte da respectiva tampa.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Pouco Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica**Dimensões ENP** Médio (entre 3 e 7mm)**Cor Externa** 10 R 5/4 – Vermelho Acastanhado**Cor Interna** 10 R 5/3 – Vermelho Acastanhado**Fabrico****Cozedura** Oxidação Irregular **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular**Nº de Inventário** BCP/Lx 3420**Contexto M Tipo** Panela **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 110 mm **Espessura de Bordo** 7 mm**Espessura de Parede** 5,5 mm**Descrição** Pequeno fragmento de bordo extrovertido em aba de secção circular; colo troncocónico curvo.**Pasta****Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 7.5 YR 4/1 – Cinzento Escuro**Cor Interna** 7.5 YR 4/1 – Cinzento escuro**Fabrico****Cozedura** Redutora **Pós-Cozedura** Redutora**Nº de Inventário** BCP/Lx 2967**Contexto M Tipo** Panela **Função** Cozinha**Dimensões****Altura Máxima** 145 mm **Largura Máxima** 148 mm**Diâmetro de Boca** 111 mm **Diâmetro de Fundo** 75 mm**Descrição** Panela com bordo extrovertido de secção triangular, colo curto, bojo bitroncocónico, base plana e asa vertical em fita.**Decoração** Bordo: conjuntos de quatro traços verticais; colo: conjuntos de quatro traços oblíquos convergentes e dois conjuntos de caneluras; asa: conjunto de quatro traços horizontais.**Pasta****Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Chamota**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 2.5 YR 5/3 – Vermelho**Cor Interna** 2.5 YR 5/6 – Vermelho**Fabrico****Cozedura** Oxidação Irregular **Pós-Cozedura** Oxidante**Bibliografia** Bugalhão e Folgado, 2001**Nº de Inventário** BCP/Lx 20**Contexto C Tipo** Panela **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 193 mm **Diâmetro de Fundo** 110 mm**Descrição** Panela com bordo extrovertido de secção quadrangular, colo curto, bojo carenado, bitroncocónico, base plana e duas asas verticais em fita.

Decoração Colo: conjuntos de quatro traços horizontais; colo: seis conjuntos de quatro traços de pintura brancos e três caneluras; asa: dois conjuntos de quatro traços de pintura branca.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Calcário – Chamota

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/6 – Laranja

Cor Interna 5 YR 6/6 – Amarelo Avermelhado

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Bibliografia Bugalhão e Folgado, 2001

Nº de Inventário BCP/Lx 3360

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 128 mm **Espessura de Bordo** 9 mm

Espessura de Parede 6 mm

Descrição Fragmento de panela com bordo ligeiramente extrovertido com espessamento e lábio de secção triangular, colo curto e corpo bitroncocónico. Apresenta marcas de torno bastante bem marcadas.

Decoração Possui decoração a barbotina branca no bojo composta por linhas diagonais.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 4/1 – Cinzento Escuro

Cor Interna 5 YR 5/2 – Cinzento avermelhado

Fabrico

Cozedura Redução Irregular **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3366

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 152 mm **Espessura de Bordo** 9,3 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Fragmento de panela com bordo ligeiramente extrovertido, asa vertical que cola no topo do bordo; colo curto e arranque de bojo.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)



Figura 14 – Panelas, tipo a)

Cor Externa 2.5 YR 4/2 – Castanho

Cor Interna 2.5 YR 4/1 – Cinzento Escuro

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 4029

Contexto C **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 176 mm **Espessura de Bordo** 8 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de panela de bordo boleado recto e lábio de secção triangular; colo tronco-cónico curto e asa em fita.

Pasta

Superfície Alisada **Textura** Compacta com vacuólas

Elementos Não Plásticos Quartzo – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Cor Interna 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 3422

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 120 mm **Espessura de Bordo** 11,9 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Fragmento de panela, com bordo ligeiramente extrovertido e lábio de secção triangular, colo curto e asa em fita.

Decoração Apresenta vestígios de decoração a barbotina branca na asa, cujos motivos não são perceptíveis.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 4/2 – Cinzento avermelhado

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidação Irregular **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 113

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 102 mm **Espessura de Bordo** 9,3 mm

Espessura de Parede 7 mm

Descrição Fragmento deformado de panela, com bordo ligeiramente extrovertido e espessado exteriormente, com lábio de secção triangular.

Decoração Apresenta no topo do bordo, um traço horizontal a barbotina branca.

Pasta

Superfície Indeterminada **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 YR 4/1 – Cinzento Escuro

Cor Interna 7.5 YR 4/1 – Cinzento Escuro

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3437

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 122 mm **Espessura de Bordo** 8 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Pequeno fragmento de panela com bordo ligeiramente extrovertido de secção triangular; colo curto recto. Apresenta uma pequena reentrância na parte interna do bordo para suporte da respectiva tampa.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Calcário

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 4/1 – Cinzento Escuro

Cor Interna 2.5 YR 5/6 – Vermelho

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 3394

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 152 mm **Espessura de Bordo** 10 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Fragmento de bordo ligeiramente extrovertido de secção triangular com asa em fita.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 5/6 – Vermelha

Cor Interna 10 R 5/6 – Vermelha

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 3446

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 130 mm **Espessura de Bordo** 9 mm

Espessura de Parede 7 mm

Descrição Fragmento de panela de bordo ligeiramente introvertido com espessamento interno, lábio de secção circular e com asa em fita.

Decoração Apresenta um longo traço de pintura a barbotina branca na asa.

Pasta

Superfície Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 5/4 – Vermelho Acastanhado

Cor Interna 10 R 5/6 – Vermelha

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 1100

Contexto C **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 150 mm **Espessura de Bordo** 7 mm

Espessura de Parede 6 mm

Descrição Fragmento de panela com bordo boleado recto, espessado externamente e lábio de secção triangular; colo ligeiramente estrangulado e asa em fita.

Decoração Apresenta decoração a barbotina branca de tema indeterminado.

Pasta

Superfície Alisada **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Mica Branca – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/6 – Vermelho

Cor Interna 10 R 6/8 – Vermelho Claro

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3361

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 114 mm **Espessura de Bordo** 8 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Pequena panela de bordo ligeiramente extrovertido de secção triangular; colo curto e corpo globular.

Decoração Possui decoração a barbotina branca mas como a peça se encontra muito queimada na superfície externa não é possível determinar que tipo de motivos apresenta.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 4/1 – Cinzento Acastanhado

Cor Interna 10 R 6/8 – Vermelho Claro

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redução Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 4027

Contexto C **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 130 mm **Espessura de Bordo** 10 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de panela de bordo recto, lábio de secção triangular e colo curto.

Decoração Apresenta uma linha incisa no início do bojo, bem como vestígios de decoração a barbotina branca, de tema indeterminado.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/4 – Castanho

Cor Interna 2.5 YR 5/6 – Vermelho

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3441

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 144 mm **Espessura de Bordo** 9 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de panela com bordo ligeiramente extrovertido de secção circular; colo curvo. Apresenta uma reentrância na parte interna do bordo para suporte da respectiva tampa.

Decoração Apresenta uma pequena canelura no final do colo e início do bojo.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 5/3 – Castanho Avermelhado

Cor Interna 5 YR 5/3 – Castanho Avermelhado

Fabrico

Cozedura Oxidação Irregular **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 4025

Contexto C **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 122 mm **Espessura de Bordo** 8 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de panela de bordo biselado e lábio de secção triangular; colo curto, ligeiramente estrangulado.

Decoração Apresenta decoração composta por traços horizontais a barbotina branca.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Cor Interna 10 R 5/4 – Vermelho Acastanhado

Fabrico

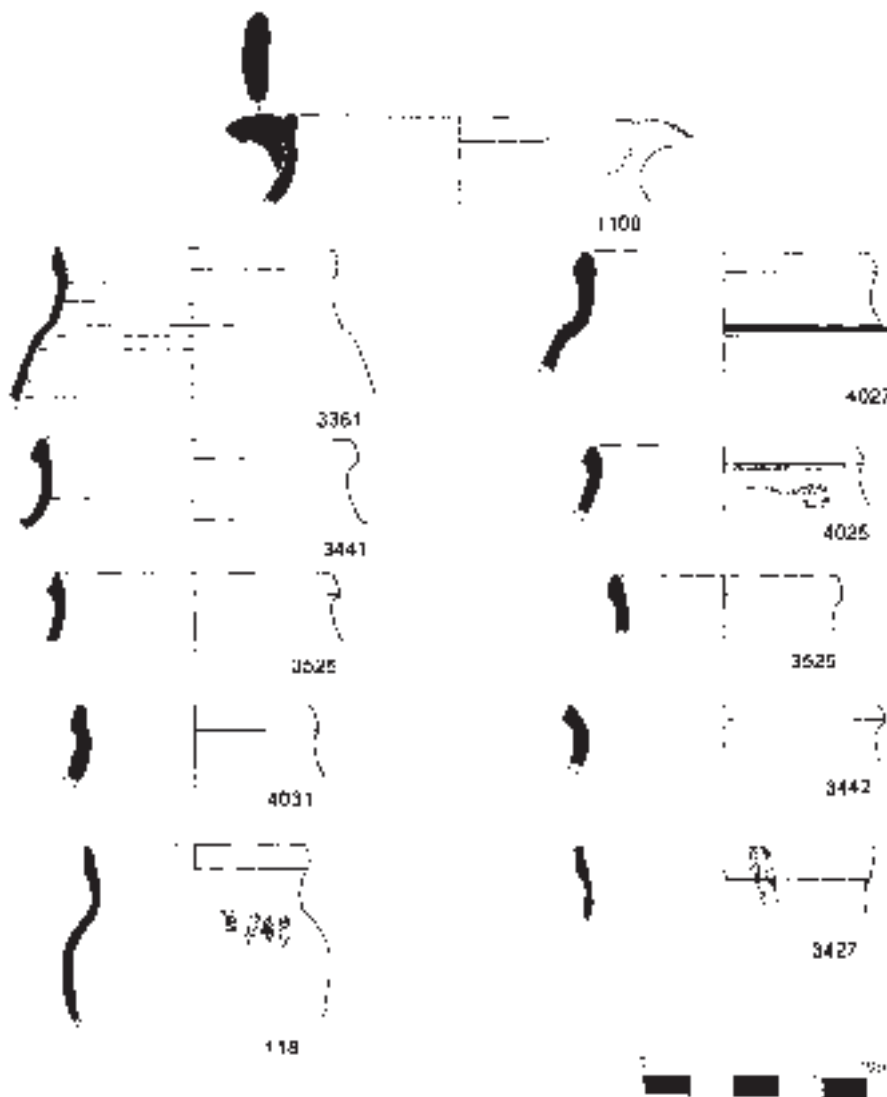


Figura 15 – Painéis, tipo a)

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3525

Contexto C **Tipo** Painela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 122 mm **Espessura de Bordo** 4 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Fragmento de bordo e colo de painela, bordo boleado ligeiramente introvertido, lábio de secção triangular; colo curto e ligeiramente estrangulado.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 5/6 – Vermelha

Cor Interna 10 R 6/8 – Vermelho Claro

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3526

Contexto C **Tipo** Painela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 100 mm **Espessura de Bordo** 8 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Fragmento de painela com bordo ligeiramente extrovertido, colo curto, ligeiramente estrangulado.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/6 – Laranja

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 4031

Contexto C **Tipo** Painela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 118 mm **Espessura de Bordo** 8 mm

Espessura de Parede 7 mm

Descrição Fragmento de painela de bordo recto, lábio de secção triangular e colo curto.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Cor Interna 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 3442

Contexto M **Tipo** Painela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 140 mm **Espessura de Bordo** 7,4 mm

Espessura de Parede 6,5 mm

Descrição Fragmento de painela de bordo ligeiramente extrovertido e lábio de secção triangular, biselado.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)
Cor Externa 10 R 5/1 – Cinzento Avermelhado
Cor Interna 10 R 5/1 – Cinzento Avermelhado
Fabrico
Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 118
Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha
Dimensões
Diâmetro de Boca 100 mm **Espessura de Bordo**
 7 mm
Espessura de Parede 4 mm

Descrição Fragmento de pequena panela de bordo ligeiramente extrovertido e secção triangular; colo curto e corpo globular.

Decoração Apresenta uma decoração a barbotina branca composta por grupos de quatro traços verticais no corpo da peça.

Pasta

Superfície **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 4/2 – Castanho

Cor Interna 2.5 YR 6/8 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 3427

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 136 mm **Espessura de Bordo** 5 mm

Espessura de Parede 3 mm

Descrição Pequeno fragmento de bordo recto de secção quadrangular; colo curto. Possui também uma reentrância na parte interna do bordo para suporte da tampa.

Decoração Apresenta uma decoração composta por dois traços diagonais a barbotina branca, localizados no bordo e no colo.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 4/1 – Cinzento Acastanhado

Cor Interna 5 YR 4/1 – Cinzento Escuro

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Observações Esta peça apresenta uma deformação de fabrico: cozedura excessiva.

Nº de Inventário BCP/Lx 3244

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Largura Máxima 182 mm **Diâmetro de Boca** 122 mm

Espessura de Bordo 7 mm **Espessura de Parede** 4 mm

Descrição Panela com bordo boleado ligeiramente extrovertido, de secção triangular, colo oblíquo.

Decoração Colo: conjuntos de três traços horizontais em pintura branca; bojo: conjuntos de ondas de quatro traços, com ponteados no interior, em pintura branca.

Pasta

Textura Compacta com vacuólas.

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 R 6/6 – Vermelho Forte

Cor Interna 10 R 6/8 – Vermelho Claro

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Bibliografia Bugalhão e Folgado, 2001

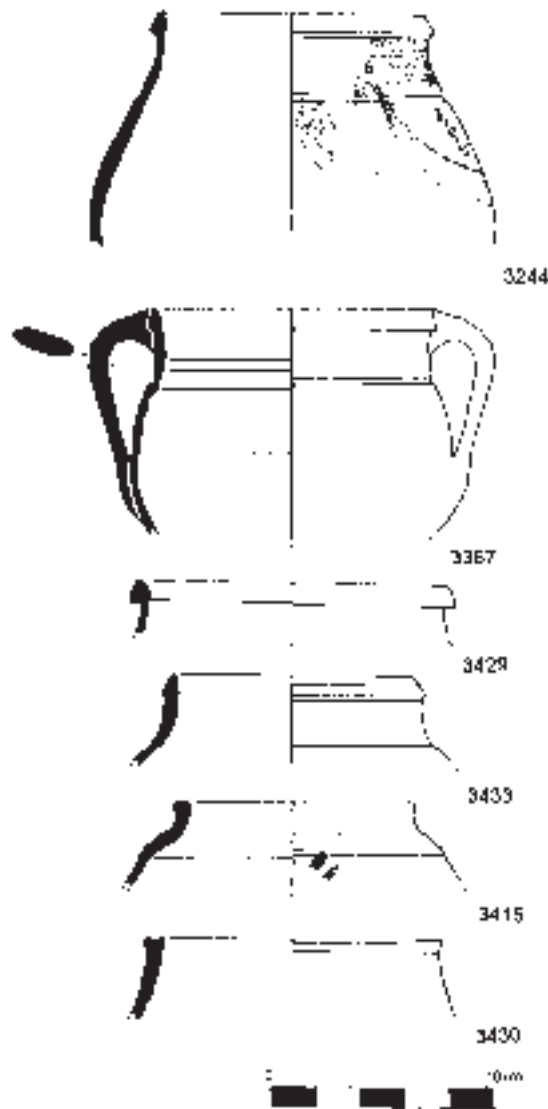


Figura 16 – Panelas, tipo b)

Nº de Inventário BCP/Lx 3367

Contexto M Tipo Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 126 mm **Espessura de Bordo** 8 mm

Espessura de Parede 4,5 mm

Descrição Fragmento de panela com bordo extrovertido de secção triangular, colo curto, bojo bitroncocónico, asa vertical em fita. Possui um ressalto que delimita o colo do bojo da peça. Apresenta marcas de torno no interior muito bem marcadas.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 5/3 – Castanho Avermelhado

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 3429

Contexto M Tipo Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Espessura de Bordo 9 mm **Espessura de Parede** 4 mm

Descrição Pequeno fragmento de panela com bordo ligeiramente extrovertido de secção triangular.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 YR 7/1 – Cinzento Claro

Cor Interna 5 YR 6/4 – Castanho Avermelhada

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 3433

Contexto M Tipo Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 110 mm **Espessura de Bordo** 8 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Pequeno fragmento de bordo ligeiramente extrovertido de secção triangular; colo curto recto.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 6/2 – Vermelho Claro

Cor Interna 10 R 6/3 – Vermelho Acastanhado

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3415

Contexto M Tipo Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 110 mm **Espessura de Bordo** 8,8 mm

Espessura de Parede 3,5 mm

Descrição Fragmento de panela de bordo recto.

Decoração Apresenta decoração a barbotina branca, no bojo, composta por linhas diagonais.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 Y 5/1 – Cinzento

Cor Interna 10 R 6/8 – Vermelho Claro

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 3430

Contexto M Tipo Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 134 mm **Espessura de Bordo**
5 mm

Espessura de Parede 6 mm

Descrição Fragmento de panela, bojo troncocónico e bordo ligeiramente extrovertido de lábio de secção triangular.

Pasta

Superfície **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/4 – Castanho

Cor Interna 2.5 YR 5/4 – Castanho

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3410

Contexto M Tipo Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 188 mm **Espessura de Bordo**
6 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de panela com bordo extrovertido em aba.

Decoração Decoração a barbotina branca de linhas horizontais no bordo e colo.

Pasta

Superfície **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Cor Interna 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3417

Contexto M Tipo Panela Função Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 140mm Espessura de Bordo
5 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de panela com bordo extrovertido em aba, de secção quadrangular. Apresenta um colo curto troncocónico.

Decoração Apresenta uma canelura no colo.

Pasta

Superfície Alisada Textura Pouco Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Médio (entre 3 e 7mm)

Cor Externa 5 YR 5/1 – Cinzento

Cor Interna 10 R 6/4 – Vermelho Claro

Fabrico

Cozedura Oxidante Pós-Cozedura Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3518

Contexto C Tipo Panela Função Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 164 mm Espessura de Bordo
11 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de bordo e colo de panela, bordo introvertido, com espessante externo, colo curto troncocónico.

Decoração Conjunto de dois sulcos na base do colo e pintura a barbotina branca com motivo indeterminado.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante Pós-Cozedura Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3444

Contexto M Tipo Panela Função Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 140 mm Espessura de Bordo
4 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Fragmento de panela com bordo ligeiramente extrovertido e lábio de secção quadrangular.

Pasta

Textura Compacta

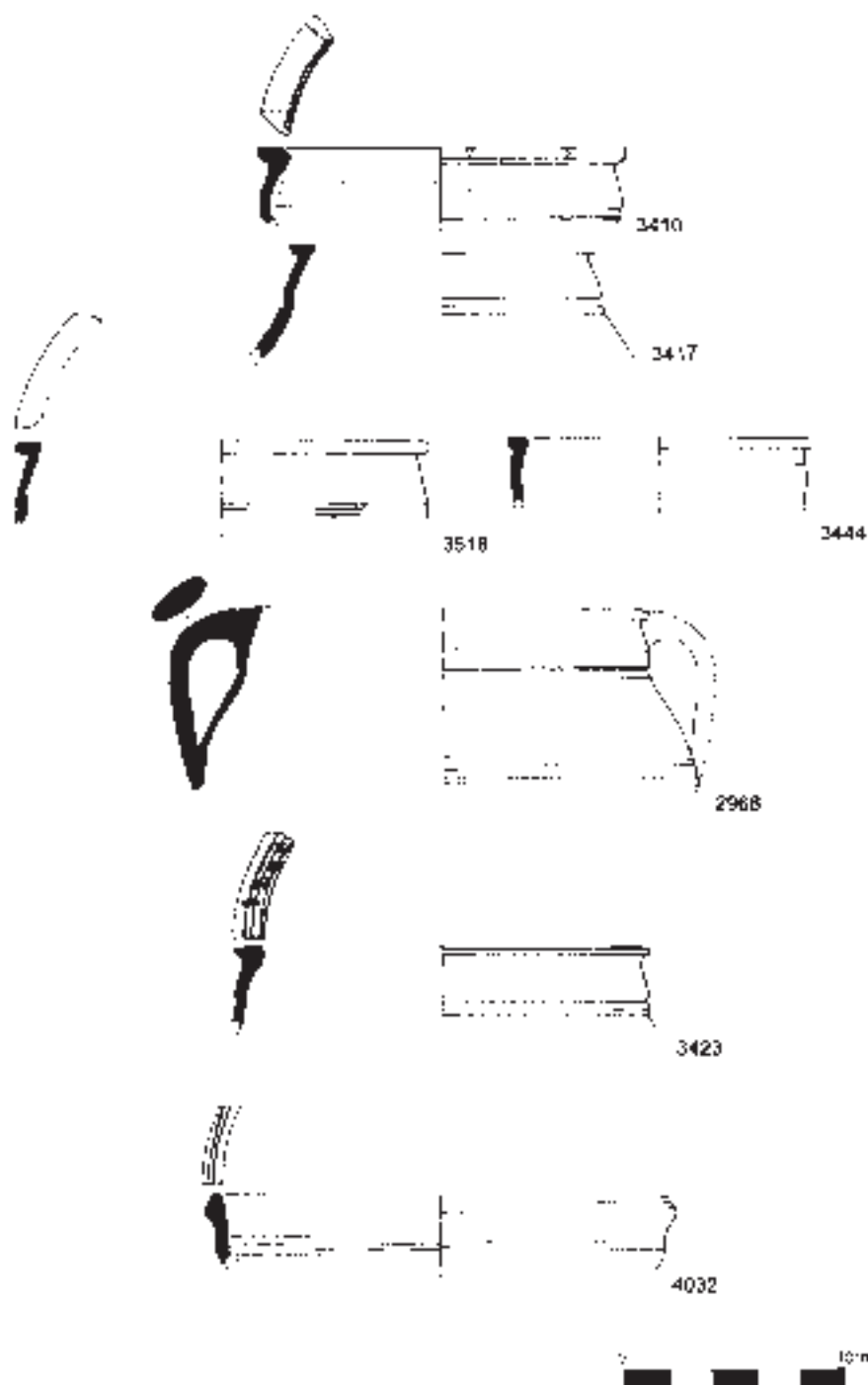


Figura 17 – Panelas, tipo b)

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 YR 3/1 – Cinzento muito

Cor Interna 7.5 YR 3/1 – Cinzento muito

Fabrico**Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora**Nº de Inventário** BCP/Lx 2968**Contexto M Tipo** Panela **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 164 mm **Espessura de Bordo** 4,5 mm**Espessura de Parede** 5 mm**Descrição** Panela de bordo extrovertido com espessamento interior de secção triangular; colo curto e início de corpo globular. Possui asa em fita que parte do bordo e colo na parte inicial do corpo da peça. Possui marcas de torno bastante bem vincadas na parede interna.**Decoração** Apresenta uma canelura no fim do colo e início do corpo assim como mais um grupo de caneluras a meio da parede da peça.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 7.5 YR 5/3 – Vermelho**Cor Interna** 10 R 6/6 – Vermelho Forte**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora**Nº de Inventário** BCP/Lx 3423**Contexto M Tipo** Panela **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 160 mm **Espessura de Bordo** 5 mm**Espessura de Parede** 6 mm**Descrição** Fragmento de panela com bordo extrovertido em aba, com lábio de secção triangular, com espessamento interno, colo curto.**Decoração** Possui decoração com caneluras no topo do bordo e no colo assim como decoração a barbotina branca composta por traços horizontais no colo e verticais no topo do bordo.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 2.5 YR 6/1 – Cinzento**Cor Interna** 2.5 YR 6/6 – Laranja**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante**Nº de Inventário** BCP/Lx 4032**Contexto C Tipo** Panela **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 200 mm **Espessura de Bordo** 9,5 mm**Espessura de Parede** 5 mm**Descrição** Fragmento de panela de bordo recto e lábio de secção triangular.**Decoração** Apresenta no topo e no interior do bordo uma linha incisa.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 10 R 4/2 – Castanho Escuro**Cor Interna** 7.5 YR 5/3 – Vermelho**Fabrico****Cozedura** Oxidação Irregular **Pós-Cozedura** Redutora**Nº de Inventário** BCP/Lx 3431**Contexto M Tipo** Panela **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 126 mm **Espessura de Bordo**
10 mm**Espessura de Parede** 5,3 mm**Descrição** Fragmento de panela com bordo recto, espessado externamente com lábio de secção triangular, colo alto e cilíndrico.**Decoração** Apresenta decoração a barbotina branca composta por traços horizontais e por um outro desenho de forma abstracta.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 2.5 Y 3/1 – Castanho**Cor Interna** 7.5 YR 5/1 – Cinzento**Fabrico****Cozedura** Redutora **Pós-Cozedura** Redutora**Nº de Inventário** BCP/Lx 3368**Contexto M Tipo** Panela **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 186 mm **Espessura de Bordo**
11 mm**Espessura de Parede** 5 mm**Descrição** Fragmento de panela de bordo espessado externamente, lábio de secção triangular, topo plano e colo alto e cilíndrico. Possui marcas de torno bastante bem vincadas.**Decoração** Apresenta decoração a barbotina branca composta por linhas diagonais no colo e no bordo assim como alguns sulcos abaixo do bordo e no colo.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 5 YR 4/2 – Cinzento avermelhado**Cor Interna** 2.5 YR 6/6 – Laranja**Fabrico****Cozedura** Oxidação Irregular **Pós-Cozedura** Redutora**Nº de Inventário** BCP/Lx 3440**Contexto M Tipo** Panela **Função** Cozinha**Dimensões**

Diâmetro de Boca 112 mm **Espessura de Bordo**
12,8 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Fragmento de bordo de panela com bordo extrovertido em aba.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 YR 3/1 – Cinzento Muito Escuro

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3439

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha



Figura 18 – Painéis, tipo c)

Dimensões

Diâmetro de Boca 170 mm **Espessura de Bordo** 7 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Pequeno fragmento de bordo extrovertido em aba, de secção circular.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 YR 3/1 – Cinzento muito escuro

Cor Interna 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3364

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 140 mm **Espessura de Bordo** 6 mm

Espessura de Parede 6 mm

Descrição Fragmento de bordo de panela ligeiramente extrovertido e lábio de secção circular, colo alto e cilíndrico.

Decoração Apresenta pintura a barbotina branca no colo de tema indeterminado.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta com vacuólas

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 4/4 – Castanho Avermelhado

Cor Interna 2.5 YR 5/8 – Vermelho

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 2974

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Fundo 106 mm **Espessura de Parede** 5 mm

Descrição Fragmento de fundo de panela ligeiramente côncavo. Possui marcas de torno bastante bem vincadas.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 YR 4/1 – Cinzento Escuro

Cor Interna 2.5 YR 6/8 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3376

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Fundo 88 mm **Espessura de Parede** 5,5 mm

Descrição Fragmento fundo plano de panela.

Pasta

Superfície Grossoiro **Textura** Pouco Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 4/2 – Cinzento avermelhado

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Observações Peça reutilizada como contentor de barbotina.

Nº de Inventário BCP/Lx 2980

Contexto M **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Fundo 152 mm **Espessura de Parede** 5 mm

Descrição Fragmento de fundo plano de panela.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/6 – Laranja

Cor Interna 2.5 YR 5/4 – Castanho

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 84

Contexto C **Tipo** Panela **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Fundo 110 mm **Espessura de Parede** 7 mm

Descrição Fundo e parte de bojo de panela com arranque de duas asas, fundo côncavo e bojo troncocônico.

Decoração Apresenta decoração a barbotina branca no bojo e nas asas de tema indeterminado.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Calcário

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 5/4 – Vermelho Acastanhado

Cor Interna 10 R 5/6 – Vermelha

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3338

Contexto C **Tipo** Caçoila **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 302 mm **Espessura de Bordo** 13 mm

Espessura de Parede 7 mm

Descrição Fragmento de bordo de caçoila, bordo extrovertido de secção oval.

Pasta

Superfície Alisada **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 7/6 – Amarelo Avermelhado

Cor Interna 5 YR 7/1 – Cinzento Claro

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

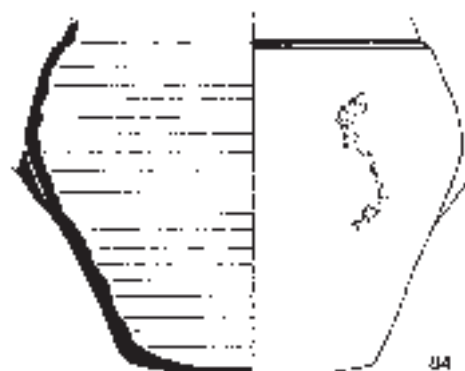
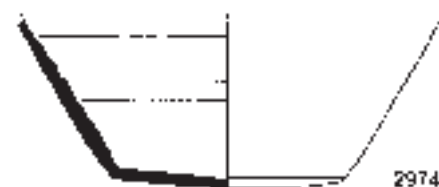


Figura 19 – Fundos de Panelas

Nº de Inventário BCP/Lx 3348

Contexto M **Tipo** Caçoila **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 208 mm **Espessura de Bordo**
7 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de bordo de caçoila, boleado ligeiramente introvertido, de secção circular.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta
Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica
Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)
Cor Externa 2.5 YR 5/3 – Vermelho
Cor Interna 2.5 YR 5/6 – Vermelho
Fabrico
Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3345
Contexto M **Tipo** Caçoila **Função** Cozinha
Dimensões
Diâmetro de Boca 316 mm **Espessura de Bordo** 10 mm

Espessura de Parede 6,8 mm
Descrição Fragmento de bordo de caçoila, introvertido de lábio circular achatado no topo.

Pasta
Superfície Engobo **Textura** Laminosa
Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica
Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)
Cor Externa 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado
Cor Interna 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado
Fabrico
Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3347
Contexto M **Tipo** Caçoila **Função** Cozinha
Dimensões
Diâmetro de Boca 434 mm **Espessura de Bordo** 12 mm

Espessura de Parede 6 mm
Descrição Fragmento de bordo de caçoila, boleado ligeiramente introvertido, de secção circular.

Pasta
Superfície Engobo **Textura** Compacta
Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica
Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)
Cor Externa 10 YR 3/1 – Cinzento Muito Escuro
Cor Interna 2.5 YR 5/6 – Vermelho
Fabrico
Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3343
Contexto M **Tipo** Caçoila **Função** Cozinha
Dimensões
Espessura de Bordo 8 mm **Espessura de Parede** 8 mm

Descrição Fragmento de bordo de caçoila boleado ligeiramente introvertido, de secção circular.

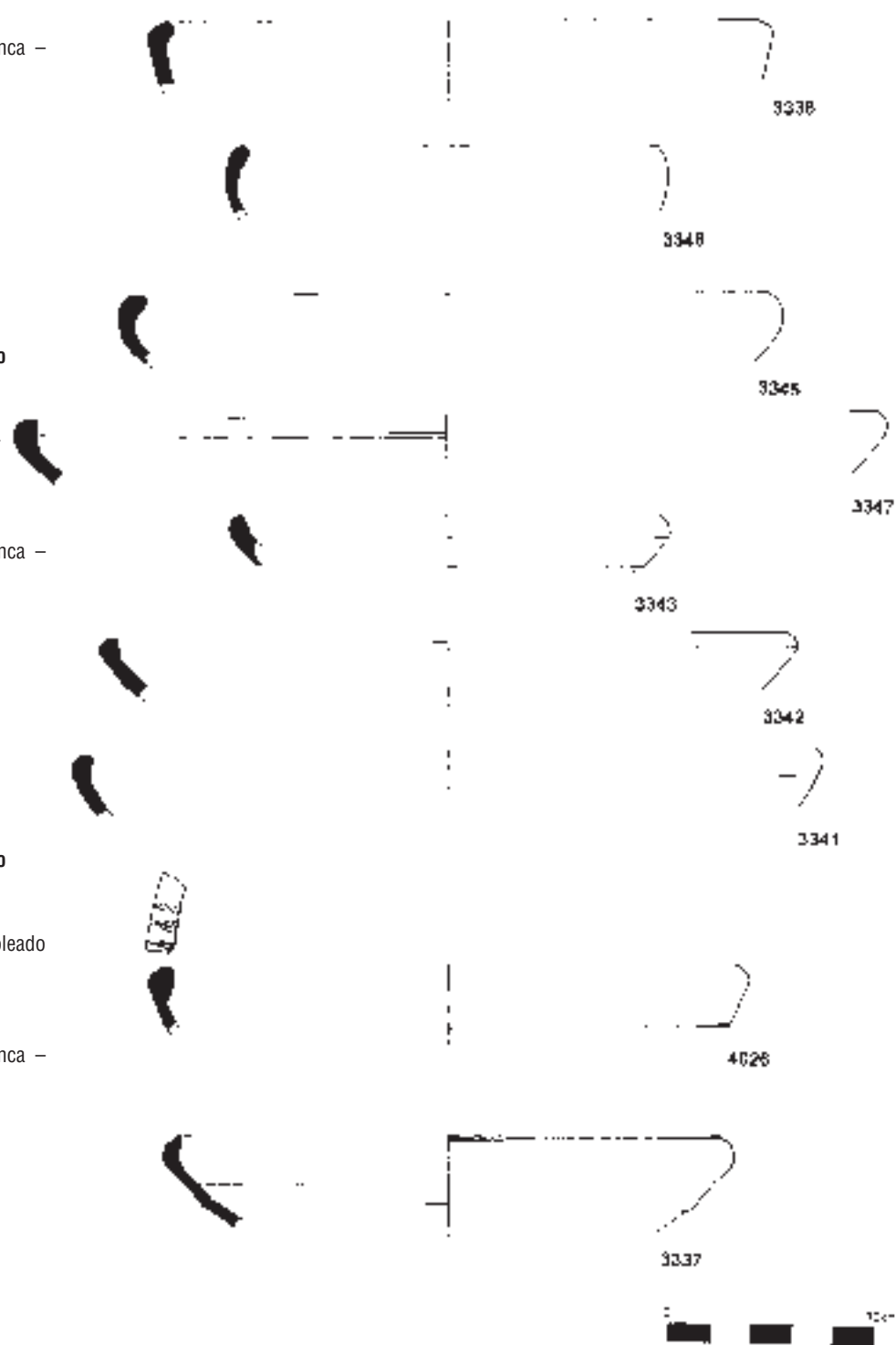


Figura 20 – Caçoilas

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 5/6 – Vermelha

Cor Interna 5 YR 5/1 – Cinzento

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3342

Contexto M **Tipo** Caçoila **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 346 mm **Espessura de Bordo** 10 mm

Espessura de Parede 7 mm

Descrição Fragmento de bordo de caçoila, ligeiramente introvertido e de lábio de secção circular.

Pasta

Superfície Alisada **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 4/2 – Castanho

Cor Interna 2.5 YR 5/2 – Vermelho

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3341

Contexto M **Tipo** Caçoila **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 270 mm **Espessura de Bordo** 12 mm

Espessura de Parede 7 mm

Descrição Fragmento de bordo de caçoila, introvertido espessado internamente, de lábio com secção circular.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 4/2 – Cinzento avermelhado

Cor Interna 5 YR 4/2 – Cinzento Escuro

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 4026

Contexto C **Tipo** Caçoila **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 280 mm **Espessura de Bordo** 8 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de bordo de caçoila, introvertido, espessado internamente e lábio de secção triangular.

Decoração Apresenta decoração a barbotina branca no topo do bordo composta por conjuntos de 3 linhas verticais.

Pasta

Superfície **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Calcário

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/6 – Vermelho

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 3337

Contexto M **Tipo** Caçoila **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 264 mm **Espessura de Bordo** 7 mm

Espessura de Parede 6,7 mm

Descrição Fragmento de bordo de caçoila, introvertido de lábio circular, colo troncocónico recto, carena alta.

Decoração Possui uma canelura no bordo.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/6 – Vermelho

Cor Interna 2.5 YR 5/6 – Vermelho

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3245

Contexto M **Tipo** Púcaro **Função** Cozinha

Dimensões

Altura Máxima 128 mm **Largura Máxima** 158 mm

Diâmetro de Boca 95 mm **Diâmetro de Fundo** 67 mm

Espessura de Bordo 5 mm **Espessura de Parede** 5 mm

Descrição Púcaro com bordo boleado introvertido, colo troncocónico com uma canelura na base, bojo bitroncocónico carenado, fundo plano e uma asa vertical de secção oval. Possui marcas de torno bem vincadas.



Figura 22 – Púcaro nº 3245

Decoração Bordo: conjunto de quatro traços horizontais a barbotina branca; colo: conjunto de quatro traços horizontais a barbotina branca e uma canelura na base; dois conjuntos de quatro traços horizontais a barbotina branca (parte deles prolongando-se para o bojo).

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Calcário – Chamota

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 5/6 – Vermelha

Cor Interna 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora

Bibliografia Bugalhão e Folgado, 2001

Nº de Inventário BCP/Lx 3365

Contexto M **Tipo** Púcaro **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 80 mm **Espessura de Bordo** 5 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Fragmento de púcaro de bordo boleado ligeiramente extrovertido com corpo troncocónico recto com uma carena baixa pouco marcada. A parede interna da peça apresenta marcas de torno muito bem marcadas.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/3 – Vermelho

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 3434

Contexto M **Tipo** Púcaro **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 67 mm **Espessura de Bordo** 3 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Fragmento de bordo de púcaro de lábio de secção circular, ligeiramente extrovertido.

Pasta

Superfície Alisada **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 R 6/6 – Vermelho Forte

Cor Interna 10 R 7/6 – Vermelho Claro

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3403

Contexto M **Tipo** Púcaro **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 100 mm **Espessura de Bordo** 10 mm

Espessura de Parede 6 mm

Descrição Fragmento de bordo de panela, espessado externamente, com lábio de secção quadrangular, colo alto cilíndrico.

Decoração Possui uma caneluras no bordo.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Pouco Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Médio (entre 3 e 7mm)

Cor Externa 7.5 YR 6/1 – Cinzento

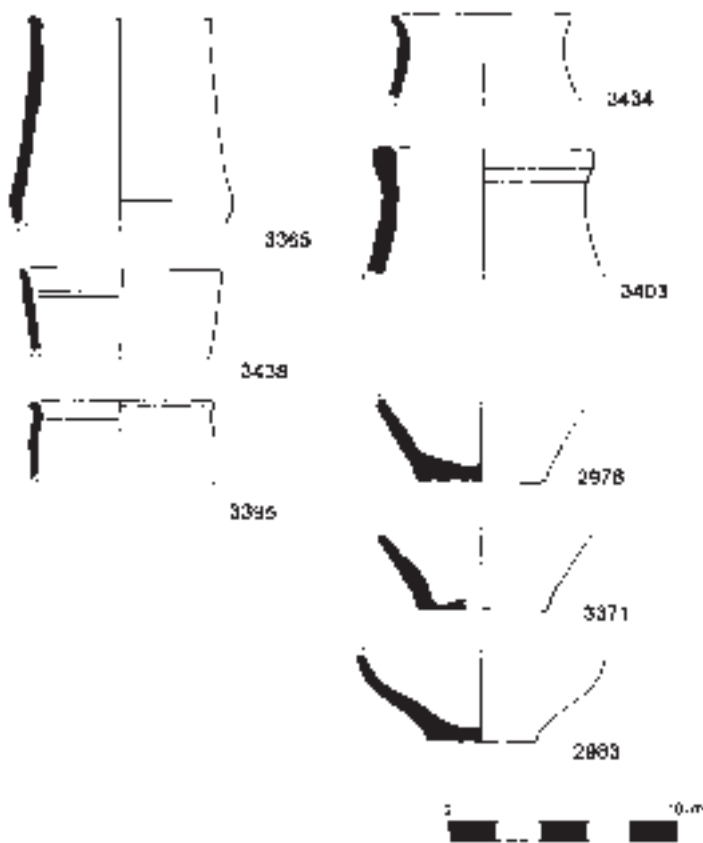


Figura 21 – Púcaros

Cor Interna 5 YR 6/6 – Amarelo Avermelhado

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3438

Contexto M Tipo Púcaro **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 88 mm **Espessura de Parede** 4 mm

Descrição Fragmento de bordo de púcaro, recto e colo alto.

Decoração

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/6 – Vermelho Forte

Cor Interna 2.5 YR 5/8 – Vermelho

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3395

Contexto M Tipo Púcaro **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 84 mm **Espessura de Bordo** 4 mm

Espessura de Parede 3 mm

Descrição Fragmento de bordo de púcaro, ligeiramente extrovertido, lábio de secção circular e colo recto.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/1 – Cinzento

Cor Interna 2.5 YR 5/6 – Vermelho

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 2978

Contexto M Tipo Púcaro **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Fundo 58 mm **Espessura de Parede** 6 mm

Descrição Fundo plano completo de púcaro, com marcas de torno bastante bem demarcadas.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 6/4 – Vermelho Claro

Cor Interna 10 R 6/4 – Vermelho Claro

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3371

Contexto M Tipo Púcaro **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Fundo 57 mm **Espessura de Bordo**
4 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de fundo plano de púcaro. Apresenta marcas de torno bastante vincadas.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 3/1 – Cinzento muito escuro

Cor Interna 10 YR 4/1 – Cinzento Escuro

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 2983

Contexto M Tipo Púcaro **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Fundo 48 mm **Espessura de Parede**
5 mm

Descrição Fragmento de fundo plano de púcaro, que apresenta vestígios de arranque de asa.

Pasta

Superfície Alisada **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 4/2 – Castanho

Cor Interna 2.5 YR 5/6 – Vermelho

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3352

Contexto M Tipo Fogareiro **Função** Fogo

Dimensões

Diâmetro de Boca 224 mm **Espessura de Bordo**
11,4 mm

Espessura de Parede 8 mm

Descrição Fragmento de fogareiro com bordo ligeiramente extrovertido em aba com lábio de secção rectangular e topo plano.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/3 – Vermelho

Cor Interna 2.5 YR 6/8 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 4030

Contexto C Tipo Fogareiro Função Fogo

Dimensões

Diâmetro de Boca 190 mm Espessura de Bordo
21 mm

Espessura de Parede 11 mm

Descrição Fragmento de fogareiro de bordo recto em
aba de secção rectangular e paredes rectas.

Pasta

Superfície Engobo Textura Pouco Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca –
Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/1 – Cinzento

Cor Interna 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Fabrico

Cozedura Redutora Pós-Cozedura Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 4035

Contexto C Tipo Fogareiro Função Fogo

Dimensões

Diâmetro de Boca 196 mm Espessura de Parede 9 mm

Descrição Fragmento de fogareiro de bordo extrovertido, lábio de secção quadrangular e bojo tron-
cocónico.

Pasta

Superfície Alisada Textura Compacta com vacuólas

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/2 – Vermelho

Cor Interna 2.5 YR 5/4 – Castanho

Fabrico

Cozedura Oxidante Pós-Cozedura Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3292

Contexto M Tipo Fogareiro Função Fogo

Dimensões

Diâmetro de Boca 240 mm Espessura de Bordo 20 mm

Espessura de Parede 15 mm

Descrição Fragmento de fogareiro de bordo extrovertido recto e lábio de secção
rectangular. Apresenta uma aba de suporte de grelha.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Calcário

Dimensões ENP Médio (entre 3 e 7mm)

Cor Externa 5 YR 5/3 – Castanho Avermelhado

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante Pós-Cozedura Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3350

Contexto M Tipo Alguidar Função Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 426 mm Espessura de Bordo 16 mm

Espessura de Parede 8 mm

Descrição Fragmento de bordo de alguidar, extrovertido em aba.

Pasta

Superfície Grosseiro Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3 mm)

Cor Externa 5 R 5/1 – Cinzento

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante Pós-Cozedura Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 3354

Contexto M Tipo Alguidar Função Cozinha

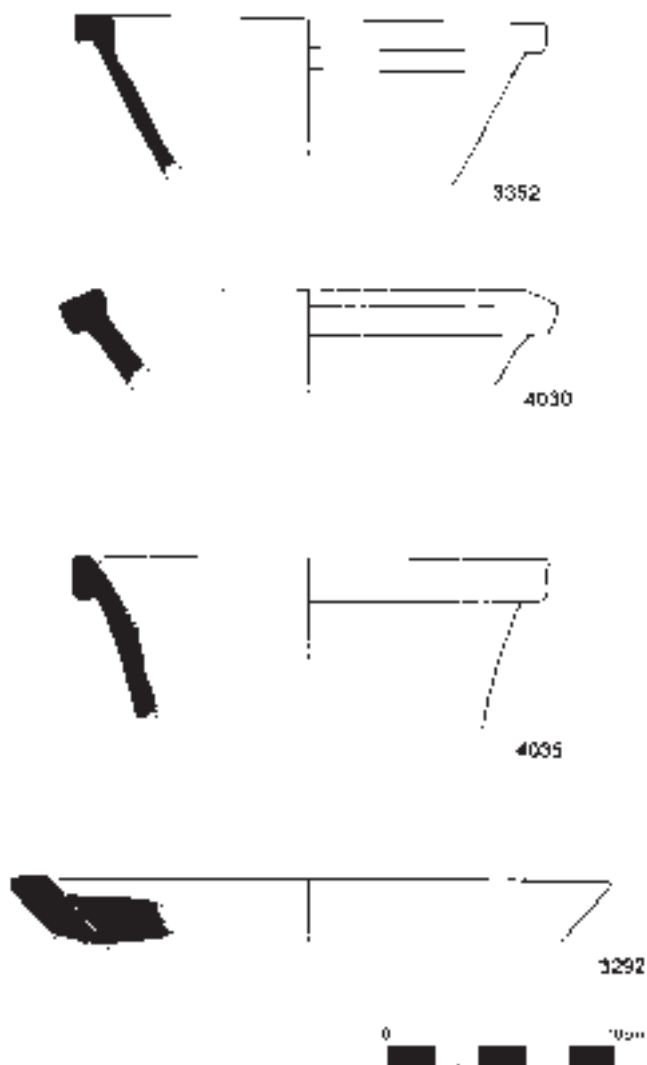
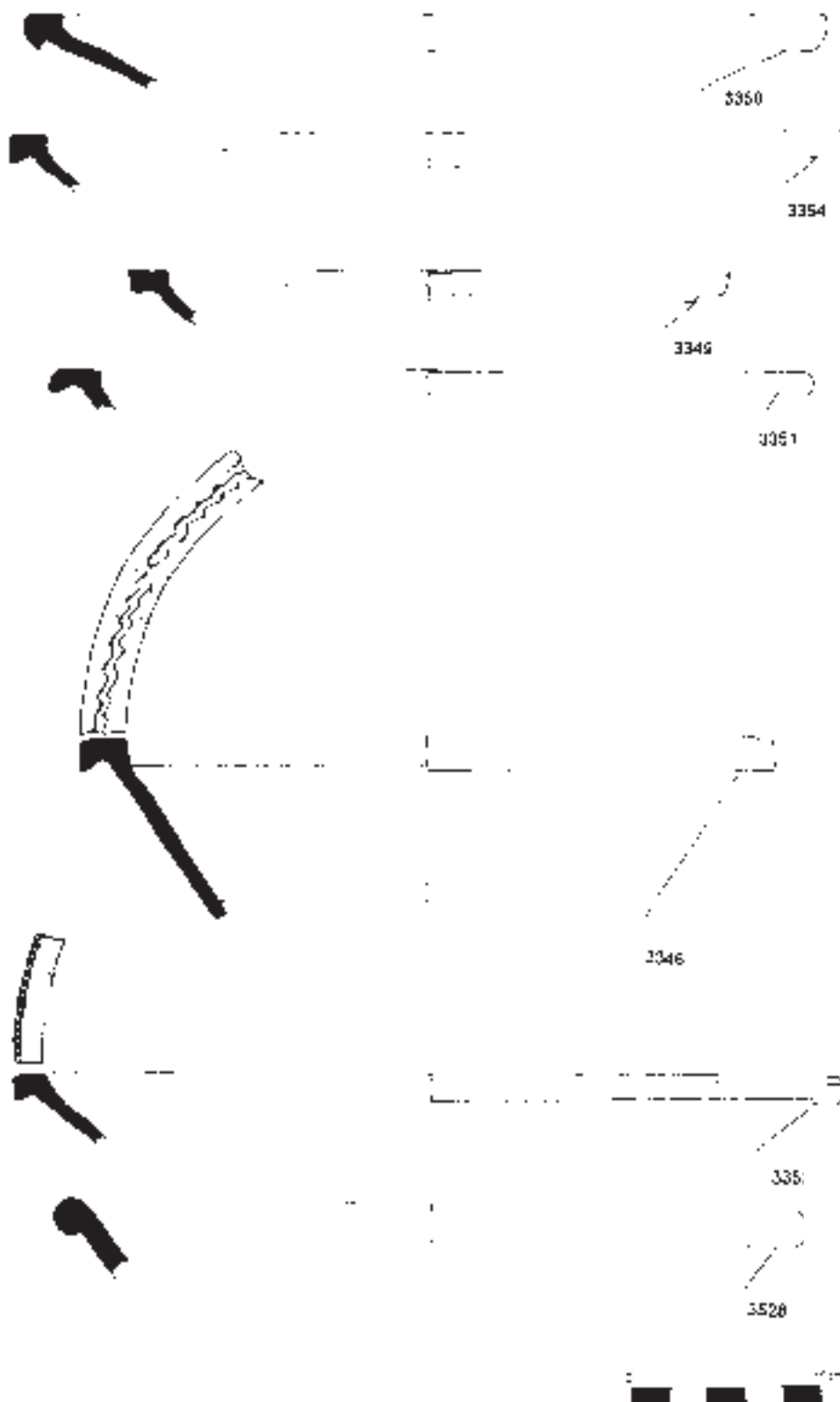


Figura 23 – Fogareiros



Dimensões

Diâmetro de Boca 440 mm **Espessura de Bordo** 12,3 mm

Espessura de Parede 5,5 mm

Descrição Fragmento de bordo de alguidar, ligeiramente extrovertido em aba, topo plano e lábio de secção quadrangular. Possui um sulco na parte debaixo do bordo.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3 mm)

Cor Externa 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Cor Interna 10 R 5/6 – Vermelha

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3349

Contexto M **Tipo** Alguidar **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 280 mm **Espessura de Bordo** 11,7 mm

Espessura de Parede 7 mm

Descrição Fragmento de bordo de alguidar, em aba, voltado para o exterior, de secção rectangular.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 6/4 – Vermelho Acastanhado

Cor Interna 5 YR 5/1 – Cinzento

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3351

Contexto M **Tipo** Alguidar **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 356 mm **Espessura de Bordo** 29,8 mm

Espessura de Parede 8,7 mm

Descrição Fragmento de bordo de alguidar, extrovertido em aba.

Decoração Apresenta duas caneluras no topo do bordo.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3 mm)

Cor Externa 7.5 R 6/4 – Vermelho Pálido

Cor Interna 7.5 R 6/4 – Vermelho Pálido

Figura 24 – Alguidares

Fabrico**Cozedura** Redutora **Pós-Cozedura** Oxidante**Nº de Inventário** BCP/Lx 3346**Contexto** M **Tipo** Alguidar **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 368 mm **Espessura de Bordo**
10 mm**Espessura de Parede** 7,4 mm**Descrição** Fragmento de bordo de alguidar, em aba, voltado para o exterior, de secção rectangular.**Decoração** Possui decoração incisa composta por ondas no topo do bordo.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 2.5 YR 6/6 – Laranja**Cor Interna** 2.5 YR 6/6 – Laranja**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante**Nº de Inventário** BCP/Lx 3353**Contexto** M **Tipo** Alguidar **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 430 mm **Espessura de Bordo**
13 mm**Espessura de Parede** 7 mm**Descrição** Fragmento de bordo de alguidar em aba, voltado para o exterior, de secção rectangular.**Decoração** Apresenta decoração incisa no topo do bordo.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3 mm)**Cor Externa** 7.5 YR 5/1 – Cinzento**Cor Interna** 5 YR 5/2 – Cinzento avermelhado**Fabrico****Cozedura** Redução **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular**Nº de Inventário** BCP/Lx 3528**Contexto** C **Tipo** Alguidar **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 384 mm **Espessura de Bordo**
20 mm**Espessura de Parede** 11 mm**Descrição** Fragmento de bordo de alguidar; extrovertido de secção circular.**Pasta****Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 2.5 YR 5/6 – Vermelho**Cor Interna** 2.5 YR 5/6 – Vermelho**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante**Nº de Inventário** BCP/Lx 4040**Contexto** C **Tipo** Alguidar **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Fundo** 100 mm **Espessura de Parede** 6 mm**Descrição** Fragmento de fundo plano de alguidar.**Decoração** Apresenta um borrão de barbotina branca.**Pasta****Superfície** **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Sílica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3 mm)**Cor Externa** 5 YR 5/1 – Cinzento**Cor Interna** 5 YR 5/1 – Cinzento**Fabrico****Cozedura** Redutora **Pós-Cozedura** Redutora**Observações** Peça deformada devido ao excesso de cozedura. A pasta encontra-se recozida e fissurada devida à longa exposição ao calor.**Nº de Inventário** BCP/Lx 4033**Contexto** C **Tipo** Alguidar **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Fundo** 190 mm **Espessura de Parede** 6 mm**Descrição** Fragmento alguidar com fundo plano e bojo troncocónico.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Pouco Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3 mm)**Cor Externa** 10 R 6/6 – Vermelho Forte**Cor Interna** 10 R 6/6 – Vermelho Forte**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante**Observações** Apresenta vestígios de reutilização no processo produtivo da olaria: vestígios de engobes e vestígios de depósitos argilosos no fundo.**Nº de Inventário** BCP/Lx 3355**Contexto** M **Tipo** Alguidar **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 220 mm **Espessura de Bordo** 12 mm**Espessura de Parede** 8 mm**Descrição** Fragmento de alguidar com bordo extrovertido em aba de secção quadrangular, colo curto e recto com carena média diferenciada.**Decoração** Apresenta sulcos a nível do bordo e do colo bem como decoração a barbotina branca composta por conjuntos de quatro traços verticais em aba do bordo. Apresenta ainda vestígios de barbotina branca no colo, de tema indeterminado.**Pasta****Superfície** Grossoeiro**Textura** Compacta

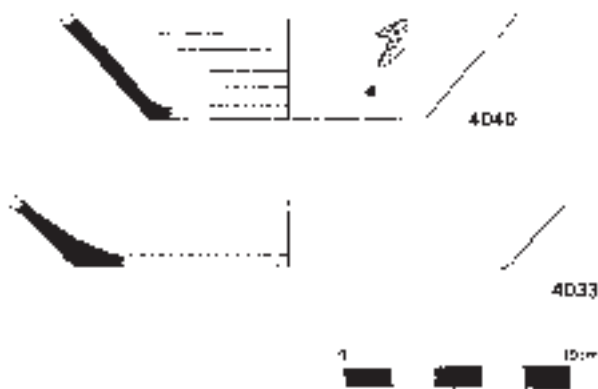


Figura 25 – Fundos de alguidares

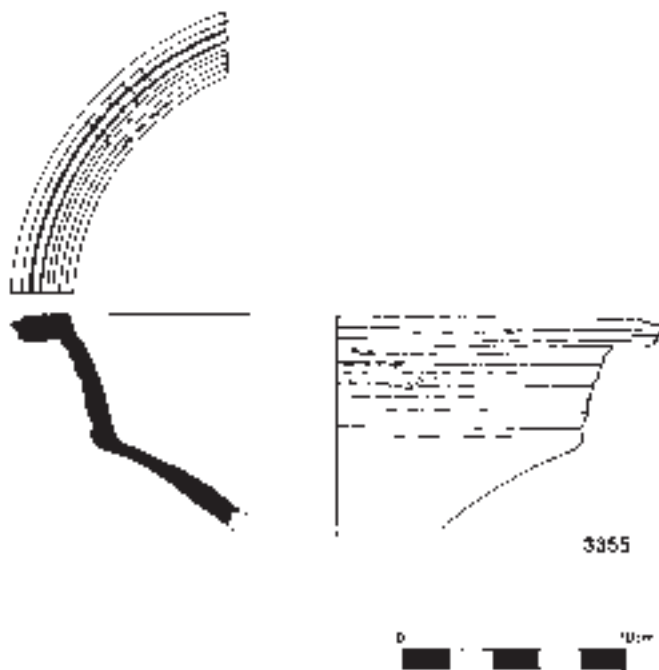


Figura 26 – Alguidar nº 3355

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica
Dimensões ENP Médio (entre 3 e 7 mm)
Cor Externa 5 YR 4/1 – Cinzento Escuro
Cor Interna 2.5 YR 6/8 – Laranja
Fabrico
Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3316
Contexto M **Tipo** Tampa **Função** Cozinha
Dimensões
Diâmetro de Fundo 5 mm **Espessura de Parede** 6 mm

Descrição Tampa de fundo plano, apresentando uma pega central em botão.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 4/1 – Cinzento Acastanhado

Cor Interna 2.5 Y 3/1 – Cinzento Escuro

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3313

Contexto M **Tipo** Tampa **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Fundo 4 mm **Espessura de Parede** 7 mm

Descrição Tampa com pega central em botão. Apresenta marcas de torno muito bem vincadas.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Porosa

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Médio (entre 3 e 7mm)

Cor Externa 10 R 5/2 – Vermelho Acastanhado

Cor Interna 7.5 YR 5/1 – Cinzento

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 2989

Contexto M **Tipo** Tampa **Função** Cozinha

Dimensões

Altura Máxima 260 mm **Diâmetro de Boca** 140 mm

Espessura de Bordo 10 mm **Espessura de Parede** 8,6 mm

Descrição Tampa incompleta com bordo ligeiramente extrovertido com lábio de secção triangular, corpo troncocónico invertido, fundo plano e pega em botão.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 YR 5/1 – Cinzento

Cor Interna 5 YR 6/6 – Amarelo Avermelhado

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 2994

Contexto M **Tipo** Tampa **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 90 mm **Espessura de Bordo** 9 mm

Espessura de Parede 7 mm

Descrição Fragmento de tampa com bordo extrovertido com espessamento interno e lábio de secção triangular.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 5/2 – Vermelho Acastanhado

Cor Interna 10 R 5/3 – Vermelho Acastanhado

Fabrico

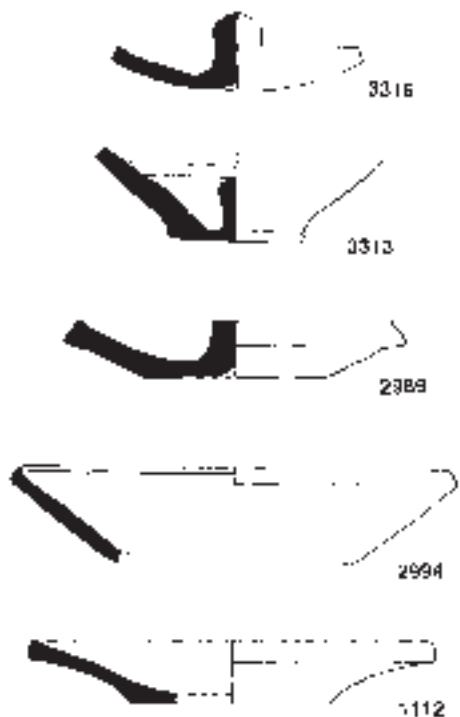
Cozedura Redução Irregular **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 1112

Contexto C **Tipo** Tampa **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 174 mm **Espessura de Bordo** 9 mm



Espessura de Parede 6 mm

Descrição Perfil quase completo de tampa com bordo extrovertido com espessamento interno e lábio de secção oval, parede troncocónica e fundo plano.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Cor Interna 2.5 YR 5/4 – Castanho

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Oxidante

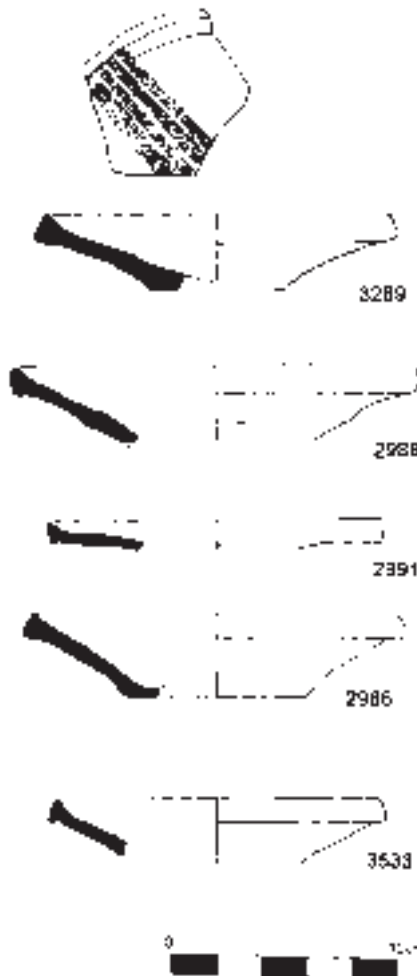
Nº de Inventário BCP/Lx 3289

Contexto M **Tipo** Tampa **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 154 mm **Diâmetro de Fundo** 60 mm

Espessura de Bordo 12 mm **Espessura de Parede** 7 mm



Descrição Tampa de bordo extrovertido com espessamento interno, lábio de secção triangular e fundo plano.

Decoração Possui decoração no interior composta por grupos de quatro traços a barbotina branca.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Pouco Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Calcário

Dimensões ENP Médio (entre 3 e 7mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Cor Interna 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 2988

Contexto M **Tipo** Tampa **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 180 mm **Espessura de Bordo** 9 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Fragmento de tampa com bordo extrovertido, de lábio de secção triangular. Possui um sulco na parte inferior do bordo.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 5/3 – Castanho Avermelhado

Cor Interna 5 YR 5/4 – Vermelho Acastanhado

Figura 27 – Tampas

Fabrico**Cozedura** Oxidação Irregular **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular**Nº de Inventário** BCP/Lx 2991**Contexto M Tipo** Tampa **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 148 mm **Espessura de Bordo** 10 mm**Espessura de Parede** 4,8 mm**Descrição** Pequeno fragmento de bordo de tampa de secção triangular.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta -Silica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 2.5 YR 4/2 – Castanho**Cor Interna** 2.5 YR 5/4 – Castanho**Fabrico****Cozedura** Redutora **Pós-Cozedura** Redutora**Nº de Inventário** BCP/Lx 2986**Contexto M Tipo** Tampa **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 180 mm **Diâmetro de Fundo** 82 mm**Espessura de Bordo** 10,5 mm **Espessura de Parede** 7 mm**Descrição** Tampa com bordo extrovertido em aba, lábio de secção triangular, corpo troncocónico recto, fundo plano.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 7.5 YR 6/6 – Amarelo Avermelhado**Cor Interna** 7.5 YR 6/6 – Amarelo Avermelhado**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante**Nº de Inventário** BCP/Lx 3533**Contexto M Tipo** Tampa **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 142 mm **Espessura de Bordo** 10 mm**Espessura de Parede** 5 mm**Descrição** Fragmento de tampa com bordo extrovertido, espessado internamente, lábio de secção triangular, corpo troncocónico recto.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 7.5 YR 5/3 – Vermelho**Cor Interna** 5 YR 6/4 – Castanho Avermelhada**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante**Nº de Inventário** BCP/Lx 1111**Contexto C Tipo** Tampa **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 176 mm **Diâmetro de Fundo** 70 mm**Espessura de Bordo** 9 mm **Espessura de Parede** 7 mm**Descrição** Fragmento de tampa de bordo extrovertido de secção triangular.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Sílica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 10 R 5/2 – Vermelho Acastanhado**Cor Interna** 10 R 5/4 – Vermelho Acastanhado**Fabrico****Cozedura** Redutora **Pós-Cozedura** Redutora**Nº de Inventário** BCP/Lx 2992**Contexto M Tipo** Tampa **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 194 mm **Espessura de Bordo** 10 mm**Espessura de Parede** 6 mm**Descrição** Fragmento de tampa de bordo extrovertido em aba com lábio de secção triangular.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 2.5 YR 5/3 – Vermelho**Cor Interna** 2.5 YR 6/3 – Laranja Acastanhado**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante**Nº de Inventário** BCP/Lx 3328**Contexto M Tipo** Tampa **Função** Cozinha**Dimensões****Diâmetro de Boca** 188 mm **Espessura de Bordo** 10 mm**Espessura de Parede** 6 mm**Descrição** Tampa com bordo introvertido com espessamento interno, lábio de secção triangular, paredes e fundo convexo.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 10 R 5/6 – Vermelha**Cor Interna** 10 R 5/8 – Vermelho**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 2993

Contexto M Tipo Tampa Função Cozinha

Dimensões

Espessura de Bordo 9,5 mm Espessura de Parede 6 mm

Descrição Pequeno fragmento de bordo de tampa de secção triangular. Na face externa, apresenta marcas de torno.

Pasta

Superfície Engobo Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta -Silica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 Y 5/1 – Cinzento

Cor Interna 5 YR 6/4 – Castanho Avermelhada

Fabrico

Cozedura Redutora Pós-Cozedura Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 2987

Contexto M Tipo Tampa Função Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 172 mm Espessura de Bordo 12 mm

Espessura de Parede 7 mm

Descrição Fragmento de tampa de paredes convexas, com bordo espessado exteriormente e lábio de secção triangular.

Pasta

Superfície Engobo Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Calcário

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Cor Interna 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Fabrico

Cozedura Oxidante Pós-Cozedura Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 3320

Contexto M Tipo Tampa Função Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 140 mm Espessura de Bordo 8,5 mm

Espessura de Parede 8,5 mm

Descrição Fragmento de tampa, de lábio triangular e paredes convexas.

Pasta

Superfície Alisada Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

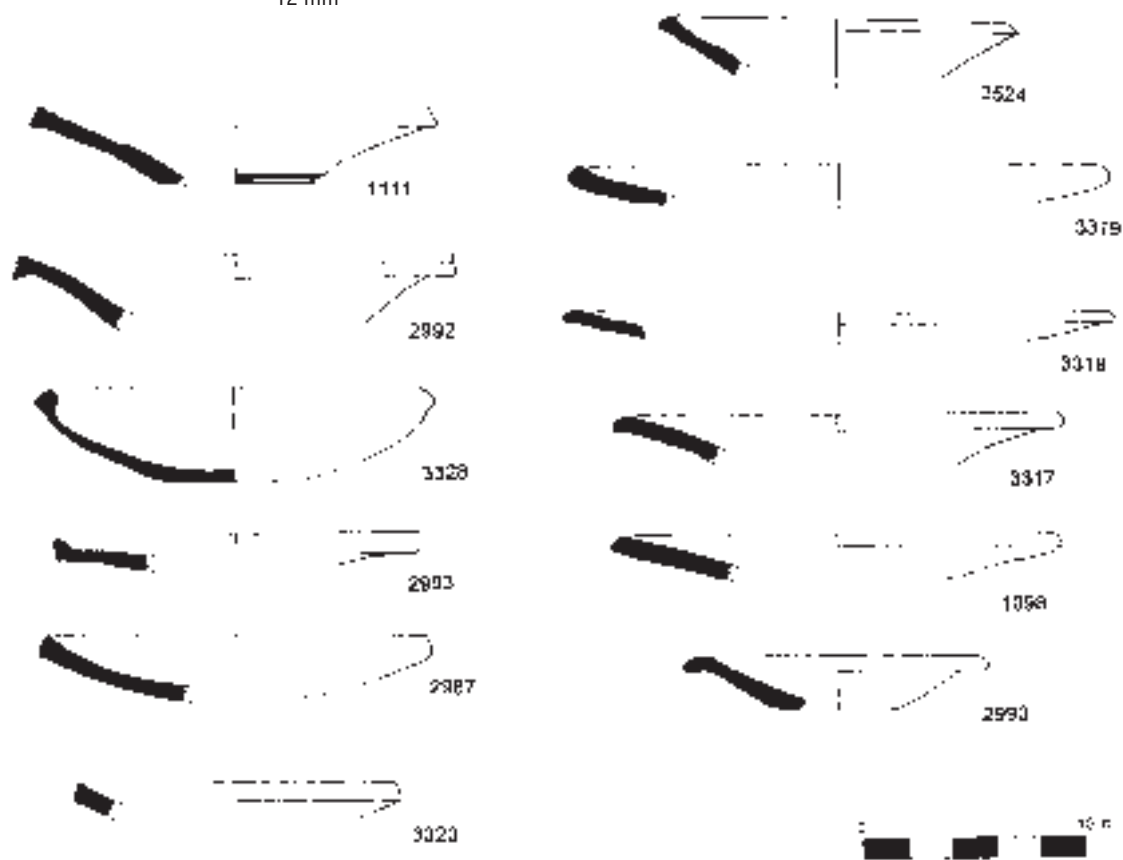


Figura 28 – Tampas

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 6/4 – Vermelho Claro

Cor Interna 10 R 6/4 – Vermelho Claro

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3524

Contexto C **Tipo** Tampa **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 142 mm **Espessura de Bordo** 8 mm

Espessura de Parede 6 mm

Descrição Fragmento de bordo e parede de tampa, bordo extrovertido de secção triangular, bojo troncocónico recto.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/6 – Laranja

Cor Interna 10 R 5/8 – Vermelho

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3319

Contexto M **Tipo** Tampa **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 230 mm **Espessura de Parede** 9 mm

Descrição Fragmento de tampa de paredes convexas e lábio de secção circular.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 4/1 – Cinzento Escuro

Cor Interna 5 YR 5/3 – Castanho Avermelhado

Fabrico Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3318

Contexto M **Tipo** Tampa **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 248 mm **Espessura de Bordo** 5 mm

Espessura de Parede 6,2 mm

Descrição Fragmento de tampa de paredes rectas.

Pasta

Superfície Alisada **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 YR 4/1 – Cinzento Escuro

Cor Interna 10 YR 4/1 – Cinzento Escuro

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3317

Contexto M **Tipo** Tampa **Função** Cozinha

Dimensões

Espessura de Bordo 6,5 mm **Espessura de Parede** 8 mm

Descrição Pequeno fragmento de bordo boleado ligeiramente extrovertido com lábio de secção circular. Apresenta marcas de torno.

Pasta

Superfície Alisada **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Micas pretas

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 Y 5/1 – Cinzento

Cor Interna 10 YR 6/2 – Castanho Acinzentado

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 1098

Contexto C **Tipo** Tampa **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 204 mm **Espessura de Bordo** 7,5 mm

Espessura de Parede 7,5 mm

Descrição Fragmento de tampa com bordo ligeiramente extrovertido, lábio de secção circular.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Cor Interna 10 R 5/6 – Vermelha

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 2990

Contexto M **Tipo** Tampa **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Fundo 6 mm **Espessura de Bordo** 6 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de tampa com bordo boleado extrovertido com lábio em aba e fundo plano.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 5/4 – Vermelho Acastanhado

Cor Interna 2.5 YR 6/8 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3359

Contexto M **Tipo** Cântaro **Função** Armazenagem

Dimensões

Diâmetro de Boca 130 mm **Espessura de Bordo**
6,5 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de cântaro com bordo recto, lábio ligeiramente quadrangular, colo troncocónico de paredes convexas, asa em fita.

Decoração Apresenta na asa decoração a barbotina branca.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 6/4 – Vermelho Claro

Cor Interna 10 R 5/6 – Vermelha

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 111

Contexto M **Tipo** Cântaro **Função** Armazenagem

Dimensões

Diâmetro de Boca 142 mm **Espessura de Bordo** 8,4 mm

Espessura de Parede 7,5 mm

Descrição Fragmento de cântaro com bordo com lábio pendente, engrossado e de secção circular.

Decoração Apresenta decoração a barbotina branca no bordo composta por linhas verticais paralelas.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 YR 4/1 – Cinzento Escuro

Cor Interna 5 YR 5/1 – Cinzento

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Observações Este fragmento apresenta-se muito queimado, mesmo até com um aspecto vitrificado que pode indicar uma longa exposição ao calor.

Nº de Inventário BCP/Lx 3396

Contexto M **Tipo** Cântaro **Função** Armazenagem

Dimensões

Diâmetro de Boca 106 mm **Espessura de Bordo** 6,8 mm

Espessura de Parede 5,6 mm

Descrição Fragmento de cântaro que apresenta um bordo com lábio pendente, arredondado e espessado.

Decoração Possui vestígios de pintura a barbotina branca no topo do bordo e colo.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/3 – Vermelho

Cor Interna 2.5 YR 5/1 – Cinzento

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx

Contexto M **Tipo** Cântaro **Função** Armazenagem

Dimensões

Diâmetro de Boca 110 mm **Espessura de Bordo** 6,6 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de cântaro, com bordo boleado ligeiramente introvertido, de lábio de secção circular.

Pasta

Textura Porosa

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/6 – Laranja

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

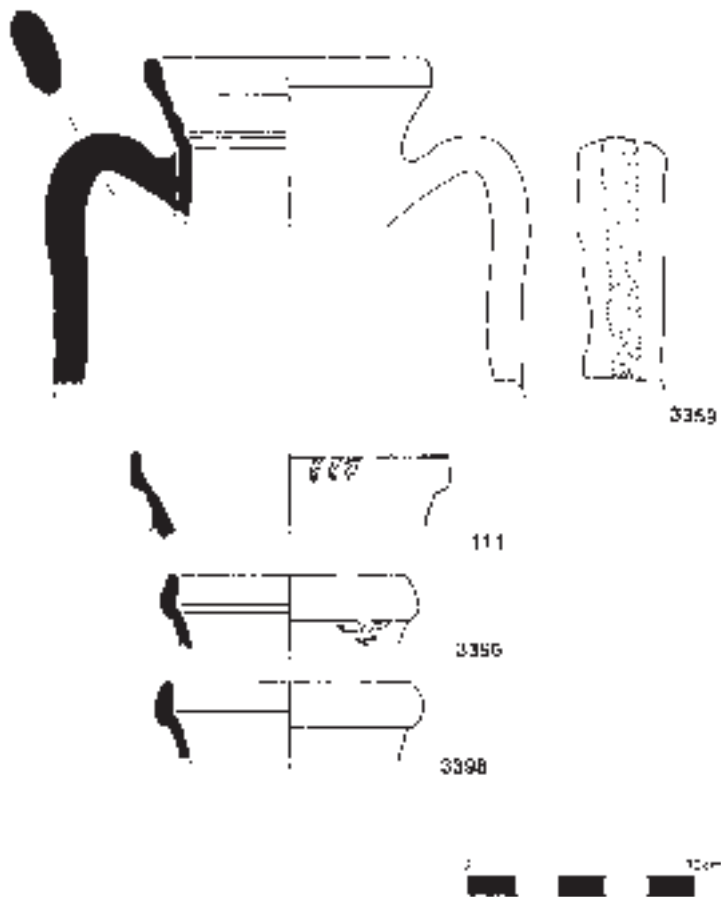


Figura 29 – Cântaros, tipo a)

Nº de Inventário BCP/Lx 3409

Contexto M Tipo Cântaro Função Armazenagem

Dimensões

Diâmetro de Boca 128 mm Espessura de Bordo 10 mm

Espessura de Parede 4,5 mm

Descrição Fragmento de cântaro com bordo ligeiramente introvertido, lábio pendente e engrossado, colo troncocônico e canelura no bordo e colo.

Pasta

Superfície Engobo Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 4/2 – Castanho

Cor Interna 2.5 YR 6/8 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante Pós-Cozedura Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 3397

Contexto M Tipo Cântaro Função Armazenagem

Dimensões

Diâmetro de Boca 110 mm Espessura de Bordo 10 mm

Espessura de Parede 5,5 mm

Descrição Fragmento de cântaro com bordo introvertido, espessado internamente.

Decoração Esta peça apresenta uma decoração a barbotina branca composta por traços verticais paralelos no bordo e traços horizontais no colo.

Pasta

Superfície Engobo Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Cor Interna 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Fabrico

Cozedura Oxidante Pós-Cozedura Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 1106

Contexto C Tipo Cântaro Função Armazenagem

Dimensões

Diâmetro de Boca 110 mm Espessura de Bordo 9 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de cântaro com bordo ligeiramente introvertido com lábio de secção circular.

Decoração Apresenta decoração a barbotina branca composta por linhas verticais perpendiculares ao bordo.

Pasta

Superfície Engobo Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 R 5/4 – Vermelho Acastanhado

Cor Interna 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Fabrico

Cozedura Oxidante Pós-Cozedura Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3404

Contexto M Tipo Cântaro Função Armazenagem

Dimensões

Diâmetro de Boca 120 mm Espessura de Bordo 11,5 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Fragmento de cântaro com bordo espessado externamente, em aba e arredondado, colo curto e curvo.

Decoração Apresenta uma decoração a barbotina branca composta por linhas verticais paralelas no bordo e por linhas horizontais paralelas no colo.

Pasta

Superfície Engobo Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 6/4 – Vermelho Acastanhado

Cor Interna 10 R 6/1 – Cinzento Claro

Fabrico

Cozedura Redução Pós-Cozedura Oxidante

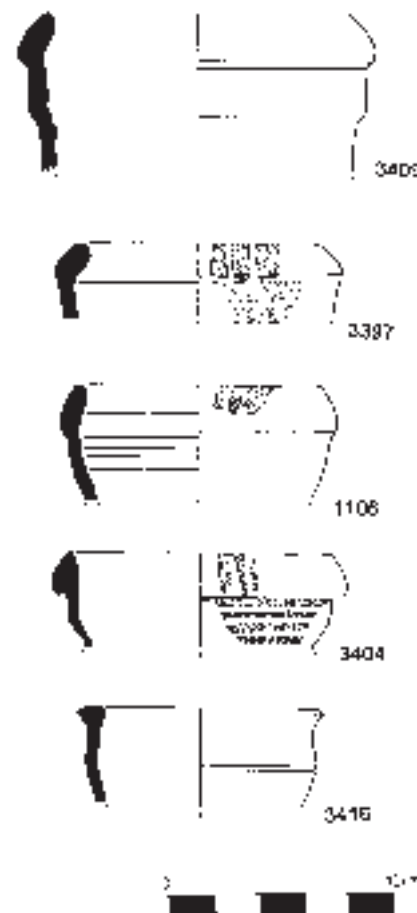


Figura 30 – Cântaros, tipo b)

Nº de Inventário BCP/Lx 3416

Contexto M Tipo Cântaro **Função** Armazenagem

Dimensões

Diâmetro de Boca 110 mm **Espessura de Bordo**
13 mm

Espessura de Parede 7,5 mm

Descrição Fragmento de cântaro com bordo ligeiramente extrovertido, espessado internamente, com lábio de secção triangular, colo curto e convexo.

Decoração Apresenta uma canelura no bojo.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 YR 6/4 – Castanho Claro

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3450

Contexto M Tipo Cântaro **Função** Armazenagem

Dimensões

Espessura de Parede 8 mm

Descrição Fragmento de parede de cântaro.

Decoração Apresenta decoração com um cordão plástico digitado.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Pouco Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 R 6/4 – Vermelho Pálido

Cor Interna 10 R 6/3 – Vermelho Acastanhado

Fabrico

Cozedura Redução **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 1095

Contexto C Tipo Cântaro **Função** Armazenagem

Dimensões

Espessura de Parede 8 mm

Descrição Fragmento de cântaro.

Decoração Apresenta decoração incisa composta por duas linhas onduladas e um conjunto de 4 linhas diagonais a barbotina branca.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Calcário

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 YR 4/1 – Cinzento Escuro

Cor Interna 7.5 YR 5/1 – Cinzento

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Observações Esta peça apresenta-se muito cozida.

Nº de Inventário BCP/Lx 1109

Contexto C Tipo Cântaro **Função** Armazenagem

Dimensões

Espessura de Parede 9 mm

Descrição Dois fragmentos de pança de cântaro.

Decoração Decoração incisa em onda.

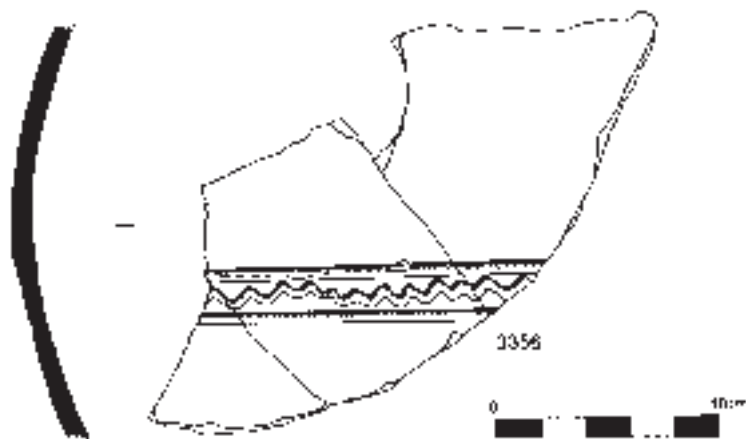


Figura 31 – Bojos decorados de cântaros

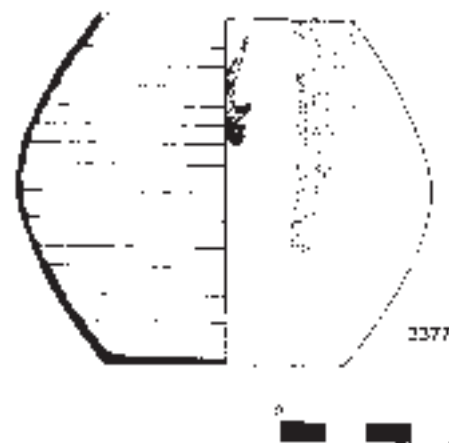
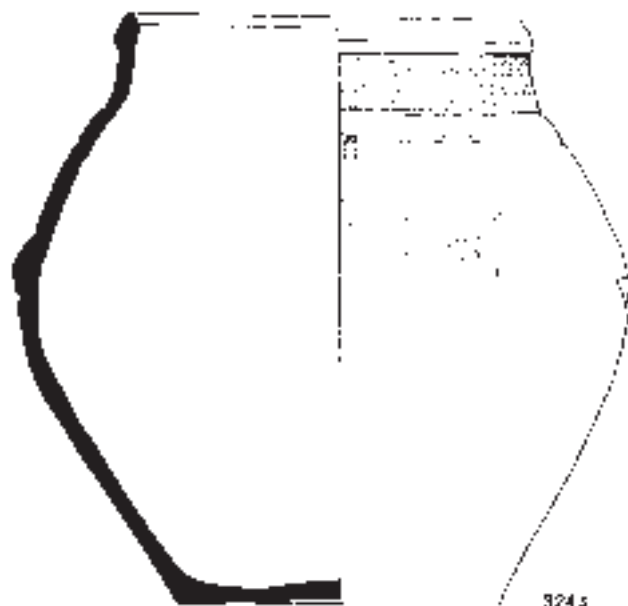
Pasta**Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 5 YR 5/1 – Cinzento**Cor Interna** 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora**Nº de Inventário** BCP/Lx 3356**Contexto M** **Tipo** Cântaro **Função** Armazenagem**Dimensões****Espessura de Parede** 9,5 mm**Descrição** Fragmentos de parte da pança de um cântaro.**Decoração** Apresenta uma decoração incisa representando uma onda curva entre duas caneluras horizontais.**Pasta****Superfície** **Textura** Porosa**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Cerâmica**Dimensões ENP** Médio (entre 3 e 7mm)**Cor Externa** 7.5 YR 5/8 – Vermelho**Cor Interna** 10 R 6/6 – Vermelho Forte**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante**Nº de Inventário** BCP/Lx 3243**Contexto M** **Tipo** Pote **Função** Armazenagem**Dimensões****Altura Máxima** 275 mm **Largura Máxima** 290 mm**Diâmetro de Boca** 182 mm **Diâmetro de Fundo** 152 mm**Espessura de Bordo** 12 mm **Espessura de Parede** 7 mm**Descrição** Pote com bordo introvertido de secção triangular, colo curto, bojo bitroncocónico, base plana e ligeiramente convexa, arranque de duas asas. Possui marcas de torno bastante vinçadas.**Decoração** Colo: conjuntos de quatro traços horizontais em pintura branca; bojo: conjuntos de quatro traços em onda intercalados com ténues vestígios de traços verticais a barbotina branca e uma canelura junto ao colo.**Pasta****Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Calcário**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 7.5 YR 5/6 – Vermelho**Cor Interna** 10 R 6/6 – Vermelho Forte**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante**Bibliografia** Bugalhão e Folgado, 2001**Nº de Inventário** BCP/Lx 3377**Contexto M** **Tipo** Pote **Função** Armazenagem**Dimensões****Diâmetro de Fundo** 112 mm **Espessura de Parede** 5 mm**Descrição** Pote com bojo bitroncocónico e base plana.**Decoração** Apresenta conjuntos de quatro traços verticais e oblíquos a barbotina branca intercalados com pinceladas.**Pasta****Superfície** Vitrificada **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Mica Branca – Sílica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 7.5 YR 5/1 – Cinzento

Figura 32 – Potes

Cor Interna 7.5 YR 5/1 – Cinzento

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Bibliografia Bugalhão e Folgado, 2001

Nº de Inventário BCP/Lx 3312

Contexto M Tipo Talha **Função** Armazenagem

Dimensões

Diâmetro de Boca 260 mm **Espessura de Bordo**
42 mm

Espessura de Parede 16 mm

Descrição Fragmento de talha com bordo extrovertido em aba e lábio de secção oval; colo curto e estrangulado.

Decoração Apresenta decoração no topo do bordo composta por incisões de linhas curvas e barbotina branca.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Calcário

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 R 4/1 – Cinzento Escuro

Cor Interna 7.5 R 6/1 – Cinzento Avermelhado

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 1105

Contexto C Tipo Talha **Função** Armazenagem

Dimensões

Diâmetro de Boca 276 mm **Espessura de Bordo**
24 mm

Espessura de Parede 10 mm

Descrição Fragmento de talha de bordo extrovertido em aba, lábio de secção rectangular e parte do colo ligeiramente estrangulado.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/8 – Vermelho Vivo

Cor Interna 2.5 YR 5/6 – Vermelho

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 1101

Contexto C Tipo Talha **Função** Armazenagem

Dimensões

Diâmetro de Boca 210 mm **Espessura de Bordo**
30 mm

Espessura de Parede 11 mm

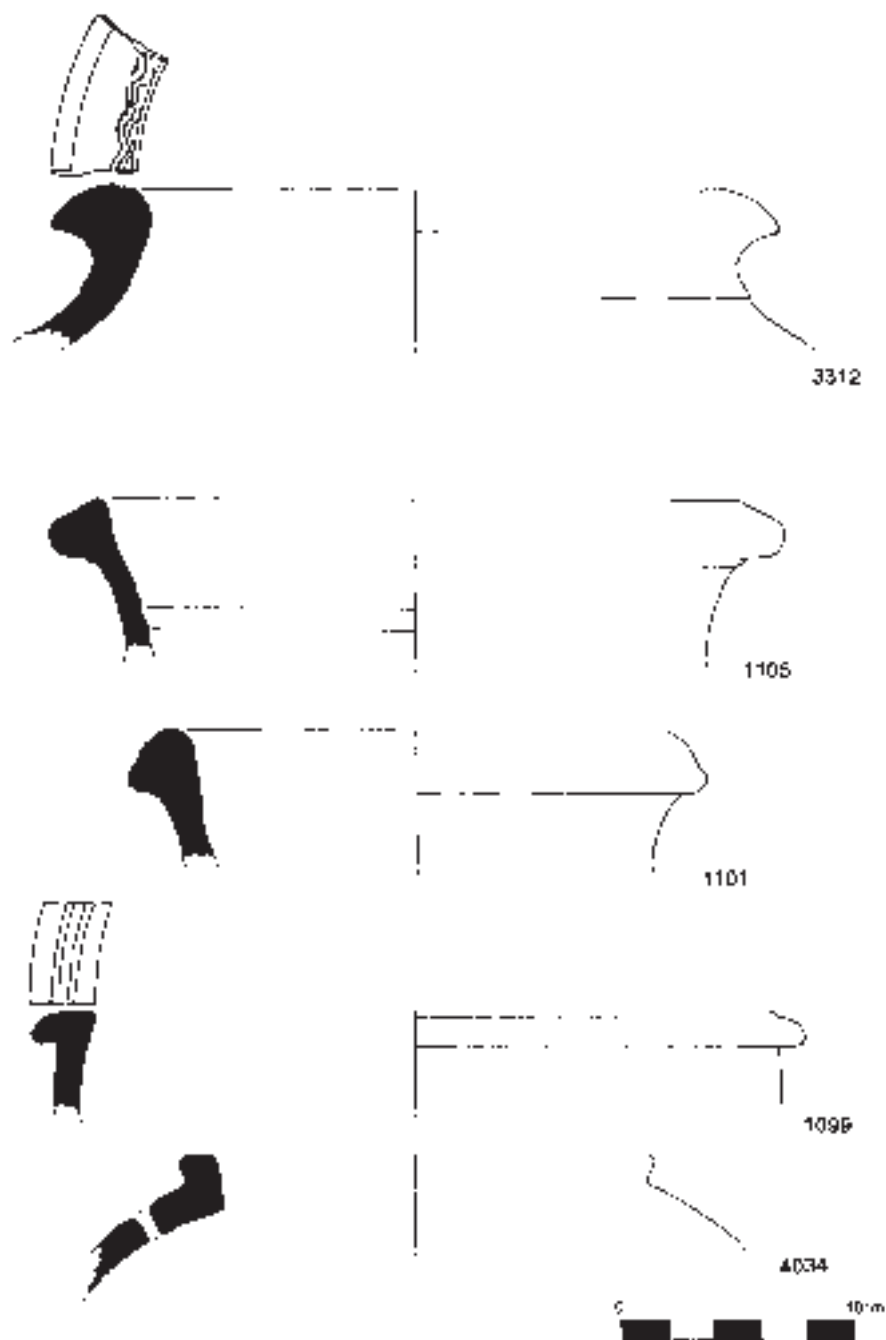


Figura 33 – Talhas

Descrição Fragmento talha com bordo ligeiramente extrovertido em aba e lábio de secção oval.

Pasta

Textura Pouco Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Cor Interna 2.5 YR 5/4 – Castanho

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 1099

Contexto C **Tipo** Talha **Função** Cozinha

Dimensões

Diâmetro de Boca 308 mm **Espessura de Bordo** 30 mm

Espessura de Parede 12 mm

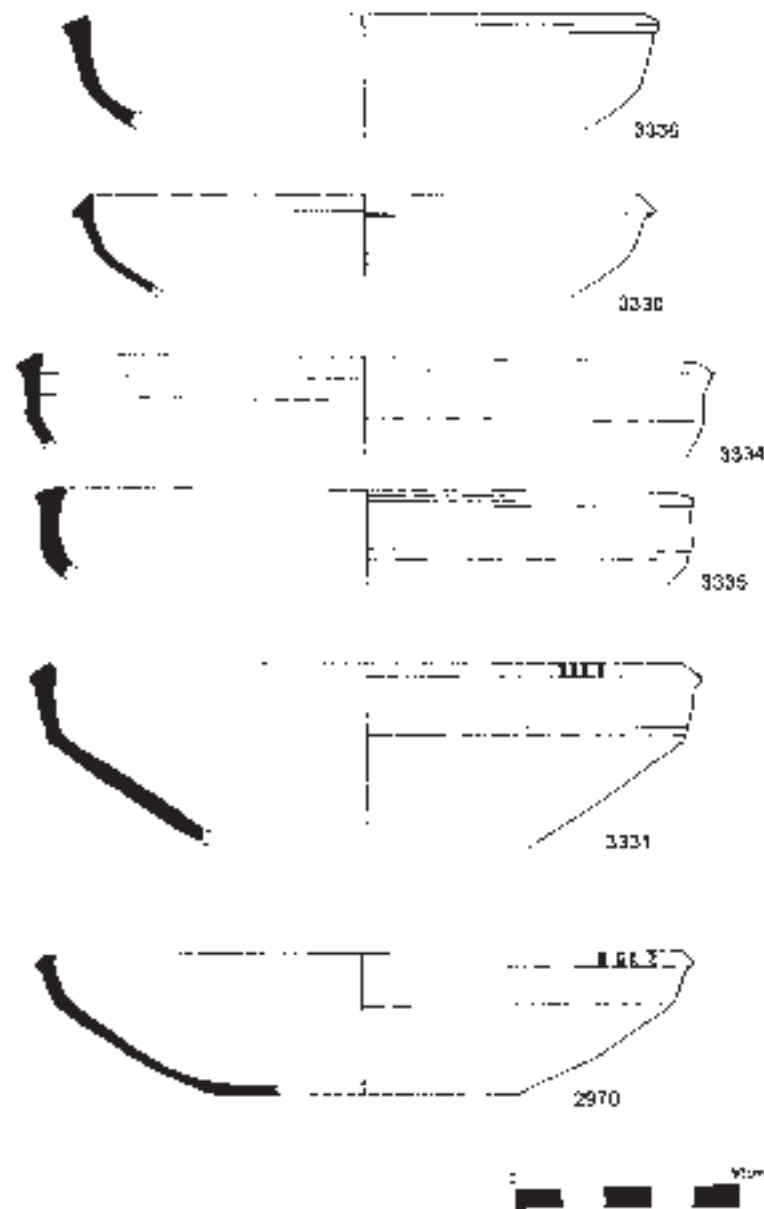


Figura 34 – Tigelas

Descrição Fragmento de talha com bordo extrovertido em aba.

Decoração Apresenta dois sulcos no topo do bordo e a superfície interna apresenta-se brunida.

Pasta

Superfície Brunida **Textura** Compacta com vacuólas

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 5/1 – Cinzento Avermelhado

Cor Interna 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Fabrico

Cozedura Redução **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 4034

Contexto C **Tipo** Talha **Função** Armazenagem

Dimensões

Diâmetro de Boca 90 mm **Espessura de Bordo** 17 mm

Espessura de Parede 14 mm

Descrição Fragmento de talha com bordo extrovertido ligeiramente espessado externamente e arranque de bojo de forma esférica.

Pasta

Superfície Grosseira **Textura** Compacta com vacuólas

Elementos Não Plásticos Pequeno (inferiores a 3mm)

Dimensões ENP Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Cor Externa 2.5 YR 5/6 – Vermelho

Cor Interna 2.5 YR 5/6 – Vermelho

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3336

Contexto M **Tipo** Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 272 mm **Espessura de Bordo** 11 mm

Espessura de Parede 6 mm

Descrição Fragmento de bordo de tigela com inflexão interna, biselado externamente; corpo composto por carena alta.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 5/2 – Vermelho Acastanhado

Cor Interna 10 R 5/1 – Cinzento Avermelhado

Fabrico

Cozedura Oxidação Irregular **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Observações Apresenta muitas marcas de utilização no fogo.

Nº de Inventário BCP/Lx 3330

Contexto M Tipo Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 250 mm

Espessura de Bordo 16 mm **Espessura de Parede** 9,5 mm

Descrição Tigela com bordo de tigela em bisel de secção triangular; carena alta, pouco demarcada ligeiramente curva.

Decoração Possui uma canelura na carena.

Pasta

Superfície Alisada **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 6/4 – Vermelho Claro

Cor Interna 10 R 6/4 – Vermelho Claro

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3334

Contexto M Tipo Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 96 mm **Espessura de Bordo** 13 mm

Espessura de Parede 6 mm

Descrição Fragmento de tigela com bordo com inflexão interna, biselado externamente e possui uma carena curva pouco demarcada.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3335

Contexto M Tipo Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 270 mm **Espessura de Bordo** 14 mm

Espessura de Parede 7 mm

Descrição Fragmento de tigela, com bordo introvertido, linearmente espessado no interior, de lábio biselado, carena curva pouco marcada.

Decoração Apresenta na carena decoração com canelura.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 4/2 – Castanho

Cor Interna 2.5 YR 5/4 – Castanho

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3331

Contexto M Tipo Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 130 mm **Espessura de Bordo** 12 mm

Espessura de Parede 6,5 mm

Descrição Fragmento de bordo de tigela com inflexão interna, biselado externamente e possui uma carena alta.

Decoração Apresenta grupos de traços paralelos a barbotina branca no topo do bordo assim como uma canelura que antecede a inflexão – carena – no início do corpo da peça.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/6 – Vermelho

Cor Interna 2.5 YR 6/4 – Vermelho

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 2970

Contexto M Tipo Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 284 mm **Espessura de Bordo** 10 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Tigela com bordo extrovertido em aba, de secção triangular; carena alta e fundo plano.

Decoração Possui um grupo de quatro linhas paralelas a barbotina branca no topo do bordo.

Pasta

Textura Pouco Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Médio (entre 3 e 7mm)

Cor Externa 10 R 6/4 – Vermelho Claro

Cor Interna 10 R 6/4 – Vermelho Claro

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3333

Contexto M Tipo Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Largura Máxima 228 mm **Diâmetro de Boca** 220 mm

Espessura de Bordo 11 mm **Espessura de Parede** 6 mm

Descrição Fragmento de tigela de bordo extrovertido e lábio de secção triangular e carena alta.

Decoração Apresenta uma canelura na carena e decoração a barbotina branca no topo do bordo.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

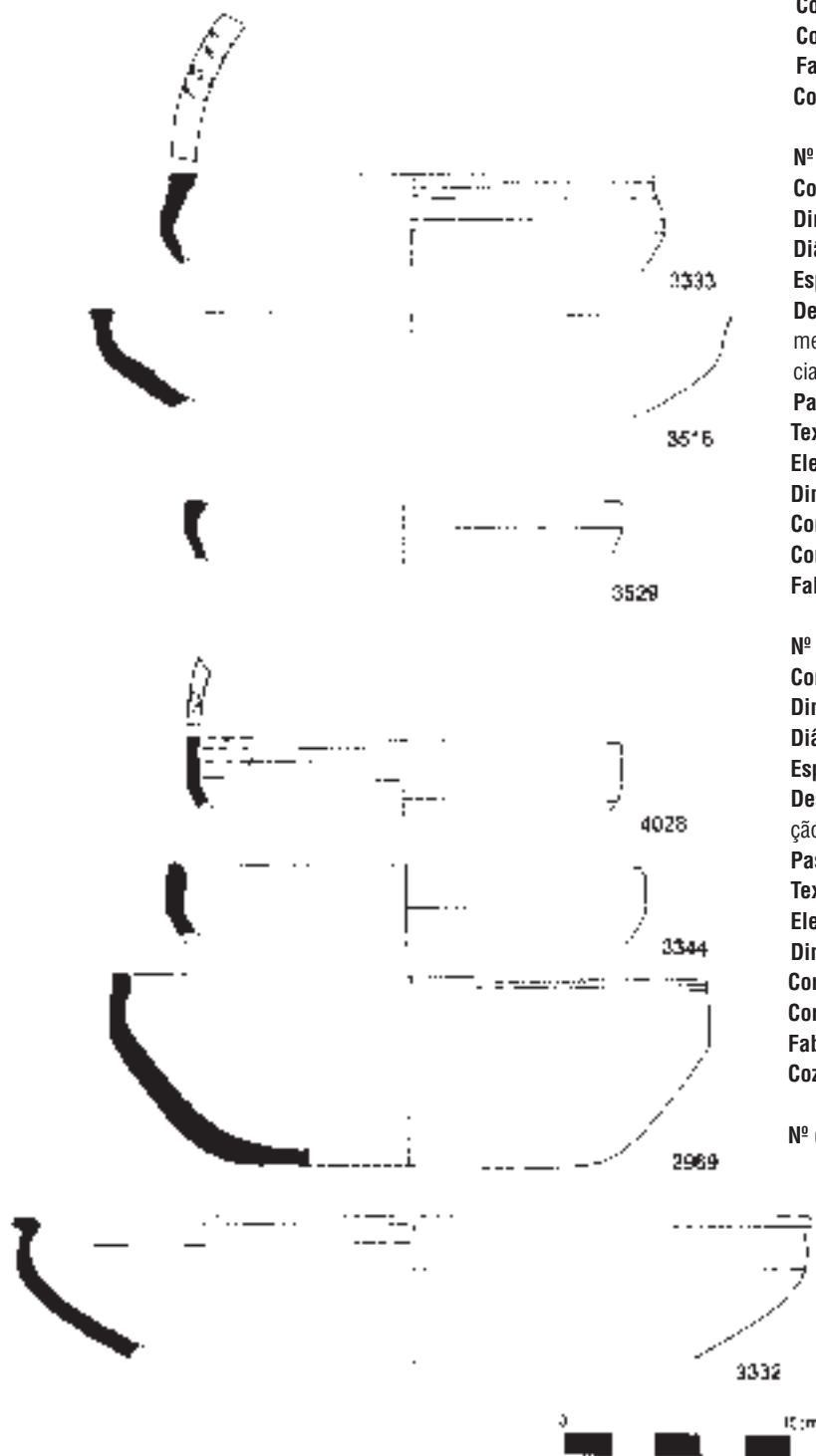


Figura 35 – Tigelas

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Cor Interna 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3516

Contexto C **Tipo** Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 270 mm **Espessura de Bordo** 11 mm

Espessura de Parede 8 mm

Descrição Fragmento de bordo e parede de tigela, bordo plano, ligeiramente espessado interna e externamente, carena curva pouco diferenciada, corpo troncocónico recto.

Pasta

Textura Pouco Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/4 – Castanho Avermelhado

Cor Interna 7.5 YR 6/3 – Castanho Claro

Fabrico Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3529

Contexto C **Tipo** Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 186 mm **Espessura de Bordo** 10 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Fragmento de bordo de tigela com bordo introvertido de secção triangular.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 5/1 – Cinzento

Cor Interna 2.5 YR 5/1 – Cinzento Avermelhado

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 4028

Contexto C **Tipo** Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 186 mm **Espessura de Bordo** 5 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de tigela de bordo boleado recto e carena ligeira.

Decoração Apresenta no topo do bordo grupos de 2 linhas verticais a barbotina branca.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta com vacuólas

Elementos Não Plásticos Quartzo – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Cor Interna 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3344

Contexto M **Tipo** Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 216 mm **Espessura de Bordo**
8 mm

Espessura de Parede 7 mm

Descrição Fragmento de tigela de bordo recto e secção circular, com carena alta.

Pasta

Superfície Alisada **Textura** Compacta

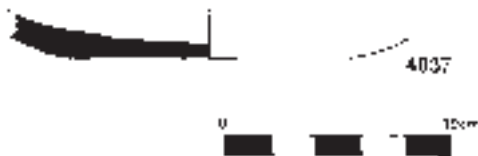
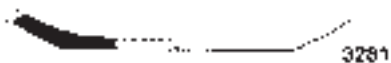
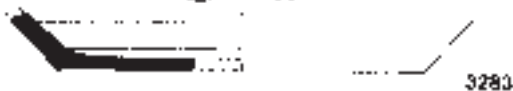


Figura 36 – Fundos de tigelas

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 5/3 – Castanho Avermelhado

Cor Interna 7.5 YR 7/3 – Rosa

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 2969

Contexto M **Tipo** Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Altura Máxima 78 mm **Largura Máxima** 270 mm

Diâmetro de Boca 264 mm **Diâmetro de Fundo** 124 mm

Espessura de Bordo 8 mm **Espessura de Parede** 8 mm

Descrição Tigela com bordo ligeiramente introvertido de secção quadrangular, pequena carena recta, bojo troncocónico ligeiramente recto, base plana.

Decoração Apresenta duas caneluras no bordo.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Calcário

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 YR 3/1 – Cinzento muito

Cor Interna 7.5 YR 4/1 – Cinzento escuro

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Bibliografia Bugalhão e Folgado, 2001

Nº de Inventário BCP/Lx 3332

Contexto M **Tipo** Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 360 mm **Espessura de Bordo** 5 mm

Espessura de Parede 6 mm

Descrição Fragmento de tigela com bordo extrovertido com espessamento interno com lábio de secção quadrangular, bojo troncocónico curvo.

Decoração Possui alguns vestígios de pintura a barbotina branca no bordo mas são quase imperceptíveis.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/6 – Laranja

Cor Interna 2.5 YR 5/6 – Vermelho

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3385

Contexto M **Tipo** Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Fundo 76 mm **Espessura de Parede** 5 mm

Descrição Fragmento de fundo plano de tigela.

Decoração Apresenta decoração a barbotina branca no interior.

Pasta

Superfície Alisada **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Cor Interna 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3283

Contexto M **Tipo** Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Fundo 164 mm **Espessura de Parede** 8 mm

Descrição Fragmento de tigela, de fundo plano.

Decoração Apresenta decoração com linhas curvas e pingos de barbotina branca.

Pasta

Textura Pouco Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Médio (entre 3 e 7mm)

Cor Externa 10 R 6/8 – Vermelho Forte

Cor Interna 10 R 5/1 – Cinzento Avermelhado

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redução Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 3281

Contexto M **Tipo** Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Fundo 102 mm **Espessura de Parede** 7 mm

Descrição Fragmento de tigela de fundo plano. Apresenta-se muito brunida no interior.

Pasta

Superfície Brunida **Textura** Porosa

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 YR 3/1 – Cinzento muito escuro

Cor Interna 7.5 YR 3/1 – Cinzento muito escuro

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 4036

Contexto C **Tipo** Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Fundo 100 mm **Espessura de Parede** 11 mm

Descrição Fragmento de tigela de fundo plano e brunido interno.

Pasta

Superfície Brunida **Textura** Compacta e Laminosa

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Calcário

Dimensões ENP Médio (entre 3 e 7mm)

Cor Externa 7.5 YR 4/1 – Cinzento Escuro

Cor Interna 7.5 YR 5/1 – Cinzento

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 4037

Contexto C **Tipo** Tigela **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Fundo 120 mm **Espessura de ~ Parede** 10 mm

Descrição Fragmento de tigela de fundo plano e brunido interno.

Pasta

Superfície Brunida **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 4/3 – Castanho

Cor Interna 2.5 YR 4/1 – Cinzento Escuro

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3362

Contexto M **Tipo** Jarrinha **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 112 mm **Espessura de Bordo** 5 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Cinco fragmentos de jarrinha com bordo introvertido com espessamento interno, colo alto ligeiramente curvo, bojo bitroncocónico, asa vertical de secção oval.

Decoração Possui caneluras por toda a peça.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 4/2 – Cinzento avermelhado

Cor Interna 2.5 YR 6/8 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3436

Contexto M **Tipo** Jarrinha **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 150 mm **Espessura de Bordo** 3 mm

Espessura de Parede 6 mm

Descrição Pequeno fragmento de jarrinha de bordo recto, biselado com asa vertical de secção oval. Possui marcas de fabrico a torno rápido muito bem marcadas no interior.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 6/4 – Vermelho Claro

Cor Interna 10 R 6/6 – Vermelho Forte

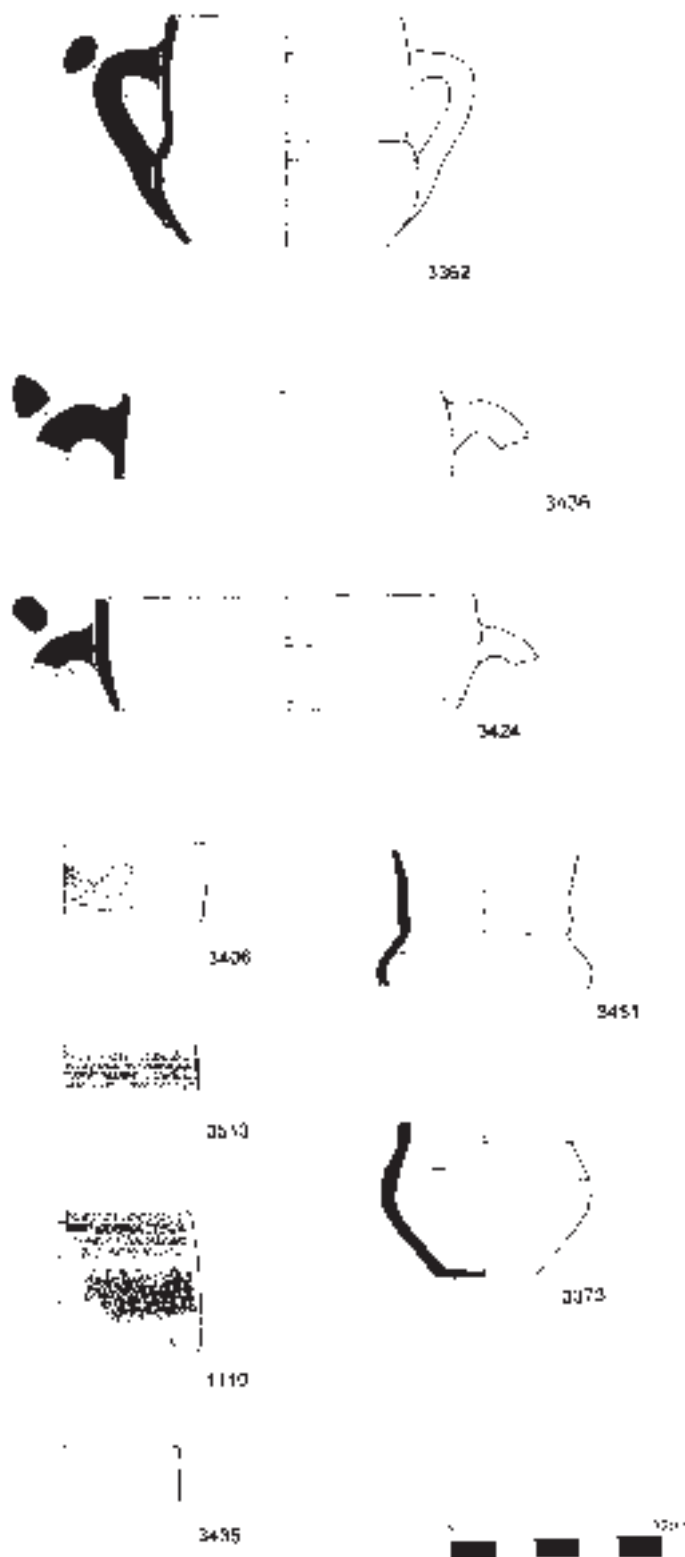
Fabrico**Cozedura** Oxidação Irregular **Pós-Cozedura** Oxidante**Nº de Inventário** BCP/Lx 3424**Contexto M** **Tipo** Jarrinha **Função** Mesa**Dimensões****Diâmetro de Boca** 182 mm **Espessura de Bordo**
6 mm**Espessura de Parede** 5,5 mm**Descrição** Fragmento de jarrinha com bordo ligeiramente introvertido e espessado internamente, colo alto e asa vertical de secção oval.**Decoração** Possui uma canelura no colo.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 2.5 YR 6/6 – Laranja**Cor Interna** 2.5 YR 4/1 – Cinzento Escuro**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora**Nº de Inventário** BCP/Lx 3406**Contexto M** **Tipo** Jarrinha **Função** Mesa**Dimensões****Diâmetro de Boca** 100 mm **Espessura de Bordo**
7 mm**Espessura de Parede** 4 mm**Descrição** Fragmento de jarrinha com bordo ligeiramente introvertido, com espessamento interno, colo alto.**Decoração** Possui decoração no colo composta por um grupo de 4 traços horizontais a barbotina branca.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 2.5 YR 6/3 – Laranja Acastanhado**Cor Interna** 2.5 YR 6/8 – Laranja**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante**Nº de Inventário** BCP/Lx 3451**Contexto M** **Tipo** Jarrinha **Função** Mesa**Dimensões****Espessura de Parede** 5 mm**Descrição** Fragmento de jarrinha com colo alto e bojo globular. Possui marcas de torno bastante bem vinçadas.**Pasta**

Figura 37 – Jarrinhas

Superfície Engobo **Textura** Compacta
Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Calcário – Chamota
Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3 mm)
Cor Externa 2.5 YR 6/1 – Cinzento
Cor Interna 2.5 YR 6/8 – Laranja
Fabrico
Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3513
Contexto C **Tipo** Jarrinha **Função** Mesa
Dimensões
Diâmetro de Boca 122 mm **Espessura de Parede** 5 mm
Descrição Fragmento de jarrinha com bordo boleado e colo alto ligeiramente curvo.
Decoração Apresenta pintura a branco composta por três traços horizontais no colo.
Pasta
Textura Compacta
Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica
Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)
Cor Externa 10 R 6/6 – Vermelho Forte
Cor Interna 10 R 5/6 – Vermelha
Fabrico
Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3373
Contexto M **Tipo** Jarrinha **Função** Mesa
Dimensões
Diâmetro de Fundo 50 mm **Espessura de Parede** 6 mm
Descrição Fragmento de jarrinha de fundo plano, bojo globular e colo alto.
Pasta
Superfície Engobo **Textura** Compacta
Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta
Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3 mm)
Cor Externa 2.5 YR 4/2 – Castanho
Cor Interna 2.5 YR 5/2 – Vermelho
Fabrico
Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 1110
Contexto C **Tipo** Jarrinha **Função** Mesa
Dimensões
Diâmetro de Boca 118 mm **Espessura de Bordo** 7 mm
Espessura de Parede 7 mm
Descrição Fragmento de jarrinha de bordo boleado e colo alto.
Decoração Apresenta decoração a barbotina branca composta por grupos de 4 traços horizontais junto ao bordo e a meio do colo motivos ziguezagueantes.
Pasta
Textura Compacta
Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica
Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)
Cor Externa 10 R 5/4 – Vermelho Acastanhado
Cor Interna 10 R 5/6 – Vermelha
Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3435
Contexto M **Tipo** Jarrinha **Função** Mesa
Dimensões
Diâmetro de Boca 108 mm **Espessura de Bordo** 2,5 mm
Espessura de Parede 5,5 mm
Descrição Pequeno fragmento de jarrinha de bordo recto e colo alto.
Pasta
Superfície Engobo **Textura** Compacta
Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica
Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)
Cor Externa 10 R 6/4 – Vermelho Claro
Cor Interna 10 R 6/4 – Vermelho Claro
Fabrico
Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3363
Contexto M **Tipo** Jarro **Função** Mesa
Dimensões
Diâmetro de Boca 100 mm **Espessura de Bordo** 7 mm
Espessura de Parede 5 mm
Descrição Fragmento de bordo de jarro com vertedor ligeiramente extrovertido com lábio de secção triangular, colo curto.
Decoração Apresenta decoração a barbotina branca composta por grupos de 4 traços horizontais no colo e linhas verticais paralelas no topo do bordo. Apresenta uma canelura no colo.

Pasta
Superfície Engobo **Textura** Compacta
Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica
Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)
Cor Externa 5 YR 6/4 – Vermelho Acastanhado
Cor Interna 2.5 YR 5/8 – Vermelho
Fabrico
Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3445
Contexto M **Tipo** Jarro **Função** Mesa
Dimensões
Espessura de Bordo 8 mm **Espessura de Parede** 3 mm
Descrição Fragmento de jarro trilobado, de bico com bordo recto e lábio triangular.
Decoração Apresenta ao nível do bordo e colo decoração indeterminada a barbotina branca.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/1 – Cinzento

Cor Interna 2.5 YR 5/6 – Vermelho

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3411

Contexto M **Tipo** Jarro **Função** Mesa

Dimensões

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de vertedor de jarro com lábio de secção ligeiramente triangular, espessado externamente.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 YR 6/1 – Cinzento

Cor Interna 5 YR 6/6 – Amarelo Avermelhado

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 116

Contexto M **Tipo** Jarro **Função** Mesa

Dimensões

Espessura de Bordo 6 mm **Espessura de Parede** 4 mm

Descrição Fragmento de vertedor de jarro, com bordo ligeiramente extrovertido e lábio de secção triangular.

Pasta

Superfície Alisada **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Cor Interna 2.5 YR 6/4 – Vermelho

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3418

Contexto M **Tipo** Jarro **Função** Mesa

Dimensões

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de vertedor de jarro.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 YR 5/1 – Cinzento

Cor Interna 10 YR 5/1 – Cinzento

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 1102

Contexto C **Tipo** Jarro **Função** Mesa

Dimensões

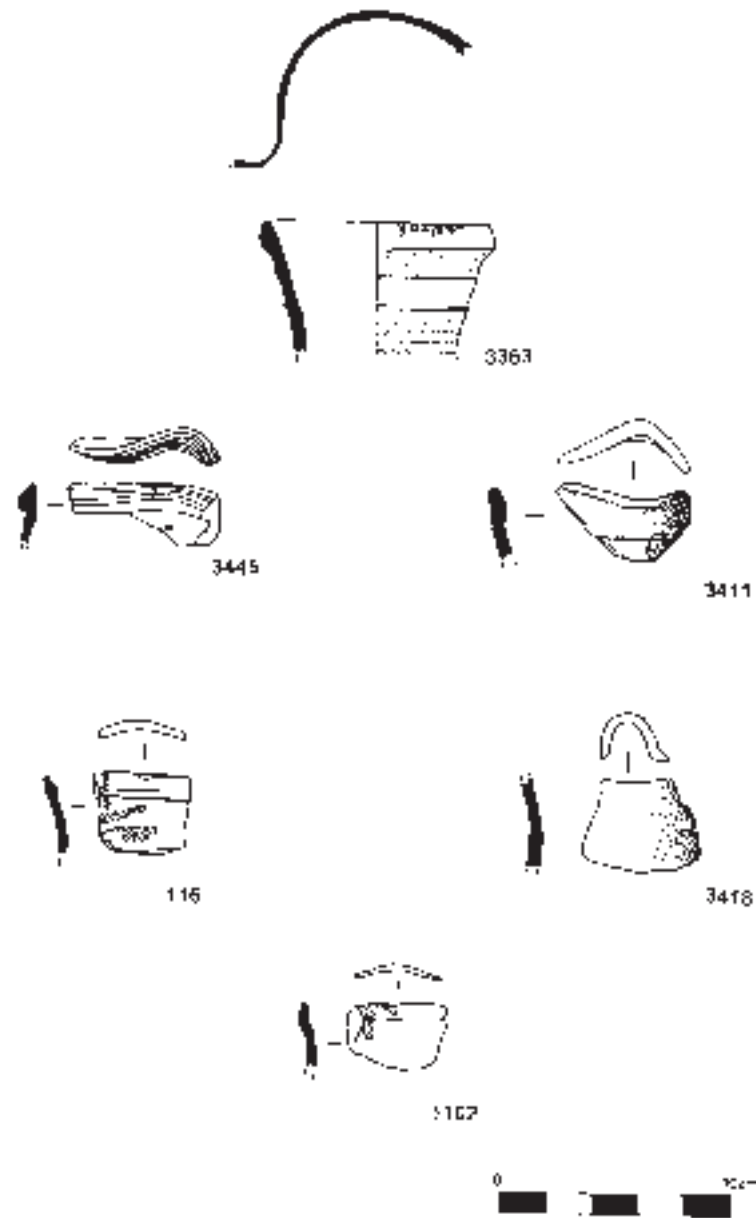


Figura 38 – Jarros

Espessura de Bordo 5 mm **Espessura de Parede** 3 mm

Descrição Fragmento de jarro de bordo/vertedor biselado.

Decoração Apresenta decoração a barbotina branca de tema indeterminado.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 6/4 – Vermelho Claro

Cor Interna 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3414

Contexto M **Tipo** Jarro **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 116mm **Espessura de Bordo** 11 mm

Espessura de Parede 4,5 mm

Descrição Fragmento de jarro com bordo ligeiramente extrovertido e lábio em aba e colo tronco-cônico invertido alto.

Decoração Apresenta na parte inferior do colo uma canelura. O colo, o bordo e o bojo tem decoração a barbotina branca composta por traços verticais e horizontais.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 5/6 – Vermelha

Cor Interna 10 R 5/8 – Vermelho

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3408

Contexto M **Tipo** Jarro **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 108 mm **Espessura de Bordo** 6 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Fragmento de jarro com bordo extrovertido com lábio de secção quadrangular.

Decoração Apresenta decoração a barbotina branca composta por traços verticais paralelos no bordo e por traços horizontais no colo.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/6 – Vermelho

Cor Interna 2.5 YR 6/8 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3413

Contexto M **Tipo** Jarro **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 130 mm **Espessura de Bordo** 8 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Fragmento de jarro com bordo ligeiramente extrovertido e lábio de secção triangular. Colo tronco-cônico invertido curto.

Decoração Apresenta decoração a barbotina branca composta por traços horizontais no colo. Possui também uma canelura na extremidade inferior do mesmo.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta com

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 5/3 – Castanho Avermelhado

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3412

Contexto M **Tipo** Jarro **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 90 mm **Espessura de Bordo** 8 mm

Espessura de Parede 4 mm

Descrição Fragmento de jarro com bordo ligeiramente extrovertido e lábio de secção triangular e colo tronco-cônico invertido curto.

Decoração Apresenta no colo e no bordo, decoração com traços horizontais a barbotina branca.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 5 YR 6/4 – Vermelho Acastanhado

Cor Interna 5 YR 6/6 – Amarelo Avermelhado

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3530

Contexto C **Tipo** Taça **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 84 mm **Espessura de Bordo** 8 mm

Espessura de Parede 2 mm

Descrição Fragmento de taça com bordo introvertido espessado exteriormente de secção oval; arranque de corpo esférico.

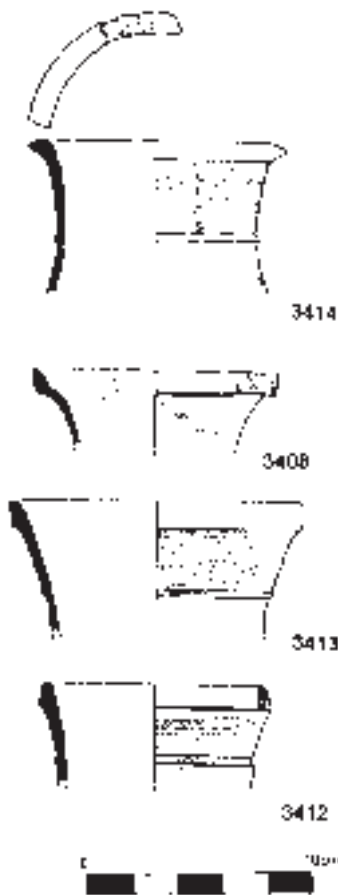


Figura 39 – Jarros

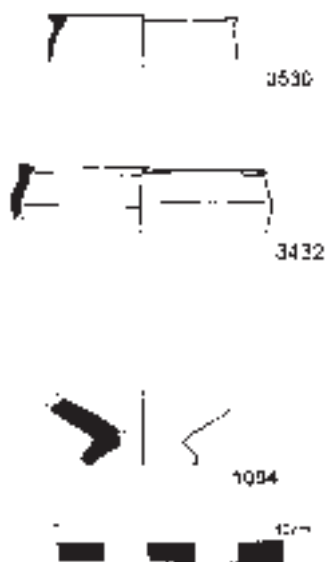


Figura 40 – Taças

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 YR 6/4 – Castanho Claro

Cor Interna 7.5 YR 5/3 – Vermelho Acastanhado

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3432

Contexto M **Tipo** Taça **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 112 mm **Espessura de Bordo** 7 mm

Espessura de Parede 5 mm

Descrição Fragmento de taça, com bordo ligeiramente extrovertido, secção triangular e carena média, pouco marcada.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 R 6/6 – Vermelho Forte

Cor Interna 10 R 6/4 – Vermelho Claro

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 1094

Contexto M **Tipo** Taça **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Fundo 160 mm **Espessura de Parede** 9 mm

Descrição Fragmento de taça com fundo em anel de secção quadrangular.

Pasta

Superfície Alisada **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Cerâmica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/6 – Laranja

Cor Interna 2.5 YR 7/6 – Vermelho Vivo

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3287

Contexto M **Tipo** Garrafa **Função** Mesa

Dimensões

Diâmetro de Boca 32 mm **Espessura de Parede** 4,5 mm

Descrição Fragmento de gargalo de garrafa com parte de asa em fita de secção oval.

Decoração Possui uma canelura no local onde cola a asa.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 YR 5/2 – Cinzento Acastanhado

Cor Interna 7.5 YR 3/1 – Cinzento muito escuro

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3383

Contexto M **Tipo** Alcatruz **Função** Outras

Dimensões

Espessura de Parede 65 mm

Descrição Pequeno fragmento de fundo concavo de alcatruz, com marcas de torno bem evidentes.

Pasta

Superfície Grossoiro **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3 mm)

Cor Externa 10 R 4/1 – Cinzento Acastanhado

Cor Interna 10 R 6/1 – Cinzento Claro

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora



Figura 41 – Garrafa

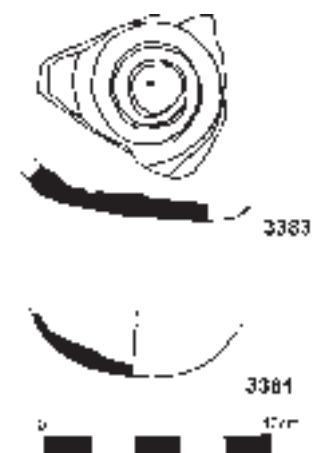


Figura 42 – Alcatruzes.

Nº de Inventário BCP/Lx 3381

Contexto M Tipo Alcatruz **Função** Outras

Dimensões

Diâmetro de Fundo 9 mm

Descrição Fundo côncavo de alcatruz, composto por quatro fragmentos com marcas de torno bem evidentes.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3 mm)

Cor Externa 10 R 6/4 – Vermelho Claro

Cor Interna 10 R 5/6 – Vermelha

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3285

Contexto M Tipo Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Descrição Pequeno fragmento de peça em forma de vieira de função indeterminada.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Pouco Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3 mm)

Cor Externa 7.5 YR 6/1 – Cinzento

Cor Interna 5 YR 6/4 – Castanho Avermelhada

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3286

Contexto M Tipo Indeterminado **Função** Indeterminada

Descrição Pequeno fragmento de peça em forma de vieira de função indeterminada.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Pouco Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Médio (entre 3 e 7mm)

Cor Externa 10 R 5/4 – Vermelho Acastanhado

Cor Interna 10 R 6/4 – Vermelho Claro

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 1096

Contexto C Tipo Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Espessura de Parede 10 mm

Descrição Fragmento de peça de função indeterminada, em forma de vieira.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Pouco Compacta e porosa

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Cor Interna 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Fabrico

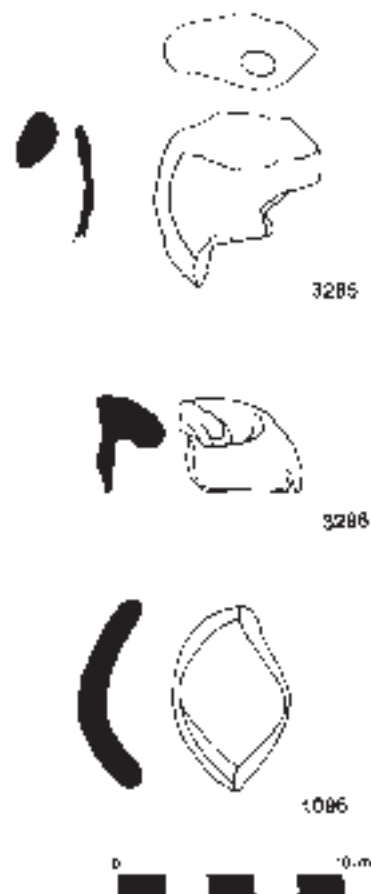


Figura 43 – Vieiras

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3531

Contexto M Tipo Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 44 mm **Espessura de Parede** 8 mm

Descrição Pequeno fragmento de fundo plano e bojo globular de forma indeterminada (púcaro?).

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/1 – Cinzento

Cor Interna 5 YR 5/1 – Cinzento

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 2996
Contexto M Tipo Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 140 mm **Espessura de Parede** 5 mm

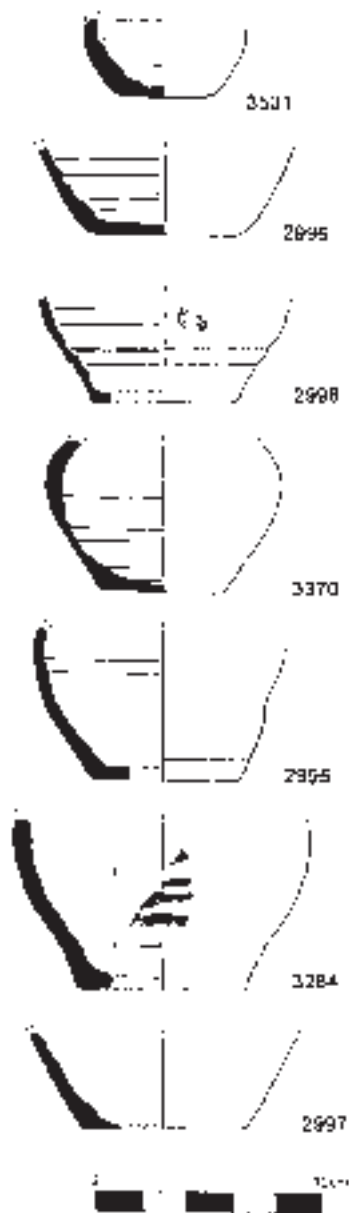


Figura 47 – Fundos de jarrinhas, púcaros ou pequenas panelas

Descrição Fragmento de fundo plano de forma indeterminada. Possui marcas de torno muito bem vincadas no interior.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3 mm)

Cor Externa 5 YR 3/1 – Cinzento muito escuro

Cor Interna 5 YR 5/4 – Vermelho Acastanhado

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 2998

Contexto M Tipo Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 64 mm **Espessura de Parede** 4 mm

Descrição Pequeno fragmento de fundo plano. Possui marcas de torno bastante bem vincadas.

Decoração Apresenta decoração a barbotina branca cuja composição é impossível determinar.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/1 – Cinzento

Cor Interna 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3370

Contexto M Tipo Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 56 mm **Espessura de Parede** 5 mm

Descrição Fragmento de fundo plano de forma indeterminada.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/1 – Cinzento

Cor Interna 2.5 YR 5/1 – Cinzento

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 2995

Contexto M Tipo Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 70 mm **Espessura de Parede** 35 mm

Descrição Fragmento de fundo plano de forma indeterminada.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Cerâmica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/6 – Vermelho Forte

Cor Interna 2.5 YR 6/3 – Vermelho

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante
Observações Apresenta na parede uma deformação de fabrico.

Nº de Inventário BCP/Lx 3284
Contexto M **Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada
Dimensões

Diâmetro de Boca 98 mm **Diâmetro de Fundo** 7 mm

Espessura de Parede 6 mm

Descrição Fragmento de fundo plano e bojo troncocónico. O interior possui marcas de torno muito bem marcadas.

Decoração Apresenta decoração a barbotina branca no bojo composta por quatro traços horizontais.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Médio (entre 3 e 7mm)

Cor Externa 5 R 5/1 – Cinzento

Cor Interna 7.5 YR 6/8 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 2997

Contexto M **Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

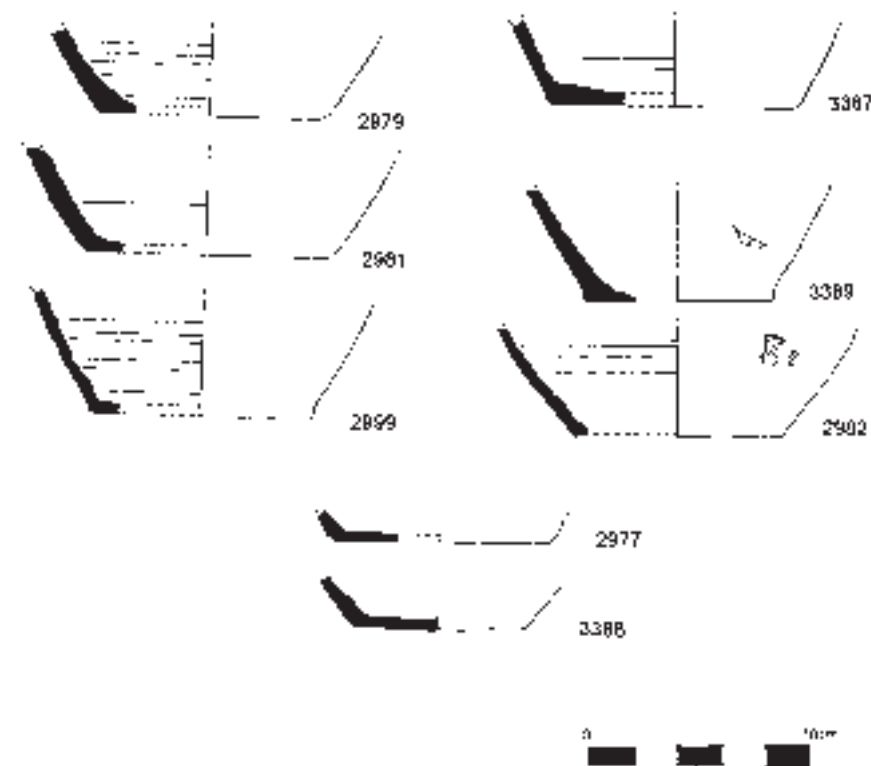


Figura 48 – Fundos de painéis ou potes

Diâmetro de Fundo 74 mm **Espessura de Parede**
6 mm

Descrição Fragmento de fundo plano de forma indeterminada.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 4/1 – Cinzento Acastanhado

Cor Interna 10 R 5/4 – Vermelho Acastanhado

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Redução Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 2979

Contexto M **Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 106 mm **Espessura de Parede**
9 mm

Descrição Pequeno fragmento de fundo plano de função indeterminada.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/6 – Vermelho

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Observações Esta peça foi reutilizada como contentor de engobe.

Nº de Inventário BCP/Lx 3387

Contexto M **Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 84 mm **Espessura de Parede**
5 mm

Descrição Fragmento de fundo, de forma indeterminada, com marcas de torno bem marcadas.

Decoração Apresenta decoração a barbotina branca no bojo.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/1 – Cinzento

Cor Interna 10 R 6/8 – Vermelho Claro

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 2981

Contexto M **Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 110 mm **Espessura de Parede** 8 mm

Descrição Fragmento de fundo plano de forma indeterminada.

Pasta

Superfície Alisada **Textura** Compacta com vacuólas

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Médio (entre 3 e 7 mm)

Cor Externa 10 R 5/6 – Vermelha

Cor Interna 10 R 5/6 – Vermelha

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3389

Contexto M **Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 118 mm **Espessura de Parede** 6 mm

Descrição Fragmento de fundo plano de forma indeterminada. Apresenta também muitas marcas de torno.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 5/3 – Vermelho

Cor Interna 5 YR 5/4 – Vermelho Acastanhado

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Observações Esta peça apresenta-se muito desgastada e queimada devido ao contacto com o fogo.

Nº de Inventário BCP/Lx 2999

Contexto M **Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 102 mm **Espessura de Parede** 5,5 mm

Descrição Fragmento de fundo indeterminado com marcas de torno muito marcadas.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta -Silica

Dimensões ENP Médio (entre 3 e 7mm)

Cor Externa 7.5 YR 6/1 – Cinzento

Cor Interna 10 YR 5/1 – Cinzento

Fabrico

Cozedura Redutora **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 2982

Contexto M **Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 96 mm **Espessura de Parede** 5,8 mm

Descrição Fragmento de fundo plano e bojo bitoncocónico, de forma indeterminada. Possui marcas de torno bem marcadas.

Decoração Apresenta decoração a barbotina branca no bojo, o tema decorativo é imperceptível.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Cor Interna 2.5 YR 6/8 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 2977

Contexto M **Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 104 mm **Espessura de Parede** 6 mm

Descrição Fragmento de fundo plano de forma indeterminada.

Pasta

Superfície Alisada **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/4 – Laranja Acastanhado

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3388

Contexto M **Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 86 mm **Espessura de Parede** 6 mm

Descrição Fundo composto por dois fragmentos que apresentam marcas de torno bastante bem marcadas. O fundo apresenta-se muito desgastado.

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Cerâmica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 6/4 – Vermelho Claro

Cor Interna 10 R 6/4 – Vermelho Claro

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3393

Contexto M Tipo Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 150 mm **Espessura de Parede** 8 mm

Descrição Fragmento de fundo plano de forma indeterminada (talvez cântaro). Apresenta marcas de torno no interior bastante bem marcadas. Possui uma concreção na parede externa.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 7.5 YR 6/1 – Cinzento

Cor Interna 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 2976

Contexto M Tipo Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 116 mm **Espessura de Parede** 6 mm

Descrição Fragmento de fundo côncavo que se apresenta deformado, eventualmente pertencente a um jarro.

Pasta

Superfície Alisada **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3 mm)

Cor Externa 2.5 YR 6/3 – Vermelho

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Observações Peça com deformação a nível do fundo, reutilizada como contentor de engobe.

Nº de Inventário BCP/Lx 3282

Contexto M Tipo Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 124 mm **Espessura de Parede** 7 mm

Descrição Fragmento de fundo plano e bojo troncocônico com marcas de torno bem marcadas.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta com vacuólas

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica

Dimensões ENP Médio (entre 3 e 7 mm)

Cor Externa 7.5 YR 5/1 – Cinzento

Cor Interna 2.5 YR 6/8 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidação Irregular **Pós-Cozedura** Redutora

Nº de Inventário BCP/Lx 3382

Contexto M Tipo Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 110 mm **Espessura de Parede** 6 mm

Descrição Fundo quase completo de forma indeterminada. Possui marcas de torno bem marcadas.

Decoração Vestígios de barbotina branca, de tema indeterminado

Pasta

Textura Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 5/4 – Vermelho Acastanhado

Cor Interna 10 R 5/6 – Vermelha

Fabrico

Cozedura Oxidação Irregular **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3384

Contexto M Tipo Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 106 mm **Espessura de Parede** 6 mm

Descrição Peça composta por dois fragmentos de

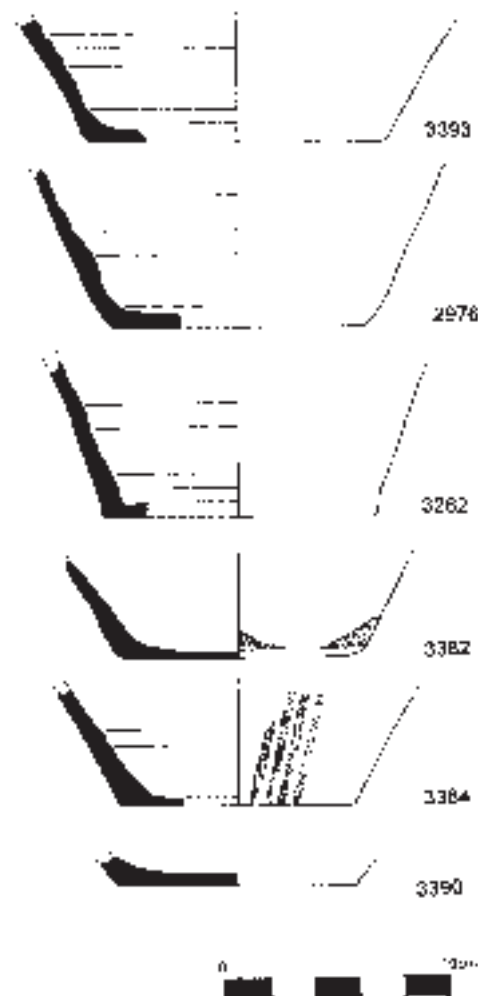


Figura 49 – Fundos de cântaros, alguidares ou potes

fundo, de forma indeterminada, que apresenta marcas de torno muito bem marcadas.

Decoração Apresenta quatro traços horizontais a barbotina branca no bojo.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3 mm)

Cor Externa 5 YR 6/4 – Vermelho Acastanhado

Cor Interna 5 YR 7/6 – Vermelho Alaranjado

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 3390

Contexto M **Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 110 mm **Espessura de Parede** 5 mm

Descrição Fundo plano de panela.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 2.5 YR 4/2 – Castanho

Cor Interna 10 R 6/6 – Vermelho Forte

Fabrico

Cozedura Oxidação Irregular **Pós-Cozedura** Oxidação Irregular

Nº de Inventário BCP/Lx 4041

Contexto C **Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 150 mm **Espessura de Parede** 10 mm

Descrição Fragmento de fundo plano de forma indeterminada com arranque de bojo troncocónico.

Pasta

Superfície Alisada **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3 mm)

Cor Externa 5 YR 6/6 – Amarelo Avermelhado

Cor Interna 2.5 YR 6/6 – Laranja

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 4038

Contexto C **Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada

Dimensões

Diâmetro de Fundo 158 mm **Espessura de Parede** 7 mm

Descrição Fragmento de fundo plano de forma indeterminada.

Pasta

Superfície Engobo **Textura** Compacta

Elementos Não Plásticos Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica

Dimensões ENP Pequeno (inferiores a 3mm)

Cor Externa 10 R 5/4 – Vermelho Acastanhado

Cor Interna 2.5 YR 8/4 – Rosa

Fabrico

Cozedura Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

Nº de Inventário BCP/Lx 4042

Contexto C **Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada

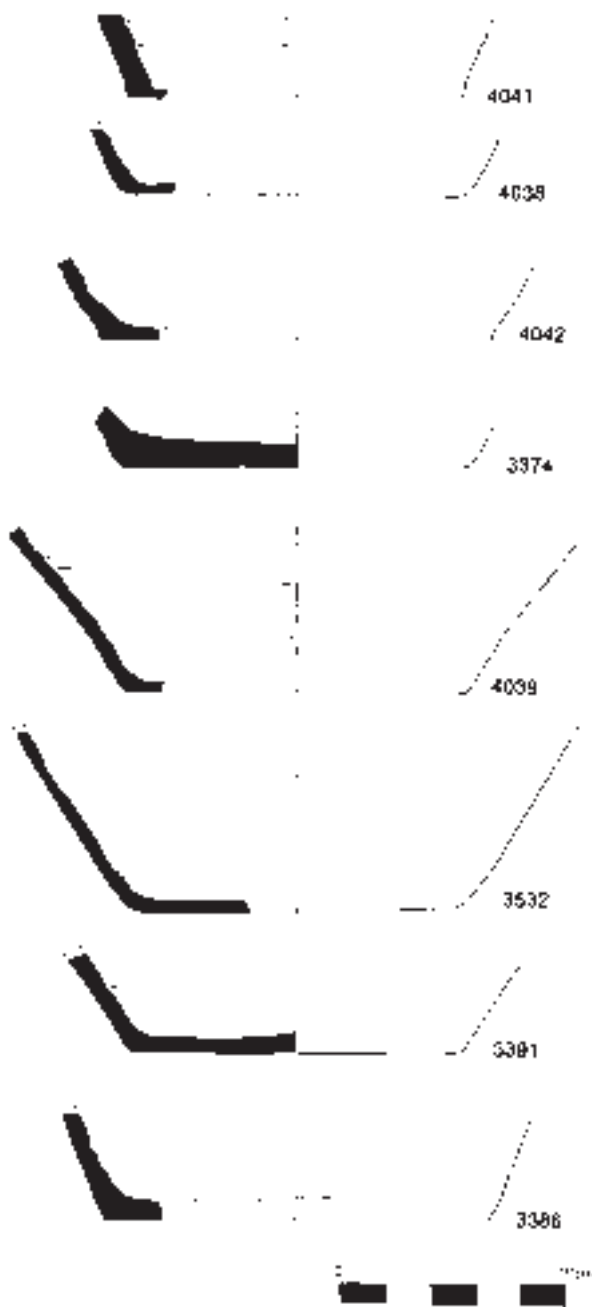


Figura 50 – Fundos de cântaros ou talhas

Dimensões**Diâmetro de Fundo** 170 mm **Espessura de Parede** 7 mm**Descrição** Fragmento de fundo plano de forma indeterminada.**Pasta****Superfície** Grosseiro **Textura** Compacta com**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 10 R 6/6 – Vermelho Forte**Cor Interna** 10 R 6/8 – Vermelho Claro**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante**Observações** Peça muito cozida com algumas fissuras.**Nº de Inventário** BCP/Lx 3374**Contexto M Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada**Dimensões****Diâmetro de Fundo** 156 mm **Espessura de Parede** 9 mm**Descrição** Fragmento de fundo plano de forma indeterminada (talha?).**Pasta****Superfície** Alisada **Textura** Compacta com vacuólas**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica**Dimensões ENP** Médio (entre 3 e 7mm)**Cor Externa** 7.5 YR 5/1 – Cinzento**Cor Interna** 2.5 YR 6/6 – Laranja**Fabrico****Cozedura** Redutora **Pós-Cozedura** Oxidante**Nº de Inventário** BCP/Lx 4039**Contexto C Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada**Dimensões****Diâmetro de Fundo** 148 mm **Espessura de Parede** 6 mm**Descrição** Fragmento de fundo de forma indeterminada.**Decoração** Apresenta vestígios de decoração a barbotina branca no bojo.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 10 R 5/4 – Vermelho Acastanhado**Cor Interna** 10 R 6/8 – Vermelho Claro**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante**Nº de Inventário** BCP/Lx 3532**Contexto M Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada**Dimensões****Diâmetro de Fundo** 146 mm **Espessura de Parede** 7,5 mm**Descrição** Fragmento de fundo plano de forma indeterminada.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3mm)**Cor Externa** 2.5 YR 6/6 – Laranja**Cor Interna** 2.5 YR 6/6 – Laranja**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante**Nº de Inventário** BCP/Lx 3391**Contexto M Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada**Dimensões****Diâmetro de Fundo** 152 mm **Espessura de Parede** 9 mm**Descrição** Fundo ligeiramente convexo, de função indeterminada, composto por dois fragmentos com colagem que apresentam marcas de torno bem marcadas.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Mica Preta – Sílica**Dimensões ENP** Pequeno (inferiores a 3 mm)**Cor Externa** 7.5 YR 5/2 – Vermelho**Cor Interna** 10 R 6/3 – Vermelho Acastanhado**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Redutora**Nº de Inventário** BCP/Lx 3386**Contexto M Tipo** Indeterminado **Função** Indeterminada**Dimensões****Diâmetro de Fundo** 172 mm **Espessura de Parede** 9 mm**Descrição** Fragmento de fundo plano com marcas de torno bem marcadas. Algumas dúvidas relativamente à forma – pode tratar-se de uma talha.**Pasta****Superfície** Engobo **Textura** Compacta com vacuólas**Elementos Não Plásticos** Quartzo – Mica Branca – Sílica – Cerâmica**Dimensões ENP** Médio (entre 3 e 7mm)**Cor Externa** 2.5 YR 6/1 – Cinzento**Cor Interna** 5 YR 6/4 – Castanho Avermelhada**Fabrico****Cozedura** Oxidante **Pós-Cozedura** Oxidante

PERSPECTIVES MÉTHODOLOGIQUES CONCERNANT L'ÉTUDE DE LA CÉRAMIQUE DE *CUERDA SECA* EN AL-ANDALUS (IX^o-XIV^oS): D'UN OBJET ARCHÉOLOGIQUE À UN OBJET HISTORIQUE

CLAIRE DÉLÉRY

L'étude historique de la Péninsule ibérique sous autorité musulmane, a pour source principale des textes de natures diverses auxquels l'historien applique, pour les interpréter, une méthodologie spécifique.

Le matériel mis au jour au cours des fouilles archéologiques est une source que l'historien ne néglige plus aujourd'hui, à la fois complémentaire et distincte des informations obtenues par les textes. Il lui applique une méthodologie particulière car le matériel n'est pas un objet historique en soi: il ne le devient que si on le soumet à une série de questionnements spécifiques.

En quoi, et comment un objet archéologique, et en particulier la céramique, peut-il devenir un objet historique, le témoin d'une société?

Nous allons prendre l'exemple de la céramique dite *cuerva seca* à laquelle s'attachent nos recherches.

Depuis l'apparition en 1903 du terme de *cuerva seca*, utilisé par J. Gestoso Perez interprétant le *Libro de carga y data* pour parler de certains pavements de la cathédrale de Séville, ce mot a connu une bonne fortune, avec son emploi par Gómez Moreno, puis par González Martí¹. L'expression *cuerva seca*² s'est trouvé être commode pour désigner un certain type de décor de céramiques dont la spécificité réside en ce que les motifs glaçurés sont cernés par un trait noir sans épaisseur. On ne connaît pas la dénomination arabe utilisée en al-Andalus pour désigner ce type de décor répandu sur une large aire géographique, bien que la plupart du temps en petit nombre.

La multiplication, en particulier depuis vingt ans au Portugal et en Espagne, de fouilles concernant les habitats d'époque musulmane, la découverte d'un matériel abondant et la nécessité de le décrire ont consacré cette appellation. Si celle-ci n'est que peu remise en question, la céramique de *cuerva seca* a pourtant suscité quelques interrogations sur sa chronologie et quelques débats sur son lieu d'origine³.

La céramique ainsi décorée est présentée surtout dans les publications de fouilles, dans quelques monographies remarquables⁴ et n'a été l'objet que de peu d'essais de synthèse⁵.

La *cuerva seca* partielle est présente dès l'époque omeyyade en plein X^oS, dans les sites privilégiés d'habitat des élites dirigeantes ou dans des sites de grand dynamisme économique⁶; elle est sans doute contemporaine du premier développement de la céramique glaçurée polychrome en al-Andalus. La céramique



« vert et brun » est alors la céramique glaçurée la plus abondamment utilisée ; son usage est contemporain de celui de la *cuerda seca* du moins sous sa version « partielle ».

C'est l'époque où s'affirme l'orientalisation et l'arabisation des populations d'al-Andalus, alors que les regards se tournent vers Bagdad, lieu d'affirmation du pouvoir musulman et grand centre artistique.

Les trouvailles de *cuerda seca* ont eu lieu, à Madinat al-Zahra (Cordoue, Espagne), majoritairement dans la zone palatiale, celle qui a subi le plus de dommages après sa destruction, car elle est un lieu propice à la recherche de matériaux de construction. La stratigraphie de sa fouille est assez bouleversée. Certains auteurs se demandent donc si les fragments de *cuerda seca*, en particulier *totale*, qui y ont été retrouvés ne correspondent pas à une époque postérieure⁷.

La *cuerda seca* est consommée, au X^eS, principalement dans la zone du premier développement du pouvoir califal, témoignant de l'orientalisation de populations dont les repères iconographiques et culturels ont changé. Elle participe, à l'égal des autres arts décoratifs, à une certaine acculturation.

Si à l'époque du Califat, la céramique glaçurée en vert et brun est la plus représentée; un renversement semble avoir lieu à l'époque des Taifas, au profit de la *cuerda seca*.

La *cuerda seca* tant partielle que totale semble avoir bénéficié d'un contexte favorable au développement de sa production et de son commerce au XI^eS, alors que les petites « cours » des *Taifas* veulent témoigner d'une maîtrise artistique aussi riche et prestigieuse que celle du Califat. Sous les Almoravides elle semble produite de façon plus standardisée, elle est alors associée étroitement aux grands ports commerciaux tels Almería et Málaga. La technique de *cuerda seca* connaît alors sa période de plus grande extension commerciale, tant dans la Péninsule ibérique que dans le bassin méditerranéen.

Après un certain déclin de son utilisation au cours de l'époque almohade, au profit de la technique de l'*esgrafié* – à laquelle elle est parfois mêlée sur une même pièce – sa production se poursuit aux époques mérinide et nasride notamment à Málaga. Ces dynasties entretiennent, dans la continuité des époques antérieures, de forts liens avec le Maroc où la *cuerda seca*, présente dès le XI^eS au moins, est abondante au XIV^eS. La *cuerda seca* totale connaît une regain de production dans la Péninsule ibérique sous les « rois catholiques ».

Dans les lignes qui vont suivre, nous voudrions présenter quelques perspectives concernant l'étude de la céramique de *cuerda seca*, en al-Andalus et dans l'Ouest du bassin méditerranéen (IX^eS-XIII^eS).

Il ne s'agit pas ici de proposer une synthèse historique concernant le développement et la production de la *cuerda seca*, mais simplement d'exposer quelques points de méthode qui nous semblent indispensables à sa réalisation. Nous présentons d'abord la nécessaire interdisciplinarité à mettre en œuvre pour une telle étude, puis nous précisons l'intérêt d'une mise en question à plusieurs échelles.

MÉTHODOLOGIE ARCHÉOLOGIQUE ET ANALYSES PHYSICO-CHIMIQUES

Ce sont les comptes rendus de fouilles qui constituent la base de l'étude des céramiques de *cuerda seca* . A ces sources «classiques», qui nous renseignent sur la position stratigraphique, la chronologie relative, l'environnement matériel, les spécificités stylistiques, morphologiques des pièces découvertes et les parallèles connus avec d'autres sites, viennent s'ajouter des sources nouvelles issues des analyses physico-chimiques en laboratoire.

Ces analyses nous permettent d'obtenir des données sur :

- Les techniques de fabrication (composition des glaçures),
- La nature des matières premières utilisées,
- Le mode de cuisson (une ou deux cuissons pour la *cuerda seca* totale ? et pour la *cuerda seca* partielle ?),
- Les caractéristiques spécifiques de chaque variante (*cuerda seca* totale, *cuerda seca* partielle, *cuerda seca* partielle mixte),
- L'homogénéité ou l'hétérogénéité des céramiques de *cuerda seca* consommées sur un site, produites dans un atelier... etc.

De telles analyses n'ont, à notre connaissance, qu'été très peu menées sur du matériel de *cuerda seca* ⁸.

Toutes ces données « brutes », provenant des rapports de fouilles ou des analyses physico-chimiques vont servir de base à une interprétation archéologique et historique des sites étudiés et de la culture matérielle d'al-Andalus à plus grande échelle.

Toute étude sur la céramique glaçurée commence par une description formelle qui vise à spécifier les caractéristiques d'une technique par rapport à ses contemporaines, et à étudier de quelles innovations technologiques – dont on pourra essayer de retracer la diffusion – elle est le témoin.

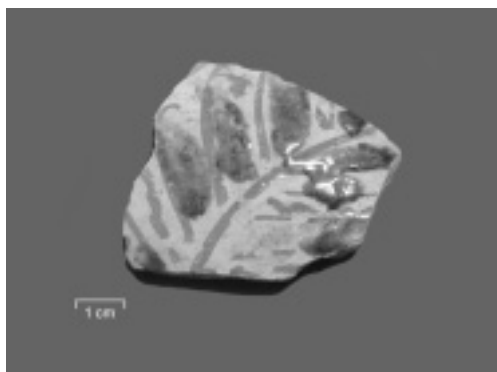
Cette description a d'abord pour source, le travail de base de l'archéologue : la typologie des formes, celle des motifs, de leur position relative dans l'espace décoré, des couleurs associées.

L'archéologue qui essaie de définir les caractéristiques d'une technique, est très vite confronté à la question de sa fabrication, de sa spécificité technologique. Sur ce point, il ne peut observer que les couleurs (qui lui donnent une idée souvent approximative des oxydes employés pour colorer les glaçures), les épaisseurs, la transparence (présence d'impuretés ou d'étain), les traces de tournage, la présence d'inclusions dans la terre cuite, ainsi que sa couleur – rendant compte de l'atmosphère du four lors de la dernière phase de cuisson.

Comment peut-il interpréter ce donné et le rendre signifiant ?

Dans le cas de la *cuerda seca* il nous faut comprendre quel est son mode de fabrication, pour être à même d'apprécier sa spécificité technologique. Connaître le mode de fabrication de la *cuerda seca* , c'est aussi participer à l'étude de l'histoire de l'évolution des techniques en Islam médiéval, dont le verre et les glaçures sont un des meilleurs exemples par la complexité des paramètres régissant leur élaboration.





Lorsqu'on aura extrait des publications archéologiques, l'ensemble des renseignements concernant les caractéristiques relevant d'un type technique (la cuerda seca par exemple), et recueilli les données sur les différentes modalités de sa fabrication, nous pourrons alors étudier la diffusion chronologique et géographique de ses variantes et observer les échanges de savoir-faire et leur diffusion. Cette diffusion est le témoin au sens fort, de relations privilégiées entre pays, régions ou villes, relations politiques de fait, commerciales, stratégiques, ouvrant alors sur un autre pan de l'histoire des sociétés dont elle est l'illustration.

L'historien et l'archéologue peuvent aujourd'hui faire appel aux études physico-chimiques effectuées au sein de laboratoires spécialisés dans la recherche appliquée à l'archéologie. La précision que peuvent nous apporter ces études nous est indispensable si nous voulons affiner notre connaissance des échanges à l'échelle régionale ou méditerranéenne, car elles seules peuvent permettre la constitution de «cartes d'identités» complémentaires de celles obtenues par les observations stylistiques et formelles. Ces «cartes d'identité» sont basées sur les spécificités de composition des glaçures fabriquées dans des lieux de production attestés, et des pâtes céramiques ; elles seront par la suite comparées à des fragments de *cuerda seca* provenant de sites de consommation. Ces comparaisons pourront nous renseigner sur des dissemblances ou des ressemblances et éclairer l'histoire de la diffusion commerciale de ce type de décor. Elles prendront davantage sens lorsqu'elles seront mises en regard avec les données recueillies par les archéologues sur les parallèles stylistiques et typologiques de leur matériel avec celui d'autres lieux de consommation ou de production. Nous pourrons ainsi commencer, par ces données croisées, la recherche des échanges économiques dont cette céramique a fait l'objet.

Dans le détail, l'étude de la composition des glaçures des céramiques de *cuerda seca* peut répondre aux questions que se pose l'historien concernant l'évolution technique des méthodes de fabrication ; il comparera la *cuerda seca* aux techniques antérieures et/ou contemporaines et en particulier il pourra essayer d'interpréter et de caractériser le rôle du mélange à base de manganèse qui caractérise cette technique.

L'observation à l'échelle du microscope électronique à balayage de l'interface terre cuite/glaçure permettrait, par observation des zones de croissance cristalline et par sériations, d'élaborer quelques hypothèses concernant la dépose de la glaçure sur terre séchée ou sur cuit⁹. Il conviendra d'étudier d'autres facteurs comme la composition des glaçures et leur comportement au cours de la cuisson ou la température maximale subie par la terre cuite pour « résoudre » la question de la double ou simple cuisson.

Ces résultats pourront être enrichis par les connaissances issues des études ethno-archéologiques menées par des chercheurs¹⁰ sur la conduite de la cuisson des glaçures dans les fours de potiers d'Afrique du Nord, du Proche-Orient ou du Portugal par exemple. Ces fouilles de fours de potiers renseignent sur la structure des fours et permettent d'affiner la connaissance des possibilités technologiques des potiers d'al-Andalus.

Enfin, la comparaison d'échantillons de *cuerva seca* partielle et de *cuerva seca* totale, d'un point de vue de composition des glaçures, et de modalités de cuisson, pourrait nous permettre de mieux caractériser ces différentes variantes, et leurs évolutions dans le temps et dans l'espace.

L'étude des terres cuites, par différentes méthodes, permettrait, pour des sites tant de production attestée de *cuerva seca* que de consommation, d'observer s'il y a homogénéité de la composition des terres cuites sur un même site. Il s'agira de distinguer, pour un centre de production, les *cuerva seca* provenant des ateliers eux-mêmes et celles provenant des habitats pouvant être le témoin de différents approvisionnements¹¹.

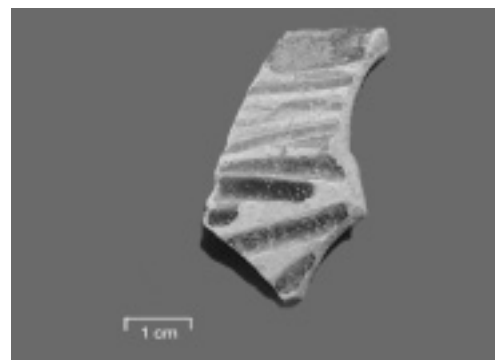
La multiplication et la systématisation des analyses pourraient permettre, si elles sont suffisamment discriminantes, de «définir» les caractéristiques typiques ou «cartes d'identités» des terres cuites et des glaçures des *cuerva seca* de quelques centres producteurs, nous aurions ainsi une base pour l'interprétation du commerce de cette céramique.

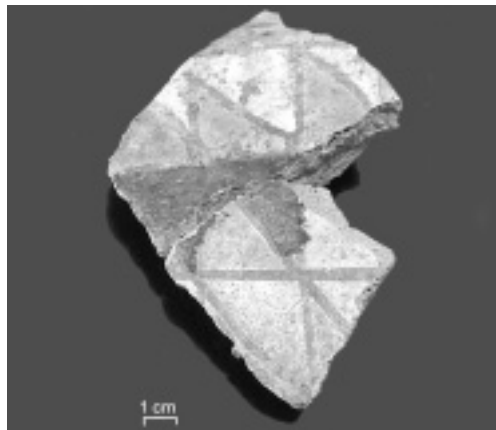
APPLICATION DES EXPÉRIENCES DE LABORATOIRE À DES CHAMPS DE RÉFLEXION HISTORIQUE

Les résultats obtenus par les analyses en laboratoire doivent être comparés et complétés par les observations stylistiques et typologiques effectuées par les archéologues : il s'agit de repérer et de caractériser les motifs présents sur les céramiques de *cuerva seca* totale et partielle pour un site donné. Quels sont-ils ? Quelle gamme chromatique leur est associée ? Qu'en est-il des associations de motifs ? De leur situation spatiale sur la forme céramique ? Peut-on observer des traits distinctifs pour chaque lieu de production (motifs, styles, association de formes et de motifs etc.) ? Ces observations doivent être aussi éclairées par les connaissances historiques concernant le commerce d'autres matériaux, les voies maritimes à l'échelle de la Péninsule ibérique, et les liens entretenus par différentes villes ou régions.

Ces analyses semblent prometteuses pour l'ensemble de la connaissance historique de la culture matérielle, des échanges, des technologies. Leur réalisation dépend à la fois des possibilités offertes, en matière d'échantillons, par les archéologues, d'une bonne sélection des échantillons en fonction de problématiques précises (chronologie, type de sites choisis etc.), de la disponibilité des centres de recherches physico-chimiques appliquées à l'archéologie et des financements disponibles.

D'autres approches méthodologiques peuvent nous permettre d'appréhender en historien la céramique de *cuerva seca*. Le travail de base d'une telle étude n'est pas nouveau : il s'agit d'abord d'effectuer des synthèses s'appuyant sur des publications de fouilles pour comprendre quelle est la place de cette céramique dans le tableau général des céramiques en al-Andalus et ce que peuvent nous apprendre les inter-





prétations des relevés stratigraphiques en ce qui concerne les différents types de céramiques dont l'usage est simultané à celui de la *cuerva seca*.

Cette identification est primordiale pour replacer la *cuerva seca* dans un contexte d'évolution technologique, pour comprendre quel peut en être son usage (à partir des études de la typologie, de sa représentation par rapport au reste de la vaisselle utilisée, et du type d'habitat), pour en déterminer la période d'apparition dans chaque site, d'apogée de la production et de la commercialisation.

Les données obtenues pour chaque site devront ensuite être rassemblées, comparées, pour en tirer des données dynamiques à l'échelle d'al-Andalus – tant géographiquement que chronologiquement – sur l'apparition, la diffusion dans le temps et dans l'espace de cette technique – diffusion dont les modalités ont été sans doute appliquées à de nombreux autres objets de consommation. La meilleure façon de visualiser ces données est de les rassembler sur une série de cartes.

INTERROGATIONS ET INTERPRÉTATIONS CROISÉES

Chaque site témoignant de l'usage de la *cuerva seca* doit être caractérisé non seulement en fonction des données sur la chronologie de l'apparition ou de l'usage de la *cuerva seca* qu'il apporte, mais aussi en fonction de sa nature (production attestée, consommation, commercialisation), de son inscription dans un cadre politique local, régional (de quelle nature, entretenant quels liens avec les autres centres de pouvoir, de commerce ?). Pour chacun de ces éléments, il faut envisager plusieurs échelles, rendant plus complexe le croisement des données, mais nécessaire pour que l'analyse soit assez fine pour faire apparaître des «dynamiques historiques» dépassant le cadre de cette céramique qui n'en est alors que le témoin et le révélateur. Quelles sont ces dynamiques ?

C'est le type de société de chaque site de consommation de *cuerva seca* qui doit être analysé : dans quels types de sites la trouve-t-on (caractéristiques géographiques, sociales), et pour quelle période ? Y a-t-il entre le X^e et le XIII^eS, une modification de sa fonction sociale (si tant est qu'on puisse dire qu'elle en ait une) et de son usage ? De quels changements est-ce le reflet ? Qu'apprenons nous sur le rôle de la culture matérielle, et d'une certaine forme d'art, dans la société d'al-Andalus ?

Mettre au jour de la *cuerva seca* sur un site de pouvoir local¹², où elle peut être assez nombreuse, dans un espace rural¹³ parfois fortifié¹⁴ ou dans une zone frontalière¹⁵ a-t-il la même signification d'un point de vue de l'usage et du rôle social qu'a pu jouer cette céramique ?

La compréhension de ces dynamiques géographiques (diffusion technique et commerciale) doit aussi jouer sur plusieurs échelles : c'est au niveau du bassin méditerranéen que nous devons observer et interpréter les dynamiques commerciales, de diffusion technologique, d'apparition et d'origine de cette technique. Les mêmes observations seront faites à l'échelle de la péninsule ibérique seule, puis à l'échelle régionale. A ces échelles différentes, le questionnement ne sera pas le

même, car pour chaque échelle, les connaissances historiques tant, évidemment, par leurs données, que par leur « volume » ne sont pas au même stade de recherche (la connaissance de l'économie « régionale », des liens entre les zones urbaines et rurales est encore assez peu synthétique en comparaison aux données sur le commerce méditerranéen médiéval d'importation et d'exportation).

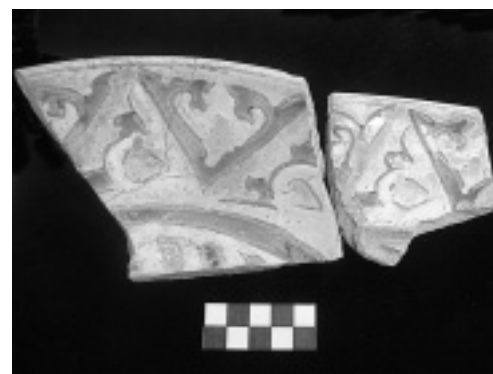
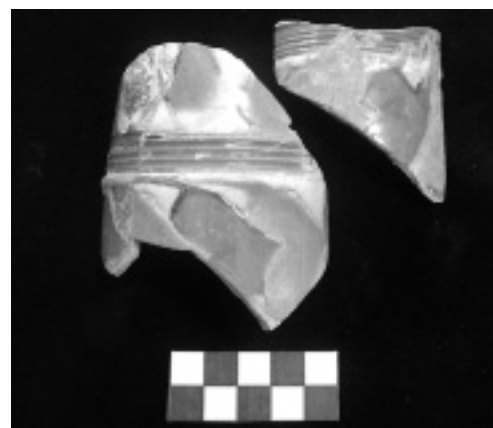
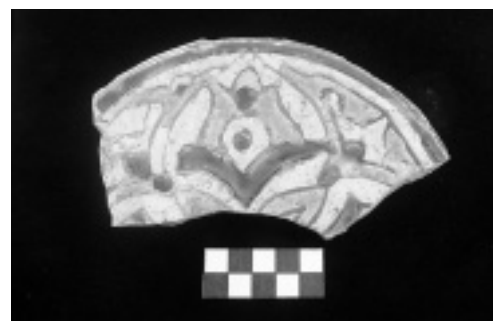
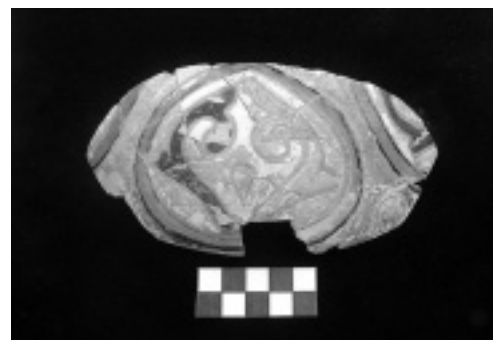
Nature du site, évolution chronologique des différentes variantes de *cuerva seca*, mise en perspective à plusieurs échelles : il faudra confronter et croiser les données, concernant par exemple, la modification des lieux de production entre la période du Califat, celle des Taifas, puis à l'époque almoravide et almohade, et celles concernant la modification de la géographie des pouvoirs. Ce sont en effet les « élites » qui, ayant un niveau de vie élevé par rapport au reste de la population, favorisent l'installation de lieux de production d'objets soignés pour satisfaire leurs demandes tant matérielle que de prestige. Que pouvons nous alors en déduire sur l'évolution des échanges économiques entre le X^eS et le XIII^eS en al-Andalus ? Quels liens entretiennent-ils avec le pouvoir ? Quelle évolution de ce lien constate-t-on au cours du temps ?

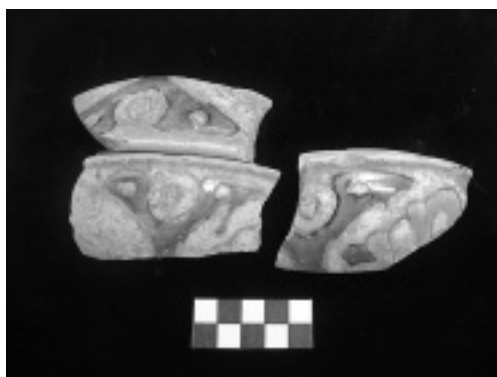
L'historien pourra interpréter ces dynamiques commerciales en fonction des connaissances historiques concernant la localisation des voies commerciales, leur modification, les modifications que la « guerre » induit dans tous ces mécanismes, les liens de pouvoir entre les gouvernements de différentes régions ou entre différents centres urbains, les rivalités, les stratégies en matière de contrôle maritime¹⁶, la fluctuation des territoires sous influence politique et les modalités de ces influences. La recherche systématique des lieux où la *cuerva seca* a été mise au jour est la base nécessaire à l'étude de ces échanges commerciaux.

L'étude de la diffusion technique de la *cuerva seca* et de l'apparition de nouveaux lieux de production nous permet d'illustrer la continuité artistique entre le Califat et les Taifas – continuité qui illustre une volonté de légitimation mais aussi parfois une volonté d'indépendance¹⁷ – ; de mieux connaître les échanges culturels au sein de l'Empire almoravide, puis de l'Empire almohade, et de part et d'autre du Détroit de Gibraltar. Les caractéristiques de chaque époque devront être relevées précisément, et surtout interprétées. Il s'agira alors de montrer en quoi l'étude de la commercialisation et de la production d'un bien matériel est un « révélateur historique ».

Enfin, les dynamiques observées devront être questionnées plus particulièrement d'un point de vue de l'histoire sociale par rapport aux phénomènes d'intégration culturelle de la Péninsule ibérique à la culture musulmane (des villes d'importance régionale, puis locales, aux zones rurales ; des élites musulmanes, aux populations héritières de la culture wisigothique), par rapport à la volonté politique d'acculturation des populations, aux influences et aux « modes culturelles », aux mouvements de population d'origines diverses (changement de pouvoir, conquête chrétienne, exils).

Les similitudes stylistiques et typologiques mises en valeur par les archéologues, les parallèles découverts entre les sites, complétés par les analyses physico-





chimiques, la connaissance des liens commerciaux et politiques à l'échelle locale permettent-elles de définir des «zones géographiques culturelles et commerciales» c'est-à-dire des zones privilégiées de diffusion et d'échange ? Il s'agira de comprendre en quoi leur modification au cours du temps peut être un révélateur d'autres données sociales, politiques... en effet, ces zones peuvent être le témoin de régions sous domination d'une même élite, de liens privilégiés entre dynasties (induisant des relations commerciales spécifiques), de liens de fait entre régions proches, d'acculturation, plus ou moins profonde et rapide, des zones en périphérie du nouveau pouvoir.

La connaissance des techniques de fabrication et les données sociales concernant les sites de production et de consommation nous conduisent aussi à nous interroger sur les modalités de structuration sociale et économique de cette production.

La céramique glaçurée est fabriquée la plupart du temps dans les mêmes ateliers que la céramique commune mais la préparation des glaçures et la décoration relèvent-elles d'ouvriers plus spécialisés ? Qu'elle peut être leur statut social ? Le coût de cette main d'oeuvre ? La longueur du procédé de fabrication (notamment de purification des oxydes, d'obtention de la fritte à l'étain, de décoration) l'habileté dont certaines pièces sont la preuve, les ratés assez nombreux influent-ils sur son coût ? Qu'elle est l'évolution de sa valeur au cours du temps (valeur réelle ou coût de production, et valeur sociale ou symbolique).

Concernant la notion de « luxe » si souvent interrogée, il faut penser que certainement, le luxe n'est pas seulement lié aux coûts de fabrication des produits, mais à l'usage, souvent social qu'on en fait, et à la position dans la société de celui qui l'achète et l'utilise.

Que nous apprennent la nature des sites sur cet usage ? Cet usage est-il utilitaire ou «esthétique» ? Participe-t-elle à une volonté de «prestige» par la possession d'objets soignés ? Permet-elle par son décor de véhiculer des symboles liés à la notion de pouvoir et à l'élite urbaine qui la consomme le plus ? Est-elle le véhicule, parmi tous les autres éléments (architecture, coutumes culinaires, religieuses, familiales) d'une culture ? Participe-t-elle, à l'égal d'autres manifestations de la culture matérielle, à l'acculturation de la Péninsule ibérique à la culture musulmane à l'époque omeyyade ? Observe-t-on une modification, soit au cours du temps, soit géographiquement, de la facture des productions (qualité de la glaçure, de sa dépose, épaisseurs des parois), de sa consommation ? Cela va-t-il de pair avec une modification de l'usage, de la valeur, de l'organisation de la production, de la demande ?

Quelles réalités historiques cela permet-il de mettre en valeur ?

Vouloir mettre en place un projet d'étude de laboratoire concernant la *cuerva seca*, pour pouvoir compléter par des «sources» de nature différente, l'interprétation historique de sa présence, c'est avoir déjà procédé à un inventaire des sites, de leurs spécificités historiques, géographiques, stratigraphiques... Cette inventaire, toujours imparfait – car fouilles et publications sont en cours – est indispensable à

tout chercheur et en particulier à celui qui se veut interdisciplinaire, car on ne peut interroger en laboratoire des pièces sans ancrage et mise en questionnement historique.

Nous présentons ici, sous forme de cartes, le travail de recherche des sites que nous avons effectué, tel qu'il est actuellement en cours. Nos recherches de doctorat s'attachent à leur interprétation historique dynamique.

Il convient d'observer dans un premier lieu les caractéristiques de chaque époque, pour pouvoir les interroger. Il va sans dire que cette division arbitraire en périodes politiques est seulement un outil abstrait permettant d'observer des mouvements sur une longue période historique. Les changements sont la plupart du temps longs, leur répartition géographique et chronologique variable, et les transitions toujours présentes.

NATURE DES GISEMENTS ET DONNÉES SUR LES ÉCHANGES

La cuerda seca en Méditerranée

Il y a peu de gisements dont on sache de façon certaine, qu'il s'agit de lieu de production.

L'atelier de Zavella à Palma de Mallorca est présenté par G. Rossello Bordoy¹⁸ comme un centre de production de céramique en technique mixte *esgrafié / cuerda seca* partielle, d'époque almohade.

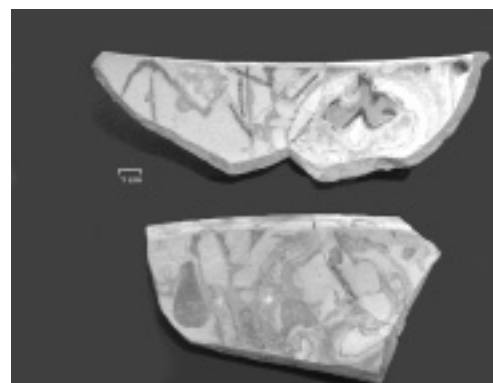
Le reste de la *cuerda seca* dans l'île est considéré comme une céramique d'importation d'époque califale ou postérieure. Reste à systématiser les parallèles observés. Quelques *cuerda seca* partielles, présenteraient des similitudes avec les poteries de la zone levantine¹⁹.

Les gisements de la France du Sud et de l'Italie sont considérés comme des lieux de consommation de céramique d'importation. Il sera intéressant d'observer si la datation de ces gisements concorde par zone géographique et quelles sont les raisons des arrêts de mouvements d'importations: modes ? productions locales prenant le relais ? L'équipe italienne réunie autour de Graziella Berti s'est particulièrement penché sur ce thème pour la céramique italienne.

Le commerce par bateau est à l'origine de ces importations croisées : activité maritime de la côte Sud Est d'al-Andalus au X^eS, émergence de nombreux ports à l'époque des Taifas en parallèles avec le développement économique de certaines régions, dynamisme d'Almeria et de Málaga au XII^eS puis peu à peu prépondérance de Pise et de Gênes aux XII^e-XIII^eS.

La cuerda seca dans la Péninsule ibérique

Les différentes cartes concernant la *cuerda seca* dans la Péninsule ibérique permettent d'analyser de façon dynamique (espace et temps), les données fournies par

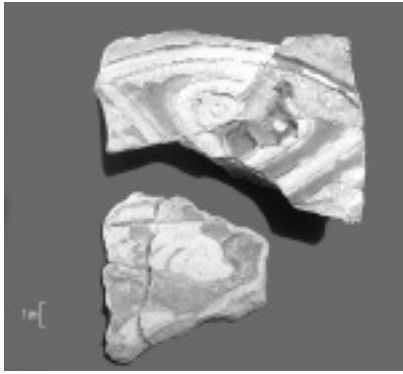


les publications. Les superpositions des différentes cartes permettent de se figurer les mouvements qu'a connus cette céramique, tant dans ses lieux de consommation, que dans ses lieux de production. Les cartes présentées, permettent de voir se dégager des tendances générales assez suggestives.

Les centres de production les plus importants attestés dans la première période (omeyyade : IX^eS-X^eS) sont Toledo²⁰, Pechina-Almería, Murcia et Madinat al-Zahra situées pour deux d'entre elles sur la côte Sud-Est d'al-Andalus ; les centres dits de consommation sont majoritairement situés dans ce même sud, qui semble bien intégré à la nouvelle société musulmane, dans la zone du premier développement historique et géographique du puissant califat de Cordoue. On note aussi des pointes vers le Nord et vers l'Est dont l'intégration est en cours.

À cette époque, il faut noter que ce ne sont pas seulement les « grands centres » urbains qui sont dépositaires de la *cuerda seca partielle*, mais aussi des zones de « second ordre » économique.

La période XI^eS-XII^eS marque l'expansion de la *cuerda seca partielle et totale*; les centres de production et de commerce d'Almería et de Murcia sont conservés, peut-être il y en a-t-il un à Málaga mais les recherches archéologiques n'ont pas encore permis de retrouver des



fours datant de cette époque ; on assiste en même temps à une multiplication des centres de production :

Badajoz, est un centre de production attesté par la présence d'outils dans le testar (dépôt de céramiques endommagées et rebus de cuisson) de la Puerta del Pilar.

A Tolède²¹ un atelier du XI^eS, situé dans la zone du quartier juif du XIV^eS, et les fragments d'un testar sont la marque de la production de *cuerda seca* (outillage pour la cuisson, bouts de *cuerda seca* restés collés entre eux lors de la cuisson). Une analyse minéralogique de la pâte, a été effectuée, montrant qu'elle est homogène dans tout le site, ce qui vient confirmer la thèse de la production locale²².

Zaragoza marque l'extension lointaine de la production de *cuerda seca* au XI^eS :



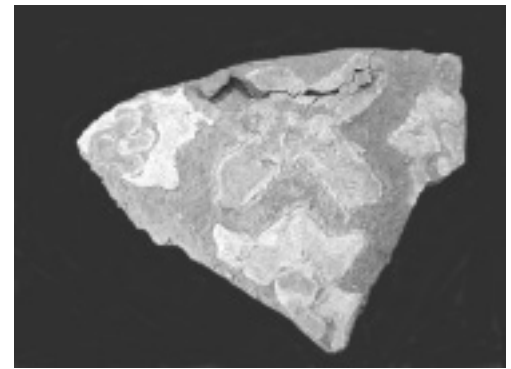
Extension géographique de l'usage des céramiques à décor de cuerda seca à l'époque omeyyade

A. Mostalac Carillo²³ présente les fours du vieux quartier San Pablo. Le four 1 contient de la *cuerda seca*, et des outils de production.

J.Thiriot²⁴ a rassemblé de nombreuses contributions concernant les fours et leur production de *cuerda seca* totale et partielle. En particulier on observe à Valencia, l'atelier de potiers du 127, rue Sagunto fabriquant de la *cuerda seca* partielle. La consommation de la *cuerda seca* fabriquée à Valence, a fait l'objet d'analyses chimiques²⁵.

Dénia possède des fours où on fabrique à la fin du XII^eS et au début du XIII^eS de la *cuerda seca* (calle Teulada, avenida Montgó²⁶).

Murcie possède des ateliers où l'on fabrique de la *cuerda seca*, dans la rue Cefe-



La diffusion de la *cuerda seca* à l'époque des Taïfas



rino ; et des fours, des dépôts, dans la rue Cortès. On y a retrouvé des pièces défectueuses de *cuerda seca*.

Les productions de Málaga et d'Almeria continuent à cette période, et sont attestées par analyse chimique²⁷ et par fouilles archéologiques²⁸.

Málaga produit sans doute de la *cuerda seca* totale (au XI^eS ?) et au XII^eS, et de la *cuerda seca* partielle au XIII^e et au XIV^eS. Ces deux centres sont à la fois des centres importateurs et exportateurs de céramiques de *cuerda seca* : G. Demians d'Archambaud, M. Picon, J. Thiriot, et L. Vallauri nous expliquent que sur quatre pièces de *cuerda seca* ayant été trouvées à Málaga et analysées, une proviendrait de la production de cette ville, et trois d'Almeria. L'analyse de la diffusion et des axes



La cuerda seca à l'époque almoravide

commerciaux devra s'attacher particulièrement au rôle important de Málaga et d'Almería dans le commerce de la *cuerda seca*.

Le développement de la *cuerda seca* en Méditerranée à cette époque est liée aux exportations des ports importants d'al-Andalus. Mértola est l'illustration d'un centre de consommation et de commerce de la *cuerda seca* au XI^eS et au XII^eS, elle y a été retrouvée en très grand nombre. Une grande diversité des styles et des formes de *cuerda seca* est présente sur ce site, cette diversité rend compte de sources multiples d'approvisionnement pour une même technique décorative.

Les grands centres consommateurs et diffuseurs de *cuerda seca* au XI^eS sont les grandes cours des Taifas, situées à la périphérie de l'ancienne zone cordouane,



La cuerda seca à l'époque almohade

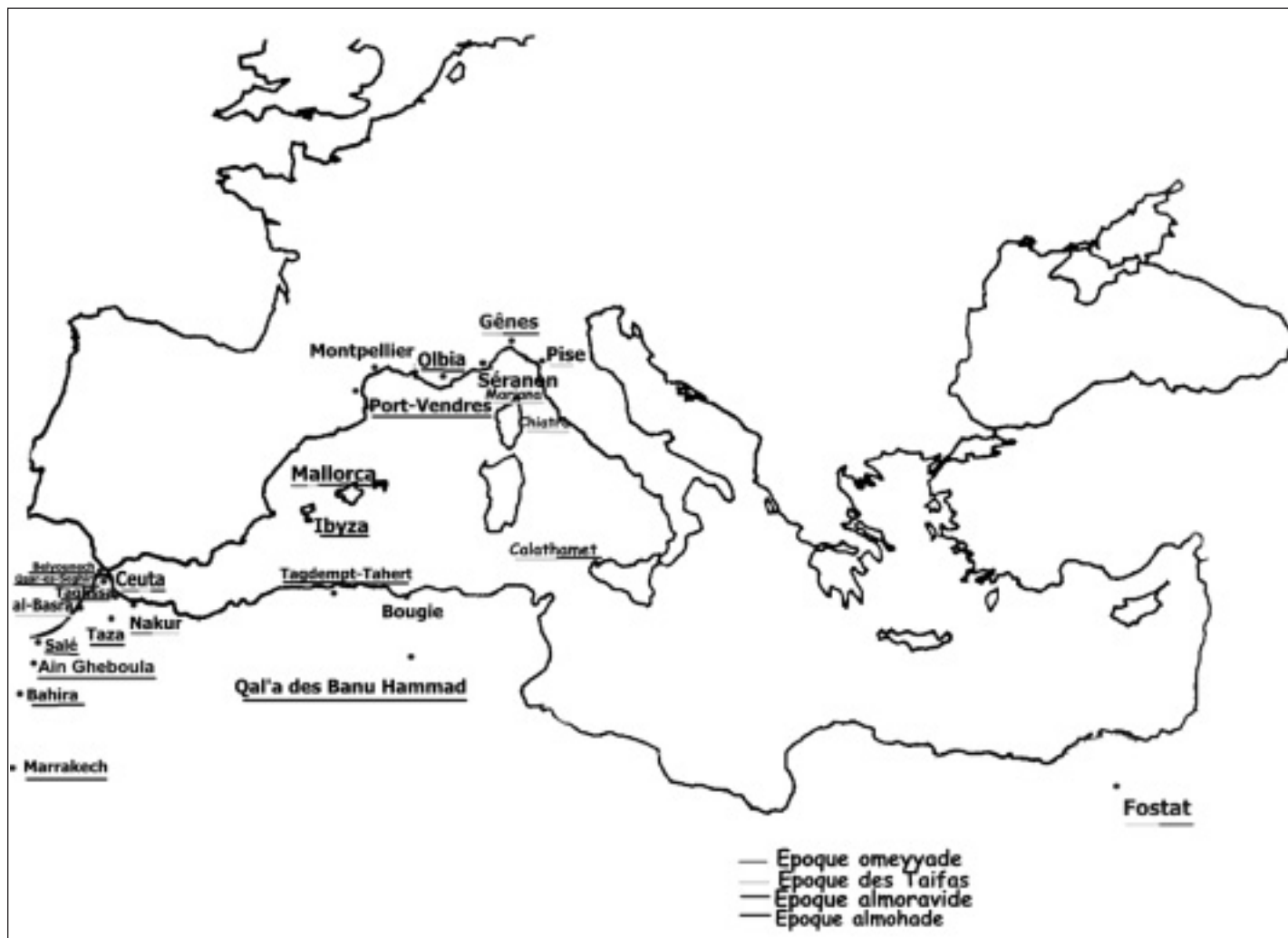
pourvue en *cuerva seca* au X^eS, et qui semble peu à peu délaissée. Le commerce est alors intense. Cette diffusion, commencée dès la fin du Califat, atteint autant les sites urbains que les sites non urbains ; ces sites non urbains présentant de la *cuerva seca* au XI^eS semblent avoir pour point commun d'être des lieux de représentation d'un certain pouvoir militaire, politique ou « administratif ».

La période allant de la seconde moitié du XII^eS au début du XIII^eS permet d'observer un changement de nature de la production, chan-

gement d'abord stylistique puis de support : production de céramiques de technique mixte *cuerva seca-estampillado* (en particulier à Almería) puis *cuerva seca-esgrafié* mises au jour par exemple à Cieza, Murcie, et Valence (production typique de la fin du XII^eS ou du début du XIII^eS sous domination almohade, qui a lieu en particulier à Mallorca).

Au XIV^eS la *cuerva seca* deviendra une technique de décoration de revêtement architecturaux (Puerta del Vino de l'Alhambra de Granada) ce changement de support précède les productions d'azulejos en *cuerva seca* de l'époque chrétienne (Cartuja de Vall de Christ à Castellón, San Juan de la Pénitencia à Tolède etc ²⁹).

La consommation des azulejos de *cuerva seca* mudéjar semble se situer davantage au nord de la péninsule, suivant sans doute en cela le développement et la prépondérance de la Castilla-Léon après la Reconquête ; prépondérance tant écono-



La diffusion de la *cuerva seca* sur les côtes de la Méditerranée

mique que politique. Cette association nous confirme, pour un autre domaine de civilisation, le lien déjà observé pour la *cuerva seca* d'al-Andalus entre production d'objets soignés et lieux de pouvoir, politique et/ou économique. La *cuerva seca* totale est, à l'époque chrétienne, un revêtement lié à une volonté de démonstration du pouvoir ou de la richesse.

TRANSMISSION DU SAVOIR-FAIRE ET DIFFUSION DE LA CUERDA SECA À L'INTÉRIEUR DE LA PÉNINSULE IBÉRIQUE

Nous appelons «diffusion», à la fois la transmission du savoir-faire technique de la *cuerva seca*, et la répartition de sa géographie de consommation. Bien sûr, cette pénétration est aussi celle de la céramique glaçurée musulmane en général.

La question reste en suspend de savoir quelle signification donner à sa présence sur des lieux situés en dehors des villes proprement dites mais dont nous ne savons pas encore très bien quelle est leur identité et celle de leurs habitants. En effet des céramiques de *cuerva seca* se trouvent largement en dehors des lieux proprement citadins mais s'agit-il de lieux « ruraux » tel que nous entendons l'expression aujourd'hui ou de lieux relevant d'une certaine urbanité soit par leur fonction (lieu de surveillance, site ayant un rôle de polarisation du territoire et ayant avec ce territoire des liens administratifs, économique, militaire, identitaires) soit par la nature de leur propriété, soit par l'identité de ses habitants, leur pouvoir d'achat, le rôle économique du site etc. Sites fortifiées, résidences de campagne des notables, sites religieux, autant de réalités d'un monde « rural » c'est-à-dire hors-la-ville qui malgré de nombreuses investigations, colloques et publications nous demeure encore assez inconnu. Les trouvailles de *cuerva seca* en « milieu rural » nous font nous interroger sur la « valeur » de cette céramique : céramique de luxe ? que fait elle alors dans des sites si éloignés des villes ? céramique banale ? Toutes les interrogations que peuvent susciter en nous des trouvailles de *cuerva seca* ne sont que des reflets de notre difficulté à appréhender l'histoire d'al-Andalus dans sa diversité car il est évident que la « valeur » de cette céramique a du changer au cours du temps en fonction des progrès technologiques, de l'organisation du commerce, du niveau économique du pays. Difficultés que nous avons à percevoir les changements et la réalité du monde hors des villes et son identité changeante au cours du temps.

La diffusion de la céramique de *cuerva seca* est liée, surtout dans les premiers temps de sa production, aux centres de production des capitales politiques susceptibles de posséder un pouvoir d'achat fort, une volonté de prestige, et une puissance suffisante pour développer cette production et parfois l'exporter.

Les changements politiques au cours du temps se traduisent en partie sur les cartes par des modifications de la géographie des centres de fabrication de produits soignés. Centre de pouvoir et centre de production d'objets soignés vont souvent de pair.

Pendant le Califat, le Sud-Est de la péninsule, et la zone située autour de Madinat al Zahra', semblent le lieu d'une diffusion intense, c'est là que se concentrent les premiers sites de consommation. On note que cette consommation se situe à plu-

sieurs niveaux : les cités palatiales et villes du pouvoir califal et certaines villes économiquement prospères comme Almería et Murcia, liées fortement depuis leur origine au Califat. On retrouve aussi cette céramique de *cuerva seca* (partielle) dans des zones situées hors des villes soit montagneuses mais actives telle la zone de la Sierra Magina près de Huelma³⁰ qui s'inscrit dans les vallées actives joignant Jaén et le Levant soit dans des zones liées au fort développement maritime qui caractérise le Califat : c'est le cas d'Almuñecar. Almería, est dès le Califat, un des ports officiels de la flotte militaire³¹ qui est aussi utilisée à des fins commerciales.

De nouveaux centres de production naissent, liés aux capitales des royaumes de Taifas, de nouvelles zones de diffusion intense apparaissent : le Sud-Ouest de la péninsule (l'Algarve et l'Alentejo actuels), la région de Valence, la partie côtière du Golfe de Cádiz, la Marca Media et la Marca superior .

Les Almoravides semblent ajouter, à ce développement géographique de la *cuerva seca*, l'accentuation des liens, déjà développés par les navires militaires et marchands, entre les deux rives du détroit de Gibraltar (Málaga, Ceuta...) ; en parallèle, ils allongent leurs itinéraires côtiers, rejoignant la côte Ouest du Maroc.

Le savoir-faire technique de la *cuerva seca* sera diffusé par l'exportation de la *cuerva seca* hors des limites d'al-Andalus. Cette exportation engendrera peut être un phénomène d'« importation-imitation-production » à l'origine d'une production de *cuerva seca* maghrébine. Les données disponibles au sujet des *cuerva seca* retrouvées au Maghreb et de leur lieu de production sont encore trop peu nombreuses pour permettre d'approfondir le sujet mais il semble qu'au moins jusqu'à l'époque nasride les importations en provenance d'al-Andalus aient été majoritaires au Maghreb.

Valence, Murcia, Mallorca, Dénia, produisent à l'époque almohade des pièces décorées par la technique mixte *cuerva seca* partielle-*esgrafié*. À part ces centres de production³², on connaît peu de choses sur sa diffusion commerciale qui semble restreinte à la fin du XII^eS et au début du XIII^eS, il y a là matière à connaissance des relations commerciales au sein de l'Empire almohade.

Le commerce de la *cuerva seca* dans le bassin méditerranéen : X^eS-XII^eS

En essayant de retracer les itinéraires commerciaux de la *cuerva seca*, on voit se dégager des zones d'échanges privilégiées et des « axes » liés à l'organisation du commerce fluvial ou maritime, aux liens politiques, et aux liens privilégiés entre certaines villes. Ce sont les parallèles entre différentes pièces de céramiques décorées à la *cuerva seca*, qui permettent de retracer ces quelques voies de communication en attendant les possibilités d'études de laboratoire à grande échelle qui pourront les compléter.

Si certains motifs pourraient être caractéristiques d'un lieu de production ; d'autres motifs correspondent au développement très élargi de la culture céramique musulmane. Pour essayer de préserver les possibilités d'une analyse de zones géographiques culturelles et d'échanges de la *cuerva seca*, il faut donc essayer de se rattacher uniquement aux motifs caractéristiques.

On remarque en particulier la similitude des pièces retrouvées dans de nombreux sites côtiers, provenant de centres de production sans doute portuaires tels Almería et Málaga ou Dénia. Ces productions largement exportatrices sont typiques du X^eS (Pechina-Almería) et du XII^eS (Almería, Denia, Murcia, Málaga etc.); on observe aussi des productions de diffusion plus locales typiques de l'époque des Taifas (Albar-

racin). L'exportation en dehors de la péninsule semble s'être, elle, réalisée à toutes les périodes, tant sous le Califat à partir des ports du Sud-Est essentiellement, que sous les Taifas avec par exemple la Taifa de Dénia ; ainsi qu'à l'époque Almoravide. L'époque almohade, qui verra un net déclin de la production de *cuerva seca*, est quant à elle une période encore mal connue en ce qui concerne le commerce et la production de la *cuerva seca* totale et partielle simple et leur différenciation, s'il en est, avec celles de la période antérieure.

Nous rendons compte ici des parallèles entre pièces de *cuerva seca* de différents sites déjà publiés. Ces parallèles publiés sont une première base pour des études futures. Nous en faisons ici une description dont l'objectif est historiographique. Un second temps de la recherche devra être consacré à leur analyse critique et à une large systématisation complémentaire.

La *cuerva seca* mise au jour à Montpellier et en Provence présenterait des parallèles avec les productions de Málaga au XI^eS³³.

L'origine malaguéenne de quelques fragments de *cuerva seca* de Ligurie et de Toscane semble attestée³⁴.

G. Rossello Bordoy³⁵ relève des parallèles entre la *cuerva seca* de Mallorca et celle de Málaga, de Mértola, et de la zone levantine.

On a observé des parallèles entre les *cuerva seca* de Málaga, d'Almería, de Mértola et de Ceuta³⁶.

Des analyses de laboratoire ont montré que Málaga importe de la *cuerva seca* en provenance d'Almería³⁷.

Il existerait des parallèles entre la *cuerva seca* de la forteresse de Dchira, au Maroc et celle de Málaga (XII^eS)³⁸.

De même, la *cuerva seca* de Belyounech serait une importation en provenance du détroit³⁹.

On peut ajouter à ces données commerciales, des indications politiques : entre 1067 et 1090, c'est-à-dire entre la fondation de Bougie et la prise de Málaga par les Almoravides, les deux cités sont gouvernées par les deux branches de la même famille Ziride (1090-1144)⁴⁰. On a retrouvé de la *cuerva seca* dans ces deux villes.

Al-Idrisi décrit la vivacité du commerce entre al-Andalus, le Maghreb, et Alexandrie au XII^eS (on se souvient qu'on a trouvé de la *cuerva seca* à Fostat)⁴¹.

Les fragments de *cuerva seca* du monastère de Santa Catalina de Sena⁴² (XI^e-XII^eS) présenteraient des parallèles avec ceux de Pise, et ceux de Mértola : la route maritime allant du Sud d'al-Andalus au Sud de la France et à l'Italie passait sans doute par Mallorca.

Certaines pièces en *cuerva seca* de Mallorca pourraient provenir aussi de Murcia et de Dénia⁴³.

Les relations commerciales peuvent être aussi terrestres comme le montreraient les parallèles entre les céramiques de *cuerva seca* d'Uxo et celles de Tolède⁴⁴. De même les *cuerva seca* retrouvées à Vascos et en général dans toute la Meseta central ont de fortes ressemblances et une cohérence chronologique avec les productions de Toledo⁴⁵.

Commerce par voie terrestre, commerce par voie maritime, commerce d'exportation lointaine à l'échelle du bassin Méditerranéen ou commerce et diffusion locale : la *cuerva seca* permet d'avoir une vue d'ensemble sur le long terme, entre le X^eS et le XIII^eS, des différentes modalités de commerce, et des types de relations entretenues entre les territoires. C'est un objet archéologique qui peut devenir un objet historique lorsqu'il est soumis à une série de questionnements en contexte, où la réalité locale est mise en perspective avec le reste des territoires d'al-Andalus.

Le chemin est encore long pour être à même, par une systématisation des parallèles stylistiques et formels associée aux données obtenues par les analyses physico-chimiques, de reconstituer et d'interpréter les circuits commerciaux dont la *cuerva seca* est le témoin. Mais l'interdisciplinarité, associée à un questionnement à plusieurs échelles dans le temps et dans l'espace permettront d'appréhender une question complexe et de faire des objets de la culture matérielle, dont la *cuerva seca* est, une source enrichissante de l'Histoire d'al-Andalus.

L'objet archéologique semble pouvoir devenir un véritable objet historique, mais pour le devenir, il demande d'abord un travail de fond, sur chaque site, pour comprendre les spécificités locales des problématiques qu'il soulève. Le travail laborieux de l'archéologue qui dresse des typologies de formes, de styles, et essaie de retrouver des parallèles, est de ce point de vue autant admirable que nécessaire.

L'objet archéologique ne peut devenir un objet historique qu'après des années de travail sur le terrain et de publications des données. Il ne peut naître qu'en reflétant à l'échelle d'un pays, une vraie collaboration entre équipes, un état des recherches archéologiques adulte. A l'échelle du bassin méditerranéen, les dissemblances sont encore fortes; et si l'on ne doit pas confondre, le sachant, les vides apparaissant sur une carte avec des absences, il ne faut pas pour autant ne vouloir poser les questions qu'à l'échelle locale ou en ne tenant compte que des pays où la politique culturelle bénéficie d'un contexte favorable.

Nous avons à cœur de faire aller plus avant ce projet de recherche et de le faire partager à la communauté scientifique ainsi qu'à ceux qui veulent, par le biais de la culture matérielle d'al-Andalus, s'interroger sur son Histoire. La beauté esthétique des pièces de *cuerva seca* peut en être un support à la fois pertinent et émouvant.

LÉGENDES BIBLIOGRAPHIQUES

Nous n'inscrivons ici que les sources archéologiques directes ou les publications faisant connaître la présence de *cuerva seca* sur un site pour la première fois. Nous n'indiquons pas les références indirectes contenues dans les publications de synthèse, sauf exception lorsque ces mentions sont marquantes d'un point de vue historiographique.

Abréviations utilisées :

CST : *cuerva seca* totale

CSP : *cuerva seca* partielle

al-Andalus : (Espagne et Portugal actuel)

Albarracín (Teruel) : CSP et CST, XI^eS-XII^eS ; CSP mixte-esgrafié sur manganèse, début XIII^eS

Castillo

In *Operis terre turolii. La cerámica bajomedieval en Teruel*. Museo de Teruel. Marzo-Junio 2002

Les pièces se trouvent dans les réserves du Museo Arqueológico de Albarracín, Fundación Santa Maria de Albarracín. Fouilles dirigées par Octavio Collado, et financées par le Gobierno de Aragón.

Alberuela de Tubo (Huesca) : CSP, X^eS ou début XI^eS

Castillo

In JUSTE FLORIA (J), TURMO ARNAL (A), « Memoria provisional de la excavación en el cerro del Castillo de Alberuela de Tubo (Huesca). Segunda campaña de 1987 ». *Arqueología aragonesa*, 1986-87, n°10.

In ESCO (C), GIRALT (J), SÉNAC (Ph), *Arqueología islámica en la Marca Superior de Al-Andalus*. Diputación de Huesca, Huesca, 1988.

Albox (Almería) : pas de précisions

Cerro del Castillo

In DOMÍNGUEZ BEDMAR (M), ESPINAR MORENO (M), « Excavación de urgencia realizada en el yacimiento hispanomusulmán «Cerro del Castillo» (Albox, Almería) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1987. Tomo III ; p 53-59. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Alcácer do Sal (Setúbal): CSP, IX^eS-X^eS

Castelo de Alcácer do Sal : convento de Aracoelli

In CAVALEIRO PAIXÃO (A), FARIA (J.C), CARVALHO (A.R), « Contributo para o estudo da ocupação muçulmana no Castelo de Alcácer do Sal : o convento de Aracoelli ». *Arqueologia medieval* n°7, 2001.

Alcohuja (Cuenca) : CSP, CST avant 1080

Cerro Pelao

In MONCO GARCÍA (C), « El recinto defensivo del Cerro Pelao ». *Segundo Congreso de Arqueología medieval española*. Tomo II. Madrid, 1987.

In RETUERCE VELASCO (M), *La cerámica andalusí de la Meseta*. Tomo I. Colección Cran Estudios. Septiembre 1998.

Alcoutim (Faro): CSP, fin de la période califale-début XI^eS

Castillo

Montinho das Laranjeiras

In COUTINHO (Hélder M.R), « Cerâmica muçulmana do Montinho das Laranjeiras ». *Arqueologia Medieval* nº 2, 1993 Edições Afrontamento, Porto.

In CATARINO (H), « Arqueología medieval no Algarve oriental, os castelos de Alcoutim ». *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva, 1994.

In CATARINO (H), *Al' -uly^a* nº6. Revista do arquivo histórico municipal de Loulé, 1997-98, volume I, II, III. Loulé, Portugal.

In CATARINO (H), « Cerâmicas omíadas do Garb al Andalus : resultados arqueológicos no Castelo Velho de Alcoutim e no Castelo das Reliquias (Alcoutim) ». *Arqueologia y territorio medieval* nº6, 1999, Universidad de Jaén. Actas del colloquio : « La cerámica andalusí 20 años de investigación ».

Alcalá la Vieja (Alcalá de Henares, Madrid) : CSP et CST, seconde moitié du XI^oS

Arrabal situé à droite du Castillo de Alcalá la Vieja Castillo

In CASAMAR (M), 1958 « Cerámica musulmana en la Fortaleza de Alcalá la Vieja ». *Al-Andalus* XXIII, p 406-407.

In ZOZAYA (J), « Aproximación a la cronología de algunas formas cerámicas de época Taifas ». *Actas de las primeras jornadas de cultura árabe e islámica*, 1978. Madrid, 1981. Instituto Hispano-árabe de Cultura.

In PAVÓN MALDONADO (B), *Alcalá de Henares medieval. Arte islámico y mudéjar*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto de Estudios « Miguel Asín ». Madrid. Alcalá de Henares, 1982.

In TURINA ARACELI (A), « El castillo de Alcalá de Henares ». *Madrid del siglo IX al XI*, Madrid, 1990. Real Academia de Bellas Artes de San Fernando.

In MARTÍNEZ CAVIRO (B), *Cerámica hispanomusulmana*. Ediciones El Viso. Madrid, 1991.

In BERTI (G), MANNONI (T), « Ceramiche medievali del Mediterraneo occidentale : considerazioni su alcune caratteristiche tecniche ». *A cerâmica medieval no mediterrâneo occidental*. Lisboa, 1987, Campo Arqueológico de Mértola, 1991.

In VV. AA, *Al Andalus. Las artes islámicas en España*. Ed. El Viso, Madrid, 1992.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Alcaraz (Albacete) : CSP, XII^oS

Castillo

In RAMÍREZ SEGURA (E), IDAÑEZ SÁNCHEZ (J. F), « Cerámica islámica de la Provincia de Albacete ».

Primer congreso de Historia de Castilla la Mancha. Tomo V. Servicio de publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla la Mancha, 1988.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Alcoy (Valencia): CSP et CST, XI^oS

Castellar

In Alcoy, *Prehistoria y Arqueología. Cien años de investigación*. Excmo. Ayuntamiento de Alcoy. Alcoy, 1984.

In AZUAR (R), *Denia islámica. Arqueología y poblamiento*. Instituto de cultura Juan Gil Albert. Diputación Provincial de Alicante, Alicante, 1989. Colección Patrimonio.

Alhama de Murcia (Murcia) : CST, XII^oS-première moitié du XIII^oS ; CSP : XI^oS-XII^oS

Ayuntamiento viejo : CSP, XII^oS

Cabezo de los Moros (« los Zancarrones ») : CS sans précision, XI^oS ?

Iglesia de San Lorenzo Obispo :CST, seconde moitié du XII^oS

Calles de La Corredera y La Feria : CST, seconde moitié du XII^oS

Calle Corredera nº5 y 7 : CSP, seconde moitié du XII^oS-début XIII^oS

In NAVARRO PALAZÓN (J), *La cerámica islámica en Murcia*. Volumen I. Catálogo. Publicación del Centro municipal de Arqueología. Ayuntamiento de Murcia. Murcia, 1986.

In BAÑOS SERRANO (J), « Informe de la excavación realizada en el Ayuntamiento viejo de Alhama de Murcia (Agosto-Septiembre de 1989) ». *Memorias de Arqueología* nº4, 1989. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.

In RAMÍREZ ÁGUILA (J.A), CHUMILLAS LÓPEZ (A), BAÑOS SERRANO (J), « Excavaciones en el atrio de la iglesia de San Lorenzo Obispo, de Alhama de Murcia ». *Memorias de Arqueología*, 6, 1991, Murcia.

In RAMÍREZ ÁGUILA (J.A), « Primeros descubrimientos arqueológicos en las calles de La Corredera y La Feria de Alhama de Murcia ». *Memorias de Arqueología*, 7 ; p 290-327. Murcia. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.

In RAMÍREZ ÁGUILA (J.A), « Aportaciones al estudio del poblamiento de Alhama de Murcia : excavaciones en calle Corredera nº5 y 7 ». *Memorias de Arqueología*, 7 ; p 330-374. Murcia. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.

In BAÑOS SERRANO (J), « El Castillo de Alhama de Murcia y su poblamiento rural en la Edad Media. Datos para su estudio ». *IV Congreso de Arqueología Medieval Española*, Tomo II. Alacant, 1993.

Alicante : CSP, seconde moitié du X^oS-début du XI^oS et seconde moitié du XI^oS-première moitié du XII^oS ; CST : XI^oS et XII^oS-début XIII^oS

Calle Balsa villa vieja :CST et CSP, XII^oS

Sotaniillo I (Calle Lonja- plaza Virgen del Remedio) : CSP, X^oet XI^oS ; Sotaniillo II (Calle Verónica-plaza Virgen del Remedio) : CSP, fin XII^o-première moitié du XIII^oS

In ROSSER LIMIÑA (P), « La ciudad de Alicante y la arqueología del poblamiento en época medieval islámica ». *LQNT* 2, 1994. Alicante. Ayuntamiento de Alicante, Concejería de Cultura.

In ROSSELLO CREMADES (N), « El Sotaniillo II (Alicante) : Descripción de la casa almohade ». *LQNT* 2, Alicante, 1994.

Alija (Cacerés) : CST, XI^o-XII^oS

In RETUERCE (M), ZOZAYA (J), « Variantes geograficas de la cerámica omeya andalusí : los temas decorativos ». Colloque international : *La ceramica medievale nel mediterrâneo occidentale*. Siena-Faenza, 1984. Edizioni All' Insegna Del Giglio, 1986

In RETUERCE (M), ZOZAYA (J), « Variantes y constantes en la cerámica andalusí ». *A cerâmica medieval no mediterrâneo occidental*, 1991, op.cit.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Algeciras : CSP et CST, seconde moitié du XIII^eS-debut XIV^eS, époque mérinide :

Al Biniya

Calle Rocha-esquina Muñoz Cobos

In TORREMOCHA SILVA (A), NAVARRO LUENGO (I), SALADO ESCAÑO (J.B), *Al-Biniya, la ciudad palatina meriní de Algeciras*. Fundación municipal de cultura « José Luis Cano ». Excmo. Ayuntamiento de Algeciras, 1999.

In TORREMOCHA SILVA (A), NAVARRO LUENGO (I), SALADO ESCAÑO (J.B), *La cerámica de época meriní en Algeciras. Transfretana*. Revista del Instituto de Estudios Ceuties 2000. Monografías nº4.

Alhambra (Ciudad Real) : CST, XI^eS-XII^eS

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Almenara (Castellón): CSP, X^eS-XI^eS

In GUICHARD (P), *Les musulmans de Valence et la Reconquête (XI-XIII^eS)*, Tome I. Institut français de Damas, Damas 1990.

Almería : CSP et CST, X^e-XIV^eS

Pièces des dépôts de l'Alcazaba : CSP et CST, époques diverses (X^e-XIII^eS)

Avenida Pablo Iglesias : première moitié du XII^eS

Calle doctor García

Calle real, vuelta a Siloy

Calle Mariana : CSP et CST, première moitié du XII^eS

Calle de la Reina : CSP, fin X^eS

Calle Mariana solar del pozo : première moitié du XII^eS

Calle Pedro Jover: CSP, X^e-XI^eS

Calle Alfonso VII : CSP, seconde moitié du XII^eS

Calle de la Reina-parque Nicolas Salmeron : CSP, fin X^eS

Calle Alvarez de Castro : CST et CSP, XI^eS

Calles Liceo-Posada del Mar : CSP, début XI^eS

calle Mariana-calle Jovellanos-calle Lope de Vega : CSP, XII^eS ; CST fin XI^eS-première moitié du XII^eS

Calle de « El Pueblo »

Calle Gerona : CSP, XI^eS

(Autour de la) Calle Almedina : CSP, X^eS- première moitié du XI^eS ; CST, seconde moitié du XII^eS-XIII^eS

Casas de la Chanca : CSP mixte-estampilles, XII^eS

(Près de) l'Hospital de Santa Maria Magdalena : CSP, XI^eS-première moitié du XII^eS

Paseo de Almería au niveau de l'Edf. Méndez Núñez : CSP, fin XII^eS-début XIII^eS

Pozo de la calle Real

Puerta Purchena (Edificio Vulcano) : pas de précision, époque almohade ?

Rambla Alfareros

San Pedro Esquina Lepanto: XII^eS

Solar en Rodriguez San Pedro, esquina a Lepanto nº 9

Testar de la Calle Marín : CSP, fin X^eS

Testar de la Calle Marín : CSP, fin X^eS-début XI^eS, époque califale

In GOMEZ MORENO (M), *Ars Hispaniae* nº3, *Arte árabe español hasta los Almohades*. Ed. Plus Ultra, Madrid, 1951.

In DUDA (D), *Spanisch islamische Keramik aus Almería vom 12 bis 15 Jahrhundert*. Deutsches archaologisches institut. Abteilung. Madrid. Heidelberg 1970.

In DEMIANS D'ARCHAMBAUD (G), LEMOINE (Ch), PICON (M), VALLAURI (L), « Recherches de laboratoire sur les ateliers médiévaux espagnols ». *Segundo Coloquio Cerámica medieval del*

mediterráneo occidental, Toledo, 1981. Madrid, 1986.

In FLORES ESCABOSA (I), « Dos candiles hispanomusulmanes ». *Anales del colegio universitario de Almería*. Letras. Volumen VI (1986-1987).

In MUÑOZ MARTÍN (M), FLORES ESCABOSA (I), « Cerámica esmaltada dorada, azul y dorada y decorada en azul de cobalto nazaries : la loza dorada procedente de los alfares cristianos : Manises-Paterna. La cerámica importada y de cuerda seca (depositas en el Museo de Almería) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1986. Tomo II ; p 544-553. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In MARTÍNEZ GARCÍA (J), et alii, « Casas hispanomusulmanas superpuestas, en el paseo de Almería ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1986. Tomo III ; p 7-15. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In SAN MARTÍN MONTILLA (C), « Memoria de la excavación de urgencia realizada en el solar de « La Medianera de la Puerta Purchena » (Almería) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1987. Tomo III ; p 41-44. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía. Bibliothèque de la Casa de Velázquez. Madrid.

In MARTÍNEZ GARCÍA (J), MUÑOZ MARTÍN (M), « Madinat al-Mariyya ; aproximación a dos necrópolis hispanomusulmanas. Arqueología urbana en Almería ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1987. Tomo III ; p 18-29. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In DOMÍNGUEZ BEDMAR (M) et alii, « Madinat al Mariyya, estudio preliminar de las cerámicas aparecidas en sus atarazanas ». *Segundo Congreso de Arqueología medieval española*. Tomo II. Madrid, 1987.

In MUÑOZ MARTÍN (M), FLORES ESCABOSA (I), « Estudio de la cerámica hispano-musulmana de uso común y vasijas de almacenamiento ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1987. Tomo II ; p 404-411.

In GARCÍA LÓPEZ (J.L) « Un ejemplo (singular ?) de evolución urbana de Almería. Excavaciones arqueológicas en calle Gerona ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1988. Tomo III ; p 39-54. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In ALCARAZ HERNÁNDEZ (F. M), « Intervención arqueológica de urgencia en las calles Liceo-Posada del Mar. Almería, 1988 ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1988. Tomo III ; p 20-26. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

- In CARA BARRIONUEVO (L), *La Almería islámica y su Alcazaba*. Editorial Cajal. Almería, 1990.
- In GARCÍA LÓPEZ (J.L) et alii, « Urbanismo en Rabad al-musalla de Almería. Excavaciones en calle Alvarez de Castro ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1990. Tomo III; p 7-17. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- In CARA BARRIONUEVO (L), RODRÍGUEZ LÓPEZ (J.M), « Historia de un espacio urbano. Excavaciones arqueológicas en la calle Alfonso VII de Almería ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1991. Tomo II.
- In GARCÍA LÓPEZ (J.L) et alii, « La organización de espacios públicos y ámbitos privados en la Almería de los siglos XI y XII. Excavaciones en la Calle Mariana ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1992. Tomo III ; p 13-29. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- In GARCÍA LÓPEZ (J.L) et alii, « Madīna al-Dʿjiliyya : Transformación histórica de un espacio urbano. Excavaciones arqueológicas en la Almedina de Almería ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1992. Tomo III ; p 36-48. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- In FLORES ESCABOSA (I), MUÑOZ MARTÍN (M. M), *Vivir en Al-Andalus. Exposición de cerámica (S. IX-XV)*. Instituto de Estudios Almerienses. Ed. Almediterranea, 1993.
- In CANTERO SOSA (M), EGEA GONZÁLEZ (J.J), « Aportación al estudio de la producción local de cerámica califal en Almería : el testar de la Calle Marín ». *IV Congreso de Arqueología medieval española*. Tomo III. Alicante, 1993.
- In FLORES ESCABOSA (I), MUÑOZ MARTÍN (M. M), « Cerámica nazarí (Almería, Granada, Málaga). Siglos XIII-XV » in *BAR international series n°610. Spanish medieval ceramics in Spain and in the British Isles*, 1995.
- In VV. AA, *El Zoco, Vida económica y artes tradicionales en Al Andalus y Marruecos*. El Legado andalusí, Granada, 1995.
- In FLORES ESCABOSA (I), MUÑOZ MARTÍN (M. M), LIROLA DELGADO (J), « Las producciones de un alfar islámico en Almería ». *Arqueología y territorio medieval* n°6, 1999.
- In CARA BARRIONUEVO (L), RODRÍGUEZ LÓPEZ (J. M), « Cerámica nazarí y territorio. Estudio de cuatro aspectos históricos vinculados a las cerámicas rurales en la provincia de Almería ». *Transfretana*. Revista del Instituto de Estudios Ceuties 2000. Monografías n°4.
- Almizara (Campo de Mirra, Alicante) : CS sans précision Castell**
In SEBASTIÁN FABUEL (V), « El Castell d'Almizara ». *Actas del I Congreso de Arqueología medieval española*. Tomo IV. Abril 1985, Huesca. Colección Actas, 9. Diputación General de Aragón. Zaragoza. Departamento de Cultura y Educación, 1986.
- Almuñecar (Granada) : CSP, X°S**
In GOMEZ BECERRA (A), « La cerámica emiral y califal de Almuñecar (Granada) ». *Arqueología Medieval* n° 5, 1997. Edições Afrontamento, Porto.
- Alpuébriga (Toledo) : CSP, XI°S**
In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.
- Andujar (Jaén) : CSP et CST, (XII°S-début XIII°S)**
Solar calle San Francisco, 3 y calle Juan Robledo, 12: CSP, fin XII°S-début XIII°S
Solar entre las calles Alcazar-Altozano Dean Perez de Vargas y Parras : CST, XII°S
In CASTILLO ARMENTEROS (J. C), « Excavación arqueológica de urgencia realizada en el solar sito entre las calles Alcazar-Altozano Dean Perez de Vargas y Parras, de la localidad de Andujar (Jaén) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1989. Tomo III ; p 276-292. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- In CHOCLAN SABINA (S), CASTILLO ARMENTEROS (J.C), « Excavación de urgencia en el solar calle San Francisco, 3 y calle Juan Robledo, 12 de Andujar ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1989. Tomo III ; p 319-328. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- Aragosa (Guadalajara) : CST, XI°S**
In PAVÓN MALDONADO (B), *Guadalajara medieval. Arte y Arqueología árabe y mudejar*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto « Miguel Asín ». Madrid, 1984.
In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.
- Aranzueque (Guadalajara) : CSP, XI°S**
In PAVÓN MALDONADO (B), 1984, op.cit.
In RETUERCE (M), ZOZAYA (J), 1991, op.cit.
- Archite (Benaocaz, Cadiz) : CS d'époque nasride**
In PERDIGONES MORENO (L), GUERRERO MISA (L. J), « Excavaciones de urgencia en Archite (Benaocaz, Cadiz) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1985. Tomo III ; p 34-40. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- Arochela (Faro): CST, X°-début XI°S :**
In *Portugal Islâmico*, Catálogo da exposição, Museu Nacional de Arqueología, Printer Portuguesa, 1998, p 97.
- Atienza (Guadalajara): CST, XI°S**
In PAVÓN MALDONADO (B), 1984, op.cit.
In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.
- Aznarón (Ciudad Real) : CST, XI°S-XII°S**
In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.
- Baides (Guadalajara) : CST, XI°S**
In PAVÓN MALDONADO (B), 1984, op.cit.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Badajoz : CST et CSP, XI^oS et XII^oS

Alcazaba et antiguo Hospital militar, área del aparcamiento de la calle de Montesinos

Testar de la puerta del Pilar

Castillo

In VALDÉS FERNÁNDES (F), *La Alcazaba de Badajoz. I. Hallazgos islámicos (1977-1982) y testar de la puerta del Pilar*, Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, 1985.

In VALDÉS FERNÁNDES (F), « Los candiles islámicos del museo de Badajoz ». *Estudios de Arqueología extremeña. Homenaje a Don Jesus Canovas*. Excma. Diputación provincial de Badajoz, 1985.

In VALDÉS FERNÁNDES (F) et alii, « La cerámica andalusí de la ciudad de Badajoz. Primer período (Siglos IX-XII), según los trabajos en el antiguo Hospital militar y en el área del aparcamiento de la calle de Montesinos ». *Garb. Sítios islâmicos do sul peninsular*. Instituto português do património arquitectónico, Lisboa, 2001.

Balaguer (Lérida) : CSP, première moitié du XI^oS.

Pla d'Almata.

In DIEZ-CORONEL y MONTULL (L), « Fortificaciones árabes en Balaguer (Lérida), con palacio del siglo XI ». *XII Congreso nacional de Arqueología*, Jaén, 1971. Zaragoza, 1973 ; p 829-832.

In GIRALT BALAGUERO (J), « La cerámica islámica de Balaguer (Lleida) ». *Boletín de Arqueología medieval* n^o1, 1987. Asociación española de Arqueología medieval.

In ESCO (C), GIRALT (J), SÉNAC (Ph), 1988, op.cit.p 91, n^o53 du catalogue.

Balsana (Mesas de Algar, Medina Sidonia, Cádiz) : CST, XI^oS ; et CSP, XI^oS-XII^oS

In ABELLÁN PÉREZ (J) et alii, « Excavaciones de urgencia en la ciudad hispano-musulmana de Calatrava o Balsana (Medina Sidonia, Cádiz) ». *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 1987. Tomo III ; p 109-114. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In LAFUENTE IBÁÑEZ (P), «Cerámica islámica en el area suroccidental de Andalucía. Estado de la cuestion ». *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva, 1994.

Barbesuela (San Roque, Cádiz) : CST, CSP, et CSP mixte-esgrafié sur manganèse, fin XII^oS-début XIII^oS, époque almohade

In CAVILLA SÁNCHEZ-MOLERO (F), « La cerámica islámica de Barbesuela (San Roque, Cadiz). Apuntes sobre las producciones almohades del Suroeste peninsular ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1988. Tomo III ; p 64-71. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In LAFUENTE IBÁÑEZ (P), 1994, op.cit.

Benicarló (Castellón de la Plana) : CSP, XII^oS

In GOMEZ MORENO (M), 1951, op.cit.

Barbastro (Huesca): CSP, XI^oS

Solar Uned

Pièces déposées au Museo de Huesca

Autour de la Cathédrale

In JUSTE ARRUGA (M.N), « Excavaciones arqueológicas en el entorno de la Catedral de Barbastro (Huesca) en 1991 ». *Arqueología Aragonesa* n^o17, 1991.

Beja : CST, XII^oS

In BRANCO CORREIA (F.B), « Un conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja ». *A cerâmica medievall no mediterrâneo occidental*, 1991, op.cit.

Benetússer (Valencia) : CSP, seconde moitié du X^oS

In ESCRIBA (F), *La cerámica califal de Benetússer*. Valencia, 1990.

Berja (Almería): CSP, XII^oS

In CARA BARRIONUEVO (L), *La Almería islámica y su Alcazaba*. Editorial Cajal. Almería, 1990.

Bofilla (Valencia): CSP, fin XI^o-XII^oS

In LÓPEZ ELUM (P), *La alquería islámica en Valencia. Estudio arqueológico de Bofilla S.XI-XIV*. Valencia, 1994. p 299.

Bovedilla (la) (Benaocaz, Cádiz) : CST, seconde moitié du XII^oS

In ALARCON CASTELLANO (F. J) et alii, « Intervención arqueológica de emergencia La Bovedilla (Benaocaz) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1991. Tomo III ; p 37-43. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Bufilla (Betéra, Valencia) : CSP, début XIII^oS

In GUICHARD (P), *La société musulmane valencienne et sa destruction à l'époque de la Reconquête, Tome I, Thèse, Université de Toulouse-le-Mirail*, 1987.

Cacela Velha (Faro) : CSP, fin XII^oS

In ALVARO SÁNCHEZ (R), « Cerámica almohade de Cacela velha : primeros avances ». *Arqueología da Idade Média da Península ibérica*. Porto. Actas do 3^ocongresso de Arqueología Peninsular. Vol VII, 2000.

Cádiz : CST, et CSP, XII^oS

Teatro romano

In ARANDA LINARES (C), « La cerámica musulmana del teatro romano de Cádiz ». *Boletín del museo de Cádiz*. Tomo VI, 1993-1994.

Calatalifa (Madrid) : CSP et CST, essentiellement XI^oS

In ZOZAYA (J), « Excavaciones en la fortaleza de Qala't abd al Salam, Alcalá de Henares, Madrid » *Noticiero Arqueológico Hispánico* XVII, 1983. Ministerio de cultura. Dirección General de Bellas Artes y archivos.

In RETUERCE VELASCO (M), « La cerámica islámica de Calatalifa. Apuntes sobre los grupos cerámicos de la Marca Media ». *Boletín del Museo Arqueológico nacional (Madrid)*, II, 1984.

In PÉREZ VICENTE (D), « Excavaciones arqueológicas

en Calatalifa ». *Madrid del siglo IX al XI*, Madrid, 1990. Real Academia de Bellas Artes de San Fernando.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

**Calatrava la Vieja (Ciudad Real) : CST et CSP, XI^oS
Carrión de Calatrava**

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

**Campos del Río (Murcia) : CS sans précision, XI^oS-
XII^oS**

In MANZANO MARTÍNEZ (J), «Hallazgos de restos arqueológicos medievales en la localidad de Campos del Río (Murcia), año 1994 ». *Memorias de Arqueología*, 9, Murcia, 1994. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.

**Caños de Meca (Barbate, Cádiz) : CSP et CST, CSP
mixte peinture au manganèse ou esgrafié, XII^oS-
première moitié du XIII^oS**

In ABELLÁN (J), ESPINAR (M), CARRERAS (A. M), BLANCO (F. J), « Cerámica hispano-musulmana de la provincia de Cádiz. Primeras piezas halladas en el yacimiento de Los Caños de Meca ». *Segundo Coloquio Cerámica medieval del mediterráneo Occidental*, Toledo, 1981. Madrid, 1986.

In RIU (M), ABELLAN (J), « La ciudad hispano-musulmana de Beca (Los Caños de Meca, Barbate, Cádiz). Campaña de 1985 ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1985. Tomo II ; p 179-184. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In CAVILLA SÁNCHEZ-MOLERO (F), « La cerámica hispano-musulmana decorada de Beca (Los Caños de Meca, Cadiz) ». *Congreso internacional El Estrecho de Gibraltar*. Ceuta, Noviembre 1987. Tomo II.

In CAVILLA SÁNCHEZ-MOLERO (F), La cerámica hispanomusulmana de Beca (Los Caños de Meca, Barbate, Cádiz), Cádiz 1992.

**C'an Portmany (Ibyza, Baléares) : CSP mixte-esgrafié
sur peinture au manganèse, fin XII^oS-début XIII^oS**

In DEMERSON (J), ZOZAYA (J), « Cerámicas islámicas de C'an Portmany, Ibyza, Baléares. *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas*, 1983. Barcelona.

Caracuel (Ciudad Real) : CSP

In RETUERCE (M), ZOZAYA (J), 1991, op.cit.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

**Casas de Ves (Albacete) : CSP, XII^oS
El Castillejo : CSP**

In RAMÍREZ SEGURA (E), IDAÑEZ SÁNCHEZ (J. F), « Cerámica islámica de la Provincia de Albacete ». *Primer congreso de Historia de Castilla la Mancha*. Tomo V. Servicio de publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla la Mancha, 1988.

Castalla (Alicante): CSP mixte-esgrafié sur manganèse, fin XII^oS-début XIII^oS

In GONZÁLEZ MARTÍ (M), *Cerámica del Levante español*. I. Loza. Barcelona, 1944 ; p 102.

Castejon del Puente (Barbastro, Huesca) : CSP, XI^oS

In SÉNAC (Ph), *La Frontière et les hommes (VIII- XII^oS)*. *Le peuplement musulman au nord de l'Ebre et les débuts de la reconquête aragonaise*. Paris, 2000. Ed. Maisonneuve et Larose.

Castellón de la Plana : CSP, XI^oS-XII^oS

In ARASA GIL (F), « Arqueología del Terme municipal de Castelló de la Plana ». *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonense* n^o4, 1977. Diputación Provincial de Castellón de la Plana.

Castillejo del « Cortijo de Neblin » (Bélmez de la Moraleda, Jaén) : CST, XII^oS

In QUESADA QUESADA (T), « Primera campaña de prospección arqueológica superficial del Proyecto « El poblamiento medieval de las sierras subbéticas de Jaén y Granada ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1991. Tomo II ; p 302-312. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Castillejo del « Barranco de Aguas amarguillas » (Bélmez de la Moraleda, Jaén) : CST, XII^oS

In QUESADA QUESADA (T), 1991, op.cit.

Castillo de Celda, Los Royos (Caravaca de la Cruz, Murcia) : CSP, XII^oS-début XIII^oS

In POZO MARTÍNEZ (I) et alii, «La cerámica medieval del Museo de la Soledad (Caravaca)». *Argos* n^o2, 1981 ; p 51-59. Revista del Instituto municipal de Cultura.

Cascais (Lisboa): CSP, XI^oS-XII^oS

In CARDOSO (G), RODRIGUES (S), «Alguns tipos de cerâmica dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais». *A cerâmica medieval no mediterrâneo occidental*, 1991, op.cit.

Casinas (Arcos de la Frontera, Cadiz): CSP, XI^oS

In CAVILLA SÁNCHEZ-MOLERO (F), ARANDA LINARES (C), « Estudio preliminar de la cerámica islámica de Casinas (Arcos de la Frontera, Cadiz). Campaña de 1988 ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1988. Tomo III ; p 54-64. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Castellar de Meca (Ayora, Valencia): CST, XI^oS

In LÓPEZ GARCÍA (I), « Cerámicas islámicas del Castellar de Meca ». *Sharq al Andalus* n^o2, 1985. Anales de la Universidad de Alicante.

Cartagena (Murcia): CSP, et CST, XII^oS

Campo de Cartagena

Casa Palacio de la Condesa de Peralta : CST et CSP, seconde moitié du XII^oS

Teatro romano de Cartagena : CST, XI^oS-XII^oS

In RAMALLO ASENSIO (S.F) et alii, « Informe sobre las excavaciones arqueológicas realizadas en el solar de la casa Palacio de la Condesa de Peralta (Cartagena) ». *Memorias de Arqueología* n^o4, 1989. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.

In GUILLERMO MARTÍNEZ (M), « Aproximación al conocimiento del poblamiento rural islámico en el Campo de Cartagena ». *XXIV Congreso nacional de Arqueología*. Volume V. Cartagena, 1997. Murcia, 1999.

Casares (Torre de) (Guadalajara) : CST, XI°S

In PAVÓN MALDONADO (B), 1984, op.cit.

Cehegín (Murcia): CS, sans précision

Casa de los Rosendos

In MARTÍNEZ SÁNCHEZ (S), « Intervención arqueológica con motivo de las obras de rehabilitación en casa de los Rosendos (Cehegín) ». *Memorias de Arqueología*, 9, Murcia. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.

Cercadilla (Córdoba): CSP, fin X°S et première moitié du XI°S

In FUERTES SANTOS (M), « La evolución de la cerámica medieval de Cercadilla, Córdoba. Estado de la cuestión ». *Anales de Arqueología cordobesa*, nº11, 2000. Universidad de Córdoba.

Cerro da Vila (Vilamoura) : CSP, X°S-XI°S

In MARTÍNS de MATOS (J.L), « Céramique musulmane du Sud du Portugal ». *Segundo Coloquio Cerámica medieval del mediterráneo occidental*, Toledo, 1981, Madrid, 1986.

In MATOS (de) (J.L), « Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila ». *A cerâmica medieval no mediterrâneo occidental*, Lisboa, 1987, Campo Arqueológico de Mértola, 1991.

Cerro de la Cabeza (Guadalajara) : CST et CSP, XI°S

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Cerro de la Horca (Toledo) : CSP, XI°S

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Cerro del Bú (Toledo) : CSP, XI°S

In MARTÍNEZ LILLO (S), « El habitat islámico del Cerro del Bu (Toledo) : Priemeros resultados arqueológicos ». *Primer congreso de Historia de Castilla la Mancha*. Tomo V. Servicio de publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla la Mancha, 1988.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Cerro Torrejón (Toledo) : CST et CSP, XI°S

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Cerro Alcalá (Jaén) : CSP, XI°S

In SALVATIERRA CUENCA (V), et alii, « Prospecciones arqueológicas medievales en la campiña de Jaén, 1985 ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1985. Tomo II ; p 97-101. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Cervera (Madrid) : CSP et CST, X°S-début XI°S

In RETUERCE (M), *Documentación arqueológica de un poblado medieval. Cervera, Mejorada del Campo*, Madrid, Memoria de Licenciatura. Inédita.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Ceuta : CSP et CST, X°/XIV°S

Calle Falange Española

Salud Tejero

Silo de la calle Camoens y Cervantes, Almina

In POSAC MON (C), « Datos para la arqueología musulmana de Ceuta ». *Hespéris Tamuda*. Volume I. Université de Rabat. Faculté des Lettres. Editions techniques nord-africaines. Rabat, 1960.

In POSAC MON (C), « Brocales de pozo de Ceuta ». *Hespéris Tamuda* III, 1962.

In POSAC MON (C), « La Arqueología en Ceuta, 1960-70 ». *Noticiario Arqueológico Hispánico* XV, 1971.

In POSAC MON (C), « Parangón entre las cerámicas medievales de Ceuta y las de Málaga ». *Mainake* II-III. 1980-81. Diputación General de Aragón.

In POSAC MON (C), « Candiles de la Ceuta islámica ». *Actas de las primeras jornadas de cultura árabe e islámica*, 1978. Madrid, 1981. Instituto Hispano-árabe de Cultura.

In HITA RUIZ (J. M), VILLADA PAREDES (F), « Una aproximación al estudio de la cerámica en la Ceuta meriní ». *Colloque international : La cerámica medievale nel mediterráneo occidentale*, 1986, op.cit.

In FERNÁNDEZ SOTELO (E), *Ceuta medieval. Aportación al estudio de las cerámicas (S.X-XV)*. Tomo, II, III. Trabajos del Museo municipal. Ceuta, 1988.

In HITA RUIZ (J. M), VILLADA PAREDES (F), « Una aproximación al estudio de la cerámica en la Ceuta meriní ». *Transfretana*. Revista del Instituto de Estudios Ceuties 2000. Monografías nº4.

Cidade das Rosas (Serpa, Beja) : CST, XII°S

In RETUERCE VELASCO (M), « Cerámica islámica de la « Cidade das Rosas », Serpa (Portugal) ». *Segundo Coloquio Cerámica medieval del mediterráneo occidental*, Toledo, 1981, Madrid, 1986.

Cieza (Murcia): CST, CSP et CSP mixte-esgrafié sur manganèse, XII°S-début XIII°S

Cerro del Castillo

In NAVARRO PALAZÓN (J), 1986, op.cit.

Cocentaina (Alicante): CST, fin XII°S-début XIII°S, époque almohade

Plaza San Miquel

In AZUAR (R), 1989, op.cit.

Córdoba : CSP, CSP mixte-estampilles, seconde moitié du XII°S

Calle Maura confluencia calle Albeniz : CSP, seconde moitié du XII°S

Calle Claudio Marcelo, 14 : CST et CSP, fin XII°S ?

Calles Alarcon López, esq. Horno 24, Vera y Carlos Arruza : CST et CSP, époque mudejar ?

Calle Conde de Arenales nº22 : CST, XI°S

Calle Moriscos esquina calle Aceituno : CSP et CST, début XIII°S

Casa palacio de Orive : CSP et CST, XI°S-XII°S

In CARMONA BERENQUER (S), « Memoria de la intervención arqueológica de urgencia del solar situado entre las calles Alarcon López, esq. Horno 24, Vera

y Carlos Arruza (Córdoba) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1990. Tomo III; p 99-111. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In MURILLO REDONDO (J. F) et alii, « Intervención arqueológica en el Palacio de Orive ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1992. Tomo III ; p 175-188. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In LÓPEZ REY (N), « Informe sobre la I.A.U. en la calle Conde de Arenales nº22 de Córdoba ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1993. Tomo III ; p 117-125.

In MARFIL RUIZ (P.F), « Resultados de la I.A.U. realizada en el solar urbano situado en calle Moriscos esquina calle Aceituno (Córdoba), 2 de Marzo a 2 de Abril de 1993 ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1993. Tomo III, p 80-91.

In BOTELLA ORTEGA (D), « Informe de la excavación arqueológica de urgencia en Calle Claudio Marcelo, 14, Córdoba ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1993. Tomo III ; p 195-201. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In VV. AA, 1995, op.cit.

In *Les Andalousies de Damas à Cordoue*. Institut du Monde Arabe, Paris, 2000. Ed. Hazan, p 148.

Cortijo del Pajarillo (Huelma, Jaén) : XII^oS

In QUESADA QUESADA (T), 1991, op.cit.

Cuenca : CST et CSP, XI^oS

Castillo

In COLL CONESA (J) et alii, « Avance de un estudio sobre los restos materiales del Castillo islámico de Cuenca ». *Actas del Primer Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo III. Huesca, Abril 1985. Colección Actas, 9. Diputación General de Aragón. Zaragoza. Departamento de Cultura y Educación, 1986.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Cueva de la Mora (Villaviciosa de Odon, Madrid) : CST, XI^oS

In PRIEGO (M), « Cerámica islámica madrileña en las antiguas colecciones del Museo municipal ». *Actas del Segundo Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo III. Madrid, 1987.

Denia (Alicante) :

Alfar de la calle Teulada-avenida Montgó : CSP et CST, XI^o-XII^oS

Carrer Pare Pere : CST et CSP, fin XII^oS-début XIII^oS

El Fortí, Fase II : CST, première moitié du XIII^oS

El Fortí, Fase III : CSP, seconde moitié du XII^oS

El Fortí, calle Castell d'Olimbroi : CSP, seconde moitié du XII^oS

Solar de la casa del Magistrat de Denia : CST, seconde moitié du XI^oS

In GISBERT SANTONJA (J.A), « Arqueología árabe en la ciudad de Denia. *Actas del I Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo III. Abril 1985, Huesca. Colección Actas, 9. Diputación General de Aragón. Zaragoza. Departamento de Cultura y Educación, 1986.

In GISBERT SANTONJA (J.A), BURGUERA SANMATEU (V), « D^aniyya. Urbanismo y arqueología ». *Segundas jornadas de Cultura islámica. Exposición de arte, tecnología y literatura hispano-musulmanes* ». Instituto occidental de cultura islámica. Teruel, 1988.

In AZUAR (R), 1989, op.cit.

In GISBERT SANTONJA (J. A), « Los hornos del alfar islámico de la avenida Mongó - Calle Teulada, Casco urbano de Dénia (Alicante) ». *Fours de potiers et « testares » médiévaux en méditerranée occidentale*, Madrid, 8-10 Janvier 1987. Publications de la Casa de Velázquez, Madrid, 1990.

In GISBERT (J. A), BURGUERA (V), BOLUFER (J), « El registro arqueológico cerámico de una ciudad árabe durante el primer tercio del siglo XIII. El arrabal de Daniya : El forti de « Denia-Alacant ». *Congrés international sur La céramique médiévale en méditerranée occidentale*. Rabat, 1991.

In VV. AA, *Al Andalus. Las artes islámicas en España*. Ed. El Viso, Madrid, 1992.

In GISBERT SANTONJA (J.A), BURGUERA SANMATEU (V), BOLUFER i MARQUEZ (J), *La cerámica de Daniya (Dénia). Alfares y ajuares domésticos de los siglos XII-XIII*. Dirección de Bellas Artes y Archivos. Edita : Ministerio de Cultura. Valencia, 1992.

Ecija (Sevilla) : CS sans précision

In CARRASCO (I), ROMERO (C), « Excavaciones arqueológicas en la Plaza de España, s/n. Ecija. Sevilla ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1992. Tomo III ; p 731-737. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Ella (Elda, Alicante): CSP, fin XII^oS

Villa

Castillo

In POVEDA NAVARRO (A. M), « Villa et Castillo de Ella (Elda, Alicante) en el siglo XIII ». *Anales de la Universidad de Alicante* nº4 – 5, 1986 ; p 67 à 99.

Encarnación (Ia) (Caravaca, Murcia) : CST et CSP, XII^oS

In POZO MARTÍNEZ (I) et alii, 1981, op.cit.

Encarnación (Ia) (Jerez de la Frontera, Cádiz) : CST, Fin XII^oS-début XIII^oS

In FERNÁNDEZ GABALDÓN (S), « El yacimiento de la Encarnación (Jerez de la Frontera) : bases para la sistematización de la cerámica almohade en el S.O peninsular ». *Al Qantara* VIII, 1987.

Fontanarejo (Ciudad Real) : CST et CSP, XI^oS

In RUIBAL RODRÍGUEZ (A), «Un primitivo enclave islámico : Fontanarejo ». *Actas del I Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo III. Abril 1985, Huesca. Colección Actas, 9. Diputación General de Aragón. Zaragoza. Departamento de Cultura y Educación, 1986.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Gádor (Almería) : CST et CSP, X^oS/XII^oS

Fouilles de F.M. ALCARAZ HERNÁNDEZ

Gaidó (Castellón de la Plana): CSP, XI^oS-XII^oS

In GUICHARD (P), 1987, op.cit.

Gibraltar : CSP, XII°S-XIV°S, époque mérovingienne

Casemates Square

In PIÑATEL VERA (F), GÓMEZ ARROQUIA (I), GILES PACHECO (F), FINLAYSON (C), « Las atarazanas medievales de Gibraltar ». *Almoraima*, 25, 2001.

Gormaz (Soria) : CSP et CST, première moitié du XI°S

In RETUERCE (M), 1986, op.cit.

In ZOZAYA (J), « Evolución de un yacimiento : el Castillo de Gormaz (Soria) ». *Castrum 3. Guerre, fortification et habitat dans le Monde méditerranéen au Moyen Age*. Publications de la Casa de Velázquez, série Archéologie, fasc. XII. Madrid, 1987/1988.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Granada :

Avd. de la Constitución-Triunfo : CSP, XI°S ?

Casa museo de los Tiros : CST et CSP, XI°S-XII°S

El Maristan : CSP fin du XII°S-début XIII°S

Puerta del Vino de la Alhambra : CST, XIV°S

In TORRES BALBAS (L), *Ars Hispaniae* n°4, *Arte almohade, Arte nazarí, Arte mudéjar*. Ed. Plus Ultra, Madrid, 1949.

In PAVÓN MALDONADO (B), 1982, op.cit.

In SALVATIERRA CUENCA (V), GARCÍA GRANADOS (J. A), Tercera campaña de excavaciones en el Maristan de Granada, 1987 ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1987. Tomo II ; p 367-371. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In TORO MAYANO (I) et alii, « Excavación de emergencia. Necropolis musulmana de Sahl ben Malic. Avd. de la Constitución-Triunfo (Granada) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1990. Tomo III; p 179-185. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In MORENO ONORATO (A) et alii, « Aproximación al estudio de los materiales procedentes de la campaña de excavación de 1989 en el Carmen de la muralla (Albaicín, Granada) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1990. Tomo II. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In FLORES ESCABOSA (I), MUÑOZ MARTÍN (M. M), 1995, op.cit. p 248.

In LÓPEZ LÓPEZ (M) et alii, « Casa museo de los Tiros. Granada. Excavación arqueológica de emergencia ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1992. Tomo III ; p 270-279. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In SALAMEH (I), « Estudio de los elementos decorativos de la Puerta del Vino de la Alhambra de Granada ». *Arqueología y territorio medieval* n°5, 1998. Universidad de Jaén.

In RODRÍGUEZ AGUILERA (A), « Estudio de las producciones postcalifales del alfar de la casa de los tiros (Granada). Siglo XI-XII ». *Arqueología Medieval* n° 6, 1999. Edições Afrontamento, Porto.

Guadalajara : CSP et CSP, XI°S

Secteur de l'Alcarrería

Secteur de la Torre Albarana de Alvar Fáñez

In PAVÓN MALDONADO (B), 1984, op.cit.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Guadamir del Segura (Alicante) : CSP, X°S-début XI°S

Calle, nivel I

Mezquita I, nivel I,

Mezquita III, niveau I

In AZUAR (R) et alii, *La rábata califal de las Dunas de Guadamir (Alicante)*. Diputación Provincial de Alicante, 1989.

In AZUAR (R), 1989, op.cit.

Gaucín (Málaga) : CST, époque almohade

Castillo del Águila

In PERAL BEJARANO (C), « Actuación arqueológica en el Castillo de Gaucín ». *Actas del Primer Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo III. Huesca, Abril 1985. Colección Actas, 9. Diputación General de Aragón. Zaragoza. Departamento de Cultura y Educación, 1986.

Hita (Guadalajara) : CST et CSP, XI°S

In PAVÓN MALDONADO (B), 1984, op.cit.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Hoya (Ia) (Senès, Almería) : CSP, première moitié du XI°S ?

In CRESSIER (P) et alii, « Poblamiento y cultura material en un territorio elemental medieval de la Sierra de los Filabres. El Valle de Senes (Almería). Campaña 1991. *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1991. Tomo II ; p 36-52. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Hoya de Archidona (Málaga) : CSP et CST, fin XII°S-début XIII°S

In ACIÉN ALMANSA (M), « Prospección arqueológica superficial en la Hoya de Archidona (Málaga) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1989. Tomo II ; p 143-152. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Huelma (Jaén) : CSP, X°S ?

Cortijo de las Casas

In QUESADA QUESADA (T), MOTOS GUIRAO (E), RODRÍGUEZ AGUILERA (A), « Cerámica altomedieval de Sierra Mágina (Jaén) ». *Estudios de Historia y de Arqueología medievales*, Volumen XI. Universidad de Cádiz, 1996.

Huermeçs (Guadalajara) : CST, XI°S

In PAVÓN MALDONADO (B), 1984, op.cit.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Huesca :

Solar del Círculo católico : CSP, XI°S

Solar de la Diputación Provincial de Huesca : CSP mixte peinture au manganèse, fin XII°S-début XIII°S

Solar del Temple : CSP, XI°S

In JUSTE ARRUGA (M.N), « Informe de la excavación efectuada en el solar de la calle Costa – Costanilla de Sellán (Huesca). *Arqueología aragonesa 1986-87*, n°10.

- In ESCO (C), GIRALT (J), SÉNAC (Ph), 1988, op.cit.
 In TURMO ARNAL (A), « Excavación arqueológica del solar denominado « Círculo Católico » de Huesca. Primera Campaña, 1991 ». *Arqueología Aragonesa* nº17, 1991 ; p 301-304.
 In TURMO ARNAL (A), « Excavación del solar denominado « Círculo Católico » de Huesca ». *Arqueología aragonesa*, 1992, nº18.
 In JUSTE ARRUGA (M.N), « Excavaciones en el Solar del Círculo Católico (Huesca) : un fragmento de la ciudad sertoriana ». *Bolskan*, 11, 1994.
 In JUSTE ARRUGA (M.N), Huesca, más de dos mil años. *Arqueología urbana* (1984-1994). Et in JUSTE ARRUGA (M.N), « Excavaciones en el solar del Círculo Católico de Huesca ». *Arqueología Aragonesa* nº21, 1994. Ayuntamiento de Huesca, 1995.
 In JUSTE ARRUGA (M.N), « Excavaciones en el solar del Círculo Católico de Huesca ». *Arqueología Aragonesa* nº21, 1994. Ayuntamiento de Huesca, 1995.
 In ESCO SAMPÉRIZ (C), « La época islámica (Siglos VIII-XI) ». *El solar de la Diputación Provincial de Huesca : estudio histórico-arqueológico*. AGUILERA ARAGON (I) (Dir.).

Huelva : CSP, XII°S-XIII°S

Plaza San Pedro

- In VAQUERIZO GIL (D), « Excavación de urgencia « Plaza San Pedro », Huelva ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1986. Tomo III ; p 148-154. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Huete (Ciudad Real) : CSP et CST, XI°S

Alcazaba

- In VV.AA, *Arqueología en Castilla la Mancha*. Colección : Conocer Castilla la Mancha nº7. Junta de Comunidades de Castilla la Mancha, 1987.
 In MONCO GARCÍA (C), « La Alcazaba de Huete. Avance de las excavaciones realizadas en 1985 ». *Primer congreso de Historia de Castilla la Mancha*. Tomo V. Servicio de publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla la Mancha, 1988.
 In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Illescas (Toledo) : CSP, XI° S

- In AGUADO VILLALBA (J), « Una vasija taifa con decoración de cuerda seca parcial ». *Actas del I Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo IV. Abril 1985, Huesca. Colección Actas, 9. Diputación General de Aragón. Zaragoza. Departamento de Cultura y Educación, 1986.
 In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Jadraque (Guadalajara) : CST et CSP, XI°S.

- In PAVÓN MALDONADO (B), 1984, op.cit.
 In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Jaén :

Iglesia de San Juan : CST, XII°S-XIII°S

Castillo de Torredonjimeno : CST, mi XII°S-début XIII°S, époque almohade

Calle Escalerillas, 5 : CSP, fin XII°S début XIII°S

Calles Millan de Priego, Hornos Franco, Rey Don Pedro y San Andrés : CSP et CST, fin XII°S-début XIII°S

Baño del Naranjo : CST, XII°-XIII°S ?

Calle Baños de la Audiencia : CSP et CST, fin XII°S-début XIII°S

- In SALVATIERRA CUENCA (V), AGUIRRE SADABA (F. J), « Excavaciones en el baño del Naranjo (Jaén) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1987. Tomo III ; p 390-395. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
 In CASTILLO ARMENTEROS (J. C), CASTILLO ARMENTEROS (J. L), « Excavación arqueológica en la iglesia de San Juan (Jaén, 1989) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1989. Tomo III ; p 292-304. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
 In LIZCANO PRESTEL (R), « Memoria de excavación arqueológica : castillo de Torredonjimeno (Jaén). Campaña de 1990 ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1991. Tomo III ; p 292-305. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
 In JIMÉNEZ MORILLAS (Y) et alii, « Intervención arqueológica de urgencia en la calle Baños de la Audiencia (Jaén) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1991. Tomo III ; p 234-243. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
 In CASTILLO ARMENTEROS (J.L) et alii, « Intervención arqueológica de urgencia en el solar sitio entre las calles Millan de Priego, Hornos Franco, Rey Don Pedro y San Andrés ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1992. Tomo III ; p 396-407. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
 In MARÍN GARCÍA (M), CASTILLO ARMENTEROS (J.C), « Excavación arqueológica de urgencia en el solar de la calle Escalerillas nº5 (Jaén) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1994. Tomo III ; p 236-242. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
 In VV. AA, 1995, op.cit.

Játiva (Valencia) : CSP mixte-esgrafié sur manganèse : fin XII°S-début XIII°S

- In GONZÁLEZ MARTÍ (M), *Cerámica del Levante español*. I. Loza. Barcelona, 1944 ; p 102.

Jérica (Castellón de la Plana) : CST

- In GONZÁLEZ MARTÍ (M), *Cerámica del Levante español*. I. Loza. Barcelona, 1944 ; p 52.
 In CASAMAR (M), VALDES (F), « Origen y desarrollo de la técnica de cuerda seca en la Península ibérica y en el Norte de Africa durante el siglo XI ». *Al-Qanāra*, Madrid, 1984, VolumeV.

Juromenha (Évora) : CST, XI°S-XII°S

- In BRANCO CORREIA (F), PICARD (C), « Intervenção arqueológica noo Castelo de Juromenha ». *Arqueologia medieval* nº1, 1992. Campo Arqueológico de Mértola, Portugal.

Iglesieta (Ia) (Usón, Huesca) : CSP, fin X°S-première moitié du XI°S

- In ESCO (C), GIRALT (J), SÉNAC (Ph), 1988, op.cit.
 In SÉNAC (Ph), « Une fortification médiévale au nord de l'Ebre : Le site de la Iglesieta ». *Archéologie Islamique* nº1. Ed. Maisonneuve et Larose. Paris, 1990.

Iptuci, Cabezo de Hortales (Prado del Rey, Cádiz) : CS sans précision

- In JIMÉNEZ PÉREZ (C), AGUILERA RODRÍGUEZ (L), « Intervención de urgencia en el yacimiento

de Iptuci, Cabezo de Hortales (Prado del Rey, Cádiz). Proyecto Ruta histórico-cultural. Primera campaña, 1993 ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1993. Tomo III ; p 48-53. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Jerez de la Frontera (Cádiz):

Alcazar : CSP, époque almoravide ?

Calle Larga 21-25 y calle Lancería 3-7 : CSP, XII°S, CST époque almohade

In MENÉNDEZ ROBLES (M.L), REYES TELLEZ (F), « El Alcazar de Jerez de la Frontera (Cadiz) ». *Actas del I Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo III. Abril 1985, Huesca. Colección Actas, 9. Diputación General de Aragón. Zaragoza. Departamento de Cultura y Educación, 1986.

In MONTES MACHUCA (C), GONZÁLEZ RODRÍGUEZ (R), « Excavaciones arqueológicas en el casco urbano de Jerez, año 1987, calle Larga 21-25 y calle Lancería 3-7 ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1987. Tomo III ; p 99-109. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Jerez de los Caballeros (Badajoz): CST et CSP, XI°S-XII°S

Castillo de la « Morería »

In CARRASCO MARTÍN (M. J), « Excavaciones de urgencia en el Castillo de la « Morería » (Jerez de los Caballeros, Badajoz) ». *I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990)*. Extremadura Arqueológica II. Madrid-Cáceres, 1991 ; p 559-576.

Magdalena (la) de Castell viel (Castellón de la plana) : CSP, début XIII°S

In MONTMESSIN (Y), « Inventaires des céramiques médiévales exposées au Musée Provincial de Castellón de la Plana ». *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonense* n°4, 1977.

In BAZZANA (A), « Las excavaciones en la Magdalena de Castellón. Estudio del yacimiento y primeros resultados arqueológicos ». *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonense* n°4, 1977.

Larache (Murcia) : CSP, fin XII°S, début XIII°S

Castillo

In MANZANO MARTÍNEZ (J), « Fortificaciones islámicas en la Huerta de Murcia : sector septentrional. Memoria de las actuaciones realizadas ». *Memorias de Arqueología*, 7. Murcia. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.

Lerena (Huevar, Sevilla) : CSP, XI°S ?

Dehesa

Pièces conservées au Museo Arqueológico de Sevilla.

In LAFUENTE IBÁÑEZ (P), 1994, op.cit.

Lérida :

Calle Mayor : CSP, XI°S

Església de Sant Martí de Lleida : CSP, fin XI°S

Pati d'en Miqueló

Plaza de Sant Joan, et Antic Portal de la Magdalena : CSP, fin X^e S-premier 1/3 du XI°S

In DUDA (D), 1971 « Keramik und Glasfunde auf der Burg von Balaguer », in C.EWERT : *Islamiche Funde in Balaguer und die Aljaferia in Zaragoza* ». Berlin ; p 254-255.

In CASAMAR (M), VALDES (F), 1984, op.cit.

In GALLART (J) et alii, « Excavaciones en el lado norte de la iglesia de Sant Martí (Lleida) ». *Actas del I Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo IV. Abril 1985, Huesca. Colección Actas, 9. Diputación General de Aragón. Zaragoza. Departamento de Cultura y Educación, 1986.

In GIRALT BALAGUERO (J), « Ensayo para una tipología de la cerámica andalusí del distrito de

Lerida ». *Actas del I Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo IV. Abril 1985, Huesca. Colección Actas, 9. Diputación General de Aragón. Zaragoza. Departamento de Cultura y Educación, 1986.

In GALLART i FERNÁNDEZ (J), « Excavaciones a la necrópolis de l'Església romànica de Sant Martí de Lleida ». *Setmana d'Arqueologia medieval*. Institut d'Estudis ildendencs. Diputación Provincial de Lleida. Lleida, 1986.

In GALLART i FERNÁNDEZ (J) et alii, « Excavaciones en la Calle Mayor de Lleida, nuevos datos para el conocimiento de la ciudad musulmana ». *Segundo Congreso de Arqueología medieval española*. Tomo II. Madrid, 1987.

In ESCO (C), GIRALT (J), SÉNAC (Ph), 1988. op.cit. p 107.

In GALLART i FERNÁNDEZ (J) et alii, « L'excavació de l'església de Sant Martí de Lleida ». *Monografies d'Arqueologia urbana* n°3, Lleida, 1991. Ayuntamiento de Lleida.

In LORIENTE (A), OLIVER (A), « Intervenció arqueològica al Pati d'en Miqueló, Lleida ». *Revista d'Arqueologia de Ponent*, n°1, 1991. Universitat de Lleida.

In JULIÀ (M) et alii, « L'antic Portal de Magdalena ». *Monografies d'Arqueologia urbana*. Lleida, 1992, n°4. Ed. Ayuntamiento de Lleida.

Liétor (Albacete): CSP, XII°S

In NAVARRO PALAZÓN (J), ROBLES FERNÁNDEZ (A), *Liétor, formas de vida rurales en ?arq al Andalus a través de una occultación de los siglos X-XI*. Centro de estudios árabes y arqueológicos « Ibn Arabi », Ayuntamiento de Murcia, Murcia, 1996.

Liria (Valencia): CSP mixte-esgrafié sur peinture au manganèse : fin XII°S-XIII°S

In GONZÁLEZ MARTÍ (M), *Cerámica del Levante español*. I. Loza. Barcelona, 1944.

Lisboa :

Sé Catedral : CST, XI°S

Arrabalde occidental : CST, XI°S-XII°S

In AMARO (C), « Presença muçulmana no claustro da Sé Catedral, três contextos com cerâmica islâmica ». *Garb*. Sítios islâmicos do sul peninsular. Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2001.

In BUGALHÃO (J), FOLGADO (D), « O arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica : urbanismo e produção

oleira ». *Arqueología medieval* n°7, 2001. Campo Arqueológico de Mértola, Portugal.

Llanos del castillo (Córdoba) : CSP, époque califale, fin X^oS début XI^oS

In MORENO GARRIDO (M. J), COSTA PALACIOS (M), « Excavaciones de urgencia en el yacimiento « Llanos del Castillo » ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1987. Tomo III ; p 182-188. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Loja (Granada) : CS, sans précision

Alcazaba

In CASTELLANO GAMEZ (M), SÁNCHEZ MARTÍNEZ (J. A), « Excavación arqueológica de urgencia en el barrio de la Alcazaba de Loja (Granada) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1990. Tomo III; p 157-161. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Lorca (Murcia):

Plaza del Cano-calle Marmolico : CSP, XII^oS-XIII^oS

Calle Cava, 11 : CST, XII^oS

Calle Galdo : CST et CSP, fin XI^oS-première moitié du XII^oS

Calle Rubira, n°12 : CS sans précision, XII^o-début XIII^oS

Calle Lopez Gisbert, direction des fouilles en 2002 : E. CELDRÁN BELTRÁN, S.GARCÍA LORCA

Calle cava n° 35, 1996 : CST, fin XII^oS, époque almohade

Castillo de Lorca : CSP, XI^o-XII^oS

Cerro del Castillo : CSP, XII^oS-début XIII^oS

Colegio de la Purisima : CST et CSP, première moitié du XI^oS et époque almohade fin XII^oS-début XIII^oS

Convento Madres Mercedarias : CST, contexte des premières Taifas

Glorieta de San Vicente : non publié, direction des fouilles: C.MARTÍNEZ SÁNCHEZ, J.PONCE GARCÍA, L.A.GARCÍA BLANQUEZ

(autour de la) Iglesia de santa Maria : contexte almohade (fouilles anciennes de JORGE ARAGONESES, non publiées)

Plaza cardinal Belluga : CST, XII^oS-XIII^oS, époque almohade

Puerta del espaldón : fouilles de (J.A) SÁNCHEZ PRAVIA

In NAVARRO PALAZÓN (J), 1986, op.cit.

In MARTÍNEZ RODRÍGUEZ (A), MONTERO FONOLLOS (J.L), « Testar islámico de la calle Galdo (Lorca), Murcia ». *Memorias de Arqueología* n°4, 1989. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.

In MARTÍNEZ RODRÍGUEZ (A), MONTERO FONOLLOS (J.L), « La qubba islámica de la calle Cava n°11, Lorca ». *Memorias de Arqueología* n°5, 1990, p 621. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.

In MARTÍNEZ RODRÍGUEZ (A), « Excavaciones de urgencia en la calle Rojo n°2, Lorca ». *Memorias de Arqueología* n° 5, 1990, Murcia.

In PONCE GARCÍA (J), « Excavaciones en el cementerio islámico y necrópolis ibérica de calle Rubira, n°12 (Lorca, Murcia) ». *Memorias de Arqueología*, 6, 1991, Murcia.

Madinat al Zahra (Córdoba): CSP, X^oS ou début XI^oS ? ; CST, XI^oS-XII^oS

In VELÁZQUEZ BOSCO, *Medina Azzahra y Alamiyia*. Madrid, 1912.

In TORRES BALBAS (L), « Letrinas y bacines ». *Al Andalus* n° 10. Madrid-Granada, 1945

In GOMEZ MORENO (M), 1951, op.cit.

In PAVÓN MALDONADO (B), « Memoria de la excavación de la Mezquita de Madinat al Zahra ». *Excavaciones arqueológicas en España* n°50, Madrid, 1966.

In PAVÓN MALDONADO (B), « La loza doméstica de Madinat al Zahr^a ». *Al-Andalus*, Volume XXXVII, 1972.

In MORENO GARRIDO (M. J), « La cerámica de *cuerva seca* peninsular : origen y dispersión ». *Segundo Congreso de Arqueología medieval española*. Tomo III. Madrid, 1987.

Madinat Elvira (Granada): CSP, fin X^oS ?

In GOMEZ MORENO (M), 1951, op.cit.

In CANO PIEDRA (C), « Estudio estemático de la cerámica de Madinat Iblira ». *Cuadernos de la Alhambra* n°26, 1990 ; p32; Publicaciones del Patronato de la Alhambra y Generalife, Granada.

In RETUERCE (M), ZOZAYA (J), 1991, op.cit.

Madrid : CSP et CST, XI^oS

Calle Mayor-Vega

Plaza de Carros

Solar de la plaza de la Morería, plaza del Granado

Solar de la Calle cava baja 22 et 30

Solar « Casa de San Isidro »

In CABALLERO ZOREDA (L), « Excavaciones en la Plaza de Carros ». *Revista de Arqueología* n°34, 1983.

In RETUERCE VELASCO (M), « Cerámica islámica de Madrid ». *Actas del I Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo IV. Abril 1985, Huesca. Colección Actas, 9. Diputación General de Aragón. Zaragoza. Departamento de Cultura y Educación, 1986.

In SOLER DEL CAMPO (A), « Excavación en la Muralla de Madrid : el solar de la cava baja 22 ». *Estudios de Prehistoria y Arqueología Madrileña*, 1987.

In PRIEGO (M), « Cerámica islámica madrileña en las antiguas colecciones del Museo municipal ». *Actas del Segundo Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo III. Madrid, 1987.

In RETUERCE VELASCO (M), « Cerámica islámica en la Comunidad de Madrid ». *Madrid del siglo IX al XI*, Madrid, 1990. Real Academia de Bellas Artes de San Fernando.

In VALLESPÍN (O) et alii, « Excavaciones en el solar « Casa de San Isidro ». *Madrid del siglo IX al XI*, Madrid, 1990. Real Academia de Bellas Artes de San Fernando.

In GARCÍA MUÑOZ (M), « Excavaciones arqueológicas en el solar de la plaza de la Morería, c/v plaza del Granado ». *Madrid del siglo IX al XI*, Madrid, 1990. Real Academia de Bellas Artes de San Fernando.

In FERNANDO VALDÈS (ed.), *Ma?rit. Estudios de Arqueología medieval madrileña*. Ediciones Polifemo. Biblioteca de Arqueología Medieval Hispanica 1. Madrid, 1992.

In FERNÁNDEZ UGALDE (A), « Las murallas de Madrid : excavaciones y apuntes para su evolución ». *Estudios de Prehistoria y Arqueología madrileña*, n°10, 1995/96.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Málaga : CSP, XII°S/XV°S ; CST, XI°S-XII°S, CSP mixte-esgrafié sur peinture au manganèse : fin XII°S-XIII°S

Alcazaba de Málaga : CST et CSP, XII°S, CSP, XIII°S-XIV°S

Calle Alarcon Lujan, 3 : CST, XI°S ; CSP, début XIII°S ?

Calle Afligidos, 3 : CSP, époque nasride

Calle Almacenes, 6 : CSP, X°S-première moitié du XI°S

Calle Pozo del Rey, 5 : CST et CSP, XI°S

Calle Granada, 67 : CSP, almohade ?

Calle San Juan, 24-26 : CST, almohade ?, CSP nasride

Calle Beatas : CSP, XII°S-XIII°S

Calle Tejon y Rodríguez : CST, XI°S

Calle Ollerias : CS sans précision, époque almohade

Calle José Denis Belgrano nº11 : CST et CSP, seconde moitié du XI°S, première moitié du XII°S

Calle Pasillo de Santa Isabel, 8 : CST, époque almohade

Colegio Las Esclavas Concepcionistas : CSP mixte-esgrafié sur peinture au manganèse, début XIII°S

Manzana principal « Trinidad Jaboneros » : CSP sans précision de datation (on peut supposer fin XII°S)

Necrópolis romana de la Trinidad (calle Trinidad, esquina calle Tiro) : CSP mixte-esgrafié sur manganèse : Fin XII°-début XIII°S

Solar del molino de Polvadora de Málaga (Plaza de Arriola, 9) : CSP, époque nasride

Solar calles Rita Luna-Pulidero : CSP, XI°S ?

Teatro romano de Málaga : CSP, début XI°S; et CST, XII°S ?

In TORRES BALBAS (L), 1949, op.cit. ; p 211.

In CASAMAR (M), « Lozas de *cuerva seca* con figuras de pavones en los museos de Málaga y el Cairo ». *Mainake* II-III, 1980-81. Diputación General de Aragón.

In POSAC MON (C), 1980-81, op.cit.

In ACIÉN ALMANSA (M) et alii, *Museo de Málaga. Inscripciones árabes*. Ministerio de Cultura. Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas. Madrid, 1982.

In PUERTAS TRICAS (R), « Cerámica de *cuerva seca* en Málaga. Aspectos tecnológicos ». *Mainake* IV-V,

1982-83. Diputación General de Aragón.

In PERDIGUERO LÓPEZ (M), « Sondeo arqueológico de urgencia en la calle Pozo del Rey nº5 (Málaga), 1985 ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1985. Tomo III ; p 229-236. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In DEMIANS D'ARCHAMBAUD (G), LEMOINE (Ch), PICON (M), VALLAURI (L), 1986, op.cit.

In PERAL BEJARANO (C), « Informe del sondeo arqueológico en el colegio Las Esclavas Concepcionistas. Málaga ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1986. Tomo III ; p 222-228. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In ACIÉN ALMANSA (M), « La cerámica medieval del teatro romano de Málaga ». *Mainake* VIII-IX, 1986-87.

In ACIÉN ALMANSA (M), PERAL BEJARANO (C), RECIO RUIZ (A), « Informe preliminar de la intervención arqueológica efectuada en la calle Ollerias de Málaga ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1987. Tomo III ; p 439-446. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In MAPELLI (E), « Arqueología malagueña en Corella de Navarra ». *Jábega* nº58, 1987. Diputación Provincial de Málaga.

In ÍÑIGUEZ SÁNCHEZ (M. C), PERAL BEJARANO (C), « Informe de sondeo arqueológico de urgencia realizado en la manzana principal « Trinidad Jaboneros » Málaga ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1987. Tomo III ; p 395-407. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In NAVARRO LARA (M. R), « Informe del sondeo arqueológico llevado en el solar de la calle Pasillo de Santa Isabel nº8 de Málaga ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1987. Tomo III ; p 449-457. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In PERAL BEJARANO (C), FERNÁNDEZ GUIRADO (I), « Informe sondeo arqueológico solar Rita Luna-Pulidero ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1988. Tomo III ; p 122-133. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In ACIÉN ALMANSA (M), PERAL (C), RECIO (A), « Informe preliminar de la intervención arqueológica efectuada en la calle Ollerias de Málaga ». *Mainake* XI-XII, 1989-90. Diputación General de Aragón.

In DUARTE CASESNOVES (M. N) et alii, « Sondeo arqueológico en calle Beatas, Málaga ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1990. Tomo III ; p 394-403. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In FERNÁNDEZ GUIRADO (M. I), « Informe del sondeo arqueológico realizado en calle Tejon y Rodríguez (Málaga) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1990. Tomo III ; p 327-337. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In RAMBLA TORRALVO (J. A) et alii, « Intervención arqueológica de urgencia en calle Afligidos 3, Málaga ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1990. Tomo III ; p 369-379. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In PUERTAS TRICAS (R), *La cerámica islámica de cuerva seca en la Alcazaba de Málaga*, Ayuntamiento de Málaga, 1989.

In MARTÍNEZ CAVIRO (B), *Cerámica hispanomusulmana*. Ediciones El Viso. Madrid, 1991.

In MEJIAS MARQUEZ (D), « Calle José Denis Belgrano nº11. Málaga ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1991. Tomo III ; p 326-334. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In PÉREZ MALUMBRES LANDA (A), « Sondeo arqueológico en la Muralla musulmana de Málaga en el solar de la calle Alarcon Lujan, nº3 ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1991. Tomo III ; p 342-350. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In PÉREZ MALUMBRES LANDA (A), « Excavación en el solar del molino de Polvadora de Málaga (Plaza de Arriola nº9) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1992. Tomo III ; p 442-458.

In SOTO IBORRA (A) et alii, « Informe preliminar de la excavación en calle Almacenes, 6 (Málaga, Casco Histórico) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1992. Tomo III ; p 465-480. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In SOTO IBORRA (A) et alii, « Aproximación a la ocupación califal en Málaga urbana a través del sondeo de Calle Almacenes, 6 ». *Anuario arqueológico de*

Andalucía, 1993. Tomo III ; p 417-428. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

- In MAYORGA MAYORGA (J), RAMBLA TORRALVO (J. A), « La necrópolis romana de la Trinidad. Málaga ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1993. Tomo III ; p 405-417. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- In FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ (L-E) et alii, « Memoria científica preliminar del sondeo arqueológico de urgencia efectuado en el solar nº67 de calle Granada (Málaga, Casco histórico) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1994. Tomo III; p 325-336. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- In NAVARRO LUENGO (I) et alii, « Una mezquita almohade en Málaga : informe de la excavación arqueológica de urgencia en el solar nº24-26 de la calle San Juan (Málaga) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1994. Tomo III; p 304-310. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- In FLORES ESCABOSA (I), MUÑOZ MARTÍN (M. M), 1995, op.cit.
- In VV.AA, *Arte islámico en Granada*. Exposición Sept. de 1995. Ed. Patronato de la Alhambra y Generalife, Granada, 1995.
- In SALADO ESCAÑO (J.B), RAMBLA TORRALVO (A), MAYORGA MAYORGA (J), « Nuevas aportaciones sobre cerámica de época nazarí en la ciudad de Málaga ». *Transfretana*. Revista del Instituto de Estudios Ceuties 2000.

Mallorca :

Carrer de Zavella : CSP mixte esgrafié, début XIII^oS

Carrer Troncoso, pou nº5 : CSP, XII^oS

Estudio general Luliano : CSP

Santa Catalina de Sena : CSP et CST, X^oS-début XIII^oS

In ROSSELLÓ BORDOY (G), *La cerámica árabe en Mallorca*. Trabajos del museo de Mallorca, 1960.

In ROSSELLÓ BORDOY (G), « La céramique arabe à Mallorque », *La céramique médiévale en méditerranée occidentale*, X-XV^{es} Siècles, Valbonne, 1978.

In ROSSELLÓ BORDOY (G), *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe en Mallorca*. Palma de Mallorca, 1978.

In ROSSELLO PONS (M), *Les ceràmiques almohades del Carrer de Zavellà*. Ciutat de Mallorca. Palma de Mallorca, 1983.

In ROSSELLÓ PONS (M), « Las cerámicas almohades de la calle Zavellá de Palma de Mallorca ». *Segundo Coloquio Cerámica medieval del mediterráneo occidental*, Toledo, 1981, Madrid, 1986.

In ROSSELLO BORDOY (G), « Mallorca : comèrci i ceràmica a lo largo de los siglos X al XIV ». *Segundo Coloquio Cerámica medieval del mediterráneo occidental*, Toledo, 1981, Madrid, 1986.

In ROSSELLÓ BORDOY (G) (ed. a cura de), *Les illes orientals d'Al Andalus i les seves relacions amb Sharq al Andalus, Magrib i europa cristiana (SS. VIII-XIII)*. Palma de Mallorca, 1987.

In PONS HOMAR (G), RIERA FRAU (M), « El pou 5 del Carrer Troncoso (Ciutat de Mallorca). Un nou jaciment del segle XI ». *Les illes orientals d'Al Andalus i les seves relacions amb Sharq al Andalus, Magrib i europa cristiana (SS. VIII-XIII)*. Palma de Mallorca, 1987. Ed. a cura de ROSSELLÓ BORDOY (G).

in RIERA FRAU (M.M), ROSSELLÓ-BORDOY (G), SOBERATS SAGRERAS (N), « La casa de época almoravide del subsuelo del museo de Mallorca ». *La casa hispanomusulmana. Aportaciones de la Arqueología*. Publicaciones del Patronato de la Alhambra y del Generalife. Granada, 1990.

In MARTÍNEZ CAVIRO (B), *Cerámica hispanomusulmana*. Ediciones El Viso. Madrid, 1991.

In ROSSELLÓ BORDOY (G), « La céramique verte et brune en Al Andalus du X^o au XIII^o siècle ». *Le Vert et le Brun de Kairouan à Avignon*, Céramiques du X^o au XV^o siècle, Catalogue de l'Exposition, Ed. de la réunion des musées nationaux, 1995.

In *Les Andalousies de Damas à Cordoue*. Institut du Monde Arabe, Paris, 2000. Ed. Hazan.

Maqueda (Toledo) : CSP, XI^oS

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Marañosa (la) (Madrid) : CST et CSP, XI^oS

In RETUERCE (M), ZOZAYA (J), 1991, op.cit.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Marbella (Málaga): CSP, almohade

Plaza de la Victoria

In FERNÁNDEZ LÓPEZ (S) et alii, « Informe preliminar de la intervención arqueológica de urgencia efectuada en la plaza de la Victoria (Marbella) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1994. Tomo III; p 382-390. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Marcén (Huesca) : CSP, XI^oS

Les Sillas

In ESCO (C), GIRALT (J), SÉNAC (Ph), 1988, op.cit.

In SÉNAC (Ph), « El yacimiento musulmán de Marcén (Huesca) ». *Arqueología Aragonesa* nº17, 1991.

In SÉNAC (Ph), « Les fouilles de Las Sillas (Marcén). Rapport d'activités. 1994 ». *Arqueología Aragonesa* nº21, 1994.

In SÉNAC (Ph), « Las Sillas, Marcén, un habitat rural de la Taifa de Saragosse ». *Archéologie Islamique* nº8-9, 1999.

In SÉNAC (Ph), 2000, op.cit.

Marmuyas (Málaga): CSP, X^oS

In NAVARRO LARA (M. R), « La cerámica de Marmuyas ». *Cuadernos de la Alhambra* nº27, 1991 ; p 27-63. Publicaciones del Patronato de la Alhambra y Generalife, Granada.

Melque (Toledo) : CSP et CST, XI^oS

Monestario de Santa Maria de Melque

In CABALLERO (L), LATORRE (J), « La iglesia y el monestario de Santa Maria de Melque (Toledo) : Arqueología y Arquitectura. San Pedro de la Mata (Toledo) y Santa Comba Orense » in *Excavaciones Arqueológicas en España* nº 109, 1980.

In RETUERCE (M), ZOZAYA (J), 1986, op.cit.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Mérida (Badajoz) :CSP et CST, XI^oS

Calle Suárez Somonte, esquina con calle Sáenz de Buruaga

In ALBA CALZADO (M), « Intervención arqueológica en el solar de la calle Suárez Somonte, esquina con calle Sáenz de Buruaga ». *Mérida, Excavaciones arqueológicas, 1998*. Consorcio Ciudad historico-artística y arqueológica de Mérida.

Mértola (Beja) : CSP, CSP et CSP mixte estampille, CSP mixte esgrafié, XI^oS-début XIII^oS

Alcaçova : CSP et CST, surtout XII^oS

Castelo : CSP, XI^oS

In TORRES (C), « Un lote cerâmico de Mértola islâmica ». *Actas del I Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo IV. Abril 1985, Huesca. Colección Actas, 9. Diputación general de Aragón. Zaragoza. Departamento de cultura y educación, 1986.

In TORRES (C), *Cerâmica islâmica portuguesa, Catálogo da exposição*, Edição do Campo arqueológico de Mértola, 1987.

In MACIAS (S), « Silos 4 e 5 de Mértola, uma proposta de datação do espólio cerâmico », *Arqueologia Medieval* n^o 1, 1992. Edições Afrontamento, Porto.

In TORRES (C), GOMEZ (S), « Le vert et le brun au Portugal ». *Le Vert et le Brun de Kairouan à Avignon*, 1995, op.cit.

In GOMEZ MARTÍNEZ (S), « Cerámica decorada islámica de Mértola-Portugal (ss IX-XIII) ». *La céramique médiévale en Méditerranée*, Actes du 6^{ème} Congrès, Aix-en-Provence, Novembre 1995. Aix-en-Provence, 1997.

In TORRES (C), PALMA (M.P), REGO (M), MACIAS (S), « Cerâmica islâmica de Mértola-propostas de cronologia e funcionalidade ». *A cerâmica medieval no mediterrâneo occidental*, 1991, op.cit.

In *Portugal Islâmico*, Catálogo da exposição, Museu Nacional de Arqueologia, Printer Portuguesa, 1998

In GOMEZ MARTÍNEZ (S), « A cerâmica no Gharb al-Andalus », *Portugal Islâmico*, Catálogo da exposição, Museu Nacional de Arqueologia, Printer Portuguesa, 1998

In MUSEU DE MÉRTOLA, *Arte islâmica*. Catálogo. 2001. p167, n^o catalogue : 117 .

In GOMEZ MARTÍNEZ (S), *Cerâmica em corda seca de Mértola*, Museu de Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2002

In GOMEZ MARTÍNEZ (S), *Cerâmica em corda seca de Mértola*, Museu de Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2002.

Mesas de Asta, (Jerez de la Frontera, Cádiz) : CSP, XI^oS ; CST, XII^oS

In ESTEVE GUERRERO (M), « Excavaciones de Asta Regia (Mesas de Asta, Jerez) Campaña 1942-43, in Acta Arqueológica Hispana, n^o 1-3, 1945.

In ESTEVE GUERRERO (M), « Nuevo hallazgo de cerámica árabe en Mesas de Asta (Jerez) », *Al-Andalus*, XXV,1.

In OLMO ENCISO (L), « Nuevos datos para el estudio del asentamiento de Mesas de Asta (Jerez de la Frontera) ». *Actas del I Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo IV. Abril 1985, Huesca. Colección Actas, 9. Diputación General de Aragón. Zaragoza. Departamento de Cultura y Educación, 1986.

Mesas de Villaverde (El Chorro, Málaga) : CSP et CST, fin X^oS-début XI^oS

Bobastro

In MERGELINA (C), « Bobastro, Memoria de las excavaciones en las Mesas de Villaverde. El Chorro, Málaga », *Memorias de la Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades*, n^o 89, 1927.

In RETUERCE (M), ZOZAYA (J), 1986, op.cit. ; en particulier : p 120-121.

Molina de Aragón (Guadalajara) : CST et CSP, XI^oS

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Mompichel (Albacete): CSP, seconde moitié du XII^oS Cerro de la Tinaja, Chinchilla

In RAMÍREZ SEGURA (E), IDAÑEZ SÁNCHEZ (J. F), « Cerámica islámica de la Provincia de Albacete ».

Primer congreso de Historia de Castilla la Mancha.

Tomo V. Servicio de publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla la Mancha, 1988.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Montarrón (Guadalajara): CST et CSP, XI^oS

In PAVÓN MALDONADO (B), 1984, op.cit.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Monteagudo (Murcia) : CSP, seconde moitié du XII^oS Castillo

In MANZANO MARTÍNEZ (J), « Fortificaciones islámicas en la Huerta de Murcia : sector septentrional.

Memoria de las actuaciones realizadas ». *Memorias de Arqueología*, 7. Murcia. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.

Morón de la Frontera (Sevilla) : CST et CSP, XI^oS Castillo

In VERA REINA (M), FERNÁNDEZ RUIZ (R), « Excavaciones arqueológicas en el Castillo de Moron de la Frontera (Sevilla). Campaña de 1990 ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1990. Tomo III; p 450-454. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Moura (Beja) : CST et CSP, XI^oS

In MACIAS (S), « Moura na baixa Idade Media : Elementos para um estudo histórico e arqueológico ». *Arqueologia Medieval* n^o2, 1993. Edições Afrontamento, Porto.

Murcia : CSP et CST, X^oS-début XIII^oS

Alfar de San Nicolas : X^oS

Calle Julian Calvo : CSP mixte-esgrafié sur manganesè, fin XII^oS-début XIII^oS

Calle san Antolin et viviendas san Antolin : CSP, XI^oS-XII^oS

Calle San Nicolas, 18-20 : CST, XI^oS-XII^oS

Calle Canovas del Castillo :CSP, XII^oS-début XIII^oS

Calle Azucaque, 6-8 : CSP, X^oS-XI^oS ; CSP mixte-esgrafié sur manganèse, XII^oS-XIII^oS

Calle San Nicolas, 6 : CSP mixte esgrafié sur manganesè, XII^oS-XIII^oS

Calle Pinares : CSP, XII^oS, début XIII^oS
Calle Plateria, 14, 16, 18: CSP, fin XI^oS-début XII^oS
Calle San Pedro-Desamparados : CSP, X^oS ou XI^oS et seconde moitié du XII^oS-première moitié du XIII^oS
Calle Polo de Medina : CSP, XI^oS-XII^oS
Calle Fuensanta : CSP, seconde moitié du X^oS-début XI^oS et XI^oS
Calle Freneria : CSP, XI^oS ?
Calle Selgas, 1 : CSP, XII^oS
Calle Santa Isabel, 5 : CS sans précision
Calle Pedro de la Flor
Calle Conde Valle de San Juan, esquina calle Pascual : CSP, XI^oS-XII^oS
Calle Mariano Girada, 1 et 3 : CSP, fin XI^oS-début XII^oS
Calle Cortés : CST et CSP, XI^oS
Calle Ceferino : CSP, XI^oS-XII^oS
Calle Alfareros n^o2 : CS sans précision, fin XII^oS
Calle Riquelme :CSP, XI^o-XII^oS; CSP mixte-esgrafié sur manganèse: fin XII^oS-début XIII^oS
Casa San Nicolas : CSP, début XIII^oS
Cementerio de San Nicolas : CSP et CST, XI^oS-XII^oS
Convento M M Augustinas :CSP, XI^oS-XII^oS
Plaza de yesqueros : CSP mixte-esgrafié sur manganèse, début XIII^oS
Plaza Santa Eulalia : CST, XI^oS-XII^oS-XIII^oS
Plaza Santa Catalina-calle Gavacha : CSP et CST, XII^oS
Pasaje de Zabalburu : CSP et CSP mixte-esgrafié sur peinture au manganèse, XII^oS-début XIII^oS
Plaza de Europa : CSP, fin XI^oS-première moitié du XII^oS

In JORGE ARAGONESES (M), *Guía de los Museos de España* IV. Museo arqueológico de Murcia. Publicaciones de la Dirección General de Bellas Artes, 1956.
 In JORGE ARAGONESES (M), *Museo de la muralla árabe de Murcia*.Madrid, 1966.
 In HURST (J.H), « Late medieval Iberian pottery imported into the Low Countries ». *Segundo Coloquio Cerámica medieval del mediterráneo occidental*, Toledo, 1981, Madrid, 1986.
 In NAVARRO PALAZÓN (J), « *Hacia una sistematización de la cerámica esgrafiada* ». *Segundo Coloquio Cerámica medieval del mediterráneo occidental*, Toledo, 1981. Madrid, 1986.
 In NAVARRO PALAZÓN (J), 1986, op.cit.
 In NAVARRO PALAZÓN (J), *La Cerámica esgrafiada andalusí de Murcia*, Publications de la Casa de Velázquez, Madrid, 1986.
 In NAVARRO PALAZÓN (J), « El cementario islámico de San Nicolas de Murcia ». *Actas del I Congreso de*

Arqueología medieval española, Tomo IV. Abril 1985, Huesca. Colección Actas, 9. Diputación General de Aragón. Zaragoza. Departamento de Cultura y Educación, 1986.
 In NAVARRO PALAZÓN (J), « La cerámica con decoración esgrafiada ».in *Historia de la cerámica valenciana*. Tome II. Vicent García editores S. A. Valencia. 1987.
 In MANZANO MARTÍNEZ (J), « Restos del patio de una vivienda musulmana en la ciudad de Murcia (calle Azucaque nº6-8) ». *Memorias de Arqueología* n^o3, 1987-88. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.
 In MANZANO MARTÍNEZ (J), « Memoria preliminar de los trabajos arqueológicos realizados en el subsuelo de la actual plaza de Europa (Antiguo Garaje Villar). Cuidad de Murcia ». *Memorias de Arqueología* n^o3, 1987-88. Comunidad autónoma de Murcia.
 In MANZANO MARTÍNEZ (J), « Intervención arqueológica de urgencia en la muralla islámica de Murcia (calle Canovas del Castillo) ». *Memorias de Arqueología* n^o4, 1989. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.
 In GALLEGO GALLARDO (J), « Memoria de las excavaciones de urgencia realizadas en calle San Nicolas, 6. Riquelme (Murcia). Octubre 1988 / Enero 1989 ». *Memorias de Arqueología* n^o4, 1989 ; p 353-380. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.
 In MANZANO MARTÍNEZ (J) et alii, « Una vivienda islámica en la calle Pinares de Murcia ». *Memorias de Arqueología* n^o4, 1989. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.
 In GALLEGO GALLARDO (J), « Memoria de las excavaciones de urgencia realizadas en calle San Nicolas, 6. Riquelme (Murcia). Octubre 1988 / Enero 1989 ». *Memorias de Arqueología* n^o4, 1989 ; p 353-380. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.
 In CARO BAROJA (J) et alii, « Aproximación a la cultura material de Madinat Mursiya ». *Murcia musulmana*. Ayuntamiento de Murcia, 1989. Ed. Almudivi.
 In FERNÁNDEZ GONZÁLEZ (F. V), LÓPEZ MARTÍNEZ (J. D), « Restos de viviendas islámicas en calle Freneria de Murcia ». *Memorias de Arqueología* n^o4, 1989. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.
 In CARO BAROJA (J) et alii, « Aproximación a la cultura material de Madinat Mursiya ». *Murcia musulmana*. Ayuntamiento de Murcia, 1989.
 In LÓPEZ MARTÍNEZ (J.D), « El conjunto arquitectónico de la calle Selgas n^o1, Murcia ». *Memorias de Arqueología* n^o4, 1989. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación. Bibliothèque de l'Institut alemán, Madrid.
 In NAVARRO PALAZÓN (J), « Los materiales islámicos del alfar antiguo de San Nicolas de Murcia ». *Fours de potiers et «testares» médiévaux en méditerranée occidentale*, 1990, op. cit.
 In BERNABÉ GUILLAMÓN (M), « La muralla medieval del pasaje de Zabalburu (Murcia) ». *Memorias de Arqueología* n^o5, 1990.
 In MUÑOZ LÓPEZ (F), « Una intervención en la Arrixaca de Poniente. Calle Alfareros n^o2 (Murcia) ». *Memorias de Arqueología*, 5, 1990, Murcia.
 In RUIZ PARRA (I), « Excavaciones arqueológicas en el solar de la calle Conde Valle de San Juan, esquina calle Pascual de Murcia ». *Memorias de Arqueología* n^o5, 1990. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.
 In ANDREU MARTÍNEZ (M.A), « Restos de viviendas islámicas en la calle Polo de Medina de Murcia ». *Memorias de Arqueología*, 6, 1991, Murcia.
 In NAVARRO PALAZÓN (J), *Una casa islámica en Murcia. Estudio de su ajuar (S.XIII)*.Centro de estudios árabes y arqueológicos « Ibn Arabi ». Ayuntamiento de Murcia, 1991.
 In BERNABÉ GUILLAMÓN (M), DOMINGO LÓPEZ (J), *El palacio de la Calle Fuensanta, Murcia*. Museo de Murcia, Centro regional de Arqueología. Murcia, 1993.
 In MUÑOZ LÓPEZ (F), CASTAÑO BLÁZQUEZ (T), « El alfar islámico de calle Pedro de la Flor (Murcia) ». *Verdolay* n^o5, 1993. Revista del Museo de Murcia.
 In MUÑOZ LÓPEZ (F), « Sobre la evolución de una manzana de casas andalusíes en Murcia ». *Memorias de Arqueología*, 8, Murcia, 1993 ; p 416-436. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.

- In RUIZ PARRA (I), « Excavaciones arqueológicas en el solar de la calle Mariano Girada nº1 y 3 (Murcia) ». *Memorias de Arqueología*, 8, 1993, Murcia ; p 456-460. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación
- In MUÑOZ LÓPEZ (F), « Casas musulmanas en calle Santa Isabel, nº5 de Murcia ». *Memorias de Arqueología*, 9, 1994, Murcia. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.
- In NAVARRO PALAZÓN (J), JIMÉNEZ CASTILLO (P), « La producción cerámica medieval de Murcia » in *BAR international series nº610. Spanish medieval ceramics in Spain and in the British Isles*, 1995, p 193.
- In THIRIOT (J) (articles recueillis par) et MUÑOZ LÓPEZ (F), « Les ateliers.Murcie. ». *Le Vert et le Brun de Kairouan à Avignon*, 1995, op.cit.
- In BERNABÉ GUILLAMÓN (M), « Plaza Santa Catalina, calle Marquesa, calle Gavacha, Murcia ». *VIIIª Jornadas de Arqueología regional*, Murcia, 1997. Instituto de Patrimonio Histórico. Consejería de Educación y Cultura, Murcia.
- In JIMÉNEZ CASTILLO (P), NAVARRO PALAZÓN (J), *Platería 14. Sobre cuatro casas andaluzas y su evolución (siglos X-XIII)*. Serie Excavaciones arqueológicas en la ciudad de Murcia nº1. Ayuntamiento de Murcia, Consejería de Cultura, 1997.
- In JIMÉNEZ CASTILLO (P), SÁNCHEZ GONZÁLEZ (M.J), « Excavaciones en el solar de calle San Pedro y calle Desamparados, Murcia ». *XIª Jornadas de Arqueología regional*, Murcia, 2000. Instituto de Patrimonio Histórico. Consejería de Educación y Cultura, Murcia.
- In JIMÉNEZ CASTILLO (P), *Murcia islámica, una visión a través de la Arqueología*.Exposition.2001.

Niebla (Huelva): CSP, XI°S-XII°S

Autour de la Puerta de Sevilla

- In PAVÓN MALDONADO (B), « Notas sobre cerámica islámica de Niebla ». *Al Qantara I*, 1980.
- In PAVÓN MALDONADO (B), 1982, op.cit.
- In BÉLEN (M), ESCACENA (J), « Excavaciones junto a la Puerta de Sevilla (1978-82) (Niebla, Huelva) ». *Huelva Arqueológica XII*, 1990.
- In FERNÁNDEZ GABALDÓN (S) GARROTE MARTÍN (I), MARTÍN PATINO (M.T), « Cerámicas hispanomusulmanas de Niebla (Huelva). Resultado de los análisis químico-mineralógicos ». *Boletín de arqueología medieval* nº4. Asociación española de Arqueología medieval, 1990.
- In PÉREZ MACIAS (J.A), BEDIA (J), « Un lote de cerámica de Niebla ». *Arqueología Medieval* nº2, 1993. Ed. Afrontamento, Porto.

Nijar (Almería):CST, XIII°S

Aljibe Bermejo

- In RAMOS DÍAZ (J.R), « Excavación arqueológica, previa a la restauración, en el aljibe Bermejo (Nijar, Almería) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1987. Tomo III ; p 46-53. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Olmos (Toledo): CSP et CST, XI°S

Castillo

- In MARTÍNEZ LILLO (S), « Primeros materiales arqueológicos del Castillo de Olmos. El Viso de San Juan. Toledo ». *Primer congreso de Historia de Castilla la Mancha. Tomo V*. Servicio de publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla la Mancha, 1988.
- In MARTÍNEZ LILLO (S), « El poblado fortificado de Olmos (Walm?s) ». *Madrid del siglo IX al XI*, Madrid, 1990. Real Academia de Bellas Artes de San Fernando.
- In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Olocau (Valencia): CSP mixte-esgrafié sur manganèse, fin XII°-début XIII°S

- In GONZÁLEZ MARTÍ (M), *Cerámica del Levante español*. I. *Loza*. Barcelona, 1944, p 52.

Onda (Castellón de la Plana): CST, fin XII°S-début XIII°S

Castillo

- In ALFONSO LLORENS (J), ESTALL I POLES (V), RAGA RUBIO (M), « Investigación arqueológica en la muralla exterior del castillo de Onda (Castellón). Noticia preliminar ». *Boletín de arqueología medieval*, nº9, 1995. Asociación española de arqueología medieval.

Orgiva (Granada) : XI°S, pas de précision sur la nature de la CS

Cortijo de Ana

- In TRILLO SAN JOSÉ (C), ALVAREZ GARCÍA (J), JIMÉNEZ LOZANO (E), « Informe de la excavación realizada de urgencia en el cortijo de Ana, término municipal de Orgiva (Granada) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1994. Tomo III; p 172-176. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Oropesa (Toledo) : CSP, XI°S

- In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Palao (el) (Alcañiz) :CSP mixte-peinture au manganèse

- In BENAVENTE (J.A), «El Palao (Alcañiz)». *Catálogo de la colección arqueológica de los Padres escolapios de Alcañiz (Teruel)*. Diputación general de Aragón, Zaragoza, 1989.
- In PAVÓN MALDONADO (B), 1984, op.cit.
- In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Palma del Rio (Córdoba): CST, XI°S et époque almohade

- In DÍAZ TRUJILLO (O), « Excavación arqueológica de urgencia en el cerro de Bélen (Palma del Río, Córdoba) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1990. Tomo III; p 121-129. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Palmela (Setúbal): CST, X°S et XI°S

Castelo

- In FERREIRA FERNANDES(I.C),CARVALHO (A.R), *Catálogo da exposição. Arqueologia em Palmela*, 1988-1992, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 1993.
- In FERREIRA FERNÁNDEZ (I.C), CARVALHO (A. R), « Cerâmica muçulmana do castelo de Palmela ». *La céramique médiévale en Méditerranée*. 1997, op.cit.
- In FERNÁNDEZ (I.C), CARVALHO (A.R), « Intervenção na rua de Nenhures (area urbana de Palmela) ». *Sétubal Arqueológica*. Volume 11 et 12. 1997.

Museu de Arqueologia e etnografia do Distrito de Sétubal.

In FERREIRA FERNANDES (I.C), « A Península de Setubal em época islâmica ». *Arqueologia medieval* nº7, 2001. Campo Arqueológico de Mértola, Portugal.

**Paracuellos del Jarama (Madrid) : CSP et CST, X^oS-
premier moment des Taifas**

Atalaya de Paracuellos

In PRIEGO (M), « Cerámica islámica madrileña en las antiguas colecciones del Museo municipal ». *Actas del Segundo Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo III. Madrid, 1987.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Parajoncillo (Cuenca): CST, fin X^oS-XI^oS

In PUCH (E) et alii, « Hallazgos islámicos en Parajoncillo (Cuenca) ». *Actas del I Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo IV. Abril 1985, Huesca. Colección Actas, 9. Diputación General de Aragón. Zaragoza. Departamento de Cultura y Educación, 1986.

In VV.AA, *Arqueología en Castilla la Mancha*. Colección : Conocer Castilla la Mancha nº7. Junta de Comunidades de Castilla la Mancha, 1987.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Paterna (Valencia) : CSP mixte-esgrafié sur manganeuse, XII^oS-XIII^oS

Cisterna del palacio real de Martín el Humano

In GONZÁLEZ MARTÍ (M), *Cerámica del Levante español*. I. Loza. Barcelona, 1944.

In NAVARRO PALAZÓN (J), « La cerámica con decoración esgrafiada ». *Historia de la cerámica valenciana*. Tome II. Vicent García editores S. A. Valencia. 1987.

Pechina (Almería) : CSP, IX^oS-X^oS-tout début XI^oS

Llano de Benitez

In OCHOTORENA (F), «Cerámica árabe de Pechina (Almería)». *Memorias de los museos arqueológicos provinciales* nº14, Madrid, 1953.

In DUDA (D), « Pechina bei Almería als Fundort spanisch-islamischer Keramik ». *Madrider Mitteilungen*, 12, 1971.

In MUÑOZ MARTÍN (M), « Estudio tipológico preliminar de la cerámica hispanomusulmana de Ba??na ». *Anales del Colegio universitario de Almería*. Letras. Volumen VI (1986-1987).

In VV. AA, 1993, op.cit.

In CASTILLO GALDEANO (F), MARTÍNEZ MADRID (R), « Producciones cerámicas en Ba??na ». *La*

cerámica altomedieval en el Sur de Al-Andalus. Antonio Malpica Cuello ed., Monografía de Arte y Arqueología nº 19. Universidad de Granada, Granada, 1993.

In THIRIOT (J) (articles recueillis par), « Les ateliers ». *Le Vert et le Brun de Kairouan à Avignon*, 1995, op.cit.

Piracés (Huesca) : CSP, XI^oS

Peña del Mediodía

In SÉNAC (Ph), 2000, op.cit.

Priego de Córdoba : CSP, seconde moitié du XII^oS

In CARMONA ÁVILA (R), « Un alfar de época almohade en Madinat B?guh ». *Antiquitas* V. Publicación del Museo municipal de Priego de Córdoba. Priego de Córdoba, 1994

In CARMONA ÁVILA (R), « Una aportación al conocimiento de los arrabales de Madinat B?guh (Priego de Córdoba) : el alfar de época almohade de la calle San Marcos, 20-24 ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1994. Tomo III; p 113-123. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Puentes (Lorca, Murcia) : CST, époque almohade

Alquería y Maqbara de Puentes

In PUJANTE MARTÍNEZ (A), in Memoria de Excavación. Instituto de Patrimonio Arqueológico de la Comunidad autónoma de Murcia (Proyecto de Actuación arqueológica en el vaso de inundación de la Presa de Puentes, Lorca). Estudio solicitado por Confederación hidrográfica del Segura : O.Huarte Lain S.A.

Castillo de Puentes : prospection superficielle de J.L Fenollos

Puerto de la Cadena (Murcia) : CSP, fin XII^oS

Castillo

In MANZANO MARTÍNEZ (J), « Fortificaciones islámicas en la Huerta de Murcia : sector septentrional. Memoria de las actuaciones realizadas ». *Memorias de Arqueología*, 7. Murcia. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.

Reliquias (Alcútim, Faro): CSP, fin X^oS-début XI^oS

Castelo

In CATARINO (H), *Al'-uly* nº6. Revista do arquivo histórico municipal de Loulé, 1997-98, volume I.

In CATARINO (H), 1999, op.cit.

Riba de Santiuste (Guadalajara) : CST, XI^oS

In PAVÓN MALDONADO (B), 1984, op.cit.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Ribas del Jarama (Madrid) : CSP et CST, XI^oS-début XII^oS

In PAVÓN MALDONADO (B), « Cerámica árabe en el Castillo de Ribas del Jarama (Madrid) ». *Al Qantara* IV, 1983.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Rodat (Marina alta, Alicante) : CSP, XII^oS

In BOLUFER MARQUÈS (J), « Aproximación al poblamiento islámico de los términos municipales de Xabía y Benitatxell (Marina alta, Alacant) ». *Segundo Congreso de Arqueología medieval española*. Tomo II. Madrid, 1987.

Romanones (Guadalajara) : CST et CSP, XI^oS

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Sagunto (Valencia): CST, CSP et CSP mixte- esgrafié sur manganèse (fin XII^eS-début XIII^eS)

Castillo de Sagunto: CST, fin XII^eS

Plaza-foro: CSP, XI^eS-XII^eS

In GONZALEZ SIMANCAS (M), 1921-22, p 51, lam. XII : « Excavaciones en Sagunto », in *Memorias de la Junta superior de Excavaciones y Antigüedades*, n.48.

In GONZÁLEZ MARTÍ (M), *Cerámica del Levante español*. I. Loza. Barcelona, 1944.

In CASAMAR (M), VALDES (F), 1984, op.cit.

In CALVO (M), ARANEGUI (C), « Sagunt : sector plaza foro. Niveles medievales. Campaña 1993-1994 ». *Boletín de arqueología medieval*, n^o9, 1995. Asociación española de arqueología medieval.

Salitral (el) (Madrid) : CSP et CST, XI^eS

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Salobreña (Granada): CSP, XI^eS-XII^eS ; CSP de chronologie nasride XIV^eS-XV^eS,

Castillo de Salobreña

Casco urbano de Salobrena

Peñon de Salobrena

In GOMEZ BECERRA (A), *Cerámica islámica de Salobreña*. Salobreña, 1997. Ed. Asukaria mediterránea SL.

Solibernat (Torres de Segre, Lérida) : CSP, XI^eS ou première moitié du XII^eS (avant 1149)

Tossal de Solibernat

In ROVIRA i PORT (J), GONZÁLEZ (J.R), RODRÍGUEZ (J.I), « El materials musulmans de l'establiment islàmic del Tossal de Solibernat (Torres de Segre, Segrià) ». *Empuries XLV-XLVI*, Barcelona.

In ESCO (C), GIRALT (J), SÉNAC (Ph), 1988, op.cit.

In ROVIRA i PORT (J) et alii, « Solibernat (Lleida), un asentamiento rural islámico con finalidades militares de la primera mitad del siglo XII ». *Archéologie islamique* n^o7. Ed. Maisonneuve et Larose. Paris, 1997.

Salir (Loulé, Faro): CST, époque almoravide

Castelo

In CATARINO (H), 1997-98, op.cit.

In CATARINO (H), « O castelo de Salir : Escavações da campanha de 1998 », *Al'ulya* n^o7, Revista do arquivo histórico municipal de Loulé, 1999-2000.

San Galindo (Chinchon, Madrid) : CST, première moitié du XI^eS

Atalaya del cerro de san Galindo

In PRIEGO (M), « Cerámica islámica madrileña en las antiguas colecciones del Museo municipal ». *Actas del Segundo Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo III. Madrid, 1987.

Santa Fé de Oliva (Valencia) : CSP, XI^eS

In BAZZANA (A), CLEMENT (S), « El yacimiento medieval de Santa Fe de Oliva (Valencia) ». *Noticiario Arqueológico Hispánico XVIII*, 1984. Ministerio de Cultura. Dirección General de Bellas Artes y Archivos.

In BAZZANA (A), « Typologie et fonction du mobilier céramique d'une alquería musulmane à Valence aux XI^e et XII^e siècles : Santa Fe de Oliva ». Colloque international : *La ceramica medievale nel mediterraneo occidentale*, 1986, op.cit.

Santarém : CSP, X^eS-XI^eS

In VIEGAS (C), ARRUDA (A.M), « Cerâmicas islâmicas da Alcaçova de Santarem ». *Revista Por-*

tuguesa de Arqueologia, volume 2, n^o2, 1999. Instituto português de Arqueologia.

Santiago de Villillas (Guadalajara) : CST, XI^eS

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Sevilla : CST et CSP, XI^eS-XII^eS

Baños de la « Reina Mora » : CSP, seconde moitié du XI^eS-première moitié du XII^eS

Calle Almirantazgo : CSP et CST, XI^eS-XII^eS

Calle Placentines : CSP, époque almohade fin XII^eS-début XIII^eS

Calle Abades: CSP, XI^eS-XII^eS

Calle Santiago n^o50 : CS sans précision

Convento de Santa Maria de los Reyes : CSP, première moitié du XI^eS

Cuesta del Rosario: CSP, XI^eS, début XII^eS

Monasterio de San Clemente : CSP mixte-estampillé, XII^eS

Palacio Arzobispal : CSP, XII^eS

Puerta de Jeréz

Solar plaza San Francisco, 12: CSP, X^eS-XII^eS; CST, XI^eS

Zanja Avenida: CSP, XI^eS-XII^eS

In CARRIAZO (de M.), 1974/75 « Una zanja en el suelo de Sevilla ». *Cuadernos de la Alhambra*, n.10/11, p 91-97.

In CASAMAR (M), VALDES (F), 1984, op.cit.

In CARRASCO MARTÍN (M. J), « Avance del estudio de la cerámica hispano-musulmana procedente de los « Baño de la Reina Mora », Sevilla ». *Segundo Congreso de Arqueología medieval española*. Tomo II. Madrid, 1987.

In RAMO SALAS (A. S), VARGAS JIMÉNEZ (J.M), GARCÍA RAMÍREZ (M.I), « Excavación de urgencia en el solar plaza de San Francisco 12, Alvarez Quintero 34-36 (Sevilla) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1989. Tomo III ; p 465-475. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In ESCUDERO CUESTA (J), RODRIGUEZ ACHUTEGUI (C), « Actuaciones arqueológicas en Sevilla ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1989. Tomo III; p 532-535. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In TABALES RODRÍGUEZ (M. A), « Investigación histórico-arqueológica en el Monasterio de San Clemente de Sevilla ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1991. Tomo III ; p 438-449. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In MARTÍNEZ CAVIRO (B), *Cerámica hispanomusulmana*. Ediciones El Viso. Madrid, 1991.

In TABALES RODRÍGUEZ (M. A), « Intervención

arqueológica en el Convento de Santa Maria de los Reyes. Sevilla, 1992 ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1992. Tomo III ; p 575-590. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

In LAFUENTE IBÁÑEZ (P), 1994, op.cit.

In LAFUENTE IBÁÑEZ (P), « La cerámica ». *Sevilla almohade. Exposición*. Fundación de las tres culturas del Mediterráneo, Universidad de Sevilla. Sevilla-Rabat, 1999.

In LARREY HOYUELOS (E), et alii, « Intervención arqueológica en el Palacio Arzobispal » in *Sevilla almohade*. Exposición. Sevilla-Rabat 1999.

In *Les Andalousies de Damas à Cordoue*. Institut du Monde Arabe, Paris, 2000. Ed. Hazan.

Setefilla (Lora del Río, Sevilla) : CSP et CST, XI^oS-XII^oS ?

In KIRCHNER (H), « Los safes dels estrats II i II de Shadhf?lah ». *Actas del I Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo IV. Abril 1985, Huesca. Colección Actas, 9. Diputación general de Aragón. Zaragoza. Departamento de Cultura y Educación, 1986.

In KIRCHNER (H), *Etude des céramiques islamiques de Shadhf?lah (Setefilla, Lora del Río, Séville)*. Université de Lyon 2, 1990.

Silvès (Faro): CSP et CST, X^oS/début XIII^oS

Alcaçova

In VARELA GOMES (R), *Xelb 1*, Museu municipal de Arqueologia, Câmara municipal de Silves, 1988.

In MATOS (de) (J.L), « Cerâmicas musulmanas do Castelo de Silves ». *Arqueologia Medieval* n^o 1, 1992. Edições Afrontamento, Porto.

In VARELA GOMES (R), « Cerâmicas muçulmanas, de Silvès, dos séculos VIII e IX ». *Primeras jornadas de Cerâmica medieval e pós medieval*. Outubro 1992, Tondela. Câmara municipal de Tondela, 1995.

In *Portugal Islâmico*, Catálogo da exposição, Museu Nacional de Arqueologia, Printer Portuguesa, 1998.

In VARELA GOMES (R), VARELA GOMES (M), *Palácio almohada da Alcáçova de Silves*. Museu nacional de Arqueologia. Junho a Dezembro, 2001. Lisboa, 2001.

Soto Blanco (Guadalajara) : CSP, XI^oS

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Tabala (Murcia) : CSP, XI^o-XII^oS?

Castellar

In MANZANO MARTÍNEZ (J), BERNAL PASCUAL (F), « La fortificación musulmana del castellar de Tabala (Murcia) », *Verdolay* n^o7.

Taibilla (Nerpio, Albacete): CSP, XI^oS-XII^oS

Castillo

In POZO MARTÍNEZ (I) et alii, 1981, op.cit.

Talamanca del Jarama (Madrid): CST, XI^oS

In RETUERCE (M), ZOZAYA (J), 1991, op.cit.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Talavera de la Reina (Madrid) : CST et CSP, XI^oS

Plaza del Pan

In RODRÍGUEZ SANTAMARÍA (A), MORALEDA OLIVARES (A), *Cerámicas medievales decoradas de Talavera de la Reina*, Talavera de la Reina, 1984.

In CASAMAR (M), VALDES (F), 1984, op.cit. fragment inédit mentionné ici note 36.

In MARTÍNEZ LILLO (S), « Plato con motivo zoomorfo de Layos (Toledo) ». *Al Qantara* VI, 1985.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Tarragona : CST, XII^oS

In SERRA VILARÓ (J), « Excavaciones en la Necropolis romano-cristiana de Tarragona ». *Memorias de la Junta superior de Excavaciones y Antigüedades*, n.133 ; 1934, p 75 et lám. XLV : 12 et 13.

In CASAMAR (M), VALDES (F), 1984, op.cit.

Tebar (Lorca) : CSP, XI^oS

Alquería de Tebar

Pièces conservées au Museo Arqueológico de Lorca, donación María Sastre.

Tejar de los Moros (Larva, Jaén) : CSP, seconde moitié du XII^oS

In QUESADA QUESADA (T), 1991, op.cit.

Tejonero (el) (Barbate, Cadiz) : CST, XI^oS-XII^oS

In LAFUENTE IBÁÑEZ (P), 1994, op.cit.

Tijola la Vieja (Almería) :

Fortifications

Fouilles de Rafael Pozo Marín

Toledo: CSP et CST, XI^oS

Calle Honda, 46 : CSP et CST, début XI^oS

Cementerio islámico del Circo romano de Toledo : CSP, XI^oS

Circo Romano : CST, XI^oS

Iglesia de San Lorenzo : CSP, début XI^oS ; CST, XI^oS

Iglesia de Santa Justa y Rufina : CSP, XI^oS

Paseo de la Basílica, 92 : CSP, XI^oS

Plaza del Seco, 12 : CST, XI^oS

Santa Úrsula, 10, 12, 14, 16 et 18 : CSP, XI^oS

Solar de la calle Reyes Católicos y calle del Angel

Testar del puente de San Martín : CSP et CST, XI^oS

Testar del Transito : sans précision

In ESCRIBA de ROMANÍ (M), *Cerámica en la ciudad de Toledo*. Segunda edición ; Madrid, 1954.

In PAVÓN MALDONADO (B), « Arte islámico y mudéjar en Toledo. Hacia unas fronteras arqueológicas ». *Al Qantara II*, 1981.

In AGUADO VILLALBA (J), *La cerámica hispanomusulmana de Toledo*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos. Madrid, 1983.

In AGUADO VILLALBA (J), « Cerámica hispanomusulmana de Toledo ». *Segundo Coloquio Cerámica medieval del mediterráneo occidental*, Toledo, 1981, Madrid, 1986.

In MARTÍNEZ LILLO (S), « Horno cerámico islámico nº1 del Circo Romano de Toledo ». *Actas del I Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo IV. Abril 1985, Huesca. Colección Actas, 9. Diputación General de Aragón. Zaragoza. Departamento de Cultura y Educación, 1986.

In AGUADO (J) et alii, « El testar del puente de San Martín (Toledo) », *Fours de potiers et «testares» médiévaux en méditerranée occidentale*, 1990, op. cit.

In MORENO GARRIDO (M. J), 1987, op.cit.

In VV.AA, *Arqueología en Castilla la Mancha*. Colección : Conocer Castilla la Mancha nº7. Junta de Comunidades de Castilla la Mancha, 1987.

In DELGADO VALERO (C), « Excavaciones en la Iglesia de San Lorenzo, Toledo ». *Noticario Arqueológico Hispánico XXIX*, 1987.

In DELGADO VALERO (C), « Excavaciones en el solar de la calle Reyes Católicos y calle del Angel ». *Actas del primer Congreso de Arqueología de la Provincia de Toledo*. Excma. Diputación Provincial de Toledo.

In AGUADO VILLALBA (J), « Panorama de la cerámica en el reino Taifa de Toledo ». *Actas del primer Congreso de Arqueología de la Provincia de Toledo*. Excma. Diputación Provincial de Toledo.

In JUAN GARCÍA (de) (A), SAINZ PASCUAL (M. J), SÁNCHEZ-PALENCIA RAMOS (F. J), « Excavación de urgencia en el cementerio islámico del Circo romano de Toledo ». *Primer congreso de Historia de Castilla la Mancha*. Tomo V. Servicio de publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla la Mancha, 1988.

In MARTÍNEZ LILLO (S), « Hornos califales de Toledo », *Fours de potiers et «testares» médiévaux en méditerranée occidentale*, 1990, op. cit.

In BARIO ALDEA (C), MAQUEDANO CARASCO (B), « Desechos de un alfar musulmán en la calle Honda, 46 ». *Toledo, arqueología en la ciudad*. Junta de Comunidades de Castilla la Mancha., 1996.

In FERNÁNDEZ GALLEGU (L), « Santa Úrsula, 10,12,14,16, y 18. Campañas 1989-1991 ». *Toledo, Arqueología en la ciudad*. Junta de Comunidades de Castilla la Mancha, 1996.

In GARCÍA SÁNCHEZ DE PEDRO (J), « Plaza del Seco, 12 ». *Toledo, Arqueología en la ciudad*. Junta de Comunidades de Castilla la Mancha., 1996.

In GARCÍA SÁNCHEZ DE PEDRO (J), « Paseo de la Basílica, 92 ». *Toledo, Arqueología en la ciudad*. Junta de Comunidades de Castilla la Mancha., 1996.

In PAZ ESCRIBANO (de) (M), JUAN GARCÍA (de) (A), « Iglesia de Santa Justa y Rufina ». *Toledo, Arqueología en la ciudad*. Junta de Comunidades de Castilla la Mancha., 1996.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Torote (Alcolea de) (Guadalajara) : CST, XI°S

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

In PAVÓN MALDONADO (B), 1984, op.cit.

Torrenueva (Motril, Granada) : CSP, début XI°S

«El Maraute»

In GOMEZ BECERRA (A) et alii, « El yacimiento medieval de « El Maraute » (Torrenueva, Municipio de Motril, Provincia de Granada) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1986. Tomo III ; p 139-146. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Tortosa (Tarragona) : CSP, fin X°S-début XI°S ; et CSP mixte-esgrafié sur manganèse, avant 1148

Plaza de Nostra Señora de la Cinta

In GUICHARD (P), 1987, op.cit. p 86.

In ESCO (C), GIRALT (J), SÉNAC (Ph), 1988, op.cit.

Tudela (Navarra): CSP mixte peint au manganèse, XII°S-XIII°S

Plaza vieja

Santa Barbara

Santa Maria Magdalena

In BIENES CALVO (J. J), « Introducción al estudio de la cerámica musulmana en la ciudad de Tudela ». *Turiaso VII*, 1987, p 115-158. Revista del Centro de Estudios Turiasonenses. Institución Fernando el Católico. Tarazona.

In NAVAS CÁMORA (L), et alii « La excavación de urgencia de la plaza vieja (Tudela-1993) ». *Arqueología Navarra*, Pamplona 1995/1996.

Uceda (Guadalajara) : CST, XI°S

In PAVÓN MALDONADO (B), 1984, op.cit.

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Uncastillo (Villa, Zaragoza) : CS sans précision, XI°-XII°S

Castillo

In VILADÉS CASTILLO (J.M), « Excavaciones arqueológicas en el Castillo de Uncastillo (Zaragoza). Campañas 1993-1994. *Arqueología Aragonesa* nº21, 1994.

Uxó (Castellón de la Plana) : CST, première moitié du XII°S ; CSP mixte-esgrafié sur manganèse, fin XII°S-début XIII°S

In GUICHARD (P), 1987, op.cit.

In BAZZANA (A), « Un Êiïn valenciano : Shñn (Uxó) en vall d'Uixó (Castellón) » I et II, *Quaderns de Pre-historia i Arqueología de Castelló* nº 17 et 20, 1996 et 1999. Diputación de Castelló.

Valencia : CSP, CSP mixte-esgrafié sur manganèse, et CST, XI°S/XIII°S

Calle En Gil : CSP et CST, XI°S

Calle Juan Villarrasa : CST, XI°S

Calle Calabazas : CST, XI°S

Calle Sagunto, 127: CSP, XII°S

Calle Tossal de Sant Esteve : CSP, XII°S

Calle Avelanas : CSP mixte-esgrafié sur manganèse, XII°S-XIII°S

Calle Embajador Vich : CSP, XII°S

Calle Maria de Molina : CSP, XII°S

Cauce del Rio Turia : CSP, XII°S ?

Mercado municipal de Valencia : CSP, XII°S ?

Palacio Parcent : CST, XI°S

Plaza de la Reina : CSP, XII°S

Plaza de la Almoyna : CST, XI°S

Plaza Margarita Valldaura : CSP, XI°S

In GONZÁLEZ MARTÍ (M), *Cerámica del Levante español*. I. Loza. Barcelona, 1944.

In MATEU y LLOPIS (F), « Hallazgos cerámicos en Valencia », *Al-Andalus*, Volume XVI, 1951, p 165 à 167.

In MATEU y LLOPIS (F), « Hallazgos en la Plaza de la Almoyna ». *Archivo de Prehistoria Levantina*, Valencia, 1952.

In BAZZANA (A) et alii, *La cerámica islámica en la ciudad de Valencia. Tomo I. Catálogo*. Valencia, 1983.

In AGUILERA CERNI (V), (coord.), *Historia del arte valenciano* nº1. Edición : Biblioteca valenciana, Valencia 1986.

In NAVARRO PALAZÓN (J), « La cerámica con decoración esgrafiada ». *Historia de la cerámica valenciana*. Tome II. Vicent García editores S. A. Valencia. 1987.

In BLASCO (J), CAMPS (C), MONRAVAL (J. M), « La construcción de viviendas islámicas tras ser destruidas por una riada S. XI ». *Segundo Congreso de Arqueología medieval española*. Tomo II. Madrid, 1987.

In LERMA (J.V), MIRALLES (I), SOLER (M.P), « Cerámicas musulmanas de « El Tossalet de Sant Esteve », Valencia ».

In SOLER FERRER (M. P), « La cerámica con decoración de cuerda seca ». *Historia de la cerámica valenciana*. Tome II. Vicent García editores S.A. Valencia. 1987.

In VV. AA, *Al Andalus. Las artes islámicas en España*. Ed. El Viso, Madrid, 1992.

In THIRIOT (J) (articles recueillis par), « Les ateliers ». *Le Vert et le Brun de Kairouan à Avignon*, 1995, op.cit.

Valladolid : CSP et CSP mixte-esgrafié sur mangane, fin XII°S-début XIII°S

Monasterio de San Benito el Real

In FERNÁNDEZ NANCLARES (A), MARTÍN MONTES (M. A), MOREDA BLANCO (J), « Excavaciones arqueológicas en el Monasterio de San Benito el Real de Valladolid. Un interesante fragmento de cerámica con decoración esgrafiada y cuerda seca parcial ». *Boletín de Arqueología medieval* nº3, 1989. Ed. de la Asociación española de Arqueología medieval, Madrid.

In FERNÁNDEZ NANCLARES (A), MOREDA BLANCO (J), MARTÍN MONTES (M. A), « Monasterio de San Benito el Real de Valladolid : Producciones cerámicas plenomedievales ». *Arqueología urbana en Valladolid*. Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Bienestar social, 1991, Valladolid.

Valtierra (Navarra) :

Castillo

In ÚBEDA RUIZ (C.J), « Avance de la campaña de excavación del año 1997 en el yacimiento El Castillo (Valtierra) ». *Arqueología Navarra* nº13, 1997-1998. Gobierno de Navarra, Pamplona.

Vascos (Navalmorealejo, Toledo) : CSP, XI°S

In IZQUIERDO BENITO (R), « Excavaciones en la ciudad hispanomusulmana de Vascos (Navalmorealejo, Toledo). Campañas 1975-78. *Noticiario Arqueológico Hispánico* VII, 1979. Ministerio de Cultura.

In IZQUIERDO BENITO (R), *Excavaciones en la ciudad hispanomusulmana de Vascos (Navalmorealejo, Toledo). Campañas 1983-1988*. Ed. Servicio de publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-la-Mancha.

In IZQUIERDO BENITO (R), « Ciudad hispanomusulmana de Vascos (Navalmorealejo, Toledo) ». *Noticiario Arqueológico Hispánico* XVI, 1983. Ministerio de Cultura.

In IZQUIERDO BENITO (R), *La cerámica hispanomusulmana decorada de Vascos (Toledo)*. Homenaje al Profesor Martín Almagro Basch. Tomo IV. Madrid, 1983.

In IZQUIERDO BENITO (R), « Los baños árabes de Vascos (Navalmorealejo, Toledo) ». *Noticiario Arqueológico Hispánico* XXVIII, 1986. Ministerio de Cultura.

In IZQUIERDO BENITO (R), « Tipología de la cerámica hispanomusulmana de Vascos (Toledo) ». *Segundo Coloquio Cerámica medieval del Mediterráneo occidental*, Toledo, 1981, Madrid, 1986.

In IZQUIERDO BENITO (R), « La vivienda en la ciudad hispanomusulmana de Vascos (Toledo). Estudio arqueológico ». *La casa hispanomusulmana. Aportaciones de la Arqueología*. Publicaciones del Patronato de la Alhambra y del Generalife. Granada, 1990.

In IZQUIERDO BENITO (R), « Nuevas formas cerámicas de Vascos ». *Arqueología y territorio medieval* nº6, 1999. Universidad de Jaén.

In IZQUIERDO BENITO (R), *La Ciudad hispanomusulmana de Vascos (Navalmorealejo, Toledo)*. Diputación Provincial de Toledo. Toledo, 2000.

Vélez Rubio (Almería) : CSP et CST, XI°S-XII°S

Cerro del Castellón

In MOTOS GUIRAO (I), « Cerámica hispano-musulmana de « cuerda seca » de la frontaleza de Balis al-Ahmar (Cerro del Castellón. Vélez Rubio, Almería). Colección Miguel Guirao ». *Arqueología. Comarca de los Vélez (Almería). Homenaje al profesor Miguel Guirao Gea. Revista Velezana*. Ayuntamiento de Vélez Rubio. Instituto de Estudios Almerienses. Diputación Provincial de Almería, 1994.

In GUIRAO GEA (M), « Cerámica musulmana en el Castellón (Vélez-Rubio) ». *Arqueología. Comarca de los Vélez (Almería). Homenaje al profesor Miguel Guirao Gea. Revista Velezana*. Ayuntamiento de Vélez Rubio. Instituto de Estudios Almerienses. Diputación Provincial de Almería, 1994.

Verdolay (Murcia) : CSP, XI°-XII°S

Castillo de Santa Catalina del Monte

In MANZANO MARTÍNEZ (J), BERNAL PASCUAL (F), CALABUIG JORDÁN (R), « El castillo de Santa Catalina del Monte (Verdolay-Murcia) : un hisn de época musulmana ». *Verdolay*, nº3, 1991. Murcia.

Villaescusa de Haro (Ciudad Real) : CSP

In RETUERCE VELASCO (M), 1998, op.cit.

Villavieja (Castellón de la Plana) : CST

In GONZÁLEZ MARTÍ (M), *Cerámica del Levante español*. I. Loza. Barcelona, 1944 ; p 52.

In CASAMAR (M), VALDES (F), 1984, op.cit.

Villel (Teruel) : CS sans précision

In CASABONA SEBASTIÁN (J. F), IBÁÑEZ GONZÁLEZ (J. F), « Excavaciones arqueológicas en el castillo de Villel (Teruel) ». *Arqueología Aragonesa* nº21, 1994.

Villena (Alicante) :

Castillo de Salvatierra : CSP et CST, sans précision chronologique

Castillo de la Atalaya : CSP et CSP mixte-esgrafié sur manganèse : Fin XII^oS- début XIII^oS, époque almohade.

In SOLER GARCÍA (J. M), « La cerámica medieval de Villena (Alicante) ». *IV Congreso de Arqueología medieval española*. Tomo III. Alicante, 1993.

Yecla (Murcia): CSP, fin XI^oS-début XII^oS

Cerro del Castillo

In RUIZ MOLINA (L), « Primera campaña de excavaciones arqueológicas en el Cerro del Castillo. Julio 1990 (Yecla, Murcia) ». *Memorias de Arqueología*, 5, 1990. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.

In RUIZ MOLINA (L), « Segunda campaña de excavaciones arqueológicas en el Cerro del Castillo. Junio 1991. (Yecla, Murcia) ». *Memorias de Arqueología*, 6, 1991, Murcia. Comunidad autónoma de Murcia. Consejería de Cultura y Educación.

In RUIZ MOLINA (L), *?iïn Yakka. Un castillo rural de ?arq al Andalus. Siglos XI al XIII. Excavaciones arqueológicas en el cerro del Castillo de Yecla (1990-1999)*. 2000.

Zafranales (Fraga, Huesca) : CSP, fin XI^oS

In MONTÓN BROTO (F), « Un asentamiento musulmán cerca de Fraga (Huesca) : Zafranales». *Actas del Primer Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo III. Huesca, Abril 1985. Colección Actas, 9. Diputación General de Aragón. Zaragoza. Departamento de Cultura y Educación, 1986.

In ESCO (C), GIRALT (J), SÉNAC (Ph), 1988, op.cit.

In MONTÓN BROTO (F), «Memoria de la excavación en Zafranales, 1993, 8^a campaña. » *Arqueología aragonesa* nº20, 1993.

In MONTÓN (F. J), « El poblamiento de la frontera hispano-musulmana en Al Andalus durante el siglo XI : Zafranales (Huesca) ». *Archéologie islamique* nº7. Ed. Maisonneuve et Larose. Paris, 1997.

In MONTÓN (F. J), « Los materiales islámicos del yacimiento de Zafranales (Fraga, Huesca) ». *Bolskan*, 14, 1997.

Zaragoza : CSP et CST, XI^oS

Antiguo Palacio de Los Armijo: CST, première moitié du XI^oS ?

Calle Martín Carrillo

Calle Coso nº114, angular a calle Espartero

Calle M. Carillo, Calle Universidad et Calle Organo : CSP, XI^oS

Calle Gavín, 8-10 et calle Palafox, 17-19-21 : CST, XI^oS

Calles de las Armas-San Pablo: CST et CSP, XI^oS- début XII^oS

Calles Ramón y Cajal, Villa Espierba-Castrillo y Camon Aznar

Instituto nacional de Bachillerato, Mixto 4, Plaza de San Pedro Nolasco-San Vicente de Paul : CSP, XI^oS-XII^oS

Plaza de la Seo

Plaza del Rosario, calles Villacampa, Ibor et Manuel Lacruz

Puerta de Toledo

Teatro romano de Zaragoza : CSP, fin XI^oS

In VV. AA, *Arqueología de las ciudades modernas superpuestas a las antiguas*. Zaragoza, 1983. Ministerio de Cultura. Institución Fernando el Católico. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Madrid, 1985

In VILADÉS CASTILLO (J.M), «Cerámica árabe del teatro romano de Zaragoza ». *Actas del I Congreso de Arqueología medieval española*, Tomo IV. Abril 1985, Huesca. Colección Actas, 9. Diputación General de Aragón. Zaragoza. Departamento de cultura y educación, 1986.

In ALVAREZ GRACIA (A) et alii, *Arqueología urbana en Zaragoza 1984-1986*. Zaragoza, 1986.

In VILADÉS CASTILLO (J.M), « Cerámica islámica de la excavación del teatro romano de Zaragoza ». *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas*, 1986.

In VILADÉS CASTILLO (J.M), « La Zaragoza musulmana : Breve introducción histórica ». *Segundas jornadas de Cultura islámica. Exposición de arte, tecnología y literatura hispano-musulmanes* ». Instituto occidental de cultura islámica. Teruel, 1988.

In AGUILERA (I), « Caesaraugusta : excavaciones en el instituto nacional de Bachillerato, Mixto 4 ». *Arqueología Aragonesa* nº11, 1988-89.

In CASABONA (J. F), DELGADO (J), « Informe de la excavación del solar de C/ M Carillo, C/ Universidad y C/ Organo (Zaragoza) ». *Arqueología Aragonesa* nº11, 1988-89.

In GALVE IZQUIERDO (P), BENAVENTE SERRANO (J. A), « La necrópolis islámica de la puerta de Toledo de Zaragoza ». *III Congreso de Arqueología medieval española*. Tomo II. Oviedo, 1989.

In MOSTALAC CARRILLO (A), « Los hornos islámicos de Zaragoza », *Fours de potiers et «testares» médiévaux en méditerranée occidentale*, 1990, op. cit.

In ALVAREZ GRACIA (A), « La cerámica », in VV. AA, *Zaragoza, Prehistoria y Arqueología*. Ayuntamiento de Zaragoza, Gerencia de urbanismo. Zaragoza, 1991.

In BLANCO MORTE (A), CEBOLLA BERLANGA (J.L), « Excavación arqueológica del solar de la calle Coso nº114, angular a calle Espartero. Zaragoza. Casco histórico ». *Arqueología Aragonesa* nº20, 1993.

- In CEBOLLA BERLANGA (J. L), NOVELLÓN MARTÍNEZ (C), « Excavación arqueológica de los solares de calle Gavín nº8-10 y calle Palafox nº17-19-21. (Zaragoza, casco histórico). *Arqueología Aragonesa* nº21, 1994.
- In HERNÁNDEZ VERA (J. A), BIENES CALVO (J. J), CASASÚS ALCÁINE (J. I), « Excavaciones en la Seo del Salvador. Zaragoza ». *Arqueología Aragonesa* nº21, 1994.
- In VILADÉS CASTILLO (J.M), « Excavación arqueológica en el antiguo Palacio de Los Armijo. (1993-1994) ». *Arqueología Aragonesa* nº21, 1994.
- In ALVAREZ GRACIA (A), MOSTALLAC CARILLO (A), « Informe sobre las excavaciones arqueológicas en el antiguo Instituto de Bachillerato Mixto 4. Plaza de San Pedro Nolasco-San Vincente de Paul. Zaragoza ». *Arqueología Aragonesa* nº21, 1994.
- In THIRIOT (J) (articles recueillis par) et MOSTALLAC CARILLO (A), « Les ateliers. Les fours islamiques de Saragosse ». *Le Vert et le Brun de Kairouan à Avignon*, 1995, op.cit.
- In PÉREZ ARANTEGUI (J), SOTO (M), CASTILLO (J.R), « Examination of the « *cuerva seca* » decoration technique on islamic ceramics from al Andalus (Spain) ». *Journal of Archeological Science*, 1999. Academic Press.

LA CUERDA SECA EN MÉDITERRANÉE :

Algérie :

Bougie :

- In MARCAIS (G), 1916, *Les poteries et faïences de Bougie* (Collection Debruge).Constantine ; p 23-24 ; Lam.IX et XII :4/5
- In MEKINASI (A), « Estudio preliminar de la cerámica arcaica musulmana de Marruecos ». *Tamuda* VI, 1958, Tetuán.
- In CASAMAR (M), VALDES (F), 1984, op.cit.

Tagdempt-Tahert : CSP, XII^oS XIII^oS

- In MOKRANI (M.A), « A propos des céramiques trouvées sur le site de Tagdempt-Tahert, lors des fouilles de 1958-1959 ». *La céramique médiévale en Méditerranée*. 1997, op.cit.

Tlemcén :

- In BEL (A), 1914, *Un atelier de poteries et de Faïences découvert à Tlemcén*. Constantine ; p 57 fig. 41 :2,3,4
- In CASAMAR (M), VALDES (F), 1984, op.cit.

Tunisie :

Kalaa des Beni-Hammad : XIII^oS

- In BEYLIÉ (de) (L), *La Kalaa des Beni-Hammad, une capitale berbère de l'Afrique du Nord au XI^oS*. Ed. Ernest Leroux. Paris, 1909.
- In MARCAIS (G), *Les poteries et les faïences de la Qal'a des Banu Hammad (XI^oS)*.Constantine, 1913.
- In GOLVIN (L), *Recherches archéologiques à la Qal'a des Banû Hammâd*. Ed. Maisonneuve et Larose. Paris, 1965.
- In GOLVIN (L), « *Les céramiques émaillées de période hammâdide.Qal'a des Banû Hammâd (Algérie)* ». *La céramique médiévale en méditerranée occidentale*, X-XV^oes Siècles, Valbonne, 1978.

Maroc :

Ain Gheboula : CST, XII^oS

- In RICARD (P), DELPY (A), « Note sur la découverte de spécimens de céramique marocaine du Moyen Age ». *Hespéris*.Tome XIII, Fascicule 2, 1931. Librairie Larose. Paris.
- In TERRASSE (H), « La céramique hispano-maghrébine du XII^o siècle d'après les fouilles du château de l'Aïn Ghaboula (Dchîra) ». *Hespéris*. Tome XXIV, 1937. Librairie Larose, Paris.

al-Baïra : CSP et CST, XI^oS

- In BENCO (N), *The early medieval pottery industry at al-Baïra, Marocco*. BAR international series nº341, 1987, Oxford, England, p 68-71.

Bahira : XIII^oS

- In FILI (A), «????????? la Madrasa mérinide al-Bu'in?niyya de Fès ». *Transfretana*. Revista del Instituto de Estudios Ceuties 2000. Monografias nº4.

Belyounech : CSP et CST, époque almohade

- In GRENIER de CARDENAL (M), « Recherches sur la céramique médiévale marocaine ». *La céramique médiévale en Méditerranée occidentale*, X-XV^oes Siècles, Valbonne, 1978.

Djebba : CSP, CST

- In BAZZANA (A), MONTMESSIN (Y), 1991, op.cit.

Fès : CSP, XIV^oS

Madrasa mérinide al-Bu'in?niyya

- In FILI (A), 2000, op.cit.

Marrakech : CSP et CST, époque almohade et mérinide

Puits du quartier Sidi 'Abd al 'Az?z : CST

Silo sur l'emplacement du « collège musulman de Marrakech », près de Bab Aghmat : CSP

- In RICARD (P), DELPY (A), « Note sur la découverte de spécimens de céramique marocaine du Moyen Age ». *Hespéris*.Tome XIII, Fascicule 2, 1931. Librairie Larose. Paris.
- In DEVERDUN (G), ROUCH (M), « Note sur de nouveaux documents de céramique marocaine découverts à Marrakech ». *Hespéris*. Tome XXXVI, 1949, 3^o et 4^o Trimestres. Librairie Larose, Paris.
- In MEUNIÉ (J), TERRASSE (H), *Recherches archéologiques à Marrakech*. Publications de l'Institut des Hautes Etudes marocaines. Tome LIV. Paris, 1952.
- In MEUNIÉ (J), TERRASSE (H), *Nouvelles recherches archéologiques à Marrakech*, 1957.

Nakur : CSP, XI^oS

In ACIÉN ALMANSA (M), CRESSIER (P), ERBATI (E), PICON (M), « La cerámica a mano de Nakur (Siglos IX-X) producción beréber medieval ». *Arqueología y territorio medieval* nº6, 1999, Universidad de Jaén. Actas del coloquio : « La cerámica andalusí 20 años de investigación ».

Qsar es Seghir : CSP et CST, XII°S-XIII°S

In MEKINASI (A), « Estudio preliminar de la cerámica arcaica musulmana de Marruecos ». *Tamuda* VI, 1958, Tetuán.

In REDMAN (CH.L), « Late medieval ceramics from Qsar es-Seghir ». *La céramique médiévale en Méditerranée occidentale*, X–XVèmes Siècles, Valbonne, 1978.

In REDMAN (CH.L), «La céramique du Moyen Age tardif à Qsar es Seghir ». *Bulletin d'archéologie marocaine*, Tome XII, 1979-1980. Ministère d'Etat chargé des affaires culturelles. Service d'Archéologie du Royaume du Maroc.

Salé : CST, XII°S/XIV°S

Rue Zenata, Bab Chaafa

In RICARD (P), DELPY (A), « Note sur la découverte de spécimens de céramique marocaine du Moyen Age ». *Hespéris*. Tome XIII, Fascicule 2, 1931.

In DELPY (A), « Note sur quelques vestiges de céramique recueillis à Salé ». *Hespéris*, 1955, Tome 42. Librairie Larose. Paris.

Taghssa : CST, fin XI°S-XII°S et XIV°S

In BAZZANA (A), MONTMESSIN (Y), « Quelques aspects de la céramique médiévale du Maroc du Nord ». Congrès international sur *La céramique médiévale en méditerranée occidentale*. Rabat, 1991.

In FILI (A), 2000, op.cit.

Taza : XII°S-XIII°S

In FILI (A), 2000, op.cit

Témara:

In MEKINASI (A), « Estudio preliminar de la cerámica arcaica musulmana de Marruecos ». *Tamuda* VI, 1958, Tetuán.

France :

Camargue :

In AMOURIC (H), DEMIANS D'ARCHAMBAUD (G), VALLAURI (L), « De Marseille au Languedoc et au Comtat Venaissin : les chemins du vert et du brun ». *Le Vert et le Brun de Kairouan à Avignon*, 1995, op.cit.

Hyères (Var): CST, XIII°S

Olbia, Saint Pierre de l'Almanarre

In DEMIANS D'ARCHAMBAUD (G), PICON (M), « Les céramiques médiévales en France méditerranéenne. Recherches archéologiques et de laboratoire ». *La céramique médiévale en Méditerranée occidentale*, X–XVèmes Siècles, Valbonne, 1978.

In AMOURIC (H), RICHEL (F), VALLAURI (L), *Vingt mille pots sous les mers*. Musée d'Istres. Ed. Edisud, 1999. Aix-en-Provence.

Mariana (Haute-Corse) : CST, XI°S

Vestiges de la Canonica médiévale

In DEMIANS D'ARCHAMBAUD (G), « Les fouilles de Mariana III : les céramiques médiévales ». *Cahiers Corsica* nº17, Bastia, 1972.

Montpellier (Hérault) :

In DEMIANS D'ARCHAMBAUD (G), PICON (M), « Les céramiques médiévales en France méditerranéenne. Recherches archéologiques et de laboratoire ». *La céramique médiévale en méditerranée occidentale*, X–XVèmes Siècles, Valbonne, 1978.

Port Vendres (Pyrénées-Orientales : fin XII°S

Fouilles de G. Castellvi et C.Descamps.

Psalmodi (Languedoc-Roussillon):

In AMOURIC (H), DEMIANS D'ARCHAMBAUD (G), VALLAURI (L), « De Marseille au Languedoc et au Comtat Venaissin : les chemins du vert et du brun ». *Le Vert et le Brun de Kairouan à Avignon*, 1995, op.cit.

San Nicolao (Chiatra, Haute-Corse) : CST, seconde moitié du XI°S

In BERTI (G), TONGIORGI (E), « Les céramiques décoratives sur les églises romanes de Corse ». *Cahiers Corsica* nº 53-54, Bastia, 1975.

Séranon (Alpes-Maritimes) :

In DEMIANS D'ARCHAMBAUD (G), PICON (M), « Les céramiques médiévales en France méditerranéenne. Recherches archéologiques et de laboratoire ». *La céramique médiévale en méditerranée occidentale*, X–XVèmes Siècles, Valbonne, 1978.

In AMOURIC (H), DEMIANS D'ARCHAMBAUD (G), VALLAURI (L), « De Marseille au Languedoc et au Comtat Venaissin : les chemins du vert et du brun ». *Le Vert et le Brun de Kairouan à Avignon*, 1995, op.cit.

Italie :

Calathamet (Sicile): CSP, seconde moitié du XI°S- première moitié du XII°S

In MOLINARI (A), « La produzione e la circolazione delle ceramiche siciliane nei secoli X-XIII ». Congrès international sur *La céramique médiévale en Méditerranée occidentale*. Rabat, 1991, p 194.

Genova :

Palazzo Ducale: CSP, XII°S

In CABONA (D), GARDINI (A), PIZZOLO (O), « Nuovi dati sulla circolazione delle ceramiche mediterranee dallo scavo di Palazzo Ducale a Genova (secc.XII-XIV) » Colloque international : *La ceramica medievale nel mediterraneo occidentale*, 1986, op.cit.

Ligurie : CST, XI^e-XIII^eS

In CABONA (I et D), GARDINI (A), MANNONI (T), MILANESE (M), « Contributi dell' Archeologia ligure alle conoscenze dei prodotti ceramici nel Mediterraneo occidentale ». *Segundo Coloquio Cerámica medieval del Mediterraneo occidental*, Toledo, 1981, Madrid, 1986.

Pise :

San Piero a Grado : CST, début XI^eS

In SOUSTIEL (J), *La céramique islamique*. Ed. Office du livre. Fribourg, 1985.

In BERTI (G), MANNONI (T), « La ceramice a « *cuerva seca* » utilizzate como Bacini in Toscana ed in Corsica ».

Congrès international sur *La céramique médiévale en Méditerranée occidentale*. Rabat, 1991.

In BERTI (G), GELICHI (S), « Mediterranean ceramics in late medieval Italy ». *Boletín de arqueología medieval* n°6, 1992. Asociación española de arqueología medieval.

San Sisto : CST, seconde moitié du XI^eS

In BERTI (G), MANNONI (T), « La ceramice a « *cuerva seca* » utilizzate como Bacini in Toscana ed in Corsica ».

Congrès international sur *La céramique médiévale en Méditerranée occidentale*. Rabat, 1991.

San Zeno : CST, début XI^eS

In BERTI (G), MANNONI (T), 1991, op.cit.

Villa a Roggio (Colognera-Pescaglia) : CST, seconde moitié du XI^eS

Chiesa di San Michele di Castello

In BERTI (G), TONGIORGI (L), « Ceramiche decorate (XI-XIV secolo) di importazione da vari centri del Mediterraneo e di produzione locale sulla base della documentazione in Toscana ». *La céramique médiévale en méditerranée occidentale*, X-XVèmes Siècles, Valbonne, 1978.

In BERTI (G), MANNONI (T), « La ceramice a « *cuerva seca* » utilizzate como Bacini in Toscana ed in Corsica ».

Congrès international sur *La céramique médiévale en Méditerranée occidentale*. Rabat, 1991.

Proche-Orient :

Fostat, Le Caire (Egypte) : CST, XI^eS-XII^eS ?

In BAHGAT BEY (A), 1922 lam.I. *La Céramique égyptienne de l'époque musulmane*. Frobenius. Bâle.

In PHILON (H) : *Early Islamic Ceramics, Ninth to Twelfth Centuries*. Islamic Art Publication

In CASAMAR (M), « Lozas de *cuerva seca* con figuras de pavones en los museos de Málaga y el Cairo ». *Mainake* II-III, 1980-81.

In CASAMAR (M), VALDES (F), 1984, op.cit.

Suse (Iran) : CSP, VIII^eS et IX^eS ?

In *Les Andalousies de Damas à Cordoue*. Institut du Monde Arabe, Paris, 2000. Ed. Hazan. p 36.

In KOEHLIN (R), « Les céramiques musulmanes de Suse au Musée du Louvre » in *Mémoires de la mission archéologique de Perse*. Tome XIX. Mission en Susiane sous la direction de R. de Mecquenem et V. SCHEIL. Paris. Librairie Ernest Leroux, 1928 ; p 69.

In BERNUS-TAYLOR (M), « La céramique de l'Orient musulman des premiers siècles de l'Islam ». *Le Vert et le Brun de Kairouan à Avignon*, 1995, op.cit.

In MOULIÉRAC (J), *Céramiques du monde musulman*. Collection de l'institut du Monde Arabe et de J.P et F. Croisier. Paris. 1999

Cerámica del Levante español. Siglos medievales I. La loza. Barcelona-Madrid, 1944 et GÓMEZ MORENO (M), « El arte español hasta los almohades », *Ars Hispaniae* III, Madrid, 1951.

NOTES

1 GONZALEZ MARTI (M), *Ceramica del Levante español. Siglos medievales I. La loza*. Barcelona-Madrid, 1944 et GOMEZ MORENO (M), « El arte español hasta los almohades », *Ars Hispaniae* III, Madrid, 1951.

2 Depuis 1981, pour éviter les confusions, on utilise les termes de *cuerva seca* totale pour décrire les pièces complètement glaçurées et *cuerva seca* partielle pour les pièces où le décor laisse voir en partie la terre cuite. Ces termes ont été proposés par M. CASAMAR et F. VALDES lors du Segundo Coloquio sobre cerámica medieval del Mediterraneo occidental. Toledo, 1981, Madrid, 1986. Ils permettent d'éviter les confusions engendrées par l'usage du terme « verdugones » qui a pu faire croire à une technique distincte.

3 Nous nous référons par exemple au fameux pichet découvert à Suse (Iran) et conservé au musée du Louvre ; il a été daté du IX^e siècle, mais sa datation mériterait peut être d'être éclairée cf. en autres in KOEHLIN (R), « Les céramiques musulmanes de Suse au Musée du Louvre » in *Mémoires de la mission archéologique de Perse*. Tome XIX. Mission en Susiane sous la direction de R. de Mecquenem et V. Scheil. Paris. Librairie Ernest Leroux, 1928 ; il en est de même pour les exemplaires recueillis à Samarra (Irak) : cf. in SARRE (F), *Die keramik von Samarra*, Berlin, 1925.

La couche stratigraphique des *cuerva seca* les plus anciennes mises au jour à Silvès (Portugal) a été datée par C¹⁴ « de la fin de l'émirat » cf. in VARELA GOMES (R), « Cerâmicas musulmanas do Castelo de Silves », *Xelb* 1, Museu municipal de Arqueologia, Câmara municipal de Silves, 1988 ; les datations attribuées à ce site font l'objet d'un débat.

4 Cf. par exemple in :

PUERTAS TRICAS (R), *La cerámica islámica de cuerva seca en la Alcazaba de Málaga*. Ayuntamiento de Málaga, 1989.

SOLER FERRER (M.P.), *Historia de la cerámica valenciana*. Tomo II. Vicent García editores S.A. Valencia. 1987.

BAZZANA (A) et alii, *La cerámica islámica en la ciudad de Valencia*. Tomo I. *Catálogo*. Valencia, 1983.

RETUERCE VELASCO (M), *La cerámica andalusí de la Meseta*. Tomo I. Colección Cran Estudios. Septiembre 1998.

5 Cf. in CASAMAR (M), VALDES (F), « Origen y desarrollo de la técnica de *cuerva seca* en la península ibérica y en el Norte de Africa durante el siglo XI ». *Al-Qanðara*, Madrid, 1984 ; voir aussi in ZOZAYA (J), « Variantes geográficas de la cerámica omeya andalusí : los temas deco-

- rativos ». Colloque international : *La cerámica medieval nel mediterraneo occidentale*. Siena-Faenza, 1984. Edizioni All' Insegna del Giglio, 1986.
- 6 Cf par exemple, pour Madinat al-Zahra in VELÁZQUEZ BOSCO, *Medina Azzahra y Alamiyya*. Madrid, 1912 ; pour Pechina in CASTILLO GALDEANO (F), MARTÍNEZ MADRID (R), « Estudio de los materiales cerámicos de Bayyana (Pechina, Almería) ». *Anuario arqueológico de Andalucía*, 1991. Tomo II ; Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía ; et in ACIÉN ALMANSA (M), CASTILLO GALDEANO (F), MARTÍNEZ MADRID (R), « Excavación de un barrio artesanal de Bayyana (Pechina, Almería) ». *Archéologie Islamique* n°1. Editions Maisonneuve et Larose. Paris, 1990 ; pour Almería in DOMÍNGUEZ BEDMAR (M) et MUÑOZ MARTÍN (M), « Madinat al Mariyya, estudio preliminar de las cerámicas aparecidas en sus atareznas ». *Segundo Congreso de Arqueología medieval española*. Tomo II. Madrid, 1987. etc.
- 7 Cf in VALDÉS FERNÁNDES (F), *La Alcazaba de Badajoz. I. Hallazgos islámicos (1977-1982) y testar de la puerta del Pilar*, Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, 1985, p 298-299 et in MORENO GARRIDO (M.J), «La cerámica de cuerda seca peninsular : origen y dispersión ». *Segundo Congreso de Arqueología medieval española*. Tomo III. Madrid, 1987.
- 8 Les seules analyses existantes, à notre connaissance, sur du matériel de *cuerda seca* ont été publiées in: PÉREZ ARANTEGUI (J), SOTO (M), CASTILLO (J.R), « Examination of the « *cuerda seca* » decoration technique on islamic ceramics from al Andalus (Spain) ». *Journal of Archaeological Science*, 1999. Academic Press ; in APARICIO YAGÜE (A), *Informe sobre muestras cerámicas con decoración verde manganeso, cuerda seca total y cuerda seca parcial, de las áreas de Málaga, Marbella y Mértola*. Document interne pour le Campo Arqueológico de Mértola, Portugal. Abril 1998 ; in VALDES FERNANDES (F), 1985 op.cit. ; in BERTI (G), MANNONI (T), « Ceramiche medievali del Mediterraneo occidentale : considerazioni su alcune caratteristiche tecniche ». *A cerâmica medieval no mediterrâneo occidental*. Lisboa, 1987, Campo Arqueológico de Mértola, 1991 ; et in DEMIANS D'ARCHAMBAUD (G), LEMOINE (Ch), PICON (M), VALLAURI (L), « Recherches de laboratoire sur les ateliers médiévaux espagnols ». *Segundo Colloquio Cerámica medieval del Mediterraneo occidental*, Toledo, 1981, Madrid, 1986.
- 9 MOLERA (J), PRADELL (T), SALVADÓ (N), VENDRELL-SAZ (M), « Interactions between clay bodies and lead glazes ». *Journal of American Ceramic Society* n°84, 2001 ; p 1120-1128.
- 10 Voir par exemple in THIRIOT (J), «Les ateliers», *Le Vert et le Brun de Kairouan à Avignon*, Céramiques du X° au XV° siècle, Catalogue de l'Exposition, Editions de la réunion des musées nationaux, 1995.
- 11 Voir l'analyse faite concernant l'approvisionnement et la consommation de céramique à Málaga dans DEMIANS D'ARCHAMBAUD (G), et alii, 1986, op.cit.
- 12 La plupart des villes abritant une cour à l'époque des Taïfas ou un pouvoir local telles par exemple : Tortosa, Huesca ou Santarém.
- 13 A titre d'exemple: El cortijo de Las Casas (Huelma), site de hauteur dans une zone montagneuse (Sierra Magina) importante pour ses axes de communication (X°S-XI°S) : QUESADA QUESADA (T), MOTOS GUIRAO (E), RODRIGUEZ AGUILERA (A), « Cerámica altomedieval de Sierra Mágina (Jaén) », *Estudios de Historia y de Arqueología medievales*, Volumen XI, Universidad de Cádiz, 1996. ou Zafranales (Huesca), site rural du XI°S-début XII°S : ESCO (C), GIRALT (J), SÉNAC (Ph), *Arqueología islamica en la Marca Superior de Al-Andalus*. Diputación de Huesca, Huesca, 1988.
- 14 Par exemple : La iglesia de (Huesca), fin IX°S-XI°S in ESCO (C), GIRALT (J), SÉNAC (Ph), op.cit ; ou bien le Castellar d'Alcoy (X°S-XI°S).
- 15 C'est le cas pour la Marche supérieure : Alberuela de Tubo (fin IX°-X°S), Huesca, base militaire in ESCO (C), GIRALT (J), SÉNAC (Ph), op. cit.
- 16 PICARD (CH), *L'océan atlantique musulman, de la conquête arabe, à l'époque almohade*. Editions Maisonneuve et Larose. Paris, 1997.
- 17 ACIÉN ALMANSA (M), « Del estado califal a los estados taifas. La cultura material ». *Actas del V Congreso de Arqueología Medieval Española*. Volumen 2. Valladolid, Marzo de 1999 ; Junta de Castilla y León. Consejería de Educación y cultura, 2001, p 493-513.
- 18 ROSSELLO BORDOY (G), « La céramique arabe à Mallorca », *La céramique médiévale en Méditerranée occidentale, X-XVèmes Siècles*, Valbonne, 1978.
- 19 NAVARRO PALAZON (J), 1986, op. cit. ; et ROSSELLO BORDOY (G), « Mallorca : comercio y cerámica a lo largo de los siglos X al XIV », *Segundo Colloquio Cerámica medieval del Mediterraneo occidental*, Toledo, 1981, Madrid, 1986.
- 20 S.Martinez Lillo rend compte pour sa part de la production des fours d'époque califale et du testar situés sur le site du cirque romain de Tolède. Cf In MARTINEZ LILLO (S), « Hornos califales de Toledo », *Fours de potiers et « testares » médiévaux en méditerranée occidentale*, Madrid, 8-10 Janvier 1987, Publications de la Casa de Velázquez, Madrid, 1990.
- 21 AGUADO VILLALBA (J), « Cerámica hispanomusulmana de Toledo ». *Segundo Colloquio Cerámica medieval del Mediterraneo occidental*, Toledo, 1981, Madrid, 1986.
- 22 PICON (M), THIRIOT (J), VALLAURI (L), « Provenances, laboratoires et archéologie », *Le Vert et le Brun de Kairouan à Avignon*, Céramiques du X° au XV° siècle, Catalogue de l'Exposition, Editions de la réunion des musées nationaux, 1995.
- 23 MOSTALAC CARRILLO (A), « Los hornos islámicos de Zaragoza », *Fours de potiers et « testares » médiévaux en méditerranée occidentale*, Madrid, 8-10 Janvier 1987, Publications de la Casa de Velázquez, Madrid, 1990.
- 24 THIRIOT (J), 1995, op.cit.
- 25 DEMIANS D'ARCHAMBAUD (G), et alii, 1986, op.cit.
- 26 cf. par exemple in GISBERT SANTONJA (J. A), « Los hornos del alfar islámico de la avenida Mongó - Calle Teulada, Casco urbano de Dénia (Alicante) ». *Fours de potiers et « testares » médiévaux en méditerranée occidentale*, Madrid, 1987. Publications de la Casa de Velázquez, Madrid, 1990.
- 27 DEMIANS D'ARCHAMBAUD (G), et alii, 1986, op.cit.
- 28 cf par exemple in FLORES ESCABOSA (I), MUÑOZ MARTÍN (M.M), LIROLA DELGADO (J), « Las producciones de un alfar islámico en Almería ». *Arqueología y territorio medieval* n°6, 1999. Universidad de Jaén.

- 29 MARTINEZ CAVIRO (B), *Catalogo de cerámica española*, Instituto Valencia de Don Juan, Madrid, 1968.
- 30 QUESADA QUESADA (T), MOTOS GUIRAO (E), RODRIGUEZ AGUILERA (A), 1996, op.cit.
- 31 Voir par exemple in PICARD (C), « Les étapes de l'essor des relations maritimes sur l'Océan Atlantique entre l'Andalus et le Maghreb occidental », *Arqueologia Medieval* n° 3, 1995.
- 32 NAVARRO PALAZON (J), 1986, op.cit.
- 33 DEMIANS D'ARCHAMBAUD (G), PICON (M), « Les céramiques médiévales en France méditerranéenne. Recherches archéologiques et de laboratoire ». *La céramique médiévale en Méditerranée occidentale*, X-XV^eS, Valbonne, 1978.
- 34 CABONA (I et D), GARDINI (A), MANNONI (T), MILANESE (M), « Contributi dell' Archeologia ligure alle conoscenze dei prodotti ceramici nel mediterraneo occidentale ». *Segundo Colloquio Cerámica medieval del Mediterraneo occidental*, Toledo, 1981, Madrid, 1986 ; et BERTI (G), TONGIORGI (L), « Ceramiche decorate (XI-XIV secolo) di importazione da vari centri del mediterraneo e di produzione locale sulla base della documentazione in Toscana ». *Segundo Colloquio Cerámica medieval del Mediterraneo occidental*, Toledo, 1981, Madrid, 1986.
- 35 ROSSELLO BORDOY (G), « La céramique arabe à Mallorque », *La céramique médiévale en Méditerranée occidentale*, X-XV^ees Siècles, Valbonne, 1978.
- 36 Voir par exemple in GOMEZ MARTÍNEZ (S), *Cerâmica em corda seca de Mértola, Museu de Mértola*, Campo Arqueológico de Mértola, 2002 ; p 60, 63, 68 ; in FERNÁNDEZ SOTELO (E), *Ceuta medieval. Aportación al estudio de las cerámicas (S. X-XV) . Tomo I , II , III*. Trabajos del Museo municipal. Ceuta, 1988 ; in FLORES ESCABOSA (I), MUÑOZ MARTÍN (M. M), LIROLA DELGADO (J), « Las producciones de un alfar islámico en Almería ». *Arqueología y territorio medieval* n°6, 1999. Universidad de Jaén ; in PUERTAS TRICAS (R), 1989, op.cit. ; et in TORRES (C), GOMEZ (S), « Le vert et le brun au Portugal », *Le Vert et le Brun de Kairouan à Avignon*, Céramiques du X^e au XV^eS, Catalogue de l'Exposition, Editions de la réunion des musées nationaux, 1995.
- 37 DEMIANS D'ARCHAMBAUD (G), et alii, 1986, op.cit.
- 38 PUERTAS TRICAS (R), 1989, op.cit.
- 39 GRENIER de CARDENAL (M), « Recherches sur la céramique médiévale marocaine ». *La céramique médiévale en Méditerranée occidentale*, X-XV^eS, Valbonne, 1978.
- 40 TORRES BALBAS (L), « Nuevas perspectivas sobre el arte de al-Andalus bajo el dominio almorávide ». *Al Andalus*, Volume XVII, Madrid – Granada, 1952
- 41 quelques publications traitent des relations entre al-Andalus et le Proche Orient, cf. par exemple in GOITEN (S.D.F), « The Cairo Geniza as a source for the History of Muslim civilisation ». *Studia Islamica*. III, 1955, p 75-91 ; in CONSTABLE (O), *Trade and traders in muslim Spain*. Ed. Cambridge University Press, 1994 ; in LIROLA DELGADO (J), *El poder naval de al-Andalus en la época del Califato omeya*. Universidad de Granada, Granada 1993 ; p 212-220. Etc.
- 42 *Le Vert et le Brun de Kairouan à Avignon, Céramiques du X^e au XV^e siècle*, Catalogue de l'Exposition, Editions de la réunion des musées nationaux, 1995.
- 43 ROSSELLO BORDOY (G), « Excavaciones en la sala capitular del monasterio de Santa Clara de Palma de Mallorca y la cerámica arquitectónica producida en Mallorca durante la Edad Media ». *La céramique médiévale en Méditerranée*, Actes du 6^{ème} Congrès, Aix-en-Provence, Novembre 1995 ; Aix-en-Provence, 1997.
- 44 GUICHARD (P), 1987, op.cit.
- 45 voir par exemple in IZQUIERDO BENITO (R), *Excavaciones en la ciudad hispanomusulmana de Vascos (Navalmoralejo, Toledo). Campañas 1983-1988*. Edita Servicio de publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-la-Mancha ; et in RETUERCE VELASCO (M), *La cerámica andalusí de la Meseta*. Tomo I . Colección Cran Estudios. Septiembre 1998.

A CHANGE OF POTTERY STYLE UNDER DOM SANCHO II?

A COIN-DATED POTTERY SEQUENCE FROM A MEDIEVAL SILO EXCAVATED IN THE CLOISTER OF THE CITY MUSEUM OF ÉVORA (ALENTEJO, PORTUGAL)

ANA GONÇALVES*
TH. SCHIERL**
F. TEICHNER***

EXCAVATION AND STRUCTURE

In 1996 and 1997 an extensive archaeological research programme was carried out in the grounds of the City Museum of Évora, in the upper Alentejo. This acted as a continuation of the large-scale excavations undertaken by the German Archaeological Institute (DAI) from 1985 to 1995 (HAUSCHILD 1994; TEICHNER 1994; 1998) in the centre of Évora, between the remarkably well preserved forum temple of the Roman *municipium EBORA LIBERALITAS IULIA* and the medieval cathedral (BAPTISTA 1974; JORGE 1984). The City Museum is located in the palace of the archbishop of Évora, which is built next to the northern aisle of the 13th century cathedral. The building in its current architectural configuration was completed under bishop *Dom José de Melo* in the first half of the 17th century (ESPANCA 1951). Previously, an earlier *convent* associated with the cathedral, had occupied the site.

The decision to enlarge the exhibition area made extensive excavations of c.

* Arkhaios – Profissionais de Arqueologia. Apartado 8, 7000 Évora, Portugal.

** Friedrich-Schiller-Universität Jena, Institut für Ur- und Frühgeschichte. Löbdergraben 24^a, 07743 Jena, Germany.

*** J. W. Goethe-Universität Frankfurt am Main. Seminar für Griechische und Römische Geschichte. Abt. II: Geschichte und Kultur der römischen Provinzen. Postfach 11 19 32 (Fach 136), 60054 Frankfurt am Main, Germany.

290 m² in the cloister, the galleries and the eastern rooms of the building necessary (Fig. 1-2). Situated next to the Gothic cathedral and within the Roman forum, with its Roman peripteral temple, the Museum occupies a place of high importance and great historical value in the city of Évora. Therefore, special attention was paid to all aspects of the archaeological evidence. Above all, the aim was to balance the architectural value of the monument with the needs of a new City Museum. All the archaeological investigations carried out were the result of a successful co-operation between the Instituto Português de Museus (IPM) and the local archaeological company ARKHAIOS – Profissionais de Arqueologia (Évora).

During the two years of the project, significant structures and material complexes from every important period of the city's history were documented. First of all, it was possible to confirm the results of the investigations of the DAI Lisbon concerning the pavement of the

Roman square. Several parts of the ancient Roman forum horizon, built of opus signinum and marble slabs, were identified (Fig. 2). It seems that the upper part of the city hill was occupied from late Republican times. During the reign of the Emperor Augustus an extensive emblematic forum, including a temple for the imperial cult, was constructed. Later, during the Flavian period, the whole complex was decorated with marble. Apart from this, several well documented occupation layers inside a post-Roman residential quarter, which was subsequently constructed above the forum, could be identified. For the first time, they allow us to distinguish the material culture of the transition period from the late Roman era to early Medieval times and up to the first indications of the Islamic presence (Emiral and Califal) and the Taifa period inside the city of Évora.

The surprisingly good archaeological evidence relating to the period of the conquest of the city by the famous Portuguese bandit leader, *Geraldo sem Pavor* in 1165 (BAPTISTA 1947) has already been made known (GONÇALVES / HAUSCHILD / TEICHNER, forthcoming; GONÇALVES / SANTOS / UMBELINO, forthcoming). For example, inhumation graves of the knights of the *Ordem de Calatrava*, later known as the *Ordem Militar de Avis*, have been found. These knights were responsible for the reconquest of the city from the Muslims and for the construction of a first Christian fortification in the heart of Évora in 1176, from then on called *Milicia de Évora*. Furthermore, in the City Museum stratigraphy, all late medieval and modern centuries are well documented. Among these, the rich household rubbish dump of the bishop's palace, cellars, a well and a sewer system, stratigraphically distinguished by different pavements, are of particular interest.

All in all, it was possible to obtain new data which permits a better understanding of the

occupation and urban development of the city centre of Évora. Although a final publication of the rich archaeological finds and results is in the course of preparation by the authors of this article, in close cooperation with the Instituto Português de Museus, it seems appropriate to publish this preliminary report as a first glimpse into the large archaeological complex¹.

This study will focus mainly on a medieval silo in trench 220 (Fig. 3). This trench was the only one excavated in the northern *porticus* of the cloister of the City Museum, close to the entrance (Fig. 1). Initially, four modern surface layers, situated beneath the current granite floor which dates from 1961, were removed (Fig. 4). By layer 6 at the latest, it was possible to recognise an irregularly rounded silo

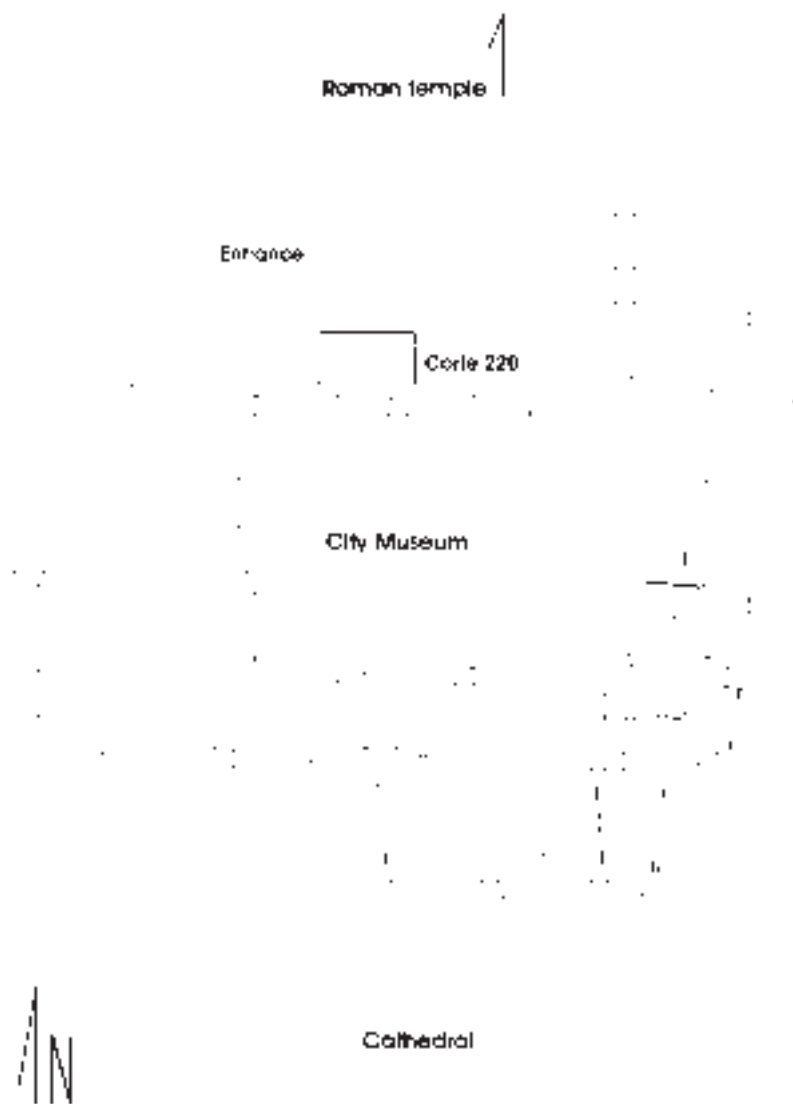


Figure 1 – General plan of the area of archaeological excavations carried out in the City Museum of Évora in 1997. The trench 220 is located in the northern part of the cloister

located in the middle of the trench, filled with loose, dark brown earth. On this level, two walls built of stones and earth ran over two sides of the silo opening (Fig. 3).

The silo was dug into the Roman *opus caementitium* floor of the square which therefore limited the silo in the upper part and also stabilised the relatively small opening of the silo. This indicates that the surface during the construction of the



Figure 2 – View of the cloisters of the City Museum of Évora during the excavation in 1997



Figure 3 – Detail of trench 220. In the middle of a Roman floor, constructed of *opus caementitium*, the opening of the silo and the overlapping walls are visible

silo was still the Roman floor, or rather, the *opus caementitium* foundation for the marble slabs of the forum square. At the top (layer 6), the silo has a size of about 80 cm x 100 cm, and in the deeper layers it occupies a size of approximately 110 cm x 120 cm. In the upper part, the silo has an irregular shape, but a round to oval one further down. About 60 cm below layer 6 it reaches a diameter of 140 cm, which is larger than the surrounding foundations in the upper part. At a depth of c. 275 cm the diameter is three times bigger than at the opening, at the bottom the size is about 260 cm. With regard to these measurements, the silo can be described as a cylindrical pit of approximately 381 cm depth, with a smaller, almost cylindrical opening at the top and a wide, nearly sack-shaped bottom that was carved into the Roman filling layers under the *opus caementitium* floor and the outcropping rock (Fig. 4).

The excavation of the silo was carried out in separate artificial layers at a thickness of about 30-40 cm. As an initial hypothesis, the material coming from these layers will now be regarded as separate find complexes. If this assumption is right, the complexes indicate a small stratigraphical sequence, reaching from the top (find complex, abbreviated «FC» in the following text, FC 767, layer 6) to the bottom (FC 839, layer 17). Besides the pottery, a collection of 27 coins, dating to the 12th and 13th centuries AD, is available from these layers (Fig. 5). For this reason, the whole find complex has a special importance because it dates from the period following the conquest of Évora by the Christians and has not suffered any further disturbances. A layer of large stones (FC 784), probably the foundation of one of the later walls, seems to have closed the silo after the end of the filling. The *terminus post quem* is given by the prominent coins of Dom Sancho II, which were minted in the mid-40s of the 13th century.

PRESENT STATE OF RESEARCH AND WORKING THESIS

During the last few decades, the archaeology of Islamic and medieval Portugal has made substantial progress, especially in the field of pottery studies (VARELA GOMES 1995). Based on extensive excavations and publications of finds from sites like Mertola, Silves, Palmela or Lisbon, the characteristic pottery shapes of this period are quite well-known. Their chronological context is in most cases reconstructed with the help of typological analyses. This means that these sites are dated by comparing them with others, many of them in distant Spain, rather than with local established stratigraphies (for local chronological systems compare VARELA GOMES 1988; CATARINO 1997/98). On the other hand, only a few studies have tried to establish local typologies of common ceramic shapes for Portugal. In the last few years we can, for instance, refer to typological sequences for *alcatruzes* (VARELA GOMES 1998) or *ataifores* (GÓMES MARTÍNEZ 1994). In this context, the detailed stratigraphy and rich complex of our silo is suitable for typological studies of the medieval coarse ware in the Alentejo.

It is first of all necessary, however, to clarify the general issue of how to interpret this kind of «inner» stratigraphy of a silo. In the case of complexes coming from Mertola (MACIA 1991; 1992), Sintra (AMARO 1992), Crato (CATARINO 1995) or Caparide (RODRIGUES / CABRAL 1990), for instance, the controversial issue of the proper interpretation of archaeological material from silos has been discussed in the existing literature. The general question is whether we can identify all the material found inside the same silo as a chronological unit (identical complex), referring to the same historical moment, or if we have to keep in mind that the finds from a

single silo do in fact come from the different periods of its use and abandonment.

The answer is given by many well documented silos where it has been possible to distinguish different archaeological layers present inside the structures (see: TEICHNER 1994, 346 fig. 5; 1998, fig. 5) Usually there is a primary typically dense layer on the bottom of the silo, coming from the time of the original usage. This

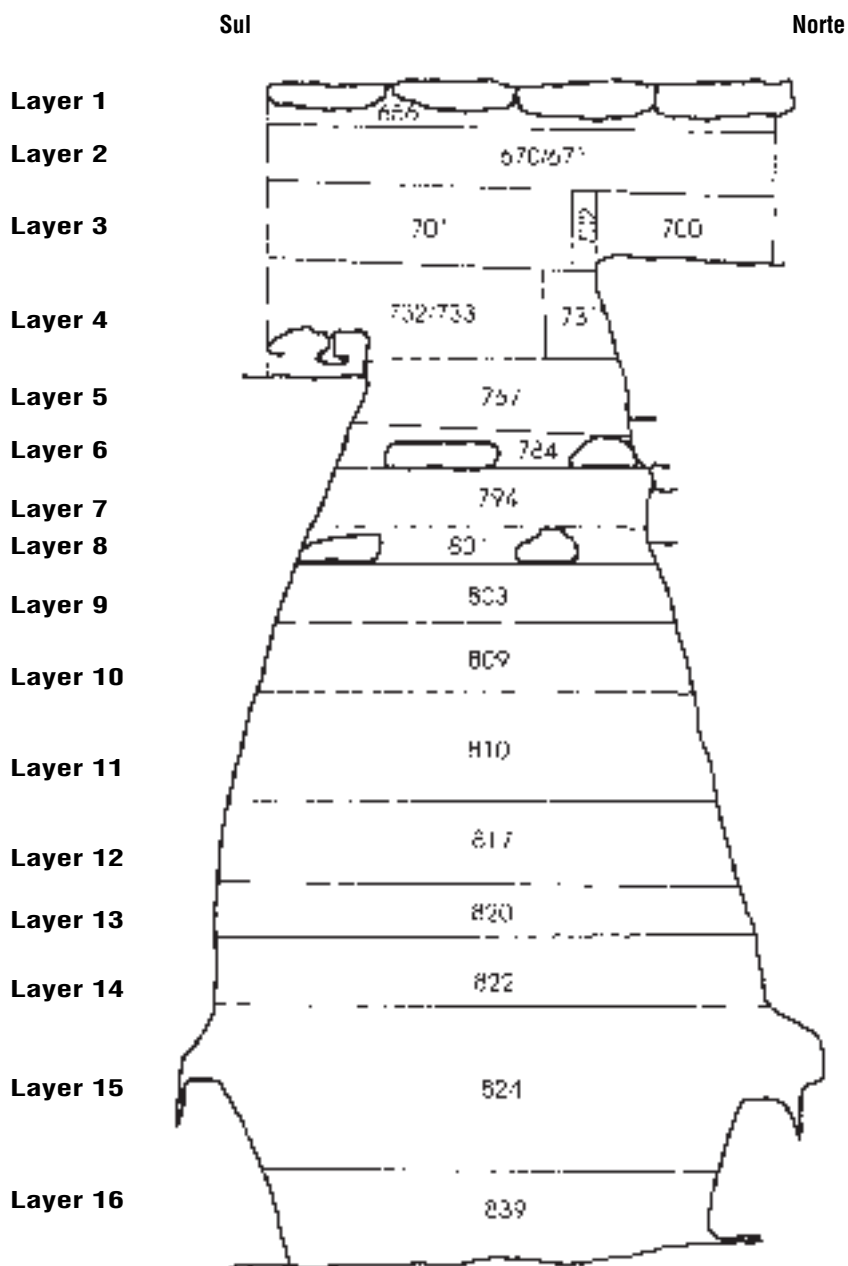


Figure 4 – Scheme of the different layers and find complexes (FC) inside the silo

sometimes contains the remains of fruits, cereals, etc. which were once stored in the silo. In very few cases the date of this primary use can be defined exactly in chronological terms. Then, after having taken out the originally stored material, in most cases the silo construction was refilled. Most of the layers inside a silo are from this period of time. This process of filling could cover different time spans, and may result from very different processes. In many cases, for example, the silos were finally used as latrines and rubbish pits. The archaeobotanical finds from such fillings, as well as characteristically round pottery fragments, possibly used for hygienic purposes in the Islamic era, are significant indications of this use – previously demonstrated in the case of a silo in front of the Roman temple of Évora (TEICHNER 1994, note 23; 1998, note 23). Therefore, without ignoring the possibility that one might well find a silo which was filled very quickly after its construction and thus contains material only from this initial period, we must however keep in mind that most of the fillings of silos are secondary. They give us a short stratigraphical sequence, representative of the years or decades after the abandonment of the original construction.

POTTERY CHARACTERISATION

When compared with the coins, the pottery found in the silo in the City Museum shows a limited cross-section of the forms of the common domestic coarse ware of the post-Islamic, medieval period. Among these, the fragments of closed forms dominate. They are mostly simple pots of different forms which were probably used in domestic contexts, for cooking and storing food². Only a small number of the finds can be related to open forms like casseroles, bowls, cups or big vessels. Fragments of simple oil lamps (*Lucernas com câmara aberta*) occur rarely. In addition, a minor collection of pre-medieval pieces were found³. These fragments were mixed with pottery from the period of the filling of the silo and were laid down together with it.

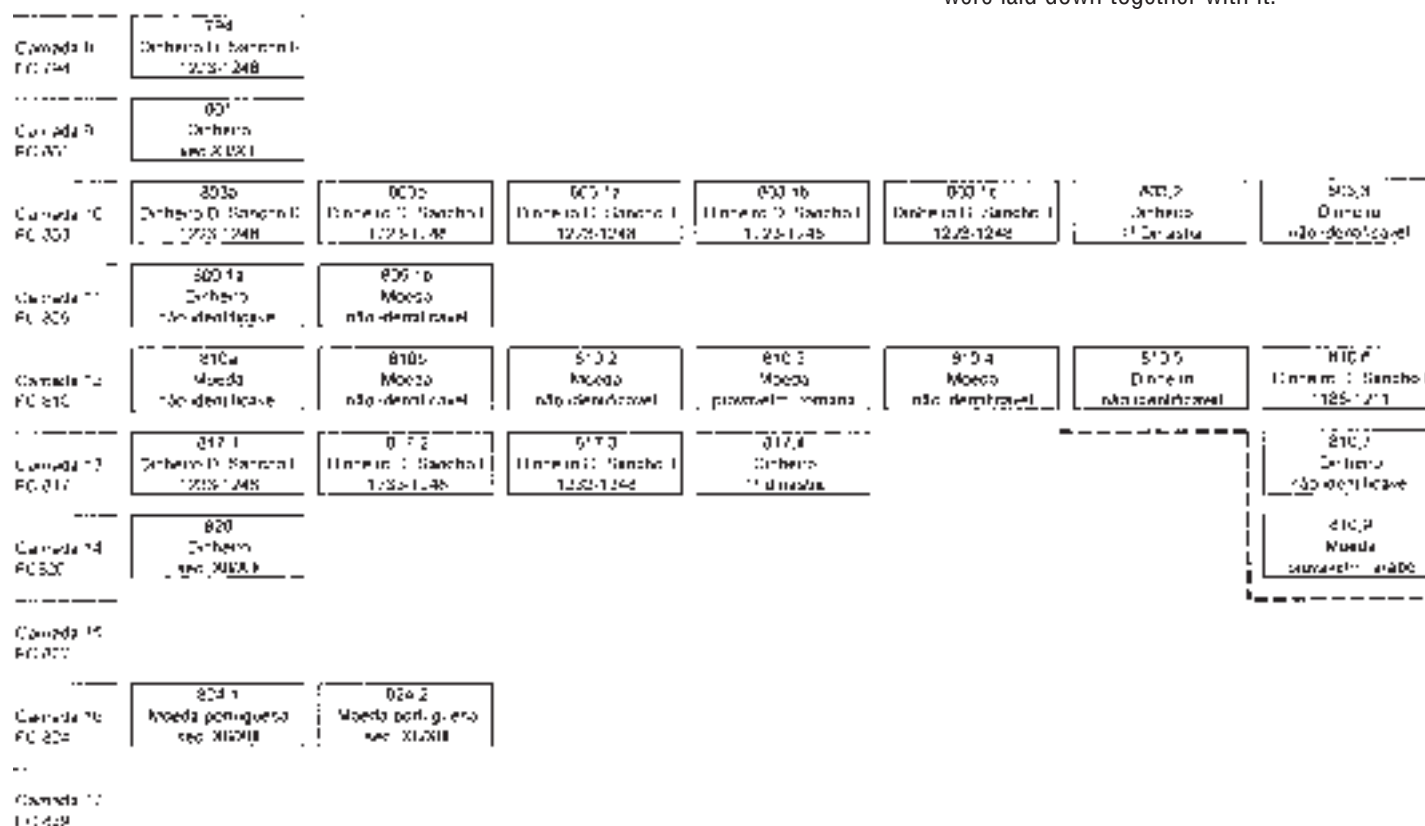


Figure 5 – The coins from the silo filling in relation to their stratigraphical order

The majority of the coarse ware shows little variation in production and surface treatment. In most cases, the fabric contains numerous small to medium quartz particles and fine mica particles. Brown or red-brown particles are also present in the clay. The texture of the pottery is hard and that of the brick-red pieces is extremely hard (Munsell 10 R 5/8-6/6). The colour of the pottery varies from red or yellow-red (Munsell 2.5-5 YR 5/6-6/4) to black-grey or very dark grey (Munsell 7.5YR-2.5Y 3/1-4/2). The surface of the fragments are mostly untreated or just applied, and pieces with smooth finishes or burnishing are relatively rare. Quite often the fragments display signs of wear, most cases of colour variations, for example, result from the use of the object in cooking, and we have to interpret them as a firing similar to broken fragments. Only a small number of fragments have a red or dark-grey surface (Munsell 10R 5/8; 5YR 4/1-3/2) which can be attributed to the finishing process.

Occasionally, fragments display a significant variation in colour between the core and the exterior of the piece. Most noticeably, pieces of lighter colours like yellow-red to grey-brown (Munsell 7.5-10YR 5/3) or grey (Munsell 5YR 5/1), show lighter or darker colours. Similarly, there are fragments with a colour of old brick or grey-brown, which have a core in grey-brown, grey or black-grey (Munsell 7.5YR 6/1-3/1). Other fragments with similar shades have grey and beige colours (Munsell 7.5YR 6/1-7/1). Grey-brown to grey-coloured fragments may also have red or red-brown colours (Munsell 10R 5/6 – 5YR 5/4). Of course, infinite tones of combined colours exist. The differing thickness' of the layers of colour, demonstrate the various processes in the kiln during the firing of the pottery.

A few decorated pottery fragments show a system of graphic motifs mainly consisting of horizontal grooves and incised lines. They

occur as single lines, in groups or covering the entire exterior surface of the artefact. Occasionally ribs are used to divide the neck from the shoulders of a vessel, a feature regularly employed in association with the decoration described above. The inscribed waves can be seen to have a greater significance in relation to these sys-

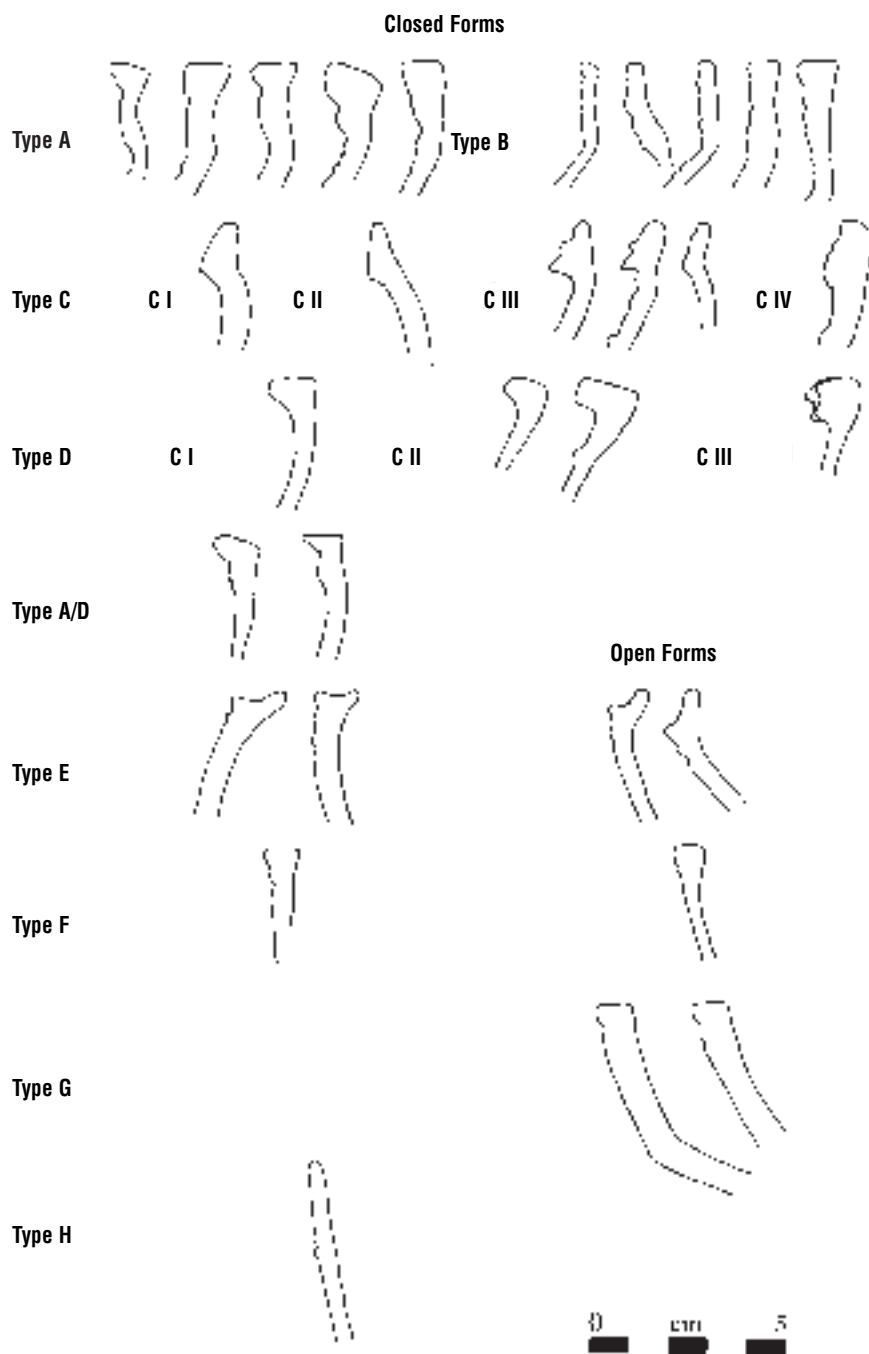


Figure 6 – Typology of rim forms from the silo in trench 220

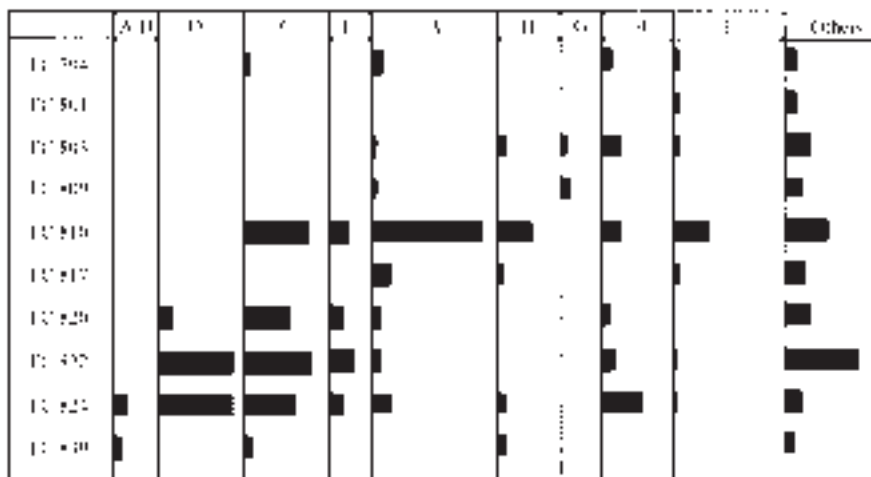


Figure 7 – Frequency of rim forms in the different find complexes

tems of decoration. This form of decoration may be executed between two horizontal lines or in unframed groups of two. The first kind of decoration is found in FC 824, 822 and 820, whereas the wave decoration found in FC 810, 809 and 801 is without framing lines. Sherds from FC 810 and 809 display waves running across a frame of flat grooves, while garland – like incised lines occur in FC 809 and 820. Cord impressions, crossed lines, ribs and fingerprints in lines or on the base of handles are also relatively common. Graphic ornament on coarse ware consists of simple parallel waves of varying widths, fingerprints and simple impressions. Simple decorative techniques like these have been in use from early times and are still used today. Wave ornament is used predominantly to decorate coarse ware. From the Middle Ages to modern times this simple decorative technique, framed between two lines, continuously appears on the rims or shoulders of pots (for example compare CARDOSO / CARDOSO / RODRIGUES 1999, 204 No. 34).

A very small portion of the finds from almost every layer consisted of pieces with glazed surfaces, with the sole exception of FC 822 where no such fragments were forthcoming. The majority of these fragments have a glaze in one colour, usually green, however, there are examples with yellow to light brown or honey-coloured glaze on one or both sides. White-beige glaze on light brown pottery only occurs in FC 794 and FC 809. White-grey pottery often has a green glaze, but not exclusively so. Variation in the intensity and the lightness of the colours usually occurs as a result of the thickness of the glaze. Occasionally, we find old-brick-coloured or brick-coloured pottery with relatively few particle inclusions as a background, however glazed pottery usually has a white or beige fabric with sparse inclusions. From FC 801 we have evidence of brick-coloured pottery containing numerous particles with a finish of white clay and a colourless, transparent glaze. A grey sherd with a green background and manganese-coloured decorative strokes on both sides comes from FC 809, while FC 817 yielded a brick-coloured sherd decorated with manganese strokes on a honey-coloured background. Another light brown piece of plate with a

yellow-brown glaze and light green decoration occurs in FC 839.

The single-coloured glaze is found in Portugal significantly from the time of the Islamic invasion onwards. Pottery with manganese-coloured decoration on a green or honey-coloured background was also introduced to Iberia during the Islamic period, but continued in use during the succeeding Christian period (for example: HUARTE CAMBRA / LAFUENTE IBÁÑEZ / SOMÉ MUNOZ 1999, p. 152 fig. 2).

Finally, five fragments with single-coloured glaze covered with graphic decorations were also uncovered. Two of these are sherds with incised waves covered by a green glaze (FC 803 and 809), whereas two other fragments are decorated with horizontal lines and covered with a green glaze (FC 809 and 810). A white-grey piece with two parallel bands of crossed lines, covered with a honey-coloured glaze was discovered in FC 803.

TYPOLICAL ANALYSIS

Due to the fact that the finds were heavily shattered, the sherds with the most potential for classification are the rim forms. Small changes in the pottery style may be identified by examining diagnostic features such as the rim, as its small number of formal limitations allows the greatest opportunity for the creative design of the potter. As we have already seen, the decoration of the coarse ware of this period consisted of a limited number of different ornaments, and it does not seem to have been deemed necessary to change or develop a more complex system of decoration. For these reasons the following analysis will concentrate on the rim sherds of the vessels.

The majority of rim fragments can be classified as belonging to nine different main groups (Types A-H), some of which are also

divided into sub-types (Fig. 6). Thus a classification system is provided with at least two levels, based mainly on the rim forms as an expression of taste, fashion and technology typical of the period. Nevertheless, it is possible to find some rims that are remarkable due to their unique appearance in the find complexes. These types of rims may well belong to an earlier period, however if it is not possible to associate such pieces with fragments from the periods of deposition in some other way, they will not be used for further evaluation, as the information they provide is limited to their individual appearance and cannot shed light on

their formal development. Therefore we will concentrate on those rims which can aid the development of a typological sequence in a comparatively short time.

The fact that we find hardly any fragments of the types uncovered in the upper layers seems to confirm the suggestion that the filling is a chronologically closed complex formed over a short period of time.

Type A (Figures 6 and 8)

Rim form A can be characterised as a vertical or slightly everted rim with strong lips of varying thickness. These are, for the most part, horizontal or slanting inwards, and either straight or slightly rounded at the tip. The end result being a triangular profile of the lip. The side of the vessel is more or less inverted and turns with a curve into the shoulder, resulting in an S-shaped profile. Externally of the rim is usually encircled by a groove of irregular depth which formally limits the lip. This groove is regularly situated in the middle of the rim with a second, more shallow

Table 1 – Distribution of rim types in the stratigraphical sequence (compare Fig. 6)

	A/D	A	B	C	D	E	F	G	H	others	total	$\Sigma = 231$
FC 794		2 28.6%	1 114.3%	1 14.3%			1 114.3%			2 28.6%	7	3.0%
FC 801							1 33.3%			2 66.6%	3	1.3%
FC 803		1 9.1%	3 27.3%				1 9.1%	1 9.1%	2 18.2%	5 45.5%	11	4.8%
FC 809		1 16.7%						2 33.3%		3 50.0%	6	2.6%
FC 810		21 33.9%	3 4.8%	12 19.4%		4 6.5%	7 11.3%		7 11.3%	8 12.9%	62	26.8%
FC 817		4 44.4%							1 11.1%	4 44.4%	9	3.9%
FC 820		2 8.3%	1 4.2%	9(10) 37.5%	3 12.5%	3 12.5%				5 20.8%	24	10.4%
FC 822		2 3.8%	2 3.8%	13(14) 25%	14 26.9%	5 9.6%	1 1.9%			14 26.9%	52	22.5%
FC 824	2 3.9%	4 7.8%	7 13.7%	10(12) 19.6%	14 27.5%	3(4) 5.9%	1 2.0%		1(4) 2.0%	3 5.9%	51	22.0%
FC 839	1 16.7%			2 33.3%					1 16.7%	2 33.3%	6	2.6%

* Numbers in bracket () are maximum possible numbers of fragments

line, below the rim added on occasion. The rim is usually decorated with horizontal lines, wavy lines are rarely used. This decoration, which may reach up to a number of centimetres in width, begins at the neck-to-shoulder transition. The diameter of the rims vary from 9 cm to 26 cm. The most common examples being between 12 cm and 21 cm in diameter. From this group two rims with diameters of 26 cm and 28 cm can be distinguished as large forms of type A. This rim type is characteristic of bulging pots with handles and sometimes thickened or lense-shaped bases (fig. 11: TEICHNER forthcoming, types F 743 to 753).

In contrast, there are some rims with similar characteristics from FC 824 and 820 which do not share the same thickness as the other examples. Two of these, coming from FC 824, have a thinner, shaved or rounded lip and indistinct profile. Other examples exhibit a definite formal difference from the thick and clearly delineated rims discussed above. For example, on one sherd from FC 820 the neck is clearly not as well defined. In FC 810 we do not find this variation, or it may be mixed within the spectrum of the normal type. The rims are thicker and the S-shaped pro-

file falls into disuse. Hence a rounded, triangular rim, sometimes inverting, sometimes everted, develops.

Type B (Figures 6 and 8)

This type consists of thin to slightly thick rim fragments which are encircled on their exterior by horizontal grooves. The rim usually stands upright, but can also be inverted or everted. The rims themselves are either straight or slightly convexly everted. The upper end may be rounded, flat or slanting inwards, and may have a slight edge on the inside. Sometimes, the profile of the lip of this rim type is thick and «trumpet-shaped». The diameter varies from 7 cm to 22 cm, with a concentration between 10 cm and 14 cm. Two pieces with a diameter of 22 cm stand out from the main group.

This rim form can be seen to be related to the same form of bulging pots as type A. Two fragments, apparently coming from the same vessel, could possibly belong to the rim of an open form vessel or else, perhaps, a vessel with an everted rim. While we can find fragments with a thin side, diameters ranging from 10 cm to 14 cm, a little thick and standing vertically or slightly everted rims which have a rounded or a slanting end in the FC 824 to 810, this type appears, starting from complex FC 810, as straight rims with a straight upper end on vessels with a diameter larger than 14 cm. A fragment from FC 810 seems to show the influence of type A with its curved interior, single groove and a zone below the rim, also occurring on another rim from FC 803.

Type C (Figures 6 and 9)

This type includes all rims which have a triangular profile and examples which are related to this form. The type C group displays the most variation of all the rim types presented here. A division of these variants into distinc-

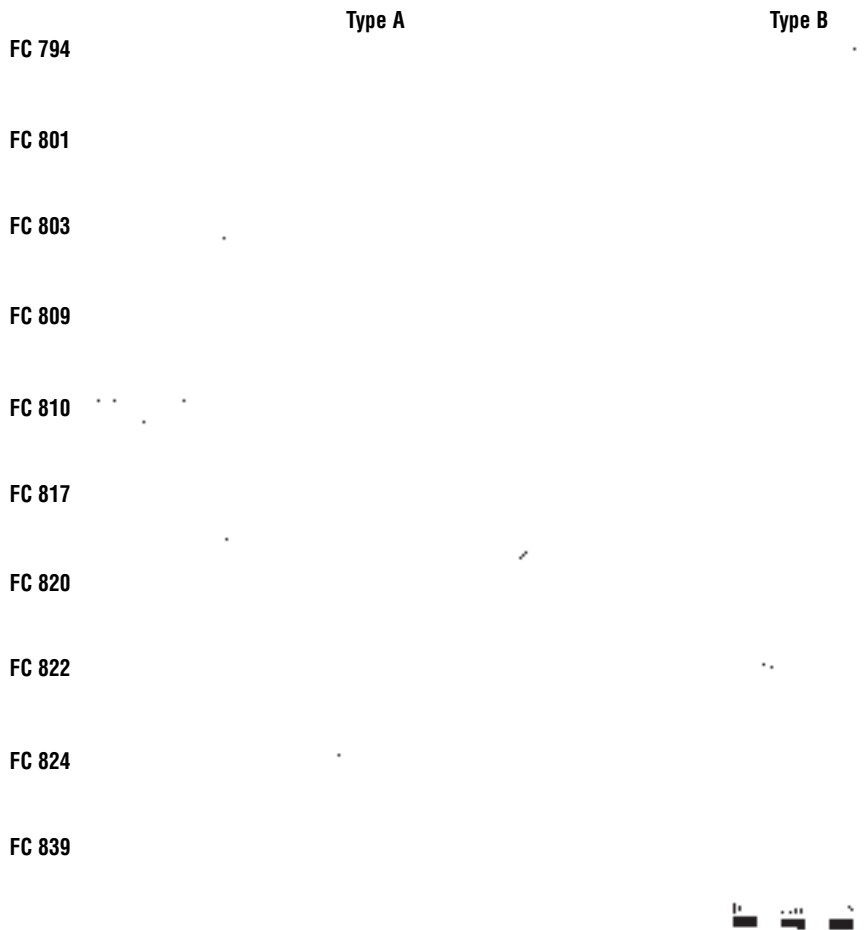


Figure 8 – Distribution of rim forms A and B according to the stratigraphy of the silo

tive main groups would not appear to make sense as all these forms are closely related and their characteristic features shared. In our opinion, it is better to categorise these rims as one type and to divide them into four sub-types (I-IV).

Type **C I** has an even convexly curved neck which turns without a break into the shoulder. One sherd displays a straight side profile and two horizontal grooves on the neck. The rim itself is bent more or less vertically and has a rounded lip. Internally this results in a hollow, which may also have had a pronounced edge. In the sequence of the find complex, this type seems to have developed a longer inverted rim. One fragment from FC 810 also has just a slightly thick and rounded lip. The diameters of the fragments from FC 839 to 820 range from 13 cm to 14 cm, whereas the sherds from FC 810 have a diameter of between 12 cm and 18 cm. Therefore, we can relate the majority of these rims to the well preserved pots from the excavation around the Roman temple of Évora (fig. 11: TEICHNER forthcoming, types F 637, F 639, F 640). One rim fragment which may be related to the basic form of type C I comes from FC 794. It would appear to be the remains of a jug (TEICHNER, forthcoming, type F 212).

Type **C II** also has a triangular rim profile. The form ranges from large vertically standing, sometimes rounded or, less often, basic four-edged shaped rims to everted rims with an evenly broadening, straightened lip. Sometimes, a neck marked by grooves and ribs occurs. If the neck is separated from the body of the vessel by a turning point, the upper section appears as a slightly convex, curved cylindrical neck. Decoration in the form of horizontal grooves is also visible below the rim. Within the diversity of forms in this rim, we believe that we can recognise a development towards a deeper internal hollow in certain sherds, whereas other fragments demonstrate that the

same form is also used in FC 824 and 810. The diameters of the rims, for the most part, vary from 10 cm to 20 cm. One sherd with a diameter of 25 cm and a more pronounced profile can be related to a large form of this type of vessel. Like the rims of type C I, these fragments come from bulging pots, as shown by the reconstructed profile and the occurrence of handles. Similar sherds were found during the excavation by the DAI Lisbon, but these were quite rare (TEICHNER forthcoming, types F 686 and F 669).

Type **C III** consists of triangular rims and related pieces whose basic form ranges from triangular to not so thick and folded, however the exterior of type CIII is always decorated with horizontal grooves. This form may also have a neck-area marked off with grooves or ribs, just as the bodies of the vessels may be decorated in exactly the same fashion. Moreover, with its triangular shape, a strong connection to the sherds of type C II seems highly probable. There are no clear indications of typological development due to the small number of fragments. The triangular rim appears to develop a deeper hollow on the inside, therefore the fragment from FC 810 shows an almost bent rim. With a diameter varying from 12 cm to 17 cm most

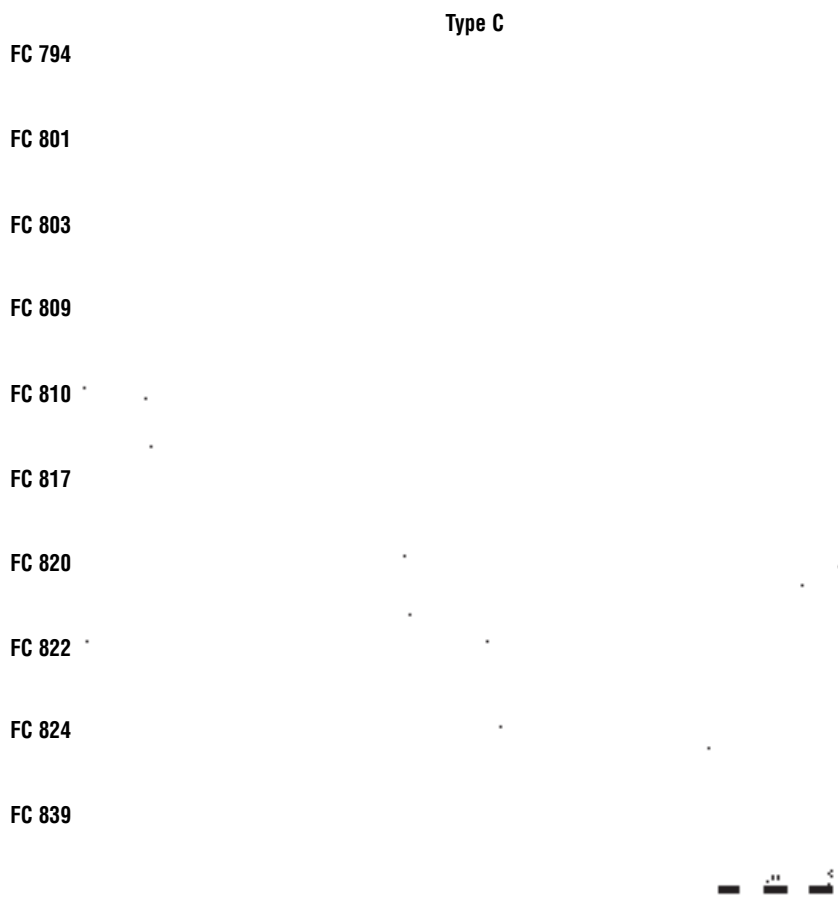


Figure 9 – Distribution of rim form C according to the stratigraphy of the silo

of the sherds summarised here can be assigned to vessels with a slightly curved or straight profile which may also have had bulging forms (fig. 11, TEICHNER forthcoming, type F 657).

Fragments of type **C IV** display an even thickness with a slanting rim. The rim forms a zone of decorated horizontal lines and occasionally wavy lines, a feature which occurs only on this type. The neck of type C IV is also delineated by ribs. The large diameter, the thickness and the strong rim form would suggest a larger vessel form, probably with a high shoulder.

Type D (Figures 6 and 10)

Rims fragments which are everted or inclined more or less horizontally to the exterior have been classified as type D. The rim may be triangular, rounded or angular in profile. Within this group of inclining rims, a distinction can be made between horizontal rims (sub-type **D I**) and gently slanting rims (sub-type **D II**). A third and smaller sub-type has more clearly recognisable elaborate grooves on the exterior (**DIII**). There does not appear to be any significant variation in diameters between the

different sub-types. The range of the diameters varies from 11 cm to 24 cm. The two examples with elaborate grooves in rim have diameters of 15 cm and 16.5 cm, fitting comfortably into the range described above. Like types A, B and C this type can be assigned to bulging pots, often having straight shoulders, handles and thickened or lense-shaped bottoms (Fig. 11: TEICHNER, forthcoming, types F 701 to 712). One fragment seems to belong to an open form with a vertical rim-to-shoulder area. Like the other types, type D also has a neck emphasised by ribs and grooves.

Type A/D (Figure 6)

This rim form has a thickened, triangular profile, which can have a horizontal or an inwardly slanting upper end with a pronounced edge on the inside of the rim. A significant thickening directly below the rim along with the slightly S-shaped interior which turns into a steeply falling shoulder brings to mind type A, whereas the considerably thickened and everted rim shows similarities to type D. The recorded diameters vary from 16 cm to 18 cm. When reconstructing the form of the vessel producing these rim forms, it seems that the large diameter balanced the steeply falling shoulder in order to reach a special vessel size or a particular volume. The finds from the excavations of the DAI Lisbon give an idea of the form of the vessels, showing clearly the strong relationship with type A (TEICHNER, forthcoming, type F 749).

Type E (Figure 6)

The rims of this type have two rounded lips which may occasionally be placed on the same horizontal line. In most cases, however, the lip on the inside of the rim is higher than the one on the outside, forming a step, so the lower lip can be used as a rest for a lid. The curved profile and the area below the rim, dec-

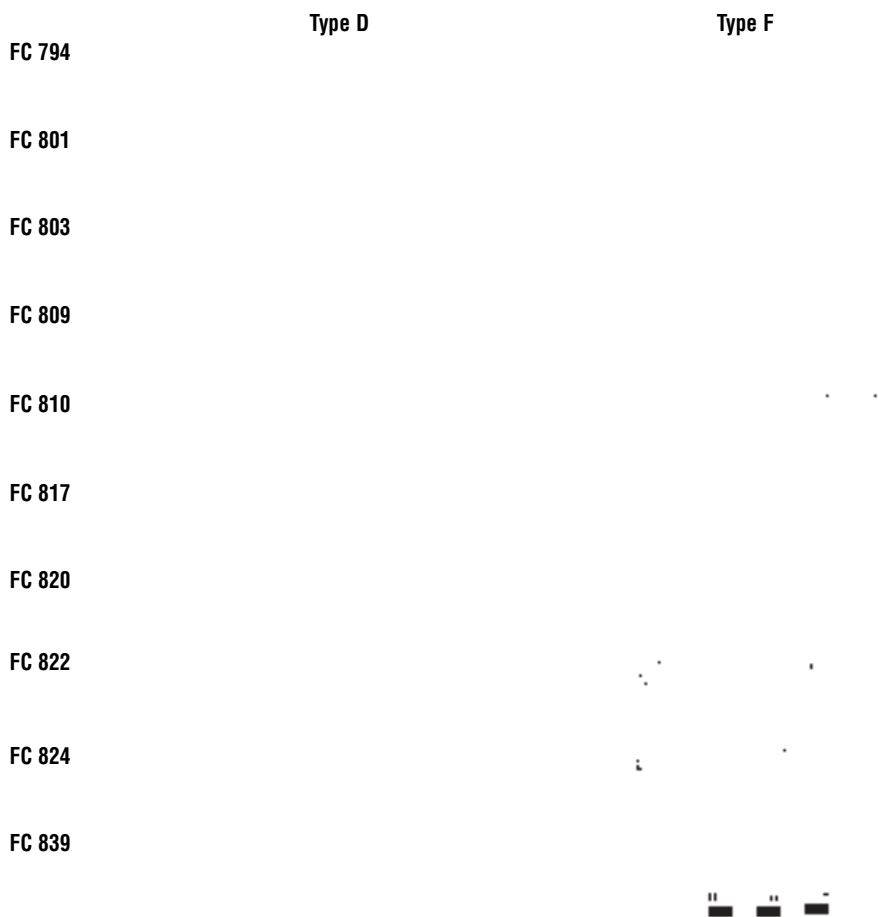


Figure 10 – Distribution of rim forms D and F according to the stratigraphy of the silo

orated with horizontal grooves, are characteristic of this form. Diameters vary from 14 cm to 24 cm.

Within this group, variations of both open and closed forms, with inverted rims, may be found, although the majority of the fragments can be assigned to open vessel forms. When contemplating the vessel form to which these rims belong, we must think of simple dishes or bowls, as the diameters are too small for *caçarolas* (casseroles). It is possible that some fragments with smaller diameters may be the remains of lids.

Type F (Figures 6 and 10)

This homogenous type consists of thickened rims with both internal and external edges, the inside edge being slightly rounded on occasion, and a exterior zone decorated with horizontal lines below the rim. These tend to delineate the lip on the outside of the vessel. These fragments can be assigned to an open vessel form, due to the more or less vertical or, at most, lightly sloping rims. As far as size is concerned, this type can be separated into one group of large vessels with diameters from 26 cm to 35 cm, and another group of smaller vessels with diameters between 9 cm and 13 cm, with a few examples ranging from 20 to 22 cm.

This division in relation to size can also be identified within the stratigraphical sequence. The rims with smaller diameters were discovered in layers FC 824, 822 and 810, while the larger vessels were found in FC 803, 801 and 794. Comparable forms occur in *caçarolas*, like those from Palmela (15th century; see: FERNANDES / CARVALHO 1997, pp. 231 fig. 11). Thus, a similar vessel form for our larger group may be suggested, while smaller dishes, or perhaps pots, are a much more likely origin for rims with lesser diameters. On this basis, the pointed stratigraphical division between the

rims with smaller and larger diameters may suggest different origins for each of these groups.

Type G (Figure 6)

Type G has a very uniform appearance and, like type F, this form of unthickened rim, decorated with one or several parallel horizontal lines below a flatened lip, may be assigned to *caçarolas*, as indicated by the presence of one sharply bent sherd. The large diameters of 26 cm to 28 cm also compare quite well with the diameters of other vessels of this type. Due to the very gradual curving of the lower section of the vessel, starting at the significant bend under the rim, this form can be reconstructed with a slightly curved, almost flat bottom, similar to other *caçarolas* (see fig. 11, TEICHNER, forthcoming, types F 937 and F 935).

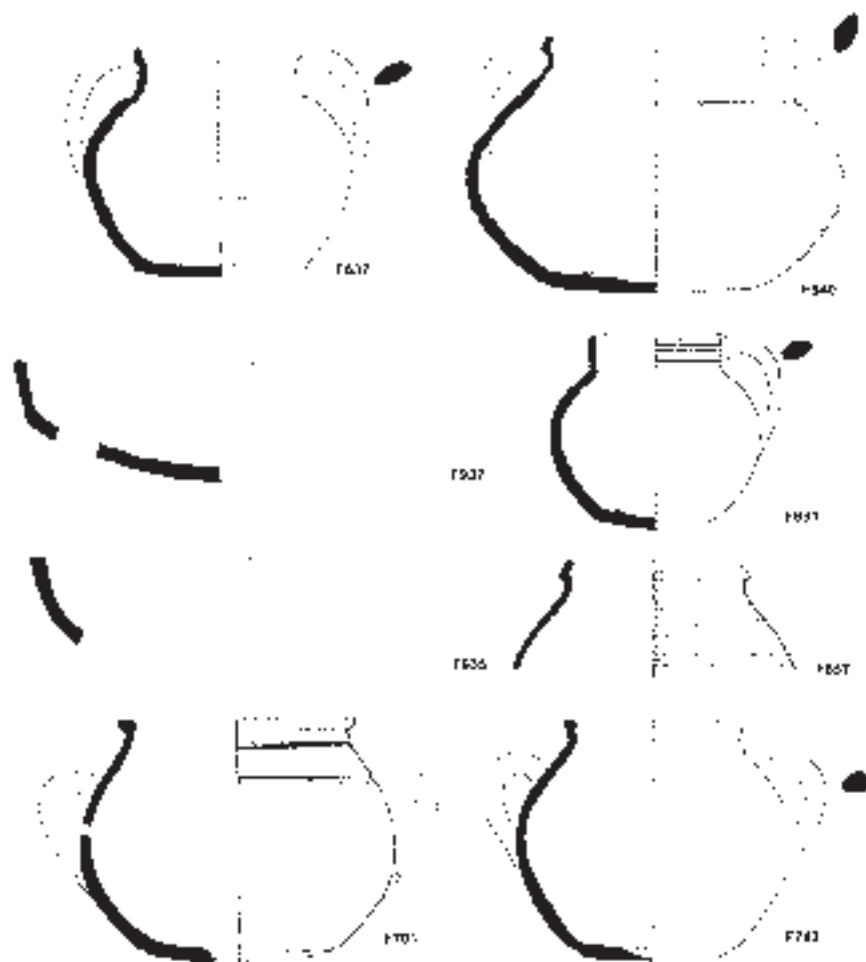


Figure 11 – Comparable pottery forms from the excavation of the DAI Lisbon at the Roman temple of Évora (Teichner, forthcoming)

Type H (fig. 6)

This very homogeneous group of rims are rounded and unthickened, projecting from straight sides. The area below the lip is decorated with horizontal lines. A single fragment displays the remains of the base of a handle in the centre of a slightly funnel-shaped neck. The diameters vary from 10 cm to 12 cm, with just one fragment having a diameter of 18 cm. Thanks to the recovery of a number of side fragments, it has been possible to reconstruct a vessel with a curved, almost spherical, body along with the neck described above. Forms like these are known from Islamic times onwards (VELASCO / ZOZAYA 1991, fig. 1.14-16 and fig. 2.17-19 and 22).

INTERPRETATION

When we look at the distribution of the described rim forms (fig. 7), it is possible to identify the almost continuous occurrence of types A and B as well as an apparent lack of types C (only up to FC 810 with one exception, probably a disturbance from a lower layer), D (only up to FC 820), A/D (only up to FC 824) and E (only up to FC 810), while type G is found from FC 809 onwards. The rim type A/D occurs only in the initial stages of deposition in the silo. This form would appear to be an older type that had lost its importance with the development of types A and D. The relationship between rim types A and D is very important and highly significant, as they belong to the same kind of vessel form. While type D is found most frequently in the layers FC 824 and FC 822 associated with type C rims, the same type occurs rarely in FC 820 and is not present from layer FC 817 on. In stark contrast to this, type A is found in small amounts beginning in FC 824, is the most common type in complex FC 810 and continues to be found, albeit in lesser numbers right up to the end of the period of deposition. The rim fragments of type C show a continuous appearance up to FC 810, with a consistent number of fragments in each layer. From FC 809 onwards, however, this type is not to be found in the upper layers. Rim type B can be said to be the most consistent form, in relation to both quantity and continuous presence during the entire period of deposition, with the same small numbers in every layer. Type E appears more or less during the same periods of deposition as type C fragments. Types F and H are also relatively constant in their presence throughout the depositional phases within the silo.

Therefore, we can conclude that we have identified significant variations in the frequency of typologically different, but functionally identical, rim types, or rather vessels, in different layers of the silo filling. As the authors have suggested above, would appear to indicate the existence of a typological development during the period of deposition in the silo, which can, most probably, be interpreted in chronological terms. Thus, new pottery types appeared, and older types disappeared during the course of time («renewal process»: COX 1962).

In the lower layers, one has to take into account that fragments from the original periods of storage in the silo may appear. This can perhaps be seen in the small

numbers of the types that are present in the lower layers (like type A/D, C and H).

ABSOLUTE CHRONOLOGY

From the individual find complexes of the silo, a sequence of 27 coins has been identified (Fig. 5). Unfortunately, some of these cannot be confidently assigned to any particular minting lords. Although one has to take into account older fragments, for example the Roman and perhaps Arab coins from FC 810, nearly all the identifiable fragments are issues of Dom Sancho II (1223-1248), with the remainder generally belong to the 12th/13th century. A single coin of Dom Sancho I (1185-1211) provides the only exception. When we look at the distribution of the coins in the stratigraphical sequence, it can be seen that the first securely allocated coins of Dom Sancho II come from complex FC 817/layer 13 (3 examples). The same type occurs in FC 803 (5 examples) and in FC 794 (1 example). Indeed, even for those coins that cannot be identified as accurately as the examples discussed above, the possibility that they are coins of Dom Sancho II cannot be dismissed altogether.

When we compare the sequences of the occurrence of the coins (Fig. 5) and of the pottery (Fig. 7) in the find complexes, it is possible to identify a similar course for both curves, beginning with FC 812, whereas only 3 coins can be allocated to the pottery rich complexes from FC 824 to FC 820. This may suggest that the concentration of pottery is the result of a compact, perhaps relatively short period of deposition. Therefore, the question of the small number of unidentifiable coins from two of the lower layers remains to be answered. This could result from the filling of the first layers over a very short period of time, or else from an anomaly in contemporaneous coin circula-

tion. Comparable sequences of coins from the excavation around the Roman temple in Évora, and from other sites in Portugal, show that the renewing process of coins during the reign of the first Portuguese Kings in the post-Islamic period suffers from a time-lag (TEICHNER 1991/2; 1995, 360 fig. 1, upper diagram). For this reason, only a small number of coins of Dom Sancho I and Dom Afonso II were lost in the years immediately after the end of the Reconquista. It is only with the issues of Dom Sancho II that a strong increase in the recovery of lost coins may be identified (TEICHNER 1991/2; 1995, 367 fig. 7).

If the sequence of lost coins uncovered from the silo were to reflect this development, it would be possible to date the popular transition from type A to type D in the filling to about the third decade of the 13th century.

There is, however, no supporting evidence for this theory, therefore the earliest layers that can be securely dated to the reign of Dom Sancho II are those from FC 817 or FC 810 onwards. Due to the comparative possibilities offered by the pottery found and the apparently unbroken sequence of activity at the site, the lower layers can be dated, more or less, to the same period. It is difficult to date the end of the silo filling, as one must take into account the very slow substitution of the Dinheiros of Dom Sancho II by the coins of his successor Dom Afonso III in the circulated currency (TEICHNER 1991/2; 1995, 366 f. fig. 6). It has been shown that Dinheiros of Dom Sancho II circulated until the early 14th century (TEICHNER 1994, 348 ff. fig. 7; 1998).

RESULTS AND PROSPECTS

In this article, the authors have attempted to develop a classification system for the rim forms of coarse ware from a medieval silo in

the centre of Évora (Fig. 6). Based on this classification, and with the aid of an artificial stratigraphical sequence, an attempt was made to reconstruct the lines of development for each type. Ultimately, it was possible to distinguish two, perhaps three, distinct phases within the filling of the silo. These phases are characterized by the presence of specific rim types:

Phase I (FC 839 – 820; layer 16-13):

Predominance of types D and C; occurrence of types A/D, A, B, E, F, H.

Phase II a (FC 817 – 810; layer 12-11):

Predominance of types A and C; occurrence of types B, E, F, H.

Phase II b (FC 809 – 794; layer 10-7):

No predominance of special rim forms notable; first occurrence of types G; occurrence of types A, B (large forms), F (large forms), H.

In Phase II b a strong decrease in rim fragments in the filling is recognisable, therefore the small number of fragments that are present cannot be investigated the same way as those from the other phases. It is only the appearance of type G, along with the formal distinction between the rims of types B and F in phases I and II a, that seem to make the internal division of phase II possible. The find complexes of phase II b show the end of the silo filling with pottery, with any analysis of these layers being strongly influenced by the small numbers of finds, making a comprehensive characterisation of this phase most difficult. The division between phases II a and II b, and any subsequent comparison, is quite problematic, as this division concerns one complex with high expression and another with very limited expression.

In conclusion, the detailed typological study of the rim forms from the silo excavated in trench 220 in the City Museum of Évora has, for the first time, highlighted the typological development of some of the most common pot types of the late 12th and the first half of the 13th century in the Alentejo region. As initially expected, the analysis of the distribution of the different rim forms in the layers of the silo produced a sequence of at least two different depositional phases (phases I and II) inside the same medieval silo. The find complexes over FC 817 can be reliably dated to, or directly after, the reign of Dom Sancho II (1223-1248). The final phase of deposition cannot be accurately dated, but we can associate it with either the final period of the circulation of the coins of Dom Sancho II, or before. Therefore the transition in style from the older rim types A/D, C, D and E to the newer types A, B, F and H seems to have taken place in the early decades of the reign of Dom Sancho II, i. e. in the 30s and 40s of the 13th century. A more exact dating is not possible, even with many coins, due to the well-known problematic nature of the circulation of the coins of Dom Sancho II (TEICHNER 1991/2; 1995).

The development of the pottery style suggested here will have to be supported by other well-dated find complexes in the city and its hinterland. In general, it is widely acknowledged that these kinds of phenomena, i. e. radical changes in typologies or fashion, may be indicative of wider changes in an entire archaeological culture or historical region (BARTON 1992).

We are, however, not only able to throw some light on the development of pot-

tery in the medieval period. Until recently, there was much uncertainty in relation to the exact date of the construction of the cathedral and the first convent associated with it. According to written sources, the laying of the foundation stone of the cathedral took place sometime between 1186 and 1223 (ESPANCA 1980/81). The overlapping walls above around the silo, however, can only have been constructed after the end of the use of the silo. Therefore, it seems to be quite probable that the filling of the silo in the second half of the 13th century can be associated with the erection of the first medieval or post-Reconquista building complex above the Roman forum square. It may have belonged to an ecclesiastical building next to the cathedral (for the overlapping walls compare Fig. 3), this suggestion being all the more plausible due to the fact that the written sources available at the moment do not indicate any other domestic construction in this area before the complete re-building of the canons in the time of Dom João de Mello e Castro, archbishop of Évora from 1565 to 1574 (FONSECA 1728).

BIBLIOGRAPHY

- AMARO, Clementino (1992); *Silos medievais no Palácio Nacional de Sintra*. Arqueologia Medieval 1, Mértola, pp. 111-123.
- BAPTISTA, Júlio César (1974); *A Catedral de Évora*, A Cidade de Évora, 57, Évora, pp. 22-90.
- BARTON, K. J. (1992); *Ceramic changes in the Western European littoral at the end of the Middle Ages. A personal view*. In: D. Gaimster / M. Redknap (eds.), *Everyday and Exotic Pottery from Europe. Studies in Honor of John G. Hurst*, Oxford, pp. 246-255.
- CARDOSO, Guilherme / RODRIGUES, Severino (1999); *Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais*. Arqueologia Medieval 6, Mértola, pp. 193-212.
- CATARINO, Helena (1995); *Cerâmicas tardo-medievais / modernas do Alto Alentejo: a escavação de um silo a Vila do Crato*. In: Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica medieval e pós-medieval, Tondela, pp. 129-136.
- CATARINO, Helena (1997/98); *O Algarve oriental durante a ocupação islâmica*. Al-'Ulâ. Rev. Arq. Histórico Municipal de Loulé 6, Loulé, 1997/98.
- COX, D. R. (1962); *Renewal Theory* (New York).
- ESPANCA, Túlio (1949); *Miscelânea Histórico-Artística*, A Cidade de Évora, 19-20, Évora, pp. 173-181.
- ESPANCA, Túlio (1951); *O Antigo Paço Arquiepiscopal de Évora*, A Cidade de Évora, 25-26, Évora, pp. 502-508.
- FERNANDES, Isabela Cristina / CARVALHO, Rafael (1997); *Abordagem arqueológica da Palmela medieval cristã*. Arqueologia Medieval 5, Mértola, pp. 221-241.
- GONÇALVES, Ana; HAUSCHILD, Theodor; TEICHNER, Felix (forthcoming), *Intervenção Arqueológica no Museu de Évora, Centro Histórico de Évora, 1996*, In: Actas do III Encontro de Arqueologia Urbana, Almada.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susanna (1994); *La cerámica «verde y morado» de Mértola (Portugal)*. Arqueologia Medieval 1, Mértola, pp. 27-33.
- HUARTE CAMBRA, Rosario / LAFUENTE IBÁÑEZ, PILAR / SOMÉ MUÑOZ, Pilar (1999); *Cerâmicas bajomedievales del Cuartel del Carmen (Sevilla)*. Arqueologia Medieval 6, Mértola, pp. 149-159.
- JORGE, Victor (1984); *Der Dom von Évora. Seine Stellung in der mittelalterlichen Architektur Portugals*, Freiburg.
- MACIAS, Santiago (1991); *Um conjunto cerâmico de Mértola – silos 4 e 5*. In: A cerâmica medieval no Mediterrâneo ocidental, Lisboa, pp. 405-427.
- MACIAS, Santiago (1992); *Silos 4 e 5 de Mértola. Uma proposta de datação do espólio cerâmico*. Arqueologia Medieval 1, Mértola, pp. 27-33.
- RODRIGUES, Severino / CABRAL, João (1990); *Silos medievais de Caparide*. Arquivo de Cascais 9, Cascais, pp. 63-79.
- SANTOS, Ana Luisa; UMBELINO, Cláudia; GONÇALVES, Ana (1997); *Novos Dados Antropológicos para Évora Antiga: Os Cavaleiros Medievais*, Actas do III Encontro de Arqueologia Urbana (forthcoming).
- TEICHNER, Félix (1994); *Évora. Vorbericht über die Ausgrabungen am römischen Tempel (1986-1992). Stratigraphische Untersuchungen und Aspekte der Stadtgeschichte*. Madr. Mitt. 35, Mainz, pp. 336-358.
- TEICHNER, Félix (1991/92); *Acerca da relevância cronológica de uma série de moedas*. Nummus 14/15, Porto, pp. 53-66.
- TEICHNER, Félix (1995); *Mittelalterliche Münzfunde in Évora. Zur chronologischen Relevanz einer Münzreihe*. Madr. Mitt. 36, Mainz, pp. 271-275.
- TEICHNER, Félix (1998); *A Ocupação do Centro da Cidade de Évora, da Época Romana à Contemporânea – Primeiros Resultados da Intervenção do Instituto Arqueológico Alemão (Lisboa)*, Actas das 2^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Tondela, pp. 16-31.
- TEICHNER, Félix (forthcoming); *Die mittelalterliche und neuzeitliche Fund Veramik aus den Graburgen des Deutschen Archäologischen Instituts in Évora (Alentejo, Portugal)* Madr. Mitt. 2004.
- VARELA GOMES, Rosa (1988); *Cerâmica muçulmanas do Castelo de Silves*. Xelb 1, Silves.
- VARELA GOMES, Rosa (1995); *Cerâmicas medievais do Sul de Portugal. Qual o estado da questão?* In: Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica medieval e pós-medieval, Tondela, pp. 293-302.
- VARELA GOMES, Mario (1998); *Cerâmica islâmica do poço da Gortinhola (Moncarapacho, Olhão)*. In: Actas das 2^{as} Jornadas de Cerâmica medieval e pós-medieval, Tondela, pp. 33-41.
- VARELA GOMES, Mario; VARELA GOMES, Rosa; CARDOSO, Guilherme (1996); *Aspectos do quotidiano numa casa de Silves, durante o século XV*. In: XELB 3, Silves, pp. 33-78.
- VELASCO, M. Retuerce / ZOZAYA, J. (1991); *Variantes y constantes en la cerâmicas andalusí*. In: A cerâmica medieval no mediterrâneo ocidental (Mertola), Lisboa, pp. 315-322.

NOTES

- 1 This first study was realized within the project «Die Anfänge der Islamischen Besiedlung auf dem Gebiet des heutigen Portugals (8.-10.Jh.) am Beispiel Évora»

supported by the German Academic Exchange Service (INIDA programme) in Bonn in 2000 and 2001, undertaken in cooperation with Prof. Dr. A. Sidarus (CIDEHUS, Évora) and Prof. Dr. H. Catarino (Universidade de Coimbra).

2 The predomination of pots is also visible in other comparable find contexts: e.g. Varela Gomes/Varela Gomes/Cardoso 1996, tab. p. 60.

3 The oldest finds we can recognize are little pieces of black polished pottery (FC 839, 810) which once show the typical late Iron Age stamp decoration (FC 810). A few pieces of Samian ware (FC 822, 794) and some pieces of the typical bowls with folded rim (FC 824, 822) come from the following Roman Imperial Period. It is possible to relate some unthickened or slightly thickened reverted rims to the time between the Roman and the early Islamic period. Small fragments of the typical oil lamps (FC 822) certainly date to the Islamic period. Some other pieces with white stripes (Spanish «manchas») on a black background and some glazed pieces of pottery also come from the Islamic period. Besides this, it is possible to relate less characteristic, undecorated pieces to each of these groups.

DE NOVO SOBRE A BATALHA DE ALJUBARROTA:

OS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DE 1999

HELENA CATARINO*

1. CONTEXTO E OBJECTIVOS

O Campo Militar de S. Jorge, onde existe um excelente museu didáctico, é o local da Batalha de Aljubarrota, datada de 14 de Agosto de 1385, entre D. João I de Portugal e D. João I de Castela. Fica a escassos 5/6 km para sul do Mosteiro de Santa Maria da Batalha, junto da povoação de S. Jorge, na Freguesia de Calvaria de Cima e Distrito de Leiria. Encontra-se assinalado na C.M.P. 1/25 000, folha nº 308, com as seguintes coordenadas: Long. W - 87.4; Latit. N - 13.3, a uma altitude de 165 m (Fig. 1).

Símbolo máximo da nossa história militar medieval, do reforço da emancipação de Portugal frente a Castela e do início da Dinastia de Avis, o campo da Batalha Real foi objecto de estudo arqueológico, em 1958, 1959 e 1960, por parte do Tenente-Coronel Afonso do Paço, que identificou um grande fosso, com cerca de 182 m de comprimento, outros pequenos fossos e aproximadamente 830 «covas de lobo», para além de uma vala, no terreno sul da capela, onde estavam depositados ossos humanos sem conexão. Em 1985 voltaram a efectuar-se trabalhos arqueológicos, dirigidos pelo Dr. Fernando Severino Lourenço, incidindo na mesma área, onde ficava seguramente o sistema defensivo do flanco esquerdo da posição do exército

português. Assim, o que até agora se conhecia dos dispositivos de defesa da batalha estendia-se para sul e sudeste da capela, mandada erigir por D. Nuno Álvares Pereira e dedicada a S. Jorge, em comemoração da vitória portuguesa.

Em 1995, fui pessoalmente contactada pelo Doutor João Gouveia Monteiro, na altura em que iam realizar-se prospecções geofísicas, dirigidas pelo Eng.º Fernando Pedro Figueiredo, e o primeiro estudava a estratégia da batalha, no âmbito da sua tese de doutoramento (MONTEIRO, 1998: 295-308). Visitei o local durante esses trabalhos e foi-me então proposta colaboração, no sentido de proceder a sondagens arqueológicas, caso fossem positivos os resultados das referidas prospecções. Mas, por condicionamento decorrente da nossa investigação académica, só no início do ano lectivo de 1998/1999 se retomou o projecto. As sondagens da geofísica tinham reve-

* Prof. Aux. na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Instituto de Arqueologia. Palácio de Sub-Ripas. 3000-447 Coimbra

na seqüência das quadrículas, assinaladas sobre o mapa de resistividade beta – área 1 – dispositivo Wenner tripotencial (Fig. 3).

Os quadrados L10/M10 implantaram-se no topo este do terreno, junto de oliveiras e de uma sebe de arbustos, que serve de separação para a estrada de S. Jorge. As únicas anomalias observadas coincidiram com sulcos provocados por raízes de oliveiras e o enterramento, relativamente recente, de uma ovelha (Fig. 4 e 8). A quadrícula Q11 localizou-se a partir da estaca P8, para Norte, entre os 8 m e os 12 m. Para poente, o quadrado foi marcado entre os 20 m e os 24 m, conforme

se indica no mapa de resistividade, sendo aqui que se encontraram as primeiras anomalias relacionadas com a batalha. A quadrícula U10, prolongando-se para T10, implantou-se no topo poente da propriedade, a 40/44 m de distância do quadrado L10. Inicialmente, não se previa intervir neste local, por se afastar das anomalias verificadas pela geofísica. A sua escavação foi acidental, na seqüência de ter-se solicitado um operador de máquina, para que se voltasse a tapar, com retroescavadora, os quadrados que não tinham revelado vestígios. Porém, tendo chegado ao local antes de nós, este começava a abrir todo o terreno poente, pelo que optei escavar uma nova sondagem neste local, que veio a revelar um tramo de fosso.

Assim, durante as escavações, que decorreram em Junho de 1999, foram abertas três sondagens, onde se obtiveram as seguintes unidades estratigráficas:

UE 1 – Terra arável de superfície, em todos os quadrados, seca e compacta, em média com 30/35 cm de espessura. Tonalidade castanha avermelhada (M. 5YR 4/6).

UE 2 – Estrato de contacto com a rocha, em todos os quadrados. Terras muito soltas, de cor castanha (M. 5YR 4/2) e avermelhada (M. 7.5YR 4/4), apresentando cerca de 5/10 cm de espessura. É coberto pela UE 1 e ocupa toda a extensão das quadrículas.

UE 3 – Mancha oval, com terra castanha escura e húmida (M. 5YR 5/4). Apresentava orientação este/oeste, junto do topo leste do quadrado L10.

UE 4 – Esqueleto de pequeno ovicaprino, depositado no fundo da UE 5 e coberto pela UE 3, no quadrado L10.

UE 5 – Elemento interfacial vertical, no quadrado L10, que corresponde a uma fossa que corta as UEs 2 e 27, contendo no interior as UEs 3 e 4. Tem sentido este/oeste, com 1 m de comprimento por 40/50 cm de largura e cerca

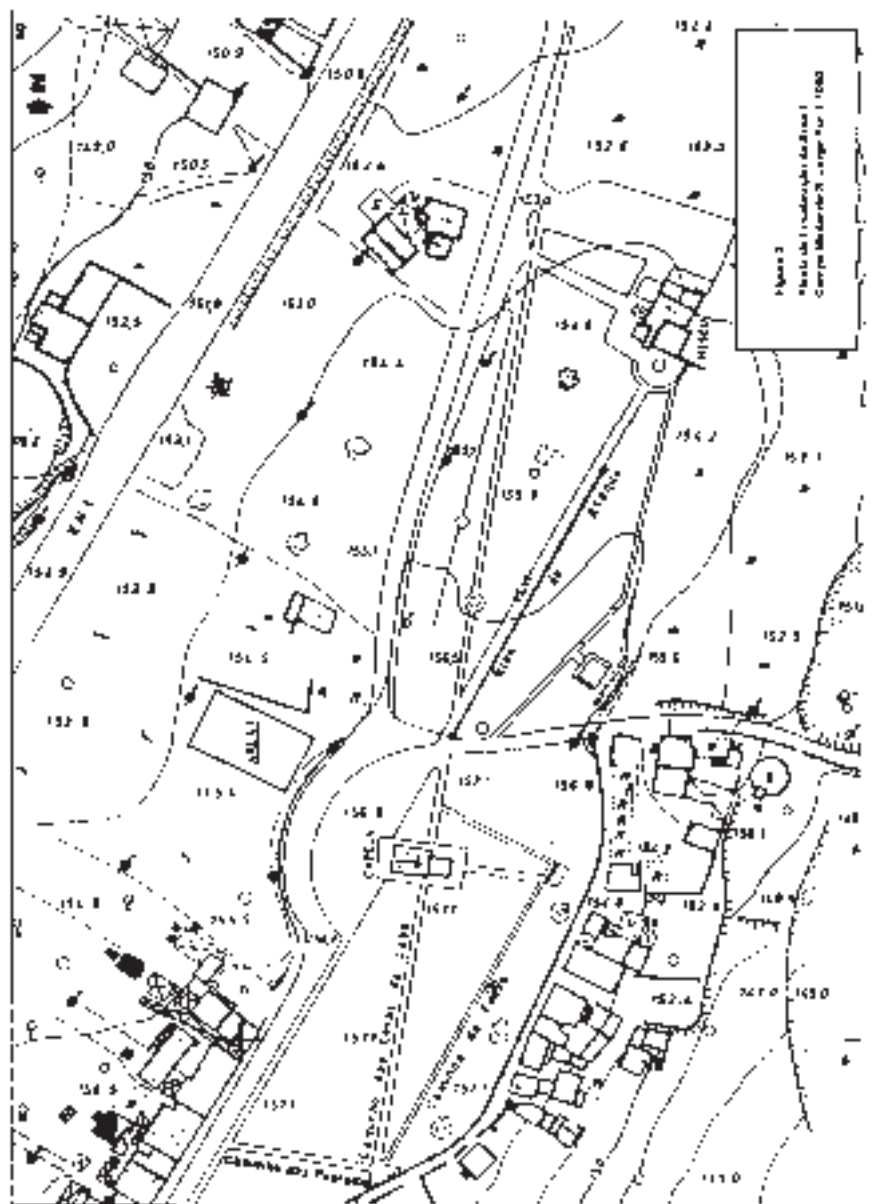


Figura 2 – Planta de Localização da Área 1
Campo Militar de S. Jorge. Esc 1:1000308

de 15/20 cm de profundidade. As lavouras sucessivas não permitiram identificar esta fossa desde a sua linha de topo.

UE 6 – Sulcos pouco profundos (5 a 10 cm de espessura), marcados no estrato rochoso (UE 27), pertencendo a vestígios deixados por raízes de oliveiras, sobretudo nos quadrados L10 e M10.

UE 7 – Quadrícula Q11. Mancha de terra castanha escura e húmida (M. 10YR 4/4), correspondente à primeira «cova de lobo».

UE 8 – Quadrícula Q11. Elemento interfacial vertical, que corta a UE 2 e a rocha (UE 27), pertencendo à abertura da primeira «cova de lobo».

UE 9 – Quadrícula Q11. Mancha de terra castanha escura e húmida (M. 10YR 4/4), correspondente à segunda «cova de lobo».

UE 10 – Quadrícula Q11. Elemento interfacial vertical, que corta a UE 2 e a rocha (UE 27), pertencendo à abertura da segunda «cova de lobo».

UE 11 – Quadrícula Q11. Mancha de terra castanha escura e húmida (M. 10YR 4/4), correspondente à terceira «cova de lobo».

UE 12 – Quadrícula Q11. Elemento interfacial vertical, que corta a UE 2 e a rocha (UE 27), pertencendo à abertura da terceira «cova de lobo».

UE 13 – Quadrícula Q11. Mancha de terra castanha escura e húmida (M. 10YR 4/4), correspondente à quarta «cova de lobo».

UE 14 – Quadrícula Q11. Elemento interfacial vertical, que corta a UE 2 e a rocha (UE 27), pertencendo à abertura da quarta «cova de lobo».

UE 15 – Quadrícula Q11. Mancha de terra castanha escura e húmida (M. 10YR 4/4), correspondente à quinta «cova de lobo».

UE 16 – Quadrícula Q11. Elemento interfacial vertical, que corta a UE 2 e a rocha (UE 27), pertencendo à abertura da quinta «cova de lobo».

UE 17 – Quadrícula Q11. Mancha de terra castanha escura e húmida (M. 10YR 4/4), correspondente à sexta «cova de lobo».

UE 18 – Quadrícula Q11. Elemento interfacial vertical, que corta a UE 2 e a rocha (UE 27), pertencendo à abertura da sexta «cova de lobo».

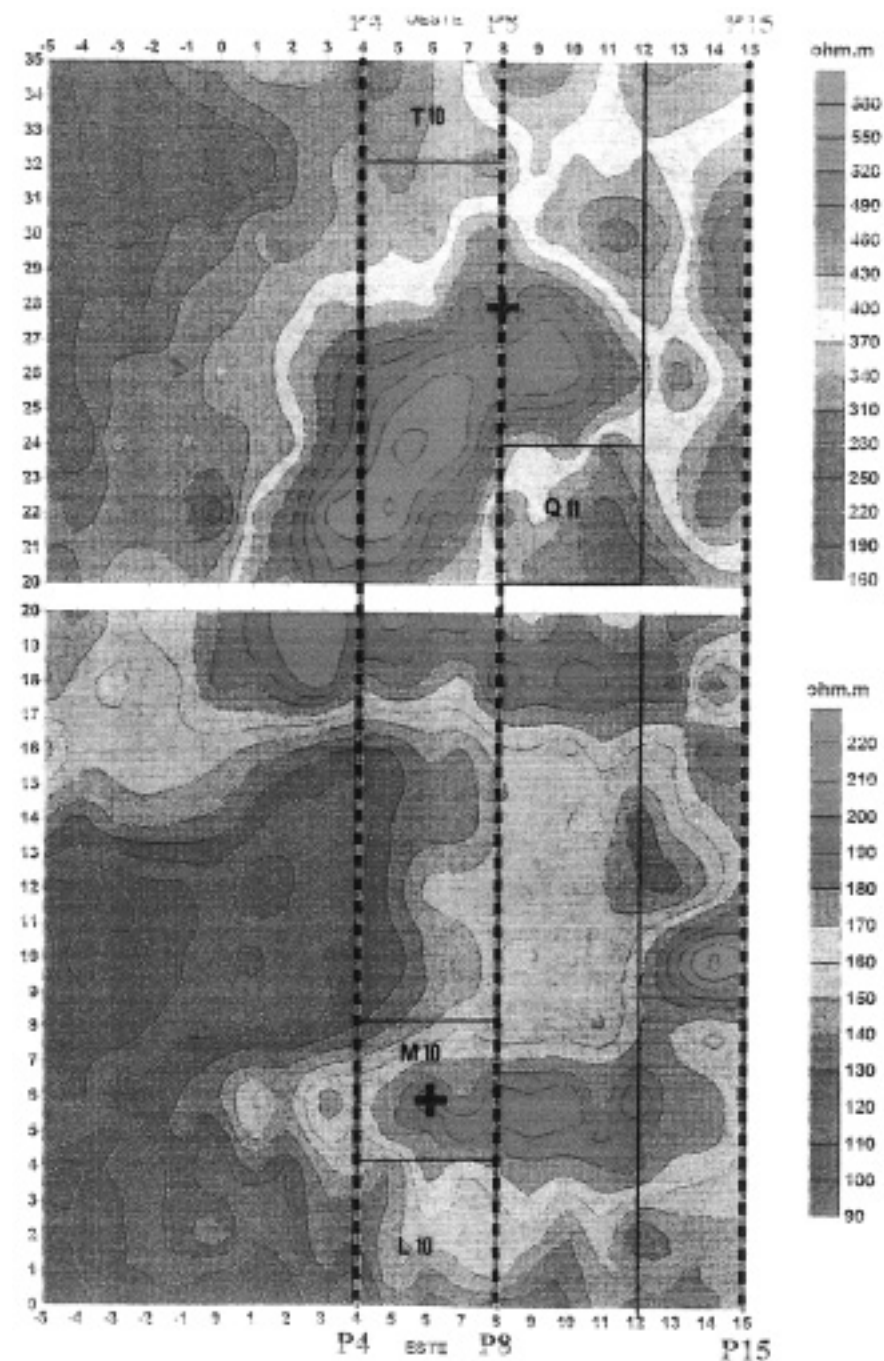


Figura 3 – Mapa de resistividade alfa – Área 1 – e localização dos perfis dipolo-dipolo P4, P8 e P15, assinalando-se o local das sondagens arqueológicas

UE 19 – Quadrícula Q11. Mancha de terra castanha escura e húmida (M. 10YR 4/4), correspondente à sétima «cova de lobo».

UE 20 – Quadrícula Q11. Elemento interfacial vertical, que corta a UE 2 e a rocha (UE 27), pertencendo à abertura da sétima «cova de lobo».

UE 21 – Quadrícula Q11. Mancha de terra castanha escura e húmida (M. 10YR 4/4), correspondente à oitava «cova de lobo».

UE 22 – Quadrícula Q11. Elemento interfacial vertical, que corta a UE 2 e a rocha (UE 27), pertencendo à abertura da oitava «cova de lobo».

UE 23 – Mancha de terra castanha escura e húmida (M. 10YR 4/4), correspondente à nona «cova de lobo».

UE 24 – Quadrícula Q11. Elemento interfacial vertical, que corta a UE 2 e a rocha (UE 27), pertencendo à abertura da nona «cova de lobo».

UE 25 – Quadrícula T10/U10. Mancha de terra castanha escura e húmida (M. 10YR 3/3), correspondente a um tramo de fosso.

UE 26 – Quadrícula T10/U10. Elemento interfacial vertical, que corta a UE 2 e a rocha (UE 27), pertencendo à abertura de um grande fosso de perfil troncocónico.

UE 27 – Rocha de base, composta por saibro grosso, pouco consistente e húmido, de cor alaranjada (M. 5YR 5/8), com manchas de areia muito húmida, de cor amarelada (M. 10YR 5/6 e 6/6).

2.1. As «covas de lobo»

Na quadrícula Q11 (Fig. 5, 9 e 10), entre 30/40 cm de profundidade, verificou-se que as terras da UE 2 se tornavam menos duras, mais húmidas e com manchas escuras. Assim se começavam a individualizar anomalias estratigráficas, a partir dos

Tabela 1 – Matriz das unidades estratigráficas

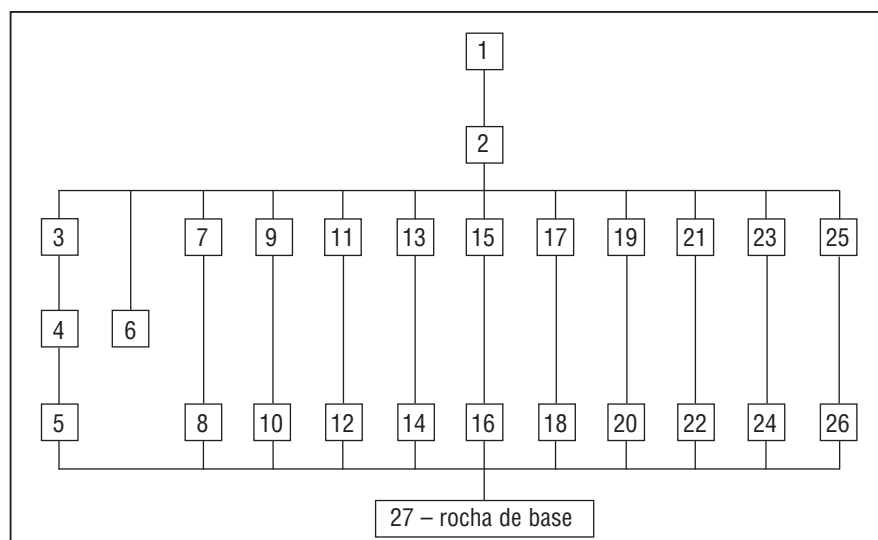


Figura 4 – Planta de L 10 e M 10

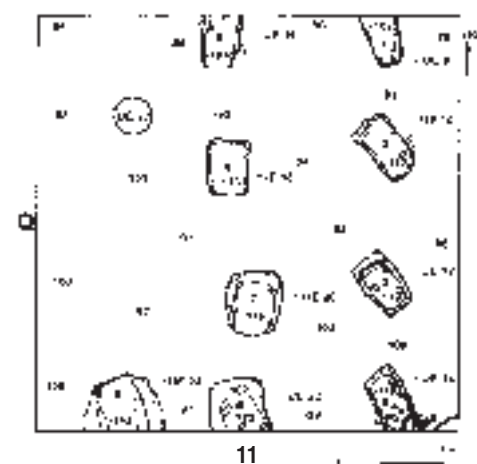


Figura 5 – Planta do quadrado Q 11, com a identificação das nove «covas de lobo» escavadas no saibro (UE). 27). Primeira fiada: 1. UE. 7/UE 8; 2. UE. 9/UE. 10; 3. UE. 11/UE. 12; 4. UE. 13/UE. 14; 5. UE. 15/UE. 16; 6. UE. 17/UE. 18; 7. UE 19/UE. 20; 8. UE. 21/UE. 22; 9. UE. 23/UE. 24

38/40 cm de profundidade, as quais correspondiam a «covas de lobo». No canto sul da quadrícula estavam quatro, bem alinhadas (covas 1 a 4), a pouca distância havia uma segunda fila de quatro (covas 5 a 8), finalmente, uma outra (cova 9), aparentemente isolada, estava na zona norte do quadrado, junto do perfil poente.

A cova 1 corresponde às unidades estratigráficas UE 7 e 8. A mancha que a define (UE. 7) está junto do perfil este do quadrado, prolongando-se no corte. Tem orientação a 100/200 graus, precisamente Este/Oeste. A terra que enchia a pequena cova era castanha escura, muito húmida, e continha um cravo de ferradura, uma lasca de sílex e três seixos rolados junto do fundo. A cova propriamente dita (UE. 8) tem forma rectangular com cantos arredondados, 50 cm de comprimento, no topo, e 47 cm, no fundo; a largura é de 30 cm, no topo, e 22 cm, no fundo. Apresenta cerca de 20 cm de profundidade de corte no saibro (a cota negativa, a partir do ponto 0 é de -107).

A cova 2 (UEs. 9 e 10) tem também posição diagonal em relação aos perfis do quadrado, orientado a 130/330 graus, e posição Este/Oeste, a cerca de 50 cm de distância da primeira. As terras do interior (UE. 9) eram castanhas escuras e continham dois minúsculos bordos de cerâmica comum, aparentemente de época tardo-medieval. Tem forma rectangular (UE. 10) com 67 cm de comprimento, no topo, e 55 cm, no fundo; 40 cm de largura, no topo, e 24 cm, no fundo; a profundidade de corte no saibro é de 26/28 cm (a cota negativa, a partir do ponto 0 é de -112).

A cova 3 está a uma distância de 65/70 cm da segunda e tem a mesma forma e orientação. As terras contidas no interior (UE. 11) eram do mesmo tipo e cor, tendo-se aí registado uma pequena lasca de sílex e um minúsculo fragmento de cerâmica comum. A estrutura negativa que a forma é rectangular de cantos arre-

dondados (UE. 12), com dois ressaltos na largura leste, seguramente correspondentes ao trabalho da enxada ou da pá, aquando da sua abertura. Apresenta 60 cm de comprimento no topo e, devido aos ressaltos, tem apenas 35/40 cm de comprimento no fundo. Tem cerca de 20 cm de profundidade de corte no saibro, ou seja uma cota negativa de -119 cm.

A cova 4 fica a uma distância de 50 cm da cova 3, tem a mesma orientação e forma rectangular (UE. 14), prolongando-se pelo perfil poente do quadrado, sob as raízes da oliveira que está junto do corte. Tem 68 cm de comprimento no topo e cerca de 42 cm no fundo; a largura é de 28/30 cm no topo e de 20/24 cm no fundo; a altura de corte no saibro é de cerca de 15/20 cm – cota negativa de -116 cm. A terras que a enchiam (UE. 13) são igualmente castanhas escuras e continham seixos rolados e um pequeno fragmento de cerâmica, de pasta e superfícies alaranjadas, de tipo idêntico aos fragmentos recolhidos na cova 1.

A cova 5 situa-se junto do perfil leste do quadrado, tendo orientação perpendicular ao corte, a 130 graus, o que mostra uma certa descoordenação em relação à primeira fiada de covas. Está a cerca de 1,18 m da cova 1 e tinha alguns seixos a limitá-la, na parte superior, colocados entre a terra do estrato 2 (UE. 2) e o saibro que caracteriza a rocha (UE. 6). A estrutura negativa (UE. 16) tem forma rectangular com cantos arredondados, cerca de 50 cm de comprimento, quer no topo, quer no fundo. A largura é de 35 cm no topo e 24 cm no fundo e a profundidade de corte no saibro é de 15 cm (cota negativa -101 cm). As terras que a enchiam (UE. 15) eram igualmente castanhas escuras e húmidas e continham uma lasca de sílex e um prego, ou cravo de ferradura.

A cova 6 fica a cerca de 70 cm, para poente da cova 5 e a 98 cm da cova 2 (situada a sul). Está também orientada a 130 graus e, como as outras, tem planta rectangular. A estrutura negativa (UE. 18) apresenta 52 cm de comprimento no topo e 45 cm no fundo; tem uma largura de 37 cm no topo e cerca de 35 cm no fundo; a altura de corte no saibro é de 28 cm (cota negativa -113 cm). Na zona desta cova, principalmente em direcção ao perfil norte, a rocha (UE. 6) é mais irregular formando uma depressão no saibro, que alarga em direcção ao perfil. A terra que cobria esta cova (UE. 17) era castanha escura e não continha nenhum espólio.

A cova 7 situa-se a 70 cm da cova 6 e a 80 cm da cova 3. Tem a mesma orientação e uma planta sub-quadrangular. A estrutura negativa (UE. 20) possui cerca de 52 cm de comprimento no topo e 40 cm no fundo; uma largura de 50 cm no topo e 22/25 cm no fundo; a altura de corte no saibro é de 24 cm (cota negativa -116 cm). As terras contidas no interior (UE. 19) registavam alguns seixos rolados junto do fundo.

A cova 8 localiza-se junto do perfil poente do quadrado, prolongando-se sob o mesmo. Está a 55 cm da cova 7 e a 90 cm da cova 4. A estrutura negativa (UE. 22) tem forma sub-quadrangular com 50 cm de comprimento visível no topo e apenas 32/35 cm no fundo; a largura é de 50 cm no topo e 35 cm no fundo e a profundidade de corte no saibro é de 26 cm (cota negativa -122 cm). As terras que a enchiam (UE. 21) eram castanhas escuras e continham alguns seixos rolados junto do fundo.

A cova 9 está, aparentemente, isolada em relação às fiadas anteriormente descritas. Encontra-se, como a anterior, junto do perfil poente do quadrado e prolonga-se no corte. Fica a 58 cm da cova 8 e também está orientada a 130 graus. A estrutura negativa (UE. 24) tem 55 cm de comprimento no topo e 48 cm no fundo; a largura de topo é de 50 cm e, no fundo, de 25 cm; a profundidade no corte do saibro é de 36 cm (cota negativa -142 cm). Tinha alguns ressaltos laterais, provocados seguramente pela enxada ou a pá durante a sua abertura e as terras que estavam no interior (UE. 23) eram igualmente escuras e não apresentavam nenhum espólio.

2.2. O fosso

A escavação da quadrícula U10, prolongando-se para T10 (Fig. 6 e 7) resultou, como já se referiu, de um facto accidental, tendo sido os primeiros 20/30 cm de terra retirados com máquina. Limpo o terreno, marcou-se a respectiva quadrícula e a partir dos 35/40 cm começou a notar-se algumas diferenças na coloração das terras. Sob o estrato arável, a camada que, aparentemente, devia anteceder a rocha (UE. 2), tinha manchas mais ou menos escuras. Ao definir essas manchas veio a observar-se uma zona central da quadrícula, que correspondia a uma enorme «língua» transversal de terra escura e muito húmida, que se prolongava, na diagonal, para o exterior dos limites do quadrado U10.

Estava, assim, definido o tramo de um grande fosso, cortando a rocha (UE 27) e parte da UE 2. A mancha correspondente ao seu enchimento apresentava uma orientação na diagonal, em relação à marcação das quadrículas, precisamente a 175 graus – ou seja, a Sudeste/Noroeste. No interior, para além da terra, existiam abundantes seixos rolados, o mesmo acontecendo, aliás, nas terras envolventes.

A partir dos 55 cm de profundidade, no perfil norte do quadrado U10, a largura do fosso era de 1,48 m por estar na diagonal e se prolongar sob o corte. Em plano, revelou uma largura com cerca de 88/90 cm no topo conservado – terras de contacto com o saibro – e apresenta, junto da base, um ressalto cortado no saibro, onde estreita para uma largura média de 67/70 cm. Finalmente, no fundo, é bastante mais estreito, com cerca de 50/60 cm de largura (Fig. 11). Quanto à profundidade de corte no saibro apresenta aproximadamente 60 cm, o que corresponde a cotas negativas entre -210 e -221, medidas tiradas, obviamente, a partir do ponto 0, localizado numa zona mais alta do terreno.

2.3. Os materiais arqueológicos

Durante o processo de escavação verificou-se estarem completamente ausentes quaisquer materiais arqueológicos relacionados com armas utilizadas na Batalha de Aljubarrota, facto que se verificou também durante as escavações anteriores. Pode

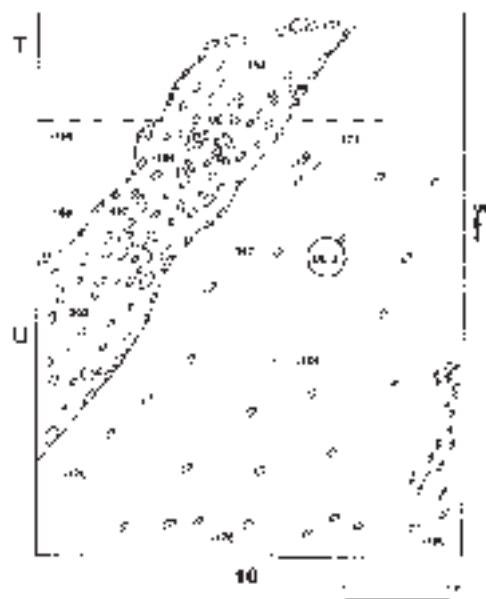


Figura 6 – Planta do quadrado U 10, prolongando-se para T 10. Plano I com indicação do enchimento do fosso feito com terras negras e grande quantidade de seixos rolados (UE. 25)

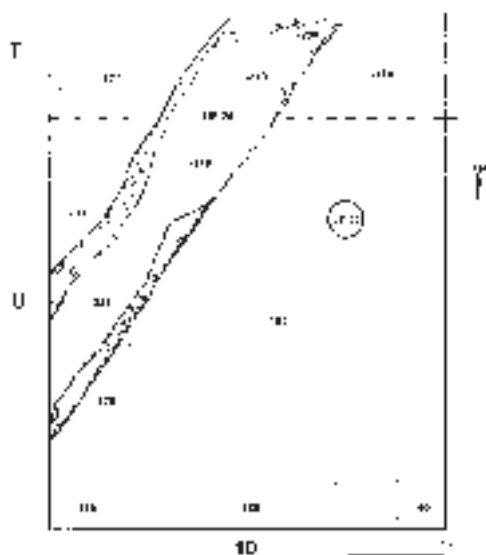


Figura 7 – Planta do quadrado U 10, prolongando-se para T 10. Plano 2 com a linha de corte do fosso (UE. 26) aberta na rocha saibrosa (UE. 27)

pensar-se, no entanto, que alguns pregos e cravos, de possíveis ferraduras, encontrados

nas terras que cobriam as «covas de lobo», tenham pertencido ao período em questão.

Porque nas proximidades da área escavada se encontra um edifício em ruínas, as terras superficiais, de lavoura, revelaram, por arrasto, parques materiais de época recente, sobretudo fragmentos de telhas, de tijolos, de pregos, de duas placas e de uma dobradiça, de ferro. Mas também se recolheram pequenos fragmentos de cerâmica comum não vidrada e vidrada. Alguns pertencem a faianças tardias, com decoração azul, outros são louça de tipo «ratinhos» e de Sacavém. Os materiais arqueológicos exumados, assim como o esqueleto, foram depositados no Museu Militar de S. Jorge. Encontram-se por inventariar os recolhidos nas camadas 1 e 2, pois não revelam qualquer interesse do ponto de vista arqueológico.

O único espólio que poderá coincidir com a época da batalha, ou ser um pouco posterior, foi exumado na UE. 2 do quadrado Q.11, nas terras húmidas junto de «covas de lobo», e no interior das mesmas (Fig. 12): um cravo, dobrado, nas terras da cova 1; dois fragmentos de bordos, não desenháveis, nas terras da cova 2; um prego ou cravo, nas da cova 5; um prego ou cravo, nas terras da UE. 2, junto da cova 9.

Para além da grande quantidade de seixos rolados, misturados com as terras que tapavam a grande vala, e de alguns encontrados no fundo de «covas de lobo», os achados arqueológicos mais significativos são artefactos líticos. Recolheram-se, respectivamente, nas terras que cobriam as covas 1, 3 e 5, uma rapadeira e duas lascas de sílex, com vestígios de retoque. Aparentemente, poderia pensar-se que teriam servido de meras pedras de pederneira, ou pedras-de-fogo. No entanto, a existência de retoque leva-me a considerá-las artefactos pré-históricos e a colocar a hipótese de haver, nas proximidades, uma estação arqueológica desse período.

3. SÍNTESE E COMENTÁRIOS

Como já foi acima indicado e é de conhecimento público, não foi a primeira vez que se fizeram trabalhos arqueológicos no Campo Militar de S. Jorge. Em torno da capela e para sul e sudeste dela, o Tenente-Coronel Afonso do Paço identificou uma vala com enterramentos humanos (cujo estudo recente está para publicação, pela equipa do Instituto de Antropologia de Coimbra, dirigido pela Doutora Eugénia Cunha) e um grande fosso, abrangendo aproximadamente 182 m, com traçado irregular, e conservando, em alguns tramos, entre 60/90 cm de largura, por 40/70 cm de profundidade (PAÇO, 1959a: 41-44). Perpendicularmente, e orientadas sensivelmente no sentido do eixo da capela, em direcção a sudeste, foram igualmente descobertas várias centenas de «covas de lobo», em zonas mais ou menos densas, que correspondiam a estruturas negativas «muito irregulares quanto a dimensões, pro-



Figura 8 – Quadrado L 10

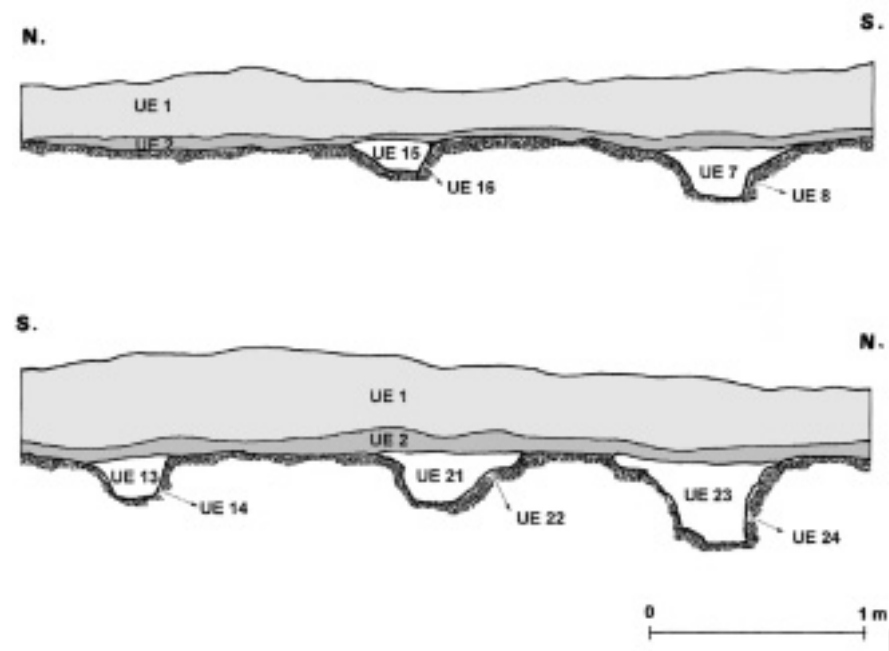


Figura 9 – Perfis estratigráficos no quadrado Q 10

1. Topo leste: «covas de lobo» Nº 1 (UE 7 e 8) e Nº 5 (UE 15 e 16); Topo Oeste: «covas de lobo» Nº 4 (UE 13 e 14), Nº 8 (UE 21 e 12) e Nº 9 (UE 23 e 24)

fundidades e mesmo orientação (*ibid*: 47-48). Outros fossos principais e secundários foram também localizados entre as covas, tendo diferentes dimensões e orientação (*ibid*: 48, Fig. nº 4).

Os trabalhos agora realizados localizaram-se para poente da capela, numa zona completamente oposta ao grande fosso e bastante afastada das «covas de lobo» já escavadas. Das três sondagens efectuadas, a primeira não revelou nenhum vestígio

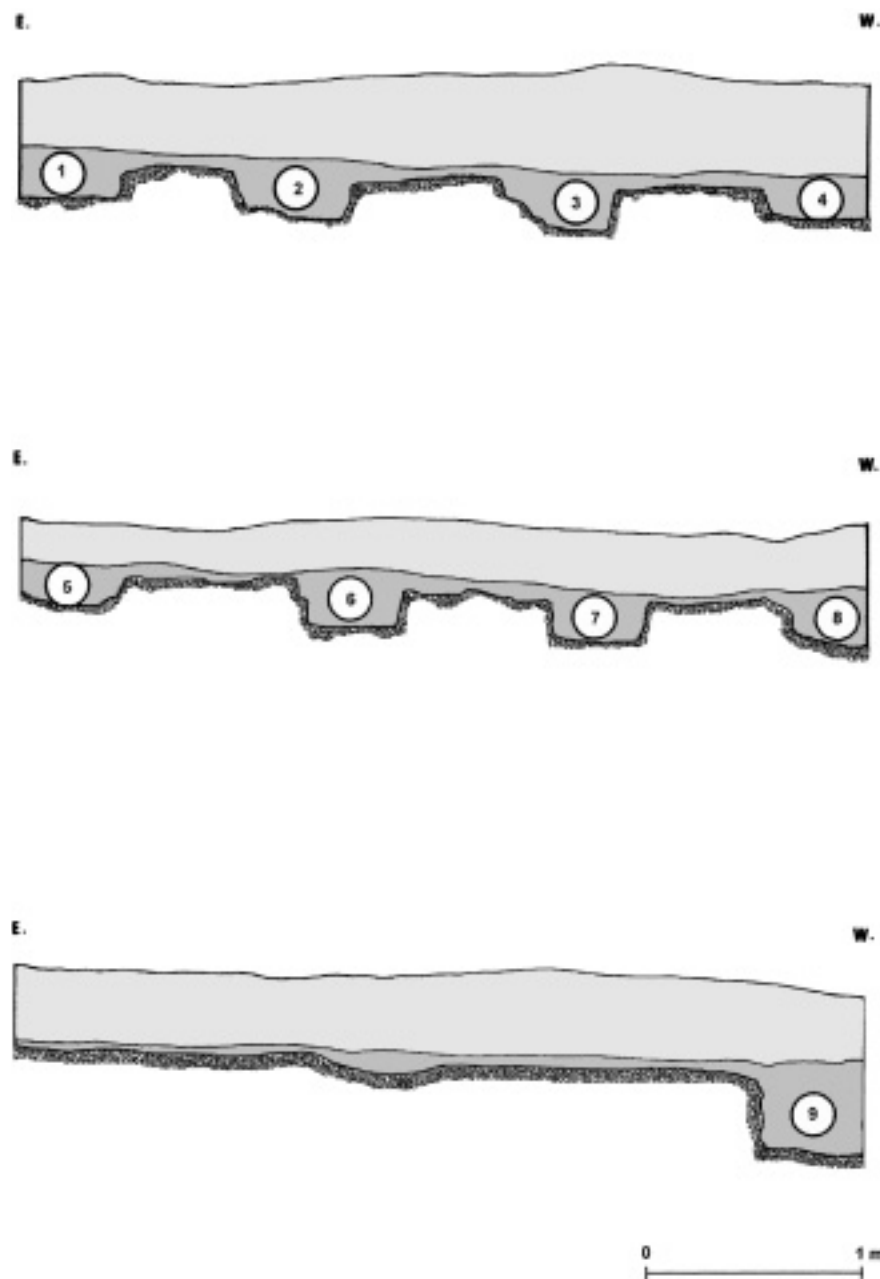


Figura 10 – Quadrícula Q 10: perfis esquemáticos, com orientação Este/Oeste, indicando a implantação das nove «covas de lobo»

relacionado com a guerra, mas tão só o enterramento de um animal. A escavação dos outros quadrados coincidiu, no entanto, com defesas colocadas a noroeste, do mesmo tipo das anteriormente identificadas, o que pode vir a elucidar-nos melhor sobre a estratégia da batalha. De facto, ao escavar-se para oeste da capela, os dispositivos de defesa acessória identificados revelam que houve uma certa preocupação na disposição defensiva, precisamente localizada no lado direito da vanguarda portuguesa.

O conjunto de «covas de lobo» agora postas a descoberto prolonga-se, seguramente, para as áreas adjacentes ao quadrado Q11, sobretudo para a propriedade particular, em direcção a Sul, se tivermos em consideração que, de uma possível terceira fiada de covas, no lado norte, só se encontrou a nº 9, localizada já em terrenos pertencentes ao Campo Militar.

Pelas observações no corte do saibro pode depreender-se que as fiadas de covas 1 a 4 devem ter sido escavadas por um combatente que as orientou todas na mesma direcção, precisamente com sentido este/oeste (100/300 grados). A segunda fiada de covas terá sido feita, eventualmente, por outro indivíduo, que as escavou de forma um pouco descentrada em relação às anteriores, dispondo-as a 130/330 grados, o que coincide com a orientação que fizemos para a marcação das quadrículas.

As terras que cobriam as estruturas negativas eram todas do mesmo tipo, castanhas escuras e húmidas, pouco se diferenciando das que caracterizam o estrato 2 (UE. 2), que antecede a rocha saibrosa (UE. 27). Misturadas com essas terras registaram-se, para além de minúsculos fragmentos de cerâmica e algumas lascas de sílex, vários seixos rolados depositados, em alguns casos, no fundo das covas. O facto de aparecerem seixos no seu

interior não será de estranhar, pois todas as terras retiradas os continham e, inclusivamente, podem observar-se à superfície do terreno. A sua ocorrência já havia sido assinalada por Afonso do Paço, principalmente no grande fosso (PAÇO, 1959a: Fig. 7) e nas «covas de lobo», o mesmo se verificando na intervenção arqueológica realizada por Fernando Severino Lourenço (1985: 12-13). Poderia arriscar-se a hipótese de esses seixos, abundantes no substrato rochoso local, terem sido utilizados como pedras de arremesso durante o combate. Mas parece pouco provável, pela sua forma ovóide e irregular, que tivessem servido como pedras de fundas.

Para além das nove covas, também se descobriu um tramo de fosso, que ocupa a diagonal de todo o quadrado U10 e se prolonga para T10 e outros espaços adjacentes. É do mesmo tipo do grande fosso descrito por Afonso do Paço (1959a: 43-45), tendo igualmente cerca de 90 cm de largura no topo conservado, um enchimento com terras negras e contendo abundantes seixos rolados, depositados aquando do enchimento, feito possivelmente pouco depois da batalha.

Quanto à interpretação destas «covas de lobo», apesar de não terem a forma mais habitual das armadilhas usadas na captura de lobos (normalmente escavadas em forma de tronco de cone circular), sabe-se que eram utilizados dispositivos deste tipo nas guerras da Baixa Idade Média. Pela concentração de covas encontradas no Campo Militar de S. Jorge, podemos considerá-las, de facto, como defesas acessórias, colocadas de modo a tornar mais difícil a marcha dos atacantes franco-castelhanos.

Assim, pode concluir-se, em definitivo, que correspondem a dispositivos de defesa feitos pelo exército anglo-português, e descritos ou insinuados em fontes coevas, nomeadamente nas crónicas: «Ayala refere apenas a existência

de dois regatos, que muito valorizaram o local onde Nuno Álvares postara a sua hoste e, quando do ataque castelhano, impediram a entrada em combate das duas alas inimigas. Froissart alude a fortificações com abatisses e ‘El Despensero’ da rainha D. Leonor a uma estacada e a muitas covas cobertas com ramos. Por sua vez, a célebre carta de D. João I de Castela à cidade de Múrcia, datada de 29 de Agosto de 1385 (...), alude a ribeiros e fossos existentes na frente de batalha» (PAÇO, 1975: 109). Apenas Fernão Lopes tem opinião contrária, certamente para reforçar o plano de igualdade topográfica entre as duas frentes de batalha e poder sobrevalorizar melhor a vitória portuguesa frente a um contingente numérico inimigo muito maior. Para o cronista português, a batalha deu-se em campo aberto e de fácil acesso para o inimigo, pois que «aly não avia melhoria do campo que os portugueses tivessem escolhido, nem vales que estorvassem seus contrairos, como alguns mal escrevendo em seus livros querem contar, que tudo era campina igual, sem nenhum estorvo a ambolas partes...» (LOPES, 1949, vol. II: 93).

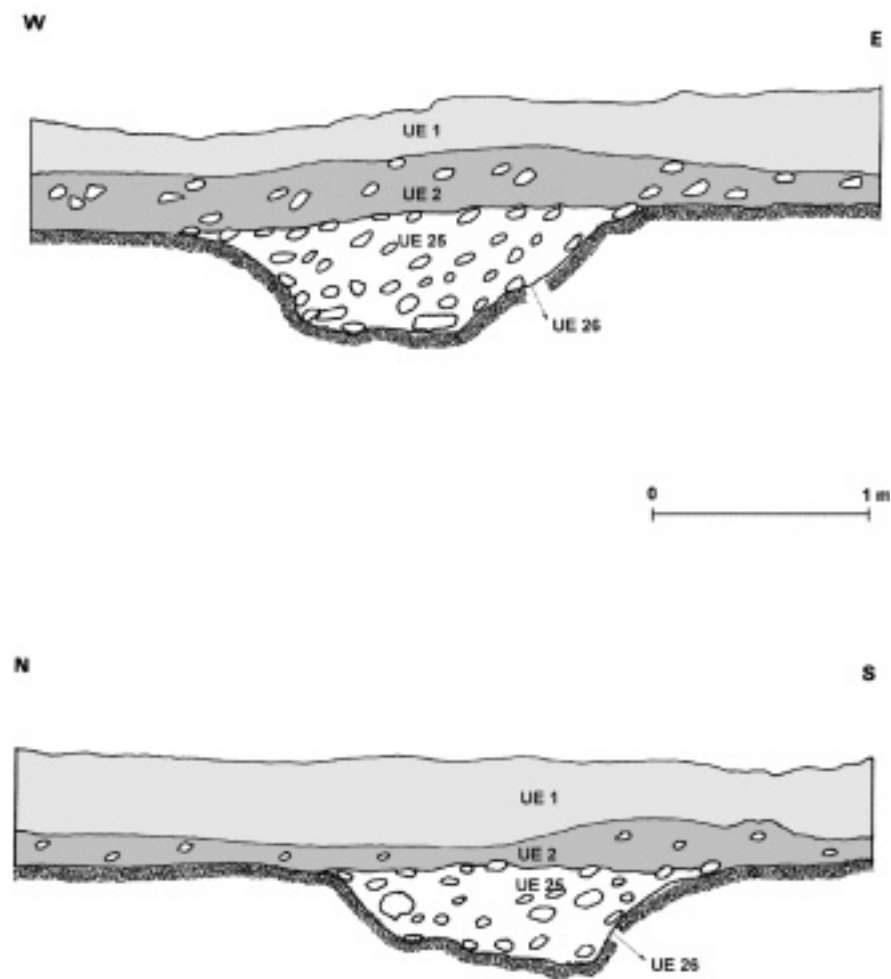


Figura 11 – Leitura estratigráfica do fosso: 1 Perfil Norte, no quadrado U 10; 2. Perfil Leste, no quadrado T 10

Quer pelas plantas e cortes apresentados por Afonso do Paço, quer pelos vestígios agora descobertos, sou de opinião que devem refutar-se, em definitivo, quaisquer hipóteses que neguem estar as anomalias arqueológicas encontradas no Campo Militar de S. Jorge relacionadas com a Batalha de Aljubarrota. Rebatendo as conjecturas enunciadas, por exemplo, no estudo de Nuno Valdez dos Santos (1979: 3-15), que considerava as covas e valas como locais de extracção de argila e de silos islâmicos, pode argumentar-se que, pela sua forma, dimensões e tipo de terreno, essas covas nunca foram para extracção de argila que, aliás, não existe no

local onde foram abertas; pela minha própria experiência em escavações de sítios de época islâmica, onde abundam silos para armazenamento de cereais, é impossível que tivessem pertencido a este tipo de estruturas, que são sempre grandes covas, de abertura circular e razoável profundidade. O próprio terreno, arenoso e extremamente húmido, não permitiria conservação de cereais, em simples silos abertos nesse tipo de terreno.

Para além de serem descabidas essas conjecturas sobre a funcionalidade das covas e fossos, pode igualmente rebater-se a hipotética dificuldade de, em pouco tempo, haver disponibilidade de meios humanos/tempo para abrir tal quantidade de dispositivos, escassas horas antes da batalha. Pelas próprias características do solo actual, que não é agricultado há vários anos, constatou-se ser fácil de escavar, pois as terras são húmidas, pouco argilosas, e o substrato rochoso é composto por saibro e areia, que se retira facilmente, até com uma pá, conforme se verificou numa sondagem experimental realizada no quadrado M10. Opinião idêntica foi perfeitamente comentada por Fernando Severino Lourenço, que refere, inclusivamente, o facto de as terras retiradas aquando da abertura de covas e fossos, ficando camufladas pelos arbustos, servirem de obstáculo à marcha da cavalaria castelhana. Coloca também a hipótese de algumas covas terem sido feitas após a batalha, de modo a dificultar a «refrega» do exército inimigo (LOURENÇO, 1985: 8-13).

Pelo exposto, os objectivos que nos levaram a intervir neste local foram, pois, bastante positivos, e os resultados obtidos podem ajudar a compreender melhor a disposição da batalha. Mais uma vez, ao aludir, de forma reticente, às defesas acessórias de Aljubarrota, Nuno Valdez dos Santos comentou o seguinte: «se essa 'zona fortificada' fizesse parte de um sistema defensivo, então seria natural que o

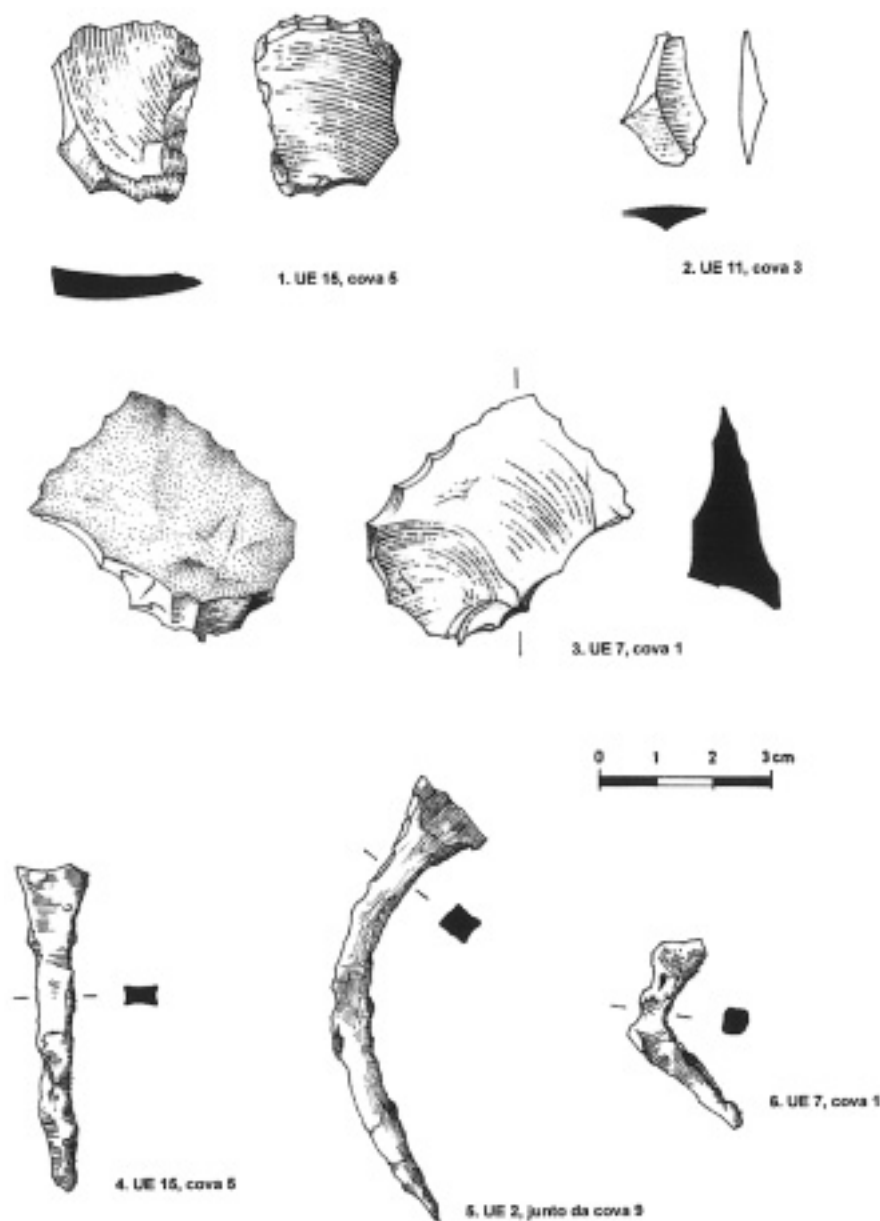


Figura 12 – Artefactos recolhidos em conexão com as «covas de lobo»

flanco direito (...) tivesse idênticas obras de fortificação, que seriam também levemente oblíquas à linha de combate e todo o conjunto formaria uma espécie de funil que reduziria a frente de combate a escassas centenas de metros» (SANTOS, 1979: 6-7). Na realidade, agora que se escavou na área oeste da capela, sondagens localizadas do lado direito da vanguarda portuguesa, podemos considerar que houve, efectivamente, essa preocupação de proteger o flanco direito e reduzir o campo de combate.

Finalmente, não será de estranhar a escassez de espólio arqueológico exumado nas sondagens efectuadas, visto que o exército português aí permaneceu o tempo suficiente para recolher armas e sepultar alguns dos que pereceram em pleno campo de batalha, embora muitos ficassem insepultos, espalhados pela charneca, ao sabor das intempéries e dos animais, só vindo muito mais tarde a recolher-se alguns ossos, que se depositaram numa vala, no terreno sul da capela. Outro material pode ter sido aproveitado pelos agricultores da região, para posterior refundição, restando apenas, entre as terras de algumas covas, pequenos pregos e «cravos» pertencentes seguramente a ferraduras dos cavalos que caíram nas «armadilhas» militares.

Escavou-se apenas uma ínfima parte do conjunto, se tivermos em atenção as 830 covas e os vários fossos identificados por Afonso do Paço; mas é possível que um conjunto idêntico se estenda pela área poente da capela, onde estaria o flanco direito da vanguarda portuguesa.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARANDINI, Andrea, 1997 – *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*, Ed. Crítica, Barcelona.
- FIGUEIREDO, Fernando Pedro de Oliveira, 1999 – *Aplicação de prospecção geofísica à localização de estrutu-*



Figura 13 – Aspecto da quadrícula Q11, podendo observar-se várias «covas de lobo»



Figura 14 – Pormenor da primeira «cova de lobo, contendo seixos rolados nas terras de enchimento

- ras arqueológicas no Campo Militar de S. Jorge. Relatório nº 2, Departamento de Ciências da Terra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra (texto fotocopiado).
- HARRIS, Edward C., 1979 – *Principles of archaeological stratigraphy*, Academic Press, Londres.
- LOPES, Fernão, 1949 – *Crónica de D. João I*. Livraria Civilização, Porto.
- LOURENÇO, Fernando Severino, 1985 – «O sistema defensivo da Batalha de Aljubarrota», *Baluarto, Revista das Forças Armadas Portuguesas*; nº 4, Lisboa, pp. 8-13.
- 1986 – «Campo de Batalha de S. Jorge (Aljubarrota)», *Informação Arqueológica*, nº 7, Lisboa, pp. 48-50.



Figura 15 – Quadrado U 10, junto do perfil Norte, vendo-se o corte provocado pela abertura do fosso

MONTEIRO, João Gouveia, 1998 – A guerra em Portugal nos finais da Idade Média, Notícias Editorial, Lisboa.

PAÇO, Afonso do, 1959a – «Escavações de carácter histórico no campo de batalha», Aljubarrota – trabalhos em execução de Arqueologia Militar, Comissão de História Militar, Lisboa, pp. 37-51.

1959b – «Novos documentos sobre a Batalha de Aljubarrota», Separata da Revista Infanteria, nº 151-152.

1975 – «Aljubarrota – escavações realizadas no campo de batalha de Aljubarrota», Dicionário de História de Portugal (dir. Joel Serrão), Livraria Figueirinhas, Porto, pp. 109-111.

SANTOS, Nuno Valdez dos, 1979 – «Certezas e incertezas da Batalha de Aljubarrota», Separata da Revista Militar, nº 8/9, pp. 3-15.

TRÓCOLI, Isabel G. e SOSPEDRA, Rafel (Ed. de), 1992 – Harris Matriz. Sistemas de registo em arqueologia, 2 vols., Ed. Àngels Santa, Série História, Lleida.

NOTAS

- 1 Está em vias de publicação, pela Imprensa da Universidade de Coimbra, um estudo conjunto, com a actualização dos conhecimentos históricos, geofísicos, arqueológicos e antropológicos, coordenado por João Gouveia Monteiro.

VESTÍGIOS HEBRAICOS NA CIDADE DA GUARDA

– SOBRE UM *ARON HA-KODESH*

ANTÓNIO MARQUES*
LÍDIA FERNANDES**

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo diz respeito ao estudo de um armário em cantaria, existente na cidade da Guarda, que os autores identificam como sendo um local que serviria para a colocação das escrituras sagradas. Alguns dos aspectos que aqui referimos já se encontram publicados numa separata da revista municipal *Praça Velha* da autoria de um dos signatários¹, ainda que, presentemente, o texto que agora apresentamos se detenha no estudo detalhado desta estrutura precisando-se, igualmente, a sua contextualização histórica.

Pretendemos, também, reiterar as observações realizadas naquela publicação, explicitá-las e clarificar as ideias aí apresentadas, uma vez que as mesmas foram alvo de alguma controvérsia por parte de alguns investigadores. Na verdade, e apesar de, no trabalho acima referido, termos relativizado a ideia da existência de uma sinagoga com base na estrutura que ora analisamos, parece-nos que tal noção não terá ficado clara. Deste modo, o presente trabalho pretende examinar, de forma mais detalhada, esta peça magnífica, a qual pensamos poderá ser considerada como um *Aron Ha-Kodesh*, fundamentando-se essa mesma interpretação².

* Arqueólogo da Câmara Municipal de Lisboa – Museu da Cidade.

** Arqueóloga da Câmara Municipal de Lisboa – Museu da Cidade. Mestre em História da Arte.

2. ANÁLISE DESCRITIVA

Dimensões (em cm): altura – 1,97 m; largura – 1,57 m; profundidade (face externa) – 70 cm; altura da cornija superior – 17 cm; largura das molduras laterais – 22 cm; altura do vão superior (à frente) – 65 cm; altura do vão superior (fundo) – 56 cm; profundidade do vão superior – 42 cm; altura máxima do vão inferior – 76 cm; profundidade do vão inferior – 49 cm.

Matéria: granito de grão fino.

O armário encontra-se dividido, frontalmente, em duas partes, ou dois vãos (fig. 1). O superior possui uma terminação superior curva junto à face frontal.

Apresenta as paredes laterais decoradas com dois jarros, distintos entre si. Semelhanças a gomis, em termos tipológicos, poderão corresponder, em nossa opinião, à representação de vasos litúrgicos. O vaso do lado



Fig. 1. Vista frontal do armário, ou *Aron Há-Kodesh*, podendo-se observar a localização dos vários elementos decorativos que compõem o seu arranjo estético.



Fig. 2. Pormenor do jarro localizado no lado esquerdo do interior do superior vão do armário.

esquerdo, assenta em peanha elevada com anéis (fig. 2). O bojo é acentuadamente esférico abrindo para bocal em perfil contracurvado, com marcada projecção na zona do bico. A asa é igualmente contracurvada rematando inferiormente em espiral de enrolamento exterior.

O jarro do lado direito apresenta uma morfologia distinta (fig. 3). O bojo é totalmente esférico, assentando em pé baixo de dois anéis. Superiormente, um colo elevado de onde saem simetricamente duas asas contracurvadas, termina em anel. Um dado curioso é o que nos é dado pelo elemento que encima o colo, uma vez que três pequenos círculos, ou borlas, parecem constituir a tampa do recipiente.

Ambos os motivos se encontram esculpido em relevo correspondendo assim, a baixos-relevos que são enquadrados por uma moldura que abrange o limite das paredes deste vão superior. Três molduras relevadas delimitam, deste modo, o motivo central.

A face interna da cobertura deste vão apresenta igualmente uma decoração rebuscada. Três motivos enquadrados em molduras rectas, apresentam ornamentos distintos. Os dois laterais são vegetalistas. O do lado direito possui dois ramos apostos, de cujas hastes centrais saem folhagens de espessos caules. Apesar de o desenho ser um pouco grosseiro nota-se uma tentativa de criar movimento na composição, o que é essencialmente fornecido pelo encurvamento das folhas. Apesar da difícil identificação, devido ao desgaste da pedra e estilização do motivo, parece-nos tratar-se de folhas de acanto.

O motivo central desta parte oferece-nos uma cara de anjo alado (fig. 4). O desenho é muito rude, quase fazendo lembrar as pequenas esculturas de época românica.

A parede de fundo surge-nos decorada com dois discos de perfil em *cyma reversa*, ou em garganta encestada, de contido relevo. Molduras similares às dos elementos que decoram as paredes laterais enquadram estes discos circulares, ainda que a sua execução seja, neste caso, mais cuidada.

O vão inferior não apresenta decoração nas paredes laterais, no entanto, a parte superior, ligeiramente curva, apresenta-se decorada por uma concha ou vieira, a qual preenche toda a área (fig. 5). No pavimento, três concavidades rebaixadas unem-se entre si por três pequenos canais que partem, respectivamente, de cada círculo, unindo-se no limite exterior do armário, em eixo centralizado relativamente ao vão (fig. 6), local onde um rebordo saliente estabelece a terminação exterior do armário.

A separação entre os dois vãos do armário é estabelecida por uma pequena banda de perfil contracurvado e com estrangulamento a meio, sendo decorada por hastes vegetalistas que se enrolam e se alongam preenchendo todo o espaço disponível.

O armário é encimado por uma cornija de quatro molduras. A face frontal onde se abrem os dois vãos acima descritos apresentam uma moldura que os rodeia, lateral e superiormente, composta por um pequeno listel recto sobreposto por moldura arredondada.

3. ANÁLISE INTERPRETATIVA

Interpretamos funcionalmente esta peça como um armário que terá servido de arca sagrada para a colocação da *Torah*, ou seja, um *Aron-Ha-Kodesh*, se preferirmos o termo hebraico.

O local onde se guardavam as escrituras sagradas era um elemento fundamental para a concretização de determinados ofícios religiosos. As tábuas sagradas com o Dez Mandamentos (*Lucho*s) que Moisés havia recebido, terão sido colocadas num templo portátil, ou arca, antes da construção do Templo de Salomão. Desta forma, os *Aron-Ha-Kodesh*, enquanto locais específicos das sinagogas, destinados à guarda das Sagradas Escrituras, simbolizam a própria arca, constituindo-se como uma peça que, na maior parte dos casos, detém rica ornamentação, enaltecendo o seu conteúdo.

A existência de «altares», feitos propositadamente ou não, para a colocação das *Torah* era, desta forma, um elemento imprescindível para o culto, juntamente com a luz sagrada, a *Ner Tamid*, que estaria sempre acesa.

Mas analisemos a morfologia decorativa que esta estrutura ostenta.

O elemento que mais se salienta, apesar de se encontrar pouco visível, é o motivo da vieira, ou concha, se assim se preferir. Apesar do significado cristão que se pode ver neste motivo, não nos podemos esquecer da simbologia de carácter judaico a ele associado. Com efeito, este símbolo foi utilizado desde tempos recuados na arte decorativa judaica e, tal como refere Hachlili³, a sua presença pode ser presenciada em vários contextos. Desta forma, ela pode aparecer como um motivo decorativo isolado, ocorrendo a par, na maior parte dos casos, de outros elementos vegetalistas, sobretudo acantos. Igualmente nos surge decorando espaços semicirculares, essencialmente edículas ou nichos, sendo um elemento muito utilizado já que a sua morfologia se adapta facilmente à decoração desse tipo de espaços. Por último, este elemento aparece na arte judaica como elemento de decoração do próprio cofre, arca ou santuário onde é depositada a *Torah*.

Não podemos considerar esta peça como uma edícula no sentido arquitectónico do termo. De facto, poderão ser considerados como nichos os dois vãos, inferior e superior, do armário, aparecendo a concha ou vieira a decorar a parte superior do segundo. O pormenor decorativo depara-se-nos estranho se atendermos ao local pouco visível onde ele se encontra.

Os motivos vegetalistas que decoram duas das cartelas do vão superior, bem como o lintel curvo que separa os dois vãos, poderão ser aproximados a acantos, sobretudo os primeiros. Nestes dois campos decorativos, ramos decoram o espaço quadrangular, sendo morfologicamente distintos entre si. Assim, o do lado direito apresenta somente um ramo enquanto que o do lado esquerdo possui dois ramos opostos cada um com seu caule. Ainda que nos seja difícil identificar esta representação vegetalista com uma qualquer espécie botânica, não é de excluir a hipótese de se tratarem de acantos, com as suas folhas carnudas e pontiagudas, conforme já referimos.



Fig. 3. Pormenor do jarro localizado no lado direito do interior do vão superior do armário.



Fig. 4. Pormenor do anjo alado localizado ao centro do tecto do vão superior do armário.



Fig. 5. Aspecto da vieira que constitui o tecto do vão inferior do armário.

A figura do anjo alado pode, dentro da temática decorativa hebraica, ser considerada como querubim e, ao contrário do que alguns autores têm afirmado⁴, a inclusão destas figuras é habitual e aconselhada enquanto motivos que evocam a protecção divina e simbolizam a própria sacralidade. São inclusivamente, mencionados na *Torah*, sendo a sua representação habitual na parte superior do Tabernáculo revestindo-se de especial espiritualidade e simbolismo. No *Luchos* eles são referidos no início da criação e guardam Adão e Eva para que não entrem novamente no paraíso depois da sua expulsão (Genesis 3:34).

Se seguirmos a interpretação de Scholem, o Anjo pode ser considerado como a «forma angélica primordial do próprio ser humano...»⁵. Estes querubins, tal como explica a *Midrash* (comentário rabínico das Sagradas Escrituras), têm as faces semelhantes a inocentes crianças, ainda que a sua localização no *Aron Ha-Kodesh* não seja de todo inocente, uma vez que detêm a função de guarda e de protecção.

O querubim, ou anjo alado, que aqui vemos representado (fig. 4), aparece-nos centralizado na face interna do vão superior, sendo rodeado pelas duas cartelas vegetalistas que já referimos. A pequena cara, com traços rudemente delineados, e de contorno arredondado, apre-

senta-se rodeada, na parte do rosto, por uma asa contínua de várias penas que se dispõem em dois níveis.

A parede frontal do vão superior encontra-se decorada por duas cartelas, cada uma com um disco que possui outros dois, de menores dimensões no seu interior. Assemelham-se a escudos ou então, tal como nos sugeriu a Dr^a Esther Mucznick⁶, às extremidades em madeira do rolo onde a *Torah* é enrolada. A ser essa a representação que aqui vemos, são os próprios rolos que são camufladamente representados, somente se vendo as terminações do rolo em madeira que, assim sendo, nos são apresentadas em posição horizontal.

Em boa verdade não podemos estabelecer comparações com altares ou armários semelhantes. O caso de Castelo de Vide, cuja sinagoga possui uma peça semelhante, constitui o exemplar que mais proximamente se pode apontar como elemento comparativo. No entanto, certamente que a tipologia deste tipo de peças, para além da relativa liberdade decorativa de que se revestiriam, intimamente relacionada com gostos e tradições locais, não teria regras rígidas para a sua elaboração.

Em York, Inglaterra, uma sinagoga, ainda que do séc. XII, possui um armário, ou altar, muito semelhante ao que agora tratamos.

Em termos gerais, a morfologia global destas peças de mobiliário – feitas em madeira ou traduzidas à pedra – aproxima-as, de forma mais ou menos directa, da sua função original, ou seja, a de simbolizarem o templo portátil, sugerindo os oratórios que a tradição cristã tantos exemplares nos oferece, talvez mesmo como forma de os camuflar em casa de cristãos-novos, como teremos oportunidade de observar.

Como referíamos, o designado tabernáculo existente na Sinagoga de Castelo de Vide, é o que mais se aproxima ao presente exemplar. A ele se referem Jorge de Oliveira e Carmen Balesteros, num artigo publicado sobre este espaço de culto, nos seguintes termos: «O edifício identificado como *Sinagoga Medieval* localiza-se na confluência da Rua da Judiaria com a Rua da Fonte. Compõe-se de dois pisos, abrindo-se numa das divisões do piso superior o que se julga ser o tabernáculo. Pensa-se que neste compartimento se reuniam os homens da comunidade, enquanto que na divisão à sua direita, desta separada provavelmente e originalmente, por um pequeno postigo, congregavam-se os membros do sexo feminino, enquanto decorriam as sessões de estudo dos *Textos Sagrados*. As *Sinagogas*, como espaço polifacetado, funcionavam, paralelamente como *Escola*. Também na *Sinagoga* de Castelo de Vide existe um espaço dedicado ao ensino dos mais jovens. A *Escola*, cuja memória a tradição popular ainda guarda, hoje em edifício separado, situava-se à esquerda da sala do *Tabernáculo*»⁷.

Parece-nos peremptória a identificação feita pelos autores de o referido edifício se tratar de uma sinagoga, tal como o são ao referirem-se ao armário como sendo um tabernáculo. Apesar das escavações que um dos signatários desse artigo realizou não terem contribuído com nenhum dado inequívoco para essa atribuição, e depois de colocarem em causa a identificação da estrutura como tabernáculo,

mesmo assim, à própria questão que os autores a si colocam «Existiu aqui uma sinagoga?» respondem: «É provável»⁸.

Não obstante, pensamos que estas duas peças – a de Castelo de Vide e a da Guarda – se podem estrutural e morfologicamente aproximar: a divisão em dois vãos, o superior destinado à colocação da *Torah* e o inferior com três concavidades ligadas entre si por canais, também eles rebaixados, destinando-se à colocação dos jarros sagrados empregues durante o culto. Este facto leva-nos a concluir que estamos perante uma peça pertencente à celebração religiosa judaica. No caso do armário da Guarda esta interpretação é reforçada pela representação decorativa de dois jarros nas paredes do vão superior, como já tivemos ocasião de analisar.

É difícil encontrar outros paralelos. Um armário, também em pedra, da aldeia de Castelo Mendo, não muito longe da cidade da Guarda, oferece-nos um paralelo muito próximo. Com efeito, o trabalho final é o mesmo, a morfologia geral da peça idêntica e a decoração pode-se, em alguns casos, aproximar. Todavia, apesar da semelhança morfológica, a iconografia afasta-se substancialmente, registando-se, igualmente, a ausência das três concavidades para a colocação dos óleos litúrgicos que observamos no armário da cidade da Guarda, situadas na plataforma do vão inferior (fig. 6).

Certamente que outros problemas se colocarão no que diz respeito a este espaço em Castelo de Vide, no entanto, o que nos parece mais importante é o facto de nós próprios não termos afirmado que, no caso da cidade da Guarda, tivesse existido uma sinagoga – no local onde se encontra o referido armário – no sentido canónico do termo. Deste modo, o espaço onde esta peça se encontrava poderia corresponder simplesmente a um local de culto que sabemos ter existido na cidade da Guarda durante o séc. XVII, assunto que mais detalhadamente analisaremos no capítulo seguinte.

Após a análise interpretativa realizada sobre a simbologia iconográfica aqui presente, pensamos ter justificado a nossa opinião, ao considerarmos como possível este armário ter sido utilizado como um altar para a concretização de celebrações religiosas judaicas, ou cripto-judaicas, assim como para a colocação das sagradas escrituras. Não obstante, temos presente a noção de que este tipo de interpretação se rodeia de contornos complexos uma vez que o imaginário simbólico, qualquer que ele seja, se presta a leituras múltiplas dependendo, na maior dos casos, do contexto religioso e cultural em que os motivos são realizados. Assim sendo, será este o aspecto que a seguir analisaremos.

4. CONTEXTO HISTÓRICO-RELIGIOSO

O édito de expulsão de 1496 por D. Manuel, dava o prazo de um ano para que a comunidade judaica saísse de Portugal, no entanto, «Mesmo antes de ter expirado o prazo para a saída definitiva da minoria judaica, esta assistira, impotente, ao devassar dos seus templos, escolas e bibliotecas, e à profanação dos seus cemitérios»⁹.



Fig. 6. Vista das cavidades e pequenas caleiras que compõem a base do vão inferior do armário.

Parece demasiado anacrónico falarmos de uma sinagoga na cidade da Guarda em época tão avançada quanto o séc. XVII, sobretudo se nos lembrarmos que, desde a centúria anterior, se tinham iniciado as perseguições aos judeus. Deste modo, talvez deva ser relativizado o emprego do termo «sinagoga» na cidade da Guarda nesta altura sendo, provavelmente, mais correcto pensarmos num espaço religioso ao serviço de uma população com uma vivência religiosa marcadamente cripto-judaica.

Como já havíamos referimos, existem notícias de terem existido na Guarda, espaços onde os cristãos-novos se reuniam para proceder à realização de ofícios religiosos. Com efeito, durante o século XVII são enunciadas várias práticas judaizantes aos ouvidores do Santo Ofício e do episcopado egitaniense, nomeadamente em 1609, quando o licenciado Domingos Pires denuncia a existência de «hu altar muito rico com cera acesa e com uma toura nelle posta em modos que parecia estarem em oração», em casa de um rico cristão-novo, Fernão Lopes da Costa, em cuja casa se reuniam, por vezes, cerca de cinquenta pessoas¹⁰. Parece ficar bem clara a ideia de que, durante o séc. XVII, seria relativamente habitual a existência de celebrações judaicas na cidade da Guarda as quais congregavam bastante número de pessoas. Certamente que

poderemos relativizar um pouco a noção de designarmos estes locais onde os cultos se realizavam como sinagogas. No entanto, teremos que ter presente a ideia de que este termo significa, antes de mais «... o local de reunião dos judeus»¹¹.

Ao contrário de outras religiões, o local de celebração do culto hebraico pode variar. A inexistência de um edifício específico para tal fim não é o garante para a não celebração dos rituais. Qualquer local, construído de raiz ou uma qualquer zona ao ar livre pode servir para os habituais serviços religiosos. Deste modo e, se por um lado, esteja perfeitamente padronizada a morfologia do templo, este não é imprescindível para a reunião dos fiéis. Na sua ausência, qualquer local, sala, casa, ou recanto pode ser utilizado para a leitura das escrituras sagradas, a *Torah*.

O facto de empregarmos a designação de sinagoga ao edifício onde se encontra uma das peças mais importante dos ofícios religiosos hebraicos – a arca sagrada – sobre a qual versa o presente artigo, prende-se, intimamente, com esse factor. Ou seja, o de local de culto onde as escrituras eram lidas, transformando-se esse espaço, por tal facto, numa casa de assembleia de fiéis, ou seja, o *beit k'nesset*.

Por conseguinte, a partir do momento em que se encontrasse reunido o *quorum* mínimo de 10 homens adultos, designado como *minyan*, este espaço assumiria essa função de sinagoga. A questão que se prende com o sítio onde tal culto – livre ou professado oculta-mente – se realizava terá que ser relacionado, exclusivamente, com razões históricas e contextuais que, no caso presente, decorreram do ambiente de perseguição, movido pela Inquisição e pela própria sociedade, relativamente à cultura e religião judaica mas que, em virtude de algumas cumplicidades locais, se preservou, adoptando expressões religiosas mais ou

menos camufladas, que resultaram no fenómeno que hoje em dia denominamos de cripto-judaísmo.

Certamente que, mais recuados no tempo, terá existido uma ou mais sinagogas

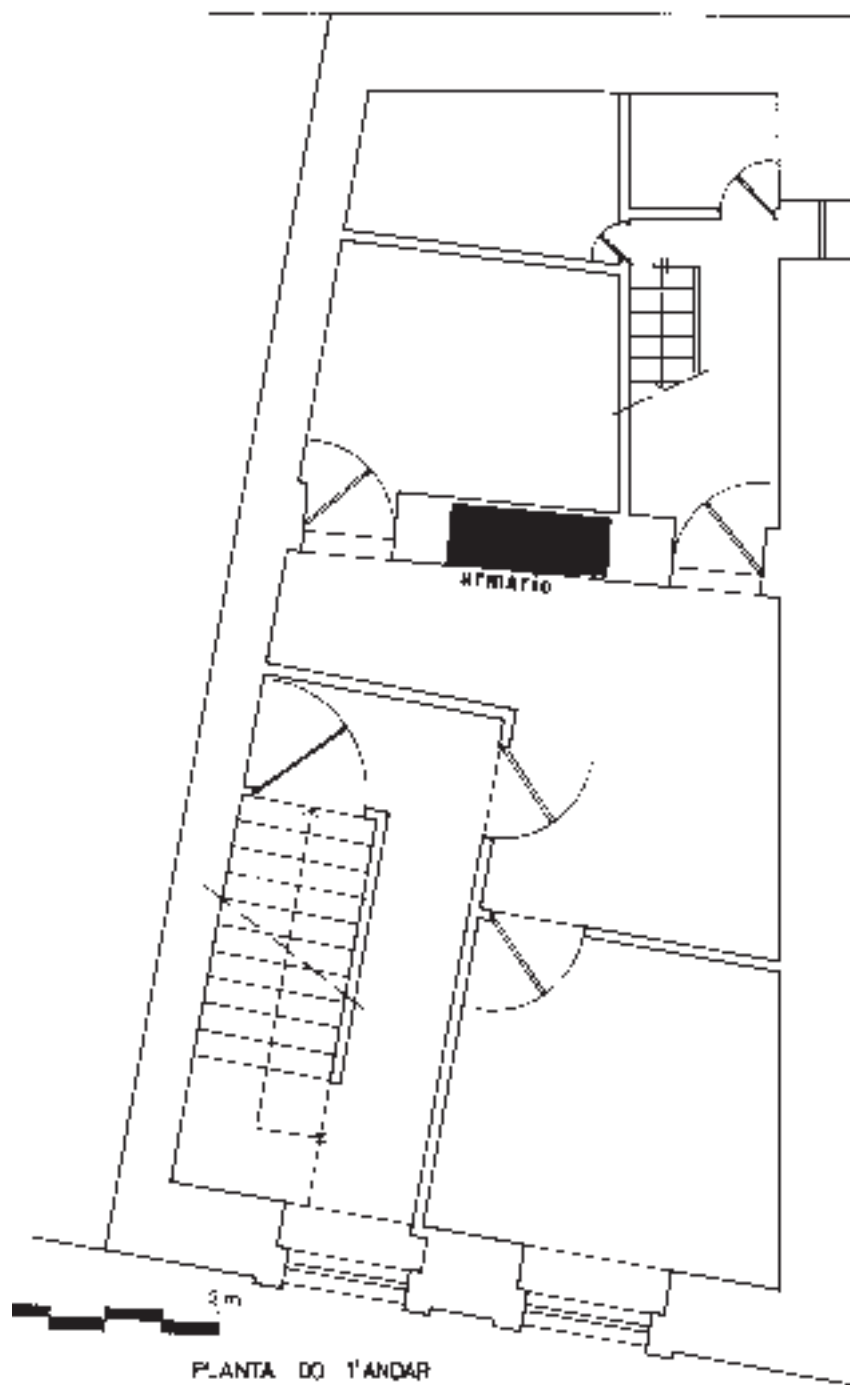


Fig. 7. Planta do 1º andar do edifício, com a localização primitiva do armário, anterior às obras realizadas em 1995.

na cidade da Guarda. O bairro da Judiaria, que ainda hoje mantém o topónimo numa das ruas da cidade, disso nos dá conta. Alguns autores, inclusivamente, referem a

existência de dois templos de culto em funcionamento, durante os sécs. XIII/XV, a que atribuem essa designação. Ignoramos, não obstante, onde estes se terão localizado, informação de que não nos dão conta os autores que os referem, concretamente Rita Costa Gomes que, localizando as duas sinagogas na judiaria, junto ao troço de muralha que unia a Porta do Curro à Porta de El-Rei, não nos explica quais as razões que a terão levado a implantar, naqueles locais, aqueles dois edifícios¹². Desde esta publicação, vários autores têm repetido esta informação sem que nenhum deles tenha investigado em que bases históricas e documentais a autora se fundamentou.

Mas abandonemos esta problemática e debruçemo-nos, antes de mais, nas razões que nos levaram a apresentar a ideia da existência de uma sinagoga, ou espaço de culto, numa época em que já poucas existiam, ainda que sempre de forma «clandestina», ou em que muitas tinham sido ou eram destruídas e saqueadas. As presentes considerações fundamentam-se, sobretudo, na existência do armário de culto que ora nos concerne, integrado numa casa situada na actual Rua Rui de Pina nº 29-31, na Guarda, via pela qual se faz o acesso a uma das antigas portas da cidade – a Porta da Erva. Esta proximidade, segundo alguns autores, constitui uma característica preferencial para as edificações, civis ou religiosas, judaicas, porquanto em caso de perigo, a fuga seria mais fácil.

Após obras de remodelação levadas a cabo em 1995, este edifício foi transformado num bar (o bar «Aqui Jazz»). Durante estes trabalhos a peça a que o presente artigo se reporta, foi transferida do primeiro andar, local onde se encontrava inicialmente, para o piso térreo da entrada (figs. 7 e 8). Logo à direita de quem entra, encostada à parede do edifício, dá-se a ver este magnífico armário em pedra, talhado em granito fino, que identificamos como sendo

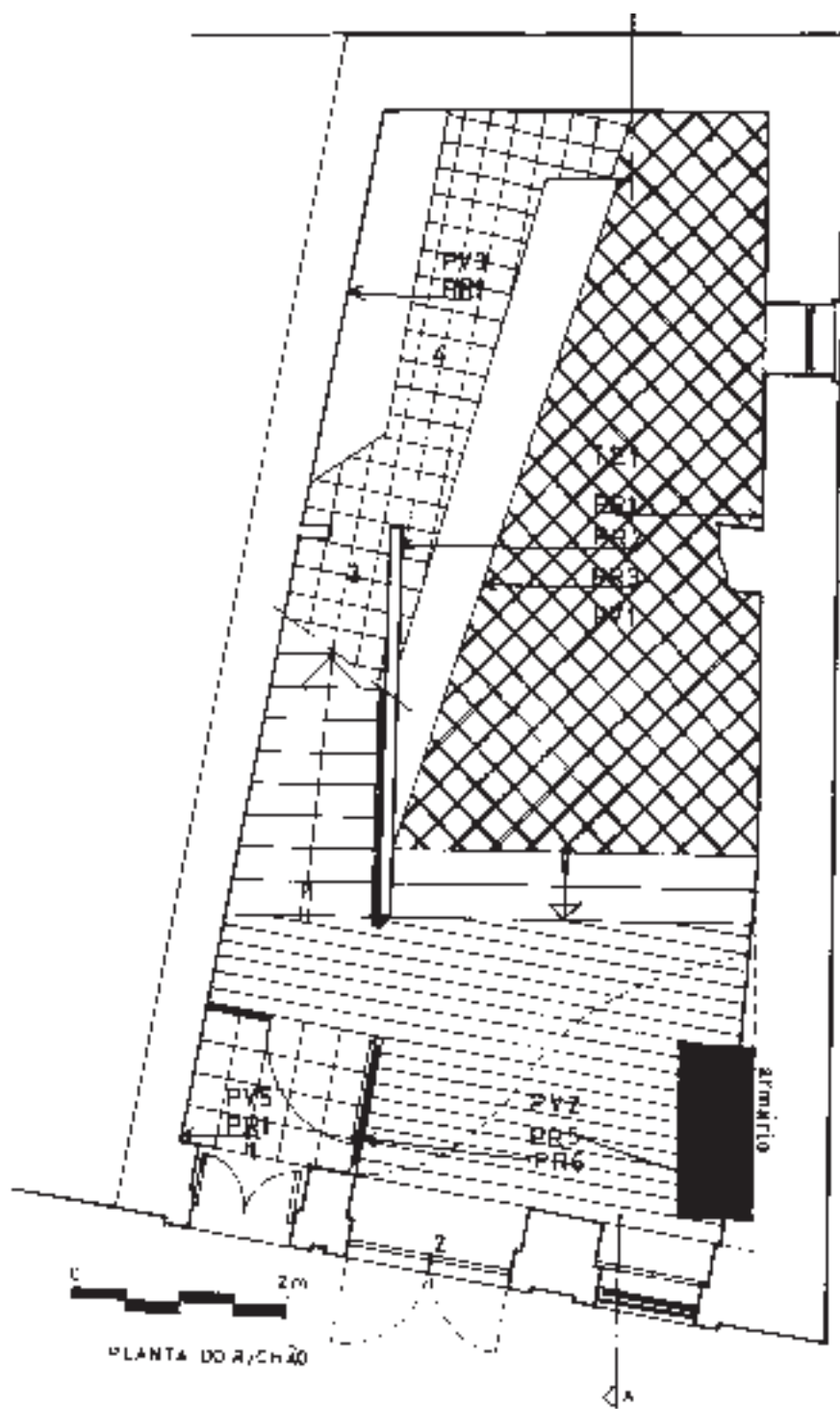


Fig. 8. Planta actual de localização do armário, no piso térreo de entrada.

um armário da Arca da *Torah* ou, se preferirmos empregar o termo hebraico, *Arón Ha-Kodesh*.

A semelhança entre este armário com outros conhecidos, sendo de destacar o da sinagoga de Castelo de Vide¹³, a que já aludimos, parece-nos bastante curiosa. No entanto, no que respeita aos elementos decorativos, se neste caso se resumem a breves e simples moldurações dos limites do bloco onde o armário foi talhado, no caso do exemplar da Guarda estes são profusos, ressaltando, essencialmente, um esmero do talhe digno de menção, como se pode observar nas figuras apresentadas.

As figuras em baixo relevo, as respectivas cartelas envolventes, a decoração vegetalista e as molduras do tipo cornija que encimam a composição, levam-nos a considerar um trabalho de mestre que não de simples canteiro ou pedreiro. Certamente algum artífice bem prático na arte de manejar o cinzel, de talhar a pedra e de lhe extrair formas. Estas, delineadas previamente a carvão, com cuidado, indicam-nos uma estereometria do bloco pétreo que, dada a qualidade dos motivos presentes, certamente terá existido.

5. INTEGRAÇÃO ARQUITECTÓNICA

As particularidades desta peça – como seja o caso das concavidades da parte inferior para a colocação dos óleos sagrados – além de sublinharem a ideia de estarmos em presença de um *Arón Ha-Kodesh*, atestam a sua importância e, conseqüentemente, a importância do edifício onde terá funcionado.

Templo, ou espaço de culto judaico, sinagoga ..., qualquer das designações empregues documenta-nos uma religião bem viva numa época em que o poder económico desta população se contrapunha a uma imposição social,

de afastamento e de recusa de aceitação formal de práticas judaicas que nunca deixaram de persistir. A presença neste armário, só por si e partindo do princípio que se trata efectivamente de um local para a deposição das Sagradas Escrituras, denuncia o funcionamento de um local de culto no edifício onde hoje se encontra. Sendo uma peça de grandes dimensões, dificilmente se colocará a hipótese de ter sido transferido de um outro local¹⁴.

De acordo com algumas informações orais recolhidas¹⁵, há alguns anos atrás, ainda antes das obras efectuadas, este armário teria duas portas chanfradas, em granito, com as extremidades em meia-cana, as quais, uma vez fechadas, ocultariam este elemento. Tal facto, além de constituir outro indício da clandestinidade da função religiosa que o mesmo desempenharia, deverá, seguramente, equivaler à porta ou cortinado que habitualmente os *Arón Há-Kodesh* possuem e que resguardam o espaço interior do altar, à semelhança dos sacrários cristãos.

A implantação primitiva desta peça no andar superior, numa parede entretanto demolida que definia uma separação entre dois compartimentos (fig. 7), adequar-se-ia, provavelmente, a uma separação entre homens e mulheres, tal como preconizado nas celebrações religiosas hebraicas. Deste modo, durante o ofício os homens estariam de frente para o altar, cabendo-lhes o manuseamento das respectivas alfaias religiosas e da *Torah*, enquanto as mulheres poderiam estar na sala da retaguarda, sendo possível, mesmo separadas, ouvir e seguir a celebração religiosa.

Um outro dado a referir reporta-se à inscrição que observamos na ombreira do lado direito da porta principal – a mais larga de todas – de entrada¹⁶ (figs. 8 e 9). Aí, observamos uma cruz gravada na pedra, também em granito. Na ombreira do



Fig. 9. Aspecto das portas de entrada da fachada principal do edifício, observando-se algumas gravações nas ombreiras entre as duas portas.

lado esquerdo da mesma porta, pode-se ver uma nova cruz que encima uma pequena cartela rectangular onde se pode ver uma data, ainda que de difícil leitura devido ao desgaste da pedra, não obstante, consegue-se perceber a inscrição: «17...» ainda que pensemos, mas não afirmando, que os dois últimos números sejam «59». De referir que este tipo de marcas cruciformes, tal como diz Carmen



Fig. 10. Planta da cidade da Guarda com a localização do edifício (in GOMES, 1987, p.30 – planta 1).

Balesteros, «...terão sido realizadas por cristãos-novos que o medo levou ao desejo de afirmar de forma objectiva a sua nova fé, ou por cristãos ou cristãos-novos perfeitamente convictos do significado de salvação simbolizado pela cruz de Cristo»¹⁷.

O edifício onde se encontra este elemento é uma construção de três pisos, relativamente baixo, com uma fachada em cantaria, onde se abrem duas portas no nível térreo – uma pequena, de um batente, e outra maior, de dois batentes – e uma janela, na extrema direita do edifício. As ombreiras são rectilíneas, apresentando os respectivos lintéis uma altura considerável. No piso superior abrem-se duas janelas, contíguas, axializadas em relação à fachada. As ombreiras e lintel são similares, morfologicamente, às do piso inferior. Por cima do lintel alto destas janelas observa-se uma pequena cimalha moldurada.

Por último, no andar superior, podemos ver uma outra janela de idênticas características, excepto no que respeita ao lintel, uma vez que a terminação superior coincide, praticamente, com a cimalha do edifício. Aí podem-se observar quatro gárgulas de canhão, salientes, que possuem uma decoração singela, mas de marcada elegância. A face inferior, a qual seria visível da rua, apresenta uma decoração em caneluras e, na junção à fachada, uma pequena cartela quadrada, relevada, coincide com a área onde este elemento possui secção quadrada.

Ainda relativamente à localização do edifício, será pertinente referir que o mesmo se localiza numa artéria de acesso à Porta da Erva, bastante próximo da mesma (fig. 10). Esta situação iria, certamente, ao encontro da necessidade de acautelar uma eventual necessidade de fuga súbita, sobretudo se considerarmos o adverso contexto socio-político com que a comunidade cripto-judaica de antanho se debatia.

A cronologia que atribuímos a esta peça baseia-se, exclusivamente, nas características estilísticas e decorativas por ela evidenciadas. No que concerne ao edifício onde o mesmo se encontra, não se poderá aceitar um recuado séc. XVI para estas morfologias decorativas, as quais inauguram traços de um renascimento português, traduzido numa simplicidade de formas que, na Guarda, o «Estilo Chão», nos dá alguns exemplos, aproximando-nos, por conseguinte, de um estilo arquitectónico característico da primeira metade do séc. XVII, semelhante ao Paço Episcopal da Guarda, edificado nos alvares desta centúria¹⁸.

A designada «arquitectura chã», de tendência linearista, despojada e regular, parece ter sido introduzida na cidade da Guarda a partir de um ciclo construtivo de notória prosperidade, o qual parece ter sido inaugurado pelo programa construtivo do Paço Episcopal, Casa da Câmara e conseqüente regularização da Praça Velha. A questão que se coloca é saber até que ponto estas novas tendências construtivas, em edifícios de encomenda oficial, de que forma se traduziram, a terem-se efectuado, na arquitectura privada. A este propósito, transcrevemos, pela sua importância, o que nos refere Margarida T. Conceição precisamente sobre este aspecto: «A importância deste período é incontornável, tanto mais porque existem indícios consistentes de uma renovação urbana encetada sob o impulso filipino (...). Relativamente às mencionadas casas seiscentistas da Guarda, verifica-se também que nunca foram estudadas, nem datadas com exactidão, pelo que é difícil saber de que maneira ocorreu a formação desta sequência morfo-tipológica (...) as janelas apresentam moldura idêntica à porta, ou moldura de meia cana, registando-se igualmente o recurso às janelas de ângulo. A rectilinearidade da composição é acentuada ainda pela forte presença

da cornija e das gárgulas de canhão, vulgarmente estriadas»¹⁹.

6. CONCLUSÃO

A análise agora elaborada coloca a hipótese de, com base num elemento físico, se estabelecerem algumas considerações acerca da existência, na cidade da Guarda, posteriormente ao século XVI, de um espaço de culto, onde uma comunidade cripto-judaica, cuja existência está documentada, procederia à realização de rituais próprios.

Os presentes comentários, ainda que limitados ao estudo do que consideramos como sendo um *Aron Ha-Kodesh*, parecem-nos pertinentes, sobretudo se tivermos em consideração não apenas as características morfológicas, estilísticas e metafóricas que este armário encerra, mas também a contextualização histórico-política que, em nossa opinião, esteve subjacente à sua elaboração destinando-se à guarda das Sagradas Escrituras.

As propostas interpretativas apresentadas, somente poderão ser validadas mediante análises comparativas que dependem, em boa verdade, de novos achados. Por conseguinte, é nossa intenção que o presente artigo permita a identificação de peças semelhantes, ainda que, futuramente se possa concluir que as mesmas teriam uma utilização diversa. Quaisquer que venham a ser os resultados, parecem-nos adequada a abordagem agora feita, entendendo-a como um contributo, ainda que singelo, para o conhecimento da comunidade cripto-judaica na cidade da Guarda, em época tão avançada como seja o séc. XVII.

Singular apontamento de práticas de culto de tempos idos, o passado e o presente conjugam-se nesta peça e neste espaço, demonstrando-nos que não existem cortes ou mutações e que a vivência das populações operou estranhas adaptações a contextos históricos distintos. A persistência de sinagogas nos dias de hoje demonstra bem uma tradição que não ficou perdida na vontade escondida dos homens, antes se traduziu em pedras, lugares de culto, orações, rituais camuflados, adorações e metamorfoses religiosas que se continuaram a exprimir e tomaram forma. A forma possível num mundo em transformação.

BIBLIOGRAFIA

- BALESTEROS, Carmen, «Das sinagogas da antiguidade às sinagogas medievais peninsulares: origens e percursos de uma instituição», Ed. Câmara Municipal da Guarda e Museu da Guarda, s/l, 1999, pp. 139-146
- BALESTEROS, Carmen; OLIVEIRA, Jorge de, «A judiaria e a sinagoga de Castelo de Vide», *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº 3, Portalegre, 1993, pp. 123 – 152
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, «Antigo seminário e Paço Episcopal. Uma investigação na base de um projecto de arquitectura», *Revista Praça Velha*, nº 1, ed. Câmara Municipal da Guarda, Guarda, 1997, pp. 17-26

FERNANDES, Lúcia, «Novos Elementos Sobre a Cidade da Guarda – sécs. XIII a XVII», Separata da Revista *Praça Velha*, ed. Câmara Municipal da Guarda, Guarda, 1997

GARCIA, Maria Antonieta, Denúncias em nome da Fé – perseguição aos judeus no distrito da Guarda de 1607 a 1625, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996

GOMES, Rita Costa, A Guarda Medieval, 1200-1500, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1987

HACHLILI, Rachel, Ancient Jewish Art and Archaeology in the land of Israel, Leiden, New York, Koln; E.J. Brill, 1988, pp. 280-285

LACAVE, José Luís, Juderías e Sinagogas Españolas, ed. Mapfre, 1992

LAPA, Maria Fernanda, «A Sinagoga de Tomar – seu enquadramento na problemática da presença judaica em Tomar», Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar, nº 11/12, Tomar, 1989, pp. 37-54

Monumenta Judaica – Katalogeine Ausstellung im Kolmischen Stadtmuseum – Dokumente zu eines Gerschichte der Juden in Deutschland, Colónia, 1964

PONTE, Maria de La Saete da, «A Sinagoga de Tomar e os Descobrimentos», Os Juseus e os Descobrimentos – Actas do Simpósio Internacional –Tomar, Tomar, 1993, pp. 95 – 100

RABINOWITZ, Louis Isaac, «Synagogue», AAVV Encyclopaedia Judaica, vol. 15, Publ. Keter Publishing House Jerusalém Ltdª, Israel, 1996, pp. 579-584

SCHOLEM, Gershom, A Cabala e a Mística Judaica, Publ. Dom Quixote, Lisboa, 1990

TAVARES, Maria José P. Ferro, «Os judeus em Portugal no sec. XV», História de Portugal (coord. João Medina), vol. VI, Ed. Ediclube, Amadora, 1993, pp. 53-89

NOTAS

- 1 FERNANDES, Lúcia, «Novos Elementos Sobre a Cidade da Guarda – sécs. XIII a XVII», Separata da *Revista Praça Velha*, ed. Câmara Municipal da Guarda, Guarda, 1997.
- 2 Gostaríamos de agradecer a prestimosa colaboração do Dr. Vítor Pereira, arqueólogo da Câmara Municipal da Guarda, bem como do Dr. José Martins Igrejas, actual proprietário do imóvel. As plantas apresentadas são da responsabilidade do Sr. Arquitecto Saraiva, a quem agradecemos a cedência das mesmas.
- 3 HACHLILI, Rachel, Ancient Jewish Art and Archaeology in the land of Israel, Leiden, New York, Koln; E.J. Brill, 1988, pp. 280-285.
- 4 BALESTEROS, Carmen, «Das sinagogas da antiguidade às sinagogas medievais peninsulares: origens e percursos de uma instituição», 1999, p. 145.
- 5 SCHOLEM, Gershom, A Cabala e a Mística Judaica, Publ. Dom Quixote, Lisboa, 1990, pp. 247.
- 6 Gostaríamos de apresentar os nossos maiores agradecimentos a esta investigadora do Instituto Franco-Português a amabilidade com que nos recebeu e as opiniões que nos sugeriu quando com ela falámos sobre a peça que agora tratamos.
- 7 CAMEN BALESTEROS; OLIVEIRA, Jorge de, «A judiaria e a sinagoga de Castelo de Vide», Ibn Maruán, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº 3, Portalegre, 1993, p. 129.
- 8 Ob. cit., p. 145.
- 9 TAVARES, Maria José P. Ferro, «Os judeus em Portugal no sec. XV», História de Portugal (coord. João Medina), vol. VI, Ed. Ediclube, Amadora, 1993, p. 27.
- 10 GARCIA, Maria Antonieta, Denúncias em nome da Fé, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996, p. 86.
- 11 BALESTEROS, ob. cit., 1999, p. 139.
- 12 GOMES, Rita Costa, A Guarda Medieval, 1200-1500, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1987, Planta II.
- 13 *Vide* BALESTEROS, Carmen; OLIVEIRA, Jorge de, «A judiaria e a sinagoga de Castelo de Vide», Ibn Maruán, Revista Cultural do Concelho de Marvão, nº 3, Portalegre, 1993, foto nº 4, p. 130. Os autores atribuem a designação de «tabernáculo» a este armário, termo que, a nosso ver, é pouco adequado, uma vez que, na religião judaica, ele designa o lugar mais recôndito do templo não tendo sinónimo obrigatório de armário da arca sagrada, o Arón Ha-Kodesh.
- 14 Por informação do proprietário, a quem agradecemos a possibilidade de estudo e do levantamento fotográfico realizado, sabemos que o armário se encontrava, antes das obras de remodelação do edifício, no 1º andar.
- 15 Gostaríamos de agradecer as informações prestadas pelo do Sr. José Domingos.
- 16 Porta com o número de polícia 31.
- 17 BALESTEROS, ob. cit., p. 145.
- 18 CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, «Antigo Paço Episcopal. Uma investigação na base de um projecto de arquitectura», *Revista Praça Velha*, nº 1, ed. Câmara Municipal da Guarda, 1997, p.
- 19 CONCEIÇÃO, ob. cit., p. 25.

VIDRO ARQUEOLÓGICO DA REGIÃO DE SINTRA (SÉCULOS XVI e XVII)

MANUELA ALMEIDA FERREIRA

This paper deals with the glassware excavated from seven sites in the region of Sintra between 1981 and 1986. Once briefly presented the archaeological context of the finds, which consists mainly in ceramics, the discussion of the glass vessels leads to the conclusion that most of them belong to the *façon de Venise* style of the late 16th and the 17th centuries.

1. METODOLOGIA

Muito fragmentado embora, o material vítreo proveniente de sete estações arqueológicas da região de Sintra¹, aqui em foco, é frequentemente difícil de inscrever no esboço da tipologia do vidro que, em Portugal, tem sido conhecido e datado do início da Idade Moderna.

Quando observado à luz do estilo internacional que, no caso vertente, coincide quase exclusivamente com o vidro europeu, matizado por especificidades regionais decorrentes da Geografia e da História nacionais, porém, este espólio logra dilatar o reportório formal revelado pela Arqueologia de campo no nosso país ao longo dos últimos dez anos.

As duas estações que, em conjunto, forneceram o maior contingente de vidro foram os silos da Rua Gil Vicente (GVS, escavações de 1983) e a estação do Casal de Santo António (AS.S), dos quais foram exumados também os espólios cerâmicos mais significativos que estão associados ao vidro aqui em análise. Estações de

referência, é à luz do exame dos respectivos espólios, e ainda que sem descurar os contextos dos demais, que serão considerados os materiais vítreos de quatro das outras cinco estações. Dada a natureza particular que reveste o estudo do mobiliário funerário, trataremos separadamente o vidro da Necrópole de Santa Maria, a que apenas esporadicamente terá sido feita alusão no decurso da observação dos espólios das demais estações.

2. AS ESTAÇÕES DA RUA GIL VICENTE E DO CASAL DE SANTO ANTÓNIO

2.1. O contexto arqueológico

O material não vítreo exumado destas duas estações é, na sua esmagadora maioria, atribuível aos sécs. XVI e XVII.

A porcelana chinesa é datável do séc. XVI (Figs. 1 e 2), vindo até ao reinado de D. Sebas-

tião os numismas recuperados dos silos 1, 2 e 3 da Rua Gil Vicente, enquanto que as mais recentes provenientes do silo 4 foram cunhadas no reinado de D. Manuel I.

Quanto ao demais material cerâmico, não só os motivos da faiança decorada a azul, ou a azul e vinoso, como as formas da mesma, quando não decorada, bem como as da cerâmica comum, remetem para os sécs. XVI e XVII. Tal sucede tanto na Rua Gil Vicente como no Casal de Santo António, onde ocorrem peças de faiança decoradas com *chinoiseries* (Fig. 3a) e outros motivos correntes no séc. XVII: «contas» (Fig. 3b) e «rendas» (Fig. 3c). No que respeita às formas da faiança desprovida de decoração, a escudela de orelhas polilobadas da Rua Gil Vicente (Fig. 4a), representada já na pintura portuguesa do séc. XVI², a tacinha e a taça carenadas³ (Fig. 4b e c), igualmente presentes entre o espólio das Padarias de Sintra, são tipos característicos, tanto quanto nos tem sido dado constatar, dos sécs. XVI e XVII.

Os paralelos para as tigelas de fogo com pegas triangulares da Rua Gil Vicente e do Casal de Santo António (Fig. 5a), para os bordos horizontais, cortados cerce e de forma trapezoidal, dos potes da última destas estações (Fig. 5b), bem como das de Santo André e da Capela de S. Pedro, assim como para o púcaro do Casal de Santo António (Fig. 5c), para o prato de Santo André (Fig. 6a) e para o testo de botão de prensão central (Fig. 6b), encontramos igualmente entre espólios dos finais do séc. XVI e do séc. XVII, e ainda para aquém deste, em certos casos.

2.2. O vidro

2.2.1. Vasos para beber

O nº 4 (GVS) é um copo troncocónico soprado numa única *paraison*; apresenta uma



Figura 1 – Porcelana



Figura 2 – Porcelana

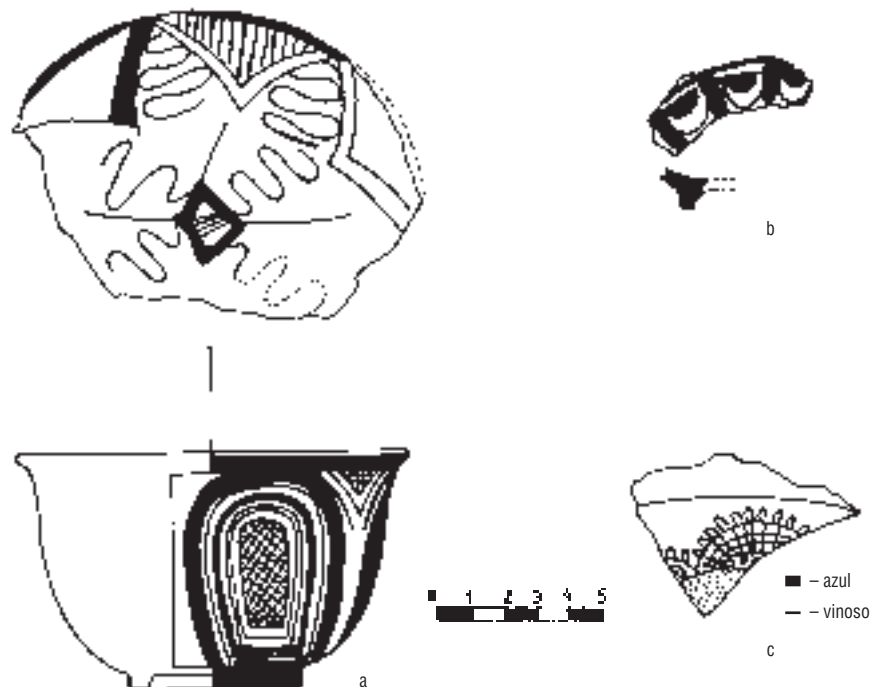


Figura 3 – Faiança decorada. a) Casal de Santo António; b) Santo André; c) Padarias de Sintra

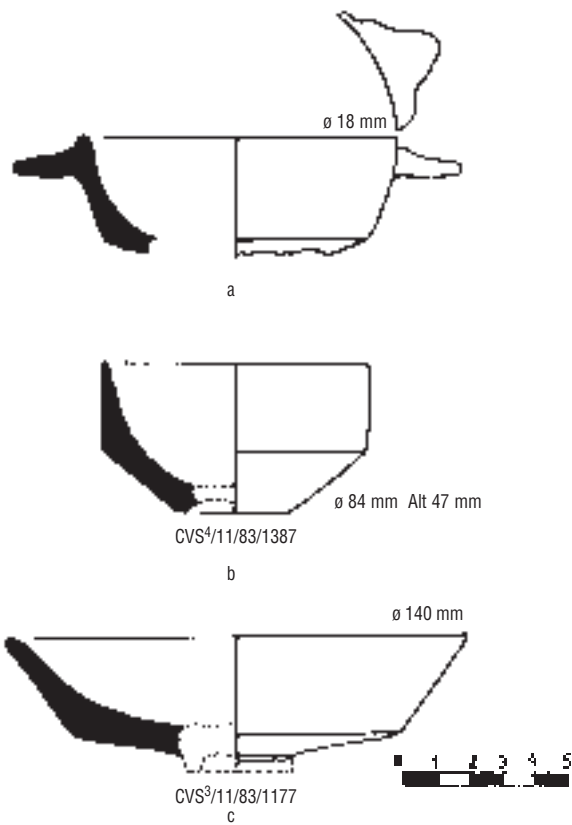


Figura 4 – Faiança não decorada dos silos da Rua Gil Vicente

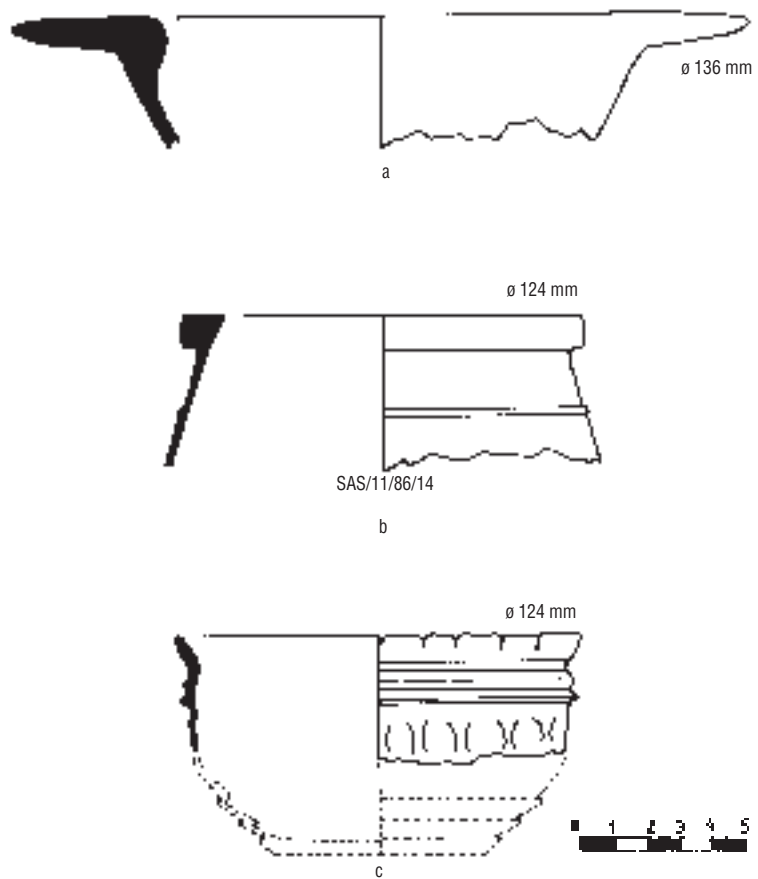


Figura 5 – Cerâmica comum – Casal de Santo António

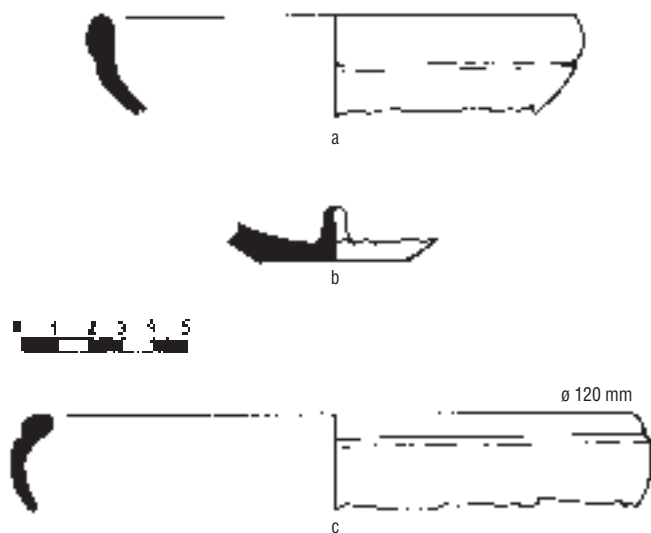


Figura 6 – Cerâmica comum – a) Santo André; Casal de Santo António; c) Necrópole de Santa Maria

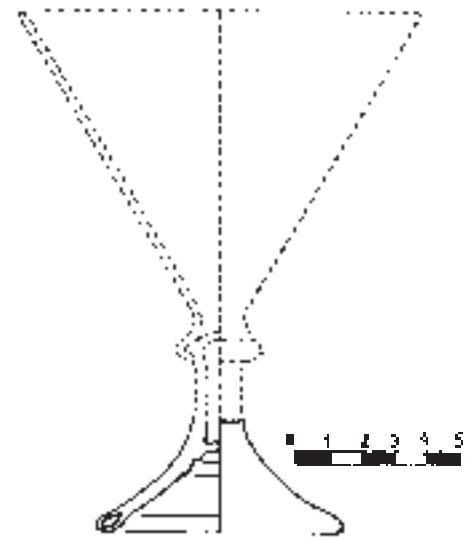


Figura 7 – Reconstituição de um copo de pé da Rua Gil Vicente (nº 9)

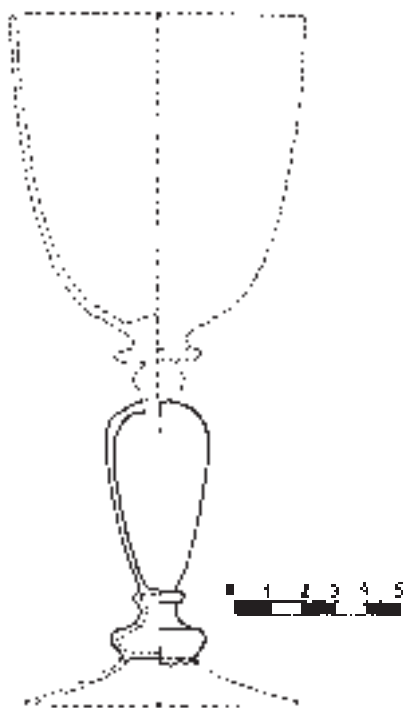


Figura 8 – Reconstituição de um copo de pé em forma de balaústre invertido na Necrópole de Santa Maria (nº 20)

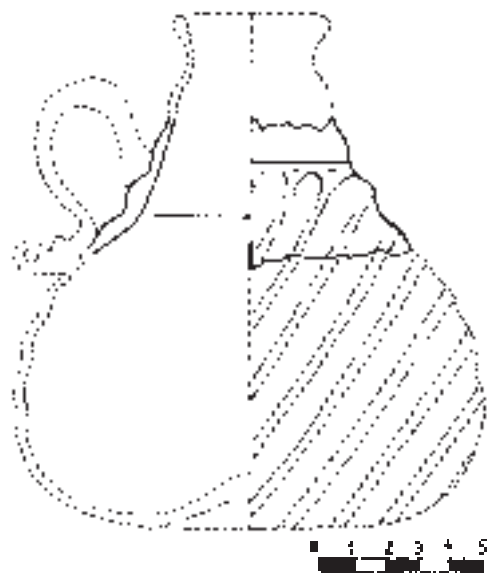


Figura 9 – Reconstituição de garrafa asada da Rua Gil Vicente (nº 43)

base cônica, de parede dupla e rebordo tubular. Ornata esta base subtis caneluras verticais. A forma é conhecida na Catalunha no séc. XVII (Gudiol Ricart, 1936, est. 88A).

Os números 5 a 7 (GVS) são bases de copos de pé, ou de cálices, do tipo do nº 9 (Fig. 7) (Barrera, 1988, pp. 353-354, fig. 9 / 26) ou do nº 13 (GVS), cujas copas sopradas assumiriam a forma cônica dos números 14 (AS.S) e 15 a 19 (GVS). Notem-se a diminuta espessura da matéria, transparente e incolor de todas estas copas e a decoração de fios brancos aplicados em relevo em redor das paredes dos números 18 e 19 (GVS).

A base nº 8 (GVS) terá pertencido a um vaso do tipo do nº 11 (NSM). A peça de maior interesse é, todavia, o pé em forma de balaústre invertido oco nº 20, tanto quanto sabemos, o primeiro a vir à luz do dia em Portugal, exumado da sepultura nº 10 da Necrópole de Santa Maria, o qual se insere dentro da produção *façon de Venise* (Fig. 8) (Lamarque, 1973, p. 128, fig. 35/44; Charleston, 1977, p. 286, fig. 1; Nepoti, 1978, p. 230, fig. 50; Thiry e Waele, 1986, p. 156, fig. 7; Goetz, 1990, p. 190, fig. 6).

Os números 60 e 61 serão fragmentos de copas campaniformes de copos de pé. (Goetz, 1990, pp. 189 e 194, fig. 2/28, 38 e fig. 10/156)

2.2.2. Formas abertas

De paredes esvasadas (GVS, números 26-27) ou verticais (GVS, números 28 a 30), todas estas peças apresentam rebordos tubulares ou um rebordo dobrado sobre a face externa. De forma troncocônica, a tacinha nº 31 (PS) possui um bordo simples e foi soprada em vidro transparente incolor, tal como os números 26, 27, 32 e 34 dos silos da Rua Gil Vicente. Nas demais, também transparentes, foi utilizada uma matéria ligeiramente tingida de amarelo ou de verde. O nº 34 (GVS) distingue-se pelo bordo moldurado que imita bordos da olaria. Finalmente, são sobre o hemisférico as copas dos números 32 e 33 (GVS).

2.2.3. Recipientes para líquidos

Enquanto que o nº 37 (GVS) afecta a forma corrente do bocal do frasco dos sécs. XVII e XVIII, os números 38 (AS) e 39 (GVS) dir-se-iam inspirados em formas de infusas cerâmicas.

Os números 40 e 41 (GVS), por seu lado, evocam o artesanato vidreiro islâmico: o primeiro, pela forma troncocônica do colo ornado por bandas de vidro branco opaco aplicadas em relevo; o segundo, pelo motivo de losangos obtidos com recurso a molde, solução decorativa cara aos vidreiros do mundo árabe durante a sua época áurea (Lamm, 1930, p. 57, est. 12/18; Alarcão, 1978, p. 161, fig. 51; Morrison, 1985, p. 303, fig. 3/1). Tais soluções decorativas ocorrem naturalmente na Europa nos sécs. XVI e XVII, pois as tendências dominantes do vidro da primeira destas centúrias, e ainda de boa parte da segunda, foram ditadas por Veneza, que recebeu considerável herança do Islão nesta matéria. (Gudiol Ricart, 1936, est. 87; Thiry e Waele, 1986, pp. 151-152, figs. 3-4; Barrera e Velde, 1989, p. 116, nº 86).

O nº 43 é um fragmento de uma garrafa que supomos originalmente dotada de asa (Fig. 9), à semelhança do que é observável em dois exemplares análogos oriundos da Alcáçova de Coimbra (Ferreira, 1992, p. 426, fig. 4/40).

Os fundos cônicos números 46-47 (GVS) e 46 (AS.S), em vidro esverdeado e incolor, não suscitam comentário particular. O mesmo não sucede com os números 48 (GVS) e 50 (AS.S), dois fundos cônicos respectivamente rematados por um cordão plissado e soprado num molde que lhe imprimiu caneluras radiais. Todos estes fundos pertenceram, por certo, a frascos e garrafas.

O nº 51 (GVS) sugere um pequeno pote globular ou um balão, forma de que terá igualmente feito parte o fundo do Casal de S. Pedro (nº 52), soprado em vidro transparente tingido de verde.

2.2.4. Fragmentos de parede

Entre todos os fragmentos decorados que foram considerados, e quer entre os ornados por moldagem (GVS, números 54 a 59), quer entre os que foram decorados por adição de matéria (GVS, números 60 a 66), merecem especial referência os números 63 e 65.

O primeiro é um fragmento de *vetro a fili*, tendo as faixas opacas de cor branca sido engastadas na matéria de base; o segundo, decorado por filamentos e colunas de linhas curtas das mesmas cores e características, aplicadas em relevo sobre fundo incolor tingido de amarelo, patenteia um esquema decorativo de tradição islâmica que remonta aos sécs. VI a VIII (Lamm, 1930, p. 97, fig. 29/6; Riis, 1957, p. 64, figs. 192-193) já anteriormente atestado entre a vidraria islâmica de Pombal. (Ferreira, 1989b, p. 42, fig. 4/8).

O perfil deste fragmento leva-nos a crer ter pertencido a uma tacinha, sobre o hemisférico, cuja parede seria ornada por colunas de curtas linhas horizontais aplicadas, em repetição linear simples, ao redor da copa, e encimadas por filamentos contínuos, mais ou menos paralelos, que correriam imediatamente abaixo do bordo. A presença desta fórmula decorativa neste contexto arqueológico, cronologicamente bastante distante da época em que surgiu, deixa de ser surpreendente se considerarmos que tal tipo de decoração surgiu em vidros exumados, no Sinai, de níveis tardo-medievais (sécs. XIV-XV) (Shindo, 1991, p. 302, fig. 5).

2.2.5. Vidro de iluminação

O nº 53 (GVS) é talvez o botão terminal inferior de uma lamparina em vidro azul, que segue o modelo medieval e cuja utilização se prolongou até ao séc. XVI (Fig. 8b).

2.2.6. Dispositivos de obturação de recipientes

Na Europa, são raros os dispositivos de obturação em vidro conhecidos até ao séc. XVI (Lambert, 1972, est. VI/12; Lamarque, 1973, p. 130, fig. 36/62;

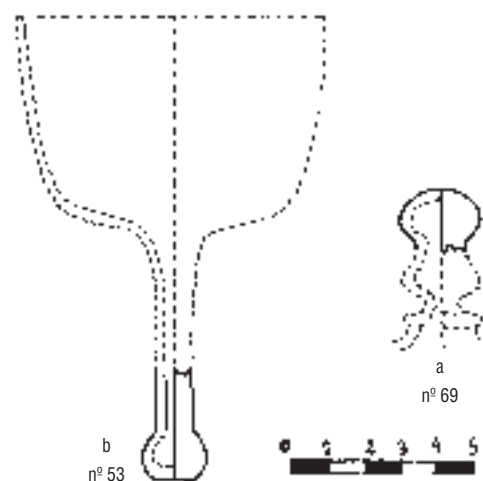


Figura 8 – Reconstituição de lamparina e de elemento de prensão da tampa – a) Casal da Santo António; b) Rua Gil Vicente

Andrews, 1977, p. 188, est. XXXVII/163). Aqueles de que temos conhecimento, em Portugal, provieram de contextos muçulmanos⁴. (Ferreira, 1989b, p. 37, fig. 1/e-g e fig. 3/21--22).

Da vulgarização deste tipo de peças em vidro, a partir do séc. XVI, testemunhara já um botão de prensão de uma tampa, talvez de um *hanap*, proveniente de um contexto do séc. XVII do Convento de Cristo de Tomar (Ferreira, 1989a, p. 80, fig. 1/12). Vêm agora juntar-se-lhe uma peça similar (SA.S, nº 69), em vidro transparente incolor (Fig. 8a), e uma rolha (NSM, nº 68) cujo modelo subsistiu até aos nossos dias, e que é talvez de data recente.

2.2.7. Objectos de adorno

Três braceletes em vidro opaco negro, sendo uma torsa (nº 78) e duas outras lisas (números 79 e 80), e, ainda, um anel igualmente em vidro opaco negro (nº 77) são os objectos de adorno pessoal provenientes dos silos da Rua Gil Vicente (GVS).

3. O VIDRO DA NECRÓPOLE DE SANTA MARIA

3.1. O contexto arqueológico

Não estando ainda publicados os resultados das escavações desta necrópole⁵, socorremo-nos das menções que, nas fichas enumerativas do material das reservas do Museu Regional de Sintra, indicam as circunstâncias da exumação do material vítreo e respectivo contexto arqueológico. Tais referências são inexistentes para os números 2, 3, 10, 11, 35, 36 e 45. Trata-se, na maior parte dos casos, de fragmentos de quase nulo significado.

Em toda a área escavada da necrópole, são irrelevantes os fragmentos de cerâmica vidrada recolhidos e apenas uma forma de cerâmica comum pôde ser distinguida. Alguns fragmentos exíguos de porcelana chinesa decorada a azul e peças de numerário, datando do séc. XV até 1926, completam o rol do espólio exumado.

3.2. O vidro

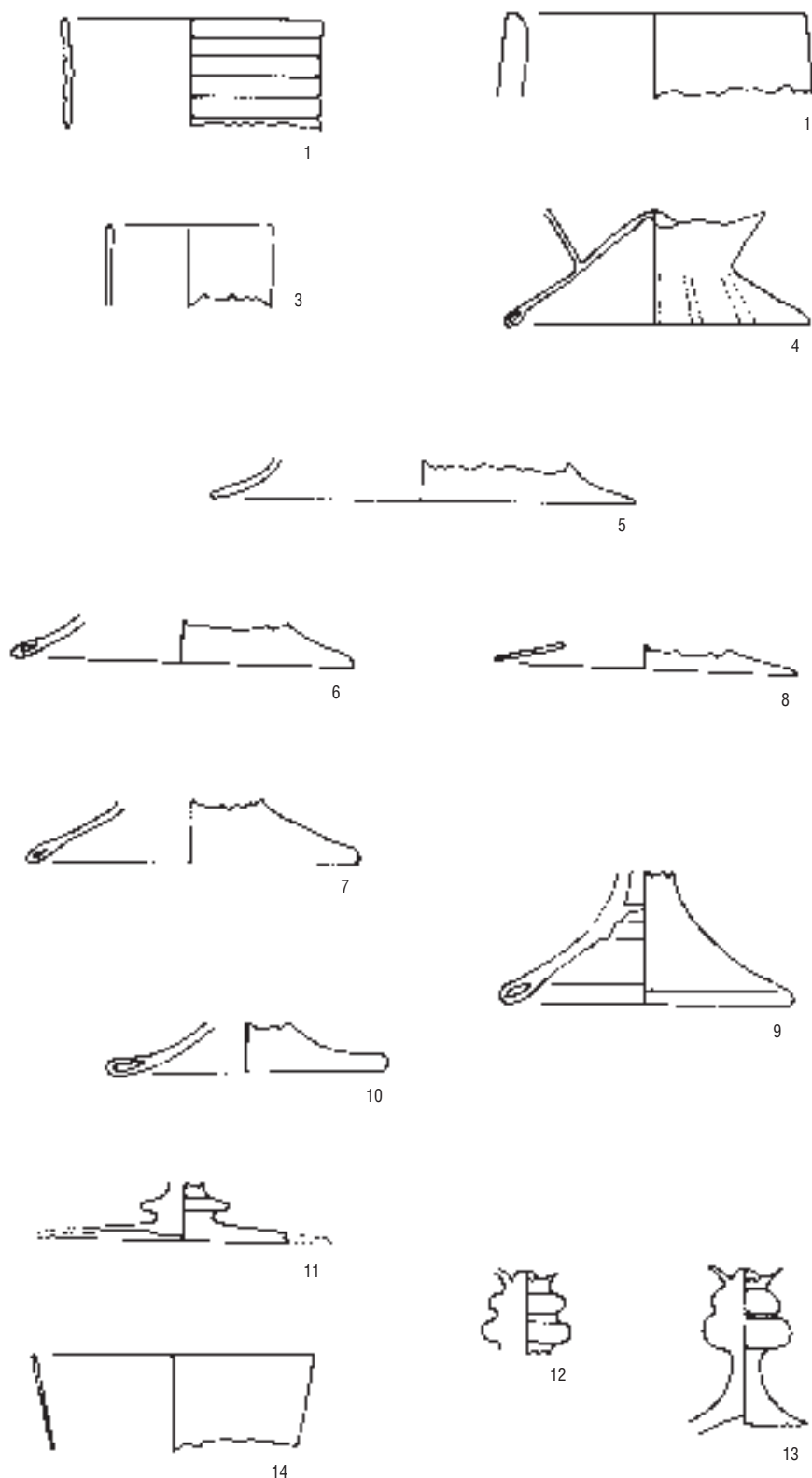
O nº 11 é o único dos espécimes para o qual não possuímos qualquer referência estratigráfica que revista importância tipológica. Esta base discóide de cálice, ou de copo de pé, provida de um botão achatado, datar-se-á do final do séc. XVI (Nepoti, 1978, p. 228, fig. 59/38, 46).

Em conexão com a sepultura nº 7 encontram-se as formas abertas números 21 e 22, em tudo comparáveis às taças de paredes esvasadas e rebordos tubulares da Rua Gil Vicente (números 26-27), o fundo cónico nº 44 e cinco objectos de adorno: três contas (números 72-74) e dois anéis (números 75-76). Estes anéis provieram do interior da sepultura nº 7, podendo portanto considerar-se como objectos de uso pessoal do inumado. Mais surpreendente é o facto de esta sepultura conter uma taça (NSM, nº 22), tal como, de resto, a sepultura nº 10 encerrar o pé em forma de balaústre invertido de um copo (NSM, nº 20): poderá ter sobrevivido até época tão recente quanto os finais do séc. XVI, ou o séc. XVII, o costume de colocar vasos, neste caso de vidro, no interior de sepulturas ?

Na área da sepultura nº 28, acima do nível da mesma (estrato 2), foram encontrados a taça de vidro nº 24, uma caçoila de cerâmica comum (Fig. 6c) e fragmentos de porcelana chinesa que concorrem para datar essa camada da mesma época a que atribuímos o material vítreo depositado, ao que parece, dentro da sepultura nº 7.

A taça nº 25 é material disperso, recuperado ao ser crivada a terra da escavação, tendo ocorrido em associação com moedas de D. João I, D. João IV, D. José e até 10 centavos de 1926. O vidro em que foi soprada, bem como o seu perfil, não a distanciam particularmente das demais formas abertas encontradas na necrópole.

CATÁLOGO



- Nº 1. Copo. Cilíndrico; parede canelada horizontalmente. Vidro transparente ligeiramente tingido de verde, contendo minúsculas bolhas de ar, levemente irizado. Ø 56 mm SA.S/M/1986/344
- Nº 2. Copo. Cilíndrico. Vidro grosso, transparente incolor tingido de amarelo pálido, ligeiramente irizado. Ø 64 mm NSM/M/82/253
- Nº 3. Copinho (?). Cilíndrico. Vidro transparente verde acinzentado (Methuen 26 B3), contendo minúsculas bolhas de ar. Ø 34 mm NSM/M/82/384
- Nº 4. Copo. Base cônica de parede dupla e rebordo tubular; decorada, com recurso a molde auxiliar, de leves caneluras; marca de pontel. Vidro transparente incolor, contendo minúsculas bolhas de ar. Ø 67 mm GVS3/M/83/179
- Nº 5. Base de cálice ou copo de pé. Troncocônica. Vidro de cor original indefinível dada a alteração da matéria. Ø 92 mm GVS2/M/83/203 e 207
- Nº 6. Base de cálice ou copo de pé. Troncocônica; parede dupla e rebordo tubular. Vidro transparente incolor, muito irizado. Ø 74 mm GVS3/M/83/370
- Nº 7. Base de cálice ou copo de pé. Troncocônica. Vidro de cor original indefinível dada a opacificação da matéria; muito irizada. Ø 72 mm GVS Silo geral/M/83/412
- Nº 8. Base de cálice ou copo de pé. Discóide. Vidro transparente incolor, opacificado pela alteração da matéria e irizado. Ø 66 mm GVS1/M/83/198
- Nº 9. Base de copo de pé. Troncocônica, ostentando marcas de pontel; rebordo tubular e parede dupla. Vidro transparente ligeiramente acinzentado, contendo algumas bolhas de ar. Ø 62 mm GVS1/M/83/193
- Nº 10. Base de cálice ou de copo de pé. Troncocônica; parede dupla e rebordo tubular. Vidro transparente incolor, muito corroído e irizado. Ø 60 mm NSM/M/82/ 83
- Nº 11. Base de cálice ou de copo de pé. Discóide; marca de pontel; encimada por botão maciço achatado. Vidro transparente incolor, contendo algumas bolhas de ar, irizado. O fragmento não permite restituir o diâmetro. NSM/M/82/512
- Nº 12. Botões maciços contíguos de ligação da base e da copa esvasada de um copo de pé. Vidro transparente incolor tingido de verde, irizado. Ø 56 mm CSP/M/1981/94
- Nº 13. Pé de copo provido de dois botões contíguos na base da copa esvasada. Vidro transparente verde (Methuen 27 B3), muito irizado. GVS1/M/83/167
- Nº 14. Copa de cálice ou copo de pé. Troncocônica. Vidro transparente incolor, contendo bolhas de ar, muito corroído e irizado. Ø 62 mm SA.S/M/86/345

Nº 15. Copa de cálice ou copo de pé. Cônica (?). Vidro transparente incolor, irisado. Ø 86 mm GVS6/M/83/428

Nº 16. Copa de cálice ou copo de pé. Cônica. Vidro transparente incolor, muito irisado. Ø 80 mm GVS1/M/83/197

Nº 17. Copa de cálice ou copo de pé. Cônica (?). Vidro transparente incolor, contendo algumas bolhas de ar, irisado. Ø 88 mm GVS3/M/83/375

Nº 18. Copa de cálice ou copo de pé. Cônica (?); decorada por filamentos retilíneos paralelos, branco opaco, aplicados em relevo. Vidro transparente incolor, bem conservado. Ø 92 mm GVS4/M/83/314

Nº 19. Copa de cálice ou copo de pé. Cônica (?); decorada por finíssimos filamentos retilíneos paralelos, branco opaco, aplicados em relevo. Vidro transparente incolor, bem conservado. Ø 66 mm GVS1/M/83/214

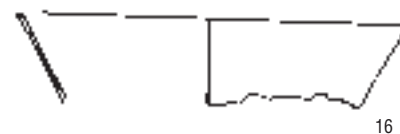
Nº 20. Pé de copo em forma de balaústre invertido oco, sublinhado por um botão achatado. Vidro transparente incolor, muito irisado. Ø 66 mm NSM/M/82/204

Nº 21. Taça. Bordo tubular; parede esvasada. Vidro transparente incolor, muito irisado. Ø 150 mm NSM/M/82/172

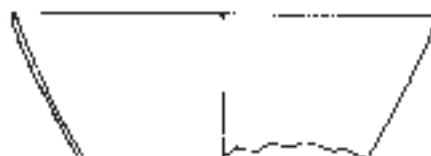
Nº 22. Taça. Bordo tubular; parede esvasada. Vidro transparente incolor, muito irisado. Ø 140 mm NSM/M/82/102

Nº 23. Taça. Bordo tubular; parede esvasada. Vidro transparente incolor, contendo bolhas de ar, muito irisado. Ø 138 mm NSM/M/82/169

Nº 24. Taça. Bordo tubular; parede cilíndrica. Vidro transparente incolor tingido de verde, contendo bolhas de ar. Ø 148 mm NSM/M/82/221



16



15



19



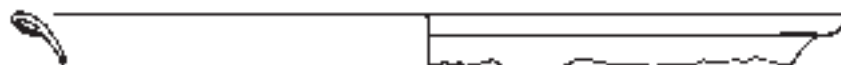
17



18



20



21



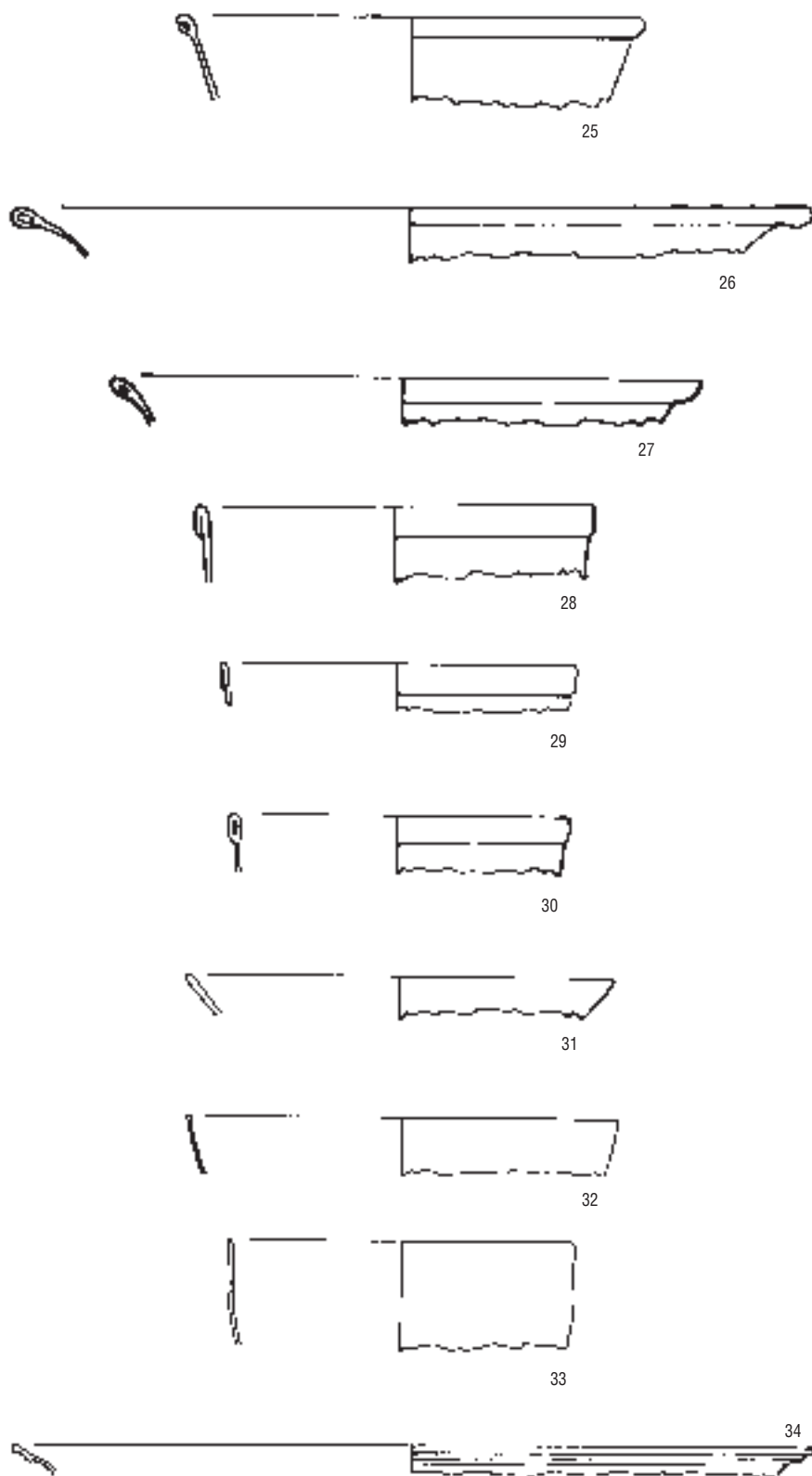
22



23



24



Nº 25. Taça. Bordo tubular; copa sobre o hemisférico. Vidro transparente verde acinzentado (Methuen 30 B5), contendo numerosas bolhas de ar, bem conservado. Ø 90 mm NSM/M/82/32

Nº 26. Taça. Bordo tubular; parede esvasada. Vidro transparente incolor, contendo minúsculas bolhas de ar, bem conservado. Ø 160 mm GVS1/M/83/191

Nº 27. Taça. Bordo tubular; parede esvasada. Vidro transparente incolor, muito irisado. Ø 118 mm GVS1/M/83/196 Outro bordo igual (nº 195) tem Ø 142 mm

Nº 28. Taça. Rebordo dobrado sobre a face externa; parede cilíndrica. Vidro transparente incolor tingido de amarelo acinzentado (Methuen 4 B4), muito ligeiramente irisado. Ø 100 mm GVS1/M/83/194

Nº 29. Taça. Rebordo dobrado sobre a face externa; parede cilíndrica. Vidro transparente incolor tingido de amarelo, muito ligeiramente irisado. Ø 90 mm GVS1/M/83/192

Nº 30. Taça. Rebordo tubular; parede cilíndrica (?). Vidro transparente incolor tingido de verde, muito ligeiramente irisado. Ø 86 mm GVS1/M/83/200

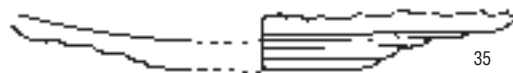
Nº 31. Taça. Troncocónica. Vidro transparente incolor, muito irisado. Ø 108 mm PS/M/86/447

Nº 32. Taça. Copa sobre o hemisférico. Vidro transparente incolor, irisado. Ø 104 mm GVS1/M/83/261

Nº 33. Taça. Copa sobre o hemisférico. Vidro transparente incolor, muito ligeiramente tingido de verde, muito irisado. Ø 84 mm GVS3/M/83/371

Nº 34. Taça. Bordo moldurado; parede esvasada. Vidro transparente incolor, irisado. Ø 194 mm GVS1/M/83/201

Nº 35. Prato. Moldado. Vidro transparente incolor, contendo algumas bolhas de ar, ligeiramente irisado. Ø 40 mm NSM/M/82/469



Nº 36. Bocal (de frasco?). Vidro transparente amarelo acinzentado (Methuen 2 B4), contendo numerosas bolhas de ar. Ø 30 mm NSM/M/82/380



Nº 37. Bocal de frasco. Bordo espessado em forma de pequena aba pendente; colo cilíndrico. Vidro transparente incolor tingido de verde, muito ligeiramente irisado. Ø 18 mm GVS1/M/83/202

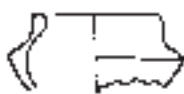


Nº 38. Bocal de frasco (?). Bordo trapezoidal. Vidro transparente incolor tingido de verde, grosso, completamente irisado. Ø 20 mm SA.S/M/86/11

37

38

Nº 39. Bocal de frasco (?). Carenado. Vidro transparente incolor, irisado. Ø 22 mm GVS1/M/83/206



Nº 40. Bocal de frasco (?). Troncocônico; decorado por filamentos rectilíneos verticais de vidro branco opaco, aplicados em relevo. Ø 30 mm GVS1/M/83/225

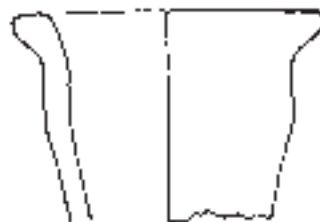
39

40

41

Nº 41. Frasco. Fundo raso; bojo achatado; decorado por um padrão de losangos contíguos. Vidro transparente incolor grosso, muito irisado. Ø 34 mm GVS1/M/83/66 e 316

Nº 42. Bocal de garrafa. Bordo espessado em forma de pequena aba virada para o exterior, de contorno irregular; colo troncocônico. Vidro transparente incolor ligeiramente tingido de verde, grosso, muito irisado. Ø 20 mm SA.S/M/86/342



Nº 43. Garrafa. Globular; colo liso; bojo canelado em diagonal. Vidro transparente verde acinzentado (Methuen 29 C4), contendo minúsculas bolhas de ar, bem conservado. GVS1/M/83/222 e GVS/ Silo geral/M/83/414

42

43

Nº 44. Fragmento de fundo cônico; marca de pontel. Vidro transparente incolor muito ligeiramente tingido de verde, muito irisado. NSM/M/82/146

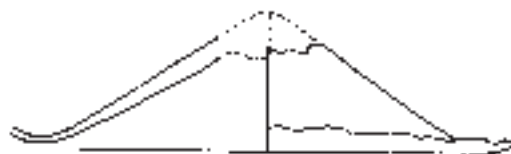


Nº 45. Fundo cônico; marca de pontel. Vidro transparente verde azeitona (Methuen 3 D5), irisado. Ø 58mm NSM/M/82/356

44

45

Nº 46. Fundo cônico. Vidro transparente incolor tingido de verde, contendo bolhas de ar, irisado. Ø 84mm GVS1/M/83/237

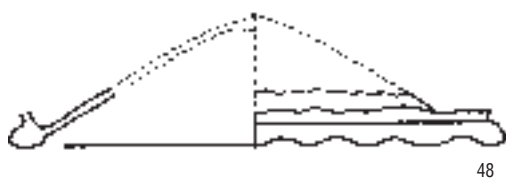


46

Nº 47. Fundo cônico. Vidro transparente incolor, irisado. Ø 60 mm GVS1/M/83/326



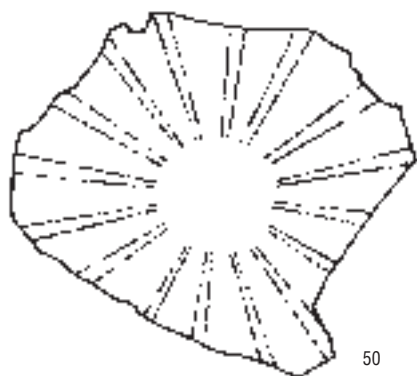
47



48



49



50



51



52



53



54



55



56

- Nº 48. Fundo cónico assente em cordão trabalhado à pinça. Vidro de cor verde pastel (Methuen 26 A4), contendo bolhas de ar, ligeiramente irizado. Ø 90 mm GVS4/M/83/337
- Nº 49. Fundo cónico; marca de pontel. Vidro transparente incolor tingido de verde, muito irizado. Ø 46 mm. SA.S /M/86/346
- Nº 50. Fundo cónico; marca de pontel; decorado por caneluras radiais. Vidro transparente incolor, coberto por espessa camada de corrosão. Ø 70 mm SA.S /M/86/348
- Nº 51. Pote (?). Bordo tubular; colo côncavo. Vidro transparente incolor tingido de verde, irizado. Ø 80mm GVS1/M/83/205
- Nº 52. Fundo em forma de calote esférica; marca de pontel; vidro transparente incolor tingido de verde, irizado. Ø 70 mm SA.S /M/86/347
- Nº 53. Botão terminal de lamparina. Vidro transparente azul escuro (Methuen 20 E4). GVS1/M/83/168
- Nº 54. Fragmento de parede; decorada por canelura em forma de arco. Vidro transparente incolor. GVS1/M/83/244
- Nº 55. Fragmento de parede; decorada por caneluras. Vidro transparente lilás (Methuen 15 B3). Irizado. GVS1/M/83/216
- Nº 56. Fragmento de parede; decorada por canelura. Vidro transparente azul escuro (Methuen 20 D5), irizado. GVS1/M/83/217

Nº 57. Fragmento de parede; decorado por um motivo geométrico indeterminável. Vidro transparente amarelo acinzentado (Methuen 4 C6), muito ligeiramente irisado. GVS Silo geral/M/83/415

Nº 58. Idem. GVS/4/M/83/311

Nº 59. Fragmento de parede; decorado por caneluras. Vidro transparente incolor. GVS4/M/83/318

Nº 60. Fragmento de parede; decorada por uma canelura em forma de lágrima, fortemente saliente. Vidro transparente amarelo acinzentado (Methuen 4 C5), irisado. GVS/1//M/83/220

Nº 61. Fragmento de parede; decorada por um cordão plissado aplicado em relevo. Vidro transparente incolor muito ligeiramente tingido de verde, irisado. GVS/1/83/M/210

Nº 62. Fragmento de parede; decorada por fios rectilíneos paralelos, branco opaco, aplicados em relevo. Vidro transparente incolor muito ligeiramente tingido de verde, bem conservado. GVS/1/83/M/215

Nº 63. Fragmento de parede; decorado por faixas de vidro branco opaco engastadas na matéria do fundo. Vidro transparente incolor bem conservado. GVS1/M/83/211

Nº 64. Fragmento de parede; decorado por filamentos rectilíneos paralelos, de vidro branco opaco, aplicados em relevo. Vidro transparente incolor bem conservado. GVS1/M/83/212

Nº 65. Fragmento de parede; decorado por filamentos rectilíneos paralelos horizontais e por uma coluna de curtas linhas paralelas, de vidro branco opaco, aplicados em relevo. Vidro transparente amarelo acinzentado (Methuen 4 C4), muito irisado. GVS1/M/83/227

Nº 66. Fragmento de parede; decorado por faixas rectilíneas paralelas de vidro branco opaco aplicadas em relevo. Vidro transparente amarelo acinzentado (Methuen 4 C4), bem conservado. GVS1/M/83/228

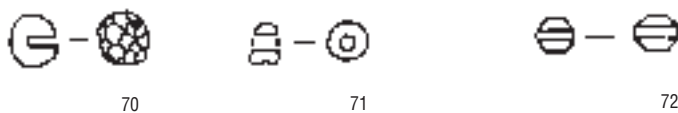
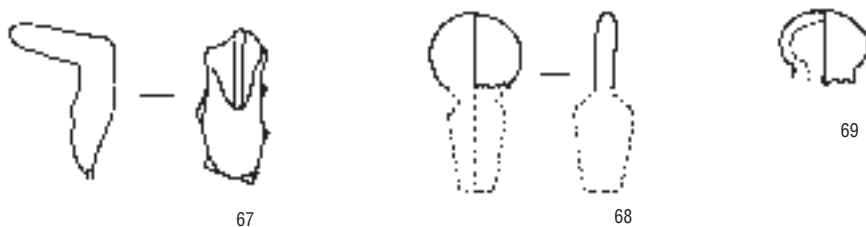
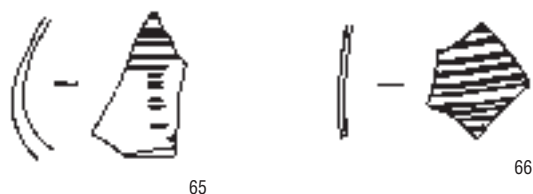
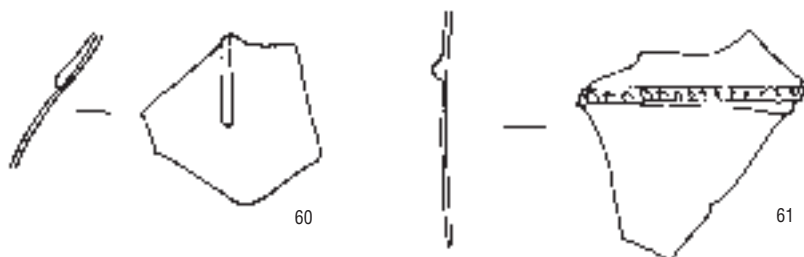
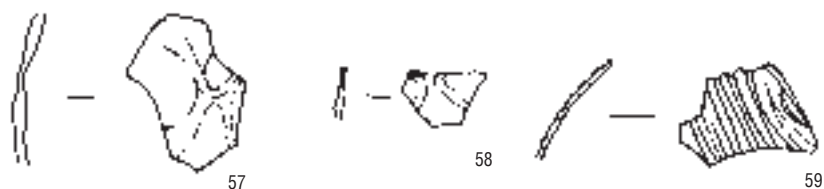
Nº 67. Asa em forma de L. Vidro transparente verde acinzentado (Methuen 28 C5), contendo numerosas minúsculas bolhas de ar. NSM/M/82/443

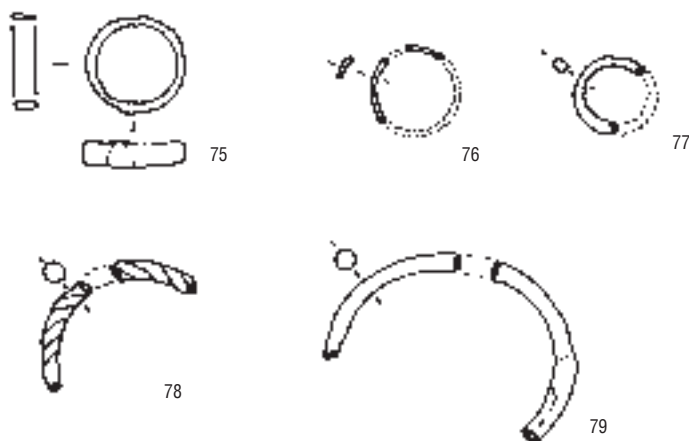
Nº 68. Rolha. Botão de preensão circular achatado. Vidro transparente incolor bem conservado. NSM/M/82/457

Nº 69. Botão de preensão de tampa (?). Esférico e oco. Vidro transparente incolor, ligeiramente irisado. SA.S/M/86/63

Nº 70. Conta. Esférica, facetada, incompletamente perforada. Vidro opaco negro, bem conservado. Ø 11 mm CSP /M/81/655

Nº 71. Conta. Anelar. Vidro transparente azul (Methuen 20 D6), bem conservado. Ø 8mm CSP /M/82/4





- Nº 72-74. Contas (três), sendo duas esféricas e uma oblonga de secção hexagonal. Vidro transparente. Incolor. Ø médio 7 mm NSM/M/82/165
- Nº 75. Anel. Vidro opaco negro, dilatado no ponto de junção das extremidades da fita inicial. Ø 20 mm NSM/M/82/103
- Nº 76. Anel. Cor original do vidro indefinível dadas a alteração e a irisão da matéria. Ø 18 mm NSM/M/82/103
- Nº 77. Anel. Vidro opaco negro. Ø 17 mm GVS4/M/83/1548
- Nº 78. Bracelete. Torsa. Vidro opaco negro, bem conservado. Ø 36 mm GVS4/M/83/339
- Nº 79. Bracelete. Lisa, observando-se o ponto de junção das extremidades do rolo inicial. Ø 52 mm GVS3/M/83/386 e 1536
- Nº 80. Idem. Ø 40 mm GVS3/M/83/387. Não desenhada.
- Nº 81. Vidraça. Vidro transparente incolor tingido de verde. NSM/M/82/444. Não desenhada.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão (Jorge), 1978 – «Vidros do castelo de Alcácer do Sal», *Setúbal Arqueológica*, Vol. IV pp. 155-170
- Barrera (Jorge), 1990 – «Le verre à boire des fouilles de la Cour Napoléon du Louvre (Paris)», *Annales du 11ème Congrès de l'Association Internationale pour l'Histoire du Verre*, pp. 347-364
- Barrera (Jorge) e Velde (B.), 1989 – «A study of French medieval glass composition», *Archéologie Médiévale*, Vol. XIX, pp. 81-130
- Charleston (R. J.), 1977 – «Some aspects of 17th century glass found in England», *Annales du 7ème Congrès de l'Association Internationale pour l'Histoire du Verre*, pp. 283-297
- Ferreira (Manuela), 1989a – «Vidros post-medievais do Convento de Cristo – Tomar (Sondagem de 1985)», *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar* N.os 11-12 pp. 79-86
- Ferreira (Manuela), 1989b - «Deux collections de verres portugais: XIIème-XVIème siècle» *Journal of Glass Studies* Vol. 31 pp. 34-47
- Ferreira (Manuela), 1993 – «Du verre post-médiéval provenant de fouilles à Coimbra (Portugal)», *Annales du 12ème Congrès de l'Association Internationale pour l'Histoire du Verre*, pp. 421 – 432
- Goetz (B.), 1990 – «Montbelliard – Cabaret de l'Hôtel de Ville: verrerie du premier quart du XVIIème siècle», *Revue Archéologique de l'Est et du Centre – Neuvième Supplément*, pp. 187-209

- Gudiol Ricart (J.), 1936 – *Els Vidres Catalans, Monumenta Cataloniae III* Barcelona
- Lamarque (William), 1973 – «The Glassware» in Ward Perkins (J. B.) – «Tuscania 1973: Report on six pits», *Papers of the British School at Rome* Vol. XXVIII pp. 117-133
- Lambert (Nicole), 1972 – «La Seube: témoin de l'art du verre en France méridionale du Bas-Empire à la fin du Moyen Age», *Journal of Glass Studies* Vol. 14 pp. 77-116
- Lamm (C.J.), 1930 – *Mittelalterliche Gläser und Schnitarbeiten aus dem Nahen Osten*, Berlin
- Morrison (Helen), 1987 – «Unpublished medieval glass from the island of Mafia in East Africa», *Annales du 10ème Congrès de l'Association Internationale pour l'Histoire du Verre*, pp. 299-304
- Nepoti (S.), 1978 – «I vetri dagli scavi nella Torre Civica di Pavia», *Archeologia Medievale* Vol. V pp. 219-238
- Shindo (Yoko), 1993 – «Islamic marvered glass from al-??r, South Sinai», *Annales du 12ème Congrès de l'Association Internationale pour l'Histoire du Verre*, 1993 pp. 297 – 305
- Thiry (M.) e Waele (E. De), 1986 – «Grez-Doiceau, château de la Motte: un ensemble de verres vénétiens du XVIème siècle», *Activités 84 à 85 du S.O.S. Fouilles* Nº4 pp. 150-160

NOTAS

- 1 Proveniência do material – a) Casal de Santo António (SA.S); b) Padarias de Sintra (PS); 3) Rua Gil Vicente (GVS); 4) Capela de S. Pedro (CSP); 5) Necrópole de Santa Maria (NSM); 6) Montelavar (MTL); 7) Santo André (SA).
- 2 Conserva-se no Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra, a tela *S. Cosme e S. Damião* (circa 1530), atribuída a Garcia Fernandes, na qual é observável uma escudela deste tipo.
- 3 Esta peça é em tudo análoga a uma pequena taça proveniente de um contexto do séc. XVII do Convento de Cristo de Tomar.
- 4 Segundo o Arquitecto Mário Varela Gomes, a quem agradecemos a informação, provieram do nível almóada (séc. XIII) as pequenas rolhas de vidro encontradas no castelo de Silves.
- 5 A redacção do estudo deste material data de 1991.

TORRES AL-QAL'À:

UNE FORTERESSE PORTUGAISE À BÉNI BOUFRAH (RIF CENTRAL – MAROC)*

ABDELATIF ELBOUDJAY**

INTRODUCTION

La phase transitoire mérinide-wattaside à partir du XV^{ème} siècle était caractérisée par le déclin du pouvoir central et le début de la *Reconquista* ibérique initié par la prise par les Portugais de *Sabta/Ceuta* en 1451. Quelques années plus tard, les Portugais s'emparèrent des villes du nord-ouest: Qsar Sghir en 1458, Asila et Tanger en 1471.

La décadence de la région rifaine sera définitive lorsque ses principales villes seront détruites ou prises par les Espagnols (Melilla en 1497, Ghassassa en 1506, Badis en 1508). Dès lors commença une phase de repli vers l'intérieur qui s'accroît avec la prise définitive du Peñon de Badis en 1564 à partir, en particulier, de la forteresse de Torres *al-Qal'a*.

Cette forteresse a fait déjà l'objet d'une description et d'un essai de datation par Patrice Cressier¹. Notre contribution vise à compléter cette étude en y apportant quelques nouveaux éléments.

SITUATION

La forteresse de Torres *al-Qal'a*, dont les ruines figurent sur la carte topographique (Fig. 1)², se localise dans la commune de Béni Boufrah sur la côte méditer-

ranéenne (Fig. 2) et plus exactement dans le village qui porte le nom de Torres situé à l'embouchure de l'oued Béni Boufrah, loin de la ville médiévale de Badis, située à l'Est, d'environ 7 km³.

LES SOURCES

Les écrits anciens se contentent de la citer sans en faire une description détaillée. A notre connaissance le premier document à avoir signalé les tours de Torres *al-Qal'a* est le plan du Peñon de Velez de la Gomera (Badis) publié dans les *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*⁴ (Fig. 3). Ce plan de 1564 a été établi par les Espagnols. Ils leur a servi pour organiser leur attaque contre le Peñon en août 1564⁵. Pendant cette conquête les Espagnols se sont emparés de Torres *al-Qal'a* à deux prises: la première en juin 1563 et la deuxième correspond à l'occupation définitive du Peñon en août 1564⁶.

* Cet article est extrait de notre mémoire de fin d'étude soutenu à l'Institut des Sciences d'Archéologie et du Patrimoine en juin 1990.

** Archéologue-conservateur des monuments historiques et des sites. Délégation de la Culture à Tanger.

En 1791, Osorio Fernandez Vayña signale les mêmes tours en précisant qu'il s'agit d'un quadrilatère flanqué, dans ces quatre angles, de quatre tours⁷. Elie de la Primaudaie dans son tableau descriptif des villes maritimes du Maroc cite cette forteresse qu'il situe à l'ouest, non loin de Badis⁸. Auguste Moulières n'en fait aucune mention dans son «exploration du Rif». En 1913, R. Donoso Cortes la mentionne dans son étude de géographie politico-militaire sur les zones espagnoles du Nord et Sud du Maroc⁹. Plus tard P. Cesar Moran Bardon, précisant son emplacement considère que cette fortification, flanquée de quatre tours, présente de grandes similitudes (formes, disposition, matériaux de construction) avec celles de la Péninsule Ibérique¹⁰. Vers la même époque et suite à une visite des lieux, Miguel Tarradel réserva en 1952 une note à la fortification¹¹.



Figure 1 – Béni Boufrah (Carte topographique au 1/50 000e).

des murs. Il se présente comme un quadrilatère irrégulier de 26 m de côté en assez mauvais état de conservation (Fig. 4).

Le mur nord, qui conserve encore sa partie basse bâtie en béton et mortier blanc très dur, est élevé sur une base en pierre, visible sur tous les côtés de la forteresse. Ce mur fait une épaisseur de 1,60 m.

Le mur sud, qui garde encore son soubassement en pierres, est mal conservé. Il était soutenu par un contrefort dont il ne subsiste que des traces. Une grande partie de ce mur de soutènement est occupé par un grand rocher naturel.

Les tours, tous mutilées, sont au nombre de cinq¹². Quatre d'entre elles renfor-

LE SITE

La forteresse s'élève sur une colline dominant le rivage de 91 m d'altitude (Ph.1). L'implantation perchée et côtière assurait un contrôle efficace de la côte et de la circulation maritime. Le versant nord de la colline est très abrupt favorisant ainsi une défense naturelle de ce côté. La zone de l'arrière pays est limité à l'est par la montagne des *Baqqūya* et du côté ouest et sud par des hauteurs broussailleuses.

DESCRIPTION

Le monument est composé de deux ensembles: La plate-forme en pierre épousant la topographie du site et l'enceinte avec ses tours en *tābiya*.

Le tracé du monument est aisément visible et repérable grâce à la subsistance des bases

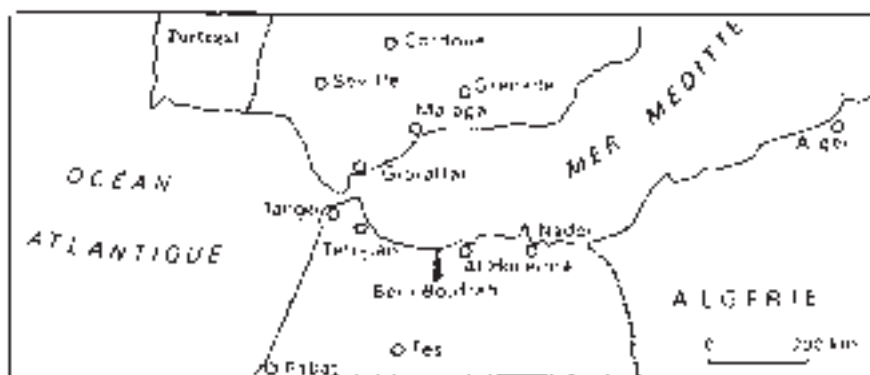


Figure 2 – Béni Boufrah une petite vallée méditerranéenne

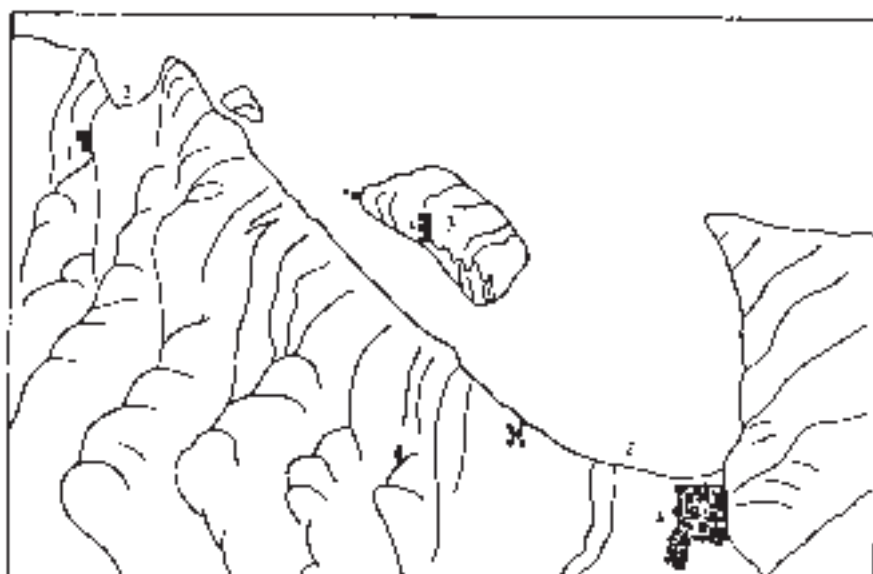


Figure 3 – Badis et Peñon de Velez de la Gomera d'après le document cartographique de 1564 (Sources Inédites de l'Histoire du Maroc, 1ère série, Espagne, t. III, p. 71)
1 – Castilho de Alcala; 2 – Playa; 3 – Peñon; 4 – Velez de la Gomera (Badis)

cent les angles du bâtiment et une défend l'accès du côté Est. Elles sont pleines, rondes et massives. Leurs diamètres pris de l'extérieur fait environ 5,50 m. La seule tour qui apparaît conserver la hauteur initiale (sans compter la base en tronc de cône) est celle du sud-est (Ph.2). Dans cette tour, il existe des briques cuites (30 x 15 x 4,05 cm). Quant à celle de l'angle nord-ouest, elle présente des restes de bois. La hauteur de chaque tour prise de l'extérieur sans compter la base en pierre qui fait en moyenne 2 m, est:

- La tour nord-ouest: 5,70 m (Ph.3)
- La tour nord-est: 4,50 m
- La tour est: 4,50 m (Ph.4)

- La tour sud-est: 7,50 m (Ph.4)
- La tour sud-ouest: 3 m

Le remplissage des tours est composé d'un noyau fait de matériaux hétérogènes (pierres calcaires, petits galets de mer, graviers, dalles de pierres et liant à base de chaux)¹³. L'ensemble est très solide.

Les tours sont élevées par l'utilisation de la technique de coffrage. Des traces visibles dans la maçonnerie conservée attestent de la coudée utilisée: la hauteur de la banchée est de 0,90 m à 0,92 m. Sur les parements des tours existent des trous où passaient les traverses de bois qui maintenaient l'écartement du dispositif. Cette technique est bien connue dans l'architecture militaire tant au Maghreb que dans *al-Andalus*. Son utilisation est attestée dans la réalisation des ouvrages militaires depuis au moins le X^{ème} siècle¹⁴.

CHRONOLOGIE

On atteste deux phases d'occupation sur la colline hébergeant la forteresse:

L'agglomération médiévale

Cette importante agglomération a fait l'objet d'une reconnaissance archéologique par P. Cressier¹⁵. al-Badisi, hagiographe du XIV^{ème} siècle, mentionne ce site sous l'appellation «*al-Qal'a*» ou *Qal'at Sanhāġa*¹⁶. Dominée par la forteresse de Torres *al-Qal'a*, les vestiges de cet habitat se réduisent à des bases de murs en pierres calcaires. Le matériel céramique est abondant. Il est de deux types: une poterie simplement modelée et une poterie tournée. Il s'agissait probablement d'un habitat fortifié. D'après P. Cressier, «le type relativement rustique des constructions, l'abondance

de la céramique non tournée, nous amène à penser que nous sommes en présence d'une petite agglomération du bas Moyen-Age musulman»¹⁷.

La forteresse

En 1791, le commandant de la place espagnole du Peñon de Velez de la Gomera, J. M. Osorio Fernandez Vayna revendique cette fortification à «quatre tours» comme construction espagnole¹⁸. Un autre texte espagnol considère les ruines de cette fortification comme étant des témoins d'une présence espagnole au Nord du Maroc¹⁹. Elie de la Primaudaie, référant à un certain Suarez Montanes, rapporte qu'«en 1499, le roi de Portugal fit construire une forteresse en un lieu appelé Kala et situé à une petite distance à l'ouest de Badis (...), mais ayant bientôt reconnu la difficulté de tenir ce poste, il ordonna de le démanteler. La petite garnison qui occupa ce château se retira à Ceuta»²⁰.

P. Cesar Moran Bardon la considère comme un ouvrage portugais. D'après cet auteur, elle fut construite par le roi Don Manuel au début du XVIème siècle²¹. Un autre texte l'attribue également aux Portugais et précise qu'elle fut bâtie par le roi Don Manuel en 1499 et ajoute qu'une garnison portugaise y résida pendant cinq ans avant son abandon en 1503 pour regagner *Sabta/Ceuta*²².

Pino de Oliva est du même avis pour la date de l'abandon²³. Quant à Tarradell, dans sa note, il exclut toute attribution aux Portugais. Selon lui, il s'agit d'une «forteresse arabe» d'époque difficile à déterminer et fait remarquer qu'elle «présente une grande parenté avec les forteresses construites par les arabes». Il ajoute qu'il n'y a «aucune partie de l'édifice où on peut apprécier des influences européennes»²⁴. Dans le même sens, M. Bernard considère que

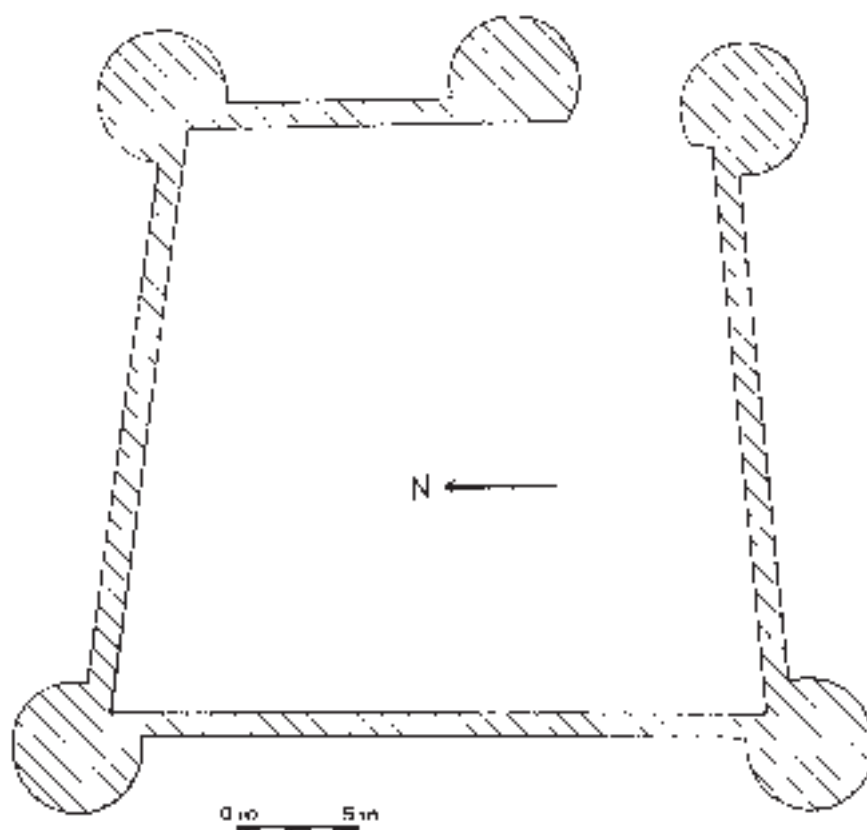


Figure 4 – Torres al-Qal'a (Plan de la forteresse d'après P. Cressier, op.cit. [1981])



Photo 1 – La forteresse de Torres al-Qal'a (situation topographique)

c'est le «makhzen (qui) a, autrefois, construit quatre forts» dans «la petite plaine d'El-abraj»²⁵.

D'après ces textes et faute de fouilles archéologiques, il s'avère que cette forteresse pose un problème de datation et d'attribution. Tout ce dont nous sommes sûrs, c'est qu'elle existait avant 1563-64.

A notre connaissance aucun texte arabe d'époque médiévale n'en fait mention. D'autre part nous éliminons d'emblée toute attribution à un pouvoir central marocain. C'est à l'une des deux puissances ibériques qu'il faut songer. Mais par quel biais? S'agit-il d'une forteresse édiflée par les Portugais ou par les Espagnols? La forteresse fut-elle construite avant ou après le traité de Sintra du 19 septembre 1508-9?

Il nous est difficile de trancher; mais nous nous inclinons à la considérer comme portugaise car les traités qui datent avant 1491 (date d'un traité entre le Portugal et l'Espagne accordé par le Pape Sixte)²⁶ reconnaissent aux Portugais des droits à Melilla et à *Sabta/Ceuta* et cela avant que le duc de Medina Sidonia ne s'empara de Melilla en 1497. Et lorsque le Peñon de Velez fut occupé par l'Espagne en 1508, on voit se manifester l'opposition du roi Emmanuel. Celui-ci revendiqua le Peñon comme étant de la conquête de la puissance portugaise. Malgré cette contestation, la place avait demeuré sous la domination espagnole²⁷.

Cette information très importante laisse admettre, du moins théoriquement, que le domaine d'influence portugaise vers l'Est s'étendait, avant 1500, au-delà de Badis. Et c'est avant cette date et notamment avant 1508-9 que l'opportunité est devenue avantageuse pour les Portugais afin de construire une forteresse dans les environs de Badis. Ainsi, tout porte à croire que notre forteresse est portugaise et date avant 1508-9 et non pas après le partage des zones d'influences sur les côtes marocaines entre les deux puissances chrétiennes comme l'avait supposé P. Cressier²⁸.

Rappelons que le traité de Sintra du 19 septembre 1508-9, décide que le «Portugal abandonnait à la Castille Velez de la Gomera et son territoire jusqu'à Caçaça et Melilla. En échange, la reine de la Castille cédait au Portugal tous les droits qu'elle pouvait avoir sur le pays qui s'étend depuis la limite ouest du territoire de Velez jusqu'aux Cap Bojador et de Nam»²⁹.

A propos de cette limite, un éclaircissement nous est rapporté par Tomas Garcia-Figueras. Elle précise que le partage des zones d'influence au Maroc entre le Portugal et l'Espagne est indiqué par le méridien qui passe à «six lieues à l'ouest du Peñon de Velez de la Gomera» (à l'Est de ce méridien, la zone est attribuée aux Espagnols et la zone ouest aux Portugais)³⁰. Les six lieues indiquées ci-dessus correspondent à 24 km³¹. Par conséquent, la forteresse de Torres *al-Qal'a*, dont l'existence est déjà mentionnée par certains récits de voyageurs à partir de 1499 faisait partie des terres cédées aux Espagnols à partir de 1508. Il en est ainsi pour la tour de vigie de Mastassa située à environ 7 km de Torres vers l'Ouest. D'où l'hypothèse qui considère que Mastassa «devait correspondre à la limite orientale de la zone d'influence qui était attribuée» au Portugal par le traité de Sintra est remise en cause³².

Cette problématique chronologique à laquelle nous avons apporté quelques



Photo 2 – Torres al-Qal'a: tour sud-est



Photo 3 – Torres al-Qal'a: tour nord-ouest



Photo 4 – Torres al-Qal'a: tours est et sud-est (accès de la forteresse)

éclaircissements d'ordre historique, fut déjà discutée par P. Cressier en adoptant une approche archéologique comparative au niveau des matériaux de construction, de la forme des tours, des plans et du mode d'implantation. L'auteur a conclu qu'il s'agit bien d'un édifice chrétien construit par les Portugais³³. Pour notre part, nous considérons que la confusion dans les textes, auxquels ne nous sommes référés, au niveau de l'attribution de la construction de cette forteresse s'explique par le fait que les auteurs n'avaient pas de données perceptibles sur la délimitation des zones d'influences des Portugais et des Espagnols.

FONCTION

Cette forteresse formait le siège d'une garnison qui assurait le contrôle de la communi-

cation nord-sud, entre la mer et l'arrière-pays, à travers la vallée de Béni Boufrah. Située sur le littoral, la forteresse garantissait la surveillance de la navigation maritime et «le mouvement des corsaires de la ville de (Badis)»³⁴. Mais son rôle essentiel était le contrôle des tribus locales. Son édification a contribué d'une façon décisive dans le repli de la population de la vallée vers l'intérieur qui s'accrut avec la prise définitive du Peñon de Velez de la Gomera en 1564. Les terres littorales de la vallée (les Souahels actuels) furent alors abandonnées pour ne servir qu'au *Ĝihād*.

A vrai dire, on ne sait pas ce qu'est devenu le monument après le départ de la garnison espagnole en 1503. En 1563-64, abandonné, il a servi aux Espagnols pour organiser leur attaque contre le Peñon et Badis.

Du point de vue toujours fonction, la forteresse pourrait être classée selon la typologie que dégagent certaines études menées sur les châteaux d'*al-Andalus* dans la catégorie C. C'est la catégorie des fortifications casernements³⁵.

Les auteurs de cette typologie avancent à propos de ces édifices qu'ils «peuvent être isolés et définis comme de petits châteaux ou simple fortins, constituant un poste de surveillance et placés sous la dépendance étroite d'un pouvoir politique. Ces fortins installés dans des zones frontalières sont d'assez petites dimensions, ils devaient permettre le séjour d'une garnison permanente»³⁶. En effet, ces caractéristiques correspondent parfaitement à notre monument.

CONCLUSION

Nous avons souhaité par l'étude de cette forteresse faire connaître un type de réalisations militaires portugaises en terre marocaine autre que celui des places fortifiées qui est assez connu par l'histoire et l'archéologie marocaine et portugaise. La forteresse de Torres *al-Qal'a* représente, avec celle d'*al-Malīha*³⁷, un modèle unique de l'architecture militaire portugaise édifiée dans un territoire rural pour une fin bien précise: le contrôle de l'arrière-pays. Il témoigne, en outre, de la présence militaire à aspect éphémère des Portugais sur la côte rifaine.

Cet ouvrage, un des plus spectaculaires de la côte, est le seul à caractère monumental qui existe dans la vallée de Béni Boufrah. Il marque largement, du point de vue chronologique, l'histoire de cette vallée. «Aucun de ses caractères ne correspond à ce que l'on connaît par ailleurs de l'architecture militaire marocaine»³⁸.

Par son architecture, cette forteresse du bas Moyen-Age marocain nous renseigne sur la renaissance des tours rondes qui ne sont pas, d'ailleurs, étrangères à l'architecture militaire marocaine. On les trouve au haut Moyen-Age, à Basra (ville idrisside)³⁹, à Fazaz (forteresse idrisside ?)⁴⁰ et à Amergo (forteresse almoravide)⁴¹. Le recours au XV^{ème} siècle à cette forme de tours est attesté au Maroc dans l'enceinte de la *Qasba* de Tanger occupée en 1471 par les Portugais et dans l'enceinte de la *Qasba* de Larache construite à partir de 1491 par le pouvoir wataaside⁴². L'existence de cette forme de tours à Tanger et à Larache laisse croire à une

éventuelle influence mutuelle luso-wattaside dans l'édification de ces deux ensembles défensifs.

Dans les places militaires portugaises au Maroc, les tours rondes de dimensions assez importantes s'intégraient, quant à elles, dans un programme défensif particulier répondant au développement des techniques de guerre et aux nouvelles exigences des armes à feu. Elles sont généralement trapues, larges et massives.

Si jusque'ici, il est encore admis qu'³«aucune fortification présentant de tour ronde ou demi-ronde ne paraît être attribuée à (la) dynastie» mérinide⁴³, il est nécessaire de prendre en considération les 29 tours rondes de l'enceinte de Qsar Sghir qui semblent-être construites, si on croit Ibn Abi Zar, par le sultan mérinide *Yusuf Ibn Abd al-Haq* en 686h/1287⁴⁴.

NOTES BIBLIOGRAPHIQUES

- 1 Patrice Cressier, *Prospection archéologique dans le Rif (Zone de l'ancien Royaume de Nakur – Premiers résultats)*, thèse de doctorat de 3^{ème} cycle, Université de Paris IV, Sorbonne, 1981, p. 87-92.
- 2 *Carte topographique: Béni Boufrah au 1/50.000^e*. Royaume du Maroc. Ministère de l'agriculture et de la réforme agraire. Direction de la conservation foncière et des travaux topographiques. – Rabat –. Levées stéréotopographiques aériens de 1966. Dessinée et publiée par le Service topographique de Rabat. Le territoire de commune de Béni Boufrah correspond à une vallée orientée Nord-Sud sur une étendue de 25 km depuis la mer au Nord vers l'intérieur et de 4 à 5 km de l'Est à l'Ouest.
- 3 P. Cressier, *op. cit.*, (1981), p. 94-111. Cf. aussi P. Cressier, A. Elboudjaj, L. Erbaty et A. Siraj, «La forteresse du mont Abba à Badis et la question du *ribat* marocain tardif», *Mil anos de fortificações na Península Iberica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, 2002, p. 273-281.
- 4 *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, 1^{ère} série, Espagne, Archives et Bibliothèques d'Espagne, t. III, 1961, p. 71. Voir aussi revue *Africa*, julio, 1930, p. 169.
- 5 *Ibid.*, p. 32-34, p. 38 et p. 63-71. Voir aussi Tomas Garcia-Figueras, *Miscelanea de Estudios Historicos sobre Marruecos*, Larache, 1949, p. 188.
- 6 La forteresse leur a servi à l'emplacement de deux canons de compagnie et l'accueil de 600 soldats pour services de garde lors de la prise du Peñon.
- 7 Bacaicoa Arnaiz D., «El Peñon de Velez de la Gomera en 1791», *Tamuda*, III, 1955, p. 173-193. (Mémoire sur le Peñon de Badis de J. M. Osorio Fernandes Vayna).
- 8 Elie de la Primaudaie, «les villes maritimes du Maroc», *Revue Africaine*, n° 16, 1872, p. 105-135.
- 9 Donoso Cortes R., *Estudio geográfico político-militar sobre las zonas españolas del Norte y Sur de Marruecos*, 1913, p. 64.
- 10 César Moran Bardón P., «Antiguas poblaciones del Rif», *Archivos del Instituto de Estudios Africanos*, 10, Madrid, 1949, p. 35-56.
- 11 Miguel Tarradell, «Los torres de Alclá no son portuguesas», *Mauritania*, Mayo de 1952, p. 106-107.
- 12 Ce qui contredit certaines descriptions qui mentionnent régulièrement cette forteresse flanquée de quatre tours.
- 13 Sur cette technique de construction, cf. André Bazzana, «Éléments d'architecture musulmane dans al-Andalus: caractères spécifiques de l'architecture militaire de la région valencienne», *al-Qantara*, n° 1, 1980, p. 339-363.
- 14 A. Bazzana et *alli*, «Première prospection d'archéologie médiévale et islamique dans le Nord du Maroc (Chefchaouen, Oued Laou, Bou Ahmed)», *Bulletin d'Archéologie Marocaine*, t. XV, 1983-84, p. 367-450.
- 15 P. Cressier, *op. cit.*, (1981), p. 92-93.
- 16 Al-Badisi, *al-Maqsad al-Charif wa al-Manza al-Latif fi Dikr Sulaha al-Rif*, trad. G. S. Colin, *Vie des saints du Rif*, Paris, 1926, p. 84.
- 17 L'état de conservation des structures de cette agglomération ne permet pas une restitution graphique.
- 18 Bacaicoa Arnaiz D., *op. cit.*, (1955), p. 173-193. (Mémoire sur le Peñon de Badis de J. M. Osorio Fernandes Vayña).
- 19 Donoso Cortes R., *op. cit.*, (1913), p. 64.
- 20 Elie de La Primaudaie, *op. cit.*, (1872), p. 105-135.
- 21 Cesar Moran Bardón, P., *op. cit.*, (1949), p. 35-56.
- 22 Antonio Onieva, J., *Guia turistica de Marruecos*, Madrid, 1947, p. 503.
- 23 Pino de Oliva, F. del, «Una familia rifeña: Los Aulad Said. Apuntes para la historia de Bni Boufrah», *Mauritania*, n° 22, 1949, p. 149-150.
- 24 M. Tarradell, *op. cit.*, (1952).
- 25 Bernard, M., *Les tribus de la zone nord et nord-ouest du Maroc*, pub. du Comité de l'Afrique française, Paris, 1926, p. 57.
- 26 Mhand Ben Allal al-Bakhlani, *al-Ta'rif bi Ġazirat Bādīs bi al-Rif*, Tanger, 1982, p. 17 (en arabe).
- 27 *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, Archives et Bibliothèques d'Espagne, 1^{ère} série, t. III, 1961, p. 59.
- 28 P. Cressier, *op. cit.*, (1981), p. 91.
- 29 Pierre de Cénival, «Le partage des conquêtes entre l'Espagne et le Portugal au Maroc et sur la côte au Sud du Maroc», *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, 1^{ère} série, Dynastie saadienne, Archives et Bibliothèques du Portugal, t. I., 1934, p. 203-212.
- 30 T. Garcia-Figueras, *op. cit.*, (1949), p. 186.
- 31 «Une lieue est une unité de mesure utilisée autrefois pour des distances et valant 4 km», *Dictionnaire de Français*, Larousse, 1986, p. 592. Le dictionnaire *Petit Robert*, Paris, 1984, p. 1094, donne la même définition.
- 32 Mastasa est une vallée de la côte rifaine située à 12,5 km à l'Ouest de Badis. Cf. P. Cressier, «Structures fortifiées et défensives du Rif (II). La tour de vigie de Mastasa», *Bulletin d'Archéologie Marocaine*, t. XV, 1938-84, p. 451-464 et P. Cressier, «Mastassa: un site rural médiéval complexe sur la côte du Rif (Maroc)», *Revue Photo-Interprétation*, n° 3-1984, Fascicule 4, mai-juin, Ed. TECHNIP, p. 43-61.
- 33 P. Cressier, *op. cit.*, (1981), p. 89-91.
- 34 Elie de la Primaudaie, *op. cit.*, (1872), p. 105-135. On note que la baie de Badis et son Peñon sont nettement visibles depuis la forteresse.
- 35 A. Bazzana et *alli*, *Les châteaux ruraux d'al-Andalus. Histoire et Archéologie des husun du Sud-Est de*

l'Espagne, pub. Casa de Velazquez, série Archéologie, XI, Madrid, 1988, p. 107-124.

- 36 *Ibidem*.
- 37 P. Cressier, «Habitats fortifiés et organisation de l'espace en Méditerranée médiévale», *Castrum* 1, Travaux de la Maison de l'Orient n° 4, 1983, p. 45-55.
- 38 Sur cette forteresse, cf. bibliographie Abdelatif Eboudjay, *La ville de Larache (al'Arā'is): Etude d'histoire et d'archéologie urbaine et monumentale*, thèse de 3^{ème} cycle, INSAP, Rabat, 1998, p. 140, note 44.
- 39 Daniel Eustache, «El-Basra, capitale idrissite et son port», *Hespéris*, XLII, 1955, p. 217-238.
- 40 Larbi Erbati, «Qasba de Mehdi ou Fazaz!», *Nouvelles archéologiques et patrimoniales*, n° 1, avril, 1997, p. 13.
- 41 Henri Terrasse, «la forteresse almorvide d'Amargo», *Al-Andalus*, XVIII, 1953, p. 389-400; Manuel Acien Almansa, «la fortaleza de Amargo», *Al-Andalus, Estructura antropologica de una sociedad islamica de Occidente* (Grenade, 9-10 de mayo 1996), sous presse.
- 42 A. Elboudjay, *op. cit.*, (1998), p. 157-165.
- 43 P. Cressier, *op. cit.*, (1983-1984), p. 451-464.
- 44 Ibn Abi Zar, *al-Anis al-Mutrib bi Rawd al-Qirtas fi Ahbar Muluk wa Tarih Madinat Fas*, annoté par Mohamed Hachimi Filali, 2 vols, Rabat, 1963, p. 407.

BIBLIOGRAPHIE

- Abd al-Haq Al-Badisi, *al-Maqsad al-Charif wa al-Manza al-Latif fi Dikr Sulaha al-Rif*, tra. G.S. Colin, *Vie des saints du Rif*, Paris, 1926.
- Dora Bacaicoa Arnaiz, «El peñon de Velez de la Gomera en 1791», *Tamuda*, t. III, 1995, p. 173-195, (mémoire sur Badis de J. M. Osorio Fernandez Vayna).
- André Bazzan, «Eléments d'architecture musulmane dans al-Anndalus. Caractères spécifiques de l'architecture militaire de la région valencienne», *al-Qantara*, n° 1, 1980, p. 339-363.
- André Bazzana, Patrice Cessier et Pierre Guichard, *Les châteaux ruraux d'al-Andalus, Histoire et Archéologie des Husun du Sud-Est de l'Espagne*, pub. Casa de Velazquez, Série Archéologie, XI, Madrid, 1988.
- Pierre de Cenival, «Le partage des conquêtes entre l'Espagne et le Portugal au Maroc et sur la côte au Sud du Maroc», *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, 1^{ère} série, *Dynastie Saadienne*, Archives et Bibliothèques du Portugal, t. 1, 1934, p. 230-212.
- P. Cesar Moran Bardón, «Antiguas poblaciones del Rif», *Archivos del Instituto de Estudios Africanos*, 10, Madrid, p. 35-56.
- Patrice Cressier, *Prospection archéologique dans le Rif (zone de l'ancien royaume du Nakur – premiers résultats)*, thèse de doctorat de 3^{ème} cycle, Université de Paris IV, Sorbonne, 1981.
- P. Cressier, «Mastassa: un site rural médiéval complexe sur la côte du Rif (Maroc)», *Revue Photo-interprétation*, n° 3-1984, Fasicule 4, mai-juin, édi. Technip.
- R. Donoso-Cortes, *Estudio geografico, politico-militar sobre las zonas espanolas del Norte y Sur de Marruecos*, 1913.
- Tomas Garcia-Figuera, *Miscelanea de estudios historicos sobre Marruecos*, Larache, 1949.
- J. Onieva, *Guia turistica de Marruecos*, Madrid, 1947.
- Elie de la Primaudaie, «Les villes maritimes du Maroc», *Revue Africaine*, n° 16, 1872, p. 105-135.
- Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, 1^{ère} série, Espagne, t. III, p. 71.
- Miguel Tarradell, «Los torres de Alcia no son portuguesas», *Mauritania*, Mayo de 1952, p. 106-107.

A FUNÇÃO ANTROPOLÓGICA DA ALDRABA:

DA ORIGEM SIMBÓLICA À MORTE FUNCIONAL*

LUÍS FILIPE DE ALMEIDA VITÓRIA MAÇARICO**

1. QUESTIONANDO A ALDRABA

A minha formação em Antropologia e a constatação, no quotidiano, de alguns efeitos inquietantes da globalização, proporcionaram-me, nos últimos anos, uma reflexão – algumas vezes traduzida em artigos – que possibilitou o nascimento deste texto.

A recolha de depoimentos, a troca de impressões, a pesquisa bibliográfica, em bibliotecas clássicas e virtuais, além de várias viagens à Tunísia (Tozeur), a Granada e Córdoba, ao Alentejo (Montemor-o-Novo) e Algarve (Silves, Faro), a par da observação e memorização – no que concerne a Fez, Lisboa e Alpedrinha, e também de muitas outras localidades, de Norte a Sul, inclusivé na Galiza (Santiago de Compostela), consubstanciaram-se num decisivo contributo, para esse compasso argumentativo alcançar o estatuto de pensamento partilhado, através da palavra escrita.

Pacientemente, fui recolhendo as inúmeras peças do «puzzle», num afã quase obsessivo, em certa medida arqueológico, para reconstituir a função antropológica

* À Alexandra Leandro, pelo carinho e pela cumplicidade, e um agradecimento muito especial aos Drs. Cláudio Torres, Dr. Adalberto Alves, Dr. Eduardo Raposo, Dr. Fernando Mão de Ferro, ainda os meus agradecimentos às Doutoradas: Conceição Paredes (Biblioteca Municipal do Poço do Bispo), Cristina Pombinho (Poetisa, Professora), Rosário Baptista (Centro de Documentação de Prazeres), Sónia Tomé (Antropóloga).

**Antropólogo

da aldraba, enquanto objecto incorporador de uma «*corporalidade do conhecimento*» (Leroi-Gurhan), pois, como qualquer objecto contextualizado, que causa, facilita e é consequência de relações sociais, a aldraba deve ser pensada como um «*conjunto de partes que é parte de vários conjuntos.*» (Henry Glas-sie).

Perante o material recolhido, surgiram as inevitáveis questões.

Tentarei, através da presente reflexão, responder à seguinte problemática:

- Será que os portugueses de hoje reconhecem algum valor a uma aldraba?
- É possível haver uma relação entre a aldraba e os comportamentos humanos?
- Enquanto artefacto sobrevivente da cultura material de uma civilização evaporada, poderá este objecto resistir à tecnologia e usos actuais?
- Vale a pena defender este vestígio? Para quê?

2. CARACTERIZAÇÃO ETIMOLÓGICA DA ALDRABA

No seu «Vocabulário Português de Origem Árabe», José Pedro Machado diz que esta palavra – aldraba – vem do árabe «Ad-Dabbâ» e define-a como «*trinco, lingueta, ferrolho*»¹.

Noutra obra do mesmo autor («Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa»)², constata-se que aldraba, aldrava, são termos citados em documentos do século XV³, aparecendo este exemplo, em 1456: «... e *armelhas pera as ditas portas e por aldrabas para as ganellas...*».

Num dicionário⁴, encontramos esta caracterização: «*tranqueta de ferro com que se fecha a porta; peça metálica para bater às portas*».

Noutro⁵, descreve-se o objecto e a sua utilidade. A aldrava (sinónimo de aldraba), será então: «*Peça de ferro, na parte anterior de uma porta, servindo para bater nesta, a fim de chamar a atenção de quem está dentro, e para erguer a tranqueta que segura a porta do lado posterior*».

Ainda noutro⁶, trata-se de «*peça de ferro, em forma de argola ou martelo, para bater, abrir ou fechar portas*».

O próprio «dicionário da construção», consultável na Internet, remete-nos para a ideia de uma «*argola que fica do lado de fora da porta e serve de instrumento para bater à porta*»⁷.

Todavia, é na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira que encontramos a melhor e mais completa descrição:

«*Argola fixa por uma extremidade na parte anterior das portas, a qual serve para bater nesta e para levantar a tranqueta que segura a porta do lado posterior (...)* Peça de ferro ou de bronze, de formas diversas, móvel na parte superior e terminando inferiormente em martelo, que se fixa na face anterior das portas, e que se levanta e deixa cair sobre uma espera

de ferro, quando se quer bater à porta. (...) Ferragem para fechar por dentro portas e postigos, formada por arame de ferro revirado em gancho dum lado e do outro articulado numa argola, ou ponto fixo; o gancho entra numa argola fixa ao arco da porta»⁸.

3. DIFERENÇA ENTRE ALDRABA, BATENTE E PUXADOR

Num artigo publicado no Jornal do Fundão⁹, escrevi que «adoptando o contorno em tamanho real das costas de uma mão fechada, moldada certamente pelos velhos ferreiros, e apresentando forma triangular arredondada, aberta ao meio, este instrumento, diferente dos batentes, cuja representação naturalista da mão exhibe uma tendência miniatural, destacava-se pela dupla funcionalidade de anunciar, através de sonoridade distinta, as diversas visitas e preservar a residência, pois também exercia as funções de ferrolho».

Em «As Aldrabas de Lisbuna»¹⁰, acrescentei que «a confusão manifesta-se mesmo nos dicionários. Todavia, a aldraba executa tarefas que o batente está impedido de fazer, pois serve também de «trinco, lingueta, ferrolho,» dado que é «móvel na parte superior».

O *puxador*¹¹, como o nome indica, é uma peça de madeira ou metal, que se puxa, para abrir portas... podendo ter a forma de uma maçã, daí, a designação de *maçaneta*, a qual servirá para assinalar este «ornato globular»¹².

Nas últimas décadas, o avanço daquele objecto, sobre aldrabas e batentes, geralmente associado ao aparecimento das portas de alumínio, levou homens como Joaquim Palminha da Silva, a defender o «*compromisso premente da conservação das antigas portas, porque elas se relacionam com a nossa cultura ao nível dos valo-*



Aldraba da Rua Prior do Crato, Lisboa, 2001

res e atitudes, empenhamento e atenção que se deve dar ao passado, enquanto vestígio de um tempo não afectado pela descaracterização e desumanização actuais. Tempo sensível, portanto aos registos pessoais dos artistas que, na sua própria época, partiram em busca de originalidade num cenário de necessidades práticas, criando parte da riqueza cultural e material (...). Se não existem leis nem regulamentos municipais sobre esta matéria, urge redigi-los e pô-los em acção!»¹³.

4. ORIGEM E SIMBOLOGIA DA ALDRABA

Através das conversas que mantive com alguns informantes marroquinos (Fez, 1989) e tunisinos (Lisboa, 1999 e Tozeur, 2001), consolidei a ideia da aldraba integrar no seu *design* uma tradição fortemente simbólica, ou seja, esse mudo e desprezado objecto é afinal a síntese de uma crença, que se difundiu, com a chegada dos árabes, primeiro ao Norte de África, depois ao sul da Europa.

Efectivamente, para os muçulmanos ter a representação da mão da filha do profeta Maomé em casa, é, ainda hoje, garantir a protecção certa contra os *maus olhados*, consistindo, igualmente, numa forma de assumir a religião, pois os cinco dedos de uma mão, ligada ao sagrado, personificam os cinco pilares do Islão¹⁴: fé, oração, peregrinação, jejum e caridade.

Em «Fêtes Religieuses et Rythmes de Tunisie», Chadly Ben Abdallah, descrevendo as fases rituais da imolação do cordeiro que é sacrificado durante os festejos do «Aid-El Kebir», detém-se na observação de «certos costumes bizarros que têm curso nesta ocasião», e apresenta aquele que consiste em o chefe da família, que deve proceder, segundo os costumes, ao abate ritual, «meter a mão no sangue ainda quente do animal degolado e de aplicar seguidamente a mão ensanguentada sobre

uma parede do espaço residencial, imprimindo desta forma o cunho de uma Khomsa¹⁵, símbolo figurativo da deusa Tanit¹⁶, e que se crê ser eficaz contra o mau olhado»¹⁷.

Depois de muita procura, encontrei na Internet duas explicações, para o aparecimento deste fascinante objecto:

Num site¹⁸, é assegurado, através da versão de um *produtor de informação no espaço virtual*, que a origem será magrebina, e, que, quando os árabes invadiram a Numídia – território compreendido entre a Líbia e as Canárias – os Judeus pediram protecção aos berberes, em troca do pagamento de uma taxa, obtendo a desejada benesse, por via da mão de Fatma... (porém, o carácter vago da informação impede-nos de aceder à compreensão do facto relatado...).

Num outro site¹⁹, e segundo Emile Tubiana, a origem do símbolo de protecção, que está implícito na aldraba, remontaria à época em que Moisés se encontrava no Egipto.

Quando as pragas bíblicas (neste site, aumentam-nas de sete para dez) atingiram os egípcios, Moisés ordenou que as portas dos judeus fossem assinaladas, com mãos ensopadas em sangue de cordeiro.

Tendo os primogénitos (o texto fala em recém-nascidos...) egipcianos morrido, ao invés das crianças judias, os egipcianos relacionaram a marca das mãos ensanguentadas com a salvação do povo judaico, adoptando também eles este símbolo, partilhado, presentemente, pelas gentes do Médio Oriente e da África do Norte.

Curiosamente, num site brasileiro²⁰, é afirmado que «*talismãs em forma de mão eram usados desde a antiguidade, pelos fenícios, gregos e romanos, como um meio de afastar o mau-olhado,*» o que põe em causa qualquer das anteriores versões, e de acordo com a constatação de Chadly Ben Abdallah, confirma a ideia destas crenças e usos «*relevarem*



Aldraba da Travessa da Traбуqueta, Lisboa, 2001

incontestavelmente de uma superstição com origens pagãs»²¹.

Seja qual for a verdadeira história da origem deste instrumento de sociabilidades, de simbologias, de uma hierarquização familiar, bem como da divisão sexista, trata-se dum produto dos povos mediterrânicos²², da sua sabedoria e do seu intercâmbio de culturas.

5. O PAPEL DAS ALDRABAS NO NORTE DE ÁFRICA: CURIOSIDADES, CIÊNCIA E DESATENÇÃO

Num site sobre Rabat, lê-se, acerca da eficácia utilitária, que as portas de entrada das residências podem ter várias aldrabas: uma, baixa, para os que avançam a pé, outra, mais alta, para aqueles que andam a cavalo²³.

Noutro, igualmente acerca de portas marroquinas, recorda-se que, para lá da função decorativa, na passagem de fora para dentro, a porta, marca de identidade da casa, revela tanto a nobreza da alma do proprietário como as forças que ele invoca para a protecção da sua intimidade²⁴.

Referindo-se à porta do palácio de Fez el-Bali, outro site, confirma o hábito, assinalado, de duas aldrabas, em bronze, uma para os peões, e outra, colocada mais acima, para os cavaleiros²⁵.

Num outro lugar ainda, assegura-se, acerca deste amuleto, que em casa das famílias urbanas ricas, as aldrabas das portas eram geralmente em bronze, cobre ou latão e adoptavam a forma da mão de Fatma ou de um pentáculo. O ferro era sobretudo utilizado por famílias pobres do campo²⁶.

Na Argélia, as aldrabas foram protagonistas de uma colecção de selos em 1993²⁷, e diz-nos um site sobre a casa argelina que se entra no domicílio por uma porta de madeira esculpida, ornamentada, com duas aldrabas, a que

está mais abaixo, para os peões, a que está mais acima, para os visitantes montados...²⁸

Com o título «Le fer forgé tunisien,» há um interessante sítio que explica ter sido o ferro forjado tunisino inspirado nos modos de fabricação andaluza, com motivos ornamentais de inspiração árabe, espanhola e portuguesa²⁹.

Neste mesmo local é-nos informado que, entre outros acessórios metálicos, as portas exibem Khomsas³⁰, elemento especificamente árabe, que representa uma lendária mão, protectora contra o mau olhado.

Mas foi sobretudo no site «Galerie des Portes» que aborda as portas de Nefta, que o testemunho escrito, tantas vezes procurado, finalmente surgiu:



Portão de Montemor-o-Novo, Travessa dos Lagares, nº 7, 2001

«Verificará que cada porta dispõe de três aldrabas, cada uma com uma sonoridade particular e assim o dono ou a dona da casa pode aperceber-se se o visitante é mulher, homem ou criança.

Estas aldrabas estão dispostas, segundo uma regra: a do homem à direita, a da mulher à esquerda e a da criança, mais pequena, à direita, mas mais baixa que as outras...»³¹.

Em Janeiro de 2001, na cidade de Tozeur, Taieb Omrani tinha-me relatado esta mesma disposição hierárquica das aldrabas e explicou que «elas têm uma sonoridade diferente. Antigamente, todas as portas eram assim... Agora, as pessoas que ainda têm aldrabas nas portas, nem sequer sabem a utilidade que as mesmas tiveram no passado!».

Entretanto, na Internet, um site encontrado em 2-2-02, confirma a tradição da divisão sexista no mundo islâmico, propiciada pelo utensílio que neste artigo tenho procurado dissecar.

Observada numa cidade dos confins do Irão, uma porta chama a atenção do autor. Assim, «homens e mulheres utilizam cada um a sua aldraba, podendo os habitantes da casa aperceber-se do sexo do visitante. Uma mulher irá abrir a porta a uma mulher e um homem abrirá a porta a um homem...»³².

O texto é acompanhado por duas fotografias, onde vislumbramos um martelo (batente) de porta e uma aldraba. Segundo o ciberautor, simbolicamente, o instrumento circular será o da mulher, emitindo um toque mais suave que o martelo, o qual produz um som grave.

Esta separação, foi estudada por Abdelwahab Bouhdiba, que salientou o facto da «bipolaridade do mundo repousar sobre a rigorosa separação de duas «ordens», o feminino e o masculino», sendo a «melhor forma de realizar o acordo desejado por Deus, o homem assumir a sua masculinidade e a mulher desempenhar o encargo da sua própria feminilidade»³³.

Ao estudar os espaços femininos em Marrocos, a antropóloga Maria Cardeira da Silva, escreveu que: «grandes mansões, ostentavam o seu estatuto nas grandes portas de madeira pintadas de cores escuras e decoradas com enormes batentes (sublinhado nosso) circulares ou Khamsã-s de bronze»³⁴ e acrescentou: «ou como ficaram conhecidas pelos franceses – mains de Fatma – a representação de uma mão, como batente de porta, idêntica às encontradas por todo o sul de Portugal, ou simples amuleto. A sua decoração com um pentagrama reforça a eficácia protectora que o número cinco (...) já por si lhe confere. É especialmente benéfica contra o mau olhar»³⁵.

Apesar de sublinhar a eficácia simbólica, esta investigadora não aborda o papel hierárquico e de divisão sexista, que a aldraba também desempenhou nas Sociedades Magrebinas.

«Os homens não compreendem as mulheres e as mulheres não compreendem os homens (...) A fronteira indica a linha de poder, e onde quer que haja uma fronteira há dois tipos de criaturas que caminham pela terra de Alá: de um lado os poderosos, do outro os indefesos», escreve Fatima Mernissi, em «Sonhos Proibidos»,



Aldraba da porta do Castelo de Noudar, 2001



Aldraba da porta do Castelo de Silves, Outubro 2001.



Córdoba, Outubro 2001

Memórias de um Harém de Fez»³⁶. Em vão esperei uma alusão à Khomsa, à estratégia de poder que a divisão Homem – mulher implicava naquela sociedade. Mesmo quando fala das profissões e refere os «Haddadin», ferreiros de Fez³⁷, é omissa quanto à mão de Fatma, e por conseguinte ao problema das aldrabas...

Em «*Symboliques Corporelles et Espaces Musulmans*» outra investigadora, esta tunisina, afirma que «*muitas vezes, o funcional casa-se com a estética, para contribuir para a exacta projecção de uma estrutura histórica e cultural*»³⁸.

Mas também ela se esquece de falar das aldrabas, quer nas sociabilidades do quotidiano, quer na relação com a espiritualidade mágico-religiosa...

Curiosamente, esta última faceta acabará por se enraizar na cultura ocidental, como é testemunhado por Adalberto Alves: «*A Mão de Fatma, propiciadora de boa sorte segundo o imaginário árabe, ainda hoje ornamenta inúmeras portas de casa portuguesas*»³⁹.

Durante uma outra pesquisa na Internet, em «superstições ou crendices,» recolhi o alvitre, que, «*numa cerimónia religiosa no momento de levantar a hóstia se alguém puser a aldraba da porta da igreja em posição vertical invertida, as mulheres que forem bruxas e estiverem a assistir à missa levantam-se*»⁴⁰.

Por último, lamenta-se que muitas das pistas descobertas através da web, não obstante fornecerem matéria pertinente para elaborar e fundamentar processos reflexivos, sejam omissas acerca das fontes onde essa recolha ganhou forma.

6. ALDRABAS EM INGLATERRA, ESPANHA E FRANÇA: DA IDADE MÉDIA À ACTUALIDADE

Na obra «O relógio da História»⁴¹, o autor informa que «*as aldrabas de porta são muito antigas*», revelando que «*Brassenose College em Oxford deve o nome à sua original aldraba de bronze, uma cabeça de leão, que se sabe ter sido tirada pelos alunos quando entraram em greve em 1334...*»

Na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (pp.836-837), são apresentadas oito imagens referentes a aldrabas, dos séculos XIV, XV e XVI, sendo os exemplares deste último século em bronze, e os anteriores, em ferro forjado, de entre os quais aparecem trabalhos catalães de Vich, Stiges, Barcelona e de Cap Ferrat...

Em França, o interesse pelas aldrabas é tal, que aparecem inúmeros sites na Internet, reproduzindo exemplares belíssimos, de Aix-en-Provence⁴², ou de Pezenas⁴³, só para referir dois exemplos.

Há até o caso de um anónimo que, nos seus passeios, fotografa aldrabas, gabando-se de ter já uma vasta colecção⁴⁴.

Alain Rigo, serralheiro de arte de Saint-Privat afirma que «*a aldraba apareceu em França no século XVI, no fim do gótico, em mansões da nobreza*»⁴⁵ e defende que estes «*símbolos de um tempo mais lento*» terão futuro, através dos amadores destas obras, que hão-de perpetuar a tradição.

Chamando-lhes «*jóias sonoras*», um site anuncia que «*cerca de uma trintena de*

exemplares clássicos em ferro forjado animam as austeras fachadas de Riom»⁴⁶ e informa que nos últimos tempos, igual número de aldrabas desapareceu, concluindo com tristeza o quão vulnerável é este património, que deveria ser de novo apreciado, por quantos gostam daquela localidade.

No volume «Heurtoirs de Bordeaux», de Marie France Lacoue-Labarthe⁴⁷, estudo rigoroso, acompanhado de dezenas de sumptuosas ilustrações, há esta citação de H. Hang:

«A aldraba foi em toda a Europa, o objecto dum destino particular: fixado no centro da porta de entrada e à altura do olhar, era um microcosmos, encarregado de anunciar ao visitante o estatuto, a riqueza, as armas e às vezes também as iniciais do proprietário da casa»⁴⁸.

Lacoue-Labarthe é da opinião que de início, as aldrabas, seriam como todos os objectos de arte decorativa, raras, apanágio do poder civil ou religioso⁴⁹.

O livro desta autora, que está recheado de imagens e bibliografia adequadas constitui um extraordinário ensinamento do quanto é preciso fazer, nesta matéria, em Portugal.

7. A EVIDÊNCIA DA ALDRABA EM PORTUGAL

Escrevi noutra local⁵⁰, que *«a aldraba atravessou séculos e gerações, pendurada nas portas, sem grandes ameaças, até surgirem, primeiro, os batentes, depois as campainhas e finalmente as portas de alumínio, com seus puxadores sem história nem beleza (...). Era bom que, na mentalidade das pessoas de hoje, houvesse um lugar, onde a aldraba, que tem tanta história e tanto valor, pudesse sobreviver, ao menos como peça decorativa, para homenagearmos aqueles, que trabalharam e alindaram a terra que encontramos».*

Aliás, André Leroi-Gourhan destacou que *«o gesto técnico é criador de formas, que, retiradas do mundo inerte, se prestam à animação (...) O homem só é homem na medida em que está entre outros homens e revestido dos símbolos representativos da sua razão de ser»⁵¹.*

No nosso país, encontramos bastantes aldrabas em Montemor-o-Novo⁵².

Entrevistado em 9-3-2001, o professor Alexandre Laboreiro⁵³ afirmou: *«Os montes alentejanos utilizam predominantemente a aldraba. É uma tradição a utilização da aldraba. Não têm batentes nem puxadores...».*

Nos castelos de Noudar e Silves, na velha aldeia da Luz, em Faro ou Aljezur, fotografei vários testemunhos deste vestígio de uma civilização evaporada.

Lisboa, sobretudo na parte antiga, é um imenso mostroário de aldrabas. Alcântara⁵⁴, Madragoa⁵⁵, Alfama e Mouraria são bairros ainda com uma razoável quantidade de exemplares.

A Rua de S. Bento e até as ruas do Prior⁵⁶ e de S. Domingos à Lapa⁵⁷, com inúmeros palacetes e casas burguesas, exibem igualmente uma notável mancha da secular mão estilizada...



Córdoba, Outubro 2001



Porta de Tozeur, Janeiro 2001



Porta de Tozeur (sul da Tunísia).



Porta de Tozeur (sul da Tunísia), Janeiro 2001.

Porém, esta abundância é precária. De um momento para o outro, se não houver medidas de protecção, este curioso objecto pode desaparecer. «*Basta apenas que os nossos responsáveis autárquicos cedam à especulação e à desarmonia que proliferam no sector da construção*»⁵⁸.

Em «*Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal*», José Alberto Alegria nota que «*múltiplos são os exemplos dessas memórias e desses fascínios. De facto, não poderemos falar da Arquitectura Tradicional Portuguesa dos últimos oito séculos sem referir (...) o geometrismo e o fitomorfismo dos ferros forjados (...) as portas e janelas de reixa, a mão de Fátima (Filha do Profeta) nos batentes das portas*»⁵⁹.

A minha pesquisa abarcou entretanto a Beira-Baixa. Em Monsanto e na vila de Alpedrinha descobri belos espécimes⁶⁰. E durante uma viagem à Galiza, encontrei este utensílio em Santiago e Ferrol⁶¹.

Mas foi em Moreanes (Mértola), que fiquei extasiado, ao ponto de escrever:

«*Um costume houve, que os ecos da modernidade quase apagaram, não fora a bela teimosia de um punhado de gente ainda jovem, um grupo de irmãos, que resolveu construir harmoniosamente, no coração da terra – mãe, à qual regressam, sempre que podem, para escutar o silêncio, ou o vento. Refiro-me às aldrabas, que estas pessoas, respeitando o velho hábito, tornaram a colocar nas suas portas. Sem o saberem, devolveram à sua aldeia o esplendor de uma tradição que campainhas, puxadores e portas de alumínio eliminaram*»⁶².

É interessante verificar que no sul, por vezes, a aldraba incorpora um conjunto de harmonia geométrica, tão ao gosto dos árabes, que embeleza as portas, para lá da função utilitária. São os espelhos de fechadura, que, em torno desta, com maior ou menor dimensão, recuperam ou reproduzem uma arte em vias de extinção, onde a sabedoria do arabesco está vincada.

Encontrei estes sinais de forma empírica. Mais tarde, consultando obras diversas, surgiram-me referências a estes trabalhos de minúcia e criatividade, que no norte do nosso país se apresentam ornamentados com símbolos cristãos...

«*É vulgar reconhecer-se (...) potencialidades apotropaicas (poder mágico de afastar malefícios). (...) Natural era que tal necessidade se viesse a exprimir em redor da fechadura, precisamente porque é função da fechadura fechar, isto é, impedir a entrada, naturalmente não apenas a intrusos, mas, aos espíritos maus*»⁶³.

Leite de Vasconcellos debruçou-se sobre esta matéria, tendo escrito que encontrara «*na porta de entrada de certas casas, por vários lugares do país, um espelho de fechadura e uma aldrava cruciformes*», porque «*a casa de habitação, pelo que toca (...) à superstição e à crença*» é um «*verdadeiro baluarte contra o influxo de entidades mágicas*»⁶⁴.

Quanto ao espelho «*pode ser muito singelo, com forma permanente geométrica, por exemplo de losango, ou recortado, tomando, então, várias formas artísticas (...) A cruz que se vê em alguns destes tipos destina-se na origem a afugentar os espíritos maus*»⁶⁵.

Também Vergílio Correia, num artigo sobre a «*Arte Popular Portuguesa*»⁶⁶ fala

em martelos de portas ou «martelos de aldravas», que «tomam segundo uma tradição antiquíssima a forma de animais, em especial a de saurios, de boca aberta e feroz».

Mas a evidência da aldraba em Portugal também se manifesta em outras vertentes. A Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira remete-nos para referências a aldrabas em obras literárias e até no folclore nortenho, o que testemunha a utilização deste objecto no quotidiano dos portugueses, ao longo dos séculos.

Em Alexandre Herculano, segundo aquela enciclopédia, lê-se: «*O converso ou barbato, como então chamavam aos leigos, ergueu a aldrava e com as mãos cruzadas sobre o peito esperou que o padre mestre o mandasse falar*»⁶⁷.

E Frei Manuel Bernardes diz na sua «Floresta», tomo I, p. 92: «*Chamava Deus às portas do seu coração com rijas aldrabadas*»⁶⁸.

Aldravar é um verbo utilizado por Camilo Castelo Branco em obras suas, e a citada enciclopédia mostra dois exemplos:

– «*Fui aldravar-lhe à porta*» in «Caveira», p. 325;

– «*Aldravou ao portão da quinta*» in «Bom Jesus»⁶⁹;

Eça de Queirós é igualmente referido: «*Agarrei a grossa aldraba da porta, - mas hesitei com terror da certeza que vinha buscar terminante e irrespirável*» («*A Relíquia*», p. 65)⁷⁰.

Finalmente, revela este precioso «informante» que, «*nas suas cantigas amorosas, o gracioso cancionero regional nortenho*», diz, por exemplo: «*Passei pela tua porta/ puxei a aldraba com força/ veio teu pai com uma tranca/ fugi a pinchos de corça*»⁷¹.

8. POR UM MUSEU DA ALDRABA

Longe vão os tempos em que um serralheiro para ser considerado oficial da profissão, durante o exame de aptidão, entre outras peças, tinha de construir uma aldraba⁷².

Nas descrições que chegaram até aos dias de hoje, sobre a feira de Castro Verde, em 1914, lá está a referência a produtos muito especiais que o forasteiro poderia comprar:

«*ferrolhos; aldrabas e toda a sorte de ferragens forjadas*»⁷³.

E há notícias que dão conta de, no Museu Abade de Baçal, em Bragança, haver uma aldraba, para mostrar como eram as portas antigas (com espelho de fechadura, arte muito em voga naquela região, noutras épocas...).

Todavia, a ideia de um Museu consagrado à aldraba, «ou, pelo menos de um núcleo dentro de um museu já existente»⁷⁴, foi-me sugerida pelo conhecido arabista Dr. Adalberto Alves, que sublinha:

«*Sendo indiscutível o étimo árabe da aldraba (al-dabbâ, que em espanhol deu aldaba) não restam dúvidas que foi no período muçulmano que se verificou, se não a sua introdução, pelo menos o apogeu do seu uso e divulgação. Daí o ter-se imposto o vocábulo árabe, obliterando outro ou outros de origem diversa que pudessem ter designado esse acessório da porta.*

Nas minhas deambulações por medinas de muitos países árabes, por todo o lado, vi aldrabas, o que reforça a minha convicção de que esse é mais um dos aspectos que faz parte do legado islâmico à nossa cultura»⁷⁵.

A sugestão aqui fica, pois, para lá da pertinência de considerar, pela sua história e uso, a aldraba um objecto musealizável, digna de uma exposição, onde os aspectos abordados neste trabalho, possam servir de suporte à recolha dos materiais a exhibir, importa sublinhar e subscrever alguns excertos, de um interes-



Aldraba da Medina de Tozeur, Janeiro 2001

sante apelo em forma de artigo, assinado por Augusto Baptista⁷⁶:

«À morte funcional dos objectos não tem de corresponder a respectiva eliminação física, no sentido da sua destruição (...) Cada vez menos são os sobreviventes, cada vez menos a sua variedade (...) E assim, aos poucos, a cidade fica mais pobre (...) aos poucos, morre desfigurado o casario antigo, a memória, a cidade. (...) É tempo de inflectir este curso bacoco de feroz destruição do património e da identidade cultural (...) Não bastam boas palavras, intenções. Precisa-se é de acção decidida e coordenada, a começar por quem tem responsabilidade nestas coisas, autarquia à cabeça».

Finalmente, fica a convicção que este será um primeiro trabalho sistematizado acerca das aldrabas. Espero que a pesquisa desenvolvida ao longo de vários anos possa ter contribuído para extrair do pó dos tempos algumas explicações acerca de um utensílio que não gostaria de ver desaparecer.

Até porque continuamos a utilizar na nossa linguagem um verbo que dá que pensar, o verbo aldrabar. Já me interroguei se ele não terá surgido, quando havia nas portas três aldrabas, iguais às das portas de Nefta, e, numa inversão das regras pré-estabelecidas, um homem tocava na aldraba das mulheres (ou vice-versa...), enganando os da casa, por brincadeira, ou por qualquer motivação que o levasse a fazer tal embuste.

Quantas vezes não escutámos alguém dizer, durante uma conversa, para o seu interlocutor: «Tu não me aldrabes!», e nesse contexto, sabemos que o significado quererá exprimir: «tu não me baralhes!»

Mas isso são outras estórias...

BIBLIOGRAFIA

Livros

- AAVV, (2000) «Estoi, um olhar sobre o património», IN LOCO.
- AAVV, (1997) «Memórias Árabo- Islâmicas em Portugal», Comissão Nacional das Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- AAVV, (1995) «Tunisie Un Patrimoine Inédit», Institut du Monde Arabe/ Éditions de L'Amateur.
- AAVV, (1988) «La Tunisie», Paris, Librairie Larousse.
- AAVV, (1985) «Artes e Tradições da Região do Porto», Direcção Geral de Comunicação Social, pp. 251-270.
- AAVV, (s/d) «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira», volume I, Lisboa-Rio de Janeiro, ed. Enciclopédia Ltda.
- AAVV, (1986) «Dicionário Prático Ilustrado, Porto, Lello.
- ABDALLAH, Chadly Ben (1988) «Fêtes Religieuses et Rythmes de Tunisie», Tunis, J.P.S. Editions.
- ALERO, Aurelio Cid; GRAMMATICO, Daniel (2000) «L'Alhambra vue de près», Edilux.
- ALVES, Adalberto (2001) «A Herança Árabe em Portugal», Lisboa, ed. CTT.
- (1999) «Portugal Ecos de um Passado Árabe», Instituto Camões.
- (1997) «Nítido Crescente», Lisboa, Hugin.
- (1991) «Portugal e o Islão Escritos do Crescente», Lisboa, Teorema.
- (1991) «O Meu Coração é Árabe», Lisboa, Assírio & Alvim.
- BOUHDIBA, Abdelwahab (1986) «La Sexualité en Islam», Paris, Quadrige/PUF, 4ª edição.
- CIRLOT, Eduardo (2000) «Dicionário de Símbolos», Lisboa, D. Quixote.
- COELHO, António Borges (1989) «Portugal na Espanha Árabe», volumes 1 e 2, Lisboa, Caminho, 2ª edição;
- (1986) «Questionar a História», Lisboa, Caminho.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANDT (1994) «Dicionário dos Símbolos», Teorema, Lisboa.
- GOURHAN, André-Leroi (1987) «O Gesto e a Palavra 2 Memória e Ritmos», Lisboa, edições 70.
- COSTA, J. Almeida; MELO, A. Sampaio (1999) «Dicionário de Língua Portuguesa», Porto Editora, 8ª edição.
- FANTAR, M'Hamed (1989) «Le Bardo un palais un Musée», Tunis, Alif.
- LACOUÉ-LABARTHE, Marie France; GÉMIN, Pierre (2000) «Heurtoirs de Bordeaux», Pau, ed. Princi Réguer.
- MACHADO, José Pedro (1991) «Vocabulário Português de Origem Árabe», Lisboa, editorial Notícias.
- (1977) «Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa», Lisboa, Livros Horizonte.
- MERNISSI, Fátima (1998) «Sonhos Proibidos Memórias de um Harém de Fez», Porto, Asa.
- SILVA, António de Moraes (1987) «Novo Dicionário Compacto de Língua Portuguesa», Confluência.
- SILVA, Maria Carneira da (1999) «Um Islão Prático», Oeiras, Celta.
- TORRES, Cláudio (2001) «A Civilização Islâmica- última síntese Mediterrânica», in «Museu de Mértola. Arte Islâmica», Campo Arqueológico e Câmara Municipal de Mértola.
- TRESIDER, Jack (2000) «Os Símbolos e o seu Significado», Círculo de Leitores.
- TREASE, G. (1986) «O Relógio da História», Lisboa, Verbo, pp. 52-53.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1983) «Etnografia Portuguesa» Volume II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ZANNAD, Traki (1984) «Symboliques Corporelles et Espaces Musulmans», Tunis, Cérés Productions.

Artigos

- AAVV (1997) «Architecture Méditerranéenne Tunisie La Medina de Tunis Ville du Patrimoine Mondial (vieux quartiers vie nouvelle)», Marseille, ed. RK.
- BAPTISTA, Augusto (1990) «Salvem os Batentes», in «Sábado», 10 de Março, pp. 50-51.

- BENFOUGHEL, Tatiana (1996) «Entre Tradition et Modernité», in «Qantara», nº 20, Julho/Setembro, pp.42-46.
- CORREIA, Vergílio (1915) «Arte Popular Portuguesa III Construções e objectos em que se manifesta», in «Águia», 2ª série, 48, pp. 239-249.
- LOPES, Pedro (1999) «Algumas Notas sobre as Artes do Ferro» in «Vilas e Cidades», Julho, pp. 46-52.
- MAÇARICO, Luís Filipe (2000) «Aldrabas e Globalização», in «Folha de Montemor», nº 138, Outubro e nº 6 do «Fanal», suplemento cultural de «O Distrito de Portalegre», 20 de Outubro.
- (2001a) «As Aldrabas de Lisbuna», in «A Voz do Operário», nº 2859, Janeiro.
- (2001b) «Aldrabas e Globalização», in «Memória Alentejana», boletim informativo do CEDA (Centro de Estudos Documentais do Alentejo), nº 2, Verão.
- (2001c) «Um Património Quase Invisível», in «Jornal do Fundão», 9 de Fevereiro.
- (2001d) «Moreanes e as suas Aldrabas», in «Alentejo Ilustrado», suplemento do «Diário do Alentejo», 22 de Junho, p. 7.
- (2001e) «Os Segredos da Aldraba», in «Rosa Albardeira», nº 6, Outubro/Novembro, p. 6.
- SILVA, J. Palminha (2001) «Portas de Évora», in «Diário do Sul», 21 de Agosto, pp. 10-11.

Catálogos e Folhetos

- «Portugal Islâmico os últimos sinais do Mediterrâneo», (s/d) legendas da exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.
- AAVV (1996) «Vieux Quartiers vie Nouvelle», Municipalité de Tunis e Association Sauvegarde de la Medina de Tunis.

Depoimentos

- ALVES, Adalberto, carta, 6-6-2001.
- LABOREIRO, José Alexandre- Montemor-o-Novo, 9-3-2001.
- OMRANI, Salem, Lisboa, Abril 1999.
- OMRANI, Taieb, Tozeur, Janeiro 2001.

Webgrafia

- <http://planeta.clix.pt/jjn/portugues/dicionario.htm>.
- <http://filoumektoub.tree.fr/maghreb/fatima/maindefatma/htm>.
- <http://www.angelfire.com/Oh2/magiepuce/symbole.html>.
- <http://www.media-international.net/ethno/ecoles/rabat/theme3/theme3a.shtml>.
- <http://www.atlasnet.netma/amf/fiches/portmaroc.htm>.
- http://www.mas.ma/fes_hg5.htm.
- <http://www.southbazar.com/infor/tecnic/mdocni.htm>.
- http://www.capmaroc.com/histoire_metaux.asp.
- <http://www.chez.com/nef2/galerie.htm>.
- http://www.raken.com/info/fr/historique/fer_forge.asp.
- <http://www.postelecom.dz/philatelie/heurt.html>.
- <http://members.aol.com/vieilalger/maison.htm>.
- http://users.skynet.be/SMH/Fr/musee/tradi_pop.htm.
- www.eifo.com.br.
- <http://www.prof2000.pt/users/rumatos/netinsua/lendas.htm>.
- <http://www.multihotel.com/trigueirão/v1n6/v1n6-art3.htm>.
- http://saintprivat.free.fr/ar_heurt.html.

- http://saintprivat.free.fr/ar_temps.html.
- <http://perso.wanadoo.fr/traditionatavenir/main15.htm>.
- <http://perso.infonie.fr/phil-levasseur/heurtoris/heurt1.htm>.
- <http://www.elementa.asso.fr/dom3.htm>.
- http://members3.clubphoto.com/gatt248139/HEURTOIRS_DE_PORTE/incons.phtml.
- <http://loiaduffar.multimania.com/AixenProvence/Portes%20anciennes/pp.../ppage35.ht>.
- http://www.harissa.com/D_forum/loriginedelaKhamsa.htm.
- File://A:\main%20de%fatima%201.htm.

NOTAS

- Machado, José Pedro (1991) «Vocabulário Português de Origem Árabe», ed. Notícias.
- Machado, José Pedro (1977) «Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa», Lisboa, Livros Horizonte, p. 185.
- in «Documentos das Chancelarias Reais relativos a Marrocos», II, p. 360.
- Costa, J. Almeida; Melo, A Sampaio (1999) «Dicionário da Língua Portuguesa», Porto Editora; 8ª ed.
- Dicionário Prático Ilustrado (1986) Porto, Lello, p. 44.
- Silva, António de Morais (1987) «Novo Dicionário Compacto de Língua Portuguesa».
- <http://planeta.clix.pt/jjn/portugues/dicionario.htm>.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (s/d), Lisboa-Rio de Janeiro, ed. Enciclopédia, Ltdª, vol.I, pp. 836-837.
- «Um Património Quase Invisível», 9-2-2001.
- In «A Voz do Operário», nº 2859, Janeiro 2001.
- «Dicionário da Língua Portuguesa» (1991), Porto, Fluminense p. 801.
- Idem; p. 630.
- «Portas de Évora», in «Diário do Sul», 21-8-2001; pp. 10-11.
- In «Os Símbolos e o seu Significado», de Jack Treseidder.
- Palavra árabe, que designa a mão da sorte contra o mau olhado, usada em portas, enquanto aldrabas, mas também, e como refere este investigador, como «bijou en or ou en argent ayant la forme de la main (Main de Fatma)», p.188.
- Tanit era uma das divindades púnicas, in «Tunisie un Patrimoine inédit» (1995), Institut du Monde Arabe/Éditions de l'Amateur, p. 30; «os cartagineses frequentavam os santuários reservados ao culto de Baal Hammon e da deusa Tanit, as duas principais divin-

- dades do mundo púnico», in «Le Bardo un palais un Musée» (1989), Tunis, Alif, p. 63.
- 17 Op.Cit, (1988), Tunis, p. 125.
- 18 <http://filoumektoub.free.fr/maghreb/fatima/maindefatma.htm> (pesquisa efectuada em 13-3-2001).
- 19 <http://www.harissa.com/D-forum/loriginedelakhamsa.htm> (pesquisa realizada em 21-6-2001).
- 20 www.cifo.com.br (pesquisado em 14-1-2002). É anunciado como «O Portal da Comunidade Judaica Brasileira».
- 21 In «Fêtes Religieuses et Rythmes de Tunisie», p. 126.
- 22 Tese defendida, segundo me informou o poeta Ruy Ventura, pelo arqueólogo Santiago Macias.
- 23 <http://www.media-internacional.net/ethno/ecoles/rabat/theme3/theme3a.shtml> (pesquisa: 21-6-2001).
- 24 <http://www.atlasnet.netma/amf/fiches/portmaroc.htm> (consulta efectuada em 19-6-2001).
- 25 <http://www.mas.ma/fes-hg5.htm> (pesquisa em 28-11-2001).
- 26 http://www.capmaroc.com/histoire_metaux.asp (pesquisa em 28-11-2001).
- 27 <http://www.postelecom.dz/philatelie/heurt.html> (pesquisa realizada em 9-7-2001).
- 28 <http://members.aol.com/vieilalger/maison.htm> (idem).
- 29 http://www.raken.com/info/fr/historique/fer_forge.asp (pesquisa em 21-6-2001).
- 30 Ou Khamsa... «designa o número cinco em árabe. É igualmente o nome de uma jóia, conhecida por «mão de Fatma» que representa a mão de Fatima, a filha do Profeta. Investida de poderes benéficos, a khamsa é bastante representada nas paredes das casas ou nos tecidos do vestuário», in «La Tunisie» (1988), Paris, Librarie Larousse, p. 140.
- 31 <http://www.chez.com/nef2/galerie.htm> (encontrado em 9-7-2001).
- 32 http://hyves.multimania.com/iran2001/fr.2001_403.html.
- 33 In «La Sexualité en Islam», (1986), Quadrige/PUF, 4ª edição, p. 43.
- 34 In «Um Islão Prático», (1999) Celta, p. 60.
- 35 Idem.
- 36 Op. cit., p. 195.
- 37 Idem, p. 76.
- 38 Traki Zannad, (1984), op. cit., Tunis, Cérès Productions, p. 60.
- 39 In «A Herança Árabe em Portugal» (2001) CTT, p. 74.
- 40 <http://www.prof2000.pt/users/ruimatos/netinsma/lendas.htm> (pesquisado em 13-3-2001).
- 41 Trease G. (1986) Lisboa, Verbo, pp. 52-53.
- 42 <http://loicduffar.multimania.com/AixenProvence/Portes%20anciennes/pp.../ppage35.ht> (pesquisado em 21-6-2001).
- 43 http://members3.clubphoto.com/gatt248139/HEURTOIRS_DE_PORTE/icons.phtml (idem).
- 44 <http://perso.infonie.fr/phil.levasseur/heurtois/heurt1.htm> (site visitado em 9-7-2001).
- 45 http://saintprivat.free.fr/ar_heurt.html (idem).
- 46 <http://jpax.multimania.com/pg13.html> (consultado em 20-2-2002)
- 47 Ed. Princi Réguer, 2000.
- 48 «La ferronnerie strasbourgeoise» Paris- Strasbourg, Kahn, 1933, p. 28.
- 49 «Heurtours de Bordeaux», p. 47.
- 50 «Os Segredos da Aldraba», in «Rosa Albardeira», nº 6, Out/Nov. 2001, p. 6.
- 51 «O Gesto e a Palavra 2 – Memória e Ritmos» (1987), ed. 70, p. 121.
- 52 Ver «Aldrabas e Globalização», «Folha de Montemor», Out. 2000: Há uma numerosa referência à localização das aldrabas da parte antiga da cidade.
- 53 Cronista da «Folha de Montemor», professor do Secundário, vice-presidente do Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo.
- 54 Travessa da Trabuqueta, Travessa do Sacramento, Rua Prior do Crato, Rua do Arco a Alcântara, Rua Vieira da Silva...
- 55 Rua Vicente Borga, Calçada Marquês de Abrantes, Rua das Janelas Verdes no nº 37, por exemplo...
- 56 N.ºs 2, 2 A, 4, 1... Este último número corresponde a um portão burguês, que ostenta três aldrabas: as duas dos adultos e a da/s criança/s, sendo certamente uma reprodução romântica do passado, ou tão somente mera cópia de alguma porta observada num outro país (do Magrebe?)...
- 57 N.ºs 88, 66, 64, 59, 50 A, 50, 48, 27...
- 58 «Um Património Quase Invisível», in «Jornal do Fundão», 9-2-2001.
- 59 Op. cit. p. 164.
- 60 «Uma diminuta parcela do património, discreta, quase invisível, persistia ainda», in «Jornal do Fundão», 9-2-2001.
- 61 Fevereiro de 2001.
- 62 «Moreanes e as suas Aldrabas», «Diário do Alentejo», 22-6-2001.
- 63 «Aldrabas e Escudetes Vila do Conde», in «Artes e Tradições da Região do Porto», (1985), Direcção Geral da Comunicação Social, pp. 251-270.
- 64 «Etnografia Portuguesa», (1983), volume VI, IN-CM, p.319.
- 65 Idem, pp. 244-46.
- 66 In «A Águia», 2ª série, 48, 1915, pp. 239- 249.
- 67 «O Monge de Cister», vol. I, p. 11 cit. p.838, op. cit.
- 68 P. 837, op. cit.
- 69 P. 838, op. cit.
- 70 Idem, p. 836.
- 71 Ibidem, p. 837.
- 72 Pedro Lopes, «Algumas Notas sobre as Artes do Ferro», «Vilas e Cidades», Julho 1999, pp. 46-52.
- 73 <http://www.multihotel.com/trigueirao/v1n6/v1n6-art3.htm> (consulta: 14-11-2001).
- 74 Depoimento sob a forma de carta, 6-6-2001.
- 75 Idem.
- 76 «Salvem os Batentes!» in «Sábado», 10-3-1990, pp. 50-51.